VII SEPOME

SEMINÁRIO DE POLÍTICAS SOCIAIS NO MERCOSUL



"AS POLÍTICAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA E A GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS"

ANAIS

Realização

MESTRADO E DOUTORADO POLÍTICA SOCIAL UCPEL

1960 2020 CATÓLICA DE PELOTAS

Emancipação: trabalho, questão social, movimentos sociais e democracia

GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA QUESTÃO AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL e OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS DA CIDADE UCPEL

GITEP Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminais-Penitenciários - UCPel -

NEL Núcleo de estudos latino-americanos

GRUPO DE PESQUISA POLÍTICA DE SAÚDE, EPIDEMIOLOGIA E SERVIÇOS DE SAÚDE

PSCISS

GEP-PSGP Políticas Sociais, Programas de Transferência de Renda, Gênero e Pobreza

Cristine Jaques Ribeiro

Tiago Lemões da Silva

Organizadores

ANAIS

VII Seminário de Políticas Sociais no Mercosul

As políticas sociais na América Latina e a garantia dos direitos humanos

2020

S471a Seminário de Políticas Sociais no Mercosul – SEPOME (7.: 2020: Pelotas, RS)
Anais do VII Seminário de Políticas Sociais no Mercosul - SEPOME. / As políticas sociais na América Latina e a garantia dos direitos humanos. Pelotas: UCPEL, 2020.
727f.
ISBN nº 978-65-00-05208-4

1. Políticas sociais - Seminário. 2. Mercosul I. Título.

CDD 361.61

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária Cristiane de Freitas Chim CRB 10/1233

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS - UCPel

Dom Jacinto Bergmann - Chanceler
José Carlos Pereira Bachettini Júnior - Reitor
Patrícia Haertel Giusti - Pró-Reitora Acadêmica
Eduardo Luis Insaurriaga dos Santos - Pró-Reitor Administrativo

Centro de Ciências Sociais e Tecnológicas
Ana Cláudia Vinholes Siqueira Lucas - Diretora

Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos
Aline Mendonça dos Santos – Coordenadora

CONSELHO EDITORIAL

Dra. Aline Mendonça dos Santos –PPG Política Social e Direitos Humanos – UCPel
Dr. Aleksander Aguilar Antunes – PPG Política Social e Direitos Humanos – UCPel
Dr. Cesar Augusto Soares –PPG Política Social e Direitos Humanos – UCPel
Dra. Cristine Jaques Ribeiro – PPG Política Social e Direitos Humanos – UCPel
Dra. Eliana Gomes Bender – Universidade Federal de Pelotas – UFPEL
Dr. Francisco Eduardo Beckenkamp Vargas – Universidade Federal de Pelotas – UFPEL
Dr. Hemerson Pase – PPG em Direito em Justiça Social – Furg
Dr. Luiz Antônio Bogo Chies – PPG Política Social e Direitos Humanos – UCPel
Dra. Mara Rosange Acosta de Medeiros – PPG Política Social e Direitos Humanos – UCPel
Dra. Márcia Bertoldi – PPG em Direito – UFPEL
Dra. Márcia Leite – Cidijus – Furg
Dr. Renato da Silva Della Vechia –PPG Política Social e Direitos Humanos – UCPel
Dr. Sandro Schreiber de Oliveira –PPG Política Social e Direitos Humanos – UCPel
Dr. Tiago de Garcia Nunes – PPG Política Social e Direitos Humanos – UCPel
Dr. Tiago Lemões da Silva –PPG Política Social e Direitos Humanos – UCPel
Dra. Vera Maria Ribeiro Nogueira –PPG Política Social e Direitos Humanos – UCPel
Dra. Vini Rabassa da Silva – PPG Política Social e Direitos Humanos – UCPel

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Maritânia Salete Salvi Rafagnin
Emília da Silva Piñeiro
Elisa Fernandes Neves

CAPA
Universidade Católica de Pelotas

A revisão textual e de conteúdo é de inteira responsabilidade do(s) autor(es)

APRESENTAÇÃO

A VII edição do SEPOME centrou as suas discussões nos desafios políticos, sociais e econômicos, expressos, sobretudo, pelos desmontes das políticas sociais inspiradas nos direitos fundamentais. Tanto o avanço das políticas neoliberais, à nível mundial, quanto a continuidade sócio-histórica de estruturas coloniais, patriarcais e raciais nas periferias do capitalismo – especialmente na América Latina – nos relembram constantemente que a garantia dos direitos sociais, econômicos e culturais está inserida em um movediço campo de forças cujas possibilidades de disputa e negociação, por parte de grupos historicamente postos à margem do reconhecimento de suas humanidades, vem sendo seriamente ameaçadas pelos tentáculos da ordem social hegemônica.

Sendo assim, considerando a crescente desigualdade imposta pelo capitalismo mundial, que viola os direitos das heterogêneas populações empobrecidas, que habitam o campo e a cidade e que sofrem intensos processos de segregação socioespacial, mas que reinventam seus modos de existir para enfrentar as consequências do desemprego, da fome, da alimentação sem qualidade nutricional, do racismo estrutural, que decide quem vive e quem morre na sociedade, do avanço do machismo e da lgbtfobia, do encarceramento, da perseguição das comunidades tradicionais e da juventude, entre outras violações, este seminário evidenciou as pesquisas científicas que objetivam, na América Latina, publicizar a importância da garantia dos direitos sociais e humanos e das resistências coletivas organizadas pelos movimentos sociais populares na defesa do direito de existir dos povos.

Tal como a pesquisadora e ativista Débora Diniz (2001) tem insistido há mais de duas décadas, “reconhecer que os direitos fundamentais são uma construção moral e ética não é reconhecer a sua arbitrariedade, é adotar uma perspectiva processual”. Nesse sentido, é imprescindível, para a autora, reconhecer que “o senso de mudança é essencial para a luta política em torno dos direitos humanos”, assim como o repúdio a todas as formas de genocídio, etnocídio, tortura, racismo, xenofobia, lgbtfobia e tantos outros mecanismos de opressão radicalizados no mundo contemporâneo.

É nesse mesmo cenário que o SEPOME se faz, existe e também resiste. Resiste porque, mais do que analisar, compreender e denunciar o atual contexto de desmontes, está comprometido com o reconhecimento de vozes, vidas e corpos que nunca desistiram de sonhar e de transformar o mundo. Resiste porque compactua com a luta histórica de

coletividades indígenas, quilombolas, camponesas; resiste porque se soma à luta por sociedades justas e igualitárias e pela garantia da alimentação, da educação, da moradia, da vida plena e digna. E resiste, finalmente, porque não concebe a produção do conhecimento científico em separado das demandas políticas dos povos e de seus modos outros de produzir conhecimento.

Neste sentido, o VII SEPOME refletiu, então, os nossos próprios engajamentos epistemológicos e políticos. Os grupos de trabalho abordaram temas como políticas sociais, de saúde e cuidado; políticas públicas de segurança e os serviços penais; o acesso à justiça e as múltiplas formas de violência; as transformações no mundo do trabalho; a crise do Estado e as resistências; a segurança alimentar e a agroecologia; as múltiplas margens da cidade; as políticas públicas na ordem neoliberal e, por fim, o pensamento descolonial e as lutas sociais.

Pela valiosa e múltipla discussão efetivada, a realização coletiva deste evento potencializou a relação política que todos nós firmamos com a transformação da realidade social e com o enfrentamento das desigualdades e sobredeterminações de classe, raça, gênero e sexualidade. Temos, assim, a certeza de que o sucesso e a força política do SEPOME não seriam possíveis sem o engajamento de tod@s na elaboração de pertinentes propostas de discussão e na seleção criteriosa de pesquisas sintonizadas com o tema do evento deste ano. Só temos, por isso, a agradecer. O Sepome é feito por tod@s nós!

Comissão Organizadora

Referência bibliográfica

DINIZ, Débora. **Valores Universais e Direitos Culturais**. In: Novaes, R. (Org.). Direitos Humanos: temas e perspectivas. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

PROGRAMAÇÃO

11 de novembro de 2019 – Segunda-feira

Das 18h às 19h

Chegada dos painelistas e participantes, acolhida e credenciamento.

Banquetaço

Das 19h às 22h

19h – Apresentação cultural: Trio Teresa Ferlauto, Duglas Bessa e Maria Laura Victoria Marques - Música Latino-americana

19h15 – Abertura – reitoria UCPel/ Comissão organizadora

Coordenação: Profª. Drª. Cristine Jaques Ribeiro (PPG-PSDH/UCPel), Prof. Dr. Tiago Lemões (PPG-PSDH/UCPel)

19h30 – **Conferência de abertura "Democracia, Direitos humanos e Políticas Sociais"**

Painelistas: Prof. Dr. José Pablo Bentura Alonso (UDELAR); Profa. Dra. Jane Cruz Prates (PUCRS); Prof. Dr. Christian Adel Mirza Perpignani (UDELAR).

Mediadora: Profa. Dra. Vera Maria Ribeiro Nogueira (PPG-PSDH/UCPel)

12 de novembro de 2019 – Terça-feira

Manhã – das 8h45min às 12h

Grupos de Trabalho (GT) - Apresentação dos trabalhos

Tarde – das 14h às 17h

Minicurso: Pesquisa e compromisso social: o método em Marx

Ministrante: Prof. Dr. Avelino da Rosa Oliveira

Minicurso: Ascensão e o Desmantelamento do Direito à Moradia no Brasil

Ministrante: Dr. Fernando Goya Maldonado

Vespertino - das 17h30 às 19h

Lançamento de livros e periódicos

Livro: Revisitando Foucault e outros textos em questão penitenciária – Autor: Luiz Antônio Bogo Chies

Livro: Diálogos da Cidade – Organizadora: Cristine Jaques Ribeiro

Livro: Defensoria Pública e Figurações Prisionais: um estudo de acesso à justiça – Autora: Jiulia Estela Heling

Livro: Nicaragua en Crisis – Entre la revolución y la sublevación - Organizador(es): Aleksander Aguilar Antunes. Esteban de Gori. Carmen Elena Villacorta Zuluaga

Das 19h às 22h

19h – Apresentação cultural: Mestre Griô Dilermando Freitas - Cantos e tambores do extremo sul brasileiro

Das 19h15 - Painel: "A atualidade dos direitos humanos: movimentos, lutas e garantias".

Painelista: Prof.ª Dr.ª Carmen Elena Villacorta Zuluaga; Profa Dr.ª Lucia Anello.

Mediadora: Profa. Dra. Aline Mendonça dos Santos (PPG-PSDH/UCPel)

13 de novembro de 2019 – Quarta-feira

Manhã – das 8h45min às 12h

Grupos de Trabalho (GT) - Apresentação dos trabalhos

Tarde – das 14h às 17h

Minicurso: Leituras da Cidade

Prof. Dr. Eduardo Rocha (UFPEL)

Minicurso: Visibilidade e Divulgação Científica: estratégias e rotinas de comunicação no mundo acadêmico

Ministrantes: doutorando Samuel Malafaia Rivero (PPG-PSDH/UCPel) e mestranda Marina Nogueira Madruga (PPG-PSDH/UCPel).

Vespertino - das 17h30 às 19h

Livro: Paul Singer: democracia, economia e autogestão – Autores: Aline Mendonça dos Santos e Claudio Nascimento

Livro: Autogestão e Extensão Universitária: 20 anos de história - Organizadores: Renato da Silva Della Vechia, Aline Mendonça dos Santos, Tiago de Garcia Nunes

Livro: Sob o fio da navalha: relações Estado e sociedade a partir da ação política da economia solidária no Brasil – Autora: Aline Mendonça dos Santos

Livro: Políticas Sociais na América Latina: retrocessos e resistências - Organizadoras: Vini Rabassa da Silva; Vera Maria Ribeiro Nogueira; Mara Rosange Acosta de Medeiros

Das 19h às 22h

19h – Apresentação cultural: Mano Rick - Rap pelotense "do Dunas pro mundo"

19h15 - Painel: "Democracia, direitos humanos e lógicas biopolíticas: violências e resistências".

Painelista: Prof. Dr. Adalton José Marques (UNIVASF); Dr. Guilhermo André Aderaldo (Pós-doutorando/UFPEL)

Mediador: Prof. Dr. Luiz Antônio Bogo Chies (UCPel)

Noite – das 22h às 24h

Confraternização do evento

14 de novembro de 2019 – Quinta-feira

Manhã – das 8h45min às 12h

Grupos de Trabalho (GT) - Apresentação dos trabalhos

Tarde – das 14h às 17h

Minicurso: Trabalho social em empreendimentos rodoviários: experiências no contexto do licenciamento ambiental federal

Ministrantes: Cauê Lima Canabarro, Andréa Amaral Mello; Dra. Ieda Cristina Alves Ramos.

Mediador: Doutorando Nino Rafael Medeiros Kruger (PPG-PSDH/UCPel).

Minicurso: PRODUTIVISMO E PRAZER NA FORMAÇÃO ACADÊMICA: como elaborar trabalhos e artigos científicos

Ministrantes: Prof.ª Dr.ª Vini Rabassa da Silva (PPG-PSDH/UCPel), Doutorandas Emilia Piñeiro (PPG-PSDH/UCPel) e Maritânia Rafagnin (PPG-PSDH/UCPel).

Das 19h às 22h

19h - Apresentação Cultural: Anjo db - Rap pelotense "projeto cartão postal"

19h30 - Painel de encerramento: "Avanços e desafio da política social com recorte racial"

Painelistas: Prof. Dr. Georgina Helena Lima Nunes (Coordenadora Geral do ObservAASul); Doutoranda Carla Ávila (PPG-PSDH/UCPel); Profa. Dra. Cassiane de Freitas Paixão - Coordenadora do NEABI – FURG.

Mediadora: Camila de Freitas Moraes (UCPEL)

21h30 – Encerramento com atração cultural: Slam das Minas Pelotas/RS - batalha de poesia

SUMÁRIO

QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS NO ÂMBITO DO MERCOSUL 18

O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO ENTENDIDO A PARTIR DE BOURDIEU 19
Eugênia Aparecida Cesconeto
Vera Maria Ribeiro Nogueira

A GARANTIA DA PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS PESSOAS IDOSAS FRENTE AS LEGISLAÇÕES VIGENTES 30
Thais Kerber de Marco
Larissa Reginatto, Hayatt Mansour
Carlos Leonardo Paim dos Santos

A PROMOÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO MERCOSUL DECORRENTE DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS 40
Naiade Iria Cardoso Gonçalves
Amanda D'Andrea Löwenhaupt
Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira

APP QUILOMBOLA: acesso aos direitos de cidadania e promoção de equidade de gênero 49
Patrícia Krieger Grossi
Gabriel Moraes Machado
Cassia Engres Mocelin
Ana Paula Terra Bacelo

O USO DE UM GAME COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO 59
Patrícia Krieger Grossi
Gabriel Moraes Machado
Cassia Engres Mocelin
Ana Paula Terra Bacelo

PROGRAMA MELHOR EM CASA: desafios para a atuação do assistente social 69
Márcia Inêz Xavier dos Santos

POLÍTICAS SOCIAIS, ASSIMILAÇÃO E POBREZA: uma tríade interconectada na Aldeia Gyró 77
Vini Rabassa da Silva
Suzan Cardoso Balsamo
Natália Ferreira Pereira
Beatriz Vasconcelos Matias

ATUAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR EM UM SERVIÇO DE ESTOMATERAPIA: conquistas e desafios 87
Edinéia Mayer Schmidt

ACOMPANHANTES DE USUÁRIOS DE PRONTO SOCORRO DE MUNICÍPIOS REFERENCIADOS: uma demanda por tratamento humanizado..... 97
Vini Rabassa da Silva
Adriana Abreu da Silva

PERFIL DOS ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE PELOTAS E RIO GRANDE E SUAS PERCEPÇÕES SOBRE O PROGRAMA FUTURE-SE..... 107
Priscila Soares Pepe
Elisa Fernandes

POLÍTICA DE SAÚDE: educação e trabalho na saúde serviços de saúde e cuidado..... 120

SERVIÇOS DE SAÚDE E A EXPANSÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS EM SAÚDE: modelos de políticas de saúde traduzidos em terceirização de serviços públicos 121
Cláudia Regina Paese
Mara Rosange Acosta de Medeiros

RELATO DE EXPERIÊNCIA: grupo de tabagismo em unidade de saúde..... 132
Joyce Aparecida Machado de Castro
Daiane da Rosa Ugoski

REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA: conquistas e desafios 140
Laurem Janine Pereira de Aguiar
Maria Isabel Barros Bellini
Ana Paula Vargas Ronsani

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA E SERVIÇOS PENAIS 150

OS VISITANTES COMO SUJEITOS NAS PESQUISAS PENITENCIÁRIAS: levantamento bibliográfico preliminar..... 151
Karen da Cunha Lessa

AGENTES PENITENCIÁRIAS: mulheres no universo masculino dos presídios da 5ª Região Penitenciária 159
Marina Nogueira Madruga

A VITIMIZAÇÃO DA PESSOA PRIVADA DE LIBERDADE COMO CONSEQUÊNCIA DA PRISÃO-MORTE..... 167
Sarah Corrêa Emygdio

TODO CAMBURÃO TEM UM POUCO DE NAVIO NEGREIRO 183
Alene da Rosa Silva
Alan Silva Carvalho

VIOLÊNCIAS E ACESSO À JUSTIÇA NA PERSPECTIVA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS 193

AS CONTRIBUIÇÕES DE ISILDINHA NOGUEIRA PARA PENSAR A NECROPOLÍTICA E O RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL 194
Carla Silva de Ávila
Maria Heloisa Martins da Rosa
Thais Carolina Xavier Coitinho
Natália Ferreira Pereira

ENTRE AS PERSPECTIVAS DA *BIPOLÍTICA* E DA *NECROPOLÍTICA*: uma reflexão sobre a produção de vidas descartáveis no contexto latino-americano 204
Maritânia Salete Salvi Rafagnin
Tiago Lemões

O PAPEL DA MULHER NA FORMAÇÃO SOCIAL DO BRASIL E AS DIVERSAS EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA 215
Cristiane Aparecida Borghezan Sobieranski
Marisa Camargo

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA VIOLENCIA DIANTE DO INESPERADO 223
Sandro Adams

VIOLÊNCIA E IMPUNIDADE: os desafios do Brasil para alcançar as dimensões da justiça de transição 235
Carmen Abreu

A CATEGORIA "ACESSO À JUSTIÇA" NO CÁRCERE 245
Jiulia Estela Heling

JOVENS EM CONFLITO COM A LEI: reflexões a partir do campo sócio-jurídico em Pelotas-RS 254
Manoela Vieira Neutzling
Carolina Freitas de Oliveira Silva
Luana Costa Bidigaray

TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO: novas morfologias, trabalho associado e políticas públicas de emprego e renda 262

TRABALHO, IDENTIDADE E SOCIALIZAÇÃO: o ofício dos vendedores de eletrônicos nos centros de comércio popular 263
Neidiane Cardoso da Silva

TRABALHO, TRAJETÓRIAS E IDENTIDADES: mutações na condição salarial 281
Francisco E. B. Vargas
Rafaella Egues da Rosa

ESTUDO DA ARTE SOBRE O TRABALHO DOCENTE NO BRASIL..... 292
Lia Beatriz Gomes Victória
Renato da Silva Della Vechia

A HISTÓRIA ORAL DE VIDA COMO RECURSO METODOLÓGICO NO PROCESSO DE INCUBAÇÃO JUNTO AO NESIC-UCPel..... 301
Janaina da Silva Guerra
Lia Beatriz Gomes Victória

A GESTÃO DE PESSOAS NA FURG ENQUANTO CAMPO DE DISPUTAS APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DO REUNI..... 312
Jéssica Silva de Ávila

ACIDENTES DE TRABALHO COM TERCEIRIZADOS NAS PARADAS PARA MANUTENÇÕES PROGRAMADAS DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA .. 321
Luis Geraldo Gomes da Silva
João Manoel Losada Moreira

RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS EM CONCURSO PARA PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR..... 334
Sandra Mara Silva de Leon
Geise Loreto Laus Viega

A CONFORMAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM TEMPO DE CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL 342
Jane Cruz Prates
Erica Bomfim Bordin
Bárbara Corteline Gauer

EVOLUÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO..... 350
Fernanda Modkovski

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA PARA A POPULAÇÃO MIGRANTE..... 358
Eduardo de Oliveira Soares Real

CRISE DO ESTADO E RESISTÊNCIAS 368

ESTADO E CRISE DA DEMOCRACIA NO BRASIL: a institucionalidade e a mitigação democrática..... 369
Paulo César Neves Barboza

CRISE POLÍTICA E BLOCO NO PODER: apontamentos sobre a natureza de classe da crise brasileira..... 379
Leonardo Granato
Mateus Henrique Weber

A PRODUÇÃO UNIVERSITÁRIA ACERCA DA DITADURA DE 1964: um balanceamento por temática, ano e região 390
Renato da Silva Della Vechia
Ana Luiza Marcos Schuch
Igor Venzke Pinheiro

O INGRESSO DOS ESTUDANTES NEGROS NO ENSINO SUPERIORA A PARTIR DA LEI 12711/2012: uma análise a partir dos editais do SISU FURG 401
Cassiane de Freitas Paixão
Edvan Neves de Sousa

TIRANDO OS AVÓS DO ARMÁRIO: Comissão de Heteroidentificação Complementar à autodeclaração racial na Universidade Federal do Rio Grande- FURG, uma breve análise crítica 409
Cassiane de Freitas Paixão
Filipe Ferreira Delmondes

FINANCIAMENTO DA EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: a transição do reconhecimento ao descaso 418
Terena Sousa da Silva Koglin
Margarete Hirdes Antunes
João Carlos de Oliveira Koglin

MULHERES TRANS NA POLÍTICA INSTITUCIONAL: uma busca por representatividade 427
Rosana da Silva Chagas

TRÁFICO INTERNACIONAL DE MULHERES PARA EXPLORAÇÃO SEXUAL: Estado e suas Políticas de Enfrentamento 434
Arturo P. Carrasco

SEGURANÇA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA 443

A CENTRALIDADE DO AUTOCONSUMO NO ASSENTAMENTO RENASCER – CANGUÇU/RS: articulando segurança alimentar e agroecologia 444
Henrique Müller Priebbernow
Giancarla Salamoni

MERCADOS INSTITUCIONAIS E SEGURANÇA ALIMENTAR: o protagonismo da agricultura familiar 452
Giancarla Salamoni
Luiz Felipe Wassmansdorf

ANÁLISE DO IMPACTO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO ALIMENTOS NA CIDADE DE PELOTAS 462
Carlos Eduardo Arns
Thais Della Vechia

POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: limites e potencialidades para uma integração de ações intersetoriais em Pelotas-RS 471
Carlos Eduardo Arns
Miria Raquiel Rocha

FEIRAS ORGÂNICAS NA CIDADE DE MACEIÓ: a saída para uma alimentação saudável 486
Wanda Griep Hirai
Sílvia Pereira Silva Bomfim
Verônica Gomes do Nascimento Santos

DESAFIOS DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA ATUAL CONJUNTURA BRASILEIRA 495
Wanda Griep Hirai
Ana Beatriz Schemberg
Alan Cardoso Marques dos Santos
Thayná da Silva Félix

ACREDITAÇÃO AGROECOLÓGICA DA REDE BEM DA TERRA: uma proposta contra-hegemônica 504
William Borges Aldrighi

AS MÚLTIPLAS MARGENS DA CIDADE 512

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO POPULAR .. 513
Renan Costa Valle Scarano
Pablo Rodrigo de Andrade Barbosa

AS OLIMPÍADAS E OS SUBÚRBIOS CARIOCAS: análise das dinâmicas sociais e das transformações urbanas na área do Engenhão 523
Lívio Silva de Oliveira

CIDADE, RACISMO E SEGREGAÇÃO SÓCIO ESPACIAL: os conflitos raciais no Mercado Público na cidade de Pelotas 533
Carla Silva de Avila

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E A MATERIALIZAÇÃO DO DIREITO Á CIDADE 543
Carla Graziela Rodegueiro Barcelos Araújo
Bruna Gouvêa
Camila de Freitas Moraes
Nino Rafael Kruger

PARA UMA DESCOLONIALIDADE DO PENSAMENTO SOBRE A CIDADE 553
Nino Rafael Medeiros Kruger
Camila de Freitas Moraes
Carla Graziela Rodeguiero Barcelos Araújo
Paula Mello Costa

CIDADE E MORTE 565
Camila de Freitas Moraes
Carla Graziela Rodegueiro Barcelos
Cristine Jaques Ribeiro
Thais Carolina Xavier Coitinho

DIREITO, DECOLONIALIDADE E LUTAS SOCIAIS..... 573

A INTERCULTURALIDADE A PARTIR DO MITO DA MODERNIDADE E DO ENCOBRIMENTO DO OUTRO 574
Pedro Coelho Marques
Lucas Braunstein da Cunha
Pablo Alan Jenison Silva

COLONIALISMO, POPULISMO E QUESTÃO INDÍGENA NO BRASIL: anotações preliminares 592
Beatriz Matias
Matheus Silva

O MODO DE VIDA DAS COMUNIDADES INDÍGENAS LATINO-AMERICANAS PAUTADO NO BEM VIVER COMO PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO ÀS NOVAS LÓGICAS CAPITALISTAS DE EXPULSÃO 603
Fernanda Ollé Xavier

A *HYBRIS DEL PUNTO CERO* E A PUREZA DO DIREITO DESDE OS GUARANI 614
Lucas Braunstein da Cunha
Pedro Coelho Marques
Pablo Alan Jenison Silva

INTERSECCIONALIDADE NOS ESTUDOS DECOLONIAIS: a colonialidade de gênero e o sistema de gênero colonial/moderno 622
Daniela Cristien S. M. Coelho
Valmor Scott Junior

A DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL SOB AS LENTES DECOLONIAIS: a invisibilização da infanto-juventude negra 629
Thais Bonato Gomes
Liara Jamili Duarte Terra

DECOLONIALIDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA: alternativas para o desenvolvimento socioeconômico do Quilombo Pelotense do Algodão 639
Ademar Fernandes de Ornel
Aline Lourenço de Ornel
Andreia Lourenço de Ornel

NOVA ONDA? EDUCAÇÃO EM CIDADANIA COMO PREMISSA PARA O ACESSO À JUSTIÇA 650
Stephane Silva da Silva
Cristina dos Anjos Lopes Urtiaga

POLÍTICAS PÚBLICAS NA ORDEM NEOLIBERAL..... 659

O RURAL EM DISPUTA: entre a soberania e a entrega 660
Letícia Chimini
Paulo Roberto Martins

ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR CHEGANDO ÀS UNIVERSIDADES: análise comparativa das compras institucionais no âmbito da UFPEL e UFAL 672
Danielle Farias da Silveira
Wanda Griep Hirai
Alan Cardoso Marques dos Santos
Flávio Sacco dos Anjos

A ATUALIDADE DO SENTIDO DA DESIGUALDADE NO PENSAMENTO DE ROUSSEAU 681
Robenson Azor
Neiva Afonso Oliveira

A AGENDA NEOLIBERAL E A POLÍTICA GERENCIALISTA PARA O CAMPO EDUCACIONAL..... 694
Stephane Silva de Araujo
Cristina dos Anjos Lopes Urtiaga

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À INTERNET NO BRASIL: a questão neoliberal e a inclusão digital como uma solução de mercado 701
Julio Marinho Ferreira

O DESMANTELAMENTO DO ESTADO SOCIAL BRASILEIRO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016 710
Alexandre Nogueira Pereira Neto

QUANDO O ESTADO RETIRA "AS COBERTAS" A POPULAÇÃO FICA DESPROTEGIDA..... 719
Alene da Rosa Silva

QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS NO ÂMBITO DO MERCOSUL

O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO ENTENDIDO A PARTIR DE BOURDIEU

Eugênia Aparecida Cesconeto[1]
Vera Maria Ribeiro Nogueira[2]

1. Introdução

O artigo tem por objetivo apresentar o sistema de atendimento socioeducativo para adolescentes em conflito com a lei no contexto do campo expresso por Bourdieu. Desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente[3] (1990 e atualizações) já havia a indicação de que a garantia de direitos para crianças (0 a 11 anos) e adolescentes (12 a 18 anos) fosse vinculada à existência de arranjos institucionais e intersetoriais entre as políticas sociais. Para isso, as legislações estabeleceram a existência do Sistema de Garantia de Direitos[4] (SGD) estruturado em três eixos (defesa, promoção, controle da efetivação) e, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), ambos integrado e articulado por atuações profissionais e por práticas sociais visando a proteção integral. Assim, o adolescente no contexto social atual tende a conviver com uma dualidade social (dentro da ordem ou fora da ordem) e jurídica (vinculado a área social ou a área jurídica). Em geral a dualidade decorre da sua condição de classe e da sua inserção no sistema socioeducativo. O levantamento Anual SINASE 2016, divulgado em 2018, o país contava, com 477 unidades de restrição e privação de liberdade e, 25.929 adolescentes (12 a 21 anos) encontravam-se em cumprimento de medida privativa de liberdade (18.567 internação; 5.184 internação provisória; 2.178 semiliberdade); e 521 outras modalidades de atendimento (atendimento inicial, internação sanção, medida protetiva e tratamento de saúde); no total **26.450 autores de ato infracional**. A faixa etária concentrava-se entre os 16 e 17 anos, sexo: 96% masculino, 4% feminino. Questão étnico-racial 59,08% cor parda/preta e 22,49% de cor branca. O ato infracional praticado, análogo ao roubo com 47% (acrescido de 1% tentativa de roubo); 22% análogo ao tráfico

[1] Pós-Doutoranda em Serviço Social (UFSC). Professora Adjunta da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: eucesconeto@gmail.com
[2] Pós-Doutorado em Políticas Públicas, Universitat Autònoma de Barcelona (UAB). Professora adjunta da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: vera.nogueira@pq.cnpq.br
[3] O Estatuto da Criança e do Adolescente foi instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, apresenta-se a última versão constante da página do Planalto, portanto, consta as atualizações (BRASIL, 2019).
[4] O Sistema de Garantia dos Direitos da criança e do adolescente (SGD) está expressa na Resolução nº 113/2006/CONANDA, no Capítulo I, Artigo 1º, atualizado pela Resolução nº 117/2006/CONANDA. (BRASIL, 2006). Disponível em: https://www.direitosdacrianca.gov.br

de drogas; 10% análogo ao homicídio (acrescido de 3% de tentativa de homicídio) dos 27.799 atos infracionais registrados na totalidade do sistema. (BRASIL/SDH, 2018).

Quanto as medidas em meio aberto em 2017, tinha-se 117.207 adolescentes e jovens, sendo que 84.755 em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e 69.930 na Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) (BRASIL/MDS, 2018).

O adolescente para chegar a essa condição pressupõe-se passou por todo o processo legal, vinculando-se ao campo jurídico, a partir das seguintes fases processuais: *fase policial* ou *investigativa, fase ministerial* e *fase judicial*. O atendimento ao adolescente ocorre da seguinte forma, as medidas em meio aberto são executadas nos CREAS, CRAS, órgão gestor e/ou organização não-governamental (Política de Assistência Social), as medidas de internação são executadas nos Centros de Socioeducação e Casas de Semiliberdade (Secretaria de Justiça). Ambas as formas de execução das medidas socioeducativas ficam subordinadas ao judiciário quanto a prestação de contas do andamento das mesmas. Nesse sentido, justifica-se a importância de compreender o campo jurídico, como um lugar de relações complexas que obedece a uma lógica relativamente autônoma, acompanhando os progressos da divisão do trabalho que leva a constituição de um corpo de juristas profissionais, responsáveis pela produção e interpretação/aplicação da lei e, portanto com interferência no contexto social.

O artigo caracteriza-se como ensaio bibliográfico, é parte da investigação em andamento junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, na Universidade Federal de Santa Catarina, acrescido dos elementos teóricos e práticos decorrentes da experiência da extensão desenvolvida junto ao Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

2. A constituição do campo jurídico segundo Bourdieu

O direito e o Estado enquanto categorias históricas remanescem da mesma fonte, apoiam-se mutuamente, conformando-se na própria lógica de reprodução econômica. Existe uma correspondência entre a estrutura jurídico-política nas relações capitalistas (HIRSCH, 2010). Ou como diz Mascaro (2013, p.39), "há um nexo íntimo entre *forma política* e *forma jurídica*". O direito é moldado por normas estatais e o próprio Estado é forjado por institutos jurídicos, mantendo à dinâmica de reprodução do capital.

O universo jurídico "é relativamente independente", expresso na aparência do direito como algo acima dos interesses das classes sociais, capaz de captar as necessidades

sociais, e encobrir as relações de desigualdade social, uma vez que não podem aparecer como tal. Assim, juntamente com o Estado detém o "monopólio da violência simbólica legítima". O Direito racional moderno possui "uma eficácia simbólica por ser reconhecido como legítimo e ignorado como arbitrário" (BOURDIEU, 1989, p. 225).

O direito consagra a ordem estabelecida, consagrando dessa forma a visão do Estado que é garantida pelo mesmo. Ele atribui e garante aos agentes uma identidade (nomeação), e sobretudo poderes (ou capacidades) socialmente reconhecidos, com poder simbólico de classificação e permanência histórica. Ele produz efeitos sociais reais, uma vez que "[...] o ato de criação, é proclamado à vista de todos e em nome de todos, conferindo-lhe a universalidade prática oficial" (BOURDIEU, 2000, p. 237 e 238).

A constituição do **campo jurídico** obedece a ritos rígidos e hierárquicos e, centraliza na pessoa do juiz o poder de decisão do conflito social; a contribuição da prática jurídica nessa relação, se dá pela oferta jurídica que gesta-se na concorrência entre os profissionais, e a procura dos "profanos" (clientes). Ele é o espaço social, no qual os "intérpretes autorizados" (perito, juiz, advogado, conselheiro jurídico, etc.), "concorrem pelo monopólio do direito dizer o direito", ou seja, é onde os "agentes investidos de competência social e técnica se defrontam na interpretação (mais ou menos livre ou autorizada) de um *corpus* de textos jurídicos que consagram a visão legítima, justa, do mundo social" (BOURDIEU, 2000, p.212).

No entanto, eles não estão sozinhos, somam-se a todos agentes do Estado (parlamentares, fiscais, policiais, assistentes sociais, assessores etc.), reconhecidos como intelectuais, homens da lei, pois conhecem as leis e as regras e, as aplicam e/ou materializam no seu cotidiano. O tratamento que esses agentes do Estado dispensam à população demarca uma forma de poder-saber que exprime a dependência-subordinação. A lei é uma ocultação sistemática do saber do Estado, que torna-se, no contexto burocrático um segredo de Estado (MARTORANO, 2017, p. 171).

O princípio que move o campo, é um jogo e, reside nas ações e nas reações dos agentes ao lutarem para se manterem ou melhorarem a sua posição no campo (poder sobre os títulos objetivados) e, produção ou aplicação da lei (BOURDIEU, 2000, p. 86). A prática dentro do campo jurídico - espaço social diferenciado, ocorre devido a ocupação da posição na divisão do trabalho dos agentes judiciais (autoridade, reconhecida socialmente) habilitados à manipulação legítima de determinados produtos simbólicos (obra jurídica/*corpus* de textos) que expressa relações de poder, o *poder simbólico*, "um

poder específico e invisível de consagrar ou desqualificar a lei, é uma arma em jogo". (BOURDIEU, 2000, p.217).

O poder simbólico – "é reconhecido como o poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem", ou seja, oculta uma relação de poder, determinada pela "dissimulação e transfiguração das relações de força própria do 'campo jurídico', que é capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia a partir do *habitus*[5]*"*. O campo jurídico tende a funcionar como um aparelho/instituição na medida em que ocorre a coesão de *habitus* (BOURDIEU, 2000, p.8 e 214). Assim, a razão de ser de uma instituição (ou de uma medida administrativa) e dos seus efeitos sociais, previstos e imprevistos (leis universais), decorre da 'vontade' de um grupo, que em função dos interesses e dos *habitus* (relação indivíduo/campo) se define e se redefine continuamente na luta – e através da luta no campo (BOURDIEU, 2000, p. 81).

A linguagem jurídica sintetiza a luta do campo, revela-se a partir do "efeito de *apriorização",* que combina elemento da língua comum e elementos estranhos ao seu sistema, expressa os sinais de uma "retórica de impessoalidade e de neutralização" (construções passivas e frases impessoais), acrescida da "*universalização* (enunciação da norma; retórica de atestação oficial; omnitemporalidade da regra, etc.)" (BOURDIEU, 2000, p. 215).

Os juristas e os juízes dispõem em graus muito diferentes, do poder de explorar a "polissemia ou a anfibologia das fórmulas jurídicas, recorrendo quer à *restrictio"* (processo necessário para não se aplicar a lei, que entendida literalmente, o deveria ser), quer a *"extensio"* (processo que permite que se aplique a lei que, tomada à letra, não o deveria ser), e as técnicas como a analogia tirando proveito da elasticidade da lei, das contradições, das ambiguidades e das lacunas. A instituição do 'espaço judicial' implica, uma relação de poder fundamentada na "*discordância postural* entre o jurista (terceiro mediador) e o cliente (justiciável)", ou uma fronteira entre os que estão preparados para entrar no jogo e os que, quando nele se acham lançados "permanecem de fato excluídos" (BOURDIEU, 2000, p. 224 e 225).

[5] O *habitus* deve ser compreendido como conhecimento adquirido e também um haver, um capital, posição incorporada das estruturas objetivas de que ele é produto: a circularidade que preside sua formação e seu funcionamento explica, por um lado, a produção de regularidades objetivas de comportamento; por outro, a construção das obras jurídicas independentes dos constrangimentos e das pressões sociais, expressando a autonomia relativa do direito (BOURDIEU, 2000, p.58).

A eficácia simbólica do direito se consagra no ritual destinado a enaltecer a autoridade do ato de interpretação, bem como, atestar que a decisão exprime não a vontade e a visão do mundo do juiz, mas "sim a *voluntas legis* ou *legislatoris (*em nome de todos e perante todos)". O veredicto judicial, "compromisso político entre exigências inconciliáveis que se apresenta como uma síntese lógica de teses antagonistas e, condensa toda a ambiguidade do campo jurídico" (BOURDIEU, 2000, p.225 e 228).

O aparato organizacional administrativo burocrático assume a responsabilidade de garantir a lei e a ordem e, assegurar a paz social, "[...] Essencialmente são aparelhos repressivos usados seletivamente, para punir também os que pela força da necessidade ou pelo inconformismo não permanecem nos limites da ordem" (SARTORI, 2017, p. 70). O adolescente autor de ato infracional, ao descumprir a lei entra no jogo do campo jurídico, conformando-se com o direito para resolver o conflito, aguarda a transmutação do conflito direto entre as partes interessadas no debate juridicamente regulado, onde os juízes e juristas atuam por procuração por terem o conhecimento e o reconhecimento da regra do jogo.

2.1. Entrada do Adolescente no Sistema Socioeducativo

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) é detalhado a partir de um conjunto de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução da medida socioeducativa (BRASIL, 2006 e 2012), expressando o caráter de proteção e promoção social, bem como, a transversalidade da referida política, buscando superar a *doutrina da situação irregular*. Reconheça-se que "a nomeação atribuída pelo direito" a forma de atenção e aos sujeitos, é resultado das discussões e consensos possíveis nos períodos dos anos 1980 e anos 2000, portanto, "uma construção do mundo social", cujo resultado possível foi designar "adolescente autor de ato infracional e SINASE", já na iminência do advento do Estado penal, bem armado para lidar com os problemas sociais e a pobreza (BOURDIEU, 2000, p. 237).

O SINASE se orienta por normativas nacionais (Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente) e internacionais[6] das quais o Brasil é signatário. Essa é a

[6] Normativas internacionais: Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, Sistema Global e Sistema Interamericano dos Direitos Humanos: Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça

"referência a um *corpus* de precedentes reconhecidos, que funcionam como um espaço de possíveis em cujo interior a solução pode ser procurada" (BOURDIEU, 2000, p.231). O destaque desse instrumento legal é a imposição da educação, como principal disciplinador social do adolescente. A síntese desse conjunto de direitos deve estar expresso no atendimento socioeducativo, que pressupõe a capacidade de ofertar a partir de medidas socioeducativas, a experimentação, a resignificação e a participação do adolescente em um projeto social compartilhado, cujo fundamento seja o da constituição autônoma do ser social (BRASIL, 2012).

O adolescente somente será acusado de ato infracional quando: violar dispositivos legais que caracterizam crime ou contravenção; for atribuído ou imputado o cometimento de um ato infracional e; após o devido processo, com respeito estrito às garantias legais, ele for considerado responsável. E por ser juridicamente reconhecido como "sujeito de direitos", tem todas as garantias constitucionais asseguradas, o direito a um advogado, não pode ser preso como suspeito, a presunção de inocência, a ampla defesa, o princípio do contraditório, o direito de contraditar as testemunhas e provas, assistência judiciária, a presença dos pais ou responsáveis nos procedimento judiciários, o direito de ser informado das acusações e de não as responder, de interposição de recursos, de *habeas corpus* e todos os demais direitos de cidadania concedidos a quem se atribua à prática de crime ou contravenção penal (BRASIL, 1990 e atualizações).

O trabalho jurídico justifica-se pelo uso da regra que lhe confere o *selo da universalidade*, fator por excelência da *eficácia simbólica*, um ponto de vista sobre o mundo social, a lei passa pouco a pouco a ser reconhecida como útil pelo uso, ao criar um certo número de hábitos jurídicos ou morais (BOURDIEU, 2000, p. 245).

O hábito jurídico é detalhando nas fases processuais, segundo Cartilha Medidas Socioeducativas da VIJ/DF (BRASIL, 2018), pela qual o adolescente deve passar: a primeira delas a ***fase policial*** *ou investigativa*, quando ocorre a apreensão do adolescente, ele será encaminhado ao Juiz da Vara da Infância e da Juventude para autuação e decisão quanto ao flagrante (liberação ou internação do adolescente). A apreensão pode ocorrer por meio do Auto de Apreensão (flagrante do ato infracional) ou pelo Boletim de Ocorrência Circunstanciado. O adolescente somente será privado de sua liberdade mediante o flagrante ou ordem escrita e fundamentada do Juiz, levando em conta a garantia da segurança pessoal do adolescente e a manutenção da ordem pública. Nessa fase ocorrem

Juvenil; Regras de Beijing; Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade.

muitas violações de direitos, pois ainda mantém-se a destinação da regra a um público específico e com características pré-definidas - pobre, negro, conforme apresentado na introdução. Demonstrando como em uma sociedade diferenciada, "o efeito de *universalização* continua sendo um dos mecanismos, mais poderosos, por meio dos quais se exerce a dominação simbólica, ou a imposição da legitimidade de uma ordem social". A regra ao impor a representação da normalidade, tende a reconhecer as práticas *diferentes* como *desviantes*, anómicas e até mesmo anormais, patológicas. E ainda, expressa "os efeitos do etnocentrismo dos dominantes, fundamentador da crença na universalidade do direito", na ideologia de fazer do direito um instrumento de transformação das relações sociais (BOURDIEU, 2000, p. 246 e 247).

Após a fase policial ocorre a ***fase ministerial***, o promotor de Justiça irá ouvir o adolescente e, se necessário e possível os responsáveis, vítima(s) e testemunhas. Esse é um momento único, em que o adolescente é ouvido e tem a possibilidade de falar sobre o ocorrido, e pode esclarecer se houve violação de direitos no ato da apreensão. A partir daí são possíveis três encaminhamentos: 1) o indicativo da promotoria ao arquivamento do processo, 2) a remissão com ou sem aplicação de medida socioeducativa e, 3) a representação a Vara da Infância e Juventude, na qual haverá aplicação de medida socioeducativa. É importante destacar que nessa fase a tomada de posição dos atores sociais (defensores públicos, assistentes sociais, conselheiro tutelar, entre outros) na defesa e proteção dos direitos é "fundamental para superar a retórica que privilegia aspectos individualizantes dos conflitos sociais e a própria questão social" (SARTÓRIO; ROSA, 2010, p.565).

O adolescente adentra o espaço jurídico, e passa a ter que entender a sua "*constituição*, suas exigências (postura global), visível sobretudo na linguagem adotada". Os agentes especializados introduzem "uma distância neutralizante, para constituir o objeto da controvérsia se existente em *causa,* enquanto um problema jurídico", para ser objeto de debates juridicamente regulados e reter tudo aquilo que pode valer como fato, como argumento favorável ou desfavorável, fazendo com que o adolescente e seus responsáveis adentrem no jogo jurídico (BOURDIEU, 2000, p. 227 e 230).

Na ***fase judicial***, o Juiz da Vara da Infância e da Juventude homologa a remissão sem medida socioeducativa, ocorre então a absolvição do adolescente e o arquivamento. Com a medida socioeducativa ocorre a extração da carta de sentença para a sua execução em meio aberto através de: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade ou liberdade assistida; e ainda as medidas protetivas.

O juiz ao recebe a representação, designa audiência de apresentação e decide sobre a internação provisória (máximo de 45 dias), partindo dos critérios de indícios suficientes de autoria e materialidade do ato infracional e demonstração da necessidade imperiosa da medida, constatada a partir de diligencias para juntada de documentos, realização de novas perícias, as alegações finais. Havendo a comprovação que ocorreu o ato infracional, e que o adolescente o cometeu, se dá a aplicação da medida cabível, através de sentença. As audiências não podem figurar como uma mera formalidade, precisa-se avançar na defesa de direitos, a culpabilidade não pode e não deve ficar somente nas mãos do magistrado. Os profissionais da área técnica (entre eles o assistente social) precisam fazer a diferença a partir da sua participação nesse espaço.

Entre as exigências implicitamente inscritas no contrato que define a entrada no campo jurídico estão: a) o fato de que se deve chegar a uma decisão – culpado ou não culpado; b) a acusação e a defesa devem ordenar-se numa das categorias reconhecidas de procedimentos (limitados e estereotipados) que se impuseram no decurso da história; c) deve-se recorrer a precedentes e conformar-se com eles, o que pode levar a distorções das crenças e das expressões correntes. A regra impede ir-se além das decisões jurídicas anteriores (espaço do possível), afirmando a autonomia e a especificidade do raciocínio e do juízo jurídicos (AUSTIN *apud* BOURDIEU, 2000, p. 230).

Após o processo legal com a presença do advogado de defesa, o Juiz pauta-se no artigo 112, do Capítulo IV do ECA para aplicar as medidas socioeducativas de internação, sendo elas: provisória, inserção em regime de semiliberdade; ou internação; e podem ocorrer, de forma cumulativa, as medidas protetivas. Para a aplicação das medidas socioeducativas levar-se-á em conta a gravidade do ato praticado e as necessidades pedagógicas do adolescente, preferindo-se aquelas que visem o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 1990 e atualizações). Apesar do Juiz ter um rol de medidas a serem aplicadas, ainda por vezes, aplica-se em grande escala a medida de internação.

Pode-se dizer, "[...] a utilização do precedente é utilizado ora como instrumento de racionalização ora como razões determinantes", pois a tradição jurídica oferece uma diversidade de precedentes e interpretações em que o juiz pode escolher os que melhor se adaptam ao caso em questão. Leva-se em conta ainda a "previsibilidade" e "calculabilidade" que assentam-se na "constância" e na "homogeneidade dos *habitus* jurídicos", com base nas experiências semelhantes, a partir de estudos do direito e da prática profissional jurídica. O **veredito do juiz**, resolve os conflitos ou as negociações a

respeito das coisas ou das pessoas, proclama publicamente o que elas são na verdade, pertence à "classe dos *atos* de *nomeação* ou de *instituição*, ele representa a forma da palavra autorizada, palavra pública, oficial, enunciada em nome de todos e perante todos, ato de *categorização* – acusar publicamente" (BOURDIEU, 2000, p. 231).

A aplicação final da medida socioeducativa em meio aberto (prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida) ocorre em **instituições municipais** governamentais e/ou não governamentais e, as medidas socioeducativas de internação são executadas em **instituições regionais/estatais**. Essa situação causa um distanciamento inicial entre as duas instâncias de execução, com ações que se institucionalizam à revelia da proposta socioeducativa, cada profissional atuando de forma individualizada.

Pode-se dizer que os executores da socioeducação a exercem com a cumplicidade – tanto mais certa quanto mais inconsciente, e até mesmo mais sutilmente extorquida – daqueles que a suportam (eficácia simbólica). Mas, à medida que aumenta a força dos dominados no campo social e dos seus representantes (partidos ou sindicatos) no campo jurídico, pode ocorrer mudança nas leis e regras, uma forma é a jurisprudência (criadora) (BOURDIEU, 2000, p. 243). Portanto, a luta e pela luta passam a ser reconhecida quando inscritas nos campos do político e do científico.

3. Considerações Finais

A política socioeducativa reconhecida e sustentada nos princípios dos direitos humanos e sociais, de modo geral, conforme Ferraz e Cesconeto (2016), encontra dificuldade de compreensão e de aceitação, os adolescentes sofrem violências e violações de direitos (humilhação, insalubridade, alojamentos precários ou fora dos padrões exigidos pela legislação, insuficiência de capacitação dos atores sociais, etc.). Ainda há tensões, paradigmas e preconceitos tanto na sociedade civil, como nas equipes profissionais e os agentes do Estado, a serem superados.

A eficácia do direito depende dos valores inscritos nos textos jurídicos e nas atitudes éticas e políticas dos que estão encarregados de os aplicar. Pois, apesar da existência da norma e da regra, a discricionariedade profissional se faz presente, agindo segundo ações mecânicas determinadas por padrões previamente fixados. E "[...] o burocrata em todos os níveis tem como principal característica esse aspecto mecânico, automático, é mecanizado em larguíssima proporção" (FORTES, 2017, p. 130). Cabe

portanto, um posicionamento ético-político em relação ao adolescente autor de ato infracional.

A ação mecânica exercida pelos profissionais é considerada espontaneísmo[7], uma vez que age de maneira imediata empregando um conjunto de reações e respostas fixadas pela força do hábito, emoldurado por uma estrutura fechada e restrita a si mesma, negligenciando outros aspectos/dimensões da prática social. Ou como nos diz Bourdieu (2000, p. 9), o poder simbólico que constrói a realidade tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social), o *conformismo lógico* (Durkheim), ou seja, uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância das inteligências. O mesmo sistema simbólico permite ideologicamente manter a dominação e a cultura dominante, mas também pode e deve ser atravessada pela luta político social.

4. Referências

BOURDIEU, P. **Poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 3.ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 322p.

BRASIL. **Cartilha Medidas Socioeducativas**. Coleção Conhecendo a 1ª VIJ do DF. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. BRASIL, 2018.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** (1990 e atualizações). Presidência da República. Brasília, 1990. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 20/03/2019.

BRASIL. **Lei n. 12.594,** de 18 jan. 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Presidência da República. Brasília, 2012. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm>. Acesso em 27/03/2019.

BRASIL/SDH. **Levantamento Anual SINASE 2016**. Secretaria dos Direitos Humanos (SDH). Brasília, 2018. Disponível em https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/Levantamento_2016Final.pdf. Acesso em 24/04/2019.

BRASIL/MDS. **Relatório da Pesquisa Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no Sistema Único de Assistência Social**. Ministério Desenvolvimento Social (MDS). Brasília, 2018. Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/relatorios/Medidas_Socioeducativas_em_Meio_Aberto.pdf . Acesso em 24/04/2019.

[7] Espontaneidade segundo Lukàcs (2010), está na ação mecânica que se põe em movimento impulsionada por protocolos que operam de forma autônoma. Tais protocolos colocam-se acima das convicções pessoais do próprio indivíduo e são postos em operação como se a instância particular de determinado segmento da sociedade existisse de maneira separada do conjunto das relações sociais (LUKÀCS *apud* FORTES, 2017, 130).

FERRAZ, T.; CESCONETO, E. A. Serviço Social e Socioeducação nas regiões oeste e centro-oeste do Paraná. **Revista Em Pauta**, n.38, v.14. Rio de Janeiro, 2º semestre, 2016. [Online].

FORTES, R. V. A burocracia como modo fenomênico necessário do capitalismo: a crítica de Lukács ao burocratismo e a necessidade da democratização da vida cotidiana. In: CUNHA, E. P. **Marxismo e burocracia de Estado**. Campinas: Papel Social, 2017 (p.123 -146)

HIRSCH, J. **Teoria materialista do Estado** – processos de transformação do sistema capitalista de Estados. Trad. Martorano, L. C. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

MARTORANO, L. C. Nicos Poulantzas: burocracia e burocratismo. In: CUNHA, E. P. **Marxismo e burocracia de Estado**. Campinas: Papel Social, 2017 (p.163 – 180).

MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013. (132 p.).

SARTORI, V. B. Friedrich Engels como crítico da burocracia. In: CUNHA, E. P. **Marxismo e burocracia de Estado**. Campinas: Papel Social, 2017 (p. 39-62).

A GARANTIA DA PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS PESSOAS IDOSAS FRENTE AS LEGISLAÇÕES VIGENTES

Thais Kerber de Marco [1]
Larissa Reginatto Saldanha [2]
Hayatt Husam Mansour [3]
Carlos Leonardo Paim dos Santos [4]

1. Introdução

A pessoa idosa tem sua proteção prevista na Constituição Federal, além de ter seu Estatuto próprio e uma Política Nacional que cria o Conselho Nacional do Idoso. Essas legislações procuram proteger todos os direitos e garantias pertinentes à essa população. Eis que a ciência desse conjunto de normas faz-se imperiosa para que as mesmas possam ter condições de uma vida digna. Nesse sentido, o presente artigo tem como principal objetivo apresentar as garantias de proteção dos direitos fundamentais das pessoas idosas frente ao Estatuto do Idoso, à Constituição Federal bem como as demais previsões legais. Diante dessa pesquisa, procura-se refletir a respeito das garantias legais das pessoas idosas, bem como, se essas garantias são efetivamente garantidas pelo Estado de Direito.

A relevância da problemática destaca-se com a atenção especial demandada, bem como a necessária convivência familiar e da proteção Estatal, em determinados casos, para o idoso ter uma vida digna. Objetiva-se, deste modo, primeiramente estudar quem é considerada pessoa idosa, identificar a importância da convivência familiar para idosos bem como aspectos constitucionais e legais de proteção ao idoso. Posteriormente aborda-se quanto ao papel do Ministério Público na garantia dos direitos dos idosos, a fim de minimizar suas vulnerabilidades e, desta forma, assumir o dever de articulador social, tendo em vista a cooperação nas soluções com o propósito de efetivar todos os problemas referentes à pessoa idosa. Para realizar tal pesquisa, a metodologia utilizada foi o modo de análise prioritariamente hipotético-dedutivo. O método de procedimento envolveu a pesquisa bibliográfica e, no que se refere a técnica da pesquisa, foi utilizada

[1] Mestre em Direito. Universidade Regional do Alto Uruguai e Missões – Campus Santo Ângelo. E-mail: thaiskerber@hotmail.com
[2] Bacharela em Direito e acadêmica da Pós-Graduação com ênfase em Direito Processual Civil. Universidade Franciscana – Campus Santa Maria. E-mail: larirsaldanha@hotmail.com
[3] Acadêmica do Curso de Bacharelado em Administração. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus Santa Rosa. E-mail: hayatt.h.m@hotmail.com.
[4] Acadêmico do Curso de Bacharelado em Direito. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Campus Santa Rosa. E-mail: leonardo--paim@hotmail.com.

documentação direta e indireta. Notou-se que o idoso possui as devidas proteção e garantias previstas no Estatuto do Idoso, na Política Nacional do Idoso e na Constituição Federal, além das demais legislações das quais visam o bem-estar da pessoa idosa. É por meio destas previsões legais que procura-se garantir que os direitos das pessoas idosas sejam respeitados. Entretanto, para que tais direitos tenham eficácia, são necessárias políticas públicas que auxiliem, fomentem e os viabilizem, visto que, a partir dos dados estudados, a população nacional tem envelhecido e as mesmas apresentam novos desafios para a sociedade brasileira.

2. Pessoas Idosas Frente as Legislações Vigentes

A sociedade contemporânea tem enfrentado inúmeras modificações perante as condições de vida bem como importantes avanços da ciência e da medicina, que impreterivelmente repercutem no avanço da expectativa de vida e, diante disto, é necessário a garantia de que essas pessoas tenham qualidade de vida. Como apontou o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (2013), a população idosa vem crescendo a cada ano:

> Entre 2000 e 2010, de acordo com dados do Censo, a população idosa passou de 14,5 para 20,6 milhões de pessoas. Em 2011, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD estimou as pessoas idosas em cerca de 23 milhões, representando quase 12% da população total. Segundo estimativas do IBGE, a população idosa, em 2030, deve ultrapassar a marca de 30 milhões no país. (BRASIL, 2013, p. 69)

Diante do crescimento significativo dessa faixa populacional, tem-se a imprescindibilidade de atenção especial a ela. Seu direito tem respaldo no Estatuto do Idoso, que estabelece, em suma, a responsabilidade da família, comunidade, sociedade e do Poder Público em garantir a pessoa considerada idosa alguns direitos. Vale salientar que, considera-se pessoa idosa aquela com idade igual ou superior a sessenta anos, conforme dispõe o artigo 1º do Estatuto do Idoso (2003) as garantias legais para pessoas que tenham essa ou idade superior são de extrema importância para o bem-estar delas, conforme explica o seu 2º artigo, para preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. Sabendo-se do dever de e assegurar à pessoa idosa todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana e por se ter uma idade mais avançada estar

suscetível a possuir mais dificuldades se comparada com pessoa de idade inferior; é oportuno facilitar, ao máximo, os instrumentos de prevenção, aperfeiçoamento, condições e demais elementos que possam viabilizar ao idoso um envelhecimento saudável, assegurando-lhes os direitos fundamentais e visando que tenham o essencial para sua subsistência e bem-estar.

Outro ponto que merece destaque na proteção dos direitos da pessoa idosa é o convívio familiar. A família é essencial para a pessoa idosa, tendo em vista que é no seio familiar que se solidifica a base da sociedade, bem como que em todas as etapas da vida é ela quem exerce papel fundamental. É evidente os enfrentamentos familiares em aceitar e entender o envelhecimento de um parentesco, dificultando a convivência. Ilustra-se quando nas funções comumente desenvolvidas entre pais e filhos passam a se inverter: o indivíduo idoso, por vezes, diminui potenciais que estava acostumado a ter nas relações entre pais e filhos, e acaba tornando-se cada vez mais dependente de seus filhos. Em consequência, frequentemente, os filhos assumem responsabilidades por seus pais idosos (MENDES, 2005, s.p). Sabendo-se dessa inversão, o Estatuto do Idoso (2003, s.p), demonstra em seu artigo 3º a obrigação da família em assegurar ao idoso todos os seus direitos fundamentais, tais como: "direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária".

Nesse contexto, a Constituição Federal (1988, s.p), também prevê a obrigação da família com respeito à proteção ao idoso: "Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.". Diante disso, nota-se o dever familiar de amparar a pessoa em sua velhice, assim como a pessoa antes de tornar-se idosa deveria amparar seus filhos. A dignidade da pessoa humana, princípio presente na Constituição, tem o dever de garantir que todo e qualquer cidadão tenha os seus direitos respeitados e desta forma garantir os direitos básicos pertinentes a cada ser humano, pois, independente de idade ou qualquer forma de distinção, é direito de todos ter uma vida digna. De tal forma, Vecchiatti (2008, p. 146), revela o empirismo da dignidade humana, essa que: "constitucionalmente consagrada garante a todos o direito à felicidade, na medida em que a realidade empírica demonstra que a própria existência humana se destina a evitar o sofrimento e a buscar aquilo que acreditamos que nos trará a felicidade". Logo, além de permitir a vida digna, a sociedade deve levar em consideração as experiências de vida que as pessoas idosas têm, tendo em vista que, com

a longa caminhada perpassada pelos mesmos, podem vir contribuir muito com o avanço do espaço social que habitam. É dever prioritariamente da família e do Estado garantir que as pessoas cheguem na velhice com dignidade e seus direitos à vida, saúde, lazer, moradia, entre outros respeitados e assegurados, bem como a efetiva participação na sociedade (PELEGRIM, 2016, s.p).

Diante disso é importante que as famílias acolham seus idosos e que o Estado procure alguma forma de fiscalizar se estão tendo seus direitos respeitados. Nota-se como importante que o Estado configure relevantes programas de assistência integral visando a garantia da vida digna, bem como a proteção dos demais direitos violados. O Estatuto do Idoso assim como a Cartilha do Idoso dispõe de todas as garantias legais pertinentes a pessoas idosas, demonstrando que essas têm alguns direitos preferenciais frente à sociedade, tais como:

> Atendimento preferencial, imediato e individualizado em órgãos públicos e privados (repartições públicas, bancos, teatros, cinema, supermercados, rodoviárias etc.); Fornecimento gratuito, pelo poder público, de medicamentos, especialmente os de uso continuado; Desconto de pelo menos 50% nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer; Benefício de Prestação Continuada (BPC), no valor de um salário mínimo, àqueles que não possuam meios para prover sua subsistência, nem tê-la provida por sua família; Gratuidade no transporte público urbano a partir dos sessenta e cinco anos de idade, em algumas cidades, a gratuidade é concedida a partir dos sessenta anos, como, por exemplo, na capital, para as mulheres. Reserva de 5% das vagas nos estacionamentos públicos e privados, posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade. (GAEPI, 2007, p 6-7)

Percebe-se que o idoso tem direito a priorização do atendimento em inúmeros casos visando o bem-estar dos mesmos. Ademais, o idoso possui proteção na Política Nacional do Idoso o qual: "Art. 1º [...] tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade." (BRASIL, 1994, s.p). Um dos meios para proporcionar amparo legal a pessoa idosa é o Ministério Público. Ele atua em prol dessa faixa etária populacional a fim de certificar e garantir que os direitos assegurados a ela, e que ocasionalmente encontra-se em situação de risco, sejam garantidos no que diz respeito à saúde, ao transporte, à habitação, aos maus-tratos, ao abandono, direito à prioridade e fiscalizar o atendimento fornecido pelas instituições de longa permanência e desta forma, demonstrando a esse público o respeito e os direitos fundamentais que qualquer cidadão têm para usufruir e de que o Estado deve dispor. Ainda, no Estatuto do Idoso:

> Art. 74. Compete ao Ministério Público: I - instaurar o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos e interesses difusos ou coletivos, individuais indisponíveis e individuais homogêneos do idoso; II - promover e acompanhar as ações de alimentos, de interdição total ou parcial, de designação de curador especial, em circunstâncias que justifiquem a medida e oficiar em todos os feitos em que se discutam os direitos de idosos em condições de risco; III - atuar como substituto processual do idoso em situação de risco, conforme o disposto no art. 43 desta Lei; IV - promover a revogação de instrumento procuratório do idoso, nas hipóteses previstas no art. 43 desta Lei, quando necessário ou o interesse público justificar; V - instaurar procedimento administrativo e, para instruí-lo: a) expedir notificações, colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado da pessoa notificada, requisitar condução coercitiva, inclusive pela Polícia Civil ou Militar; b) requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades municipais, estaduais e federais, da administração direta e indireta, bem como promover inspeções e diligências investigatórias; c) requisitar informações e documentos particulares de instituições privadas; VI - instaurar sindicâncias, requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, para a apuração de ilícitos ou infrações às normas de proteção ao idoso; VII - zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados ao idoso, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis; VIII - inspecionar as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas de que trata esta Lei, adotando de pronto as medidas administrativas ou judiciais necessárias à remoção de irregularidades porventura verificadas; IX - requisitar força policial, bem como a colaboração dos serviços de saúde, educacionais e de assistência social, públicos, para o desempenho de suas atribuições; X - referendar transações envolvendo interesses e direitos dos idosos previstos nesta Lei. (BRASIL, 2003, s.p)

Percebe-se, por conseguinte, a grande importância do Ministério Público para a proteção de vulneráveis perante outras faixas etárias da sociedade. Corrobora-se que atribuições presentes neste artigo não excluem demais obrigações, desde que essas tenham compatibilidade com as funções dadas ao Ministério Público. De acordo com a legislação citada, incumbe-se a Promotoria de Justiça tutelar pelos direitos dos Idosos em situação de risco, adotando medidas judiciais e extrajudiciais. Podendo ser citado o artigo 43 do Estatuto do Idoso o qual relata as medidas protetivas, logo, quando o idoso se encontra em estado de risco. São considerados nessa situação aqueles que sofram omissão da sociedade ou do Estado, ou não mais lúcidos, que não tenham família, ou cujas familiares estejam ausentes ou ainda idosos aptos que encontram-se fragilizados, vítimas de violência física e/ou psicológica. (BRASIL, 2003, s.p) O trabalho da Promotoria de Justiça do Idoso enfrenta contratempos, tendo em vista o aumento da expectativa de vida, consequentemente o aumento da população idosa o qual soma-se a redução do tamanho das famílias e o crescente individualismo das pessoas.

Nesse sentido, o envelhecimento populacional como um fenômeno mundial em países em desenvolvimento, como o Brasil, vem ocorrendo muito rapidamente. Conforme as ONUBR (2018b), “de 1950 a 2015, a população brasileira ganhou 24 anos de esperança

de vida, aproximadamente quatro anos por década.”. Outro dado que comprova o envelhecimento populacional é descrito pelas ONUBR (2018a), da qual aborda que o número de brasileiros com mais de sessenta anos superou os 30 milhões em 2017 e que, em 2031, a quantidade de idosos irá superar a de crianças e adolescentes de até 14 anos. Embora o Brasil tenha instituído a Política Nacional do Idoso em 1994, a população idosa possui enfrentamentos dos quais são necessárias políticas públicas para atender os instrumentos vitais, como saúde e respeito a pessoa idosa.

Ao abordar a análise de dados a fim de compreender aspectos que alcançam os idosos, apresenta-se a Organização Mundial de Saúde (OMS) que divulgou Estatísticas Mundiais de Saúde de 2011, na forma de um relatório contendo os dados mundiais de saúde de 194 países com base numa série de indicadores de mortalidade, doença e sistema de saúde, incluindo a esperança de vida, doenças e mortes por doenças principais, serviços de saúde e tratamentos, o investimento financeiro na área da saúde, bem como os fatores e comportamentos de risco que afetam a saúde. Um dos destaques do relatório é o dado das doenças não-transmissíveis como as doenças cardíacas, os derrames, a diabetes e o câncer, comporem dois terços de todas as mortes no mundo. Esse resultado deve-se ao envelhecimento da população e à propagação de fatores de risco associados à globalização e à urbanização. (ONUBR, 2018c, s.p).

Outra análise relevante no tocante dos idosos são os dados da Secretaria de Direitos Humanos, colhidos por meio do Disque 100 e interpretados pela Organização das Nações Unidas do Brasil. Esses revelam fatores e o que falta para contribuir para as necessidades vitais das pessoas acima de sessenta anos, como o levantamento de que, em 2017, houve mais de 33 mil denúncias de abusos no Brasil, dentre as quais estão negligência e violência psicológica, física e sexual. Porém, esses números, não refletem o total de casos nacionais, “pois estima-se que a maioria dos crimes não é denunciada por motivos como proximidade com o agressor e afetividade, medo e falta de conhecimento sobre os mecanismos de denúncia” (ONUBR, 2018a, s. p), somado ao fato de que podem ser majoradas as ocorrências de abusos com idosos com os crescentes indicadores de envelhecimento populacional no país. Desta maneira, ao levar em consideração mormente os idosos, são necessárias políticas públicas que concirnam educação, emprego, previdência social, serviços médicos e demais direitos pertinentes à eles. Para o desenvolver essas políticas, deve-se trazer à luz a correlação das mudanças populacionais, da economia e das potenciais soluções de planejamento. Ainda, é indispensável que os cidadãos participem desse propósito para que ocorra uma conscientização social,

principalmente dos familiares no que concerne o envelhecimento, além de que esses serão as futuras gerações.

Por fim, é imperioso tratar o envelhecimento não como efeito etário de tornar-se um indivíduo velho, portanto custoso; mas sim como a população com mais esperança de vida, de melhores funções e maior processo de aquisição de conhecimento e, portanto, com maior capacidade para contribuir produtivamente a sociedade. Ao passo que se verificam os desafios, devem-se propor medidas frente ao envelhecimento, transformando-as em oportunidades. É evidente que o processo de envelhecimento acontece de maneira distinta quando analisada por sexo, raça, níveis socioeconômicos, nos meios rural e urbano, para tanto é fundamental que a administração pública leve em conta essas diferenças para que se construa uma política que reduza as iniquidades. Como ferramentas para essa construção, pode-se citar também o Comitê Temático Interdisciplinar Saúde do Idoso, da Rede Interagencial de Informações para a Saúde (RIPSA), que, com o objetivo de formular indicadores que permitam verificar e avaliar os agravos e a capacidade funcional dos idosos, foi criado em 2004. Entre as atividades para o Comitê, está a "identificação a apreciação das fontes de informação aplicáveis aos principais problemas e agravos que acometem a população idosa brasileira e que demandam ações de controle desenvolvidas em âmbito nacional" (RIPSA, s.a, s.p). O instrumento metodológico do RIPSA é, por conseguinte, uma fonte de pesquisa para arquitetar políticas públicas que evitem ou minimizem a dependência e as incapacidades precoces da população brasileira, como a Biblioteca Virtual em Saúde da RIPSA.

Isto posto, é oportuno destacar que para o processo de envelhecimento deixar de ser associado aos custos previdenciário e com saúde das finanças públicas, à estagnação da produtividade e dos investimentos que afetam o crescimento econômico; deve-se passar a ser potencializado seus aspectos positivos. Para tanto, fica evidente a necessidade de antecipação das questões relacionadas ao envelhecimento da população, devido estes apresentarem novos desafios para a sociedade. Portanto, é de suma importância fomentar intervenções apropriadas e sustentáveis para auxiliar nas previsões legais que visam garantir o bem-estar e os direitos das pessoas idosas e, consequentemente, tais proteções e garantias sejam efetivamente respeitadas e de maior eficácia. Vale dizer ainda que deve-se levar em consideração as limitações assistenciais referentes à implementação de ações previstas na Constituição Federal, no Estatuto do Idoso, na Política Nacional do Idoso, dentre outras leis; quanto a autonomia funcional e administrativa do Ministério Público

e; assim como do dever da família e a comunidade em assumir a responsabilidade ética e social pela valorização da vida humana.

4. Considerações finais

Considerando a pessoa idosa aquela maior de sessenta anos, o estudo realizado possibilitou concluir que, o ordenamento jurídico brasileiro apresenta de forma efetiva a respeito dos direitos pertinentes aos idosos. Tem-se proteção legal e procura-se dar a melhor aplicabilidade no que diz respeito à proteção aos direitos fundamentais das pessoas idosas. Porém, para que tal proteção seja efetivada é necessário que o Estado crie mais programas sociais e políticas públicas capazes de efetivar na prática referidos direitos. O Poder Judiciário vem garantindo os direitos pertinentes aos idosos por meio da disposição legal a qual também é perpassada para a sociedade, demonstrando que não somente a lei deve ordenar e a população conhecer os direitos pertinentes aos idosos, mas também a sociedade tem o dever de colaborar efetivamente.

O estudo da importância dos direitos dos idosos possibilitou verificar a busca para que a pessoa idosa tenha todas as garantias para proporcionar uma vida digna, sendo elas, educação, moradia, saúde, bem-estar e tudo que for necessário para a sua subsistência. Percebeu-se que a família tem um papel fundamental a esses aspectos, pois contribui para o envelhecimento de forma digna. Compreendeu-se também que o Ministério Público exerce funções de proteção e garantia de direitos em favor das pessoas idosas. Desta forma, busca-se ratificar e garantir os direitos assegurados a essas minorias que, em determinadas situações encontram-se em vulnerabilidade, para que sejam efetuados os direitos, como, à saúde, o transporte, à habilitação, proteção aos maus-tratos e ao abandono, dentre tantas outras problemáticas.

Entre demais aspectos, a presente pesquisa revelou a importância de compreender a velhice bem como a qualidade da mesma como resultado de melhorias nas condições de vida e no desenvolvimento do país. Ao demonstrar que a população idosa tem sido cada vez mais ativa, pretende-se também alertar quanta a necessidade de meios para que elas venham a contribuir com bom o desenvolvimento da sociedade e o envelhecimento não seja percebido como gastos sociais. A criação de políticas públicas nos diversos âmbitos sociais deve ser tratada como algo fundamental, visando desta forma que os idosos vivam de forma digna, e tragam aspectos positivos para contribuir com a sociedade. Essas políticas devem levar em consideração o importante fator abordado

nesse estudo que atinge as garantias dos direitos das pessoas idosas: o contínuo crescimento da população idosa brasileira. Por conseguinte, desenvolver uma atitude de prevenção e cuidado frente ao envelhecimento é desenvolver uma contínua cultura da longevidade. Deste modo, a promoção de ações de sensibilização sobre a temática e divulgação da mesma em locais como lares de idosos, associações de atividades de melhor idade e similares, serão uma forma de alcançar o público da melhor maneira, demonstrando assim, todas as suas garantias de forma efetiva.

5. Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Vade Mecum. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8842.htm>. Acesso em: 03 outubro 2018.

_____. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm>. Acesso em: 17 junho 2018.

_____. **Plano Mais Brasil**. PPA 2012-2015: Agendas transversais - monitoramento participativo. Pessoa idosa, ano base 2012. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão/SPI. Brasília, 2013.

GAEPI. **Cartilha do Idoso.** Grupo de Atuação Especial de Proteção ao Idoso - Ministério Público do Estado de São Paulo. São Paulo: 2017. Disponível em: <https://www.anadep.org.br/wtksite/cartilhaidoso.pdf>. Acesso em: 02 julho 2019.

MENDES, Márcia R.S.S. Barbosa, et.al. A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração. **Acta paul. enferm.**, São Paulo, v. 18, n 4, p. 422-426, Dec. 2005. Disponível em: <http://www.scie0lo.br/pdf/ape/v18n4/a11v18n4>. Acesso em: 17 junho 2018.

ONUBR. **Fundo de População da ONU alerta para violência contra idosos no Brasil.** Organização das Nações Unidas do Brasil [internet]. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/fundo-de-populacao-da-onu-alerta-para-violencia-contra-idosos-no-brasil/>. Acesso em: 18 junho 2018a.

_____. **Fundo de População da ONU destaca aspectos positivos do envelhecimento populacional para o país**. Organização das Nações Unidas do Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/fundo-de-populacao-da-onu-destaca-aspectos-positivos-do-envelhecimento-populacional-para-o-pais/>. Acesso em: 28 agosto 2018b.

_____. **Novo relatório da OMS traz informações sobre estatísticas de saúde em todo o mundo.** Organização das Nações Unidas do Brasil [internet]. Disponível em: <http://onu.org.br/novo-relatorio-da-oms-traz-informacoes-sobre-estatisticas-de-saude-em-todo-o-mundo/>. Acesso em: 13 maio 2018c.

PELEGRIM, D. M. **O idoso e o princípio da dignidade da pessoa humana.** Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção Criciúma/SC: 2016. Disponível em: <http://www.oabcriciuma.org.br/artigo/o_idoso_e_o_principio_da_dignidade_da_pessoa_humana-783>. Acesso em: 28 agosto 2018.

RIPSA. **Saúde do idoso (CTI SI).** Rede Interagencial de Informações para a Saúde [internet]. Disponível em: <http://www.ripsa.org.br/vhl/instancias/comites-tematicos-interdisciplinares-cti/saude-do-idoso-cti-si/>. Acesso em: 12 junho 2018.

VECCHIATTI, P. R. L. **Manual da Homoafetividade:** Da possibilidade jurídica do casamento civil, da união estável e da adoção por casais homoafetivos. São Paulo: Método, 2008. 604 p.

A PROMOÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO MERCOSUL DECORRENTE DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS

Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira[1]
Amanda D'Andrea Löwenhaupt[2]
Naiade Iria Cardoso Gonçalves[3]

1. Introdução

Neste estudo se destaca primeiramente algumas questões históricas sobre a luta das mulheres - americanas e europeias -, para alcançar seus direitos políticos e civis, principalmente quando as primeiras Revoluções modernas ocidentais conseguiram romper com o Regime Absolutista presente nas monarquias europeias nos séculos XVII e XVIII, possibilitando mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais, que afetaram homens e mulheres que viviam tanto no Continente europeu como nas terras do Novo Mundo.

A Revolução Americana teve início em 1775. Em 1776, após vencer a guerra, as 13 Colônias americanas dominadas pela monarquia inglesa, conquistaram sua independência e, em 1787 foi aprovada a Constituição Americana, considerada a primeira Constituição escrita da história ocidental mundial, onde foram incluídos os valores dos Direitos naturais e individuais (Cf. OLIVEIRA, 2016, p. 45).

Porém, com restrições e limitações, no que diz respeito aos direitos políticos, direitos civis e o acesso à educação, que foram reconhecidos para alguns cidadãos privilegiados – homens brancos, anglo-saxões e proprietários -, enquanto que para as mulheres[4], os escravos negros e os indígenas a plena cidadania foi negada, era uma cidadania de exclusão (Cf. OLIVEIRA, 2016, p. 46).

[1] Doutora em Direitos Sociais pela Universidade Autônoma do México/UNAM. Pós-Doutora em Direito do Trabalho e Seguridade Social pela Universidade de Málaga/ESPANHA. Professora Titular do Departamento de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, aposentada desde março de 2017. Professora Visitante I, desde setembro de 2018, junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pelotas/RS. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Direito e Fraternidade do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina, de 2009-2018. Membro titular da Academia Sul-Rio-Grandense de Direito do Trabalho (ASRDT), ocupando a Cadeira de nº 27. E-mail: olgaoliveiralagoa@gmail.com
[2]Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pelotas, Mestranda em Direito pelo PPGD da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: amandalowenhaupt@gmail.com.
[3]Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Pelotas, Mestranda em Direito pelo PPGD da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: naiade.g@gmail.com.
[4] As mulheres americanas conquistaram o Direito ao voto em 1919.

Do outro lado do Atlântico, com a Revolução Francesa de 1789, a situação foi distinta em alguns aspectos, pois a luta dos revolucionários teve por objetivo principal derrubar a Monarquia, ou seja, os poderes absolutos que estavam centralizados nas mãos do Rei e do Clero.

Entretanto, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 - primeiro documento oficial que resultou do movimento revolucionário -, foi mais abrangente e com características universais, uma vez que o termo homem, foi utilizado como uma linguagem genérica masculina, que ainda hoje é normalmente usada com caráter neutro, para representar toda a Humanidade, o que legitima e torna invisíveis as desigualdades e discriminações entre homens e mulheres, visto que a utilização desta neutralidade na linguagem encobre uma exclusão real e, no caso específico, uma exclusão das mulheres no exercício de sua plena cidadania[5].

Acrescente-se a isso, que a organização e a estruturação da sociedade ocidental - mesmo nos dias atuais -, tem por base uma divisão de tarefas entre homens e mulheres considerando-se as concepções sobre as diferenças entre os sexos (biológicas e reprodutivas), e as de gênero, que dizem respeito ao papel social e as relações sociais, comportamentos, características psicológicas e atitudes.

2. O movimento feminista e as políticas sociais no âmbito do MERCOSUL

Estas questões históricas acima referidas e vivenciadas pelas mulheres americanas e europeias - com ênfase nas mulheres francesas -, também afetaram os movimentos feministas ocorridos na América Latina e pontualmente no Brasil, uma vez que as Colônias do Novo Mundo, sob dominação das monarquias espanhola e portuguesa, não reconheciam os colonos - independentemente de sua localização geográfica -, como sujeitos titulares de direitos fundamentais, mesmo a partir das primeiras Declarações de Direitos, significa dizer, que "[...] as experiências de vida de mulheres da América Latina são distintas e [...] tem suas bandeiras e peculiaridades" (CASTRO; MACHADO, 2016, p. 28).

Após os movimentos de Independência ocorridos em toda América Latina, as novas nações iniciaram seus próprios processos legislativos para a elaboração de suas

[5] As mulheres francesas não foram reconhecidas como sujeito titular de direitos fundamentais e políticos na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Elas só conquistaram o Direito de voto em 1945, ou seja, na metade do século XX.

Constituições e legislações internas, porém, com forte influência dos pensadores e legisladores europeus, onde inclusive, alguns países seguiam adotando apenas uma igualdade formal e abstrata perante a lei, deixando de reconhecer e garantir às mulheres sua plena cidadania.

Ou seja, as mulheres latinas americanas também tiveram que lutar por seus direitos políticos e civis, enfrentando as várias desigualdades e discriminações impostas pela sociedade patriarcal e de características capitalistas, lembrando que o "patriarcado é um sistema de dominação vigente, surgido por meio da divisão do trabalho e da divisão sexual do trabalho, da sociedade de classes" (CASTRO; MACHADO, 2016, p. 27).

Por outra parte, as mulheres latino-americanas tiveram que enfrentar também todas as dificuldades resultantes de um sistema capitalista de produção atrasado e presente nos países denominados de terceiro mundo (sub-desenvolvidos e periféricos), além dos problemas políticos relacionados com os longos períodos de ditaduras militares.

> Os movimentos feministas daquela década [1970] emergiram no transcurso de lutas revolucionárias contra regimes fortemente repressivos: juntas militares usurparam o poder no Brasil em 1964, na Bolívia em 1971, no Uruguai e Chile em 1973, na Argentina em 1976, instituindo-se ditaduras tecnocráticas [...] (SHILD, 2017, p. 3).

Destaca ainda Shild (2017) que

> o salário familiar - homem provedor e mulher encarregada da casa - continuou sendo privilégio de uma pequena minoria de trabalhadores qualificados, inclusive na Argentina, México e Venezuela. [...] A maioria das latino-americanas trabalhava - na terra ou como empregadas domésticas -, enquanto as mulheres da elite eram liberadas do trabalho doméstico por suas criadas.

Cabe enfatizar que desde a época de Independência dos países latino-americanos, tanto os homens, mas especialmente as mulheres por serem um coletivo mais frágil, enfrentaram e continuam enfrentando constantes crises econômicas, políticas e sociais, fazendo com que o movimento feminista naquele espaço geográfico apresente características distintas - daquele vivenciado, por exemplo, pelas mulheres americanas e francesas -, "[...] modelado pela heterogênea composição social e cultural dos diferentes países [...]" (SHILD, 2017, p. 4).

Em relação ao Brasil o movimento feminista começa a se organizar e conquistar espaço no final do século 18 e início do século 19, com ênfase na educação e no mercado de trabalho, sendo marco por três grandes movimentos:

> O primeiro foi causado pelas reivindicações por direitos democráticos como o direito ao voto, ao divórcio, à educação e ao trabalho. [...] O segundo, no fim da década de 1960, foi caracterizado pela liberação sexual (impulsionada pelo aumento dos contraceptivos). O terceiro momento começou a ser construído no fim da década de 1970, com a luta de caráter sindical e contra a ditadura militar (CASTRO; MACHADO, 2016, p. 28).

Apesar de todas as lutas, retrocessos e avanços, o movimento feminista na América Latina, e especificamente no Brasil, segue buscando uma efetiva e concreta igualdade de gênero, que possa permitir a todas as mulheres o exercício de uma plena cidadania, ou seja, que tenham o direito de exercer uma profissão remunerada fora do ambiente familiar, a mesma igualdade de oportunidades, de capacitação profissional e de tratamento no emprego, direitos e condições já garantidas na prática aos trabalhadores masculinos.

Apesar de todas as garantias legais formais de proteção presentes na maioria dos ordenamentos jurídicos dos países latino-americanos, as mulheres enfrentam várias formas de desigualdades e discriminações, quando buscam a inserção no mercado de trabalho formal e ou informal. Todas estas situações afetam sua identidade, sua autoestima e, inclusive sua sobrevivência, sem deixar de mencionar que as mulheres são as que mais sofrem assédio sexual e moral no ambiente de trabalho, são as que sofrem com os altos índices de violência doméstica e com os crimes de feminicídio.

Mais do que nunca, são necessárias mudanças nos comportamentos de homens e mulheres para que se vislumbre novas concepções e configurações sociais, que possam romper com as condutas culturalmente arraigadas e, que tradicionalmente continuam a impor as mulheres determinados papéis com fundamento nas relações de poder e subordinação.

O papel do Estado também é importante e necessário para direcionar políticas públicas sociais adequadas e direcionadas as demandas das mulheres, como forma de minimizar, por exemplo, os baixos valores das contribuições da previdência social, que acabam afetando a sua aposentadoria, dificultando seu acesso universal à saúde e a um trabalho decente e digno.

3. Políticas públicas sociais: os desafios da promoção e concretização da igualdade de gênero

Discutir políticas públicas destinadas a promover e concretizar a igualdade de gênero é o passo primordial para uma cidadania justa para todos, para homens e para as mulheres. Pautas relacionadas a violência contra mulheres, as desigualdades que as mulheres têm enfrentado no mercado de trabalho e toda forma de desigualdade são pautas a serem referenciadas na a elaboração de políticas públicas, contudo, pela grande maioria destas políticas são construídas por homens, a trajetória e as reivindicações das mulheres acabam por serem esquecidas.

Conforme Lisboa e Manfrini enunciam, "é necessário que as políticas públicas voltadas para as necessidades das mulheres, levem em conta a eqüidade[6] de gênero" (2005, p. 70). Isto porque segundo as autoras, a equidade é o processo de ser justo com as mulheres e com os homens, devendo ser adotadas medidas para compensar as desvantagens históricas e sociais que impedem que as mulheres desfrutem das mesmas oportunidades que os homens desfrutam.

Logo,

> a igualdade de gênero é, portanto, a valorização igualitária pela sociedade das semelhanças e diferenças entre as mulheres e os homens, bem como dos papéis diversos que desempenham.[...] Igualar mulheres e homens através do princípio da eqüidade deve ser um compromisso social inerente às políticas públicas (LISBOA E MANFRINI, 2005,p.70).

Neste entendimento, as medidas concretas para alcançar efetivamente a equidade de gênero são as políticas e ações afirmativas. Para efeito, faz-se necessário a incorporação das temáticas referentes as desigualdades de gênero nas agendas governamentais.

No Brasil, destaca-se na década de 80 a incorporação da problemática da desigualdade de gênero, devido especialmente a democratização, que tem como marco principal a Constituição Federal de 1988.

Para Farah (2004, p. 127),

[6] Conformem enunciam as autoras, a equidade é representada pelo conjunto de "processos de ajuste genérico composto pelas ações que reparam as lesões da desigualdade para com as mulheres produzida na relação domínio-cativeiro que as determina em maior ou menor medida. A mais sintetizadora destas lesões é 'não ser sujeito político'" (LISBOA, MANFRINI, 2005, p. 70)

> O eixo de uma ação governamental orientada pela perspectiva de gênero consiste na redução das desigualdades de gênero, isto é, das desigualdades entre homens e mulheres (e entre meninos e meninas). Falar em reduzir desigualdades de gênero não significa negar a diversidade. Trata-se de reconhecer a diversidade e a diferença – entre homens e mulheres – mas atribuindo a ambos "igual valor", reconhecendo, portanto, que suas necessidades "específicas" e nem sempre "iguais" devem ser igualmente contempladas pela sociedade e pelo Estado.

Desta forma, se reconhecerá as necessidades diferenciadas dos membros da sociedade, se todos estão tendo iguais espaços e oportunidades, inclusive para se manifestarem. Contudo, apesar dos grandes avanços referentes a incorporação do gênero em políticas públicas, este ainda é um processo de construção.

No Brasil, os movimentos que participaram da luta pela redemocratização do regime tinha as mulheres como integrantes fundamentais, "a inclusão da questão de gênero na agenda governamental ocorreu como parte do processo de democratização, o qual significou a inclusão de novos atores no cenário político e, ao mesmo tempo, a incorporação de novos temas pela agenda pública" (FARAH, 2004, p. 129).

Nos anos 90, um dos enfoques na discussão de políticas de gênero deu-se na inclusão de políticas sociais, no qual "movimentos e entidades feministas no Brasil e no exterior passaram também a defender a proposta de que as políticas de combate à pobreza e outras políticas públicas tenham as mulheres como um de seus focos prioritários" (FARAH, 2004, p. 132). Neste período, a Conferência Mundial Sobre as Mulheres de Beijing de 1995 apontou que as mulheres dos países em desenvolvimento eram as mais atingidas pela intensificação da pobreza e recomendou a criação de programas de apoios a mulheres como acesso ao crédito, programas de geração e renda.

Neste período, também no Brasil, "movimentos e entidades de mulheres recomendam que programas de combate à pobreza atendam prioritariamente mulheres" (FARAH, 2004, p.133).

Recentemente no Brasil,

> os movimentos e entidades de gênero no Brasil, passaram a recomendar a discriminação positiva de alguns grupos de mulheres, mais atingidos pela exclusão, recomendando especial atenção às mulheres negras, às mães solteiras e às chefes de família, por seu maior grau de vulnerabilidade. A focalização aparece também na recomendação de desenvolvimento de políticas dirigidas a meninas em situação de risco – em situação de rua, vivendo na prostituição etc. Na verdade, ao se desenharem programas dirigidos especificamente às mulheres, ocorre

> focalização. Mas diferentemente da noção de eficiência do gasto, presente em propostas como as do Banco Mundial, em parte expressiva das propostas elaboradas por movimentos de mulheres no Brasil, o que se enfatiza é a necessidade de inclusão no espaço da cidadania de um segmento até então invisível, o que requer, ao menos em um primeiro momento, políticas específicas. Trata-se, assim, de um movimento no sentido da extensão de direitos de cidadania, que envolve uma "discriminação positiva" (FARAH, 2004, p. 133).

A atual agenda brasileira inclui diversas diretrizes no campo de políticas públicas questões de gênero. Incluí pautas relacionadas como o atendimento e a prevenção de todas as formas de violência contra mulher, através de articulação de medidas repressivas e preventivas. O Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, com o desenvolvimentos de ações de atenção à saúde da mulher em todas as etapas da vida da mulher. O reconhecimento dos direitos das meninas e das adolescentes com programas de atenção integral. Geração de emprego e renda através de apoio a projetos voltados a capacitação da mulher e geração de emprego e renda. Garantia a educação e eliminação de qualquer referência de discriminação. A garantia de direitos trabalhistas e combate à discriminação, dentre outros (FARAH, 2004, p. 135).

Assim, reforçando a defesa do uso de ações afirmativas:

> Para se buscar a devida efetividade da ação afirmativa, é necessário ampliar sua capacidade de intervenção, compreendendo-a num sentido lato, com intuito de promovê-la de diversas formas e mecanismos sociais. [...] se observa a amplitude social que as ações afirmativas podem se manifestar, podendo ser empregadas das mais diversas formas, pelo estado ou por particulares, formalmente escritas ou simplesmente realizadas pela consciência de qualquer indivíduo preocupado (OLIVEIRA, 2014, p. 224)

Desta forma, ações afirmativas são mecanismos a serem utilizados na busca da promoção e concretização da igualdade de gênero. Destaca-se a necessidade de promover políticas públicas sociais voltadas especificamente para as mulheres e trabalhadoras, como um instrumento facilitador na promoção da igualdade de gênero.

4. Considerações finais

Ao longo deste trabalho, buscou-se demonstrar a forma como a reivindicação pelos direitos das mulheres na América Latina ocorreu, através de influências dos

movimentos de mulheres americanas e europeias, mas com particularidades próprias das mulheres latinas americanas.

Em meio aos movimentos de Independência que levaram à elaboração de Constituições próprias por toda a América Latina, as mulheres latinas americanas de diversos países não tiverem seus direitos garantidos, na medida em que a igualdade pregada por estes países se limitava à igualdade formal, sem a garantia da cidadania para as mulheres. A luta pelos direitos políticos e civis precisou enfrentar as desigualdades e discriminações da sociedade patriarcal e de características capitalistas, ainda prejudicada pelos longos períodos de ditaduras militares. Nesse contexto, as lutas feministas se somavam às lutas revolucionárias nos países onde o poder político foi usurpado.

Uma das particularidades das mulheres latinas americanas está no trabalho, na medida em que a maior parte das mulheres trabalhava, ainda que em posições precárias e sujeitas a crises econômicas. O trabalho das mulheres de classes mais baixas como empregadas domésticas servia até mesmo para liberar as mulheres da elite da função doméstica.

Especificamente quanto ao Brasil, as reivindicações feministas se formaram ao redor da educação e do mercado de trabalho, divididas em três grandes movimentos, inicialmente buscando direitos democráticos, posteriormente nos anos de 1960 a liberação sexual, e finalmente nos anos de 1970 a luta sindical e oposição à ditadura militar.

Apesar das conquistas e retrocessos, os movimentos feministas da América Latina e do Brasil seguem atuando na luta pela igualdade de gênero, na medida em que as proteções legais formais não impedem a existência de desigualdades e discriminações, tanto quanto à inclusão no mercado de trabalho como com relação à violência doméstica e de gênero. Nesse contexto, as políticas públicas sociais devem ser utilizadas de modo a minimizar essas desigualdades, compensando desvantagens históricas que ainda hoje afetam as oportunidades das mulheres. Essa busca pela igualdade de gênero passa pelo reconhecimento da diversidade e das necessidades específicas de homens e mulheres, atribuindo porém a elas “igual valor”.

Este é um processo ainda em construção, e que precisa considerar também que diferentes grupos de mulheres são alvos de diferentes formas de exclusão, de modo que são necessárias políticas de discriminação positivas para alguns grupos, como os exemplos das mulheres negras, das mães solteiras e das chefes de família, na medida em que estas sofrem de maior vulnerabilidade.

Portanto, este cenário na busca da promoção e da concretização da igualdade de gênero deve envolver a sociedade civil bem com o Estado, por meio de políticas públicas sociais concretas direcionadas principalmente para as mulheres, sejam as nacionais, em relação ao Brasil, e aquelas que vivem no espaço do MERCOSUL.

5. Referências

CASTRO, Amanda Motta; MACHADO, Rita de Cassia Fraga. *Movimento Feminista no Brasil e América Latina: reflexões sobre educação e mulheres*. Revista Contrapontos - Eletrônica, vol.16 -, n.1 - Itajaí, jan-ab 2016.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Políticas públicas e gênero. p. 127-142 in: GODINHO, Tatau (org.), SILVEIRA, Maria Lúcia da (org.). Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, 188 p. Online. Disponível em: https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf Acesso em: 16/02/2020

LISBOA, Teresa Kleba; MANFRINI, Cidadania e eqüidade de gênero: políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos. Revista Katálysis – Eletrônica, vol. 8, nº 1, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. 2005. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/7103. Acessado em: 16/02/2020.

OLIVEIRA, Edmundo Alves. Políticas Públicas Sociais: ações afirmativas como instrumento jurídico para concretização da igualdade e o acesso à educação. **Nucleus**, v.11, n.1, abr.2014

OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de. **Mulheres e trabalho: desigualdades e discriminações em razão de gênero** - o resgate do princípio da fraternidade como expressão da dignidade humana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

SHILD, Verônica. *Feminismo e neoliberalismo na América Latina*. NUSO, nº Junho, 2017. Disponível em: nuso.org/articulo/feminismo-e-neoliberalismo-na-america-latina/ Acesso em: 12/02/2020.

APP QUILOMBOLA: acesso aos direitos de cidadania e promoção de equidade de gênero

Patrícia Krieger Grossi[1]
Gabriel Moraes Machado[2]
Cassia Engres Mocelin[3]
Ana Paula Terra Bacelo[4]

1. Introdução

Este artigo apresenta o processo de construção e desenvolvimento de um aplicativo voltado para comunidades quilombolas, contendo dados sobre os programas disponíveis para essas comunidades. Tal ferramenta se faz necessária pois, segundo o último levantamento realizado pelo Ministério do Desenvolvimento, 75% das comunidades quilombolas vivem em situação de extrema pobreza – em contraponto à média nacional, de 8,5%. Ainda, apenas 24% dessas comunidades dispõem de coleta de esgoto, 38% têm acesso a água encanada, 24% não sabem ler e escrever (BRASIL, 2013), 28,6% possuem ações de equipes de estratégia da saúde da família, e apenas 14,7% possuem a presença de unidades básicas de saúde (BRASIL, 2012). Logo, possibilitar o acesso dessas comunidades à informação acerca de programas de desenvolvimento social, saúde, proteção social, entre outros, auxilia na busca de direitos por essas comunidades. Além disso, o aplicativo traz também dados sobre ações voltadas para a promoção da equidade de gênero, uma vez que se sabe que existem segmentos de mulheres com menor acesso à rede de proteção social, dentre as quais se encontram as mulheres quilombolas (GROSSI, 2017).

2. O Programa Brasil Quilombola

Desde 2004, o governo federal instituiu o Programa Brasil Quilombola (PBQ), que prevê um conjunto de ações – inseridas nos diversos órgãos governamentais –

[1] PhD em Serviço Social pela Universidade de Toronto/Canadá. Professora do curso de Serviço Social da PUCRS. Pesquisadora produtividade 1C do CNPq. E-mail: pkgrossi@pucrs.br
[2] Psicólogo. PUCRS. E-mail: gabriel.moraesmachado@gmail.com
[3] Assistente Social. Doutoranda em Serviço Social/PUCRS. Bolsista CAPES PROEX.E-mail:cassiaengres@hotmail.com
[4]Doutora em Engenharia de Sistemas e Computação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do curso de Engenharia de Software da PUCRS. E-mail: ana.bacelo@pucrs.br

voltadas para as comunidades remanescentes de quilombos e para metodologias que possibilitem o desenvolvimento sustentável dessas comunidades. Nas diretrizes do PBQ, está prevista a necessidade de "Incorporar a dimensão de gênero nas diversas iniciativas voltadas para o desenvolvimento sustentável e ampliação dos direitos de cidadania existentes nestas comunidades, promovendo políticas concretas que efetivem a igualdade e equidade de gênero" (BRASIL, 2004, p. 24).

O PQB foi lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Como seu desdobramento, foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades em várias áreas, conforme segue:

> Eixo 1: ACESSO A TERRA – execução e acompanhamento dos trâmites necessários para a regularização fundiária das áreas de quilombo, que constituem título coletivo de posse das terras tradicionalmente ocupadas. O processo se inicia com a certificação das comunidades e se encerra na titulação, que é a base para a implementação de alternativas de desenvolvimento para as comunidades, além de garantir a sua reprodução física, social e cultural;
> Eixo 2: INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA – consolidação de mecanismos efetivos para destinação de obras de infraestrutura (habitação, saneamento, eletrificação, comunicação e vias de acesso) e construção de equipamentos sociais destinados a atender as demandas, notadamente as de saúde, educação e assistência social;
> Eixo 3: INCLUSÃO PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO LOCAL – apoio ao desenvolvimento produtivo local e autonomia econômica, baseado na identidade cultural e nos recursos naturais presentes no território, visando a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política das comunidades;
> Eixo 4: DIREITOS E CIDADANIA – fomento de iniciativas de garantia de direitos promovidas por diferentes órgãos públicos e organizações da sociedade civil, estimulando a participação ativa dos representantes quilombolas nos espaços coletivos de controle e participação social, como os conselhos e fóruns locais e nacionais de políticas públicas, de modo a promover o acesso das comunidades ao conjunto das ações definidas pelo governo e seu envolvimento no monitoramento daquelas que são implementadas em cada município onde houver comunidades remanescentes de quilombos. (BRASIL, 2012, p. 10).

Na última diretriz do PQB, a dimensão de gênero também está presente, afirmando a necessidade de:

> Garantir direitos sociais e acesso à rede de proteção social, em articulação com os outros órgãos governamentais, formulando projetos específicos de fortalecimento nos grupos discriminados, *com especial atenção às mulheres* e à juventude negras, garantindo o acesso e a permanência desses públicos nas mais diversas áreas (educação, saúde, mercado de trabalho, geração de renda, direitos humanos, previdência social etc.). (BRASIL, 2004, p. 24, grifo nosso).

O App Quilombola faz parte de um projeto guarda-chuva intitulado “Mulheres Quilombolas e o Acesso aos Direitos de Cidadania: desafios para as Políticas Públicas”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) sob o protocolo CAAE: 48852615.5.0000.5336 e aprovado no edital FAPERGS PQG Gaúcho 2017.

Acredita-se que um aplicativo focado em facilitar o acesso dessas comunidades às informações acerca de ações e programas que busquem um incremento à sua qualidade de vida e efetivação de seus direitos pode ser uma ferramenta útil para o exercício da cidadania. Assim, o aplicativo poderá servir como guia de recursos de políticas públicas, possibilitando às comunidades quilombolas obter informações sobre o acesso a serviços, ações e programas nos diferentes eixos do PQB, os órgãos envolvidos nas iniciativas, as metas dos programas, ações voltadas para a promoção da igualdade de gênero, entre outros.

Em revisão da literatura, identificou-se que não existe nenhum aplicativo voltado para a população quilombola no estado do Rio Grande do Sul (RS). Espera-se como resultado que o aplicativo possibilite um maior controle e participação das comunidades na busca de acesso pelos seus direitos de cidadania.

Este trabalho possui uma natureza interdisciplinar, pois envolve a área de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências da Computação, permitindo aliar conhecimentos da área do Serviço Social – no que tange às políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas, formas de organização social, relações de gênero e étnico-raciais – e da Informática – no que tange aos Sistemas de Informação.

Atualmente o aplicativo possui um caráter estático e informativo; porém, pretende-se que aperfeiçoamentos sejam feitos para que ele forneça uma experiência com interface interativa, facilitando o acesso qualificado a informações, assim como uma construção colaborativa. Foi selecionada para o aplicativo uma gama de informações tais como rede de atendimento à mulher e legislações voltadas para crianças, adolescentes, jovens, mulheres e idosos, consideradas úteis para todos os segmentos das comunidades quilombolas, levando em conta as características étnico-raciais, culturais, de gênero e geracionais da comunidade. Assim, o aplicativo contém legislações destinadas não somente às comunidades quilombolas, mas também ao público idoso (como o Estatuto do Idoso), jovem (Estatuto da Juventude), a mulheres (Lei Maria da Penha e rede de atendimento à mulher), a crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente), além de políticas de ações afirmativas na área da educação, entre outras.

Esse uso das novas tecnologias, respeitando a diversidade étnico-cultural, potencializa o desenvolvimento de práticas emancipatórias por meio do maior acesso às políticas públicas específicas para o atendimento das demandas das comunidades remanescentes de quilombos.

3. Metodologia

Tendo em vista o cuidado com as nuances do acesso advindas de características étnico-raciais, culturais, de gênero e geracionais da comunidade, ancoramo-nos no pressuposto teórico-metodológico da interseccionalidade (CRENSHAW, 2002; COLLINS, 2019) a fim de compreender tais intersecções.

A origem do termo "interseccional" é localizada nos anos 1970, com teóricas do feminismo negro. Entretanto, sua utilização ganhou impulso com a formulação feita pela jurista estadunidense, Kimberlé Crenshaw, que assim define a interseccionalidade:

> Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Entendemos que a interseccionalidade possibilita a compreensão das demandas das comunidades quilombolas, cujas experiências sociais são clivadas por relações étnico-raciais, de gênero, geracionais e de classe social. Estudos anteriores já apontavam que existem questões referentes à gênero e raça/etnia, classe social e geração que atravessam as vivências de mulheres quilombolas (FREITAS et al., 2011).

No entendimento de Collins (2019), as clivagens de raça, classe e gênero são constitutivas das relações de poder. Contudo, essas opressões, assim como outras, não se dão de forma aditiva, mas sim interconexas entre os sistemas de opressão. A ideia de interseccionalidade se refere a formas particulares de opressão interseccional, por exemplo, intersecções entre raça e gênero, ou entre sexualidade e nação. Os paradigmas interseccionais nos lembram que a opressão não é redutível a um tipo fundamental, mas que as formas de opressão agem conjuntamente na produção da injustiça. Em contrapartida, a ideia de matriz de dominação se refere ao modo como essas opressões interseccionais são de fato organizadas (COLLINS, 2019).

Os paradigmas interseccionais contribuem para a compreensão das conexões entre conhecimento e empoderamento, pois as opressões interseccionais moldam as experiências de grupos oprimidos e não apenas de mulheres negras. Além disso, colaboram para a compreensão do modo como são organizadas as formas de dominação na sociedade, as quais a autora denomina de matriz de dominação.

> O termo *matriz de dominação* caracteriza essa organização social geral dentro da qual as opressões interseccionais se originam, se desenvolvem e estão inseridas. [...] Como forma particular que as opressões interseccionais tomam em um lugar social único, qualquer matriz de dominação pode ser vista como uma organização de poder historicamente específica na qual os grupos sociais estão inseridos e sobre a qual pretendem influir (COLLINS, 2019, p. 368, grifos da autora).

O desenvolvimento do App Quilombola constitui-se em uma estratégia de acesso ao conhecimento de direitos de cidadania frente à uma dívida histórica com povos tradicionais que foram subtraídos em seus direitos fundamentais.

O ensino no Brasil, em geral, possui um caráter eurocêntrico, e a cultura e história afro-brasileiras são narradas da perspectiva do colonizador. Nesse sentido, foram realizadas entrevistas com mulheres quilombolas, e nessas entrevistas verificamos que as idosas tinham um papel essencial de protagonistas na transmissão da cultura e valores para as gerações mais novas. No App Quilombola, as histórias dos quilombos são contadas pelas pessoas mais velhas da comunidade, que são consideradas *griôs* na cultura africana. A identidade quilombola também está associada à resistência e luta dos antepassados que foram escravizados, sendo valorizada a força e a ancestralidade nos depoimentos das entrevistadas.

A metodologia para o desenvolvimento do aplicativo envolveu: a) mapeamento dos quilombos de Porto Alegre e região metropolitana, realizado através de busca no site da Fundação Palmares; b) reuniões com as lideranças dos quilombos e associações para apresentação do projeto e identificação de suas demandas. Foram realizadas três reuniões na PUCRS. A primeira foi com representantes do Instituto de Assessoria a Remanescentes de Quilombos do RS (IACOREQ), Grupo de Ações Afirmativas para Afrodescendentes (GAAA), e Frente Quilombola do RS, que nos repassaram contatos das lideranças quilombolas de Porto Alegre. Foi realizada uma segunda reunião na PUCRS, convidando os representantes de todos os quilombos de Porto Alegre. Nessa reunião, compareceu somente o representante do quilombo Fidelix, além de representante da Secretaria de Promoção de Igualdade Racial, representante da EMATER, que atende

comunidades quilombolas através de assistência técnica rural e GAAA, e uma mulher quilombola. A equipe decidiu então ir *in loco* nas comunidades e agendou as entrevistas e grupos focais com mulheres quilombolas de diferentes gerações no Quilombo do Areal, Quilombo Fidelix, Familia Silva, Quilombo Lemos e Quilombo Anastácia (Viamão), sendo que o contato com as lideranças (presidentes das associações dos quilombos) foi feito por telefone para agendamento das visitas; c) análise de conteúdo das entrevistas; d) identificação das formas de acesso (dificuldades e facilidades) às informações sobre os direitos de cidadania e a relação com o uso de novas tecnologias. Ao todo, participaram em torno de 30 quilombolas nesse projeto.

Como forma de aproximação das comunidades, para conhecimento de seu modo e condições de vida, a equipe participou de trilhas ecológicas no Alpes, de acampamento africano no Quilombo Anastácia, almoços, feiras, entre outras atividades desenvolvidas nas comunidades.

Para o desenvolvimento do processo de design do aplicativo, foram utilizados diferentes métodos de pesquisa, que incluem: 1) pesquisa bibliográfica para compreensão e análise do domínio; e 2) pesquisa documental sobre políticas públicas para comunidades quilombolas.

O processo de design do aplicativo envolveu práticas de Metodologia Ágil e de Interação Humano-Computador (IHC), as quais são fortemente relacionadas. As práticas de Metodologias Ágeis pressupõem a interação contínua e gradativa entre o usuário e o programador, com o objetivo de construir o aplicativo e solucionar os problemas à medida que acontecem. Para tal, foi adotado o modelo simples de ciclo de vida de design de sistemas interativos, tendo a atividade de avaliação como ponto central do processo (SOARES, 2004). Assim, cada atividade foi validada e avaliada junto aos colaboradores dos cursos envolvidos e junto a representantes das comunidades quilombolas contempladas. Entre as atividades desenvolvidas, pode-se destacar: estabelecimento de requisitos, elaboração de designs alternativos, prototipação e o desenvolvimento do produto final (primeira versão do aplicativo).

4. Resultados

A ideia desse aplicativo surgiu na forma de um espaço para as lideranças contarem as histórias dos quilombos, sua cultura, valores e tradições. Essa demanda emergiu em uma reunião da rede quilombola do estado do RS, da qual a coordenadora do projeto

participou no ano de 2016. Em um conjunto de reuniões dessa rede, foi identificada a falta de acesso a informações sobre os direitos e as políticas destinadas a esses segmentos populacionais, além de a informações sobre os quilombos.

Em 2017, foi realizada uma reunião na PUCRS com representantes da Secretaria de Promoção de Igualdade Racial e lideranças quilombolas de Porto Alegre, na qual foi apresentado o projeto App Quilombola e definidos os conteúdos do menu – dentre os quais, a saúde da população negra, com as doenças mais prevalentes. Também foi sugerido que o aplicativo tivesse um espaço para divulgação de eventos das comunidades quilombolas e espaço de troca de informações, entre outros. Ainda, uma das mulheres quilombolas presentes expressou o seguinte: *"eu gostaria de saber o que cada quilombo do interior está produzindo"*– uma demanda específica motivada pela existência de uma cooperativa de produção de hortifrutigranjeiros que envolve várias comunidades quilombolas do estado, por meio da qual comercializam seus produtos para um grande hospital público.

Em relação à identidade quilombola, foi ressaltada a importância de dar visibilidade às narrativas das próprias quilombolas sobre o que é ser quilombola, conforme destacamos a seguir:

> *"Para mim, ser quilombola é* ***ter a força dos antepassados****,* ***eu não trago a sofrência dos antepassados que sofreram na chibata****, eu* ***trago a força deles****, para mim o fato de* ***ser quilombola é só pegar a força deles*** *e tentar transformar para mostrar o futuro, não só pensar no passado. Eu pego o termo Quilombola e a* ***força dos antepassados*** *e transformo no futuro, essa é minha visão do termo Quilombola." (Quilombola rural – grifos nossos).*
> *"****É continuar a minha origem****, desde o que sou [...]. Ser quilombola para mim é* ***continuar os ensinamentos dos meus avós e pais****, ser honesto, não fazer o que não deve, e continuar na origem." (Quilombola urbano – grifos nossos).*

Ressaltou-se, entre as dificuldades, o fato de muitas comunidades quilombolas no interior não possuírem acesso à internet por se situarem em locais isolados. Decidiu-se então que, inicialmente, o App Quilombola seria um piloto com informações destinadas aos quilombos urbanos de Porto Alegre.

Em novembro de 2018, foi apresentada uma versão do App Quilombola no Seminário Povos Pretos do Sul, na Casa de Cultura Mario Quintana/Porto Alegre, quando se aplicou um instrumento de validação para o público presente. Esse processo foi repetido em outros quilombos de Porto Alegre e Viamão.

Dos 14 respondentes que participaram da validação do App Quilombola, 11 eram mulheres e 3 eram homens. No tangente à escolaridade: 3 tinham ensino fundamental

incompleto, 2 ensino fundamental completo, 4 ensino superior completo, 3 ensino superior incompleto, e 2 ensino médio incompleto. Quanto às ocupações, obteve-se as respostas: cozinheira, balconista, técnica em enfermagem, socióloga, secretária, técnico em mecânica industrial (aposentado), dona de casa, operador de empilhadeira, agente comunitária de saúde e auxiliar de cozinha. A maioria (12 de 14) possuía internet no celular e utilizava aplicativos. Entre aplicativos mais utilizados, foram citados o WhatsApp, Uber, Facebook, aplicativos de bancos, de jornais, e-mail, e uma entrevistada citou um aplicativo chamado "Minha querida ansiedade", que se destina a pessoas com ansiedade que buscam ajuda no app em momentos de crise.

Da amostra, todos(as) consideraram importante um aplicativo para comunidades quilombolas, destacando que possibilitaria o acesso a informações pertinentes aos quilombos, tais como: visibilidade, informações dos serviços públicos, história, direitos, políticas públicas etc., assim como para exercer o papel de um canal de comunicação com e para a comunidade.

Destaca-se ainda que grande parte dos respondentes se sente satisfeita com as informações contidas no aplicativo, considerando os conteúdos pertinentes e importantes. Foram feitas considerações acerca da necessidade de ter áudio nos textos do app; de uma plataforma mais colaborativa – para que a própria comunidade insira informações; de fornecer a localização dos quilombos via mapa; assim como a falta do quilombo Anastácia e falta de integração dos conteúdos do app com as prefeituras. A partir da demanda registrada na ficha de avaliação, o Quilombo Anastácia, de Viamão, foi incluído no aplicativo.

Com base na análise das demandas e das limitações de recursos, desenvolveu-se, num primeiro momento, o App Quilombola como um aplicativo de caráter informativo/consultivo, organizado a partir de um menu inicial que contém as seguintes abas para consulta: 1) o que é ser quilombola?; 2) quilombos de Porto Alegre e Quilombo Anastácia (Quilombo dos Alpes, Quilombo Areal da Baronesa, Quilombo Família Silva, Quilombo Família Fidélix, Quilombo Família Lemos); 3) Legislação (Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto da Igualdade Racial, Estatuto da Juventude, Programa Brasil Quilombola, Política Nacional de Assistência Social, Lei Maria da Penha); 4) história, cultura e tradição; 5) saúde da população negra; 6) redes de atendimento à mulher, serviços e benefícios sociais (Cadastro Único, Programa Bolsa Família, Benefício da Prestação Continuada); 7) representações quilombolas; 8) curiosidades; 9) ações afirmativas (cotas sociais e étnico-raciais nas universidades

federais e institutos federais de ensino médio, técnico e tecnológico, cotas raciais nos concursos públicos); 10) calendário quilombola; 11) mulheres negras quilombolas na história. A Figura 1 apresenta algumas telas do App Quilombola, que se encontra disponível para Android no Google Play[5],com download gratuito.

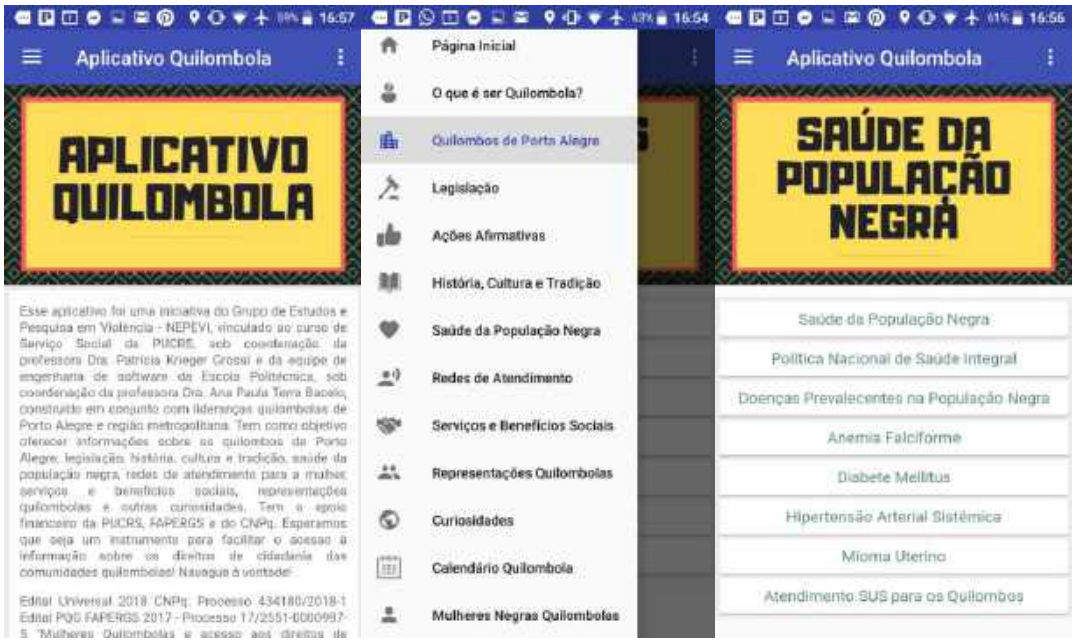


Figura 1 – Algumas telas do Aplicativo Quilombola

Fonte: Elaboração própria.

5. Considerações finais

Verificou-se que a maioria dos participantes da pesquisa desconhecem o Programa Brasil Quilombola e suas formas de acesso, e que usam aplicativos em seus celulares. Logo, espera-se que esse aplicativo seja mais uma ferramenta para acesso aos direitos de cidadania dessas comunidades, assim como de valorização da cultura quilombola, sempre considerando que as novas tecnologias podem ser fatores de exclusão ou inclusão. Dessa forma, entendemos que a inclusão digital e o uso de ferramentas informativas podem fomentar a mobilização de processos sociais de empoderamento não só individual, mas também de classe, por meio da construção de conhecimentos ancorados nas experiências sociais dos grupos oprimidos e de espaços de adensamento e

[5] Disponível em: <https://play.google.com/store/apps/details?id=com.pucrs.nepevi.appquilombola&hl=pt>. Acesso em: 07 dez. 2019.

tomada da consciência crítica, contribuindo para uma práxis libertadora e para a construção de um outro projeto societário, que objetiva a libertação da humanidade e a justiça social. Espera-se que futuras versões do aplicativo sejam interativas e colaborativas, possibilitando um protagonismo desses atores nesse processo.

6. Referências

BRASIL.**Sumário executivo: Pesquisa de avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas tituladas**. Brasília, 2013. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/noticias/arquivos/files/sum%C3%A1rio%20pronto_QUILOMBOLAS%202013.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

BRASIL.**Diagnóstico das ações realizadas**: Programa Brasil Quilombola. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/biblioteca/igualdade-racial/diagnostico-de-acoes-realizadas-programa-brasil-quilombola/view>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL.**Programa Brasil Quilombola**. Brasília, 2004. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/igualdade-racial/artigos-igualdade-racial/programa-brasil-quilombola>. Acesso em: 20 nov. 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.**Estudos feministas**,v. 10, n. 1, p.171-189, 2002.

COLLINS, PatriciaHill. **Pensamento feminista negro**:conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

FREITAS, Daniel A. et al.Mulheres quilombolas: profissionais na estratégia de saúde da família.**Revista Espaço para a Saúde**, v. 12, n. 2, p. 56-62, jun. 2011.

GROSSI, Patricia Krieger. Mulheres quilombolas e o acesso às políticas públicas: desafios na sociedade contemporânea. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11.;WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13., 2017, Florianópolis. **Anais Eletrônicos...** Florianópolis,2017. Disponível em: <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1497876163_ARQUIVO_artigomulheresquilombolasfazendogenero2017.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2019.

SOARES, Micheldos Santos. Comparação entre Metodologias Ágeis e Tradicionais para o Desenvolvimento de Software. **INFOCOMP Journal of Computer Science**, v. 3, n. 2, p. 8-13, nov. 2004.

O USO DE UM GAME COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO

Patrícia Krieger Grossi[1]
Gabriel Moraes Machado[2]
Cássia Engres Mocelin[3]
Ana Paula Terra Bacelo[4]

1. Introdução

A educação em direitos humanos (DH), e dentro dela a promoção da igualdade das relações étnico-raciais e de gênero, passa por processos de educação formal e não formal que culminam na construção da cidadania (CANDAU e SACAVINO, 2000). Para isso, faz-se essencial o debate, problematização e ensino dos DH em espaços formais de formação, já que é nestes que grande parte dos padrões culturais se propagam (CANDAU e SACAVINO, 2000). Dados como os contidos no Mapa da Violência (WAISELFSZ, 2016) e Atlas da Violência (IPEA, 2019) revelam um alarmante número de homicídios da população negra e do gênero feminino, reafirmando a importância da problematização desses tópicos.

Nos últimos anos, diversos estudos sobre o desenvolvimento de *games* educacionais no Brasil identificam que a gamificação constitui-se em uma proposta capaz de não só despertar o engajamento, curiosidade e motivação de estudantes, mas também ampliar os espaços de ensino para além da sala de aula. Vinda do universo dos *games*, a gamificação é resumidamente a utilização de elementos dos jogos para a resolução de algum problema (MONTE; DEMOLY, 2015; OLIVEIRA; BITENCOURT; MONTEIRO, 2016).

[1] PhD em Serviço Social pela Universidade de Toronto, Canadá. Professora do curso de Serviço Social da PUCRS. Pesquisadora produtividade 1C do CNPq. E-mail: pkgrossi@pucrs.br
[2] Psicólogo. PUCRS. E-mail: gabriel.moraesmachado@gmail.com
[3]Assistente Social. Doutoranda em Serviço Social pela PUCRS. Bolsista CAPES PROEX. cassiaengres@hotmail.com
[4] Doutora em Engenharia de Sistemas e Computação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora do curso de Engenharia de Software da PUCRS. E-mail: ana.bacelo@pucrs.br

2. O desenvolvimento de um *game* para o ensino da cultura afro-brasileira

Nos últimos anos, o Brasil vem realizando estudos sobre o desenvolvimento de jogos digitais na área da educação, tendo como objeto de análise a gamificação no processo de ensino-aprendizagem. Segundo Orlandi, Duque e Mori (2018), a gamificação surge como uma proposta educacional e configura-se como forma de despertar o engajamento e a motivação de estudantes para o conhecimento, bem como uma estratégia para instigar sua curiosidade e levá-los ao entendimento do contexto onde estão inseridos.

Diante disso, a gamificação surgiu com a influência, popularidade e popularização dos jogos e da cultura digital, tornando-se um elemento potencializador no âmbito da aprendizagem. Ela consiste na utilização de elementos e características dos jogos fora do seu contexto de origem, tendo como finalidade contribuir para a resolução de algum problema ou desafio (ORLANDI; DUQUE; MORI, 2018; SANTOS; FREITAS, 2017). Ressalta-se ainda que:

> [...] A Educação perpetua e dissemina o conhecimento, e ao mesmo tempo promove o seu desenvolvimento, garantindo assim a continuidade da sociedade humana. Observando os indivíduos em seus mundos virtuais, ou mundo dos games, pode-se perceber o quão interessados, engajados, animados são seus esforços para o atingimento de objetivos e metas; e por livre e espontânea vontade. Pergunta-se qual a melhor forma de levar essa situação para a vida real, aproveitando esses esforços para as situações reais da vida dos indivíduos. (ORLANDI; DUQUE; MORI, 2018, p. 27).

Com a proposta de simulação da realidade, conforme Monte e Demoly (2015), o jogo, enquanto tecnologia digital, cria vários ambientes digitais e, por meio de suas interfaces, produz condiçõespara a conexão consigo e com os outros, para a invenção de formas de viver-conhecer. Pode-se inferir que "[...] o termo interface é utilizado para denominar as interações em dois ambientes, o ambiente da informação digitalizada em conexão direta com os mundos em que habitamos" (MONTE; DEMOLY, 2015, p. 06). Os jogos contextualizam as informações passadas aos alunos, diferenciando-se dos métodos tradicionais de aprendizagem. Os melhores jogos são criados com o princípio de equilibrar os níveis de dificuldade de acordo com as habilidades do jogador, evitando que este se frustre e permitindo uma experiência de avaliação e recompensa. É importante ressaltar que, no processo de engajamento dos alunos e docentes, no cumprimento de metas do mundo virtual, deve-se considerar as variáveis que envolvem a iniciativa, assim como os aspectos estruturais e financeiros, por exemplo, externos ao contexto, mas

indispensáveis para a sua continuidade. Além disso, Orlandi, Duque e Mori (2018) destacam que, para a iniciativa ser consistente, ela deverá ser precedida de planejamento, capacitação, pesquisa e acompanhamento nos diversos segmentos da realidade contemporânea.

Ao discutir o jogo digital na criação de processos de inclusão social de jovens, Monte e Demoly (2015) enfatizam que, com a utilização dessas novas tecnologias, os jovens passam a ter um leque de opções no desenvolvimento de processos de inclusão dentro e fora da sala de aula. Para isso, faz-se necessário que espaços de convivência e atendimento ofereçam situações que permitam o conhecimento e a invenção através de jogos. Os autores acrescentam ainda que:

> Apresentar o jogo como tecnologia digital se mostra importante porque no processo de jovens está associado ao prazer e a diversão. O que estamos experienciando é que o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação tem possibilitado a produção de conhecimento por simulação e engajado jovens em processos de conhecer-viver. Canais de comunicação, processos inventivos de viver e de conhecer se ampliam no ciberespaço, onde o conhecimento não se restringe a sala de aula. Inserir as novas tecnologias da informação e comunicação no ambiente jogo digital é um desafio que se mostra potente no acompanhamento do fazer de jovens em nossas experiências do oficinar. (MONTE; DEMOLY, 2015, p. 05).

Dentro dessa perspectiva, de ampliação dos espaços cibernéticos no processo de aprendizagem, é que o *game* se torna um elemento potencializador para que os alunos possam fazer escolhas, tomar decisões e vencer desafios. O interesse pelo jogo "[...] vem sendo ressignificado e assumindo novo papel na sociedade, pois exerce grande influência no desenvolvimento cognitivo, sensorial e psicomotor do indivíduo" (ORLANDI; DUQUE; MORI, 2018, p. 27), no qual podem ser observados os perfis e aspectos culturais dos indivíduos. Essa área de pesquisa ainda precisa de maiores estudos para delimitar claramente seu objetivo, para o conhecimento de seus efeitos e contextualização de suas finalidades e particularidades.

A partir de uma parceria do Grupo de Estudos e Pesquisa em Violência (NEPEVI), do curso de Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), coordenado pela Profa. Dra. Patricia Krieger Grossi, e Profa. Dra. Ana Paula Terra Bacelo, do curso de Engenharia de Software da Escola Politécnica da PUCRS, teve-se a ideia de aliar conhecimentos dessas áreas e desenvolver um *game* para a promoção dos DH em uma escola pública de ensino fundamental.

Compreende-se que o desenvolvimento de um *game* destaca-se por seu caráter inovador e inventivo, por ser pioneiro no Estado do Rio Grande do Sul na abordagem dessa temática. Identifica-se, ainda, que existe uma lacuna no conhecimento sobre a cultura e a história africana, em geral, nas escolas. Ao não se verem na história, as crianças negras acabam com diminuição da autoimagem e não reconhecimento de suas potencialidades e pertencimento étnico-racial. Esse *game* poderá ser uma ferramenta útil para a aprendizagem e valorização da diversidade étnico-racial e de gênero no ambiente escolar, indo ao encontro das Leis e Diretrizes da Educação, dos objetivos do desenvolvimento do milênio da ONU, além de contribuir com a missão da PUCRS, que aderiu ao Pacto Universitário para a promoção dos DH, cultura de paz e diversidade. Ao contemplar, no jogo, elementos de identidade racial e cultura e história da África, assim como personagens fortes de ambos os gêneros, busca-se contribuir para a promoção de uma cultura de respeito à diversidade étnico-racial e de gênero. Desta forma, decidiu-se desenvolver um *game* que fomentasse o ensino das relações étnico-raciais e de gênero nas escolas e, para tanto, houve a análise do projeto político pedagógico (PPP) da escola no tocante à temática étnico-racial e de DH, para identificar de que forma esse tema estava contemplado.

3. Método

A partir da perspectiva de Prates (2003), entende-se a pesquisa como um processo e meio de intervenção na realidade social, podendo ser um instrumento articulador de reflexão crítica e de ação pedagógica profissional dos agentes envolvidos no processo. Almeja-se, com este estudo, dar maior visibilidade à urgência de se atentar para os DH no âmbito da educação pública.

Quanto à abordagem do problema, esta é uma pesquisa de caráter qualitativo. Para Diehl e Tatim (2004), os estudos qualitativos podem descrever a complexidade de um problema e a interação de certas variáveis, compreender e classificar os processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de dado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. A abordagem qualitativa busca se aproximar da realidade do objeto, seu "[...] universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos

fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis" (MINAYO, 2001, p. 6-7).

Utilizamos a pesquisa bibliográfica (GIL, 2002) para identificar quais os jogos já disponíveis no mercado que abordavam o tema étnico-racial e artigos sobre o tema para embasar o jeto de estudo. Com base nos procedimentos técnicos utilizados, trata-se de um estudo de caso que conversou com uma turma do segundo ano do ensino fundamental buscando, conforme já mencionado, a criação de um *game* que promovesse a educação em DH e, especialmente, em questões étnico-raciais e de gênero. De acordo com Yin (2010), o estudo de caso é uma forma de se fazer pesquisa social empírica. Neste caso, a pesquisa se propõe a avaliar a materialização dos DH na Escola municipal Alberto Pasqualini. Ainda, o desenvolvimento deste estudo baseou-se na sistematização proposta por Bardin (2011), a qual compreende três fases: formulação, execução e análise. Na fase de formulação, definiu-se o problema de pesquisa, os objetivos, a justificativa e a relevância da temática. Na fase de execução, definiu-se a estratégia de pesquisa, o método de pesquisa, a caracterização da organização do objeto de estudo, a definição da amostra e o trabalho de campo. Por fim, a fase de análise contemplará o exame analítico dos dados, a formulação dos resultados e das conclusões do estudo após coleta.

O universo da amostra consiste na análise do projeto político-pedagógico da escola, com enfoque na educação em DH e étnico-racial. Nesse contexto, pode-se afirmar que o "[...] universo ou população, é um conjunto de elementos definidos que possuem determinadas características" (GIL, 2002, p. 99). A amostra foi escolhida por conveniência ou acessibilidade. Nesse tipo de amostra, "[...] o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam de alguma forma, representar o universo da pesquisa" (GIL, 2002, p. 104).

A pesquisa se deu, então, com uma turma piloto de segundo ano com 23 crianças de 8 a 10 anos de idade, sendo 12 meninos e 11 meninas, e 2/3 da turma de etnia negra. Essas crianças são alunos da escola municipal Senador Alberto Pasqualini, localizada no Bairro Restinga, em Porto Alegre/RS. Nessa turma, há uma disciplina que, no seu conteúdo programático, possui conteúdos referentes à educação étnico-racial, sendo a professora ministrante dessa disciplina na turma parceira do projeto e também integrante de um coletivo de professoras negras da escola chamado Coletivo Quilombelas. Esse coletivo foi formado após o assassinato da vereadora Marielle Franco e tem por objetivo construir ações para valorização da cultura afro por meio da produção de material didático, rodas de conversa e seminários abertos à comunidade escolar, visando

implementar a Lei 10.639 (BRASIL, 2003) – referente à inclusão da temática "História e História e Cultura Afro-Brasileira" na rede de ensino – na escola e fortalecer a identidade e auto estima das crianças negras. A escolha dos participantes ocorreu pela disponibilidade e interesse em colaborar, a partir do contato com a gestora da escola. Foram feitas duas reuniões com a turma de alunos para identificar suas preferências por jogos, personagens favoritos, entre outros.

Quanto ao desenvolvimento do *game*, a metodologia utilizada é o *design thinking*. De acordo com (VIANA et al., 2012), o processo do *design thinking* deve envolver pelo menos estas quatro etapas: imersão, ideação, prototipação e desenvolvimento. Na etapa de **imersão**, obtém-se a empatia dos sujeitos atores do produto e as demandas efetivas acerca do problema a ser tratado. Na etapa de **ideação**, são utilizadas técnicas de *brainstorming*, com o objetivo de instigar questionamentos e sugestões acerca da solução a ser desenvolvida. Na terceira etapa, **prototipação**, as sugestões apresentadas pelos envolvidos (alunos e professora) são estruturadas por meio de uma proposta (como uma tela, um formulário, um cenário de um jogo etc.) para que então sejam validadas. Por último, na etapa de **desenvolvimento**, a solução é efetivamente implementada – no caso deste projeto de pesquisa, a implementação do *game* propriamente dito. O processo de *design thinking* é interativo e, portanto, envolve múltiplas interações entre os envolvidos e a equipe de *design* para o desenvolvimento e aprovação da solução.

A partir de uma sessão de *brainstorming* envolvendo colaboradores de empresas do TECNOPUC, a professora colaboradora, integrantes do projeto e do NEPEVI, identificou-se a capoeira como uma atividade de interesse das crianças e que poderia servir como enredo para nortear a dinâmica por trás do jogo a ser desenvolvido.

4. Resultados

Entre os resultados alcançados no primeiro ano do projeto estão: a) revisão da literatura sobre o tema e levantamento dos jogos disponíveis com enfoque em DH, diversidade, raça, etnia, gênero; b) contato com a escola para apresentação do projeto à direção e à professora responsável pela turma piloto; c) levantamento do perfil da turma piloto a ser beneficiada pelo *game*; d) realização de rodas de conversas e dinâmicas interativas com a turma para identificação de hábitos, costumes, uso de tecnologia e preferências de *games* (estavam previstos no projeto grupos focais, mas, devido à faixa etária dos estudantes selecionados pela escola – turma de segundo ano, 7 a 10 anos –

adaptou-se a metodologia); e) análise documental do projeto pedagógico da escola para a identificação de como a temática étnico-racial é abordada, considerando que esse foi o enfoque escolhido pela turma e professora a ser incorporado como tema central do *game*; f) entrevista com a professora da turma piloto para identificação dos conteúdos trabalhados na turma voltados para a educação em DH, educação étnico-racial e de gênero, a fim de que o *game* possa ser mais um instrumento de aprendizagem na turma; g) realização de um diagnóstico das ações em DH da escola piloto; g) realização de atividades de *brainstorming* a respeito das necessidades do *game* em DH, com enfoque na raça a partir da etapa de ideação do processo de *design thinking*; h) participação da equipe em reuniões de estudo e planejamento semanais no NEPEVI; i) atividades *in loco* na escola para imersão e ideação do *game.*

Nessas idas a campo e interações com a professora, identificou-se que os personagens e heróis das crianças da turma não eram negros. A professora relatou também que as princesas escolhidas pelas meninas da turma nunca eram negras. Também houve relatos de discriminação em relação ao cabelo crespo afro. Foi relatado pela professora que existem vários projetos sociais no bairro da escola, Restinga, que procuram valorizar a cultura afro, desde o cabelo até a história, costumes e tradições. Foi reiterada a importância do game ser também um instrumento de valorização da cultura afro.

A análise do projeto pedagógico constatou que a produção desse *game* é socialmente relevante e vai ao encontro do que preconiza a Escola Municipal de Ensino Fundamental Senador Alberto Pasqualini, que possui uma concepção de conhecimento que busca fomentar ações educativas pedagógicas que levem em conta que, para o desenvolvimento da autoconsciência e interação social, são necessárias ações em áreas transversais e universais como "diversidade de gênero e étnica" e "direitos humanos", enfoque do nosso *game*. Além disso, o projeto irá contribuir para um dos objetivos da escola, que é o desenvolvimento de ações afirmativas. Por meio da valorização da cultura afro, contribui-se para desconstruir "[...] práticas que inibem a auto-estima de grupos sociais historicamente discriminados na sociedade brasileira e local" (PORTO ALEGRE, 2016). O desenvolvimento de um *game* afro (com o tema da capoeira, patrimônio cultural e histórico da humanidade) irá servir como mais um instrumento didático-pedagógico para a aprendizagem da cultura africana de forma lúdica e educativa, contribuindo para a implementação, na referida escola, da Lei 11.645/2008 (BRASIL, 2008), que trata da obrigatoriedade do ensino das culturas afro-brasileiras e indígenas, Lei Municipal 8423/99 (PORTO ALEGRE, 1999), sobre educação anti-racista e anti-discriminatória, e

Lei 8.465/00 (PORTO ALEGRE, 2000), relativa aos DH. O *game* também irá contribuir para uma educação em DH e construção de cidadania

Para Sacavino (2000), a finalidade da educação em ética e DH, na perspectiva da construção da cidadania em um processo de democracia participativa e popular, deve ser a formação de sujeitos de direitos e sujeitos sociais que se comprometam com a "[...] mudança, a participação, a transformação e a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, humana, justa e solidária" (SACAVINO, 2000, p. 44). Para isso, é necessário combater todas as formas de discriminação e opressão, sejam decorrentes de gênero, raça, classe social, condição física, intelectual ou outra.

5. Considerações Finais

O contexto atual, de ataque e regressão dos DH, exige que sejam pensadas estratégias criativas para a educação em DH. Nesse sentido, o desenvolvimento de um *game* como material didático e instrumento de promoção de relações étnico-raciais e de gênero nas escolas vem ao encontro dessa proposição, apresentando-se como inovador.

A importância dos materiais didáticos relaciona-se com o currículo, ou seja, com as escolhas dos conhecimentos a serem socializados e apreendidos. No entanto, o currículo não é uma opção neutra, tendo em vista que ele reflete as escolhas didático-pedagógicas e, sobretudo, simultaneamente oculta e silencia determinados temas. Logo, tem-se um currículo oculto, no qual muitas vezes o racismo institucional figura como central. Portanto, a formação de professores/as e as modificações curriculares devem andar juntas à produção, socialização e ressignificação dos materiais didáticos que contemplem as temáticas étnico-raciais. Compartilha-se da posição de Candau et al. (1995, p. 110), que entendem que "[...] para transformar a realidade é necessário trabalhar o cotidiano em toda a sua complexidade. É no tecido diário de relações, emoções, perguntas, socialização e produção de conhecimentos e construção de sentido que criamos e recriamos continuamente nossa existência" (CANDAU et al., 1995, p. 110).

Deste modo, conclui-se que a produção de materiais didático-pedagógicos com o uso das tecnologias, destacando aqui o desenvolvimento de um *game,* se apresenta como instrumento impulsionador e potencializador da implementação da Lei n. 10.639/2003, mas, sobretudo, como fomento de discussões sobre relações étnico-raciais e de gênero dentro dos espaços escolares.

6. Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial da União**, 11 mar. 2008.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 10 jan. 2003.

CANDAU, Vera M. et al. **Oficinas Pedagógicas de Direitos Humanos**. Petrópolis: Vozes, 1995.

CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Suzana. **Educação e direitos humanos**: construir a democracia. Rio de Janeiro: D P & A, 2000.

DIEHL, Astor A.; TATIM, Denise C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**: métodos e técnicas. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de pesquisa**, n. 115, p. 139-154, mar. 2002.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IPEA. Atlas da violência 2019. / Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf Acesso em 28 dez. 2019.

MINAYO, Maria Cecília S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2001.

MONTE, Washington S; DEMOLY, Karla R. do A. O jogo digital na criação de processos de inclusão social de jovens. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE JUVENTUDE BRASILEIRA, 2015, Pernambuco. **Anais eletrônicos...** Pernambuco: UNICAP, 2015. Disponível em: <http://www.unicap.br/jubra/wp-content/uploads/2012/10/TRABALHO-71.pdf >. Acesso em: 16 nov. 2018.

OLIVEIRA, Thâmillys M.; BITENCOURT, Ricardo; MONTEIRO, Wilmara M. Experiências com Gamificação no Ensino de Computação para Jovens e Adultos no Sertão Pernambucano. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE JOGOS E

ENTRETENIMENTO DIGITAL, 15., 2016, São Paulo. **Proceedings of SB Games 2016**. São Paulo, set. 2016.

ORLANDI, Tomás R.; DUQUE, Claudio G.; MORI, Alexandre M. Gamificação: uma nova abordagem multimodal para a educação. **Biblios**, n. 70, p. 17-30, 2018.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **Projeto político-pedagógico**. Escola Senador Alberto Pasqualini. Porto Alegre, 2016.

PORTO ALEGRE. Lei nº 8465/2000**.** Institui o ensino dos direitos humanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio das escolas da rede municipal de Porto Alegre. **Diário Oficial de Porto Alegre**, 28 jan. 2000.

PORTO ALEGRE. Lei n. 8423/1999. Institui na rede municipal de ensino público de 1º e 2º graus e demais níveis de ensino, o conteúdo educação anti-racista e antidiscriminatória. **Diário Oficial de Porto Alegre**, 27 jan. 1999.

PRATES, Jane Cruz. A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético crítica de Inspiração Marxiana. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 2, dez. 2003. Disponivel em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/948/728>. Acesso em: 14 dez. 2019.

SACAVINO, Susana. Educação em direitos humanos e democracia. In: CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Suzana. **Educação e direitos humanos**: construir a democracia. Rio de Janeiro: D P & A, 2000.

SANTOS, Júlia de Ávila; FREITAS, André Luis Castro. **Gamificação Aplicada a Educação**: Um Mapeamento Sistemático da Literatura. **Renote**, v. 15, n. 1, jul. 2017.

VIANA, Maurício et. al. **Design thinking**: inovação em negócios. Rio de Janeiro: MJV Press, 2012. [Livro eletrônico].

WAISELFSZ, Jacobo. MAPA DA VIOLÊNCIA 2016 HOMICÍDIOS POR ARMAS DE FOGO NO BRASIL . Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf Acesso em 28 dez. 2019.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

PROGRAMA MELHOR EM CASA: desafios para a atuação do assistente social

Marcia Inêz Xavier dos Santos[1]

1. Introdução

Este trabalho objetiva provocar a reflexão sobre a prática do assistente social no Serviço de Atenção Domiciliar no município de Pelotas, considerando o período de outubro de 2015 a outubro de 2019. Para isto, é importante situar que a Política de Atenção Domiciliar consolidou-se em nível nacional no âmbito do Sistema Único de Saúde, a partir de 2011 com a implantação do Programa Melhor em Casa pelo Ministério da Saúde, com o slogan "A segurança do hospital no conforto do seu lar".

Em Pelotas, as três equipes multiprofissionais de atenção domiciliar- EMADs, formadas por médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e assistentes sociais, passam a prestar os cuidados com a saúde no domicílio dos usuários em internação domiciliar, contando com uma equipe multiprofissional de apoio-EMAP, composta por psicólogos, nutricionistas, fisioterapeutas e outros profissionais da área de saúde, conforme a necessidade do serviço.

Entendendo a saúde no seu sentido mais amplo, conforme definida pela Organização Mundial de Saúde "um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades", são diversas as expressões da questão social que surgem com o processo de adoecimento, as quais trazem uma série de preocupações que compõem o quadro da dor social. Tais expressões são objeto de atuação para os assistentes sociais, e desta forma, a abordagem da família, cuidador e usuário tornam-se uma prática contínua e permanente das equipes, mas principalmente do assistente social, em busca de alternativas que minimizem os efeitos do adoecimento associadas às vulnerabilidades sociais decorrentes desse processo.

Além disso, a busca pela qualidade de vida dos usuários e seus familiares diante dos problemas associados a doenças com alto risco de vida, requerem não só o tratamento da dor física, mas também dos seus problemas sociais. Neste sentido, para se promover a saúde de forma plena, enfrentamos diversos desafios desde a falta de recursos próprios do usuário até uma oferta de serviços na rede de forma precarizada e limitada, que não

[1] Assistente Social, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas-UCPEL. E-mail marcinezsantos@gmail.com

assegurem de fato o direito à saúde na sua integralidade. Desta forma, o assistente social da atenção domiciliar passa a ser um aliado dos usuários e seus familiares, seja informando quanto aos direitos sociais, encaminhando para os devidos serviços, conforme cada caso, e/ou acompanhando o usuário até o desfecho do seu atendimento.

2. Uma breve contextualização da implantação do Programa Melhor em Casa na cidade de Pelotas

A regulamentação da assistência domiciliar no SUS, por meio da Lei nº 10.424 de 2002, impulsionou o surgimento de algumas experiências locais vinculadas a estabelecimentos hospitalares, e assim foram surgindo alguns serviços com variadas características e modelos de atenção.

A cidade de Pelotas destacou-se, sendo uma das pioneiras no Brasil, na oferta de internação domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), com a implantação de um serviço de atenção domiciliar para pacientes oriundos do Pronto Socorro Municipal desde 2002, através do Programa de Internação Domiciliar (PID) sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde (FRIPP, 2005).

Este serviço passou por modificações, dando origem em 2005 ao Programa de Internação Domiciliar Interdisciplinar-PIDI sob a responsabilidade do Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas, com foco exclusivo ao atendimento de pacientes oncológicos (FRIPP, 2011).

Contudo, a Atenção Domiciliar no SUS passou a ser orientada pela Política Nacional de Atenção Domiciliar-PNAD, somente a partir de outubro de 2011 por meio da Portaria GM / MS nº 2527, a qual criou o Programa Melhor em Casa, com o Slogan. "A segurança do hospital no conforto do seu lar". A publicação desta Portaria foi fundamental para ampliar o Serviço de Atenção Domiciliar em Pelotas, que logo em seguida, no ano de 2012, lançou o Programa em cerimônia realizada na Câmara de Vereadores e passou a atuar nos dois programas: PIDI e Melhor em Casa.

O Programa Melhor em Casa, assumiu a oferta de Atenção Domiciliar no país com o propósito de proporcionar o cuidado integral à pessoa, respeitando a sua individualidade e seu contexto familiar, visando o cuidado com o consentimento da família na adesão ao tratamento, a participação do usuário, a existência do cuidador e assistência pela equipe multidisciplinar.

Além disso, o Programa preconiza o uso mais racional de leitos e dos recursos

hospitalares, abreviando o tempo da hospitalização bem como evitando hospitalizações desnecessárias e propiciando assim, a assistência com a inserção das equipes de saúde à realidade social na qual o paciente vive, respeitando a sua rotina, seus valores e às formas de cuidar prestadas por seus familiares e cuidadores. Esta modalidade é considerada vantajosa para a pessoa internada no domicílio, principalmente porque ela não necessita sair da sua casa e do convívio familiar para receber a assistência, diminuindo o risco de infecções hospitalares e os gastos que a família tem com o processo de adoecimento. Isso se dá devido aos profissionais da saúde se deslocarem com o transporte do próprio Programa até a casa dos usuários para prestar assistência, levando medicações, materiais para curativos e alguns insumos fornecidos pelo SUS, o que se equivale ao deslocamento do atendimento hospitalar até a pessoa internada. Por outro lado, para a gestão do Programa esta modalidade é também vantajosa, pois além de disponibilizar leitos hospitalares com maior rotatividade para outros usuários (pacientes mais graves), reduz os custos inerentes a hospitalização.

Contudo é no domicílio e no contexto familiar que as expressões da questão social ficam mais evidentes para os profissionais de saúde, principalmente para o assistente social, que tem a questão social como seu objeto de estudo e intervenção, traduzindo-se como desafios.

3. Desafios para atuação do assistente social

Quanto ao objeto de estudo e intervenção do assistente social, Iamamoto (1997) esclarece:

> Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] ... a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social. (IAMAMOTO, p.14, 1997).

No meu cotidiano profissional, tais expressões se manifestam como demandas enfrentadas pelos usuários e seus familiares, que envolvem as políticas de saúde e de atenção domiciliar. Diversos problemas ligados ao processo de adoecimento vêm à tona,

seja durante o preenchimento do instrumento de avaliação sócio-econômica, que acontece nas visitas domiciliares; nos atendimentos individuais; nas reuniões grupais com familiares (cuidadores ou enlutados); ou até mesmo durante uma conversa informal. Tais problemas desafiam a nossa atuação e a partir delas, busca-se alternativas que minimizem o sofrimento e as vulnerabilidades sociais decorrentes desse processo.

Além disso, a busca pela qualidade de vida dos usuários e seus familiares diante dos problemas associados a doenças, é um ideal perseguido por nós e requer não só o tratamento da dor física, mas também da dor social. Neste sentido, para se promover a saúde de forma plena, enfrentamos diversos desafios desde a falta de recursos próprios do usuário, que em sua maioria são de classe média baixa a extremamente pobres; impedimentos burocráticos e até mesmo a falta de oferta de serviços na rede, que funciona de forma precarizada em alguns pontos.

Adverte-se que o próprio Programa Melhor em Casa tem sua capacidade de atuação limitada, uma vez que abrange somente a área urbana do município, deixando de fora toda população da área rural (distritos e colônias), que são os que tem mais dificuldade de acesso. E, além disso, outra limitação que se observa, é que há demanda reprimida, por se tratar de um programa de base territorial, ou seja, há cada 100 mil habitantes, uma equipe pode ser habilitada, Desta forma só há como habilitar mais uma equipe quando a população de Pelotas atingir a 400 mil habitantes.

Desta forma, o assistente social da atenção domiciliar passa a ser um aliado dos usuários e seus familiares, seja informando quanto aos direitos sociais, encaminhando para os devidos serviços conforme cada caso e acompanhando o usuário até o desfecho do seu atendimento. Esta interação profissional-usuário é que potencializa o enfrentamento da questão social, viabilizando o acesso aos direitos por ora negados e também quanto à superação das dificuldades enfrentadas. Por outro lado, o profissional é constantemente colocado à prova em sua capacidade de intervenção junto ao Estado e quanto à empatia com o usuário, comprometendo-se com a mediação entre ambos, diante a diversidade e complexidade das demandas que são crescentes e parecem não ter fim.

Cada demanda da questão social é específica, única, vivenciada por cada usuário de forma diferente e por isso a tratamos de forma individualizada, não havendo um único procedimento padrão a seguir para solucioná-la ou minimizá-la. Para o assistente social que trabalha no Programa, cada demanda que chega ao nosso conhecimento funciona como um "quebra-cabeças", sendo necessário pensar a estratégia mais certeira e ir articulando vários pontos da rede como se fossem as peças do jogo a fim de completá-lo,

o que seria a resolução do caso. Embora se tenha conhecimento dos recursos disponíveis e se domine a instrumentalidade do serviço social, não se pode ter certeza que a estratégia dará certa para garantir os direitos sociais dos usuários, diante a conjuntura atual do país e da forma como a politica de saúde e tudo que a envolve vem sendo tratada.

Quanto ao enfrentamento na conjuntura contemporânea Montaño (2012) explica:

> A atual estratégia neoliberal de enfrentamento da pobreza, orienta-se numa tripla ação. Por um lado a ação estatal, as políticas sociais do Estado, orientadas para a população mais pobre (cidadão usuário); ações focalizadas, precarizadas, regionalizadas e passíveis de clientelismo. Por outro lado, a ação mercantil desenvolvida pela empresa capitalista, dirigida à população consumidora, com capacidade de compra (cidadão cliente), tornando os serviços sociais, mercadorias lucrativas. Finalmente a ação do chamado "terceiro setor", ou da chamada sociedade civil (organizada ou não), orientada para a população não atendida nos casos anteriores, desenvolvendo uma intervenção filantrópica. (MONTAÑO, p. 277, 2012).

Assim, observa-se que o direito à saúde na sua integralidade, enquanto política social do Estado, por vezes é negligenciado pelos órgãos e instituições competentes, seja pelo enxugamento de recursos investidos, que impacta tanto na restrição de serviços contratualizados para atender a população (número reduzido de consultas e exames, falta de leitos hospitalares, mau funcionamento e fechamento de serviços da rede de saúde pública), principalmente aquela que conta exclusivamente com o SUS, como também pela falta de profissionais, sobrecarga ou desvalorização destes nos serviços de saúde. Já com a população de classe média, que possui planos de saúde privados ou convênios vinculados ao seu local de trabalho, o atendimento à saúde muda de configuração, é de melhor qualidade, com equipamentos e tecnologia de ponta e tempo de espera reduzido para consultas, exames e procedimentos. Isso torna evidente a desigualdade social entre classes, diretamente na saúde dos empobrecidos, que são os que mais sofrem as consequências negativas e por vezes pagam com a própria vida, e dos que trabalham e tem renda, tendo como direito utilizar os serviços do SUS como uma segunda alternativa, caso suas necessidades de saúde não sejam sanadas pelos seus convênios.

Para Montaño (2012):

> As políticas sociais e direitos sociais, políticos e trabalhistas representam também conquistas dos trabalhadores e setores subalternos, que podem diminuir, mas jamais eliminar desigualdades. Elas são naturais ao capitalismo, produto das contradições capitalistas, e necessário para a manutenção do MPC (Modo de Produção Capitalista). (MONTAÑO, p.285, 2012).

Embora as políticas sociais sejam elaboradas pelo Estado e representem conquista

dos trabalhadores, os direitos sociais em sua maioria não são acessados pela população de forma facilitada, pelos critérios, requisitos e condicionamentos criados pela própria legislação vigente. Esses entraves também fazem parte da rotina profissional e assim conseguimos elencar sem muito esforço uma série de direitos e benefícios preconizados na legislação brasileira, mas que no momento de serem acessados, são negados. Desta forma, a necessidade de acessar o Benefício de Prestação Continuada- BPC/LOAS, aposentadorias, medicamentos pela farmácia do Estado, Município ou Popular, o transporte de pacientes para tratamentos dentro ou fora do município, aquisição de equipamentos hospitalares, fraldas, dietas e insumos, necessidade de oxigenoterapia domiciliar e conflitos familiares em torno do processo de adoecimento, fazem parte do rol de direitos, os quais necessitam da nossa intervenção diariamente. Porém da mesma forma que os usuários, os profissionais também encontram dificuldades para promover o acesso desses aos direitos, pois não basta orientar, encaminhar, preencher os formulários necessários para garantir o direito. É preciso uma articulação maior, que mobilize vários pontos da rede tais como: Hospitais, Unidades Básicas de Saúde, Secretaria de saúde, Previdência Social, Secretaria da Justiça Social, Ministério Público entre outras. E isso quando não se tem que apelar para judicialização, quando todos os meios administrativos já foram esgotados.

Paiva, Rocha e Carraro (2010), ao relacionarem o Serviço Social com as políticas sociais, fazem a seguinte interpretação:

> [...] sendo notória a vinculação do Serviço Social com os processos de formulação, gestão e execução de políticas sociais, é emergente pensar criticamente as determinações fundamentais do acesso ao direito social no continente, com o objetivo de trabalhar com mais propriedade os argumentos técnico-políticos atinentes às inevitáveis disputas que se processam neste cenário. (PAIVA, ROCHA e CARRARO, p. 149, 2010).

É com este entendimento que os assistentes sociais do Programa Melhor em casa vêm procurando unir os diversos pontos da rede que formam a rede de saúde da cidade de Pelotas, para ampliar o diálogo, estreitar os vínculos entre os serviços, discutir casos de usuários que estão internados no domicílio, mas que também são assistidos pelas equipes de saúde de suas respectivas Unidades Básicas de Saúde, a fim de promover a alta responsável. E, para isso algumas estratégias e articulações vêm sendo realizadas, desde visitas aos serviços para discussão e encaminhamentos de casos pessoalmente, reuniões com representantes dos diversos serviços de saúde do município, além de

contato permanente com assistentes sociais de outros serviços, a fim de unir esforços para resolução mais breve das demandas.

3. Considerações finais

A atuação do Programa Melhor em Casa, requer uma competência crítica do assistente social, um forte compromisso com o projeto ético político da profissão, além do domínio da instrumentalidade do serviço social, do preparo para atuação interdisciplinar, e do conhecimento dos recursos sociais existentes na comunidade para possíveis encaminhamentos, que possam trazer mais qualificação ao atendimento domiciliar.

Mas isso só não basta, estamos a cada dia aprendendo a fazer a atenção domiciliar, atuando dentro da casa de diversas pessoas, que por mais simples que seja é um espaço que deve ser respeitado, assim como sua forma de viver, pensar e agir; suas crenças; seus costumes, seu contexto familiar. Assim, a técnica, a legislação e a ética são a tríade que nos embasam.

4. Referências

BRASIL. Departamento de Atenção Básica. Secretaria de Atenção à Saúde. **Caderno de Atenção Domiciliar Vol 1.** Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

_____.**Lei 10.424, de 15 de abril de 2002.** Acrescenta capítulo e artigo à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento de serviços correspondentes e dá outras providências, regulamentando a assistência domiciliar no Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial da União,** Brasília, 2002.

_____.Ministério da Saúde. **Portaria MS/GM nº 2527 de 27 de outubro de 2011**. Redefine a atenção domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial da União,** Brasília, v.1,n. 208, Seção 1. p.44. 2011.

FRIPP, Julieta Carriconde. **Projeto: Programa de Internação Domiciliar Interdisciplinar – PIDI.** Universidade Federal de Pelotas, Fundação de Apoio Universitário, Pelotas, 2005.

FRIPP, Julieta Carriconde. **Programa de Internação Domiciliar Interdisciplina**r. Universidade Federal de Pelotas, Hospital Escola, Pelotas, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997.

MONTAÑO, Carlos. **Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento**. Serv. Soc. Soc., São Paulo n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012. Disponível em:

http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n110/a04n110.pdf. Acesso em 10/03/2020.

PAIVA, ROCHA E CARRARO. **Política social: interpretação a partir da teoria da dependência.** SER Social, Brasília, v. 12, n. 26, p. 147-175, jan./jun. 2010. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/1019/681. Acesso em 13/03/2020.

POLÍTICAS SOCIAIS, ASSIMILAÇÃO E POBREZA: uma tríade interconectada na Aldeia Gyró

Vini Rabassa da Silva[1]
Suzan Cardoso Balsamo[2]
Natália Ferreira Pereira[3]
Beatriz Vasconcelos Matias[4]

1. Introdução

Este trabalho apresenta um recorte do resultado de uma pesquisa qualitativa desenvolvida com os indígenas da Aldeia Gyró, localizada no município de Pelotas, a qual é composta por dezesseis famílias do povo kaingang, que estão assentadas em um território obtido por meio de um Decreto de Cessão de Terra emitido pela Prefeitura Municipal de Pelotas, em 30 de junho de 2016, após um processo de negociação mediado por uma equipe de trabalho da UCPEL.

A emissão deste Decreto foi um marco histórico no município, ao instituir a primeira terra indígena em seu espaço geográfico, assinalando a conquista do grupo, que chegou em Pelotas em novembro de 2015, vindo da Aldeia Kondá em Chapecó-SC e instalou-se na BR 216 próximo à rodoviária, com o objetivo de comercializarem seus produtos artesanais.

É importante destacar que, segundo um dos caciques do grupo, o motivo do deslocamento dessas famílias de Chapecó para Pelotas, foi à discordância com outros caciques da Aldeia Kondá, por estarem arrendando as terras para latifundiários, pois na opinião deles o arrendamento poderia resultar em perda de credibilidade da luta indígena junto aos órgãos governamentais. Assim, por não chegarem a um consenso, eles resolveram vir para cá, vender seus produtos e, ver se conseguiam outro local para se estabelecerem, sem infringir as leis acordadas com as autoridades brasileiras.

Segundo relatos dos caciques (Pedro e seu irmão Alcir), a escolha da vinda para esta cidade atendeu a um chamado, pois tiveram uma visão de repovoamento desse

[1]Doutora em Serviço Social. Profa. do Curso de Serviço Social e do PPG em Política Social e Direitos Humanos da UCPEL. vini.silva@ucpel.edu.br
[2]Graduanda do curso de Serviço Social, bolsista de iniciação científica CNPq. Universidade Católica de Pelotas. E-mail: suzancardoso@yahoo.com.br
[3]Graduanda do curso de Serviço Social, bolsista de iniciação científica CNPq. Universidade Católica de Pelotas E-mail: nataliaferrreirapereira95@gmail.com
[4] Mestre em Política Social e Direitos Humanos/UCPEL Bacharela em Serviço Social (UCPEL). E-mail: biavasconcelosmatias@gmail.com.

território, que pertenceu a eles há muitos séculos. Comentaram, ainda, que eles costumavam vir para cá há alguns anos, para comprar sal, comercializar seus produtos e procurar cipó e, que decorrente destas idas e vindas, surgiu o chamado para aqui se instalarem, como lugar possível para cultivarem a terra, produzirem artesanato e comercializarem seus produtos. Por isso, ainda segundo a narrativa dos caciques, após consultar seus anciãos e suas famílias decidiram vir com toda a família para Pelotas.

Um dos principais motivos que fez com que este grupo de indígenas Kaingangs decidisse se fixar na região sul do RS, foi a recepção dos pelotenses, pois de forma geral houve uma manifestação de "compadecimento" com a situação precária em que estavam vivendo, alocados em barracas sem poder se proteger das intempéries do tempo e sem nenhuma infraestrutura física (água, instalações sanitárias, etc). Entretanto, apesar de alguns pelotenses se sensibilizarem com a ausência de condições adequadas para a sobrevivência, alguns outros tiveram profundo preconceito e desprezo, entendendo-os como invasores do espaço urbano em busca da "ajuda ou da caridade", por não trabalharem. Cabe destacar, que o grupo manifestou conhecer estas manifestações diferentes advindas da comunidade pelotense, mas avaliou que o apoio da maioria da população foi o mais significativo para eles.

Os primeiros contatos com os Kaingang por parte da UCPEL, foram feitos a partir da aproximação de uma advogada que estava realizando pós-doutorado no PPG em Política Social-UCPEL, a qual já trabalhara com indígenas em outros países (Canadá e Colômbia). Após esta primeira aproximação, foi estabelecido uma trabalho de parceria com o Núcleo de Advocacia Popular da UCPEL, e com a Cáritas Arquidiocesana de Pelotas, para contribuir com a solução dos problemas emergenciais e conhecer as demandas e interesses do grupo, a fim de mobilizar a comunidade pelotense e entidades públicas e privadas, em prol da garantia de melhores condições de vida ao grupo. Estas articulações iniciais, culminaram com a elaboração de um Programa de Extensão "Sustentabilidade Kaingang" desenvolvido com docentes e discentes dos cursos de arquitetura, direito e serviço social, coordenado pelo serviço Social.

Ao conhecer o interesse do grupo em se fixar em Pelotas, em abril de 2016, a equipe da UCPEL articulou um processo de negociação com a prefeitura. Na primeira reunião realizada, com o secretário de cultura, os caciques Pedro e Alcir e os assessores da UCPEL, foi exposta a situação em que se encontravam as 16 famílias, e expressa a vontade de conseguir um local seguro onde tivessem a possibilidade de habitar, e de desenvolver a sua cultura com seus hábitos e costumes característicos.

Após conversas com o poder público para conhecer locais possíveis para o assentamento definitivo, representantes do grupo de indígenas com os assessores da UCPEL visitaram três locais indicados pela Prefeitura. Após análise dos possíveis benefícios e dificuldades, de cada local, os caciques comunicaram à Prefeitura a sua preferência, e, finalmente, no dia 10 de junho, do mesmo ano, todas as famílias foram transferidas para a Colônia Santa Eulália 7º distrito de Pelotas, em um território de aproximadamente 7,5 hectares.

O Decreto nº 5.932/2016, assinado no dia 30 de junho pelo prefeito, consolidou e regularizou, esse território, como Área de Especial Interesse Cultural e Social da Comunidade Kaingang.

O local de instalação das famílias indígenas foi denominado por eles de Aldeia Gyró, que significa em Kaingang, pelota, nome dado as embarcações usadas por indígenas para terem acesso a essa localidade, antes do seu reconhecimento como município.

Após este breve relato dos antecedentes da Aldeia Gyró, apresentaremos, a seguir, a metodologia usada para o desenvolvimento de uma pesquisa documental, com o objetivo de analisar o modo de recepção e os efeitos produzidos por diferentes programas sociais, na referida aldeia, desde a sua instalação até o ano de 2019. Posteriormente, será apresentado o resultado da análise documental e as considerações finais extraídas do desenvolvimento da pesquisa.

2. Metodologia

Para a elaboração, deste trabalho, foi usada a pesquisa documental em fontes primárias, no caso, os relatórios da equipe de trabalho do programa de extensão, do qual as autoras, desta exposição, também foram integrantes, para "identificar informações factuais nos documentos a partir de questões" (LÜDKE e ANDRE, 1986:38) relacionadas aos efeitos produzidos na vida dos indígenas, durante o processo de luta e com o acesso a diferentes programas sociais vinculados às políticas de proteção social do sistema brasileiro. Assim, cabe destacar que para atender às características recomendadas para este trabalho, a metodologia foi centrada na análise documental dos relatórios, que ainda não haviam sido explorados por outras pesquisas.

Entretanto, o fato dos documentos terem sido produzidos, em sua grande parte, pelas próprias autoras, facilitou o processo inicial da pesquisa documental, que exige o

conhecimento do contexto em que foram produzidos. Assim, tendo presente o contexto pesquisado, diante *do corpus* da pesquisa foi feita uma releitura de todo o material para proceder a análise de conteúdo, extraída da sistematização feita pelas unidades de análise das categorias assimilação cultural e emancipação, eleitas para inferir sobre os efeitos das políticas sociais na Aleia Gyró.

O resultado da análise procurou ultrapassar a aparência dos fenômenos relados para descobrir a sua essência, por meio do estabelecimento dos nexos causais dos efeitos de programas sociais sobre aquela aldeia indígena, com as determinações estruturais que impactam os povos indígenas, no Brasil, de forma dialética crítica.

3. Resultados e discussão

A análise realizada possibilitou perceber, que durante o período de tempo analisado várias políticas sociais foram acessadas por este grupo de indígenas[5].

Para a garantia de uma renda familiar, 15 famílias recebiam o repasse do Programa Bolsa Família. Além deste auxílio permanente, todas as 16 famílias recebiam, mensalmente, sacolas de alimentos para auxiliar na sua sobrevivência.

Estes dois auxílios, tanto o monetário do Bolsa Família, como o material referente à alimentação, são repassados conforme critérios universalizados, não atendendo às suas características culturais. As crianças e adolescentes foram inseridos na escola regular mais próxima da aldeia, com apoio para deslocamento até o local. Porém, não havia professor bilíngue, o que ficou como promessa do poder público para o futuro. Para acesso aos direitos previstos na política de saúde, houve a instalação de uma UBS na aldeia. Entretanto, o grupo manifestava a dificuldade de relacionamento com a equipe local da saúde, que além de não compreender a língua que usavam, tecia críticas ao modo de cuidar das crianças, indicando maiores cuidados com a higiene e com a proteção corporal por andarem sem vestuário e de pés descalços. Já a política fundiária, considerada central na luta indígena, embora tivesse sido concedida a terra para o grupo, a área disponibilizada não era considerada adequada ao plantio, e tinha um tamanho

[5] Para maior conhecimento das diferentes políticas acessadas, sugere-se a leitura da dissertação de mestrado em Política Social e Direitos Humanos de Beatriz Vasconcelos Matias, intitulada "PROTEÇÃO SOCIAL PÚBLICA PARA POVOS INDÍGENAS: entre a satisfação das necessidades básicas e a garantia e promoção da autodeterminação".

insuficiente, para acolher a todas as famílias e possibilitar a extração de grande parte dos alimentos necessários a sua sobrevivência.

Esta breve descrição permite evidenciar a insuficiência da proteção social ofertada para assegurar o desenvolvimento do grupo, tendo em vista que as políticas públicas são ações agregadas e articuladas, pelas quais o Estado é responsável e que têm por objetivo resolver problemas ou atender as demandas, interesses ou direitos coletivos. Embora seja inegável a presença do estado ofertando serviços, a forma da oferta e a quantidade ofertada não conseguiam atender de modo satisfatório às demandas existentes.

Uma análise histórica sobre os povos indígenas no Brasil, nos faz constatar que o país não criou políticas de proteção social adequadas às necessidades desses povos, e como reitera Negri e Biasi (2013, p. 5), "a relação com essa população sempre esteve atrelada primeiramente a uma lógica de expulsão, exclusão e confinamento, passando para uma lógica de atrelamento ao Estado, especialmente com uma política assistencialista". O mero repasse de benefícios sem um acompanhamento e a criação de condições, que permita o desenvolvimento da autonomia do grupo, confirma que esta relação assistencialista se estende até hoje, embora os direitos dos povos indígenas no Brasil passem a ter visibilidade e garantia com a Constituição de 1988, e na área específica da assistência social com a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2004, quando a Assistência Social passa a abranger também a população indígena, a partir de sua particularidade.

De fato, os indígenas são identificados, quando a Política Nacional de Assistência Social delineia os usuários a quem se destina como pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade, ciclos de vida; *identidades estigmatizadas em termos étnico,* cultural, sexual, e desvantagem pessoal, resultante de deficiência, exclusão pela pobreza e/ou, no acesso as demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar; grupos ou indivíduos, com inserção precária ou não inserção no mercado formal e informal; estratégias de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (Grifo nosso) (BRASIL, 2005)

Entretanto, o modo de operar o repasse de benefícios desconsidera a particularidade étnica. No caso em análise, foi constatado que a equipe municipal do CRAS volante seguiu as orientações existentes para inserir as famílias no Cadastro Único,

que conforme indicado, pela nomenclatura, é idêntico para todo o país[6], mesmo tendo sido previamente orientada para a sua inserção, devido à constatação de seu alto grau de pobreza, atestada dentro dos padrões vigentes na sociedade brasileira.

A análise documental evidenciou que não houve uma consulta prévia às famílias sobre o interesse, ou não, em se cadastrarem. Ela seguiu a orientação da secretaria municipal, embora haja uma orientação explícita sobre "o direito à consulta prévia" dos povos indígenas para a adoção de intervenções junto aos mesmos. Este direito à consulta prévia está garantido aos Povos Indígenas e Tribais, na Organização Internacional do Trabalho (OIT), que é lei no Brasil desde 2004 (Brasil, Decreto Presidencial nº 5051).

Pode-se perceber, que a intencionalidade de repassar benefícios que significassem uma melhoria na qualidade de vida, não tendo obtido uma adesão consciente das famílias, foi recebida com resistência, manifestada pela demora em comparecer às entrevistas agendadas pela equipe técnica.

Analisando historicamente a relação da política de assistência social com os povos indígenas, pode-se perceber, também, que há pouco esta política passou a buscar uma nova relação com os mesmos. Foi em 2004, que houve a primeira inserção de um Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que priorizou o atendimento a municípios com famílias indígenas em seu território. E, no mesmo ano, é que foi construído o primeiro Centro de Referência de Assistência Social em terras indígenas (CRAS INDÍGENA), na Aldeia Bororó em Dourados - MG, visando o acesso dos povos indígenas à proteção (Brasil, 2017). Após esta criação, outros CRAS passaram a desenvolver ações voltadas as crianças, mulheres e idosos, abrangendo temas como alcoolismo, dependência química, atendimento à deficiência física e saúde mental. Com isso, aldeias indígenas passaram a ter maior acesso, também, aos benefícios eventuais que são subsidiários e temporários, ofertados aos cidadãos em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidades públicas, desde que comprovando, que não possui nenhum meio de subsistência. É devido a esta história recente, que o poder municipal acionou a equipe do CRAS volante em Pelotas, tão logo a aldeia se instalou, a visitá-la e iniciar a chamada das famílias para o cadastro.

Analisando o impacto da inserção das famílias da aldeia Gyró nos benefícios de prestação continuada, como o Bolsa Família, e no acesso aos programas eventuais

[6] O questionário do CAD' Único exige informações detalhadas sobre cada núcleo familiar, a fim de permitir a verificação do seu enquadramento, ou não, dentro dos critérios previamente estabelecidos pela PNAS para acessar os benefícios socioassistenciais.

reforçamos, portanto, o alerta de Quermes e Carvalho (2013), de que é fundamental, sempre considerar que embora os serviços sócio assistenciais possam ter contribuído para melhorar as condições de vida de povos indígenas, eles não são suficientes para resolver um problema estrutural, e que reflete a necessidade de solucionar os problemas de terra e de auto - sustentação econômica para, de fato, criar condições impulsionadoras da emancipação dos indígenas..

Foi constatado, várias vezes, pela leitura dos registros realizados, manifestações das lideranças indígenas, expressando o agradecimento por tudo que haviam conseguido em pouco tempo de instalação na terra conquistada (a própria terra, a UBS local, a inserção na escola, a instalação de luz, o acesso à água, um projeto de moradia com a construção de casas de alvenaria, o auxílio do Programa Bolsa Família, as cestas básicas recebidas via FUNAI e Cáritas Arquidiocesana, auxílios eventuais como roupas, utensílios domésticos, a permissão para venda de artesanato em locais centrais de Pelotas, entre outros). Entretanto, mesmo quando no caso da construção das casas, a equipe técnica procurou primeiro escutar a comunidade indígena para conhecer as suas preferências, quanto à construção, houve grande dificuldade de compreensão entre a cultura branca, da equipe técnica, e a cultura indígena.

Assim, direcionando a análise para os efeitos produzidos pelas políticas públicas na Aldeia Gyró, emerge um processo complexo e contraditório. Conforme já mencionado anteriormente, acessar políticas públicas garante minimamente a sobrevivência dos indígenas, mas também desrespeita os costumes e o direito à livre determinação. A adesão dos indígenas a determinadas exigências, por exemplo, a fornecerem informações para a sua inserção no CAD' Único, é decorrente não de sua adesão livre e consciente, mas sim, consequência de suas necessidades vitais, pois sabem que caso não se "sujeitem às exigências da cultura branca" sua descendência fica exposta à extinção, pela total ausência de condições de sobrevivência.

Com o recebimento de benefícios as famílias vão aderindo a novos hábitos alimentares, que acabam influindo em sua genética, eliminando algumas imunidades naturais dos indígenas, conforme já analisado por vários pesquisadores. Além disso, eles ficam submetidos as condicionalidades universais, como cumprimento de calendário de vacinação, na área da saúde, e a frequência à escola de crianças e adolescentes, a fim de manterem o recebimento da Bolsa Família, mesmo que estes hábitos, também, impliquem no distanciamento progressivo da sua cultura de origem.

A análise demonstrou, também, que mesmo quando houve tentativa de realização

de projeto por meio do diálogo entre equipe técnica da universidade e indígenas, na construção das casas, houve grande dificuldade de compreensão entre ambos. A diferença cultural é muito significativa e o próprio sentido do "tempo" é muito desigual. As rodas de conversa realizadas, avaliadas pela equipe técnica como longas e demoradas, eram sentidas como cansativas e feitas em espaço de tempo muito rápido para que eles pudessem, de fato, pensar. O pensar, para eles, incluía consultar seus antepassados, conversar com a família, ouvir os anciãos do grupo, para depois as lideranças dizerem como esperavam que fosse feita a construção. E isso tudo ocorrendo naturalmente, podendo ser em um dia ou em 30 dias dependendo de outros elementos intervenientes no seu cotidiano. Porém, para a equipe da universidade, que precisava atender ao calendário acadêmico, e ao prazo de prestação de contas de um recurso público, este tempo indeterminado, não existia.

Fica evidente, assim, a contradição entre duas realidades, a de uma proteção social burocratizada com a de um povo que conserva traços inerentes de liberdade em seu modo de organizar o tempo e a vida.

4. Considerações Finais

Considerando a análise realizada, ainda que de forma resumida, sobre a relação dos efeitos das políticas de proteção social na vida dos indígenas, tendo como embasamento empírico da análise documental os relatórios do trabalho realizado pela equipe extensionista da UCPEL, e de forma inter-relacionada com conhecimentos teóricos já existentes sobre esta questão, foi possível constatar que na Aldeia Gyró, as políticas sociais acessadas pelos indígenas, dada a sua situação de pobreza, diagnosticada pelos parâmetros estabelecidos pela cultura branca, acabam favorecendo a sua assimilação de hábitos e costumes da cultura dominante, ao invés de servir como apoio para a preservação da sua cultura, desenvolvimento e sua autonomia e conquista de sua emancipação.

Diante do que aqui foi exposto, ficou evidenciado, que as políticas de proteção social, não são implantadas após uma consulta prévia aos indígenas, onde seja informado sobre a finalidade e o modo de implementação da política, de forma a possibilitar minimamente uma adequação, da operacionalidade prevista pela política, à cultura do grupo indígena receptor da mesma. Ao contrário, elas são implantadas seguindo normatizações universais, sem atender as particularidades e desconsiderando as

especificidades do grupo. Desta forma, é possível afirmar que embora sirvam para auxiliar a sobrevivência de indígenas, as políticas de proteção social, ao mesmo tempo, contribuem para a sua integração na cultura branca ao invés de preservar a cultura indígena, e acabam favorecendo o processo de assimilação cultural.

Sendo assim, a proteção social ofertada aos indígenas acaba por inseri-los como novos pobres no sistema de proteção social do Brasil, os quais passam a disputar com os demais existentes na sociedade brasileira, políticas sociais e, também, as ações de benemerência da comunidade.

Por outro lado, convém ressaltar que esta é uma questão difícil de equacionar, pois se trata de relacionar sistemas radicalmente diferentes: modelo capitalista de estado e modelo de povos indígenas. A hegemonia conquistada pela cultura dominante, acaba então se impondo e criando formas de capturar a cultura diferente, por meios às vezes persuasivos ao apontar avanços tecnológicos associados a uma vida melhor.

Porém, considera-se, que o respeito à escuta da comunidade indígena, é um princípio fundamental que pode contribuir para superar a mera transposição de políticas do modelo do estado brasileiro para aplicação com povos indígenas.

Por fim, é possível afirmar que na pesquisa, objeto deste trabalho, a contradição existente entre as duas culturas gerou a manifestação de uma tríade interconectada de fenômenos na aldeia Gyró, evidenciando que as políticas sociais ofertadas aos indígenas, favorecem a assimilação da cultura branca e a sua sobrevivência na pobreza, não conseguindo a ruptura com a dependência da cultura dominante.

Desta forma, alerta-se que a tendência é que as políticas sociais facilitem a assimilação cultural dos indígenas, inserindo-os como povo de uma cultura tradicional considerada “atrasada”, dependente e responsável pela manutenção de sua pobreza.

5.Referências

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. **Trabalho Social com famílias indígenas na atenção básica** - Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social 2017.

_____, **Convenção n° 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho**. - Brasília: OIT, 2011, v.1.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

MATIAS, B.V. **PROTEÇÃO SOCIAL PÚBLICA PARA POVOS INDÍGENAS: entre a satisfação das necessidades básicas e a garantia e promoção da autodeterminação**. 2019. Dissertação – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2019.

NEGRI, F. L., BIASI, A. S. H. **As políticas públicas para as populações indígenas: a experiência em Chapecó.** Congresso Catarinense de Assistentes Sociais, 2013, Florianópolis, SC.

QUERMES, P. A. A., CARVALHO, J. A. de. **Os impactos dos benefícios assistenciais para os povos indígenas Estudo de Caso em Aldeias Guaranis.** Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 116, p. 769-791, out./dez. 2013.

ATUAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR EM UM SERVIÇO DE ESTOMATERAPIA: conquistas e desafios

Edinéia Mayer Schmidt[1]

1. Introdução

A estomia de eliminação é conceituada como a abertura realizada por um procedimento cirúrgico que objetiva exteriorizar um órgão oco, a fim de modificar o trajeto normal de urina, fezes, secreções e gases em bolsa coletora, que poderá ocorrer de maneira temporária, ou permanente. (CORMAN, 2017).

Após a realização do procedimento cirúrgico e a construção de um estoma no abdômen, a pessoa estomizada necessitará de atendimento em um Serviço de Estomaterapia, preferencialmente prestado por uma equipe multidisciplinar, para o efetivo recebimento de cuidados, orientações e esclarecimentos.

Diferentemente dos demais serviços de Estomaterapia que ocorrem no RS, promovidos pelas Unidades Básicas de Saúde, o serviço de Estomaterapia objeto deste artigo é prestado dentro de uma unidade de Hospital Universitário, situado no sul do país, que através de sua atuação, vem conquistando visibilidade e espaço, legalmente definida e amparada pela Portaria nº 400, de 16 de novembro de 2009. Portaria esta que trouxe respaldo justificado para as melhorias em sua infraestrutura, com aquisição de uma sala com espaço físico e instalações adequadas à rede de assistência do Estado do Rio Grande do Sul, proporcionando um atendimento mais humanizado; Com parceria e atuação de profissionais de saúde, formando uma equipe multiprofissional composta por: Médico, Enfermeira, Assistente Social, Psicóloga, Nutricionista e bolsistas do curso de Enfermagem. Promovendo ações, de reabilitação do usuário, com ênfase na orientação para o autocuidado, prevenção de complicações nas estomias, fornecimento de equipamentos coletores e adjuvantes e orientações sobre os Direitos Sociais, adquiridos a partir de 2004, onde a pessoa estomizada conquistou pelo Decreto número 5.296/2004 o reconhecimento da estomia como uma deficiência, adquirindo o direito a todas as ações afirmativas praticadas no país e alguns direitos previdenciários.

[1] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos – PPGPSDH; Universidade Católica de Pelotas – UCPEL, email: edineiaschmidt@furg.br

No que diz respeito aos desafios, o Serviço de Estomaterapia do HU e seus profissionais, são constantemente desafiados: a manter a parceria entre a Secretaria Municipal de Saúde do Município e o HU; Assegurar o serviço atuante dentro do espaço hospitalar, onde os membros da equipe possam desenvolver o atendimento à pessoa estomizada, seu familiar ou cuidador, sem prejuízos as demais atribuições de seu cargo; Planejar e executar as atividades de grupo promovidas mensalmente, onde são realizadas palestras temáticas. Além disso, faz-se necessário conseguir liberação de maior carga horária para os profissionais da equipe para ampliação do atendimento e divisão das tarefas burocráticas e organizativas do programa (onde são realizados os pré–cadastro, cadastros, atualização de situação, fechamento, reabertura, abandono, trancamento ou óbito), controle do estoque, retirada e envio de material, validade dos itens, para o banco de dados do programa - GUD, Gerenciamento de Usuários com Deficiência do Estado do Rio Grande do Sul, precarizando a atuação profissional, devido a grande demanda de tempo destas tarefas que se não forem executadas acarretam no trancamento do programa.

Diante dessa realidade, este serviço necessita ser melhor analisado, pois apesar das conquistas obtidas, percebe-se também seus desafios presentes nos limites que entravam a efetivação de ações com os usuários e/ou familiares. Este artigo consiste em parte do tema escolhido para o projeto de dissertação desta pesquisadora, na expectativa de que a pesquisa possa contribuir para maior qualificação do fazer profissional da equipe multidisciplinar, que possibilitem responder às suas necessidades e interesses, bem como a conquista de melhorias para o próprio serviço.

Buscando evidenciar a relevância desta atuação, suas conquistas e seus desafios ao longo de mais de 20 anos, este artigo foi estruturado em quatro partes. Na primeira foi realizada introdução do assunto, suas conquistas e seus desafios. Segunda parte foi realizada uma breve análise dos conceitos de estomia e suas consequências no viver. Terceira parte, realizamos uma abordagem sobre os direitos das pessoas estomizadas; características do atendimento, formas de financiamento promovidas pelo serviço público de saúde do Estado do Rio Grande do Sul; Posteriormente destacando as particularidades do trabalho do assistente social e da equipe multidisciplinar do Serviço de Estomaterapia do Hospital Universitário. Por fim discorremos com as considerações finais e suas reflexões.

2. Breve conceito de estomia e suas consequências no viver

O referido objeto de pesquisa é um tema muito falado entre profissionais da saúde, ou por quem necessita passar ou conviver com ele, fora tais situações é pouco conhecido e carregado de pré-conceitos. Buscando melhor explicitar a temática, trarei alguns conceitos.

Segundo COSTA (2019), stoma, estoma, ostoma, são palavras de origem grega que significam abertura ou boca, utilizada para indicar exteriorização de uma parte do corpo, desviando o transito normal.

Corroboram os autores SCHWONKE e SANTOS (2013), que as estomias de eliminação são classificadas em: intestinais e urinárias. As intestinais podem ser divididas em: Colostomia, que é uma abertura cirúrgica no intestino grosso, que elimina fezes sólidas e Ileostomia, que vem a ser a abertura cirúrgica no intestino delgado, eliminando fezes líquidas. E a Urostomia, que é abertura abdominal para a criação de um trajeto de drenagem urinária.

Para, SILVA E SHIMIZU (2007), a estomia traz uma nova realidade que imprime mudanças concretas na vida das pessoas estomizadas, mudanças essas que requerem tempo para sua aceitação e posteriormente o aprendizado para o autocuidado. Além disso, terá que cuidar diariamente da estomia e do equipamento coletor e começar a tomar consciência das limitações causadas pela estomia em suas atividades da vida diária.

Reforçam, SOUZA et al. (2011), quando dizem que a cirurgia de estomização pode modificar a forma como a pessoa percebe-se. Sua existência passa a ser representada pela materialidade do estoma no seu corpo, agora, dependente da bolsa coletora aderida ao seu abdome e adjuvantes que auxiliam para a manutenção da integralidade da pele, devido ao descontrole esfincteriano.

Segundo MARTINS (1995), a existência da estomia traz para o indivíduo mudanças na vida pessoal e social, devido à sua nova condição, onde as reações ocorridas por essas mudanças dependem de mecanismos pessoais de enfrentamento, podendo ter menos ou mais intensidade e vir acompanhadas de sentimentos como negação, raiva, agressividade, luto, entre outros.

E reforçam MAURICIO et. al (2014), que a pessoa com estomia de eliminação intestinal ou urinária, julga-se diferente por se distanciar dos padrões admitidos como normais pela sociedade, consequentemente, vindo a estigmatizar-se. Entre as pessoas estomizadas, encontramos as que se restringem socialmente ou que ocultam sua condição

física por temer sofrer preconceito. A presença de uma estomia pode alterar profundamente, tanto a manutenção do trabalho, como a vida profissional.

A permanência no trabalho torna-se preocupante para grande parcela dessas pessoas estomizadas, tanto para aqueles que após o procedimento cirúrgico ainda possuem condições laborativas ou não, vindo a necessitar de amparo nas Políticas, Programas e Portarias do Ministério da Saúde na tentativa de amenizar seus impactos, físicos, psicológicos, sociais e financeiros.

3. Direitos das pessoas estomizadas e como se apresenta o serviço público de saúde no Estado do Rio Grande do Sul

Diante do aumento de casos de pessoas estomizadas no Brasil e no Rio Grande do Sul que não provém ou que acabaram por perder sua forma de sustento financeiro, acabam por necessitar de ações do governo tais como:

Conforme BRASIL, (2008), o Programa de Atenção à Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência, instituído pela Portaria n.º 827/1991, no âmbito do Ministério da Saúde e tem como objetivo promover a redução da incidência de deficiência no país e garantir a atenção integral na rede de serviços do SUS. A Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência tem como principal objetivo a reabilitação da pessoa deficiente com foco na sua capacidade funcional e no desempenho humano. Assim, contribui para a inclusão social, previne os agravos, os quais podem ser influenciados pelo ambiente econômico e social.

Segundo SCHWONKE e SANTOS (2013), a partir do dia 02 de Dezembro de 2004 a pessoa estomizada conquistou através do Decreto N.º5.296, o reconhecimento da estomia como uma deficiência, adquirindo o direito a usufruir de todas as ações afirmativas praticadas no país e alguns direitos previdenciários tais como:

Benefício de Prestação Continuada (BPC); Atendimento prioritário; Passe livre em transporte coletivo; Reserva de vagas em concursos públicos, nas empresas privadas; Isenção de alguns impostos, entre outros. Sendo importante destacar que essa conquista se deve ao trabalho da ABRASO – Associação Brasileira de Ostomizados.

Amparados pela Portaria de atenção à saúde das pessoas estomizadas nº 400 de (16/11/2009), regulamenta os serviços de atenção a pessoa estomizada, considerando a Politica Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, instituída pela Portaria nº

1.060/GM de 05 de junho de 2002; Juntamente com demais portarias, vieram a dar maior visibilidade as questões das pessoas com estomias.

Atualmente as pessoas estomizadas contam com o apoio da Federação Gaúcha dos Ostomizados/ FEGEST que vem respaldado essa luta pela efetivação dos direitos sociais adquiridos. A FEGEST (2011), afirma que mediante o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta - TAC de 10/10/2003, assinado entre o Estado do Rio Grande do Sul, FEGEST e Ministério Público, foi um divisor de águas para os estomizados no estado, pois anterior a ele a situação da política pública para estomia, era de muitas incertezas.

Nesse sentido foram estabelecidas as responsabilidades compartilhadas pelo Estado e pelos Municípios do RS, ao Estado coube se responsabilizar pelo custeio dos dispositivos, adquiridos por meio de pregão eletrônico. As Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS) ficaram responsáveis pela distribuição e monitoramento dos materiais para seus municípios e, a estes coube a responsabilidade do cadastro das pessoas estomizadas, onde através do TAC nasceu primeiramente o Cadastro Estadual de Estomizados. Sendo atualmente substituído pelo Sistema de Gerenciamento de Usuários com Deficiência – GUD que organiza e regula o acesso de dados.

Assim a pessoa estomizada após a alta hospitalar, necessita passar a ter acesso a rede de cuidados, sendo indicada ao serviço de saúde de referência de seu município, normalmente sendo realizada a parte burocrática pela Farmácia Municipal ou Secretaria Municipal de Saúde a qual fará o pré-cadastro no sistema GUD, que só será aprovado após a conferencia de dados e comprovação de documentos e a finalização da respectiva CRS, a partir dai dando início à dispensação do material mensal; Já o tratamento e orientações são fornecidas pelas Unidades Básicas de Saúde, onde normalmente os cuidados são voltados para as situações físicas, sem um respaldo multiprofissional imediato como acontece no Hospital Universitário, para o tratamento e assistência das demais situações que envolvem as pessoas que necessitam da estomia, embora sejam legalmente amparados pela Portaria do MS/SAS 400/2009, sabemos das dificuldades de marcação e atendimento com os demais áreas que acometem grande parte dos municípios do estado do RS.

4. O Serviço de Estomaterapia no Hospital Universitário, equipe multiprofissional e o papel do serviço social.

Trarei um breve histórico sobre Hospital Universitário (HU) situado no interior do Estado do Rio Grande do Sul, criado em 1976, mediante portaria Federal. Onde partir de 2011 passou a atender integralmente pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2015, passou a ser vinculado à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), prestando serviços em diversas áreas, como: Serviço de pronto atendimento (SPA), nas unidades de clínica Médica, Cirúrgica, Pediátrica, Traumatologia, Obstétrica e Ginecológica, nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) Geral, Pediátrica e Neonatal. Conta também com programas permanentes, como o Programa de Assistência Integral ao Diabético e Atenção aos pacientes que convivem com HIV/AIDS. Entre as unidades está o Serviço de Estomaterapia (SE), especializado no atendimento de pessoas com estomias eliminadoras. Esse serviço existe há mais de 20 anos, por meio do projeto de extensão "Ostomia uma forma de viver".

Para o funcionamento do Serviço de Estomaterapia foi estabelecida uma parceria entre o hospital e a Terceira Coordenadoria Regional de Saúde (3ªCRS) do Estado do Rio Grande do Sul. O hospital universitário disponibiliza a estrutura física e humana para atendimentos dos pacientes e a 3ªCRS se responsabiliza pelo fornecimento dos equipamentos coletores e adjuvantes para o cuidado com a pele e estoma.

O SE conta com uma equipe multidisciplinar, formada por profissionais de saúde que trabalham em conjunto a fim de chegar a um objetivo comum. Onde, foram estabelecidas garantias de atenção integral às pessoas estomizadas por meio de intervenções especializadas de natureza interdisciplinar, conforme os Níveis I e II da Portaria Nº 400/2009 que preconiza uma Equipe Técnica mínima composta pelos respectivos profissionais:

> - 1 médico (médico clínico ou proctologista ou urologista ou gastroenterologista, cirurgião geral ou cirurgião pediátrico ou cancerologista cirúrgico ou cirurgião de cabeça e pescoço ou cirurgião torácico);
> - 1 enfermeiro (com capacitação em assistência às pessoas como estoma)
> - 1 Técnico de Enfermagem
> - 1 psicólogo
> - 1 nutricionista
> - 1 assistente social (BRASIL, 2009).

Cabe ressaltar a importância da atuação em equipe interdisciplinar, pela contribuição de várias especialidades ao compartilharem conhecimentos, para o efetivo atendimento e cuidado da pessoa estomizada, focado principalmente, na orientação para o autocuidado e a melhoria da qualidade de vida destas pessoas.

Quanto à estrutura física: conta com um consultório climatizado com banheiro, mesa, cadeiras e maca, compartilhado entre os profissionais que atendem no SE. Atualmente, estão cadastradas cerca de 160 pessoas com estomias intestinais e/ou urinárias.

O Serviço de Estomaterapia do HU, além da distribuição das bolsas coletoras e dos materiais que são necessários no cuidado da estomia, devidamente encaminhados pela CRS, oferece atendimento e avaliação do ser humano estomizado e suas especificidades, desde a admissão dos documentos para o efetivo cadastramento e realização dos cuidados pós alta hospitalar, perpassando pela inserção do estomizado junto ao Serviço com atendimento individual, e/ou em grupo, orientação à família e/ou cuidador, atividades enfocando a inclusão da pessoa com estoma na família e na sociedade, orientar os usuários a buscar por seus direitos sociais adquiridos pouco conhecidos incentivar à participação em grupos de apoio, promovendo a socialização com vistas à identificação e aceitação/adaptação ao estoma.

Esse serviço proporciona ainda reuniões mensais caracterizadas por meio do grupo, realizadas no auditório do HU, previamente agendado.

Cabe destacar que para a realização das atividades de grupo são escolhidos temas por votação feita pelas pessoas estomizadas do SE, relacionados a adequações a alteração da imagem corporal, a questão alimentar, nas atividades sexuais, cotidianas, laborais e sociais. Sendo um suporte que visa melhorar a autoestima e a autoconfiança, se constituindo em estratégia apropriada para equipe interdisciplinar, porque favorece a manifestação de sentimentos, a compreensão e a aceitação.

Enquanto Assistente Social e membro da equipe multidisciplinar que atua de forma interdisciplinar e continua no HU a pelo menos quatro anos, é evidente a necessidade de esclarecer à pessoa estomizada, seus familiares e cuidadores, no que diz respeito ao direitos sociais, porque uma grande maioria não reconhecem a estomia como uma deficiência e, portanto, nem sequer questionam, ou buscam os direitos previstos na política para pessoas com deficiência, os quais podem fortalecer a fragilizada condição social motivada pela estomização.

O profissional de serviço social, no atendimento à pessoa estomizada, por meio da escuta sensível e da empatia, buscará entender suas necessidades, deverá respeitar suas limitações e estimular suas potencialidades para o aprendizado do autocuidado adequado e seguro. Conforme IAMAMOTO (2009) estas atividades estão inseridas no compromisso profissional firmado pelo conjunto de assistentes sociais:

> A categoria profissional desenvolve uma ação de cunho sócio-educativo na prestação de serviços sociais, viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos de direitos adquiram visibilidade na cena pública e possam, de fato, serem reconhecidos. (IAMAMOTO, 2009, pg. 166)

O cuidado, apoio e orientações realizadas por pessoas especializadas, podem possibilitar além do suporte técnico, ações de caráter preventivo, incentivo para o autocuidado, bem como o conhecimento dos direitos sociais garantidos por Lei, Decretos e Portarias e que poderão vir a solicitarem conforme sua necessidade.

5. Considerações Finais

Por fim, embora o Serviço de Estomaterapia do HU tenha conquistado ao longo dos anos melhorias em seu atendimento e que existam diversas legislações que amparem essa atuação voltada as pessoas estomizadas, poucos municípios dispõem de tal serviços, de forma efetiva. A estomia ainda é um assunto desconhecido pela maioria da população, desafiando os serviços existentes a se ampararem legalmente de portarias e legislações para garantia de direitos, aliados as associações de pacientes ostomizados, tanto em nível municipal, estadual como federal, onde possuem a missão de divulgar direitos, bem como os serviços de referência em cada município da região. Considerando que a apropriação do conhecimento desses direitos e a acessibilidade aos serviços ofertados pode contribuir para uma melhor qualidade de vida e maior grau de independência às pessoas estomizadas, incentivando a autonomia, a participação social, a dignidade e solidariedade humana.

6. Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE OSTOMIZADOS. [Internet]. Disponível em: <http://www.abraso.org.br/instituicao.html>. Acesso em: maio de 2019.

BRASIL. Decreto Nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, **dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1999. [Internet]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm>. Acesso em: maio de 2019.

_____. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que **estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2004. [Internet]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm>. Acesso em: maio de 2019.

_____. Ministério da Saúde. Portaria n°400 de 16 de novembro de 2009. **Estabelecer Diretrizes Nacionais para a Atenção à Saúde das Pessoas Ostomizadas no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, e dá outras providências.** [Internet]. Diário Oficial da União. Brasília (DF); 2009. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2009/prt0400_16_11_2009.html.> Acesso maio de 2019.

_____. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência.** Brasília: MS, 2008.

CORMAN, Marvin L. [et al.]; **Cirurgia Colorretal** – Tradução Sandra Mallmann...[et al.] – 6. Ed. – Rio de Janeiro: Revinter, 2017. [Internet]. Disponível em: < https://books.google.com.br/books> Acesso em: setembro de 2019.

COSTA, E.C.L. et al. **Caracterização de crianças e adolescentes com estomas em um serviço de saúde.** ESTIMA, Braz. J. Enterostomal Ther. São Paulo, v17, e0119, 2019. [Internet]. Disponível em: <https://www.revistaestima.com.br/index.php/estima/article/viewFile/666/pdf >. Acesso em: maio de 2019.

FEDERAÇÃO GAUCHA DOS OSTIMIZADOS - FEGEST 2011**. Guia do estomizado – Vivendo com uma Estomia** - [Internet]. Disponível em: <http://www.fegest.org/ >. Acesso em: novembro de 2019.

IAMAMOTO, Marilda V. **As Dimensões Ético-Políticas e Teórico - Metodológicas no Serviço Social Contemporâneo.** IN MOTA, Ana Elizabete [et al], (orgs).Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional– 4. Ed. – São Paulo: Cortez: Brasília. DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009.

MAURICIO, V.C; SOUZA, N.V.D.O; LISBOA, M.T.L. **Determinantes biopsicossociais do processo de inclusão laboral da pessoa estomizada.** Rev Bras Enferm. 2014;67(3):415-421. [Internet]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v67n3/0034-7167-reben-67-03-0415.pdf> Acesso em: maio de 2019.

MARTINS LM. **Ensinando e aprendendo em grupo a enfrentar situações enfrentadas como ostomizado [dissertação].** Florianópolis: Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina; 1995.

SCHWONKE, Ana Luiza. **Estomizado: retornando a rotina** / Ana Luiza Scwonke e Félix Antônio I. dos Santos. – Pelotas: 2013.

SILVA, AL; SHIMIZU, HE. **A relevância da Rede de Apoio ao estomizado**. Rev Bras Enferm., maio-jun; v. 60, n.3, p.307-11, 2007.

SOUZA PCM, COSTA VRM, Maruyama SAT, Costa ALRC, Rodrigues AEC, Navarro. **As repercussões de viver com uma colostomia temporária nos corpos: individual, social e político.** Rev. Eletr. Enf. [Internet]. 2011 jan/mar;13(1):50-9. Disponível em:<http://dx.doi.org/10.5216/ree.v13i1.7928.> Acesso em: fevereiro de 2020.

ACOMPANHANTES DE USUÁRIOS DE PRONTO SOCORRO DE MUNICÍPIOS REFERENCIADOS: uma demanda por tratamento humanizado

Vini Rabassa da Silva[1]
Adriana Abreu da Silva[2]

1. Introdução

O trabalho aqui apresentado versa sobre a realidade dos acompanhantes de usuários de Pronto Socorro vindos de outros municípios, em busca de atendimento em um determinado Pronto Socorro Municipal. A análise da situação dos mesmos se dá a partir de resultados de um estudo realizado junto a esses acompanhantes com o objetivo de chamar a atenção para a situação agravante de vulnerabilidade a qual ficam submetidos, já que pela precariedade das acomodações e estrutura insuficiente do local, a sua especificidade fica invisibilizada. Mas, estes acompanhantes, acrescentam um outro tipo de demanda que não é o foco específico deste espaço de atendimento, em razão das atenções estarem voltadas apenas para o usuário adoecido.

No entanto, no documento Política Nacional de Humanização (2013), criada em 2003 com o objetivo de dar materialidade aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), há ênfase para a efetivação de acesso universal e humanizado para toda a população aos serviços de saúde. Assim, é na contramão do que propõe essa PNH, que os usuários do SUS e seus acompanhantes deparam-se, ao procurarem os espaços emergenciais, com a superlotação, falta de estrutura e sobrecarga das equipes de trabalho. Em meio a este contexto, a perspectiva do Serviço Social, atenta à integralidade do atendimento, e dirigida por seu projeto ético-político, tendo este local como espaço de intervenção, instigou a investigar esta realidade para descobrir como transformá-la, ainda que dentro dos limites de um SUS em crise. Dessa forma, pretende-se dar a visibilidade necessária aos acompanhantes de usuários advindos de outros municípios, a fim de evitar seu adoecimento, e de pensar estratégias para que estes se auto reconheçam como portadores de direitos.

[1] Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, professora do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas. E-mail: vini.silva@ucpel.edu.br
[2] Bacharelado em Serviço Social. Universidade Católica de Pelotas. E-mail: adriana.abreusilva@hotmail.com

2. Acompanhantes de usuários de Pronto Socorro de municípios referenciados e os resultados de uma pesquisa: problematizando a realidade

Os resultados aqui apresentados tratam-se de um recorte do estudo realizado, referindo-se especificamente a situação destes acompanhantes. A metodologia escolhida para a pesquisa foi de natureza quali-quanti, com a aplicação de um formulário aberto composto por quatorze questões, contando com uma amostra de dez acompanhantes, cuja a aplicação se deu no período entre 27 de novembro e 18 de dezembro do ano de 2017. A escolha do objeto de estudo ocorreu devido a observação de um expressivo número de usuários de outros municípios presentes no local, sendo que seus acompanhantes acabam por sair de seus municípios de origem para exercer o ato de cuidar, muitas vezes, completamente despreparados e desprovidos de recursos, o que contribui para os colocar em situação de vulnerabilidade diante do sistema.

Os resultados da pesquisa evidenciaram que esses acompanhantes são na sua maioria mulheres, cerca de 80% contra apenas 20% de homens como mostra o gráfico abaixo

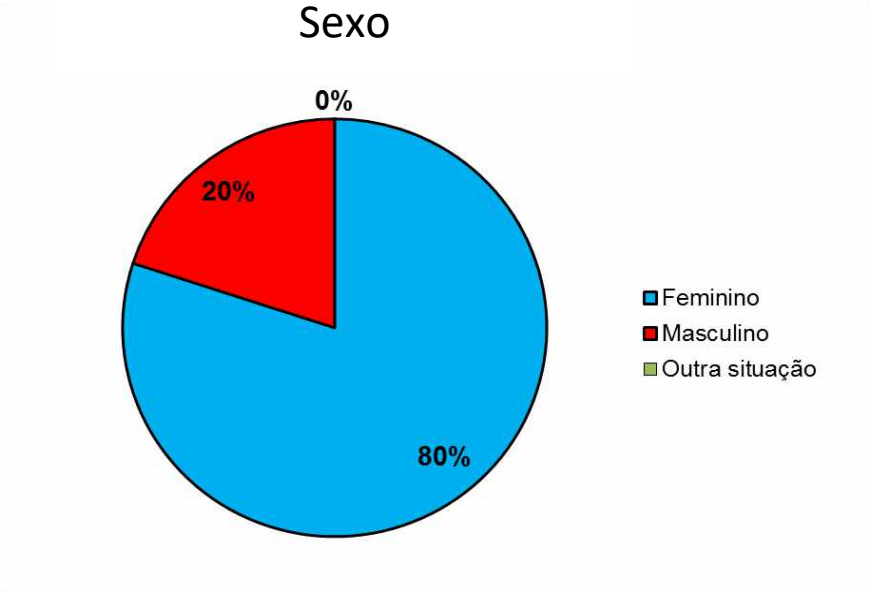


Gráfico 1: Caracterização dos entrevistados quanto ao sexo.
Fonte*: formulário- questão n.1*

Através dessas mulheres/acompanhantes, que possuem média de idade de 44 anos, a questão de gênero irá se fazer presente dentro do espaço, já que apesar de todas as transformações ocorridas na sociedade, foi observado que a lógica cultural

mulher/cuidadora/homem/provedor ainda persiste nos dias atuais, demonstrando que a mulher ainda não conseguiu se desvincular completamente do universo doméstico. Isso acaba se reproduzindo dentro do Pronto Socorro e revela que geralmente quando ocorre o adoecimento no núcleo familiar, espera-se que a mulher assuma a "missão "de cuidar, atribuindo as mulheres mais maduras a disposição ou disponibilidade para tal. Com referência ao papel da mulher no universo doméstico, Silva (2015, s.p.) *et al.* dirão:

> É importante levantarmos a reflexão das relações de gênero dentro da família enquanto instituição, uma vez que a mesma é também espaço de reprodução dos estereótipos da sociedade, que se configura como capitalista e patriarcal. O papel da mulher dentro da família faz com que ela se insira em 4 esferas diferentes: produção, reprodução, sexualidade e socialização das crianças. (BRUSCHINI, 2000). Nesse sentido, podemos observar que as mulheres tem na família o lócus de suas vivências e da sua sociabilidade, sendo responsáveis pela manutenção da ordem e tendo sua individualidade engolida pelo âmbito privado da reprodução social. À mulher se atribui o controle e a organização da vida familiar [...]

Pode-se dizer, então, que estereótipos de uma sociedade machista e conservadora ainda presentes culturalmente, levam grande parte das mulheres, socialmente falando, a construir suas vivências baseadas em suas experiências no universo familiar.

Além disso resultados da pesquisa evidenciaram que os acompanhantes de outros municípios (na sua maioria mulheres) sofrem um desgaste significativo no ato de cuidar diante da realidade que encontram. Quando perguntado quais fatores provocavam mais desgaste durante o ato de cuidar, os entrevistados indicaram três principais como mostra o quadro a seguir:

Quadro 1: Fatores que contribuem para o desgaste dos acompanhantes:

Principais fatores indicados:	Total de acompanhantes:
1) Fatores físicos e/ou emocionais	5
2) A estrutura do lugar	3
3) Questões de ordem familiar	2

Fonte: *formulário- questão 13*

Os fatores físicos e/ou emocionais aparecem como principal fator de desgaste, reforçando a ideia de que o adoecimento, quando ocorre, acaba afetando toda a estrutura familiar e principalmente a quem assume a tarefa de cuidar.

Borghi *et al.* (2013) irão referir que as mudanças que ocorrem na vida do cuidador, normalmente acarretam uma sobrecarga física, emocional e também financeira, interferindo nas suas relações e causando doenças agudas e crônicas que acabam por torná-lo quase tão doente quanto o familiar internado. Segundo as autoras, no Brasil a função de acompanhante é delegada aos familiares, não havendo nenhum tipo de assistência ou programas que forneçam condições para a prática dessa função, além do fato do modelo biomédico hegemônico existente contemplar apenas o caráter patológico, desconsiderando família como unidade que mereça mais cuidados.

Segundo o estudo realizado, dentro dos espaços de atendimento emergencial, a rotina desses (ou melhor dizendo, dessas) acompanhantes dedicada aos cuidados com o familiar torna-se pesada. Quando aliada a má alimentação, poucas horas de sono, tensão e preocupação quanto ao futuro do usuário internado e o seu próprio, acaba causando esgotamento e o eventual adoecimento do acompanhante, não só físico mas emocional também, podendo se manifestar a médio ou longo prazo, trazendo consequências importantes para sua vida.

Cabe dizer que os fatores físicos e/ou emocionais, apesar de aparentemente distintos, são analisados conjuntamente por possuírem uma estreita ligação, tornando-se difícil dissocia-los em alguns momentos. Ainda sobre a questão, Lautert (1998) acrescenta que, diante da necessidade de estar com seu familiar e da importância que esse evento adquire em sua vida, este acaba por deixar suas próprias necessidades e responsabilidades em segundo plano para dedicar-se a seu ente querido.

Pode-se dizer, então, que o grau de percepção de si mesmos e de suas necessidades acaba se diluindo em meio às necessidades do familiar enfermo, quanto mais estreitos e profundos forem os laços que os unem e a importância do mesmo no contexto familiar.

O segundo fator apontado foi a estrutura do lugar. Devido a superlotação, os responsáveis pelo usuário/familiar internado, necessitam ficar com o mesmo alojado em macas nos corredores do Pronto Socorro, ficando os acompanhantes por dias seguidos exercendo o ato de cuidar sem as mínimas condições de conforto, o que remete a duas questões importantes: a primeira é a falta de estrutura do lugar, ou uma estrutura que não é adequada para a demanda que recebe dadas as circunstancias e a realidade do nosso Sistema Público de Saúde, o que não livra o Pronto Socorro e o município do compromisso e da responsabilidade de prestar um serviço à população mais adequado e de oferecer uma estrutura que contemple de forma digna não só a população local, como aquela que vem de outros municípios em busca de atendimento.

Ao se falar em falta de estrutura surge a segunda questão: a constante superlotação. É comum a criminalização do espaço pela superlotação e demora na obtenção dos leitos para internação dos usuários nos hospitais da rede, porém torna-se oportuno citar , não querendo eximi-lo de seus deveres, que a responsabilidade na distribuição dos leitos, de acordo com o Plano Municipal de Saúde(2014-2017) é da Central de Regulação de Internações do município(que compõe junto com a Central de Regulação de Consultas e Exames, o Complexo Regulador Assistencial ligado ao Sistema Único de Saúde) e não do Pronto Socorro como muitos pensam. Caberia, então uma avaliação, entre outras questões, se o número de leitos existentes hoje no município é suficiente para atender as demandas que chegam. Vale ressaltar que, de acordo com o Plano Estadual de Saúde(2016-2019), o município sede do Pronto Socorro em questão, além de atender a sua própria população, serve de referência para 22 municípios pertencentes à 3ºCRS -Coordenadoria Região de Saúde- e a 7ªCRS.

O terceiro fator estaria relacionado às questões de ordem familiar. Segundo Lautert *et al.* (1998), o ser humano vai construindo, ao longo de sua existência, uma história de relacionamentos, onde a família possui enorme significado, sendo que o evento da internação hospitalar acaba tornando-se um fato importante para a vida das pessoas. Lautert *et al.* (1998, p.123), ainda dirá que:

> Quando o sistema familiar se desestrutura de forma súbita, como no caso das doenças, poderá desencadear crises dentro do contexto familiar, neste momento o indivíduo deixa de ser pai, mãe, sogra, nora, genro, filho produtivo e hígino, para se transformar em um paciente. É nessas condições que toda a família adoece.
> [...] Assim sendo, a reação da família será proporcional a representação do doente dentro do sistema, portanto, quanto maior os laços afetivos e de dependência, maior será o choque emocional dessa família.

Sendo as relações sociais complexas, é no momento da doença que os vínculos familiares revelam-se fortes ou frágeis, pois nem todos estão preparados para as consequências e transformações que o ato de cuidar pode trazer para suas vidas, o que acaba por gerar conflitos.

É possível dizer que cada membro da família, diante da perspectiva da perda, irá reagir conforme o nível e a qualidade da relação com o familiar adoecido e a intensidade dos laços afetivos estabelecidos com o mesmo, não esquecendo a influência dos próprios valores e visão de mundo individuais do grupo familiar, onde certos eventos podem não possuir o mesmo significado para todos. Por outro lado, é possível que, diante desses

eventos também venham à tona sentimentos e cicatrizes resultantes de questões familiares e diferenças não resolvidas no passado, o que pode dificultar a interação. Impasses criados sobre a quem deve caber a tarefa de cuidar, diante de certas complexidades de ordem prática, normalmente podem acarretar sobrecarga para um único familiar, geralmente uma mulher como já foi visto anteriormente.

Segundo Szareski (2009), as mudanças significativas que ocorrem na vida da família causadas pela doença de um indivíduo obrigam a mesma a se reorganizar para adaptar-se a nova realidade, e isso ocorrerá conforme suas potencialidades. Diz ainda que a presença de familiares, dá ao paciente suporte emocional, podendo ajudar na recuperação, dando ao ato de cuidar uma complexidade maior, exigindo do acompanhante um elevado grau dedicação e comprometimento.

Sendo assim, o acompanhante enfrentará um período de adaptação dentro do Pronto Socorro, onde sua capacidade de reorganizar sua rotina em função do familiar internado influenciará o seu nível de desgaste. Nesse sentido, a presença de alguém que se disponha a dividir a tarefa pode ajudar a diminuir a angústia e o sofrimento ao qual fica sujeito.

Além dos fatores citados anteriormente, as condições em que se dá a permanência dos acompanhantes na cidade, também pode acarretar grande desgaste aos mesmos. Quando perguntado em que condições permaneciam na cidade, os resultados da pesquisa também apontaram que os acompanhantes encontram dificuldades ao permanecer no município tais como as apresentadas no quadro abaixo:

Quadro n.2: Fatores que dificultam a permanência dos acompanhantes no município:

Condições de permanência na cidade:	Total de acompanhantes:
1) Possuem ajuda na cidade	6
2) Não possui nenhuma ajuda na cidade	4
3) Dos que possuem ajuda, mas não conseguem acessá-la	2
4) Não conhecem a cidade	3
5) Conhece a cidade, mas tem dificuldades circular por ela	4

Fonte: *formulário- resumo das questões 10 e 11*

O quadro n.2 serve para listar as principais dificuldades dos acompanhantes no município. Quando perguntado se possuíam algum tipo de ajuda na cidade, de acordo com a pesquisa, mesmo entre os que possuíam(6), nem todos conseguiam efetivamente ter acesso a ela, sendo que há ainda os que não possuem ajuda alguma(4), o que aumenta

seu desgaste e as incertezas quanto ao futuro, uma vez que muitos não possuem recursos para se manter sozinhos e caso não recebam apoio, como consequência passarão fome no local, já que o Pronto Socorro em questão não oferece alimentação aos acompanhantes, agravando ainda mais sua situação. Cabe mencionar que a pesquisa revelou ser a questão da alimentação a maior preocupação de todos os acompanhantes. Outra questão é a do deslocamento: pelo menos três dos entrevistados não conheciam a cidade, ou tinham dificuldades para circular por ela(4), dificultando seu acesso aos serviços de que eventualmente necessitem. É possível compreender, diante dessas informações, que mesmo quando possuem a quem recorrer, o acesso a essa ajuda nem sempre é possível, pois depende de uma combinação de fatores, que muitas vezes tornam-se desfavoráveis. A dependência de outra pessoa com quem possam se revezar nos cuidados do familiar internado, a dificuldade para deslocar-se na cidade, a consequente dificuldade de acesso a alimentação e um local onde possam descansar, além daqueles serviços do qual eventualmente possam necessitar para o familiar internado e para si, tornam-se motivo de angústia e sofrimento, já que na maioria das vezes , ao saírem de seus municípios de origem, deixam para traz tudo que possuem como referência, saem de sua zona de conforto, para cuidar de seu ente querido num lugar diferente, com o qual não possuem identidade alguma e enfrentam uma realidade dura, onde acabam invisibilizados em meio a tanto sofrimento.

Todos esses elementos apresentados servem para reforçar a ideia de que é necessário uma estrutura melhor para acolhe-los e pensar estratégias para que possam cuidar de seus familiares em condições adequadas.

3. Algumas propostas e estratégias para transformar essa realidade

Diante dos dados apurados e das demandas apresentadas por esses acompanhantes, julga-se oportuno apresentar algumas estratégias e ações que possibilitem transformar essa realidade, tais como:

Oferecer um melhor suporte por meio de uma rede de serviços de natureza sócio-assistencial, como por exemplo: buscar uma parceria junto ao município com o Restaurante Popular, para o fornecimento de um determinado número de tickets de alimentação para distribuir aos acompanhantes de outros municípios em situação de vulnerabilidade, via setor do Serviço Social, possibilitando o seu acesso à alimentação;

Ampliar o quadro de funcionários, inclusive de assistentes sociais, para melhor atender as demandas do Pronto Socorro;

Uma reestruturação completa do Pronto Socorro, aumentando sua capacidade de leitos em condições de receber os usuários que ali buscam atendimento e, consequentemente, oferecendo condições apropriadas aos seus acompanhantes, possibilitando uma melhor distribuição dos espaços e desobstruindo seus corredores para facilitar o fluxo do local;

Fornecer orientações que facilitem seu deslocamento na cidade, através da distribuição de folders contendo informações sobre endereços úteis, sobre as principais linhas do transporte coletivo do município e quais podem ser acessadas para chegar até esses endereços, além de orientações sobre os pontos de ônibus mais próximos do Pronto Socorro, facilitando assim o deslocamento até aqueles serviços dos quais necessitem;

Repassar informações sobre seus direitos para que se auto reconheçam como portadores dos mesmos.

4. Considerações finais

Ao entrarem no Pronto Socorro, os usuários do sistema público de saúde e seus acompanhantes deparam-se com corredores lotados, equipes de trabalho sobrecarregados e uma estrutura que, na maioria das vezes, é insuficiente ou inadequada para atender as suas demandas. Embora se encontrem em situação de violação de direitos dentro do espaço, muitas vezes já a experimentaram bem antes, lá na porta de entrada da rede, nas Unidades Básicas de Saúde, quando buscam atendimento e não conseguem, ou quando o mesmo não é qualificado. O mesmo acontece na Rede de Urgência e Emergência (RUE) em geral, quando não conseguem acessar os serviços do qual necessitam, ou ainda quando esperam meses por uma consulta ou um exame especializados. Nesse caminho percorrido através da RUE repleto de violações, a família vai adoecendo juntamente com o usuário, num processo que tem seu desenrolar dos corredores do Pronto Socorro, que surge muitas vezes, nesse contexto, como única esperança de atendimento.

A sobrecarga imposta aos acompanhantes, principalmente aqueles vindos de outros municípios, requer que se busque meios para transformar sua dura realidade. Para tanto, antes de mais nada, torna-se necessário que esses acompanhantes primeiramente sejam reconhecidos pelo sistema como parte integrante e um elemento importante no processo de tratamento e cura do usuário adoecido, já que, na maioria das vezes eles são a única

ponte entre o usuário internado e as equipes do local, e com o mundo exterior. Muitas vezes, pela sobrecarga de trabalho das equipes, são atribuídas tarefas aos acompanhantes como higienização, por exemplo, porém os mesmos sequer são considerados dentro do espaço. A partir desse reconhecimento é preciso que se busque toda a infraestrutura necessária para que esses acompanhantes possam permanecer nos espaços do Pronto Socorro de forma adequada, com acesso a alimentação, repouso, acesso a informações pertinentes. Que se estabeleça por parte das equipes um diálogo mais atento e cooperativo com os mesmos, e seja oferecido todo o suporte de que necessitem.

Os acompanhantes precisam ter sua importância reconhecida e, assim, se auto reconhecerem como portadores de direitos dentro do Pronto Socorro, a fim de que possam finalmente receber um tratamento humanizado como merecem e melhor prevenirem-se de possíveis adoecimentos decorrentes do desempenho de suas funções de cuidadores.

5. Referências

BORGHI, Ana Carla; CASTRO, V.C; MARCON, S.S; CARREIRA, L. **Sobrecarga de familiares cuidadores de idosos com doença de alzaimer: um estudo comparativo**. Rev. Latino-Am. Enfermagem jul-ago.2013.disponível em:em:www.erp.usp.br/rlae. Acesso em: 06 jun 2017.

LAUTERT, Liana; ECHER, Isabel Cristina; UNICOVSKY, Margarida Ana Rubin. **O Acompanhante do Paciente Adulto Hospitalizado**. Revista Gaúcha Enfermagem**.** Porto Alegre, v.19, n.2,Jul. 1998. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/viewFile/4202/2222> Acesso: 03 jul 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção á Saúde. **Política Nacional de Humanização-PNH**. Brasília-Distrito Federal. 1º edição,1º reimpressão. 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_folheto.pdf. Acesso: 17 nov 2018.

PLANO ESTADUAL DE SAÚDE 2016-2019. Disponível em: <http://www.ces.rs.gov.br/conteúdo/1311/ces/rs-recebe-versao-do-plano-de-saude-2016/2019>. Acesso: 12 jun2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. Plano municipal de saúde de pelotas. Disponível em: <http://www.pelotas.rs.gov.br/politica_social/saude/arquivos/plano_municipal_saude.pdf>. Acesso: 3 jun 2017.

SILVA, Gabriela Soares da; MENDES, AS; PINHEIRO, LS. **Família Contemporânea e Desigualdade de Gênero: um olhar sobre as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher.** VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**.** UFMA-Universidade Federal do Maranhão. Agosto, 2015. Disponível em:

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo6/familia-contemporanea-e-desigualdade-de-genero-um-olhar-sobre-as-politicas-de-enfrentamento-a-violencia-contra-a-mulher.pdf>. Acesso: 07 jul 2018.

SZARESKI, Charline. **O familiar acompanhante no cuidado ao adulto hospitalizado na perspectiva da equipe de enfermagem.** Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Santa Maria, 2009. Disponível em: <https://www.google.com.br/?gws_rd=cr,sslHYPERLINK "https://www.google.com.br/?gws_rd=cr,ssl&ei=wVJUWfelKMSCwQSyvp6QBw#q=SZARESKI,Charlie"&HYPERLINK "https://www.google.com.br/?gws_rd=cr,ssl&ei=wVJUWfelKMSCwQSyvp6QBw#q=SZARESKI,Charlie"ei=wVJUWfelKMSCwQSyvp6QBw#q=SZARESKI,Charlie>

SILVA, Adriana Abreu da. **A política de saúde e o atendimento emergencial: uma abordagem a partir do olhar sobre os usuários do SUS**. UCPEL-Universidade Católica de Pelotas: Centro de Ciências Sociais e Tecnológicas. Curso de Serviço Social. 2018. p33-54.

PERFIL DOS ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE PELOTAS E RIO GRANDE E SUAS PERCEPÇÕES SOBRE O PROGRAMA FUTURE-SE

Priscila Soares Pepe[1]
Elisa Fernandes Neves[2]

1. Introdução

O presente artigo pretende realizar um breve perfil dos assistentes sociais inseridos na execução da política social, com ênfase nas especificidades profissionais que versam sobre a assistência estudantil e os desafios diante de uma proposta de mudança no cenário da estrutura das universidades públicas, através do Programa FUTURE-SE.

Sendo assim, destacamos que a motivação da realização desse estudo ocorreu pela proximidade com o tema e a instabilidade que aflige esses profissionais diante das incertezas relacionadas a efetivação da política de assistência estudantil, o anúncio de contingenciamento de recursos e possíveis mudanças na estrutura da política social que atende o ingresso e permanência de alunos do ensino superior.

O campo de atuação escolhido foram as universidades que geograficamente se localizam no extremo sul do Brasil: Universidade Federal de Pelotas – UFPEL e Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Essas instituições, que no presente ano completam 50 anos de sua criação, exercem um papel decisório e fundamental no desenvolvimento da região do extremo sul brasileiro. Atualmente essas instituições de ensino desempenham um trabalho de pesquisa, ensino e extensão que promovem um notório e diferencial aditamento na comunidade em que está inserida.

A metodologia na qual utilizamos foi a abordagem quanti-qualitativa (Minayo, 1993). Para a aplicação utilizamos o questionário eletrônico, construído com a ferramenta Google Forms. A escolha pela utilização desse método de coleta de dados ocorreu pela maior flexibilidade na elaboração de campos para formulários eletrônicos, tornando a manipulação das respostas mais precisa e simplificada.

[1] Discente do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas – UCPEL. E-mail de contato: priscilasoarespepe@gmail.com
[2] Doutoranda em Política Social e Direitos Humanos. Universidade Católica de Pelotas. E-mail: efneves@furg.br

Destarte que o referido artigo se estrutura, primeiramente, na abordagem de uma sucinta interpelação das políticas sociais, com ênfase no quesito da atuação do assistente social na educação superior e suas concepções presentes no debate atual. Diante desse cenário realiza uma reflexão sobre a minuta do Projeto de Lei que designa a criação do Programa FUTURE-SE. Posteriormente, apresenta a análise dos dados da pesquisa e conclui com as ponderações e considerações pertinentes a esse tema.

2. Breve análise das origens das Políticas Sociais na Educação Superior

A Política de Educação Superior brasileira, é compreendida nesse artigo, como um programa que integra a universalidade no âmbito da Educação. Sendo assim, consideramos a educação um direito social, elencado na Constituição Federal de 1988, dentro do tripé da seguridade social: saúde, assistência social e previdência social.

Nesse sentido não podemos dissociar que vivemos em uma sociedade capitalista no qual a universalidade da política de educação do ensino superior entra em conflito com os ditames do mercado e se traduz nas tendências que historicamente marcam a trajetória de sua efetivação.

> Como política social, a Assistência Estudantil tem, nos marcos do capitalismo, natureza contraditória: "pode assumir tanto um caráter de espaço de concretização de direitos, quanto ser funcional à acumulação do capital e à manutenção do status vigente" (SOUZA, 2011, p. 3).

Parafraseando Almeida (2007) o ensino superior no Brasil se implementou tardiamente. A partir da Constituição Federal de 1934 que a política de assistência estudantil adquire um patamar jurídico e executivo. Anteriormente havia apenas ações direcionadas a permanência dos discentes, através de caixas escolares. Essa prática ocorria com a contribuição de famílias com grande poder aquisitivo aos estudantes mais pobres.

Com a garantia legal da política de assistência estudantil e o surgimento da UNE (União Nacional dos Estudantes), nesse mesmo período, começou algumas ações de efetivação dessas políticas, porém eram focalizadas e fragmentadas.

Destacamos também que houve a regulamentação da lei de Diretrizes e Bases – LDB – no ano de 1961, através da Lei 4042. Essa legislação normatizou o ensino do

Brasil e possibilitou aos estudantes, principalmente os de nível superior, a possibilidade de participação em algumas instâncias de seus cursos.

Nesse sentido é importante destacar que foi nas décadas de 1960 e 1970 que houve um aumento do número de instituições superiores brasileiras. Parafraseando Araujo (2007) muitos cursos foram diversificados e houve a criação de universidades além de localidades tradicionais, em especial unidades no norte e nordeste do Brasil.

A partir da década de 80, impulsionados pelos movimentos sociais da época, se intensificou o debate da necessidade de maior atenção as demandas dos discentes nas universidades federais. A educação superior brasileira viveu um período conturbado, marcado por críticas, falta de investimento e perseguições.

> Na contramão, aconteciam ataques às universidades públicas "com relação às suas competências administrativas, didáticas e às suas finalidades", de forma ostensiva e agressiva por parte daqueles que deveriam zelar pela sua manutenção e desenvolvimento, divulgados na imprensa nacional, motivados pela forte tendência e privatização do ensino superior no país (FONAPRACE, 1993, p. 80).

Sendo assim com a promulgação da Constituição Federal de 1988 ratificou-se o caráter universalizante da educação, em seu art. 205. Outro aspecto foi a aprovação Lei 9.394, aprovada em 20 de dezembro de 1996, e o Plano Nacional de Educação (PNE).

Esses instrumentos jurídicos se tornaram as estruturas basilares para a implementação de políticas sociais voltadas a atender as necessidades dos estudantes de ensino superior, tendo como premissa a excelência de um ensino de qualidade, com vistas a redução de desigualdades de acesso e permanência.

Atendendo a uma demanda sobre a sistematização e implementação de políticas assistências que contemplem as novas perspectivas dos estudantes, em 2010, foi instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES – Decreto 7234.

> [...] a promulgação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES [...] representa um marco histórico e de importância fundamental para a questão da Assistência Estudantil. Essa conquista foi fruto de esforços coletivos de dirigentes, docentes e discentes e representou a consolidação de uma luta histórica em torno da garantia da Assistência Estudantil enquanto um direito social voltado para igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público (VASCONCELOS, 2010, p. 405).

Esse programa, como um dos fundamentos do processo educativo, procurou articular os quesitos de ensino, pesquisa e extensão, rompendo com um caráter assistencialista do Estado e sendo entendida como um direito social.

> Trata da Assistência Estudantil como política operacionalizada no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior/IFES, que contribui para o cumprimento do compromisso social destas instituições de garantir a permanência do estudante no ensino superior, viabilizando as condições necessárias à sua formação acadêmica e profissional. A Assistência Estudantil é compreendida como sendo uma modalidade da Assistência Social, que envolve a discussão sobre o acesso e a permanência do estudante no ensino superior, uma vez que é interpretada sob o olhar do direito à Educação Superior e à Assistência Social (NASCIMENTO ,2010, p.1).

Esse programa foi uma conquista na política de assistência estudantil, pois compreende que as ações devem ser intersetoriais e transitarem nas peculiaridades dos discentes diante de suas especificidades, tanto na trajetória acadêmica, como nas suas questões regionais e culturais.

Atualmente percebemos que não há uma garantia para a execução dessa política e os apontamentos demonstram que as propostas apresentadas são um desmonte para a educação pública superior bem como os programas de Assistência Estudantil.

3. O Programa FUTURE-SE

Em 17 de julho do presente ano o Ministério da Educação apresentou para sociedade brasileira o Programa para as Universidades Públicas Brasileiras: o FUTURE-SE.

Apresentando-se como uma proposta inovadora, o referido programa busca uma mudança na cultura das instituições de ensino superior, tendo no seu discurso os eixos basilares da maior autonomia financeira, fomento a captação de recursos próprios e empreendedorismo. [3]

Tendo como divisão três eixos fundamentais: **Gestão, Governança e Empreendedorismo; Pesquisa e inovação; Internacionalização; o programa busca em modelos norte-americanos a diversificação do ensino, atendendo as exigências propostas do mercado.**

[3] Minuta do Projeto de Lei acessado em: https://sites.unipampa.edu.br/proplan/files/2019/07/programa_future-se_consultapublica.pdf

Ressalta que não há previsão de implementação desse programa nas Instituições de Ensino Brasileiras e a referida proposta está em discussão nos ambientes de ensino, através de fóruns, plebiscitos, rodas de conversa...

4. Atuação e desafios do Serviço Social na execução da Política Social de Assistência Estudantil

Ao nos reportamos sobre a atuação do assistente social na execução da política social de assistência estudantil não podemos dissociar que a profissão tem em suas raízes históricas marcadas pelas manifestações da questão social.

> A literatura recente sobre os fundamentos do trabalho profissional vem enfatizando a natureza qualitativa dessa atividade profissional, enquanto ação orientada a um fim como resposta às necessidades sociais, materiais ou espirituais (condensadas nas múltiplas expressões da questão social) de segmentos sociais das classes subalternas na singularidade de suas vidas: indivíduo se suas famílias, grupos com recortes específicos. Parece haver consenso de que trata de uma atividade inscrita predominantemente no terreno político e ideológico, com refrações nas condições materiais da existência dos sujeitos via serviços, programas e projetos implementados pelas políticas públicas […] que interferem no padrão de consumo e na qualidade de vida das famílias trabalhadoras (IAMAMOTO, 2009, p. 349).

O profissional do Serviço Social, tem em sua formação a busca pelos direitos sociais e a justiça social. O projeto ético-político da profissão revela que a instrumentalidade do assistente social e versa seu compromisso com os direitos humanos e a equidade social.

Destarte que o trabalho do assistente social está intrinsicamente associado a área da Política Social de Educação. Souza (2011) cita que as motivações no aspecto político-profissionais, nos quais estão interligadas as dimensões socioeducativas de sua intervenção, possibilita que o assistente social explore nas suas especificidades técnicas o trabalho de maneira particularizada, articulando no âmbito coletivo, a defesa dos sujeitos usuários dos serviços sociais.

> A prática profissional do assistente social revela uma instrumentalidade, um determinado modo de ser que a profissão adquire no interior das relações sociais, manifestada pelo confronto entre as condições objetivas e subjetivas do exercício profissional. (GUERRA, 2007, p. 25).

Sendo assim, o assistente social vem construindo, principalmente na Política de Assistência Estudantil, ações que versam sobre o processo de implementação e

consolidação do PNAES. Apesar dos entraves e das dificuldades encontrados esses profissionais procuram ter como norte seu projeto ético-político e o Código de Ética da categoria, buscando estratégias de socialização desses direitos sociais, bem como sua materialização.

5. Metodologia

A metodologia utilizada nesse trabalho é uma abordagem quanti-qualitativa, sendo que utilizamos uma análise estatística descritiva nos primeiros quesitos e a última questão aborda uma análise de percepções sobre o tema abordado.

Sendo assim, destacamos que utilizamos os formulários, através do Google Forms, no qual havia a possibilidade do(a) entrevistado(a) responder todo o questionário on-line.

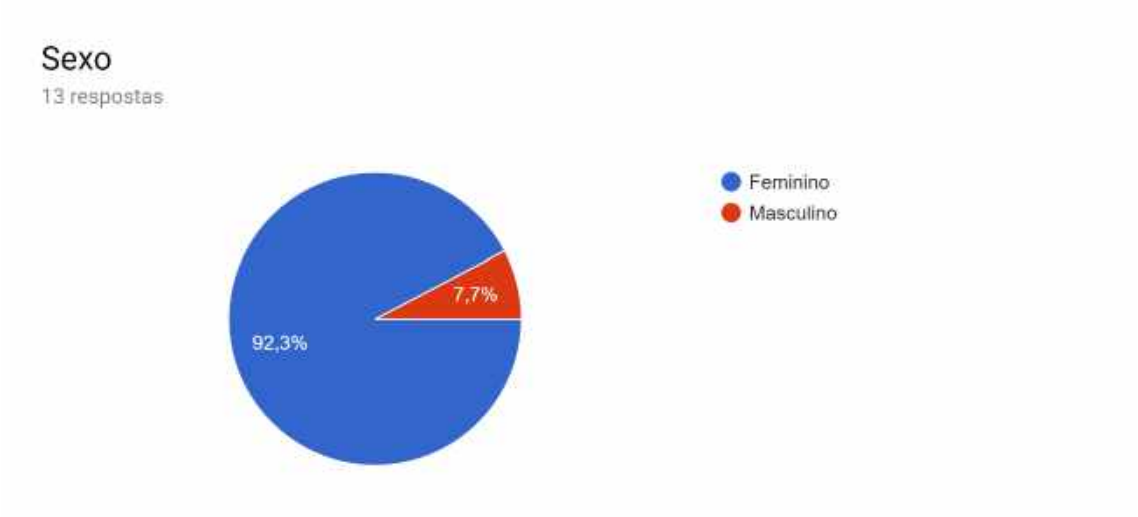
A escolha dos profissionais e dos campos de atuação ocorreu devido a proximidade da autora com os assistentes sociais e os locais que atuou em sua trajetória profissional, dentro do funcionalismo público federal.

Cabe destacar que houve o auxílio de uma profissional, que também é aluna do PPG de Políticas Sociais e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas, na qual não preencheu os questionários, mas auxiliou na divulgação.

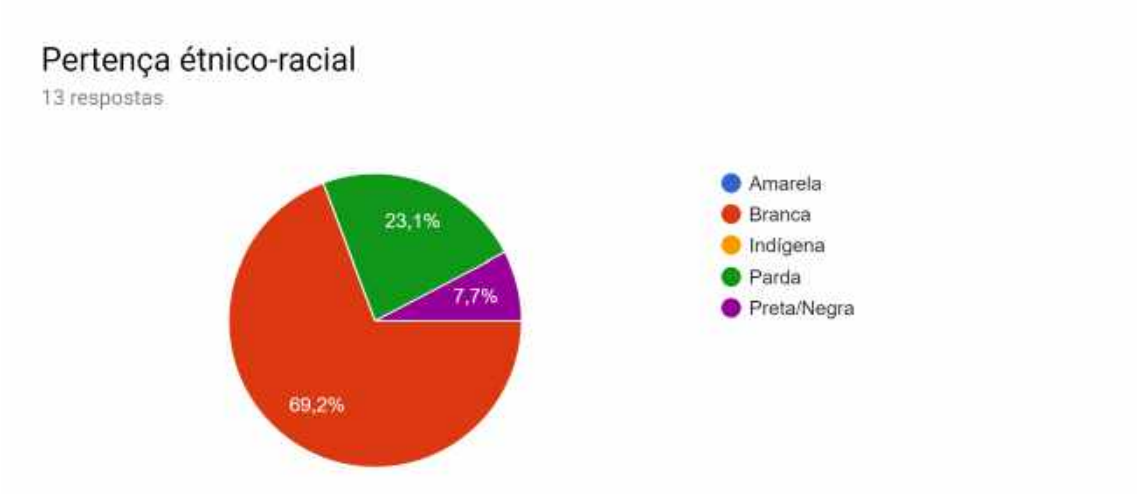
Para conhecimento e anuência dos entrevistados foram enviadas comunicações eletrônicas, explicando as motivações da pesquisa e relevância do debate sobre a temática.

No quesito das análises dos dados utilizamos a abordagem quantitativa na compilação dos dados, realizando breve reflexão sobre os resultados. Na abordagem qualitativa, sobre o prisma de Minayo (1993:21) *"Trabalhamos com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes."* Sendo assim foi realizada breves ponderações que corroboram com os conteúdos apresentados nesse artigo.

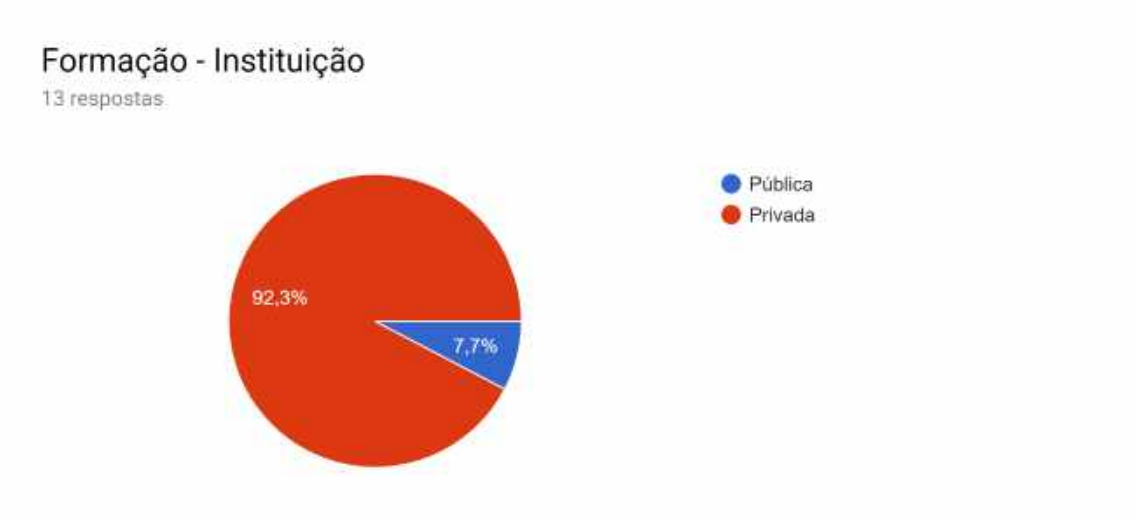
6. Análise dos dados



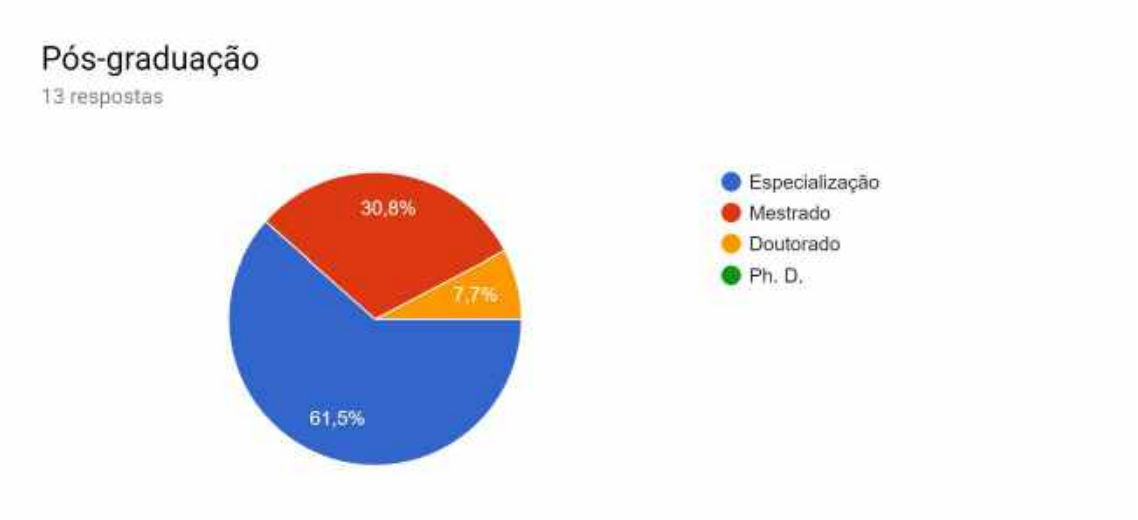
A predominância do sexo feminino (92,3%) na atuação da política de assistência estudantil nas universidades, traduz uma característica histórica da profissão, que vem sendo discutida em conjunto com a necessidade de reconhecer o novo perfil do assistente social.



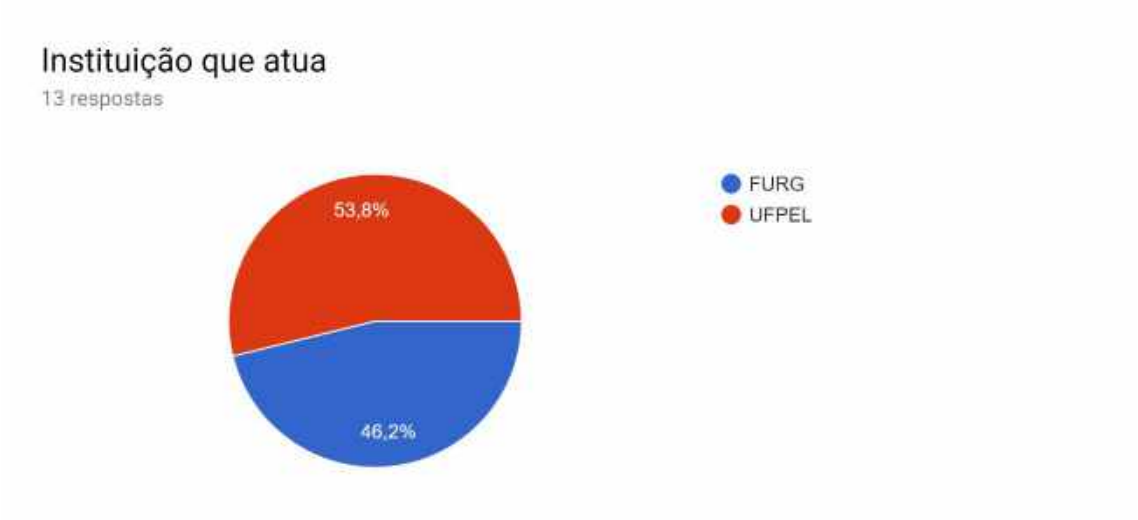
Esse dado traduz o quanto existe entraves para o acesso à educação superior de pretos/negros (7,7%), sendo a minoria dos profissionais. Em contrapartida, a maioria dos profissionais (69,25) são de pertença branca, demonstrando a elitização do ensino.



Destacamos que devido a particularidade em nossa região sul ofertar apenas a graduação em instituição privada, a maioria dos entrevistados (92,3%) realizaram sua formação nesses estabelecimentos. A realidade de sua atuação profissional em universidades públicas difere suas vivências de seu ambiente acadêmico, trazendo um dado relevante no quesito da especificidade da aplicação das políticas de assistência estudantil

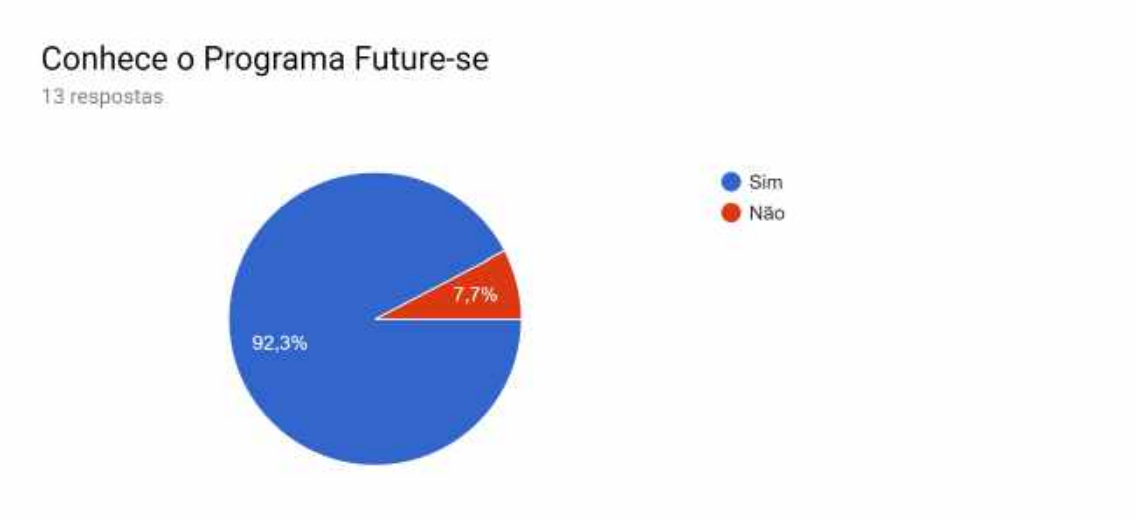


Podemos considerar que existe um empenho na continuidade do ensino por parte dos profissionais. A maioria dos assistentes sociais (61,5%) realizaram uma especialização e 30,8% cursaram o Mestrado, evidenciando a necessidade de capacitação para atender as políticas sociais que versam a educação superior.



Nesse quesito destacamos que o corpo técnico que atua com a Política de Assistência Estudantil, na Universidade Federal de Pelotas, é no total de onze profissionais. No período da realização da pesquisa, havia dois profissionais em licença para tratamento de saúde, no qual não foram contatados. Nesse cálculo também não foi somada a responsável pela elaboração e aplicação da pesquisa, sendo que o número de profissionais aptos para participar eram oito assistentes sociais. Desse percentual sete profissionais responderam as questões.

No universo da Universidade Federal do Rio Grande, destacamos que há oito profissionais atuando na execução da Política de Assistência Estudantil. Nesse sentido uma profissional auxiliou na aplicação do questionário e não participou da pesquisa. Ao total foram preenchidos seis questionários, sendo apenas um profissional que não respondeu as questões.



Diante do panorama e das discussões sobre o Programa Future-se destacamos que a maioria os profissionais conhecem as diretrizes dessa proposta (92,0%), estando evidente a visibilidade que essa pauta tem se apresentado nos diversos espaços universitários.



Esse dado revela que todos os profissionais do Serviço Social que atuam na assistência estudantil não compactuam com a implantação do Programa FUTURE-SE em sua instituição de ensino.

Qual a sua opinião sobre as implicações do Future-se na atuação profissional do Assistente Social
13 Respostas

Acredito que o future-se vem para coroar a forma de "des"governo que estamos vivenciando. Um governo privatizador, fascista, homofóbico, que não se preocupa com as pessoas em situação de vulnerabilidade. Que acredita q a meritocracia é justa. Por essas e outras tantas razões, sou totalmente contra a implantação do future-se nas Universidades brasileiras.
Interfere no espaço de atuação do profissional.
Desta forma, o Programa "fature-se" expõe, de forma pornográfica, a atuação do Estado brasileiro, defendendo de forma asquerosa seu interesse em favor das grandes empresas e oligopólios da educação privada que, por finalidade óbvia, querem lucro em cima de uma grande nicho de mercado (a educação)
Impacta diretamente na atuação profissional, pois no momento em que o estado se isenta da responsabilidade sob a educação, já ocorre uma falta de comprometimento com os estudantes. Todos os desdobramentos do programa futura-se como cobrança de mensalidades, contratações privadas, falta de autonomia universitária descaracterizam o que é público, e afetam diretamente a atuação profissional do Assistente Social, uma vez que seu impacto ocorre sobre o público alvo da atuação, os estudantes
Se a proposta do Future-se se efetivar, acredito que haverá um aprofundamento das dificuldades em atuar com uma política que busque garantir e ampliar direitos sociais, considerando que o projeto tem como pano de fundo o avanço do paradigma do setor privado em detrimento do público.

Ainda não tenho

> *Fragiliza as relações de trabalho pelo fomento a meritrocracia, competitividade que o future-se promove*
>
> *Este programa vai de encontro a um dos principais objetivos do assistente social, ampliação de direitos, visto que reduzirá o investimento na assistência estudantil, garantindo poucos direitos a uma pequena parcela de estudantes. Ao assistente social caberá fazer este recorte, de forma cruel, porque serão selecionados aqueles mais vulneráveis, dentre as diversas situações de vulnerabilidade que trabalhamos.*
> *Penso que o programa busca retrair ou até eliminar o direito à educação superior para os sujeitos que pertencem a classe trabalhadora, negros, indígenas, entre outros. São os sujeitos que estiveram historicamente aleijados do direito à educação superior pública e gratuita no Brasil. Com a redução do orçamento público na educação, o recurso investido no PNAES tende a diminuir sensivelmente, o que afeta negativamente as condições de permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade, tensionando para que esses estudantes evadam do sistema de ensino*
> *Preciso me atualizar para expressar melhor minha opinião. Por enquanto, avalio como uma proposta polêmica.*
>
> *O programa trás uma visão /ação econômica da educação, e sendo a universidade uma especie de ferramenta de ascensão social para muitos estudantes em situação de vulnerabilidade, o Furure-se compromete a democratização das universidades. Junto aos cortes financeiros já em prática nas universidades, a atuação do profissional fica comprometida no que diz respeito à garantia de direitos, concessão de auxílios estudantis, acesso e permanência na universidade. Também percebo que o programa pode impactar na carreira do servidor, abrindo possibilidade para terceirização dos profissionais, inclusive do assistente social.*
>
> *O trabalho do assistente social já tão precarizado tende com o Programa Future-se ficar ainda mais limitado, pois a intenção é "facilitar" através das Oss uma administração que possibilite que a iniciativa privada tenha total domínio para atender os interesses de mercado o que vai comprometer não só o trabalho do assistente social, mas principalmente a qualidade e gratuidade da educação destinada para todos.*

Em relação as considerações realizadas pelos profissionais podemos destacar que a maioria se posiciona contrário ao programa, argumentando que será um retrocesso a política de assistência estudantil já implementada.

Os profissionais ponderam que as universidades públicas podem ter sua atuação controlada pelos interesses do capital, sem o caráter de universalidade e excelência que tanto estimam.

Outro fator há destacar é que a atuação do assistente social, na garantia do acesso e permanência do estudante de instituições de ensino superior, atuando nas políticas sociais fica ameaçado, pois a proposta não direciona suas ações para os estudantes que mais necessitam de tais políticas.

7. Considerações

Ao discorrer sobre a análise das Políticas Sociais de Assistência Estudantil e a trajetória do assistente social nesse cenário, podemos evidenciar que ambos estão interligados em uma caminhada de lutas e conquistas.

A educação brasileira está presente nos discursos eleitoreiros dos governantes brasileiros, porém sua efetivação e o seu aprimoramento não estão no mesmo critério de prioridade, como por ora é ovacionado.

Atualmente presenciamos um cenário dramático, no qual a educação superior pública sofre ameaças e retrocessos de sua atual política. O exemplo disso é a implantação do Programa FUTURE-SE, no qual há um discurso sedutor de desenvolvimento, autonomia e amplos recursos. Deste modo, quando analisado com maior precisão podemos destacar que o referido programa está em destaque com a expansão do capitalismo nas ações do campo das políticas sociais de educação.

Sendo assim a inserção do Assistente Social no seu espaço sócio-ocupacional deve ser identificada por ações que versem sobre a garantia dos direitos sociais dos discentes das instituições públicas de ensino superior, seja no ingresso ou permanência. Mesmo sabendo que esse espaço é marcado por contradições, limites e possibilidades, o assistente social deve atuar também na materialização de objetivos presentes na Educação, zelando pela melhoria das condições de permanência e de êxito dos estudantes e, ainda, na concretização do acesso universal a esses programas de assistência estudantil.

Por fim, nesse cenário de mercantilização da educação, é importante que os assistentes sociais se mobilizem, e amparados em seus projetos éticos- políticos e seu Código de Ética Profissional estejam engajados na luta de pautas que fortaleçam as políticas sociais de assistência estudantil.

8. Referências

ARAÚJO, Josimeire de Omena. O elo assistência e educação: análise assistência/desempenho no programa residência universitária Alagoana. 2003. 231f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. 9ªed. São Paulo: Cortez. 2011.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

BRASIL, Decreto Nº 7.234 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

BRASIL, Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969. Edita o novo texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1967.

BRASIL, Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

FONAPRACE. Plano Nacional de Assistência Estudantil. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos estudantis e Comunitários. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. 2008.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In: Revista Serviço Social e Sociedade n. 62. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. São Paulo: Cortez, 2009. p. 341-371.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: Comissão de Fiscalização. Atribuições privativas do Assistente Social em questão. 1ª edição ampliada. 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? In: Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

NASCIMENTO, Carmen de Fátima de Mattos do; ANTUNEZ, José Leonel da Luz. Assistência Estudantil na UFPEL. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 2012. 128p.

SOUZA, Iris de Lima. Serviço Social e Educação: uma questão em debate. In: Revista Interface, V. 2, nº 1. Natal, 2005. p. 27-41.

SOUZA, Iris de Lima. Dimensão educativa do assistente social na educação escolar. Disponível em: <http://www.unitau.br/scripts/prppg/3%20encontro%20seguro%20social/trabalhos/co/21_0.pdf> . Acesso em: 1 out. 2019.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da Assistência Estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010.

POLÍTICA DE SAÚDE: educação e trabalho na saúde serviços de saúde e cuidado

SERVIÇOS DE SAÚDE E A EXPANSÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS EM SAÚDE: modelos de políticas de saúde traduzidos em terceirização de serviços públicos

Cláudia Regina Paese[1]
Mara Rosange Acosta de Medeiros[2]

1. Introdução

Analisamos um modelo de um meio de realização da política de saúde, as Organizações Sociais de Saúde (OSS), no período 2011-2018 em Mato Grosso, traduzidos em terceirização de serviços públicos.

2. Desenvolvimento

Ao analisarmos a cena social e política do país, observamos que inovações na expressão dos interesses dos diferentes grupos sociais têm motivado os analistas a investigar as relações entre a sociedade e as instituições a fim de captar a diversidade de formas de exercício do poder, para além dos modos convencionais.[3]

Neste contexto, nosso objeto de estudo é a intervenção de dois sujeitos políticos[4], quais sejam: o Conselho Estadual de Saúde (CES), de natureza pública, e as Organizações Sociais de Saúde (OSS), de natureza privada, na política de saúde de Mato Grosso no período entre 2011 e 2018 — período em que as OSS foram implantadas em Mato Grosso (MT).

[1]Doutoranda em Política Social e Direitos Humanos pela UCPEL/RS, bolsista Prosuc/Capes, Mestre em Política Social pela UFMT, graduanda em Serviço Social Unopar (5º semestre). Membro do grupo de pesquisa políticas sociais, programas de transferência de renda, gênero e pobreza da UCPEL/RS.
[2]Doutorado em Serviço Social pela PUC/RS, Mestrado em Desenvolvimento Social pela Universidade Católica de Pelotas, graduação em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas. Atualmente é professora Adjunto do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas/UCPEL/RS. Líder do grupo de pesquisa políticas sociais, programas de transferência de renda, gênero e pobreza.
[3]Beck (1997) analisa essa questão. Segundo ele, na atual fase de realização da modernidade, definida como "sociedade do risco", são constituídas formas não tradicionais de exercício do poder que ele denomina de "subpolítica".
[4] E aqui entenda-se também a definição de atores sociais provenientes da sociedade civil organizada.

2.1 Um pouco da história da implementação das OSS em MT:

A Assembleia Legislativa de MT aprovou, em 2004, o Projeto de Lei Complementar nº150, criando as OSS em Mato Grosso. Esta lei é decorrente de uma legislação aprovada no Congresso Nacional em 1998. A norma define o contrato de gestão entre as organizações sociais de saúde para exercer atividades neste setor.

Só a partir de 2011 que as OSS passam a exercer atividades no Estado de MT. De acordo com Pedro Henry, o problema da saúde era muito grave antes da implantação das OSS.

> [...] existiam outros fatores que contribuíam para uma política ineficiente da saúde, que tem custos elevados e resultados baixos. "Essa foi a realidade que vivi nesses 11 meses à frente da SES", explicou o ex-secretário. [...] No início de 2011, existia uma lista com dez mil pessoas para serem atendidas pelo SUS. Em novembro desse ano, a lista era muito menor", justificou Henry.[5]

Em MT, cinco OSS geriram hospitais regionais do estado:

1. o Instituto Pernambucano de Assistência à Saúde (Ipas), que administra o Hospital Regional Metropolitano de Várzea Grande, e o Regional de Alta Floresta e o de Colíder;
2. a Sociedade Beneficente São Camilo (SBSC), que administra o Regional de Rondonópolis;
3. a Associação Congregação de Santa Catarina que administra o Hospital Regional de Cáceres;
4. o Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano (INDSH), que administra o Regional de Sorriso; e a Fundação de Saúde Comunitária, responsável pela unidade de Sinop.

Nosso problema de pesquisa pode ser assim formulado: Que conflito há na relação entre o controle social exercido pelo CES (onde há participação pública de várias categorias que fazem parte da saúde de Mato Grosso) e o controle social exercido pelo Estado (somente ele sem participação pública, através de um contrato/ os contratos feitos através da concessão de gestão) na gestão de hospitais públicos de Mato Grosso pelas OSS, visto que a presença das OSS introduz a lógica privada neoliberal na administração pública? Considerando que os repasses para as Organizações Sociais são feitos com dinheiro do estado e da União através do SUS e, por lei (prerrogativa), o CES tem direito de exercer

[5] Disponível em http://www.al.mt.gov.br/detalhes/130095 Acesso em 21 set 2015.

o controle social da política de saúde do estado, bem como pelo fato de as OS serem parte da política de saúde do estado, emergem as condições para que se estabeleça o conflito.

> O Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso é um órgão colegiado, de decisão superior, de caráter permanente e deliberativo, constituído pelo Decreto nº 1055/88, com alteração pelo Decreto nº 1595 de 16/06/89, pela Lei Complementar nº 22/92 e fundamentado na Constituição Federal Art. 196, 197, 198 e 200, e nas Leis Federais nº 8080/90 e 8142/90.[6]

Nossa hipótese é a seguinte: em hospitais públicos o controle social e a participação existem num grau maior por parte do CES. Quanto mais privada é a gestão da saúde, como no caso da administração de hospitais públicos pelas OSS, é o grau de controle social executado pelo CES é menor e, consequentemente, a participação da sociedade é restringida pela redução do controle social.

Nos dias atuais é de suma importância a discussão do papel desempenhado pelas Organizações Não-Governamentais — ONGs, Fundações, Associações etc. que compõem o chamado "terceiro setor". (MONTÃNO, 2002). Para o autor

> Em primeiro lugar, porque é necessário explicitar o que vem a ser este setor, o que tem de diferente ou de especial para ser designado desta forma. Ainda imperam muitas imprecisões nas tentativas de definições do termo. Em segundo lugar, porque essa é uma discussão que não deve ficar apenas na seara dos defensores do "terceiro setor", dentro e fora dos meios acadêmicos, mas deve ser assumida como objeto de investigação pelos intelectuais comprometidos com uma análise crítica. (MONTÃNO, 2002, p.47).

Considerando que a participação de representantes da sociedade civil na gestão das políticas de saúde é entendida como um avanço democrático, pois amplia a participação da sociedade no Estado, a transferência administração de unidades de saúde, como hospitais, do Estado para organizações privadas, pode ter como consequência um bloqueio à democracia.

Em vista disso, faz-se necessário investigar quais são os conflitos provocados com a participação das OSS no Estado de MT e qual o papel do CES referente a esta nova demanda. Ao analisar as OSS, enfocaremos o controle social e poderemos fazer um confronto entre o controle social da representação popular e o controle social das entidades privadas, ao analisar demandas, interesses, forma de participação, bem como sua repercussão sobre a gestão pública.

[6] Disponível em: http://www.saude.mt.gov.br/ces/pagina/153/sobre-o-conselho Acesso em: 23 set. 2015.

No contexto das Políticas Sociais, as Organizações Sociais em Saúde (OSS) não são uma nova forma de constituição de pessoa jurídica; são uma qualificação atribuída a pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que se dediquem a finalidades específicas e preencham os requisitos legais.

A celebração de "Contrato de Gestão" permite à entidade receber recursos orçamentários e usar bens públicos necessários para a consecução de seus objetivos, neste último caso através de permissão de uso (artigos 11 e 12 da Lei 9637/98). O governo poderá ceder servidor seu para atuar nas Organizações Sociais com a incumbência do pagamento de seus vencimentos (artigo 14 da Lei 9637/98).

Diante da possibilidade de receberem recursos financeiros do Poder Público, a lei exige que este – o Estado - exerça fiscalização das atividades e proceda ao exame da prestação de contas da entidade. As Organizações Sociais em Saúde podem sofrer desqualificação de seu título quando forem descumpridas as disposições fixadas no "Contrato de Gestão".

2.2 Referencial teórico do estudo

2.2.1 Democracia e participação

Entendemos o processo democrático como o modo pelo qual a sociedade civil organizada participa e exerce o controle social sobre as políticas do Estado na área de saúde. O objetivo desta definição é formular um conceito que possibilite a relação entre a teoria e a realidade da política social de saúde. O procedimento permitirá tanto explicar o processo de realização das políticas sociais, como testar o potencial explicativo das teorias em foco.

A democracia para os gregos era uma forma de governo que visava o "bem comum" e está na gênese da "doutrina clássica da democracia", formulada a partir do século XVIII. De acordo com Schumpeter (1984, p. 313), "[...] o método democrático é um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor." (SCHUMPETER, 1984, p. 328).

Segundo Avelar (2004, p. 225), participação é um termo que "provém de uma palavra latina cuja origem remonta ao século XV. Vem de *participatio, participacionis, participatum.* Significa 'tomar parte em', compartilhar, associar-se pelo sentimento ou pensamento."

Segundo Pateman (1992), autora que dá suporte a pesquisa, a democracia participativa tem como objetivo transformar o cidadão em ator político.

> Somente se o indivíduo tiver oportunidade de participar de modo direto no processo de decisão de seus representantes [...] é que nas modernas circunstâncias, ele pode esperar ter qualquer controle real sobre o curso de sua vida ou sobre o desenvolvimento do ambiente em que vive. (PATEMAN, 1992, p. 145-146).

A democracia participativa traz a luz a capacidade de "[...] permitir aos cidadãos desvendar o Estado, geri-lo e estabelecer um efeito demonstração para outros setores da sociedade traduzir este método para suas esferas da luta política e da competência administrativa." (apud OLSEN; BERTOLDO; SOUZA, 2005, p. 3).

Nesse sentido, deve-se destacar que o problema da participação é central na teoria democrática. (PAESE; PAESE; QUEIROZ, 2010). Conforme a análise clássica de Pateman (1992) a respeito da democracia há três possibilidades de participação:

i. Pseudoparticipação : A *pseudoparticipação* abrange técnicas de persuasão para que sejam aceitas decisões já tomadas, em que não ocorre participação alguma na tomada de decisão. O objetivo é criar um "sentimento" de participação. A "participação", assim, limita-se ao endosso das decisões tomadas pelo líder, o qual não é selecionado pelo grupo e não deve responder ao grupo por suas ações. O líder do grupo tem em mente um objetivo particular, e utiliza a discussão de um grupo como um meio de induzir à aceitação desse objetivo.

ii. Participação parcial : A *participação parcial* "é um processo no qual duas ou mais partes influenciam-se reciprocamente na tomada de decisões, mas onde o poder final de decidir pertence apenas a uma das partes." (p.97). A definição pressupõe uma relação entre "influência" e "poder". Estar em posição de influenciar uma decisão não é o mesmo que estar em condições de determinar o resultado ou tomar a decisão. A influência se aplica à situação e que o indivíduo A afeta o indivíduo B, sem que B subordine sua vontade à de A. Nesse caso, A tem influência sobre B e sobre a tomada de decisão, mas é B quem tem o poder final de decidir. A participação é parcial "porque o trabalhador A não tem igual poder de decisão sobre o resultado final do que se delibera, podendo apenas influenciá-lo."

iii. Participação plena : A *participação plena*, por sua vez, consiste "num processo no qual cada membro isolado de um corpo deliberativo tem igual poder de determinar o resultado final das decisões." (p. 98). Nessa situação o que há é um grupo de indivíduos iguais com poder de tomar suas próprias decisões a respeito da atribuição das tarefas e execução do trabalho, ao invés de dois "lados" com poderes desiguais de decisão.

A tipologia apresentada por Pateman (1992) é fundamental para a análise do processo de deliberação em Conselhos de Saúde, uma vez que esse processo está ligado a participação dos seus componentes.

Ao mesmo tempo, a pesquisa sobre os Conselhos fornece material empírico para testar a teoria da democracia participativa, em relação às demais teorias a respeito do regime democrático. Isso diz respeito, sobremaneira, ao seu potencial para fornecer uma explicação realista dos fatos.

2.2.2 Controle social

Associada à participação como fator constituinte e definidor de democracia está o controle social.

> Controle social significa o entendimento, a participação e a fiscalização da sociedade sobre as ações do Estado. É uma forma de realizar a democracia. Democracia é o sistema de governo no qual as decisões políticas seguem as necessidades e as orientações dos cidadãos, por meio de seus representantes (vereadores, deputados e senadores) ou diretamente pelo povo. O controle social propicia a vivência dessa democracia direta, conduzida pelo povo. Ao praticar o controle social, os cidadãos podem interferir no planejamento, na realização e na avaliação das atividades do governo. Diversas áreas do governo têm como um de seus princípios o controle social. Uma dessas áreas é a saúde, coordenada pelo Sistema Único de Saúde (SUS).[7]

Participação e controle convertem-se em propulsores do processo de democratização. O controle social é definido como "[...]um processo no qual a população participa, através de representantes, na definição, execução e acompanhamento de políticas públicas, as políticas de governo". (Ministério da Saúde, 1994, apud PEDROSA, 1997, p. 472).

Abaixo as instâncias de controle social na política de saúde:

[7]Brasil. Tribunal de Contas da União. Orientações para conselheiros de saúde / Tribunal de Contas da União. – Brasília: TCU, 4ª Secretaria de Controle Externo, 2010.

Instâncias de Decisão/Controle Social	Definição do Papel
Conferência de Saúde	• Representação paritária de vários segmentos sociais; • Avaliar a situação de saúde; • Propor diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes, convocada pelo Poder Executivo ou pelo Conselho Nacional de Saúde.
Conselhos de Saúde	• Órgão colegiado composto em paridade por representantes do governo, profissionais da saúde, usuários e prestadores de serviço; • Formulação, controle e execução da política de saúde nas instâncias correspondentes, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros; • Decisões homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera de governo.
CONASS e CONASEMS (Conselhos de Representação dos Secretários de Saúde)	• Representantes dos Estados e Municípios no Conselho Nacional de Saúde; • Interlocutores oficiais do MS com relação à Política de Saúde.

Figura 1 – Quadro sobre a criação de novas instâncias de decisão e controle social, conforme a lei nº 8.142. Fonte: Cornélio, 1999.

A participação da sociedade civil em assentos em Conselhos de Saúde, bem como na formulação e implementação de políticas públicas setoriais nesta área, enquanto um direito é um marco histórico para as políticas sociais no Brasil e para o fortalecimento da democracia.

Para Bobbio, a importância dos conselheiros como representantes da sociedade civil organizada dentro de uma democracia representativa confere "[...] a cada um individualmente do mesmo modo como a todos os outros, o direito de participar livremente na tomada de decisões coletivas." (1992, p. 119). Esta nova relação tem implicações sobre os processos de formulação das políticas, com a participação dos diferentes atores sociais.

> [...] esses atores ao atuarem em conjunto após o estabelecimento de um projeto a ser desenvolvido onde estão claras as necessidades e obrigações das partes chegam a um estágio de harmonia que viabiliza a política pública. (FERREIRA apud TATAGIBA, 2002, p. 67-68).

As políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

4. Considerações finais

O que percebemos em nossas reflexões iniciais é que as OS não possuem espaço para participação popular ou de movimentos sociais. O funcionamento das OS difere do mecanismo de "controle social" democrático, como no caso do conselho de saúde, que

"são instituições participativas permanentes, definidas legalmente como parte da estrutura do Estado". (TATAGIBA, 2007, p. 62). O controle das OS é realizado por parte do Estado é condicionado às regras existentes em contrato fixado entre as partes, esta atuação preconiza prioritariamente a flexibilidade do parceiro privado.

> O modelo contempla processo de seleção precedido de convocatória pública e com exigência de experiência mínima das organizações sociais interessadas em gerenciar equipamentos públicos de saúde, garantindo a escolha de entidades sólidas, já experimentadas e com boa reputação. As metas definidas nos contratos de gestão mesclam indicadores de produção e qualidade que impactam diretamente no repasse dos recursos para as organizações sociais em caso de não atingimento dos resultados previstos. Há acompanhamentos sistemáticos de resultados, que acarretam eventuais revisões das metas dos contratos de gestão e permitem identificar o quão realistas e desafiadoras foram as metas acordadas e realizar os ajustes necessários. (TABORDA et al., 2013, p. 4).

Estas parcerias das OSS com o Estado têm preconizado o modelo de gestão modelo tradicional de controle dos meios, em alguns estados tem-se utilizado o controle por fins, em que o sucesso do desempenho do contratado será avaliado principalmente em função dos resultados atingidos. Como o objetivo da pesquisa é conhecer os efeitos da atuação de organizações privadas na área da saúde sobre a democracia, os conceitos de participação e controle social permitirão explicar os dados a respeito das possibilidades de a sociedade civil exercer alguma influência na atuação desse tipo de instituição, por natureza e direito impermeável à regulação e controle de organizações sociais.

5. Referências

ARAÚJO, C. Razão pública, bem comum e decisão democrática. In. COELHO, V. S. P.; NOBRE, M. (Org.). **Participação e deliberação**: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora 34, 2004.

AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (Orgs.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. São Paulo: Unesp, 2004.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BODSTEIN, R. C. de A. Cidadania e modernidade: emergência da questão social na agenda pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 1997.

BOHMAN, J. **Public deliberation**: pluralism, complexityanddemocracy. Cambridge, MIT Press. 1996.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Lei Orgânica da Saúde**. Dispõe sobre as Condições para Promoção, Proteção e Recuperação de Saúde, a Organização e o Funcionamento dos Serviços Correspondentes e dá Outras Providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v.128, n.182, pp18055-18059, 20 set. Seção I, pt. 1.

_____. BRASIL. Lei nº 8142, de 28 de dezembro de 1990. **Lei Orgânica da Saúde.** Dispõe sobre a Participação da Comunidade na Gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as Transferências Intergovernamentais de Recursos Financeiros na Área de Saúde e da Outras Providencias.

_____. BRASIL. Ministério da Saúde. **Anais da 8ª Conferência Nacional de Saúde**: 17 a 21 de março de 1986. Brasília: Centro de Documentação do MS, 1987.

_____. BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Coletânea de comunicação e informação em saúde para o exercício do controle social/Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).

_____. BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação de informação, educação e comunicação, 1994. **Incentivo à participação popular e ao controle social no SUS**. (Textos Técnicos para Conselheiros de Saúde).

_____. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **A construção do SUS**: histórias da reforma sanitária e do processo participativo/ Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

_____. BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema Único de Saúde. **Descentralização das ações e serviços de saúde**: a ousadia de cumprir e fazer cumprir a lei. Brasília, 1993.

_____. BRASIL. **Resolução Conselho Nacional de Saúde**, n. 333, 2003.

_____. **Tribunal de Contas da União**. Orientações para conselheiros de saúde / Tribunal de Contas da União. – Brasília: TCU, 4ª Secretaria de Controle Externo, 2010.

CAMARGO, T. A. et al. **Controle e transparência no modelo de organizações sociais de saúde do estado de São Paulo**. X CONSAD – VI Congresso de gestão Pública. Centro de Convenções Ulysses Guimarães Brasília/DF – 16, 17 e 18 de abril de 2013.

CARVALHO, G. I.; SANTOS, L. **Sistema Único de Saúde**: comentários à Lei Orgânica da Saúde. Disponível em: www.saudecomdilma.com.br/.../os-Conselhos-de-saude-como-sujeitos-no- processo-de-construcao-do-sus Acesso em: 10 abr. 2011.

COELHO, V. S. P.; NOBRE, M. (Org.). **Participação e deliberação**: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora 34, 2004.

CORNÉLIO, R. R. **A formulação da decisão no nível estratégico de uma organização pública**: um estudo sobre o processo decisório na SMS-RJ. 1999.

Dissertação (Mestrado em Planejamento e Administração em Saúde) – Escola Nacional de Saúde Pública – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1999.

COUTINHO, J. Desmistificando o "terceiro setor". **Revista Espaço Acadêmico**, São Paulo, v. 3, n. 25, p. 1-4, 2003.

DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política e Sociedade**, n. 5, 2004.

DEMO, P. **Pobreza política**. São Paulo: Cortez, 1988.

FUNG, A. Receitas para esferas públicas: oito desenhos institucionais. In. COELHO, V. S. P.; NOBRE, M. (Org.). **Participação e deliberação**: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora 34, 2004.

GOMES, E. G. M. **Conselhos gestores de políticas públicas**: democracia, controle social e instituições. 2003. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – EAESP/FGV, São Paulo, 2003.

HABERMAS, J. Participação Política. In: CARDOSO, F. H. e MARTINS, C. E. (org.). **Política e Sociedade**. São Paulo: Nacional, 1979.

HÖFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos de Educação**, v. 21, n. 55, Campinas, 2001.

IVO, A. B. L. **Governabilidade e governança na América Latina**: teses e paradoxos. Lisboa, VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, 8-11 de out., 2002.

LEITE, S. P. et al. (coord.). **Avaliando a gestão de políticas agrícolas no Brasil**: uma ênfase no papel dos policymakers. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ – CNPq, 2006.

LINDBLON, C. E. **O processo de decisão política**. Brasília: UnB, 1981.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de janeiro: Zahar, 1967.

MONTÃNO, C. **Terceiro setor e a questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

OLSEN, A. C; BERTOLDO, L. A; SOUZA, P. G. de S. **Discussão sobre democracia participativa**. Cascavel, II Seminário Nacional Estado e Políticas, 2005.

PAESE; J.; PAESE, C. R.; QUEIROZ,I. D**. A participação pública frente à dicotomia leigos e peritos: análise do processo decisório em Conselhos gestores de saúde**. Anais do I Seminário Internacional e III Seminário Nacional "Movimentos Sociais, Participaçãoe Democracia", 11 a 13 de agosto de 2010, UFSC Florianópolis, Brasil.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEDROSA, J. I. dos S. A construção do significado de controle social com conselheiros de saúde no Estado do Piauí, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 741-748, 1997.

ROSENFIELD, D. **O que é democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SUNSTEIN, C. L. **The partial constitution**. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

TATAGIBA, L.; TEIXEIRA, A. C. C. **O papel do CMS na Política de Saúde em São Paulo**. São Paulo: Pólis/PUC-SP, 2007b. (Cadernos do Observatório, 29).

TEIXEIRA, A. C. C.; DAGNINO, E.; SILVA, C. C. A. La constitución de lasociedad civil en Brasil. In. DAGNINO, E. (Org.) **Sociedad civil, espacios públicos y democratización**: Brasil. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

VIANA, A. L. D.; POZ, M. R. D. A reforma do sistema de saúde no Brasil e o programa de saúde da família. **Physis – Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 225-264, 2005.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: grupo de tabagismo em unidade de saúde

Joyce Aparecida Machado de Castro[1]
Daiane da Rosa Ugoski[2]

1. Introdução

O tabagismo é elencado como um dos principais responsáveis por doenças e mortes evitáveis no mundo, o empobrecimento é outra carga que lhe é atribuída conforme dados da Organização Pan Americana de Saúde (OPAS, 2019), o fator empobrecimento é decorrente não apenas do valor empregado na compra de produtos derivados do tabaco, mas em razão do adoecimento, gasto com saúde, e consequente impedimento para o trabalho devido a fragilidade nas condições de saúde das famílias que permanecem expostas a nicotina ao cultivar o tabaco e empregam inclusive mão de obra infantil.

No âmbito da saúde pública, estudos comprovam que a cessação do tabagismo é um desafio frente a dependência química e psicológica, porém, a oferta de apoio tende a oportunizar mudanças para os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Considerando a perspectiva de mudança quando ofertado o apoio ao cidadão que acessa o SUS, o presente trabalho objetiva refletir sobre a intervenção com grupos de tabagismo na Unidade Básica de Saúde Fraget.

Para organização do grupo, são seguidas as orientações no âmbito da Política Nacional de Controle do Tabaco e do Programa Nacional de Controle do Tabagismo, os usuários que demonstraram interesse, passam por abordagem inicial, na qual é realizada a anamnese, a avaliação do grau de dependência e do grau de motivação para mudança, na sequência são direcionados para a avaliação médica individual indicada a identificar o seu estado clínico e a definição do melhor plano.

Os grupos que foram organizados na UBS Fraget no ano de 2019 tiveram uma periodicidade quinzenal, e contaram respectivamente com 10 e 12 participantes. Apesar do sentimento de impotência por parte dos profissionais frente as desistências, e as dificuldades enfrentadas no trabalho com grupos de tabagismo, o grupo é uma ferramenta fundamental de promoção e prevenção de saúde, uma vez que as reuniões oportunizam o

[1]Graduada em Enfermagem. Mestranda em Saúde Pública pela FUNIBER. Enfermeira atuando em Unidade Básica de Saúde pela Prefeitura Municipal de Pelotas. joyce-amc@hotmail.com.
[2]Doutora em Política Social pela Universidade Católica de Pelotas. Assistente Social da Prefeitura Municipal de Pelotas. daianeugoski@hotmail.com.

apoio psicológico e a troca de informações entre os usuários, resultando em compartilhamento de estórias, em melhor qualidade de vida e convívio familiar e social dos usuários.

2. Algumas Considerações a serem abordadas

O tabaco é um dos principais fatores causadores de morte evitável no âmbito mundial, estima-se que no século XX grande parte ocorre devido ao consumo dos cigarros. Historicamente nas Normas abordadas pelo Instituto Nacional de Câncer (INCA, 2013), o cigarro apresentou um ciclo desde 2003, quando em 2005 na Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), um tratado internacional na Saúde Pública assinado e ratificado por diferentes países, dentre eles o Brasil, pontuou ações no tocante ao controle do Tabaco. Desde aquela ocasião, ocorre a organização de políticas submetendo medidas de prevenção em saúde pública para prevenir e incentivar o término deste hábito lícito, porém nada saudável.

A Política Nacional de Controle do Tabaco, norteia em território nacional as ações que visão o cumprimento das medidas e diretrizes da Convenção Quadro. Dentre partes que compõe a Política de controle ao tabaco, encontra-se o Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT) coordenado pelo INCA que articula a Rede de Tratamento do Tabagismo no SUS.

A Portaria MS/GM nº 571/ 2013, apontando que a Atenção Básica (AB) é espaço estratégico para o desenvolvimento de ações de promoção e prevenção de saúde, sendo responsável por apoiar mudanças de hábitos, e dentre as temáticas que devem ser apoiadas, encontra-se o tratamento do tabagismo.

Interessante considerar uma entrevista do Dr. Dráuzio Varela (2017) vinculada a Rede Globo, na qual o médico aponta que o hábito de fumar é responsável por 12% da mortalidade adulta mundial, sendo que a cada ano aproximadamente cinco milhões de pessoas morrem por doenças relacionadas ao tabaco e a previsão é que, persistindo o atual modelo de consumo, em 2020, serão dez milhões de mortes ao ano, sendo que 70% dessas perdas ocorrerão nos países em desenvolvimento. O cigarro é uma droga lícita que além de ser mortal, é comumente associada a liberdade, socialmente aceita, e comum a qualquer lugar ou classe social.

Para Duncan e Colaboradores (1996), o tabagismo será responsável por cerca de 10 milhões de mortes prematuras por ano até o ano de 2020. Nas abordagens ação da

nicotina manifesta-se atuando na comunicação entre as células, provocando dependência química no organismo (neurotransmissor). Quando o usuário traga o cigarro a nicotina chega ao cérebro em poucos segundos, provocando liberação de hormônios, causando uma sensação de alegria e bem-estar, deixando os cada vez mais dependentes dessa substância. Hoje em dia verificamos os malefícios do cigarro. O que há 20 ou 30 anos atrás estava na moda, hoje cobra o seu preço. Um preço muito alto.

Poderíamos definir de maneira breve que o tabagismo é simplesmente o ato de fumar tabaco, mas a verdade vai bem, além disso. O tabagismo pode chegar a causar uma forte dependência psicológica do consumo de nicotina, uma das grandes vilãs de nossa geração.

Uma reflexão sobre a política de controle do tabaco abordada por Figueiredo et al, 2017, coloca necessariamente em perspectiva o processo de globalização e o impacto de corporações transnacionais - incluindo também as do álcool, alimentos e outros - como importante determinante social em saúde. No Brasil e em muitos países, o maior obstáculo a um mundo livre do tabaco é a atuação de uma indústria lícita e economicamente poderosa. Nesse sentido, a política, sustentada pela Organização Mundial da Saúde.

Em âmbito nacional, a Lei 12.546/2011, regulamentada pelo decreto 8.262/2014, constituiu o aumento progressivo dos impostos sobre os produtos do tabaco e proibiu a publicidade destes produtos nos locais de comercialização, além de extinguir os “fumódromos”.

Dentre os indicativos para pessoas tabagistas incluem-se a avaliação clínica, abordagem mínima ou intensiva, individual ou em grupo, além da possibilidade de terapia medicamentosa quando avaliada a sua necessidade, e, cujas diretrizesclínicas encontram-se disponibilizadas pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2015).

Duncan (1996), pontua que a estratégia de abordagem do alto risco é insuficiente devido aos numerosos riscos das doenças e morte. Cada usuário deverá entender como o cigarro atua na saúde do ser humano, sua dependência física e psicológica, e, sua associação ao comportamento diário.

Segundo as Normas do INCA (2013), há formas de como superar os obstáculos permanecendo sem fumar, vencer a abstinência por meio de estratégias a serem utilizadas no dia a dia. Orienta-se que o usuário faça o uso de estratégias como adiar o primeiro cigarro do dia, diminuir a quantidade diária, aumentar o espaço entre uma fumada e outra, realizar exercícios físicos e respiratórios.

O uso de artifícios “bengala” com a reposição de nicotina, tais como goma de mascar, adesivos e antidepressivos utilizados como artefatos temporários para ajudar aos usuários a parar de fumar é considerado benéfico. (Ministério da Saúde, 2016)

Dentre os benefícios identificados com a cessação do cigarro, as melhorias físicas são destacadas, porém, é necessário prevenção às recaídas, para que os benefícios em longo prazo e suporte psicológico através dos grupos de manutenção sem cigarros ou com redução de danos. (Ministério da Saúde, 2016)

Uma droga chamada Verenicline (Chantix) é uma droga aprovada pela USFDA a qual ajuda a parar de fumar, serve para bloquear os receptores cerebrais quanto à nicotina por 12 semanas, porém no Brasil este medicamento só deverá ser usado em alguns casos com recomendação médica.

No Brasil, a prescrição de Bupropiona antidepressiva ajuda as pessoas a pararem de fumar, e é a única droga que o Ministério da Saúde fornece mediante receita médica.

Os Grupos servem de apoio e aconselhamento, sendo que têm grande parte nestes o acompanhamento e encorajamento ajudando a estes usuários a pararem o uso desses vicio.

Ao atendermos usuários do cigarro verificamos que é muito difícil levando-se em consideração que o cigarro traz “bem-estar” físico e psicológico para seus dependentes, que se torna cada vez mais necessário o uso de Grupos de apoio psicológico e de atenção à saúde destes.

3. A experiência com Grupos no Fraget

A UBS Fraget está localizada no bairro Fragata do município de Pelotas. Em razão de ser uma unidade de saúde tradicional, não conta com Agentes Comunitários de Saúde, e atende usuários de todo o território municipal.Assim, a divulgação do grupo conta com a comunicação entre usuários que participam ou participaram do grupo e pacientes que circulam pela UBS e visualizam o cartaz apregoado no mural informativo afixado na sala de espera e na porta de acesso ao saguão, de forma a garantir, que o convite será visualizado.

O informativo sobre a disponibilidade de grupo de tabagismo na unidade circula pela rede de saúde municipal, possibilitando que usuários vinculados a outras unidades de saúde acessem o grupo.

O espaço de realização do grupo, é uma sala reservada para o desenvolvimento de atividades coletivas, que comporta em torno de 20 pessoas, e garante aos profissionais e usuários o desenvolvimento de atividades sem interrupções e com a

No planejamento, é considerada a necessidade de garantia de consultas com médico e enfermeira, o fornecimento de receitas, o material impresso a ser utilizado é selecionado, bem como o uso de recortes de filme, roteiros de "Abordagem e Tratamento do Fumante" indicados do Programa Nacional de Controle do Tabagismo; o uso da criatividade como estímulo para motivar inclui dinâmicas, textos, e muitas trocam de experiências entre os participantes.

No ano de 2019, os grupos de tabagismo realizados nesta unidade contaram com periodicidade quinzenal, respectivamente compostos por 10 e 12 participantes.

Predomina entre os participantes, aqueles que tentam reduzir o uso do cigarro com o apoio das reuniões, dos adesivos, mas não são raros os casos que recorrem as medicações prescritas para diminuir a ansiedade e a inquietação.

No primeiro grupo, de 10 participantes, 1 desistiu, 3 pararam de fumar com ajuda dos adesivos, 4 reduziram o número de cigarros consumidos por dia e 2 mantiveram o hábito de consumo ainda que, permanecendo no grupo e fazendo o uso de adesivos e medicações prescritas.

Do segundo grupo com 12 usuários, 4 destes ao ingressar já apresentavam redução no número de cigarros consumidos e deixaram de fumar na primeira semana, e os outros apresentaram redução de consumo com ajuda das reuniões e dos adesivos.

Entre os participantes, 04 são homens e 18 mulheres, a faixa etária predominante é na faixa etária dos 40 a 50 anos.

Os relatos trazem estórias de vida que remetem a hábitos que perduram décadas, uma primeira tragada para garantir a aceitação no grupo de amigos, ou uma brincadeira escondida que se tornou uma companhia permanente para as conversas, momentos de descontração, ou alívio de estresse que perduram quase uma vida.

O número de cigarros dia difere entre os participantes, bem como, o momento de maior consumo e os gatilhos. A preocupação com situação econômica e social, o filho que está na rua, uma xicara de caféou um chimarrão, são gatilhos comumente identificados entre os participantes de grupos de tabaco.

Entre as trocas realizadas, a percepção de que o outro também se vê desafiado e fragilizado, ajuda a reconhecer os gatilhose entender a importância de mudar hábitos para sessar o consumo de tabaco.

Os usuários reconhecem os malefícios do cigarro, referem que cabelos e roupas tem um odor característico, que a pele está mais envelhecida e ressecada, as unhas amareladas, que tem uma respiração mais pesada, entretanto partilham do desafio de parar.

O grupo é um momento importante de trocas. É um momento em que o usuário tem a liberdade de compartilhar sobre o seu desafio diário, e reconhecer que há fragilidades a serem trabalhadas. Olhar o outro e reconhecer vivencias semelhantes, desafios comuns impele a permanecer lutando contra as crises de abstinência. A narrativa sobre os contextos que envolvem cada usuário, suas lutas diárias, fraquezas, questionamentos, ao serem amparados por profissionais da saúde, abrem portas para possibilidades doacolhimento sem julgamento.

Os usuários reconhecem o grupo como uma ferramenta positiva para o processo de parar de fumar, e esse reconhecimento alcança outros usuários e se dissemina pelo município, resultando na busca de usuários pelos grupos de tabagismo em diferentes unidades de saúde.

O acesso facilitado ao cigarro, o seu uso como fuga dos problemas e consequente dependência química e psicológica, a propaganda que por décadas foi atraente e estimulante ao consumo, ainda é um desafio real para as equipes de saúde.

4. Considerações finais

O tabagismo é considerado pelo OMS uma droga psicoativa que causa dependência. Verificamos que os Grupos implicam em apoio e conscientização do indivíduo que busca sucesso na cessão do cigarro. Utilizando de etapas integradas, entre elas o atendimento médico com o usuário participante do grupo, o estimulo para que a família, os amigos e os grupos sejam compreendidos como apoio, bem como a disponibilidade de medicamentos necessários para aqueles que precisam de um apoio psicológico “bengala” na hora de ajudar a diminuir ou desassociar-se desse vicio e dependência, parar de fumar é um desafio.

A grande maioria dos participantes dos Grupos em curso na UBS Fraget tenta reduzirem a quantidade de cigarros com apoio das reuniões e com a ajuda das medicações, conseguindo diminuir a ansiedade e a inquietação com o uso destes, porém torna-se cada vez mais necessário o acompanhamento e intervenção uma vez que estes se tornam

usuários que demandam atenção quanto a permanente oferta de ações que focadas em prevenção, intervenção e promoção de saúde.

Dentre as fragilidades identificadas pelos profissionais envolvidos, destacamos a impotência perante as propagandas diretas e indiretas, o fator psicológico, que torna o cigarro como uma bengala para apoio frente aos fatores individuais vivenciados pelos usuários, produzindo resultados aquém do desejado, e não menos importante, a necessidade aprimoramento do planejamento dos grupos, de forma a demonstrar melhorias da qualidade de vida e convívio social que a cessação do tabaco pode proporcionar.

Ressaltamos a importância dos grupos de tabagismo frente aos desafios enfrentados por aqueles que desejam parar de fumar, uma vez que, o "status" de fumante, insurge como comportamento social, e comumente “ampara” o usuário no enfrentamento dos seus temores e fragilidades, entretanto, tal vicio vem apenas para trazer malefícios para o sistema cardiovascular e pulmonar, reduzindo a expectativa de vida.

As equipes que atuam no âmbito da Atenção Básica têmnos grupos uma ferramenta potencial para trabalhar a partir do contexto social, familiar, econômico dos participantes, abordando a cessação do tabagismo, sensibilizando para o reconhecimento da propaganda direta e indireta no mercado de produtos e atuando na construção de estratégias conjuntas paciente/profissional.

5. Referências

BRASIL. **Lei 12.546 de 14 de dezembro de 2011**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12546.htm>. Acesso em: 12 dez. 2019.

BRASIL. **Portaria MS/GM nº 571de 5 de abril de 2013.**Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Atualiza as diretrizes de cuidado à pessoa tabagista no âmbito da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências. Disponibilizado em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0571_05_04_2013.html>. Acesso em: 12 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto 8.262 de 31 de maio de 2014**.Altera o Decreto nº 2.018, de 1º de outubro de 1996, que regulamenta a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8262.htm>. Acesso em: 12 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica.**Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica:** o cuidado da pessoa tabagista. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

DUNCAN, Bruce B., SCHIMIDT Maria Inês, GIUGLIANI, Elsa R. J. e Colaboradores. Ministério da Saúde. **Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva**,

FIGUEIREDO, Valeska Carvalho, TEURCI, Silvana Rubano, CAMACHO, Luiz Antônio. **Cadernos de Saúde Pública:** Controle do Tabaco no Brasil, 2017.

INCA, 2013. Medicina Ambulatorial. Artes Médicas, 2 ed., 1996.

OPAS. **Folha Informativa** – Tabaco. 2019. Acesso em: 19 dez. 2019. https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5641:folha-informativa-tabaco&Itemid=1097

https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/combate-tabagismo-ubs sarzedo.pdf
http://www.saude.ufpr.br/portal/revistacogitare/wpcontent/uploads/sites/28/2018/08/55096-239422-1-PB.pdf
http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/auxiliando-usuarios-de-uma-unidade-de-saude-a-parar-de-fumar-relato-de-experiencia/1134?id=1134
https://www.cmfc.org.br/brasileiro/article/view/1439
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2017001500101

REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA: conquistas e desafios

Laurem Janine Pereira de Aguiar[1]
Maria Isabel Barros Bellini [2]
Ana Paula Vargas Ronsani [3]

1. Introdução

O capitalismo, sistema marcado pela busca incessante do lucro e pela propriedade privada dos meios de produção, tem no ano de 2008 um importante marco mundial. O *crash* do sistema imobiliário, ocorrido nos Estados Unidos, inicia uma crise que logo se alastra para o conjunto dos setores e atinge, ainda que em intensidade e dimensões diferentes, todos os países do globo terrestre. Essas intensidade e dimensões são potencializadas por cada formação sócio histórica que recebe e reage de maneiras distintas às crises. O Brasil, país de capitalismo periférico, mantém o fôlego ainda nos primeiros anos – resultado de políticas anticíclicas e da própria posição emergente ocupada mundialmente naquele período sob o governo do Partido dos Trabalhadores. O Partido dos Trabalhadores foi fundado no ano de 1980 após uma série de manifestações sociais contra a ditadura e por mais direitos sociais, luta marcada pela principal bandeira do partido que pregava "a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores" (PT, 1980, online). A partir de 1989 observa-se a capilarização do neoliberalismo que passa a hegemonizar o Estado e com a derrota do Partido dos trabalhadores nas primeiras eleições diretas para Presidente do Brasil pós-ditadura, a bandeira de luta passa a ser o combate ao neoliberalismo.

Após perder as eleições em 1994 e 1998, o Partido dos Trabalhadores vence as eleições para a Presidência em 2002. E, apesar de ter uma história fortemente marcada pelo combate às políticas de ajuste, os primeiros anos do governo de Lula são marcados por políticas contraditórias, que em diversos momentos beneficiaram os mais variados monopólios. Isso revela, mais do que uma "traição" do partido, a influência e o poder

[1] Terapeuta Ocupacional. Especialista em Saúde Mental Coletiva pela UFRGS. Mestranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - aguiar.laurem@gmail.com
[2] Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela PUC/RS, docente da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. maria.bellini@pucrs.br
[3] Assistente Social. Especialista em Saúde Mental pela UFSM. Mestranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul- paulavronsani@gmail.com

exercido pelos empresários e banqueiros no aparato de Estado e na sociedade como um todo.

Todavia, *o boom das commodities* e a manutenção das estruturas de poder já existentes, fez com que as classes dominantes "suportassem" a implementação de políticas de distribuição de renda e de melhoria de vida para a classe trabalhadora, como o aumento real do salário mínimo. Essa "tolerância" diminui drasticamente a partir dos impactos da crise de 2008, quando a burguesia brasileira deixa de obter altas taxas de lucro no mercado internacional e, para compensar, passa a pressionar de maneira mais sistemática por políticas que fizessem crescer a superexploração do trabalho no Brasil, reduzindo direitos e reprimindo a organização social. Este é o plano de fundo que explica o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e a opção das classes dominantes pela candidatura de Jair Bolsonaro, representante da extrema-direita ultra-liberal.

Este artigo trata de analisar a Reforma Psiquiátrica Brasileira a qual vem sendo construída desde a luta pela redemocratização, na década de 1970, se consolida enquanto uma Política Nacional de Saúde Mental e que atualmente vem sofrendo duros ataques através de discursos de criminalização e moralização da vida social.

2. A restauração conservadora

Com a crise política e econômica que se instaura no Brasil, e as disputas por projetos societários distintos, o conservadorismo reacionário ganha espaço – marcado pela ideologia repressiva, pela intolerância às minorias sexuais, pela falsa democracia racial e pela manipulação demagógica do combate à corrupção (LOWI, 2015). Outra das principais características e uma importante tática ideológica, deste conservadorismo, tem sido o enaltecimento do passado vinculado à ditadura militar (1964-1985), apresentado como um momento de prosperidade, marcado pela ordem e pelo progresso.

Um período de transparência, onde o "cidadão de bem" podia trabalhar e prosperar, livre das mazelas da violência social e da corrupção que afeta o Estado. Esta narrativa, evidentemente, está repleta de mentiras e distorções sobre o período marcado por uma dura repressão à organização política, por um grande êxodo rural, pela grilagem de terras indígenas, por escândalos de corrupção, pela censura à imprensa e à arte etc. É possível conjeturar que há uma cegueira intencional, um desinteresse em conhecer a história e portanto a verdade, nega-se evidências, documentos, relatos, depoimentos, pois

o que realmente interessa é o que se quer acreditar, o que corrobora as crenças, valores, preconceitos e sentimentos.

A Política Nacional de Saúde Mental também é atingida por estes discursos que voltam a clamar pelo retorno de hospitais psiquiátricos, formas de contenção medicamentosa já superada e confinamento total, esse movimento contrário a política, precisa ser compreendido por dois motivos principais: 1. o movimento de luta antimanicomial dá seus primeiros passos justamente em um período de ascenso das mobilizações sociais; 2. é necessário levar em consideração a articulação entre a estrutura e o indivíduo para compreender os impactos materiais e subjetivos enfrentados pela população ao longo da história. Em outras palavras: falar sobre o contexto mais geral é imprescindível para compreender a reforma, ainda mais em um cenário onde setores da sociedade defendem abertamente a ditadura militar e colocam em questão as conquistas sociais, entre elas, o direito ao cuidado em liberdade.

Neste sentido, a década de 1970, representa um marco importante para a compreensão da história e dos desafios da Reforma Psiquiátrica. Se antes existiam algumas iniciativas isoladas com objetivo de humanizar o tratamento de pessoas em sofrimento mental, data deste período as primeiras organizações coletivas que irão contestar o modelo asilar predominante, concomitante a luta por outros direitos sociais e pela democracia. Mais especificamente, é no ano de 1978 que será fundado o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), composto por trabalhadores, pacientes e familiares que tiveram a iniciativa de contestar a situação em que se encontravam os "porões da loucura".

O modelo asilar, hegemônico até o processo de reforma, pode ser compreendido como uma forma compulsória de isolamento e controle de todos aqueles que padecem do sofrimento psíquico ou se diferenciam dos padrões de normalidade; bem como de desumanizar e desconsiderar o sujeito desejante, tendo o tratamento medicamentoso como principal via interventiva.

Compreendendo a história em seu dinamismo, vale ressaltar que nem sempre o trato à loucura foi dado dessa forma. Os manicômios, antes da ditadura militar, já faziam parte da realidade brasileira. Contudo, o regime ditatorial marca uma mudança significativa em relação aos manicômios que passam a ser, cada vez mais, uma fonte de lucro, crescendo o número de instituições totais. Esse aumento das instituições manicomiais e de internação relaciona-se diretamente com o processo de privatização da

assistência, levando o governo a contratar leitos e clínicas conveniadas para atender a demanda (SAKAGUCHI; MARCOLAN; 2016).

Qualquer semelhança entre a política ditatorial no que se refere à mercantilização e os tempos em que vivemos hoje não é mera coincidência. A ditadura criou um terreno fértil para a implementação das políticas neoliberais que já se fariam presentes no governo de José Sarney, em 1985 (OLIVEIRA, 2000) e, mais uma vez, na contramão dos interesses do mercado, os movimentos sociais e a organização popular colocaram em aprovação na Constituição de 1988 a criação de um Sistema Único de Saúde (SUS). A aprovação das leis orgânicas da saúde 8.080/1990 e 8.142/1990 representa a profunda mudança no acesso a serviços e nas práticas de saúde que passam a ser regidas de forma mais horizontal, em uma perspectiva ampliada e coletiva que abarca as mais diferentes complexidades em um país de dimensão continental, refletindo diretamente na Reforma Psiquiátrica.

3. Reforma psiquiátrica brasileira: superando barreiras culturais

A partir da década de 1970, os processos da reforma psiquiátrica têm provocado transformações no campo da saúde mental em todo o mundo. Vasconcelos (2016) ao conceituar a reforma psiquiátrica reporta a uma análise, ancorada em outros autores, afirmando que a reforma significa a superação da assistência centrada em instituições fechadas e totais, com procedimentos involuntários, com internações de médio e longo prazo, caracterizada por violações dos direitos humanos fundamentais. O autor afirma que a atenção psicossocial deve ter caráter interdisciplinar, territorial, com serviços abertos e de fácil acesso. Sendo fundamental que o cuidado integre todos os usuários do Sistema Único De Saúde/SUS e seus familiares, além de que, esteja vinculado às políticas sociais públicas universais.

O contexto brasileiro de reforma psiquiátrica constituiu-se no fim da década de 1970, tendo como cenário a ditadura militar o qual "significou para a totalidade da sociedade brasileira, a afirmação de uma tendência de desenvolvimento econômico-social e político que modelou um país novo (BRAVO, 2009, p. 6). O cenário da ditadura militar foi marcado pela degradação da saúde pública, com repressão por parte do Estado frente a assistência prestada para a população.

Em meados dos anos 1980, a percepção da desinstitucionalização – principal alternativa para a desconstrução das práticas manicomiais, visando o cuidado em

liberdade– começa a amadurecer e em 1989 é lançado o projeto de Lei Paulo Delgado (Lei 3657) que "dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória" (BRASIL, 1989, online). O referido projeto constituiu-se pelas exigências do movimento de Reforma Psiquiátrica, tendo como viés a não abertura de novos leitos psiquiátricos e a transferência desse modelo por um descentralizado, de base comunitária. É a partir deste período que a política para a saúde mental, acompanhando as diretrizes em construção da Reforma Psiquiátrica, começa a ganhar contornos mais definidos (BRASIL, 2005).

O processo de luta pela Reforma Psiquiátrica no Brasil, fortemente influenciada pelo movimento de desintitucionalização italiana, na década de 1970, marcou essa ruptura da lógica hospitalocêntrica e medicalizante da Saúde Mental, propondo uma nova relação entre o usuário, o profissional, o serviço e o território. Segundo Bezerra (2007), a reforma psiquiátrica no Brasil deixou de ser uma "proposta alternativa" e consolidou-se como o marco fundamental da política de assistência à saúde mental. Este processo foi marcado pela Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que "dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental" (BRASIL, 2001, online).

Para Pereira e Costa-Rosa (2012, p. 1039), "a Reforma Psiquiátrica não sugeriu um modelo de Atenção à Saúde Mental, apenas ressaltou a necessidade da desinstitucionalização dos sujeitos em longas internações psiquiátricas". Nessa ótica, Vasconcelos *et al* (2002) afirma que a proposta da desinstitucionalização centra-se em uma mudança completa do paradigma de saber em saúde mental, constatando que o hospital psiquiátrico tradicional é definitivamente antiterapêutico, e que a conversão do sistema de cuidado deve partir da substituição do hospital por amplos serviços abertos e comunitários, capazes de assistir o usuário desde a crise aguda e as demandas de cuidado psicológico, até as necessidades mais amplas de caráter social.

É na década de 1990, caracterizada pelo compromisso firmado pelo Brasil na assinatura da Declaração de Caracas– marco das reformas na atenção à saúde mental no continente – e pela realização da II Conferência Nacional de Saúde Mental, que passam a entrar em vigor as primeiras normas federais regulamentando a implantação de serviços de atenção diária, fundadas nas experiências dos primeiros Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), na cidade de São Paulo, em 1987 e dos Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS) e Hospitais-dia, e as primeiras normas para fiscalização e classificação dos hospitais psiquiátricos (BRASIL, 2005).

A criação dos CAPS, enquanto serviço substitutivo aos manicômios traduz o esforço para construir uma nova percepção da loucura e das formas apropriadas e humanas de seu tratamento incluindo as questões subjetivas e concretas do sujeito, o que não era feito antes. O cuidado ao paciente passa a ser sustentado no cotidiano das situações sociais vivenciadas, visando uma ampla compreensão da realidade e o protagonismo do usuário sobre as decisões de seu tratamento e vida.

A Reforma Psiquiátrica constitui-se então, como um processo político de transformação social, que possui conflitos e disputas de interesses. Podemos dizer que esses movimentos foram fundamentais para a construção de uma nova ideia de liberdade e democracia. Sendo que os debates acerca da inclusão e exclusão social estiveram fortemente presentes no processo de implementação da reforma, tendo sido pertinentes para que os direitos sociais tomassem um rumo mais humanitário, com a afirmação da cidadania e solidariedade.

Entendemos que é necessário refletir sobre os avanços do processo da Reforma Psiquiátrica, buscando romper com a lógica da institucionalização e construindo propostas que contemple uma diversidade de estratégias de cuidado, em favor de uma vida digna e um cuidado de qualidade para quem padece de sofrimento psíquico.

4. Conquistas e retrocessos

Após a Constituição Federal de 1988, o Sistema Único De Saúde representou um dos projetos mais avançados que se teve no país. Ele englobou diversas lutas e mobilizações a fim de direcionar as políticas sociais para a responsabilidade do Estado, bem como democratizar as ações em saúde. O movimento de luta antimanicomial, que dá solidez à Reforma Psiquiatra, seguiu a mesma tendência.

A forte mobilização popular nas questões que perpassam a saúde mental foi uma conquista em torno da temática. O movimento da Reforma Psiquiátrica tem se expandido nos mais diversos setores das políticas sociais, não ficando restrito somente na saúde, mas também nas conquistas em meio ao campo jurídico, educacional, cultural e de assistência.

Para Pitta, o avanço mais consistente da Reforma Psiquiátrica brasileira aconteceu nos anos 2000. Segundo a autora:

> Pode-se dizer que o avanço mais consistente da reforma psiquiátrica brasileira acontece nessa década. Um arcabouço normativo importante trata da expansão da rede comunitária e do controle dos hospitais, onde as Portarias 336 e 189 expandem os CAPS e duas portarias, 106 e 1.220, ambas de 2000, instituem os

> "serviços residenciais terapêuticos (SRT)" a fim de viabilizar a reinserção social na comunidade dos moradores de hospitais cronicamente internados. Aliadas às portarias que deram existência institucional aos CAPS e NAPS (336/2001), se constituem em importantes instrumentos normativos da Reforma (Pitta, 2011, pg. 4586).

Avançou-se, também, no que diz respeito ao tratamento de pessoas que fazem o uso abusivo de álcool e drogas, neste sentido, no ano de 2003, foi criada a Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas, onde para além de reconhecer a negligencia do poder público sobre a questão, propõe uma série de dispositivos que passarão a ser ofertados pelo Sistema Único de Saúde.

Em 2011, a Política Nacional de Saúde Mental, aprova a partir da Portaria GM/MS nº 3088/2011, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) que tem como proposta garantir a livre circulação dos usuários, nos diferentes serviços ofertados pela política. Constituem a RAPS, serviços de urgência e emergência, de atenção hospitalar, de atenção domiciliar, bem como de atenção básica, de atenção psicossocial e estratégias de desinstitucionalização e de reabilitação psicossocial.

A vinculação e articulação da saúde mental com a atenção básica, muito em decorrência da sua posição na RAPS, é uma grande conquista, já que proporciona o atendimento aos usuários de modo territorial e comunitário. Os serviços de saúde mental trabalham diretamente com a equipe da atenção básica, e um dos dispositivos de articulação com o território é o Apoio Matricial. Este apoio, tem por função intervir, discutir, capacitar e dar suporte aos profissionais da atenção básica no cuidado à saúde mental, bem como promover a corresponsabilização dos casos a fim de contribuir para a melhoria dos atendimentos (BEZERRA; DIMENSTEIN, 2008).

Outra conquista para a saúde mental a ser destacada é o acesso ao trabalho. O Ministério da Saúde articulou-se com o Ministério do Trabalho e Emprego para viabilizar e efetivar a inclusão de pessoas com transtornos mentais e com dependência química no acesso ao emprego e renda. Esses espaços estão materializados em cooperativas de geração trabalho e renda; Organizações Não Governamentais (ONGs); associações de usuários e familiares; entre outros. Nos estudos de Lussi e Morato (2012) que teve por objetivo identificar o significado do trabalho para os usuários de serviços da saúde mental, foi sinalizado que o trabalho é um instrumento de ressocialização e inclusão social. Além disso, a pesquisa demonstra a inserção no mercado de trabalho como promotora de possibilidades e satisfação pessoal.

Outro avanço foi a Lei nº 10.708/2003 do Ministério da Saúde, que institui o valor de R$240,00 de auxílio-reabilitação para usuários em sofrimento psíquico egressos de internações, além da implementação do Serviço Residencial Terapêutico para aquelas e aqueles que não possuem vínculos familiares e comunitários. O serviço possibilita a construção de autonomia dos sujeitos, tendo a partir da vivência do cotidiano o resgate da identidade e cidadania.

É necessário compreender que a apesar de termos garantido através de lutas e mobilizações leis que asseguram um novo modelo de cuidado à pessoa com transtorno mental, estamos vivenciando retrocessos cotidianos que estão pondo em jogo os direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora. O cenário em tela nos reporta a um avanço neoliberal e conservador firmado em escala mundial.

Entre os pontos de retrocessos estão às constantes investidas pela privatização da saúde, inclusive na saúde mental, com o crescente estímulo e tentativas de regulamentação das comunidades terapêuticas para fins de investimento público e o aumento de internações compulsórias.

Em reportagem da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (2013), Amarante relata que há uma distorção da proposta original das comunidades terapêuticas da Inglaterra pós-guerra, que tinham um viés humanitário de tratamento e cuidado de pacientes crônicos. Para o mesmo as comunidades terapêuticas não deveriam ser em locais fechados, expostos a violência, onde os usuários não têm direitos, ou seja, o completo oposto do que essas comunidades apresentam. O autor coloca ainda, que essas comunidades não são serviços de saúde, e sim, serviços religiosos com fins lucrativos.

Delgado (2015) aponta a fragilidade da articulação da saúde mental com a atenção básica e a ausência de estratégias claras para o enfrentamento da vulnerabilidade social, não só no que tange a questão das drogas, mas também no que diz respeito a violência e ao desamparo social. Vale aqui destacar a dificuldade de formação, capacitação e educação permanente qualificada para os trabalhadores da RAPS e do Sistema Único De Saúde/SUS, além dos limites estruturais para a pesquisa no campo psicossocial.

Outro ponto a ser destacado é como as terceirizações e a precarização do trabalho têm fragilizado os vínculos trabalhistas e prejudicado o cotidiano de trabalho dos profissionais da saúde mental. A falta de estrutura física, recursos humanos e materiais, a dificuldade de materialização das políticas públicas e o baixo investimentos na saúde mental, implica diretamente nas práticas e intervenções profissionais.

Após dezessete anos da implementação da Política Nacional de Saúde Mental, vive-se um período de grandes desafios para a consolidação da reforma. Além das limitações já existentes, o atual momento histórico, é marcado pela crise do capitalismo que se configura como um fator estrutural que desmontam as políticas sociais nos seus objetivos.

Neste momento político o Brasil vivencia somada a crise econômica uma cegueira seletiva e intencional em relação a conquistas históricas principalmente aquelas que envolvem as populações vulneráveis. Os discursos da equipe do atual presidente, e que são acolhidos por parte da população sem reflexão, banalizam o regime de escravidão vivido por mais de 300 anos no Brasil e seus impactos na vida da população negra, ridicularizam as populações indígenas, desqualificam as mulheres, e fazem piada sobre violências como o estupro. No que se refere às pessoas com transtorno mental os discursos reforçam estigmas e reeditam para o tratamento em saúde mental a mesma lógica do sistema prisional sem investir na recuperação, no tratamento na saúde, apenas reiterando a perspectiva policial e/ou judicial da contenção, encarceramento, isolamento.

Estes discursos movem paixões e são acolhidos negando aos usuários a sua humanidade e direito de exercer cidadania. Reforçam a cultura da exclusão, da seleção, da meritocracia, que nunca se dissolveu por completo e que atualmente endossam o retrocesso e desmonte das políticas públicas. Opor-se ao neoliberalismo e ao conservadorismo reacionário que lucra às custas do dinheiro público e do sofrimento humano é buscar uma sociedade igualitária e verdadeiramente livre, onde as diferenças sejam respeitadas e a vida tenha mais valor do que o dinheiro.

Como nos cantos do movimento de luta antimanicomial: Saúde não se vende, loucura não se prende!

5. Referências

BEZERRA, E.; DIMENSTEIN, M. Os CAPS e o trabalho em rede: tecendo o apoio matricial na atenção básica. **Psicol. cienc. prof,** v. 28, n. 3, p. 632-645, set. 2008.

BEZERRA, JR. B. Desafios da reforma psiquiátrica no Brasil. **Physis**. Revista Saúde Coletiva, v. 2, n. 17, 2007.

BRAVO, M.I. Política de Saúde no Brasil. In: MOTA, A. E. ET al. (org.) **Serviço Social e saúde:** formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. **Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas.** OPAS. Brasília, novembro de 2005.

_____. Câmera dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3.657**, de 1989.

_____. **Lei nº 10.216**, 6 de abril de 2001.

EPSJV/FIOCRUZ (2013). **Avanços e retrocessos na luta antimanicomial.** Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/avancos-e-retrocessos-na-luta-antimanicomial> acesso em 15/01/2019.

DELGADO, P.G; Limites para a inovação e pesquisa na reforma psiquiátrica. **Physis** vol.25 no.1 Rio de Janeiro Jan./Mar. 2015

LOWI, M. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015.

LUSSI, I.A de O; MORATO, G.G. O significado do trabalho para usuários de serviços de saúde mental inseridos em projetos de geração de renda vinculados ou não ao movimento da economia solidária.**Cad. Ter. Ocup**. UFSCar, São Carlos, v. 20, n. 3, p. 369-380, 2012.

PEREIRA, E. C; COSTA-ROSA, A. Problematizando a Reforma Psiquiátrica na Atualidade: a saúde mental como campo da práxis**. Saúde Soc**. São Paulo, v.21, n.4, 2012.

VASCONCELOS, E. M. et al. (org). **Saúde mental e serviço social:** o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VASCONCELOS, E. M. **Reforma Psiquiátrica, tempos sombrios e resistência:** diálogos com o marxismo e o Serviço Social. 1.ed. Campinas: Papel Social, 2016.

OLIVEIRA, F. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático**.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000 p. 24-28.

PITTA, A. Um balanço da Reforma Psiquiátrica Brasileira: Instituições, atores e política. In: **Ciências e Saúde Coletiva,** 16 (12): pp.4579-4589, 2011.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Manifesto de fundação. 1980**. Disponível em: http://www.pt.org.br/manifesto-de-fundacao-do-partido-dos-trabalhadores/ Acesso em 15/01/2019

SAKAGUCHI, D. S; MARCOLAN, J. F. A história desvelada no Juquery: assistência psiquiátrica intramuros na ditadura cívico-militar. **Acta paul. enferm.**. 2016.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA E SERVIÇOS PENAIS

OS VISITANTES COMO SUJEITOS NAS PESQUISAS PENITENCIÁRIAS: levantamento bibliográfico preliminar

Karen da Cunha Lessa[1]

1. Introdução

A realidade prisional é complexa, essa pode ser uma síntese despretensiosa do que a produção acadêmica sobre o tema sugere. Mediante um levantamento bibliográfico preliminar, realizado no âmbito da literatura voltada ao estudo dos atores que permeiam a questão penitenciária, identificou-se a emergência e a relevância de pesquisas voltadas ao estudo do sistema prisional por meio da perspectiva dos indivíduos visitantes de encarcerados.

Propostas de estudos direcionadas a este grupo de pessoas permitem contribuir para o aprofundamento da complexa questão a respeito dos efeitos do cárcere, observando suas implicações para além de suas muralhas.

Nesse aspecto, inicialmente deve-se compreender a concepção adotada neste trabalho para o vocábulo "visitantes" no contexto prisional. Na ausência de uma definição conceitual específica para o termo, é possível socorrer-se da leitura do art. 41, inciso X, da Lei de Execução Penal, Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984, que dispõe como direito da pessoa presa o recebimento de "visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados" (BRASIL, 1984).

Partindo da normatização citada, verifica-se quais são as pessoas autorizadas por lei a ingressarem no estabelecimento prisional para o contato com o sujeito recluso nos dias de visitas, que variam de acordo com cada unidade prisional.

No Rio Grande do Sul, diante da necessidade de regulamentação do grande número de pessoas que ingressavam nas prisões para visitação, foi instituído por meio da Portaria nº 160/2014 do Gabinete Superior da Superintendência dos Serviços Penitenciários[2] (SUSEPE) o Regulamento Geral para Ingresso de visitas e materiais em

[1]Mestranda em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas. E-mail: karenlessa@outlook.com

[2] A Superintendência dos Serviços Penitenciários é o órgão estadual responsável pela execução administrativa das penas privativas de liberdade e das medidas de segurança.

estabelecimentos prisionais, que em seu item 3 estabelece grupos de pessoas autorizadas a realizar visitas:

> 3. Os visitantes de estabelecimentos prisionais são divididos nos seguintes grupos, considerando grau de parentesco e afinidade com o preso, segundo critérios de segurança:
> 3.1. Grupo I: pai, mãe, cônjuge ou companheiro(a), filhos e irmãos, desde que todos sejam maiores de 18 anos;
> 3.2. Grupo II: filhos(as) e irmãos, bem como crianças e adolescentes sob responsabilidade legal (devidamente comprovada) de zero a dezessete (17) anos;
> 3.3. Grupo III: demais parentes (que não pertencem aos Grupos I e II) e amigos, todos maiores de 18 anos; e demais visitantes de zero a dezessete (17) anos, desde que apresentem autorização judicial. (SUSEPE, 2014)

Conquanto não conceituem o termo visitante, os dispositivos citados mostram-se relevantes para a compreensão dos sujeitos a quem é permitido o acesso ao espaço interior das prisões.

Nesse aspecto, verifica-se que as visitas são constituídas basicamente por pessoas que compõem os arranjos familiares do sujeito recluso. Essa realidade retrata uma faceta instigante do sistema prisional, demonstrando que pessoas libertas também se encontram vinculadas às questões e normatizações advindas do cárcere, passando por processos de classificação discursiva (com efeitos práticos na dinâmica das visitas) desde uma perspectiva institucional.

Nesta interligação com a prisão, Maria Palma Wolff afirma que:

> A família aparece como um elemento significativo no processo de penalização e de execução penal [...] Repercute no cumprimento da pena, pois sua presença representa a manutenção de vínculos sociais e é um recurso frente às limitações materiais, administrativas e jurídicas existentes na prisão (WOLF, 2005, p. 34).

Nesse sentido, partindo-se da adoção do tema visitante como objeto de pesquisa, a realização de um levantamento bibliográfico a respeito desta temática dentro das pesquisas prisionais é o primeiro passo para compreensão do estado da arte acerca do assunto e sua relevância acadêmica.

2. O (complexo) fenômeno prisional como objeto de estudo

O fenômeno prisional não é um raro objeto de estudo de pesquisas acadêmicas. No entanto, a partir de um levantamento bibliográfico parcial realizado (TOMPHSON,

2002; FOUCAULT, 1987; ADORNO, 1991; RAMALHO, 2008), verificou-se que em grande parte dos estudos propostos estabeleceu-se um recorte para observar elementos que dizem respeito à figura do preso, sob os aspectos do cumprimento da pena, administração prisional, vigilância, punição e criminalidade.

As obras consultadas não se propunham a extrapolar sua abordagem para além da investigação das dinâmicas prisionais intrínsecas ao sujeito recluso e os desafios penitenciários diante do crescimento da população encarcerada.

Nessa perspectiva, o sujeito pesquisado, via de regra, seria aquele destinatário primário das políticas prisionais. No entanto, mais recentemente vem sendo assumida a necessidade de pensar a questão penitenciária para além das fronteiras da prisão, reconhecendo o sistema prisional como uma configuração mais ampla (CHIES, 2014).

Neste mesmo sentido, relevante consideração foi apresentada por Adorno e Dias (2013), autores que evidenciam a necessidade de reformulação do modelo teórico que considera a prisão enquanto ambiente fechado e cujas barreiras são intransponíveis. Sob esta perspectiva, não seria mais possível negligenciar a complexidade das relações que compõem a situação de encarceramento.

A partir desta conjuntura que reconhece que a prisão não pode ser entendida apenas a partir de um olhar estreitado aos seus limites físicos, torna-se perceptível a necessidade de abarcar nos estudos voltados à questão prisional as relações tecidas com o entorno social, panorama entendido por Chies (2014, p. 39) como:

> [...] uma representação da visibilidade contemporânea das tessituras complexas que acompanham as instituições de sequestro punitivo desde sempre, mas que agora se hipertrofiam a ponto de não mais poderem ser negligenciadas.

Contudo, na busca por ampliar o olhar da questão penitenciária para as implicações a elas trazidas pelos familiares de presos, identificou-se uma escassa produção da literatura a respeito dos papeis desempenhados pelos/as visitantes no contexto das prisões. As obras verificadas nesse âmbito apresentam como principal vertente a análise de enfoques específicos e bem delimitados acerca de sujeitos libertos envolvidos nas dinâmicas prisionais, a exemplo dos trabalhos que discorrem sobre os/as companheiros/as de sujeitos privados de sua liberdade.

Neste âmbito, destacam-se as produções bibliográficas sobre os vínculos conjugais e familiares vivenciados na prisão (COMFORT, 2008), a respeito das

cônjuges/companheiras de homens privados de sua liberdade (LIMA, 2013), dos relacionamentos sexuais e afetivos em determinadas penitenciárias femininas (PADOVANI, 2015) ou masculinas (BASSANI, 2016), até as dinâmicas organizacionais operadas por Estado e famílias na administração de conflitos das prisões (SANTOS, 2017).

Deste modo, vislumbra-se atualmente que vem sendo empreendidos maiores esforços para desvendar a complexidade apresentada pelo sistema prisional. Reconhece-se a existência de diversos outros atores que fazem parte da conjuntura representada pela prisão, com ela interagem e por ela são influenciados.

3. Os visitantes como sujeitos das pesquisas prisionais

O contexto social em que se insere o aprisionamento vem conquistando novas feições na atualidade. Diante da complexidade da questão penitenciária tem-se pensado suas dinâmicas para além dos muros que divisam as prisões do restante da sociedade, tendo em vista que os papeis desempenhados pelos atores que nela se inserem foram adquirindo diferentes aspectos, intensificando-se e tornando permeáveis as fronteiras do cárcere (SANTOS, 2017).

Neste sentido, as prisões não poderiam mais ser traçadas como instituições fechadas e isoladas em seu próprio contexto, e sim institutos em trocas contínuas com o restante da sociedade, transpondo seus limites físicos (GODOI, 2010). A partir destes entendimentos, torna-se inegável que os familiares de pessoas presas se encontram abarcados pelo fenômeno de extensão das fronteiras do cárcere, pois, embora não sejam os destinatários primários das políticas penitenciárias, estas acabam por intervir em suas práticas cotidianas.

A partir desta construção epistemológica, desenha-se a linearidade com que os processos de criminalização direcionados à população prisional prolongam-se às suas famílias (SANTOS, 2017). Na prática, a pena transcende da figura do condenado, a prisão é meio de segregação do sujeito criminoso e de vinculação do/a parente que o acompanha.

Para a compreensão deste fenômeno, Megan Comfort (2008) utiliza-se do conceito de “aprisionamento secundário”, por meio do qual verifica que as experiências do cárcere superam os limites das prisões e acabam por afetar a vida dos sujeitos que com elas se relacionam. Dialogando com a categoria construída por Comfort, pode-se buscar na noção de transcendência da pena uma explicação para este prolongamento.

Para Roig (2018), a revista íntima vexatória caracterizar-se-ia como um dos principais efeitos da transcendência da pena aos/às visitantes, com a exposição destes sujeitos a situações de nudez, total ou parcial, e colocação em posições constrangedoras.

Ainda, encontra-se na literatura outra questão relevante apresentada como uma das principais facetas na relação entre visitante e estrutura estatal, que acaba por permear a estreita ligação mantida por eles com o cárcere. Os/as visitantes são sujeitos úteis à prisão, na medida que suprem necessidades materiais do familiar recluso (SANTOS, 2017), com relação aos insumos necessários para manter-se durante o comumente longo período de segregação.

Considerando o cenário de superlotação da grande maioria das penitenciárias em um nível nacional, cresce a necessidade do suporte familiar para que não faltem objetos cotidianos básicos, criando-se desta forma um processo de transferência de responsabilidades ao/à visitante.

É neste aspecto que o preso que recebe visitas, encontra respaldo para enfrentar as agruras do cárcere (GODOI, 2010). O apoio familiar surge como elemento indispensável para a sobrevivência material do recluso. Porém, mais que isso, o recebimento de visitas é uma importante fonte de afeto e simboliza a manutenção dos vínculos, assim como das redes externas mantidas antes da prisão.

Diante desse contexto, os referenciais utilizados a respeito da temática mostram-se uníssonos em apresentar a estreita ligação entre o cárcere e pessoas libertas, familiares, cônjuges ou companheiros de pessoas reclusas. Evidenciam, também, a ampla gama de contextos, redes e relações que podem figurar como elementos centrais nas pesquisas acadêmicas.

No entanto, o referencial sobre o tema ainda é escasso. De acordo com pesquisa realizada na plataforma Catálogo de Teses e Dissertações da Capes utilizando-se os termos “visitantes” juntamente ao vocábulo “presos”, no período de 2013 a 2018, foram encontrados 145 resultados nas áreas de avaliação serviço social, direito e antropologia. Deste total, apenas 07 trabalhos têm por objetivo abordar as relações entre visitantes e as pessoas presas e/ou sistema prisional.

Destaca-se que o número de produções por ano apresentou um alto índice no ano de 2017, com o total de 03 trabalhos, compreendidos em sua integralidade por dissertações de mestrado. Entre os demais anos abarcados pela pesquisa, foram registradas uma publicação por ano, à exceção de 2014, quando nenhum trabalho relacionado à visitantes foi localizado no banco de teses e dissertações.

Outro dado relevante refere-se ao número de dissertações de mestrado entre os resultados, representando 06 dos 07 trabalhos localizados no banco de dados. Assim, da forma em que realizada a pesquisa no banco de teses e dissertações, o principal resultado extraído da pesquisa pode ser considerado como uma baixa produção da academia quanto aos visitantes e suas relações com o sistema prisional.

Desta forma, verifica-se que a relação entre prisão e visitantes é um tema relevante de acordo com o referencial utilizado neste estudo, entendido como uma nova faceta a ser observada nas pesquisas prisionais. Contudo, após os dados apresentados torna-se viável dizer que há presença de uma lacuna bibliográfica nesse sentido, suprida por publicações esparsas e delimitadas a relações específicas, que demandam a atenção da comunidade acadêmica para a temática ainda incipiente, mas necessária para a compreensão de fenômenos sociais contemporâneos.

4. Considerações Finais

A produção acadêmica e literária concernente à prisão e o sistema prisional como um todo é vasta e rica de contribuições teóricas sobre o tema. No entanto, até mais recentemente, apresentavam-se pequenas incursões por parte da comunidade acadêmica com relações externas aos limites da prisão, havendo um enfoque maior nas questões próprias ao ambiente prisional: presos e estrutura penitenciária.

Atualmente as produções vem incorporando essa preocupação, passando a enxergar outras dinâmicas e sujeitos afetos à prisão. Como foi visto, os trabalhos que se propõem a pensar questões referentes aos visitantes de pessoas segregadas ainda são escassos, mas vem crescendo nos últimos anos.

Verificou-se, assim, a existência de lacunas bibliográficas a respeito das relações tecidas pelos visitantes no âmbito das prisões, ficando as abordagens encontradas e utilizadas neste trabalho limitadas à análise de sujeitos específicos, como é o caso dos estudos sobre os/as companheiros/as de sujeitos privados de liberdade.

A partir dos dados apresentados, verifica-se a necessidade de construção teórica voltada a uma perspectiva mais abrangente acerca da ampla gama de indivíduos afetados e envoltos nas dinâmicas do cárcere. Nesse sentido, mostra-se relevante dirigir o olhar acadêmico também para a compreensão das relações dos visitantes com os diferentes atores que conformam a realidade penitenciária.

5. Referências

ADORNO, Sérgio. **A prisão sob a ótica de seus protagonistas**: itinerário de uma pesquisa. Tempo social, Rev. Sociol. USP, São Paulo, v. 3, n. 1-2, p. 7-40, 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701991000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 out. 2019.

ADORNO, Sérgio; DIAS, Camila Nunes. **Articulação entre o mundo interno e externo às instituições prisionais**: questões para a construção de um novo paradigma no domínio da sociologia das prisões. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37.,2013, Águas de Lindóia. Anais...São Paulo, 2013. Disponível em: http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/37-encontro-anual-da-anpocs/st/st28/8587-articulacao-entre-o-mundo-interno-e-externo-as-instituicoes-prisionais-questoes-para-a-construcao-de-um-novo-paradigma-no-dominio-da-sociologia-das-prisões. Acesso em: 11 out. 2019.

BASSANI, Fernanda. **Visita íntima**: sexo, crime e negócios nas prisões. Porto Alegre: Editora Bestiário, 2016.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 jul. 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm. Acesso em: 10 out. 2019.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. **Questão Penitenciária**: obstáculos epistemológicos e complexidade. Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD, Curitiba, v. 35, n. 126, jun. 2014. Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/697. Acesso em: 20 out. 2019.

COMFORT, Megan. **Doing time together**: Love and family in the shadow of the prison. Chicago: The University of Chicago Press. 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

GODOI, Rafael. **Ao redor e através da prisão**: cartografia do dispositivo carcerário contemporâneo. Dissertação (Mestrado em Sociologia) pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2010.203f.

LIMA, Jacqueline Stefanny Ferraz. 2013. **Mulher Fiel**: As famílias das mulheres dos presos relacionados ao Primeiro Comando da Capital. Dissertação (Mestrado), Centro de Educação e Ciência, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar, 2013.164 p.

PADOVANI, Natália Corazza. **SOBRE CASOS E CASAMENTOS**: Afetos e "amores" através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2015. 368 p.

RAMALHO, José Ricardo. **Mundo do crime**: a ordem pelo avesso. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. ISBN: 978-85-9966-226-7. Disponível em: http://books.scielo.org/id/4dp27. Acesso em: 11 out. 2019.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Execução Penal**: teoria e crítica. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

SANTOS, Taysa Silva. **Comando entre cadeias**: do estado, dos frentes e das famílias. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras, 2017. Cachoeira, 2017. 124f.

SUSEPE, Superintendência dos Serviços Penitenciários. **Portaria nº. 160/2014**, de 29 de dezembro de 2014. Governo do Estado: Rio Grande do Sul. 29 dez. 2014. Disponível em: http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1461590367_Portaria%20de%20Visitas%20SUSEPE%202014%20V13.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária**. 5. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

WOLFF, Maria Palma. **Antologia de vidas e histórias na prisão**: Emergência e Injunção de controle social. Rio de Janeiro: Lúmem Juris, 2005.

AGENTES PENITENCIÁRIAS: mulheres no universo masculino dos presídios da 5ª Região Penitenciária

Marina Nogueira Madruga[1]

1. Introdução

As agentes penitenciárias, atuantes no intramuros das prisões, são deixadas de lado quanto aos temas e estudos sobre cárcere no Brasil. O que se tem de bibliografia são pesquisas referentes as condições estruturais, deficientes e insalubres do cárcere e/ou sobre os presos.

Em vista disso, o presente trabalho (projeto de pesquisa), tem por objetivo buscar a verificação de quais as implicações do ambiente e das dinâmicas carcerárias às mulheres agentes penitenciárias que atuam nos estabelecimentos prisionais da 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul (localizados nos municípios de Camaquã, Canguçu, Jaguarão, Pelotas, Rio Grande e Santa Vitória do Palmar).

Portanto, o trabalho, além da introdução e considerações finais, estrutura-se a partir de um esboço do projeto de pesquisa, que apresenta breve problematização, justificativa, objetivos, metodologia e referencial teórico, já capaz de atestar como resultados preliminares a ausência de conhecimento por parte das ciências sociais e criminológicas em relação a essas profissionais mulheres que atuam nos presídios.

Salienta-se que a pesquisa em andamento não pretende esgotar o assunto, e sim "jogar luz" sobre ele, justificando, portanto, a necessidade da criação de uma agenda de pesquisa e de políticas que incluam o gênero no debate da questão penitenciária, a fim de que sejam visíveis as sobrecargas a que são submetidas estas servidoras penitenciárias.

2. Os traços da pesquisa

A profissão de agente penitenciário é marcada por vulnerabilidades, estereótipos negativos e estigmas, além de ser dotada de invisibilização social. Esse cenário é agravado quando se tem a dimensão de gênero por detrás, esquecida no âmbito acadêmico.

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas – UCPel, bolsista da CAPES. E-mail: marina_mad@hotmail.com

Nesse sentido, observa-se pela representação do agente nas mídias:

> O agente carcerário possui uma imagem comumente negativa. É o que se vê, por exemplo, nos meios de comunicação, como as novelas televisionadas, que, representam o agente como alguém rude, apto a se corromper. De fato, trabalhar nesse sistema é uma tarefa árdua que não exige apenas o comprometimento e dedicação necessária de uma profissão comum, mas também a disposição para enfrentar as dificuldades de uma ocupação arriscada e estressante. (VASQUES, BIANCHI, 2017, p. 1).

Luiz Claudio Lourenço demonstra em seu estudo sobre agentes penitenciários da região de Belo Horizonte, que "61,2%" dos sujeitos pesquisados na região foram vítimas de discriminação (LOURENÇO, 2010, p. 26). Ana Claudia Braun, em pesquisa da área da psicologia com o objetivo geral de investigar a Síndrome de Burnout e variáveis associadas em agentes penitenciários, apresentou um apontamento para associação positiva da exaustão emocional e desilusão pelo trabalho com tempo de serviço, bem como a dimensão de despersonalização (BRAUN, 2016).

Marcos Pereira dos Santos e João Carlos Pereira dos Santos buscaram investigar a qualidade de vida no ambiente de trabalho dos agentes penitenciários em Ponta Grossa, Paraná, destacando:

> [...] acerca do aspecto saúde física e mental, 45 (63,38%) dos agentes penitenciários investigados responderam que este fator tem grande interferência no trabalho por eles desenvolvido, 16 (22,53%) que o mesmo interfere consideravelmente, 08 (11,27%) que não interfere e 02 (2,82%) que têm pouca ou quase nenhuma interferência. (SANTOS, SANTOS, 2011, p. 35).

Ainda apontam que:

> Convém salientar que o fator saúde física e mental no contexto de trabalho dentro de uma unidade penitenciária é, na verdade, uma via de mão dupla, isto é: ao mesmo tempo em que a saúde física e mental interfere no trabalho dos agentes penitenciários na unidade prisional, o trabalho por eles desenvolvido também influencia de maneira substancial a qualidade da saúde física e mental a ser apresentada pelos mesmos. (SANTOS, SANTOS, 2011, p. 35).

Quanto ao gênero a atual pesquisa, do ano de 2019, observou a qualidade de vida dos agentes penitenciários no Mato Grosso e a hipótese "O gênero é um indicativo relevante no modo como fatores e indicadores afetam a QVT" (MASSUIA, 2019, p. 233) foi aceita. A pesquisadora apresenta as seguintes considerações:

> [...] pois como se observou nas análises comparativas (p. 116 a 126) as amostras masculinas e femininas tendem a emitir percepções diferentes sobre o modo como o trabalho as afeta e consequentemente a perceber diferentemente sua QVT. O principal motivo elencado para essa diferença de

> percepção são as implicações sofridas pelas APs femininas em exercerem suas atividades laborais num ambiente com predominância masculina e por ser a profissão do AP, uma função considerada masculina. Desse modo, embora atualmente as APs femininas já ocupem 32% do contingente de APs do Mato Grosso, elas ainda são a minoria e sofrem as vicissitudes de o serem, num ambiente que considera o homem "diferentemente". (MASSUIA, 2019, p. 233).

Ao aprofundar os estudos da configuração dos agentes penitenciários e reparar o silêncio no que tange a estudos sobre agentes penitenciárias mulheres, surge o embrião do projeto de pesquisa, a partir da premissa que o os estabelecimentos prisionais, mesmo quando encarceram mulheres, são configurações masculinas e masculinizantes, pois nota-se "[...] a reprodução dos estereótipos de sexo masculino modula a alocação de tarefas e o comportamento desejado para homens e mulheres" (COLARES, CHIES, 2010, p. 412). Nesse sentido masculinizante

> Os presídios possuem uma ordem masculinizante, [...] em virtude a priori de o homem possuir o lugar central como medida de todas as relações. [...] de uma concepção derivada da atribuição da racionalidade e da noção de completude do corpo masculino que se orienta para conter a natureza imperfeita da mulher colocada na carnalidade e na emoção. Sendo a mulher vista como um ser inacabado, sua existência só pode se completar através de outro, ou como expressa Romano, "o homem é em si e para si e a mulher é para o outro". (COLARES; CHIES, 2010, p. 409).

Segundo Colares e Chies

> O peso da diferença recai sobre as mulheres. Afinal, a prisão é um espaço masculino [...]. A prisão é masculina não simplesmente por ter a presença de um número pequeno de encarceradas diante de uma massa carcerária composta por homens, mas porque a 'medida de todas as coisas' é o corpo masculino; um corpo que, mesmo em condições de confinamento em um presídio, possui mais poder: o poder de se deslocar. Circular no ambiente prisional, fazer uso de suas capacidades, [...] poder interagir mais, sentir-se menos aprisionado. (COLARES, CHIES, 2010, p. 411).

Logo, indagar-se-á: Quais as implicações dos ambientes e dinâmicas prisionais para mulheres que atuam como agentes penitenciárias na 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul?

A pesquisa é justificada pela ausência de produção de conhecimento por parte das ciências sociais e da área penal acerca das Agentes Penitenciárias em sua relação com as configurações prisionais. Ainda, por ser a segunda profissão mais perigosa do mundo e vir sendo exercida por mulheres, esta presença nos espaços prisionais demanda a produção de investigação e compreensão das implicações da ocupação.

Ainda, destaca-se que "A Resolução nº 9, de 2009, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) recomenda a proporção de 1 agente para cada

5 pessoas presas como padrão razoável para a garantia da segurança física e patrimonial nas unidades prisionais" (INFOPEN, 2017). Em um dos presídios pesquisados, Presídio Regional de Pelotas, o quadro de servidores da categoria de Agentes Penitenciários – responsáveis pelos serviços de vigilância, custódia e guarda da população encarcerada – é de 77 pessoas, número esse apresenta proporção de 13,4 presos por agente (CHIES, 2019), com baixo efetivo de agentes penitenciárias mulheres (16%).

No delinear da pesquisa surgem os objetivos geral (Compreender quais as implicações dos ambientes e dinâmicas prisionais para mulheres que atuam como agentes penitenciárias na 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul) e específicos a serem alcançados: a) Verificar eventuais sobrecargas invisibilizadas a que são submetidas estas agentes sobretudo e inclusive por parte dos gestores públicos do sistema prisional e das respectivas políticas. b) Averiguar acerca da existência, no estado, de políticas e/ou ações que tratem dessas implicações, desencadeadas a partir do órgão de gestão penitenciária (SUSEPE). c) Analisar os efeitos da profissão na vida extramuros dessas mulheres. d) Verificar como essas mulheres lidam com a diferenciação e se desenvolvem estratégias próprias para enfrentar esse contexto de assimetrias na profissão.

3. Notas metodológicas

A pesquisa irá investigar as implicações do ambiente e da dinâmica carcerária as mulheres agentes penitenciárias que atuam nos estabelecimentos prisionais da 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul, por meio de um estudo de caso. Isso pois, conforme Antônio Carlos Gil, o estudo de caso tem diferentes propósitos. Para a presente pesquisa, os propósitos são: explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos e/ou explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos ou experimentos (GIL, 2008).

O caráter da pesquisa será qualitativo, pois seu objetivo é que a referida abordagem não se cerca do somatório de dados de uma pesquisa, sendo que a unidade de significação é construída pela lógica própria de um grupo, ou pelas múltiplas lógicas (MINAYO, 2014).

Segundo Maria Cecília Minayo

> A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser

> quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2014, p. 18)

O campo de pesquisa se concentra em cinco presídios: Penitenciária Estadual de Rio Grande; Presídio Estadual de Camaquã; Presídio Estadual de Canguçu; Presídio Estadual de Jaguarão; Presídio Estadual de Santa Vitória do Palmar e Presídio Regional de Pelotas, que compõe a 5ª Região Penitenciária. Para alcançar o objetivo da pesquisa, o instrumento para coleta de dados selecionado foi a entrevista semiestruturada por meio de roteiros, com as agentes penitenciárias que trabalham nos locais acima mencionados, bem como, com os servidores que atuam na gestão das instituições carcerárias.

A entrevista é "[...] técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação" (GIL, 2008, p. 117). Será aplicada na modalidade semiestruturada, pois, "[...] aproxima-se mais de uma conversação (diálogo), focada em determinados assuntos, do que de uma entrevista formal" (RICHARDSON, 2017). Para esse tipo de entrevista, o pesquisador poderá utilizar-se de um roteiro ou guia, a fim de manter o foco o objeto pesquisado, sem implicar na perda de sua flexibilidade (MINAYO, 2014), evitando sempre, perguntas dirigidas.

Também realizar com algumas agentes penitenciárias grupo focal, conforme possibilidades que o campo ofertar, objetivando identificar percepções, sentimentos, atitudes das participantes a respeito de um determinado tema.

4. Resultados preliminares

É possível atestar a carência de produção de conhecimento por parte das ciências sociais e da área penal acerca das Agentes Penitenciárias em sua relação com as configurações prisionais.

Numa busca exploratória para fins de mapeamento do estado da arte em relação ao tema foi acessado o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Realizando busca pelo termo "agentes penitenciárias", os resultados foram 12 pesquisas, sendo 10 dissertações e 2 teses.

Destas, apenas três dissertações tratam exclusivamente do sujeito agente penitenciária, sendo as demais pesquisas tangenciais a presas ou a penitenciárias

femininas. As dissertações que atentam-se às agentes penitenciárias são atuais (2014, 2016 e 2017), das áreas de Direitos Humanos e Políticas Públicas, Direito e Psicologia: "Análise dos cursos preparatórios para agentes de segurança penitenciárias femininas e sua relação com a formação em Direitos Humanos"; "O estudo "Efeitos do cárcere: o mundo prisional vivido pelas agentes penitenciárias" e "Síndrome de Burnout: análise dos fatores de risco no trabalho das agentes penitenciárias nas unidades prisionais femininas no estado do Rio Grande do Norte".

Por meio do estado da arte de teses e dissertações é possível observar a insuficiência de produção acadêmica que atentem ao gênero dos APs nos estudos sobre a instituição de controle prisão.

Em continuidade, a título de esboço exploratório do estado da arte sobre "agentes penitenciários" para fins de mapeamento em relação ao tema foi acessado o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Realizando busca pelo termo "agentes penitenciários", os resultados foram 60 dissertações e 25 teses. Dessas, conforme área de conhecimento, tem-se: Psicologia; Educação; Sociologia; Sociais e Humanidades e outras, de caráter interdisciplinar.

Observou-se que esses trabalhos não se preocuparam com a dimensão de gênero. Ainda, possível destacar que o próprio conhecimento científico reproduz essas hierarquias de gênero na profissão, pois são os homens agentes penitenciários os portadores do discurso, ou a categoria é tratada como um todo, como se não houvesse assimetrias em relação a profissão exercida por mulheres e por homens no ambiente prisional.

5. Considerações finais

A presente pesquisa (em andamento) pretende trazer a questão de gênero em relação ao espaço (prisão) e sujeitos (agentes penitenciárias), os quais são pouco explorados. Será um estudo de caso sobre a realidade das mulheres agentes penitenciárias das prisões da 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul, pesquisa qualitativa, cujo instrumento escolhido para obtenção dos dados é a entrevista semiestruturada, que objetiva compreender quais as implicações dos ambientes e dinâmicas prisionais para essas servidoras.

A produção de conhecimento acerca das Agentes Penitenciárias em sua relação com as configurações do cárcere é microscópico, verificando-se uma invisibilidade das

sobrecargas a que são submetidas estas servidoras penitenciárias sobretudo sob a perspectiva das ciências sociais e criminológicas. Os poucos estudos que tratam de agentes penitenciárias não aprofundam as assimetrias de gênero em relação a profissão. Todavia, alertam sobre a desvalorização, estigmatização e doenças provenientes da profissão.

A guisa de conclusão, identificou-se a necessidade da abordagem de gênero como pauta de enfrentamento da questão penitenciária, analisando as sobrecargas de relações assimétricas de gênero na profissão de agente penitenciária.

6. Referências

BIANCHI, Fernando Moreira Dardaqui; VASQUES, Patrícia. **Mulheres no cárcere: as peculiaridades das agentes prisionais femininas.** Cadernos de Iniciação Científica, S. B. do Campo, n.14, 2017. Disponível em: <https://revistas.direitosbc.br/index.php/CIC/article/view/844> Acesso em 08 Jan. 2020

BRAUN. Ana Claudia. **Síndrome de Burnout em agentes penitenciários:** Uma revisão sistemática sob a perspectiva de gênero. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/29165/20636> Acesso em 06 Jan. 2020

CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações.** Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/> Acesso em: 06 Out. 2019

CHIES. Luiz Antônio Bogo. BOLETIM TÉCNICO 005/2019. **Agentes Penitenciários no PRP: quadro abaixo do recomendado e insegurança.** Disponível em: <http://gitep.ucpel.edu.br/wp-content/uploads/2019/09/Boletim-Tecnico-Observatorio-2019005-Agentes-Penitenci%C3%A1rios-no-PRP.pdf> Acesso em: 06 Out. 2019

COLARES, Leni Beatriz Correia. CHIES, Luiz Antônio Bogo. **Mulheres nas so(m)bras: invisibilidade, reciclagem e dominação viril em presídios masculinamente mistos.** Estudos Feministas, Florianópolis, 18(2): 352, maio-agosto/2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2010000200007> Acesso em: 08 de Out. 2019

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008

INFOPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização** - Junho de 2017 Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>. Acesso em: 02 Out. 2019

LOURENÇO, L. C. (2010). **Batendo a tranca: Impactos do encarceramento em agentes penitenciários da região metropolitana de Belo Horizonte.** Dilemas,

3(10), 11-31. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7181> Acesso em: 12 Out. 2019

MASSUIA. FERNANDA MARIANO. **O trabalho por trás dos muros altos -** um estudo comparativo sobre a qualidade de vida no trabalho dos agentes penitenciários do sistema prisional do estado de mato grosso

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O **desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017

SANTOS, Marcos Pereira do. SANTOS, João Carlos Pereira dos. **Qualidade de vida no ambiente de trabalho: um estudo de caso na unidade penitenciária estadual de ponta grossa – paraná**. Revista Jurídica – CCJ ISSN 1982-4858 v. 15, nº. 30, p. 21 - 38, ago./dez. 2011. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/view/2857> Acesso em: 06 Out. 2019

A VITIMIZAÇÃO DA PESSOA PRIVADA DE LIBERDADE COMO CONSEQUÊNCIA DA PRISÃO-MORTE

Sarah Corrêa Emygdio[1]

1. Introdução

A prática delituosa permeia a humanidade desde os primórdios, marcando a sua história através de diversos acontecimentos de notória relevância social e criminal. Com o transcorrer das eras, um vasto arsenal legislativo foi surgindo a fim de satisfazer as necessidades advindas de cada tempo, transitando estes desde estatutos como o Código de Hamurabi, em cujo vigorava a Lei de Talião, até os ordenamentos jurídicos que marcaram a Idade Média de modo a tutelar os interesses da Monarquia, bem como das classes que a apoiavam como a Nobreza, punindo aqueles que se insurgiam como ameaça a tais camadas societárias.

Ocorre que, respeitada a evolução de cada povo com suas etnias próprias, a tutela legislativa foi sendo aprimorada, porém na maior parte das vezes com vistas a punir com severidade àquele sujeito praticante da empreitada delituosa, ou seja, em conflito com a lei. Assim, no desenrolar da trajetória das civilizações a preocupação primeiramente se perfaz na tutela da vítima em todo o seu conjunto, desde a proteção aos seus bens jurídicos até o seu estigma de figuração na sociedade como sujeito passivo do tipo criminoso.

No entanto, dadas às circunstâncias a que, cada vez com mais intensidade, vem sendo exposto do sujeito em conflito com a lei, torna-se necessário enxergá-lo como sujeito de direito, cujos bens jurídicos também devem ser minunciosamente tutelados a fim de que sejam cumpridas as premissas máximas fundamentadoras do Estado Democrático de Direito.

Isso posto, tratar dos direitos do sujeito em situação de sequestro institucional significa despi-lo de todo o invólucro penal, bem como do estigma social que adquire no momento em que sobre ele passa a incidir a mão invisível do Estado para puni-lo pela conduta desviante praticada.

A privação de liberdade jamais pode ultrapassar o fim a que se destina, qual seja, de custodiar àquele que infringiu os estatutos de uma sociedade. Assim, retirar a liberdade de alguém em hipótese alguma deve ser sinônimo da supressão da sua dignidade

[1] Advogada, graduada em Direito pela Universidade Federal de Pelotas (RS). Mestranda em Política Social e Direitos Humanos na Universidade Católica de Pelotas. E-mail: sarahemygdio@gmail.com

existencial. Porém hodiernamente privação de liberdade e supressão dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana tornaram-se expressões equânimes.

Desta forma, o presente artigo se dispõe a analisar a pessoa privada de liberdade de uma maneira distinta daquela que, na maioria das vezes, é mera consequência da estigmatização, que passa a carregar a partir do momento em que esta atua como sujeito ativo da empreitada delituosa. Assim, este estudo possui por escopo enaltecer a figura do sujeito em conflito com a lei como vítima de todo o invólucro penal e institucional que o rodeia, bem como discutir as condições a que é submetido, a fim de que ao Estado seja possível exercer o *jus puniendi.*

Neste liame, destaca-se que a partir do momento em que uma pessoa é condenada à pena privativa de liberdade, sobre ela recai toda a institucionalização estatal que a submete a um estado de punição, não somente representado pela sua penalidade individualizada, mas também pela forma representativa assumida pelas instituições carcerárias dos dias atuais. Ainda, salienta-se que tratar de prisão na contemporaneidade corresponde a tratar do oferecimento de respostas à sociedade, privando de liberdade aqueles sujeitos considerados desviantes ameaçadores.

Nesta égide, é considerado necessário fazer sofrer aqueles que representam uma ameaça ao eixo social em que vivem, sendo que a maneira mais eficaz de concatenar o sistema penal e, com ele, a institucionalização estatal e a privação de liberdade daqueles que ameaçam o convívio e a paz social. Neste sentido, fazer sofrer alguém ou grupos vulneráveis para que a sociedade viva é a crença por detrás de toda a ideia legitimadora da pena e sobre esta ideia está respaldada toda a ilusão punitiva para que a sociedade exista.

Assim sendo, em confronto com as múltiplas facetas assumidas pela pena de prisão, faz-se necessário adentrar na discussão e no estudo detalhado da ideia de que as classes que são vitimizadas pelo bojo institucional do Estado e pelo sistema penal são aquelas que se situam em posições marginais da sociedade. Em razão disso, far-se-á um estudo metódico a guisa de vislumbrar que os atores do sistema penal são aqueles excluídos socialmente e vulnerabilizados, não apenas pelo meio que os circunda, mas também pelo sequestro institucional estatal quando estes vêm a cometer condutas desviantes, caracterizadas díspares pela sociedade onde se preza pelo bem comum.

Todo este caminho analítico será percorrido a fim de que seja possível galgar todos os elementos necessários para que se possa compreender a ideia de prisão-morte, a qual é defendida explicitamente por Elíaz Neuman e implicitamente por uma gama de

renomados autores. Esta ideia traduz com perfeição a representatividade adquirida pela pena de prisão, que abandona totalmente os seus propósitos de custódia e tentativa de reabilitação social do indivíduo para tornar-se a pena por excelência. A averiguação ora inaugurada transcorrerá sob a égide de duas questõesproblema. Uma principal sobre a qual se debruçará grande parte da pesquisa, e outra auxiliar e subsidiária, sendo estas:

1ª) Até que ponto a pena de prisão consegue alcançar os seus reais objetivos e em que medida há a vitimização daqueles que a cumprem dentro dos ambientes institucionais de custódia?

2ª) Que tendências, perspectivas e propostas de enfrentamento desta temática podem ser observadas?

A escolha da temática em voga se justifica, assim, pela necessidade de levantar a problemática das diversas formas que vem sendo assumidas pela pena privativa de liberdade, as quais se distanciam totalmente do seu real propósito, pois na atualidade é necessário que sejam pensadas não somente maneiras de enfrentamento do sistema carcerário, mas também se deve buscar entendê-lo não através da análise dos seus ambientes custodiais propriamente ditos, mas sim de todas as questões que o envolvem.

Tratar de privar alguém de um de seus bens mais preciosos, sua liberdade, significa tratar de fazer sofrer, de qualquer maneira, alguém que ameaça um meio social civilmente instituído. Em torno disto, o que até o presente momento não vem sendo enfrentado com a devida atenção é o fato de que a prisão e sua adjetivação de prisão-morte a que este trabalho se presta a especular está longe de ser a melhor forma de enfrentar a questão da criminalidade e das condutas sociais desviantes.

Antes de se pensar em prisão é necessário pesar em redução de vulnerabilidades, a fim de evitar que o sujeito, após ser preso, não se corrompa em totalidade. Isso porque o indivíduo uma vez preso e submetido a todo o invólucro aterrador representado pelos ambientes prisionais – e daí o ponto nevrálgico desta investigação ao tratar da prisão-morte – é praticamente impossível pensar-se na colocação em práticas de reabilitação muito conhecidas e severamente defendidas, as chamadas Filosofias “Re”.

Para tanto, este artigo pretende, a partir da investigação e contraponto de todos os elementos já elencados, contribuir não apenas para as discussões interacadêmicas, mas também para o enfrentamento prático desta temática de suma importância, a qual tem assumido o topo da maioria das discussões levantadas acerca deste tema dentro do universo jurídico.

Não se pretende, porém, esgotar a temática. O que se busca com esta especulação é proceder ao fomento de novas formas de enfrentamento da questão penitenciária, bem como apresentar possíveis caminhos para que a questão seja cada vez mais levantada e interpretada de maneiras diversas. Assim, busca-se problematizar as formas assumidas pela pena de prisão de modo a proporcionar maior enfoque à questão da prisão-morte, traçando-se, desta forma, os objetivos de verificar até que ponto a pena privativa de liberdade cumpre as suas reais funções e em que medida ela vitimiza os sujeitos que a cumprem no interior dos ambientes carcerários.

Ainda, há a intenção de compreender em que medida a pena de prisão atua como fator contributivo para o aumento da criminalidade e dos níveis de reincidência, analisando-se a redução da vulnerabilidade como uma maneira de controle da questão da criminalidade exacerbada e, por fim, formulando uma tese capaz de demonstrar os fundamentos da prisão-morte e apresentá-la como sendo uma das principais facetas assumidas pela pena de prisão.

É nesta linha de abordagem que será delineado na presente investigação os contornos da prisão-morte, de maneira a exprimir que a pena privativa de liberdade encontra-se completamente desviada dos fins a que se presta, despindo o apenado de sua condição de humano e praticando reiteradamente a prática da retirada dos direitos mínimos de existência humana e coexistência social que lhes são inatos.

2. Prisão-Morte: um conceito norteador da privação de liberdade

Os ideais de punição daquele que, delinquindo, infringe os códigos de costumes e condutas de determinada sociedade permeiam a humanidade desde os seus primórdios quando, nesta senda, o conceito de prisão-morte avocado por Elías Neuman na contemporaneidade acompanha as mutações das diversas maneiras de expiação, mantendo a sua essência e apenas modificando seus contornos no transcorrer das eras (NEUMAN, 2001).

Assim sendo, em tempos muito remotos, quando ainda vigoravam os princípios da justiça privada sob o lastro da Lei de Talião (“não mais de um olho por olho, não mais de um dente por dente”) e do Código de Hamurabi, a utilização do encarceramento se dava não como um caráter de pena, mas sim, revestia-se de um caráter religioso, atendendo as exigências da moral e da vingança sustentados na época.

Ainda sob este respaldo histórico, tem-se que a vítima do ato delituoso possuía fundamental relevância, tal que o sujeito que conflitava com as regras ditadas na época era a ela entregue para que esta dispusesse deste como melhor lhe aprouvesse. Aí se encontra o cerne da vingança pessoal uma vez que a vítima obtinha total liberdade sobre o corpo do condenado, ou não sobrevivendo esta, sua família apropriava-se do mesmo a fim de fazer vigorar o que na época prevalecia como justiça (BECCARIA, 2003).

Posteriormente, mais especificamente até o final do século XVIII, a prisão desvelou-se em seu aspecto preventivo, ou seja, se apresentava com sendo um lugar em que o acusado aguardava a prolatação de sua condenação que, na maioria das vezes se perfazia na prática de suplícios de toda a sorte como a roda, a supressão de membros através da força de quatro cavalos, o garrote e, posteriormente, a guilhotina. A prisão, neste período, perfazia-se em masmorras e antigos castelos onde eram depositados homens, mulheres, crianças, pessoas portadoras de doenças mentais, dentre outros enfermos a fim de que, nestas condições pudessem aguardar pelo seu julgamento e derradeiro fim (NEUMAN, 2001, p. 140).

Os flagelos, neste lapso temporal, se davam, na maioria das vezes, em praça pública, pois o alvo da punição era justamente o corpo do supliciado. Fazer sofrer o corpo, através da provocação da dor em público era justamente a maneira de demonstrar a intensidade da força do poder soberano oferecendo respostas a todo um eixo social. Temos aqui o que Michel Foucault oportunamente denominou de espetacularização da dor (FOUCAULT, 2008, p. 13). Cesare Beccaria em sua aclamada obra Dos Delitos e das Penas, referiu-se a este período ventilando que "o assassinato que nos é apresentado como um crime horrível, vemo-lo sendo cometido friamente, sem remorsos" (BECCARIA, 2003, p. 101).

Em meados do já referido século XVIII, foram escritas duas importantes obras que revolucionaram jurídica e socialmente as formas de imposição das penas e o tratamento do apenado, sendo estas Dos Delitos e Das Penas, de Beccaria e State of Prision (Estado de Prisão) de John Howard. Sobre as possibilidades de reforma penal trazidas pelos clássicos supramencionados, Elías Neuman, tem o seguinte posicionamento:

> O primeiro ofereceu sentido solidário e fraterno ao traçar os delineamentos da reforma das penas, e a Howard coube dar embasamento humano ao regime carcerário. A ambos corresponde a criação do que chamamos atualmente de reforma carcerária, e têm em comum o acento de veemente sinceridade e igual empenho por abrir caminho às realizações do futuro (NEUMAN, 2001, p. 141).

Ainda dentre os precursores da chamada reforma carcerária, torna-se de fundamental relevo mencionar o jurisconsulto e filósofo Jeremy Bentham, criador do Utilitarismo, o qual associou a concepção arquitetônica com a carcerária através do panóptico. Segundo ele, eram necessárias duas condições de grande importância para a generalização da prisão, quais eram: a sua estrutura e seu governo, seu regime interior (BENTHAM, 2008, p. 18). Assim, com o fim da reforma carcerária, em fins do século XVIII e princípio do XIX o cerne da punição não mais é o castigo do corpo físico do condenado, mas sim a supressão de um dos seus bens mais caros, a liberdade.

Foucault aborda com maestria esta transição do objeto da punição referindo que:

> Se não é mais ao corpo que se dirige a punição, em suas formas mais duras, sobre o que, então, se exerce? Não é mais o corpo, é a alma. À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições (FOUCAULT, 2008, p. 21).

Aduzindo ainda que:

> O corpo e o sangue, velhos partidários do fausto punitivo, são substituídos. Novo personagem entra em cena, mascarado. Termina a tragédia, começa a comédia, com sombrias silhuetas, vozes sem rosto, entidades impalpáveis. O aparato da justiça punitiva tem que se ater, agora, a esta nova realidade, realidade incorpórea (FOUCAULT, 2008, p. 22).

Nesta linha de abordagem, com a reformulação do castigo através da privação da liberdade como forma de expiação, esta, apresenta-se enquanto uma grande resposta humanitária dada à sociedade e o Estado apresenta-se como o grande detentor de todo este processo de institucionalização. Desta forma Max Weber, citado por Neuman atesta que o Estado detém o monopólio legal da coerção (NEUMAN, 2001, p. 142).

No entanto, a partir do momento em que a privação de liberdade passou a figurar como sendo a pena por excelência, esta foi assumindo uma multiplicidade de facetas que tem sido alvo de inúmeras teorizações e debates uma vez que, ao passo em que se tornou possível considerar que a substituição do flagelo do corpo pelo aprisionamento pode ser considerado um avanço, o retrocesso tem permeado a pena de prisão em si, bem como os locais destinados à custódia institucional.

Tratar de privar alguém de um de seus bens mais preciosos, a liberdade, significa tratar de fazer sofrer, de qualquer maneira, alguém que ameaça um meio social civilmente instituído. Neste liame, a partir do momento em que uma pessoa é condenada à pena privativa de liberdade, sobre ela recai toda a institucionalização estatal que a submete a

um estado de punição não somente representado pela sua penalidade individualizada, mas sim pela forma representativa assumida pelas instituições carcerárias dos dias atuais. Aí reside a principal base de apoio para aquilo que o já mencionado autor, convencionou chamar de Prisão-morte.

Desta maneira, a fim de justificar a intitulação por ele proferida, Elías Neuman, delineia os contornos da prisão-morte expondo que as prisões são descritas pela sua incapacidade para a garantia de um mínimo de humanidade e, a ela foi agregada a ideologia da custódia, o depósito e a segregação, a morte dos reclusos, seja por enfermidades contraídas ou catalisadas pelo ambiente carcerário, pela violência entre eles ou em enfrentamentos desiguais com as forças de ordem às quais, na maioria das vezes, gozam de impunidade absoluta no desempenho de seus feitos (NEUMAN, 2001, p. 165).

No momento em que à prisão tornou-se possível referir-se como *el encierro para la muerte* (a prisão para a morte), impactante se torna quando comparada aos campos de concentração nazistas que levou aos fornos crematórios as pessoas cujos "delitos" era pertencer a outra raça, nacionalidade ou a outra convicção religiosa. Ressalvadas as distâncias, o encarceramento da atualidade se apresenta enquanto o denominador comum da morte mediante uma metodologia mais sútil: doenças, por um lado e violência extrema pelo outro, seja pela repressão extrema das chamadas forças de ordem ou pelas ações tempestuosas que originam os conflitos e rivalidades dos próprios sujeitos sequestrados institucionalmente (NEUMAN, 2001, p. 120).

Sendo o conceito de prisão-morte perfectibilizado por uma série de aspectos aventados pelo autor que o defende, as intensas revoltas e motins que se desencadeiam no interior dos ambientes carcerários insculpem-se como sendo um destes fatores uma vez que em sendo a prisão uma atmosfera de institucionalização em que a mão estatal incide com tamanha força e, porque não dizer violência, sobre os sujeitos que lá se encontram privados de liberdade, em decorrência dos mais variados fatores como a superlotação, reivindicação por condições humanas de sobrevivência, ou até mesmo revoltas entre facções rivais acabam por proporcionar esta espécie de amotinação e consequente morte de muitos dos sujeitos que lá estão.

Sob este prisma, o autor o qual nos fornece lastro para a presente análise coloca que durante os cruéis motins e revoltas se produz uma guerra, a amarga quebra da condição humana. A prisão instala no interior de sua estrutura a pura violência e dela se sucedem inúmeras circunstâncias de infortúnio e desgraça. No âmago da estrutura

carcerária não é possível afirmar se existe vida ou quanto resta dela (NEUMAN, 2001, p. 156).

Assim como referia o jurista romano Ulpiano no Corpus Iuris Civilis que onde está o Homem, aí está a sociedade e, onde está a sociedade, aí está o Direito (*Ubi homo ibi societas; ubi societas, ibi jus*), podemos afirmar que aquilo que uma única prisão representa, certamente será o expoente daquilo que todo o sistema prisional reflete, um latente traço de violência e inumanidade.

O ambiente do cárcere, certamente, dispensa qualquer modalidade de sutilezas. Acima de qualquer deficiência á respeito da imputação fática de qualquer direito do preso, chegou-se à realização de massacres deliberados fomentados por espécie de dolo, pelo menos eventual, e que dificilmente assim pode ser dito para cobrir as consequências de um mal que é gerado pela superlotação e promiscuidade ambiente e que, por sinal, colaboram para intensificar a violência no espírito e as interações essenciais para levantar o motim e para fazer com que a prisão contribua para que os inimigos de ontem (aqueles gerados no mesmo confinamento) sejam perquiridos e se amotinem para morrer, a partir de um sentimento deliberado de raiva que é cultivado no interior desses ambientes (NEUMAN, 2001, p. 162).

Ao tratarmos das variadas sortes necrófilas da prisão (las variadas suertes necrófilas del encierro) (NEUMAN, 2001, p. 158), tratamos também dar mortes ocasionadas pelas forças de ordem, sejam elas praticadas de maneira comissiva ou omissiva. Segundo externado pelo autor em voga, estas condutas por parte das chamadas forças de ordem se justificam pelo seu desapego, desatenção, excesso ou defeito. O discurso á respeito desta problemática vem se consolidando da seguinte forma: “Frente à morte de companheiros, foi impossível frear a tropa, que atacou e ocasionou a morte de reclusos.” Ou ainda, “devido ao momento emocional vivido, a tropa se excedeu (ou não compreendeu) as ordens imprimidas.” (NEUMAN, 2001, 158).

No tocante as diversas formas de morte propiciadas pelos locais de sequestro institucional, aterrador, porém cada vez mais verdadeiro se torna dizer que o cárcere assumiu o caráter de depósito e guarda de pessoas das quais se faz necessário retirar a individualidade e, se assim for, lhes suprimir a vida, ou deixar que elas mesmas celebrem o necrófilo ritual de homicídios (NEUMAN, 2001, p. 156).

Eis que, além de todos estes elementos que caracterizam o ato de morrer na prisão, apresenta-se o suicídio tal que, diante da deficiência da asseguração de um mínimo existencial para os encarcerados, estes acabam por dar cabo da própria vida nestes

próprios ambientes em que a falta de humanidade e degradação tornam-se seus traços característicos.

O ato de suicidar-se em situação da privação de liberdade vai ao encontro de uma declaração dada por um recluso que se encontrava na prisão argentina de Villa Devoto em 1988, a partir das seguintes palavras: "Penso que minha vida não tenha nenhum sentido; a liberdade me rechaça, nada posso fazer em liberdade. Então, que venha a morte, aqui na prisão. Oxalá que seja hoje, porque este é o meu destino, morrer aqui." (NEUMAN, 2001, p. 168).

3. Violência Institucional: do estado demócrático ao autoritarismo estatal

Na contemporaneidade, uma diversidade de maneiras de manifestação da violência pode ser vislumbrada e, assim, uma infinidade de políticas públicas, articulações e estruturas de combate podem ser incrementadas a fim de aplacar esta realidade. Em contrapartida, outras distintas formas violentas apresentam-se insculpidas na engrenagem estatal de maneira velada e obscura, vitimizando amplas camadas sociais e indo de encontro aos ideais fomentadores daquilo que conhecemos sob a denominação de estado democrático de direito.

Assim, a violência, da maneira como é concebida pelo sistema de justiça penal, contempla apenas algumas formas de criminalidade propondo-se a punir, exclusivamente, as ações individuais ou de grupos específicos delineando as hodiernamente chamadas violências institucional e estrutural (BARATTA, 2013, p. 340).

Nesta seara, a espécie de violência a qual Alessandro Baratta convencionou chamar de estrutural, se perfectibiliza a partir do momento em que todo um sistema punitivista direciona-se apenas para considerar criminalizáveis e puníveis os feitos delituosos de uma determinada camada da sociedade sendo esta, aquela situada à margem (BARATTA, 2013, p. 342).

A partir desta concepção, Baratta aventa que:

> A imunidade e a criminalização são concretizadas, geralmente pelos sistemas punitivos segundo a lógica das desigualdades nas relações de propriedade e de poder. A sociologia jurídico penal e a experiência cotidiana demonstram que o sistema punitivo dirige sua ação, principalmente, sobre as infrações da parte mais débil e marginal da população. Que grupos na sociedade tem a capacidade de impor ao sistema a quase completa impunidade de sua próprias ações criminais. A impunidade dos crimes mais graves é cada vez mais elevada na medida em que crescem a violência estrutural e a prepotência das minorias privilegiadas, que pretendem satisfazer suas próprias necessidades

> sobrepujando-se por sobre as necessidades dos outros e reprimindo com a violência física as demandas de progresso e de justiça, assim como às pessoas, aos grupos sociais e aos movimentos, que são seus intérpretes (BARATTA, 2013, p. 342).

Ainda dentro das percepções do mesmo autor, a seleção de uma pequena população recrutada, sobretudo, entre as camadas mais baixas e dentro de um número maior de infratores distribuídos em todas as classes sociais, condiciona um estereótipo criminal que atua tanto em sentido comum, como nas instâncias mesmas da justiça penal com dois efeitos principais de legitimação.

O primeiro efeito pode ser vislumbrado como a legitimação da mesma forma seletiva de agir do sistema, demonstrando que o estereótipo criminal corresponde, sobretudo, às características dos indivíduos pertencentes às classes mais baixas e marginalizadas. O segundo apresenta-se diante de uma legitimação das relações sociais de desigualdade, da situação de desvantagem dos grupos mais baixos na escala social, porque, precisamente, nestes grupos se encontrariam as tendências a realizar ações penalmente relevantes (BARATTA, 2013, P. 346).

Nesta linha, a violência institucional pode ser conceituada através da definição fornecida pela Secretaria Regional da América Latina entendendo por ela as diferentes formas de violência praticadas pelas instituições do Estado – seus órgãos e agentes- em função da manutenção da lei e da ordem. Deste modo se consideram manifestações de Violência Institucional tanto ações diretas exercidas pelos funcionários do Estado ou por aqueles que se encontram no exercício de suas funções ou a mando destes, como aspectos de tipo estrutural ou situacional que, embora não supor um dolo específico, são resultado da passividade das autoridades do poder político e institucional (PINHEIRO, 2006).

Ocorre que, o estado brasileiro figurando como sendo um dos países onde a desigualdade social apresenta-se de maneira latente, torna-se inviável tratarmos de isonomia de direitos para todos uma vez que se vislumbra constante e rotineiramente a submissão das classes periféricas e marginalizadas da sociedade através da prisionização daqueles que se encontram socialmente segregados.

Neste sentido, Loïc Wacquant é taxativo ao afirmar que:

> Em prisões da miséria, o senhor lança a tese de que existe uma ligação estreita entre a ascensão do neoliberalismo e o reforço das políticas securitárias, nos Estados Unidos inicialmente, na Europa em seguida. O senhor resume esta evolução através de uma fórmula lapidar: desaparecimento do Estado econômico, diminuição do Estado social, reforço e glorificação do Estado penal (WACQUANT, 2003, p. 75).

Dando seguimento à mesma linhagem teórica, Alejandro Alagia ao tratar de *hacer sufrir* (fazer sofrer), discorre sobre a ideia de que alguém necessita sofrer para que a sociedade exista. Esta é a fórmula da ideologia penal a qual carece de todo o sentido para prevenir crimes e ressocializar delinquentes e, assim sendo, esta "máscara" da realidade proporciona um vazio na cultura punitiva (ALAGIA, 2013, p. 298).

Sucede que, o encarceramento em massa tem sido a maneira que o Estado tem encontrado de oferecer à sociedade uma resposta imediata como forma de combater o problema estrutural da marginalização da pobreza, subsumindo ao seu poder aqueles que se desviam de um comportamento socialmente aceito. Neste âmago, não é o lucro, nem mesmo a formação de uma habilidade útil, mas a construção de uma relação de poder, de uma forma econômica vazia, de um esquema individual e de seu ajustamento a um aparelho de reprodução (FOUCAULT, 2008, p. 231).

Destarte isto, na realidade intramuros do sistema prisional a cultura da violência se dissipa de maneira latente a partir da prática dos agentes estatais que tem como alvo a dignidade moral e física da pessoa privada de liberdade. Poucos são os relatos deste tipo de violência visto que, perante a sociedade em geral estes crimes figuram com outras denominações, eximindo o Estado de assumir a responsabilidade que sobre ele recai.

Por ser esta uma forma de violência velada, as notícias que chegam ao conhecimento externo, são aquelas que provêm de imagens feitas através de câmeras escondidas ou através de pedidos de socorro daqueles que, sem identidade são vítimas da violência que chamamos de institucional.

Nesta senda, encarcerar determinadas camadas sociais desviantes, nada mais é do que subsumi-las ao poder estatal como forma de controle social e de combate àqueles que a docente supracitada denominou de inimigos internos. O exercício do poder técnico de castigar é a estratégia de controle encontrada. Na concreta realidade, o Estado se apropria não somente da liberdade locomotriz de um denunciado ou apenado, mas sim da vida do indivíduo e, porque não dizer, da sua morte. O Estado torna-se, assim, o detentor da receita absoluta desta violência planificada (NEUMAN, 2001, p. 150).

Certamente, o elemento legitimador das instituições penitenciárias é a cultura do controle a qual, sob o pretexto de readaptação, prega o que Foucault convencionou chamar de docilização dos corpos (FOUCAULT, 2008). É preciso tornar os corpos dóceis a fim de que possam submeter-se à mão invisível do estado como maneira de reconstruí-los visando à reinserção e readaptação dos mesmos na sociedade.

Para o autor em análise, é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser controlado, que pode ser transformado e aperfeiçoado (FOUCAULT, 2008, p. 137). Da mesma forma, a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. A disciplina aumenta as forças dos corpos (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). A coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e a dominação acentuada (FOUCAULT, 2008, p. 138).

Dando segmento a esta mesma linha de raciocínio pode-se dizer que, a submissão dos sujeitos privados de liberdade é destinada a adestrá-los. Desta maneira, através do controle é possível vislumbrar com facilidade o momento em que estes mesmos sujeitos se curvam ao sistema, demonstrando o esperado consenso e submissão. Assim, se sucede a apropriação do indivíduo pelo Estado e sua completa dissolução, suprimindo-se sua qualidade de pessoa humana e de ser social (NEUMAN, 2001, p. 158).

A violência institucional, assim, vem ocorrendo cada vez com maior frequência e intensidade no interior das instituições que compõem o sistema penitenciário. Desta maneira, esta é uma realidade que necessita cada vez mais ser desvelada e discutida a fim de que a sociedade como um todo tome conhecimento destes fatos e do quanto eles também se apresentam como fomentadores da ideia que viemos discorrendo até aqui, o morrer na prisão.

Destarte isto, a prisão serve para isolar o indivíduo, no sentido de não permitir que este pratique condutas externas. O mesmo deverá adaptar-se, forçosamente, a um grupo de coações e situações que se generalizam e que pretendem utilizar o cárcere como instrumento para a subordinação e, ao fim, para a dominação no exercício do controle social e institucional (NEUMAN, 2001, p. 149).

A pena, conforme enfatiza Alessandro Baratta, também se apresenta como sendo um dos elementos caracterizadores da violência institucional uma vez que esta é a repressão de necessidades reais. A suspensão dos direitos humanos correspondentes, em relação às pessoas responsabilizadas penalmente, é justificada pela teoria tradicional do ius puniendi a partir das funções instrumentais e simbólicas que a pena deve cumprir e com a infração penal cometida pelo sujeito declarado penalmente responsável (BARATTA, 2013, p. 348).

Sem embargo, sabemos que tais funções úteis da pena não se realizam e que a referida suspensão de direitos se cumpre em um vasto número de casos á respeito de imputados os quais ainda esperam por julgamento (BARATTA, 2013, p. 344). Na maior

parte dos sistemas punitivos os indiciados, desde as suas primeiras relações com a polícia, cumprem a pena de maneira antecipada, a partir do momento em que, de acordo com os números apresentados no capítulo anterior, uma grande parcela dos indivíduos que superlotam os ambientes carcerários, cumpre prisão em regime provisório desprovidos, ainda, de condenação.

Sobre estes moldes, o sistema de justiça penal, encontra-se muito distante de cumprir as funções a que, legalmente, se propõe, visto que os efeitos e funções os quais vem desempenhando na prática, incidem negativamente sobre a existência do indivíduo e da própria sociedade como um todo contribuindo, assim, para a disseminação das relações de propriedade e de poder.

Nesta seara, a pena se apresenta como violência institucional, que cumpre a função de um instrumento de reprodução da supradita violência estrutural. O arbítrio e a violência no cárcere aventa Baratta, tendem a alcançar graus extremos, com o crescimento, na sociedade externa, da violência estrutural e das regras que legitimam a democracia. Os ambientes de custódia prisional passaram, assim, a ser um lugar privilegiado de violação de direitos humanos (BARATTA, 2013, p. 352).

4. Considerações Finais

A problemática em torno dos ambientes de custódia penal tornou-se o ponto nevrálgico das discussões jurídico penais desde o momento em que a privação de liberdade emergiu como sendo a pena por excelência e não mais o interregno entre a condenação e a execução desta que, na maioria das vezes possuía como lastro o suplício do corpo do apenado em praça pública, tendo em vista que a justiça vigente na época perfectibilizava-se no padecimento da corporalidade daquele que, de maneira desviante, infringia os códigos de comportamento e conduta vigentes nas sociedades.

Tratar de aprisionar, de acordo com os contornos que a pena privativa de liberdade vem assumindo com o decorrer do tempo, significa não somente privar um indivíduo da sua liberdade de locomoção em virtude de uma transgressão delituosa praticada, mas sim privá-lo de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana. Apenar com a privação de liberdade é análogo a apenar com a privação de direitos, da vida e, mais do que isto, sobrepujar sobre um sujeito a pena de prisão, significa condená-lo à morte, seja em seu sentido literal ou metamorfoseado.

Neste sentido, o conceito de prisão-morte ganha relevo a partir do momento em que se apresenta como sendo o traço pungente da prisão, a qual desde a sua propositura revela-se como uma forma de penalidade multifacetada. As instituições de sequestro institucional, nessa ótica, vão de encontro a todos os ditames e garantias prescritos aos atores imersos neste sistema pela Carta Magna brasileira e demais legislações ordinárias e extravagantes, além dos instrumentos internacionais.

Destarte isto, a morte como elemento legitimador da prisão perfectibiliza-se a partir do momento em que, devido às condições insalubres a que física e psiquicamente são expostos os sujeitos em conflito com a lei, os índices de adoecimento e de óbitos decorrentes destes apresentam-se em níveis assustadoramente maiores do que em relação à população em situação de liberdade; que, em virtude da cultura do medo e do controle institucionais, o espírito de raiva potencializa-se de modo a originar revoltas e motins de onde muitos dos privados de liberdade saem destituídos da vida, além dos altos índices de suicídio, conforme por nós demonstrado no decorrer da investigação, os quais decorrem de toda a violência psicológica que o sistema exerce por sobre o indivíduo que o leva à supressão da própria vida.

Durante o transcorrer do presente artigo, nos propusemos a saciar indagações que circundaram em torno de ideias a respeito das proporções que a pena de prisão consegue cumprir com as finalidades a se que propõe, bem como em que medida a pessoa sequestrada institucionalmente passa a ser uma vítima do sistema. Dispusemo-nos, ainda, a abordar as tendências e perspectivas de enfrentamento desta temática.

No tocante ao primeiro questionamento, nos aproximamos de conclusões no sentido de que a privação de liberdade está muito distante de alcançar os fins a que se destina, acabando por ter se tornado, devido às condições por nós supraditas, um depósito de corpos geridos entre a vida e a morte a partir das formas com que tem se dado as intensas manifestações da soberania e do poder estatais.

A partir disto, a figura da vítima, em todo o contexto penal, acaba transpondo-se do sujeito passivo da empreitada delituosa para o agente cometedor da mesma, visto que o sistema de justiça punitiva o vitima, não somente em decorrência de privá-lo de liberdade, mas mais do que isto, por destituí-lo de todo o invólucro de direitos que lhes são inatos por ser este portador da característica de pessoa humana.

Concluiu-se, de outra banda que, embora a prisão conceitualmente tenha evoluído com o passar do tempo, as características que lhes servem de lastro desde os primórdios permanecem latentes em suas manifestações. Isto se dá em decorrência de que, ainda

durante o século XVIII teve-se notícia de que enquanto aguardavam pelo seu derradeiro fim através dos suplícios, os condenados eram depositados em masmorras, sendo expostas às mais aterradoras condições de sobrevivência. Atualmente, as masmorras foram substituídas pelas celas superlotadas integrantes de prédios deficientes ou com total ausência de iluminação, ventilação ou quaisquer outras condições exigíveis para a mínima sobrevivência de um ser humano.

Assim sendo, a prisão-morte por nós sustentada, embora possua seu apogeu na contemporaneidade, apresenta-se como elemento primordial para a fundamentação da pena de prisão desde os seus primórdios em épocas ainda muito remotas.

À guisa de conclusões, apontamos que o fenômeno da prisionização tem se apresentado cada vez mais ineficaz pelo fato de ter se tornado um ambiente marcado pelo padecimento do corpo e da mente daqueles que lá estão custodiados, bem como pela retirada do mínimo de humanidade que ainda lhes resta de maneira a suprimir integralmente qualquer expectativa de reinserção do sujeito em sociedade. Nesta senda, a privação da liberdade tornou-se análoga à privação do corpo, da mente, da vida, dos direitos, perfazendo-se na prisão-morte.

5. Referências

ALAGIA, Alejandro. **Hacer sufrir**. Buenos Aires: EDIAR, 2013.

ALMEIDA, Angela Mendes de. **Estado Autoritário e Violência Institucional**. SV1017 – Violence, Security and Democratic States, 2007. Disponível em: <http://www.ovp-sp.org/debate_teorico/debate_amendes_almeida.pdf>. Acessado em 05 de outubro de 2017.

BARATTA, Alessandro. **Criminología y Sistema Penal**. Buenos Aires: BdeF, 2013.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: São Paulo: Martin Claret, 2003.

BENTHAM, Jeremy. **O Panóptico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão**: causas e alternativas. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

BRASIL. **Lei nº 6.683 de 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acessado em 02 de outubro de 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. **APL: 00009705320128260204 SP 0000970-53.2012.8.26.0204**. Relator: Maurício Fiorito, 3ª Câmara de Direito Público. Julgado em 19/05/2015, DJ 19/05/2015.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. **APL: 30528404200982600000 SP 0305284-04.2009.8.26.0000**. Relator: Vicente de Abreu Amadei, 1ª Câmara de Direito Público. Julgado em 27/09/2011, DJ 01/10/2011.

DIÁRIO DO GRANDE ABC. **Execuções sumárias**: Dois homens morrem misteriosamente a caminho do Pronto Socorro, em São Bernardo (Grande São Paulo), após serem feridos à bala por policiais militares em uma tentativa de assalto. 2005. Disponível em: <http://www.ovp sp.org/exec_eduardo_sbernardo.htm>. Acessado em 05 de outubro de 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 42. ed. São Paulo: VOZES, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1961.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. **Da Biopolítica à Necropolítica**: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. Sapere Aude, v.7, n.12, p. 194-210, 2016.

ITTC. **Tecer justiça**: presas e presos provisórios da cidade de São Paulo. SãoPaulo: ITTC, 2012.

MBEMBE,Achille. **Necropolitica**. 21. ed. Barcelona: Melusina, 2006.

MENEGAT, Marildo. **Estudos sobre ruínas**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

NEUMAN, Elías. **El estado penal y la prisión-muerte**. Buenos Aires: Editorial Universidad, 2001.

WACQUANT, Loïc. **Punir os Pobres** - A nova gestão da miséria nos Estados Unidos. 2.ed. São Paulo: Revan, 2003.

TODO CAMBURÃO TEM UM POUCO DE NAVIO NEGREIRO[1]

Alene Silva da Rosa[2]
Alan Silva Carvalho[3]

1. Introdução

As pesquisas e a teoria, acompanhadas de uma leitura crítica da realidade se fazem necessárias para compreender e enxergar o retrato da sociedade brasileira contemporânea, consequência de um processo histórico de escravização dos povos africanos, que se sustentou e se mantém através do racismo estrutural. Esse retrato, fruto de uma construção histórica, permeada por particularidades, tensionamentos e desigualdades econômicas e sociais, se expressa em um título de música, no qual referencia que "todo camburão tem um pouco de navio negreiro", demonstra que na atualidade, o popularmente chamado camburão, carro da polícia utilizado para o transporte de pessoas em privação de liberdade, cumpre função semelhante aos navios negreiros no período de escravização no Brasil, o transporte do povo negro, antes para o trabalho escravo, hoje para as penitenciárias e/ou cemitérios, alvos de um sistema de segurança pública genocida para a população negra brasileira.

O contexto atual de criminalização, homicídio e racismo estrutural e institucional vivenciado pela população negra, somada a proposta apresentada pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública Sérgio Moro[4], motivou uma reação de resistência do movimento negro no Brasil, que organizou uma comitiva composta de 14 representantes (10 mulheres e 4 homens), a fim de participar de uma audiência com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) com vistas à denunciar o pré-projeto considerado como racista, higienista e genocida de negras e negros brasileiros, perpetuando um sistema de exclusão, exploração e extermínio, que tem se alicerçado na trajetória de formação da sociedade brasileira.

[1] Música do grupo O Rappa

[2] Assistente Social graduada pela Universidade Federal do Pampa – Unipampa (2012), Especialista em Política de Assistência Social pelo Centro Universitário Internacional – Uninter (2019) e Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Contato: alenesilva@gmail.com

[3] Assistente Social graduado pela Universidade Federal do Pampa – Unipampa (2010), Mestre em Filosofia pela Universidade de Caxias do Sul – UCS (2017).

[4] Projeto de lei (conhecido como "pacote anticrime") que visa o combate a corrupção, crimes violentos e também a criminalidade organizada, o qual prevê a alteração de artigos em mais de quatorze (14) leis brasileiras, tais como o Código Penal, Código de Processo Penal, Lei de Crimes Hediondos, entre outros.

Para compreender e refletir acerca das mediações e conexões do contexto atual do sistema prisional a luz da teoria social crítica de Marx, faz-se necessário olhar para além do momento presente, mas para a totalidade e historicidade da formação econômica e social da sociedade brasileira, quais as particularidades da gênese da questão social no Brasil e a trajetória do povo negro neste processo, marcado pela escravidão, pela resistência, pelo racismo estrutural, preconceito e discriminação racial, buscando compreender como se materializa a questão social no sistema de justiça e segurança pública, expressa na criminalização e o encarceramento em massa da população negra nos dias atuais.

2. A formação econômica e social do Brasil: dos determinantes mundiais ao processo de escravização

Para compreender o processo de formação econômico e social brasileira e entender suas particularidades, faz-se necessário percorrer um período mais longínquo sobre a história da humanidade e, apreender os processos de mudanças, revoluções[5] e transformações societárias vivenciados na Europa, e como estes processos reverberam na formação sócio histórica em outros países do mundo inclusive o Brasil, a fim de entender como alguns aspectos históricos são a base, a essência, na formulação, planejamento e execução de políticas sociais como a de justiça e segurança pública, além de discursos e ações relacionadas ao racismo, preconceito e discriminação que permeiam a sociedade até a contemporaneidade.

Tracemos as cruzadas como um marco para começar esse percurso, que busca abordar de forma breve um grande período da história, mas que tem elementos chaves para compreensão do tema que se pretende discorrer nesse trabalho. Huberman (2009) destaca que mais de milhares de europeus atravessaram o ocidente a fim de conquistar a Terra Prometida dos muçulmanos, os cruzados que retornavam traziam consigo o gosto pelas comidas e o desejo pelas roupas refinadas que encontravam e experimentavam em sua jornada, abrindo assim um comércio para esses produtos.

Essas raízes históricas que formam a base da nossa sociedade, interligadas a movimentos históricos de uma Europa que se encontrava em transformação, que migrava

[5] As revoluções francesas, inglesa e americana como ápice de um processo de reorganização do mundo, de uma longa e brutal transição das sociedades feudais para as sociedades capitalistas. (ALMEIDA, pág 26. 2019)

de um sistema de economia feudal para um capitalista, países que em nome de uma religião (ou um único Deus) travavam uma guerra que buscava expandir seus territórios, dominar os povos muçulmanos e conquistar a "Terra Prometida". Nasce nessas relações a necessidade de alargar o comércio visando responder a uma demanda de consumo que surge com a descoberta de especiarias, comidas, tecidos, entre outros que existiam nesses lugares e não eram encontradas nos países europeus.

Segundo Almeida (2019) o período das grandes navegações, foi de expansão econômica mercantilista, e também de construção de um ideário moderno de homem universal calcado em um modelo europeu e, no qual transformaria todos os outros povos e culturas que não se encaixassem nesse modelo em variações menos evoluídas. O autor refere ainda que a história de raça ou das raças é a história política e econômica das sociedades, sendo as circunstâncias históricas[6] de meados do século XVI que forneceram um sentido específico à ideia de raça.

Compreende-se que o período das navegações e de exploração de novas terras, se deu em virtude de motivações políticas e econômicas, mas também traz no seu bojo outros determinantes, como escassez de alimentos, a peste negra e as guerras que dizimaram boa parte da população europeia, que por consequência gerou a necessidade de mão de obra e de insumos para responder a uma nova organização da sociedade e um novo modo de produção que estava em gênese a partir de então nos países da Europa, o modo de produção capitalista.

Dentre os países que enfrentavam esse conjunto interligado de situações estava Portugal, que segundo (FAUSTO apud SANTOS) localizava-se em um ponto estratégico para a única alternativa que se apresentava naquele contexto, a "expansão da base geográfica da população a ser explorada"[7] como enfrentamento a crise econômica que atingia a Europa Ocidental.

Começa nesse momento o período que aprendemos nas aulas de história do ensino fundamental e médio de forma linear e sem contradições conhecido como "o descobrimento do Brasil", na qual navegadores portugueses em busca de especiarias

[6] Almeida (2019) salienta sobre o Iluminismo enquanto um projeto de transformação social que deu impulso a construção de um saber filosófico que coloca o homem como principal objeto, em um conhecimento que se funda na observação do homem em suas diferentes facetas e diferenças "enquanto ser vivo na biologia, que trabalha na economia, que pensa na psicologia e que fala na linguística, e como o fundamento filosófico das grandes revoluções liberais.

[7] A expansão econômica mercantilista e a descoberta de um novo mundo forjaram a base material a partir da qual a cultura renascentista iria refletir sobre a unidade e a multiplicidade da existência humana (ALMEIDA, pág 25. 2019)

almejavam chegar as Índias e em um erro de rota encontram terras habitadas por "índios", os quais encantados com as roupas e acessórios usados pela tribulação do navio, se comunicam por meio de um sistema de trocas de mercadorias, e se inicia assim a formação social brasileira, invisibilizando os povos originários do território, com sua cultura, seus costumes, sua história, como se a gênese do país se desse com a chegada do homem branco, como se nunca antes tivesse sido habitado.

Buscando desocultar os reais interesses de Portugal na então colônia brasileira e, as caraterísticas que forjam esse processo de formação da sociedade é que Santos (2012) enfatiza a existência de dois momentos, o primeiro refere que até 1530 a exploração do pau-brasil dava conta de satisfazer os interesses da metrópole, o que significa dizer que nesse primeiro período o Brasil era visto como fornecedor de matéria – prima e de artigos para exportação. Cabe salientar que internacionalmente o contexto econômico do mercado europeu, era de um capitalismo que se encontrava em fase de transição da cooperação para manufatura.

O segundo conforme Santos (2012), se dá em razão da disputa por território que os portugueses estavam travando com holandeses, espanhóis e franceses, somado a questão de esgotamento da madeira de pau-brasil no litoral, o que incitava a pensar em alternativas para explorar os recursos que não estavam disponíveis à um fácil acesso, culminando na instalação de um Governo Geral (1956) e em uma política de ocupação de território. No que tange a está política de ocupação, a coroa ofertava diversas regalias políticas, além de que portugueses não viriam ocupar terras brasileiras enquanto trabalhadores, mas como dirigentes e empresários comerciais. Mesmo assim poucos foram os portugueses que se dispuseram a vir, pois a peste havia gerado uma escassez populacional (uma escassez de mão de obra).

Conforme aborda Santos (2012) a falta de braços de trabalho disponíveis impulsiona Portugal a revigorar a escravidão na era moderna através da exploração da costa da África passando a comercializar negros, utilizando um ditado popularmente conhecido, Portugal nesse momento consegue *"matar dois coelhos com uma cajadada só"*[8], pois resolve a questão da mão de obra e durante três séculos a escravidão torna-se um dos negócios mais rentáveis da metrópole. Cabe ressaltar que antes de escravizar africanos em terras brasileiras os portugueses já se utilizavam da escravização dos povos indígenas no início do processo de colonização, inclusive valendo-se do direito legal

[8] Solucionar dois problemas com uma única solução

estabelecido na monarquia portuguesa, que assentava na fé o argumento para guerrear e matar os índios que não aceitassem e professassem a fé cristã, vide documentário Guerras do Brasil que explana sobre o assunto em seu primeiro episódio.

O colonialismo, segundo Almeida (2019) é esse movimento em nome da *razão*[9] de levar a civilização para onde ela não existia, resultando em destruição e morte, espoliação e aviltamento, sendo esse contexto em que a gênese fundante da raça surge enquanto conceito chave, para que consiga operar concomitante a visível contradição entre a universalidade da razão e o ciclo da morte e destruição do colonialismo e da escravidão como alicerces irremovíveis da sociedade contemporânea. A classificação por raça, serve para além do conhecimento filosófico, mas também como tecnologia para a submissão, escravização e destruição dos povos originários das Américas, da África, da Ásia e Oceania.

O Brasil contemporâneo reflete características de um colonialismo que deixou cicatrizes profundas no processo de construção social, um país com uma grande extensão territorial que na sua gênese já atraía olhares externos para as suas riquezas e seu potencial econômico, sendo alvo de disputas por suas terras e matérias-primas, estas, abundantes capaz de fornecer e sustentar uma metrópole, o que em um contexto de início de capitalismo, torna-se um polo importante de um novo nicho de comércio, e os portugueses o fazem, por meio da destruição e da morte de povos indígenas e africanos, estes trazidos da África durante três séculos para serem escravizados.

A escravidão no Brasil revela o olhar dos europeus sobre os negros como uma mercadoria[10], desde o princípio os africanos que vinham para o Brasil eram comprados e vendidos em mercados como se fossem bichos, um comércio que tornou-se rentável para os lusitanos mas também para outros países que viviam da exploração do povo negro enquanto força braçal nos processos de trabalho, soma-se a isso a negação dos seus costumes, sua religião, do não reconhecimento da sua história e das suas particularidades e identidade, de subjugá-lo, acoitá-lo e castigá-lo, negando e descontruindo sua identidade. A formação da sociedade brasileira a partir de 1500, desnuda as particularidades das conexões e complexos de um contexto mundial, com questões

[9] Grifo do autor
[10] "Lá todos vivem felizes,
Todos dançam no terreiro;
A gente lá não se vende
Como aqui, só por dinheiro". A canção do africano (Castro Alves)

econômicas e, com concepções filosóficas, religiosas e morais sobre o homem, uma trajetória latente, de intensos e contínuos tensionamentos, de resistência e luta tanto dos povos originários, quanto dos africanos, através da formação dos quilombos, das religiões de matriz africana, o qual se apresentam como uma necessidade de resgate nos tempos atuais, enquanto estratégia de resistência e sobrevivência da população negra brasileira.

3. Dados de um Brasil contemporâneo

A carne mais barata do mercado é a carne negra
Que vai de graça pro presídio
E para debaixo do plástico
Que vai de graça pro subemprego
E pros hospitais psiquiátricos"
Elza Soares – Carne

Entre o ano de 2018 e 2019, quatro notícias foram manchete e tiveram ampla repercussão nos veículos de comunicação, sejam eles digitais, impressos, no rádio e televisão. Todas as matérias apresentam um fator comum, sendo, mulheres e homens negros mortos e presos pelos motivos: associação ao tráfico de drogas, carro suspeito, atuação em movimentos sociais e defesa dos direitos humanos. Mesmo sendo parca amostra, em relação ao vasto universo que compreende a realidade brasileiro, os casos aqui apresentados estão em consonância com os dados estatísticos que materializam a realidade vivenciada pelo negro no Brasil, e demonstram a nossa raiz e formação histórica construída a partir do racismo, e que se expressa nas mais diferentes áreas da nossa sociedade, inclusive no projeto de encarceramento e extermínio do povo negro.

A realidade do sistema prisional no Brasil desvelada nos dados do último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização (INFOPEN), revelam que em junho de 2016, 726.712 (setecentos e vinte e seis setecentos e doze) pessoas viviam em privação de liberdade, destes, 292.450 (duzentos e noventa e dois quatrocentos e cinquenta mil) não foram condenados, o que corresponde a um percentual de 40% (quarenta por cento) do total de presos. Quando analisamos o recorte por idade e raça, percebemos que a população do sistema prisional entre os 18 e 29 anos corresponde a 55%, e no tocante a raça, pessoas privadas de liberdade que se declaram negras, correspondem a 64%.

Os dados expressos no INFOPEN, dão vida e embasam o que muitos olhos enxergam, mas que as bocas insistem em negar, através de discursos de que "racismo no

Brasil não existe, é coisa rara", ou de que brancos e negros tem oportunidades igualitárias em ocupar espaços educacionais, cargos públicos ou de chefia em setores privados, entre outros. Os números de 2016 revelam que a juventude negra está majoritariamente privada de liberdade, além de também ter ocorrido aumento significativo em casos de jovens negros assassinados, de acordo com o Atlas da violência 2018, que revela que no período de 2006-2016 a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%.

As matérias escolhidas para exemplificar a violência cotidiana vivenciada pela população negra, são: o assassinato da vereadora Marielle Franco em março de 2018, a prisão do Dj Rennan da Penha (criador do Baile de Gaiola) em março de 2019, acusado de associação ao tráfico de drogas, sendo que o mesmo já havia sido absolvido em primeira instância no ano de 2016, o assassinato de Edvaldo dos Santos Rosa, após o exército brasileiro disparar mais de 80 tiros contra o carro em que estava ele juntamente com sua família, a prisão da cantora e ativista pelo direito à moradia, Preta Ferreira, e por último o assassinato da menina Ágatha Félix, de 8 anos, em setembro de 2019, a criança foi morta a tiros quando retornava para a casa com a mãe.

A cor negra, à séculos vem sendo alvo da violência e do extermínio no Brasil, a mais de 500 anos o sangue do povo negro vem marcando o solo brasileiro com seu sangue, os casos descritos acima mostram que, crianças, mulheres, homens e LGBTQI+, de distintas idades e regiões, sofrem com processos histórico de exclusão, de desigualdade econômica e social, vivendo nas ruas e/ou em áreas periféricas, habitando em moradias precárias, são suspeitos principais e alvos cotidianos da política de segurança pública.

Segundo Iamamoto (2012) as desigualdades que presidem o processo de desenvolvimento do País têm sido uma das suas particularidades históricas afetando a economia, a política e a cultura, ressalva que no Brasil o novo surge pela mediação do passado, ele se transforma e se recria apresentando novas formas da sua herança patriarcal e colonialista nos processos sociais do presente. A desigualdade segundo Almeida (2019) pode ser expressa em dados estatísticos ou matemáticos, sendo possível revelá-la e visualiza-la por meio dos números, mas a sua explicação reside em compreender a sociedade e seus inúmeros conflitos, para o autor quando falamos sobre raça e economia estamos essencialmente falando sobre desigualdades.

As situações desiguais em que vivia a população brasileira no final do século XIX e início do século XX podem ser analisadas em letras de música e obras literárias, como é o caso do romance naturalista intitulado de O Cortiço do autor Aluísio Azevedo publicado em 1890 e retrata as precárias condições habitacionais e de vida das pessoas

que moram no local, a disputa territorial em face de um nicho de mercado imobiliário e, a busca pela ascensão social. O livro O Mulato (1881), também do mesmo autor retrata a corrupção e a questão do racismo e do preconceito racial vivenciado pelo negro na sociedade maranhense, o personagem central filho de uma ex escrava, mesmo tendo estudado na Europa e ter retornado doutor ainda é visto e tratado com desconfiança e desprezo pelos seus conterrâneos.

O preconceito denunciado na imprensa por Rubens do Amaral e Alberto de Almeida (1927) pode ser encontrado na obra de Fernandes sobre a inserção do negro na sociedade de classes (1965) onde o autor revela alguns trechos do artigo publicado por Amaral e Almeida no contexto pós abolição, que diz *"não somente a existência do preconceito de côr, como o de classe". "Mas, o preconceito de raças no Brasil vai se acentuando cada vez mais, sobretudo em São Paulo e nos estados sulinos; e em meio a esta luta surda, nós, os negros temos que tombar vencidos".* Além do preconceito, a vinda os imigrantes e o desprestígio do negro frente a estes são questões levantadas pelo movimento negro da época, em um outro trecho trazido por Fernandes (1965), que refere "*Relagam-se, pois, a nós brasileiros, a uma posição horrível de inferioridade e desprestígio perante o nacional branco, e o que mais revolta, perante o estrangeiro".*

4. Considerações finais

Ainda hoje, passados os 130 do pós abolição, os relatos explicitados nas obras de Azevedo e Fernandes se mantém atuais, os negros relegados a uma posição de ser humano inferior, ou como feras selvagens, e ainda que estudem e tenham ascensão social, são vistos com olhar de desconfiança e alvos de racismo estrutural. O mito do negro violento e estuprador, que precisa ser detido e domesticado, continua a existir no imaginário social, a liberdade conquistada após anos de luta e resistência, é um direito constantemente e cotidianamente ameaçada e negado, quando não lhe tiram a vida, subtraem sua liberdade.

Os cortiços mudaram de nome, mas ainda é o povo afro-brasileiro que continua a ocupá-los, o preconceito que existia em relação a classe e a cor permanece, o racismo se acentuou e vive permanentemente tentando se esconder atrás da máscara da democracia racial, as desigualdades se expressam nos números, mulheres negras tem remuneração salarial menor que os homens negros, e estes tem salário menor que mulheres brancas, as políticas de ações afirmativas promoveram um tímido aumento do povo negro no ensino superior, mas tal qual o livro do Mulato, mesmo sendo graduado, mestre e/ou doutor, os

negros continuam sendo alvos dos tiros e da violência estatal, por meio do extermínio ou da superlotação dos presídios que continua sendo colorido com uma única cor, a preta.

5. Referências

ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo. Pólen, 2019

ALVES, Castro. A canção do africano. Poema. Disponível em: https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=38777#Acan%C3%A7%C3%A3odoafricano. Acesso em: 28 de Junho de 2019.

BORGES, Juliana. Encarceramento negro. São Paulo. Pólen, 2019

BRASIL. Projeto de Lei anticrime. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1549284631.06/projeto-de-lei-anticrime.pdf. Acesso em: 18 de Junho de 2019.

BRASIL. Atlas da Violência. Instituto Pesquisa Aplicadas. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso em: 28 de Agosto de 2019.

BRASIL. Levantamento nacional de informações penitenciárias de 2016. Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf. Acesso em: 17 de Junho de 2019.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. 3 ed. São Paulo: Ática, 1978.

FERRUGEM. Daniela. Guerra as drogas e a manutenção da hierarquia racial. Belo Horizonte: Belo Horizonte, 2019.

HUBERMANN, Leo. A riqueza do homem. 16º edição. Zahar editores.

IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social em tempos de capital fetiche: Trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda. A Questão Social no Capitalismo. In: Revista Temporalis 3- Ano II, Nº 3, Jan./Jul. 2001. Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001, p.09-32

PEREIRA. Potyara A**.** Questão Social, direito social e direitos de cidadania. In: Revista Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. 2 ed. Ano, 2, n 3(jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2004, p. 51-60.

SANTOS, Josiane Soares. "Questão Social" particularidades no Brasil. Coleção biblioteca básica do Serviço Social. v 6. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SOARES, Elza. A carne. Disponível em: https://www.letras.mus.br/elza-soares/281242/. Acesso em: 28 de Junho de 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e Exclusão Social: expressões da questão Social no Brasil. In: **Revista Temporalis**/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. 2 ed. Ano, 2, n 3(jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2004, p. 33-40.

VIOLÊNCIAS E ACESSO À JUSTIÇA NA PERSPECTIVA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

AS CONTRIBUIÇÕES DE ISILDINHA NOGUEIRA PARA PENSAR A NECROPOLÍTICA E O RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL

Carla Silva de Avila [1]
Maria Heloisa Martins da Rosa[2]
Thais Carolina Xavier Coitinho[3]
Natalia Ferreira Pereira [4]

1. Introdução

O presente trabalho objetiva realizar uma reflexão teórica sobre o racismo estrutural, a necropolítica e a saúde da população negra. Parte-se das discussões e ações realizadas no Projeto de Extensão Relações Étnico-Raciais UCPEL, tomando como foco as contribuições da obra da Psicóloga negra Isildinha Nogueira (1998). A metodologia utilizada será por meio das reflexões oriundas das ações práticas realizadas no Projeto de Extensão junto a um grupo de idosos e adolescentes, ambos pensando de que forma o racismo pode afetar a saúde mental e física dos negros e negras no Brasil. O escopo teórico do trabalho articula questões entre o debate oriundo das relações étnico-raciais e o debate pós-colonial. Inicia-se por meio das contribuições da obra "Significados do Corpo Negro" de Isildinha Nogueira (1998), que em sua tese de doutorado apresenta a temática racismo e sofrimento psíquico focando nos processos subjetivos de ser negro e negra numa sociedade racista. Isildinha Nogueira apresenta a seguinte questão: "O que é ser negro em uma sociedade racializada?" Para a autora os papeis sociais se definem numa relação completamente comprometida desde o inconsciente pelo desejo de ser branco como um modelo ideal de pessoa. Questões sentidas pelo indivíduo que são estruturadas e reproduzidas por aquilo que o Movimento Social negro chama de racismo estrutural. Uma prática que além de moldar os lugares socialmente inferiorizados para os descendentes de africanos marcados por sua cor e suas características fenotípicas que caracterizam o tipo de racismo no Brasil. Isildinha Nogueira apresenta questões determinantes para problematizar os processos em que o racismo institucionaliza-se, demarcando o que Silvio Almeida (2018) denomina de racismo institucional, pautando

[1] Mestre em Ciências Sociais / Doutoranda PPG Política Social e Direitos Humanos/UCPel. sociocarla@gmail.com
[2] Mestre em Antropologia Social UFPel. mariaheloisam@mail.com
[3] Assistente Social. UCPEL. thaiscxc@hotmail.com
[4] Acadêmica do Curso de Serviço Social. UCPEL. nataliaferreirapereira07@gmail.com

a relação do racismo com o Estado e com a economia. Parte-se do diálogo com a sociologia através dos conceitos de instituição e estrutura como centrais para compreensão da dinâmica dos fenômenos sociológicos, bem como o do racismo. Esta articulação do racismo com elementos subjetivos na construção do imaginário social sobre ser negro e negra (NOGUEIRA, 1998), em conjunto com a noção de racismo institucional e estrutural nos possibilita a perceber os efeitos do que Achile Mbembe (2018) chama de necropolitica. A necropolitica como elementos da contemporaneidade que negam a vida em relação a morte. Aqui pode-se pensar na morte física expressada nos dados atuais sobre o extermínio da juventude negra, bem como nos processos de morte social, problematizada em relação a presença negra na sociedade brasileira.

2. O pensamento em Isildinha Nogueira

No intuito de compreender de que forma o racismo opera na construção da subjetividade negra Isildinha Nogueira em sua tese de doutorado se questiona: O que é ser negro em uma sociedade racializada? No sentido de responder tal questionamento, a autora problematiza de que forma os papeis socialmente construídos interferem na construção da subjetividade, uma vez que no inconsciente opera-se o desejo de ser branco como um modelo ideal de pessoa. Busca esse sentido no processo longo de escravidão que colocou o negro na condição de coisa, objeto, e, este é o lugar social atribuído à condição do ser negro. “Esse passado histórico marcado pela desumanização que, como consequência, constituiu um obstáculo à construção da individualidade social, o negro tem o seu processo de tornar-se indivíduo comprometido.” (Nogueira, 1998, p.33)

Parte da historicidade e dos significados dado ao trabalhador escravizado desde sua inserção no território brasileiro, condições que coloca os descendentes de africanos em condições de objetos. Neste sentido a autora pontua dois aspectos importantes que colocaram a população negra em situações de subalternidades, situados em não lugares, dificultando os processos de construção de sua identidade social enquanto indivíduo negro pertencente ao grupo de negros. Notando-se a posteriori, a dificuldade de se construir como individuo no interior do corpo social, como um todo e pelas identificações com seus semelhantes sociais. O pós-escravidão deu-lhes um estatuto jurídico de cidadãos, lugar de indivíduos sociais, entretanto, pela ausência de políticas de inserção na nova forma de organização social, não adquiriram status no plano sócio

econômico. Nesse processo de busca indenitária, o negro desenvolveu um pavor em se identificar com seus iguais, pois isto representaria para ele, voltar à gênese histórico social da condição de ser negro, uma peça, uma coisa que não tem atividade produtiva um lumpem. Por essa razão busca identificação ilusória cujo emblema é o ideal imaginário da brancura. (NOGUEIRA,1998).

Constrói-se um sujeito com uma estrutura marcada por uma descontinuidade entre consciente e inconsciente. Se por um lado ao buscar profissionalização e formação acadêmica veem sua autoestima elevada a categoria sujeito de direito, por outro o espelho que a sociedade reflete para este sujeito ainda tem como referência de imagem a branquitude, pois: "Dizer a negros que eles são negros não é tarefa fácil" (NOGUEIRA,1998, p.124). Os pais projetam nos filhos seus desejos de serem pessoas brancas, pois suas experiências vividas como pessoas negras é muito ruim. A autora enfatiza sobre a psicanálise que analisa a estrutura inconsciente em que o racismo se insere na sociedade, tanto pela esfera social, jurídica e política. Para tanto explicar o significado da constituição do sujeito a partir da concepção lacaniana que pensa a simbologia da figura paterna no desenvolvimento do ser criança. A construção do sujeito e a simbologia de poder se dá pelo órgão genital, pois a diferença dos sexos se dá pela falta do órgão masculino, que obtém o sentimento de castração.

> Todo esse processo é intra-subjetivo, é a relação do sujeito com uma formação intrapsíquica que tem por base o imaginário do fantasma; daí teremos o processo da metáfora paterna, isto é, o reinado do falo enquanto objeto imaginário, que será uma peça importante, fundamental e estruturante na dialética edipiana; o próprio processo edipiano estabelece uma situação simbólica inaugural, que culmina com a metáfora do Nome-do-Pai. (NOGUEIRA. 1998. p. 49).

Essa simbologia da figura paterna remete a pensar no racismo estrutural que afeta as relações sociais e que atinge brutalmente a população negra.

Isildinha pensa a construção do inconsciente do sujeito a partir das vivências exteriores. O quanto as relações, as dores, as linguagens interferem na construção do ser subjetivo.

> A partir dessa colocação, Lacan deixa claro que só existe sujeito em ser falante, isto é, que a noção de sujeito se sustenta a partir do acesso à ordem significante que origina o sujeito estruturando-o a partir de um processo de divisão que faz sobrevir o inconsciente.(NOGUEIRA. 1998 p. 52).

A autora analisa a ideia da linguagem na construção do ser, pois a expressão linguística não necessariamente condiz com a vontade do sujeito, nem toda a linguagem é a expressão do que se pensa, mas uma forma inconsciente de ser aceito e de se fazer representar. Relativiza a construção imaginária do eu e o quanto a identificação, representatividade e a alteridade são fundamentais para o desenvolvimento do sujeito. A criança tem por início o exemplo em seu núcleo familiar essa construção dá-se pelo processo de reconhecer-se no outro, da mesma forma como que o reflexo no espelho. A autora exemplifica como esse reflexo constrói a imagem do sujeito a partir da criança pela imagem da mãe (NOGUEIRA, 1998).

A necessidade de analisar a imagem social do corpo negro e refletir sobre os adjetivos distorcidos que nomearam ao negro, como vagabundagem, malandros, alcoólatras até mesmo a marginalidade, onde o processo de abolição da escravatura culminou nessa construção social de características que diminuem a população negra pela perspectiva de superioridade.

> É interessante observar como, nesse pensamento, a diferença de cor, que seria o traço mais visível, não é o tema central desse discurso que visa descrever as diferenças da população negra: trata-se antes de por em jogo o conceito de raça que legitimaria, através de um dado "natural", alguns comportamentos (determinados pelas condições de vida na escravidão) que, no entanto, eram explicados não em função das condições objetivas mas de "disposições inatas".(NOGUEIRA. 1998 p. 77).

Isildinha Nogueira (1998) problematiza as formas de como o corpo negro é agenciado na sociedade, e como esse imaginário social afeta a aceitação do negro com seu corpo. Os fenótipos africanos são vistos como não perfeitos, nem sempre aceitáveis para determinadas atividades, não são representados em sua integridade nos meios de comunicação e que pelo decorrer dos anos suas características físicas foram rejeitadas já que o exemplo de beleza seria o fenótipo branco europeu.

> Não é incomum o sentimento que nós, negros, experimentamos de nunca sermos suficientemente bons nas relações ou funções sociais por nós assumidas: não basta sermos bons, temos que ser os melhores e exemplares, depositários que somos do desejo de pais que projetaram em nós o sujeito que foram impedidos de ser.(NOGUEIRA. 1998. p. 78)

Isso remete nas relações afetivas, na auto-aceitação do corpo, na relação da mãe com seus filhos. O tom da pele negra é uma extensão do nosso corpo, o que se apresenta antes da personalidade, das qualidades e da potência do sujeito é a sua cor. Esse texto

remete perfeitamente o quanto a falta de representatividade desde a infância reflete na não aceitação do corpo.

Uma população que através dos tempos foi alvo da naturalização do racismo e que permanece essa naturalização através do discurso da diferença de classes sociais, porém a classe social tem cor e para tanto a importância de entender o quanto legitimar as diferenças sociais e raciais afetam majoritariamente a população negra. A vergonha de si trazida por Isildinha no texto, remete a pensar o quanto a sociedade além de naturalizada as formas de preconceito, põem a culpa na vítima, que se sente inferior e se mantém reclusa em uma vergonha aceitando inconscientemente os insultos.

As contribuições de Isildinha alicerçadas na construção da subjetividade negra, em conjunto a sua relação com o processo sócio-hitórico de inserção do negro na formação do Brasil, nos permitem perceber elementos centrais propostos nesse artigo como o racismo estrutural e a necropolitica propostos nesse ensaio.

3. O racismo estrutural

Silvio Luiz de Almeida é doutor em filosofia e teoria geral do direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. E atualmente professor das faculdades de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie (SP) e da Universidade São Judas Tadeu (SP). Bem como é também ativista da luta de combate ao racismo.

Almeida (2018) apresenta grandes reflexões sobre racismo estrutural como componente importante na organização econômica e politica da sociedade civil. Problematiza de que forma o racismo estrutural contribui para as formas da desigualdade e violência que molda a vida social contemporânea. Por meio a práticas conscientes ou inconscientes acabam resultando vantagens ou privilégios de determinados grupos. Nesse sentido o autor trás como amparo argumentos tecnológicos sobre a escravidão e o colonialismo.

O racismo é uma das marcas deixadas pela escravidão e pelo colonialismo, mesmo após abolição a sociedade ainda permaneceu com padrões do período escravagista. Atualmente pode-se considerar, segundo o autor, o racismo como uma manifestação da estrutura do capitalista, onde naturaliza o pagamento de salários mais baixos para trabalhadores de determinados grupos minoritários. Sendo assim uma excelente ‘’inovação’’ de controle social.

O sistema de justiça, sistema educacional, os meios de comunicação em consonância auxiliam para que haja a perpetuação da subalternidade, mantendo a população negra fora dos espaços de decisão e exposto a todo tipo de violência. Através das novelas brasileiras os indivíduos acabam acreditando que as mulheres negras tem uma vocação natural para emprego doméstico, entretanto, os homens brancos são personificados como sujeitos de liderança. Os espaços de educação também reforçam esse tipo de exteriorização apresentando um mundo onde a população negra não tem contribuições importantes para a história. (ALMEIDA, 2018)

O racismo vai além dos fenômenos institucionais estruturais, é uma ideologia em que molda o inconsciente. Assim as ações dos indivíduos ainda que de forma consciente, acontece de forma constituída por padrões sob o domínio de uma supremacia branca. A supremacia branca é a dominação exercida pelas pessoas brancas em diversos âmbitos da vida social, assim são atribuídas a estás privilégios dos mais variados seguimento da sociedade civil, como por exemplo: privilegio econômico, politico e até mesmo afetivo.

Uma das características do racismo é a dominação de um grupo racial sobre o outro. Assim o autor questiona de que modo essa circunstancia acontece. Logo, observa-se que a dominação é exercida através do poder, como também, de forma cultural onde as desigualdades, a discriminação racial e a violência são vistas como elementos cotidianos da vida social. Além disso, o autor chama atenção para as ‘’piadas’’ de cunho racial, elemento que faz parte da cultura popular brasileira. O fato expressivo e infelizmente comum na sociedade brasileira, faz com que a justiça em geral resista em reconhecer casos de racismo. (ALMEIDA,2018)

É importante destacar que Almeida trás no livro ‘’O que é Racismo Estrutural?’’ a distinção entre preconceito, racismo e discriminação. Já que esses termos são compreendidos por determinados grupos como sinônimos. Assim, preconceito deve ser entendido com a definição de conceito sobre determinada pessoa ou grupo, estabelecido por fatores históricos e sociais. Já o racismo, é uma forma de discriminação onde tem a raça como fundamento, e que é manifestado por meio de praticas consciente ou não, assim resulta em desvantagens ou privilégios dependendo do grupo racial pertencente. E por fim, a discriminação é realizar tratamento diferenciado por razão da raça do sujeito.

Chama-se atenção para negação do racismo na sociedade brasileira, tendo como conceito a democracia racial, evoluindo para meritocracia. Essa concepção tem como base principal o ‘’empenho’’ da população negra, para usufruir dos mesmos privilégios da população branca. Segundo os defensores dessa ideia, todas as pessoas possuem as

mesmas oportunidades. Todavia, essa pratica serve somente para aumentar a segregação entre brancos e negros, bem como a manutenção da desigualdade.

Quando se refere à organização politica (organizada pelo Estado) o autor vai afirmar que esse Estado não é uma pessoa, mas é um sistema que vai definir as praticas sociais em favor de um grupo dominante, o mesmo que faz reproduzir o racismo.

Através da teoria Foucaultiana, o autor explica que o racismo tem funções ligadas ao poder do Estado, uma delas é a divisão biológica da espécie humana, dividindo em hierarquia, distinções e classificações de raça. Assim o racismo introduz uma linha divisória entre aqueles que são superiores e inferiores, aqueles que são bons e maus e os que merecem viver e morrer.

Quando se refere à morte, não é somente a morte retirada da vida, mas também a exposição ao risco da morte, como por exemplo, a rejeição e a expulsão. As consequências das mudanças socioeconômicas ocorridas no século XIX fez com que o Estado assumisse um papel de controlar, manter e prolongar a vida de seus agentes. Desse modo, a falta do exercício do poder estatal como saúde pública, saneamento básico, segurança pública, são alguns exemplos do deixar morrer realizado pelo Estado.

Além disso, Foucault vai trazer a relação com o olhar da morte do outro, em que não mais vai ser visto como a morte do meu adversário, mas algo degenerado, um anormal, inferior, pertencente a uma raça ruim. Assim quando se refere ao genocídio de uma certa população vai ser visto com desprezo e normalidade.

A interiorização de um determinado grupo, como a população negra, nunca foi questionada e nem a sua condição dentro da sociedade brasileira. O racismo encontra-se institucionalizado dentro da sociedade brasileira, pois a população negra está sempre relacionada ao continente Africano, sendo considerado evoluído somente aqueles que sofreram o processo de miscigenação com brancos.

Assim os fatos que justificam a desigualdade e discriminação não devem ser levados em conta. É necessário espaços que devem promover a inclusão da população negra. Porém, a representatividade não garante a mudança na estrutura social e também não retira o estigma colocado sobre os negros.

Além disso, o autor menciona que a real desigualdade está relacionada à raça e não a classe. Pois a manifestação de racismo possui fundamentos que vão além das questões econômicas, de modo que, mesmo um negro ascendendo socialmente ele sofrerá com atos racistas.

Almeida (2018) apresenta que o tipo de racismo no Brasil como um processo político materializado na hostilização de sujeitos marcados racialmente por características fenotípicas ligadas a negritude. Problematiza o racismo como elemento estruturante das relações sociais da sociedade. Vai além das questões individuais, parte-se dos resquícios oriundos do passado escravocrata, aliadas às teorias racialistas que forjaram um lugar socialmente inferiorizado, dividindo o racismo em dimensões subjetivas, institucionais e estruturais

O autor nos fornece elementos centrais para pensar de que forma ocorre a produção e manutenção estrutural do racismo, assim pode-se associar as contribuições de Isildinha Nogueira (1998) na construção de uma subjetividade que negativa e relação ao ser negro. Por fim o ultimo objetivo desse trabalho é relacionar essa produção de racismo estrutural e a construção de uma subjetividade negativa a noção de necropolítica de Achile Mbembe.

4. A necropolitica

A noção de necropolítica, apresentada por Mbembe (2018), consiste na discussão a partir da concepção máxima de soberania em consonância ao poder de decidir quem pôde viver e morrer. Discorre suas reflexões sobre os sujeitos aos quais são impostos os direitos e as leis. O filósofo complementa a noção de biopoder de Foucault ao apoiar-se nas consequências de um Estado de exceção, problematizadas no nazismo e no totalitarismo. Objetiva debater para além das realidades históricas a ideia de soberania contida na noção de modernidade e no processo de consolidação do modo de produção capitalista, em sua versão de modernidade tardia.

Para o autor o Estado Moderno é formado por instituições que segregam e decidem sobre o percurso de alguns corpos, aqui pode-se relacionar ao peso dado ao corpo negro nos territórios de expansão de um mundo moderno através da exploração do trabalho escravo, apresentando modelos de civilização em que uns tem o poder de agenciar a vida dos outros.

A noção de necropoder está em diálogo com o conceito de biopoder de Michel Foucault , Mbembe(2018) referente a noção de soberania , uma vez que : “que a expressão máxima da soberania reside em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”, razão pela qual “matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais.”(p.5)

O autor questiona-se quem é esse individuo sujeito a essa soberania? Para compreender essa relação MBembe (2018) problematiza as características do estado de exceção, do estado de violência. Em relação a sociedade brasileira vários cientistas relacionam esse estado de exceção com a luta contra as drogas, a qual a maioria dessas vitimas são jovem negros, chegando a ser computado cerca de 75% das vitimas de armas de fogo são jovens negros.[5]

Problematiza também a relação de soberania com os limites e medos da morte, uma vez que o soberano não respeita esses limites e transgrede a todos esses limites. Aqui cabe pensar a partir das considerações de Isildinha Nogueira (1998) e Silvio Almeida (2018) no lugar do corpo negro nessa relação. De que forma o necropoder se relaciona com o racismo institucional, e de como se relaciona com a construção de uma subjetividade calcada numa estrutura que de certa forma deixa morrer o ser negro.

Assim pode-se pensar a necropolitica como: "As formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte (necropolítica) reconfiguram profundamente as relações entre resistências, sacrifícios e terror". (P.71) Essa noção nos possibilita pensar que o necropoder também age na construção de uma subjetividade desprovida de humanidade e subalternizada como o racismo construir no Brasil.

5. Considerações

Isildinha Nogueira (1998) apresenta de que forma mulheres e homens negros interiorizam a estrutura do racismo através da negação de si e de outros negros e negras. Uma negação como resultado tanto de um projeto de genocídio, como da necropolítica em ação, um constante processo de naturalização da inferiorizarão estrutural do negro em uma sociedade racializada. Nota-se um processo socialmente construído e reproduzido de uma naturalização exteriorizada, interiorizada e reproduzida. Pois o corpo negro é m corpo que carrega em seus traços um projeto de morte, um corpo que necessita ser constantemente e cotidianamente ressignificado, um corpo que não pertence ao projeto moderno de humanidade e por fim um corpo que precisa forjar estratégias de desconstruir seu lugar de inferioridade e projetar sua existência .

[5] ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

6. Referências

ALMEIDA, Silvio. **O que é Racismo Estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018. 203 p.

LIMA, Fátima. Bio-Necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe.Arquivos Brasileiros de Psicologia; Rio de Janeiro, 70 (no.spe.): 20-33 .2019

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo, N-1 edições, 2019.

NOGUEIRA. Isildinha. Significados do Corpo Negros. Tese (Doutorado) Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano. Universidade de São Paulo, 1998.

ENTRE AS PERSPECTIVAS DA *BIPOLÍTICA* E DA *NECROPOLÍTICA*: uma reflexão sobre a produção de vidas descartáveis no contexto latino-americano

Maritânia Salete Salvi Rafagnin[1]
Tiago Lemões[2]

O sistema é muito racional do ponto de vista de seus donos estrangeiros e de nossa burguesia comissionista, que vendeu a alma ao Diabo por um preço que deixaria Fausto envergonhado. Mas o sistema é tão irracional para todos os outros que, quanto mais se desenvolve, mais aguça seus desequilíbrios e tensões, suas candentes contradições. Até a industrialização, dependente e tardia, que comodamente coexiste com o latifúndio e as estruturas da desigualdade, contribui para semear o desemprego, em vez de ajudar a resolvê-lo; alastra-se a pobreza e se concentra a riqueza nesta região de imensas legiões de braços cruzados que se multiplicam sem parar. Novas fábricas se estabelecem nos polos privilegiados do desenvolvimento – São Paulo, Buenos Aires, Cidade do México – e cada vez menos mão de obra eles necessitam.
O sistema não previu este pequeno incômodo: o que sobra é gente. E gente se reproduz. Faz-se amor com entusiasmo e sem precauções. Cada vez resta mais gente à beira do caminho, sem trabalho no campo, onde o latifúndio reina com suas gigantescas terras improdutivas, e sem trabalho na cidade, onde reinam as máquinas: o sistema vomita homens. (GALEANO, 2016, p. 21).

1. Introdução: justificando conceitos fundamentais

Produzir uma reflexão teórica sobre a trabalhadora no contexto brasileiro em tempos de crise é de fato um desafio, pois no plano dos direitos sociais conquistados, o neoliberalismo tem promovido a retirada de cada um deles. Para melhor compreender este cenário de desmonte de garantias fundamentais, sobretudo no contexto latino-americano, lançaremos mão de dois conceitos que julgamos imprescindíveis ao que pretendemos perscrutar: a *biopolítica*, explorada pelo pensador francês Michel Foucault, e as reflexões decorrentes da noção de *necropolítica*, formuladas pelo teórico camaronês Achille Mbembe.

De imediato, julgamos necessária uma diferenciação: ao contrário de Mbembe (2017; 2019), que explora a perversidade histórica dos processos de colonização nas periferias do capitalismo, as reflexões foucaultianas voltam-se para a analítica do poder e do saber (sobre o corpo, a espécie humana e a população) em contextos históricos,

[1] Doutoranda em Política Social e Direitos Humanos e Mestra em Política Social pela Universidade Católica de Pelotas. Bolsista CAPES. E-mail: mari.salvi@gmail.com
[2] Professor do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas. Doutor em Antropologia Social. E-mail: tiago.silva@ucpel.edu.br

sociais e institucionais predominantemente europeus. No entanto, tal distinção não nos serve como razão para o rechaço das contribuições de um dos mais complexos e influentes intelectuais do século XX. Como bem argumenta Hilário (2016), mesmo entendendo a pertinência da crítica em relação à sua localização eurocêntrica, os mecanismos de poder propostos por Foucault permitem "[...] olhar para a periferia e analisar os modos pelos quais os dispositivos de análise foucaultianos funcionam ou não" (HILÁRIO, 2016, p. 197).

Isso implica considerar a potência de determinados conceitos como bússola para identificar continuidades e inflexões nos modos de operação do poder, discriminando seriamente a geopolítica e as experiências históricas, sociais e culturais dos cenários em análise. Por isso, utilizaremos a noção de *biopolítica* – e os processos de regulação da saúde, do corpo, da alimentação e da proteção social que a definem, para elucidar os efeitos perversos do colonialismo e do neoliberalismo inserido no contexto moderno-colonial.

Justamente pela opção de diálogo com Foucault, mas sem perder de vista as possibilidades de crítica e atualização de seu pensamento, é que trazemos ao texto as contribuições de Mbembe que, por meio da noção de *necropolítica*, atualiza algumas inferências foulcaultianas para fenômenos situados na periferia do capitalismo, mais especificamente aqueles que remetem a passagem da *biopolítica* para a *necropolítica*. Para potencializar e complexificar o diálogo com Mbembe, faremos conexões com as noções de *colonialidade do poder* e da *colonialidade de gênero*, dada a importância da localização do discurso, para que se compreenda a realidade experienciada pela mulher trabalhadora.

Entendemos que a necessidade de discussão dessas categorias – que serão esmiuçadas a seguir – para a leitura da trabalhadora no contexto brasileiro reside na incongruência entre conceitos clássicos e a nova realidade que se apresenta. Nesse sentido, conforme alerta Costa (2010, p. 45), em vista das "[...] profundas mudanças ocasionadas pelos processos cada vez mais intensificados da globalização, as categorias tradicionais de análise (incluindo as marxistas) já não conseguem mais dar conta das transformações identitárias, espaciais, econômicas, culturais e políticas do mundo atual". Por isso, ao articularmos as categorias aqui elencadas, valorizando os efeitos analíticos da biopolítica e necropolítica, iluminaremos algumas formas de poder que vigoram na periferia capitalista, as quais se desdobram em novos processos de barbárie, relacionados diretamente com políticas da vida e da morte.

2. Articulando o marco teórico

Para melhor situarmos a contribuição da categoria *biopolítica*, é necessário fazer algumas considerações acerca dos mecanismos, técnicas e tecnologias de poder incididas sobre o corpo, mas também sobre a população – processos caros à teoria do poder foucaultiana. Nessa perspectiva, o corpo assume uma realidade política mais precisamente por estar

> [...] diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. (FOUCAULT, 1999a, p. 29).

Nesse sentido, identifica-se que as relações de poder são antes de tudo, relações produtivas, que se tornam mais eficientes a medida em que o corpo que produz é também um corpo submisso, controlado e adestrado, sendo que esse poder deve ser visto a partir de sua microfísica, com base na sua incidência sobre os corpos individuais em suas práticas cotidianas, porquanto as relações de poder estão entre as coisas mais ocultas no corpo social (FOUCAULT, 1984). Mais especificamente, as técnicas de poder, centradas no corpo individual, são compreendidas como o conjunto de

> [...] procedimentos pelos quais se assegurava a distribuição espacial dos corpos individuais (sua separação, seu alinhamento, sua colocação em série e em vigilância) e a organização, em torno desses corpos individuais, de todo um campo de visibilidade. Eram também as técnicas pelas quais se incumbiam desses corpos, tentavam aumentar-lhes a força útil através do exercício, do treinamento, etc. Eram igualmente técnicas de racionalização e de economia estrita de um poder que devia se exercer, da maneira menos onerosa possível, mediante todo um sistema de vigilância, de hierarquias, de inspeções, de escriturações, de relatórios: toda essa tecnologia que podemos chamar de tecnologia disciplinar. (FOUCAULT, 1999b, p. 288).

A tecnologia disciplinar, portanto, sujeita os corpos a estarem docilizados, tornando-os uma máquina de produção, através de normas, preceitos, proibições, eliminando desvios e anomalias (HILÁRIO, 2016). Conforme Hilário (2016) o poder

disciplinar não se trata de um poder de morte, mas de um poder de vida, do qual sua função não é matar, mas sim, operar impositivamente sobre a vida.

Contudo, Foucault observa que, na segunda metade do século XVIII, as disciplinas, empregadas sobretudo nas fábricas, nos hospitais, nos manicômios, nas escolas e nas prisões, estavam perdendo parte da eficácia da manutenção do seu poder. É exatamente neste recorte temporal de inflexões que Foucault identifica o surgimento de uma nova tecnologia "[...] que não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, que a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia" (FOUCAULT, 1999b, p. 289). Essa tecnologia o autor denomina de *biopolítica*, que atua sobre o homem-espécie, afetando o conjunto de "[...] processos que são próprios da vida, como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc." (FOUCAULT, 1999b, p. 289). Mais especificamente, a biopolítica congrega uma série de

> [...] fenômenos que se começa a levar em conta no final do século XVIII e que trazem a introdução de uma medicina que vai ter, agora, a função de uma higiene pública, com organismos de coordenação dos tratamentos médicos, de centralização da informação, de normalização do saber, e que adquire também o aspecto de campanha de aprendizado da higiene e de medicalização da população. Portanto, problemas da reprodução, da natalidade, problemas da morbidade também. O outro campo de intervenção da biopolítica vai ser todo um conjunto de fenômenos dos quais uns são universais e outros são acidentais, mas que, de uma parte, nunca são inteiramente compreensíveis, mesmo que sejam acidentais, e que acarretam também consequências análogas de incapacidade, de pôr indivíduos fora de circuito, de neutralização, etc. Será o problema muito importante, já no início do século XIX (na hora da industrialização), da velhice, do indivíduo que cai, em consequência, para fora do campo de capacidade, de atividade. E, da outra parte, os acidentes, as enfermidades, as anomalias diversas. É em relação a estes fenômenos que essa biopolítica vai introduzir não somente instituições de assistência (que existem faz muito tempo), mas mecanismos muito mais sutis, economicamente muito mais racionais do que a grande assistência, a um só tempo maciça e lacunar, que era essencialmente vinculada à Igreja. Vamos ter mecanismos mais sutis, mais racionais, de seguros, de poupança individual e coletiva, de seguridade, etc. (FOUCAULT, 1999b, p. 291).

A *biopolítica*, deste modo, tornou-se um elemento indispensável para o desenvolvimento do capitalismo, uma vez que garantiu a inserção controlada dos corpos no aparelho de produção, ajustando, consequentemente, não somente os corpos disciplinados, mas também a população aos processos econômicos (HILÁRIO, 2016). E isso ocorre precisamente porque como um problema político, a população é o terreno onde a biopolítica vai regulamentar a vida e disciplinar o corpo, modificando assim o

poder político para o direito de fazer viver e deixar morrer: um poder que, ao mesmo tempo em que se esforça no prolongamento e multiplicação de vidas, também pode matar e deixar morrer. Nesta nova configuração política que se consolida sobretudo a partir do século XIX, o racismo assume um papel central no funcionamento do Estado biopolítico. Enquanto uma censura de tipo biológico, o racismo introduz um corte entre quem deve viver e quem deve morrer, justificando a morte em nome do fortalecimento da raça e da espécie, de modo que a morte de uns potencializa e otimiza a vida de outros (FOUCAULT, 1999b). Assim, nos cabe considerar que se por um lado a *biopolítica* implica em uma gestão da vida, ela também produz a gestão da morte, na medida em que para fortalecer a vida e sua produtividade, é necessário que outros morram ou sejam alvo de uma série de precarizações, vulnerabilidades e violências.

3. Perversidades neoliberais: reflexões desde o pensamento pós e decolonial

Foucault escreveu sobre a tecnologia disciplinar e a *biopolítica* em um momento em que o capitalismo estava em expansão, relacionado aos modos de produção *fordista/taylorista* aliados ao *Welfare State*, sendo que a partir da década de 1970, esse modelo demonstra sinais de esgotamento, obrigando o sistema capitalista de produção a se reinventar sob a ótica neoliberal, acompanhado da reestruturação produtiva baseada no modelo de acumulação flexível.

Com a alteração do modo de produção e da ofensiva política do capital proposta pelo neoliberalismo, alteram-se, consequentemente, as relações entre o corpo e o poder. Isso porque, sob essa nova ótica vigente desse modo de produção, foi dispensado um grande contingente de trabalhadores, principalmente nos países capitalistas periféricos. Nesse sentido, Santos (2016, p. 42) observa que:

> Em decorrência desses processos [neoliberalismo e reestruturação produtiva], o capital assume novos padrões de produção, de acumulação e concorrência, que afetam diretamente a classe trabalhadora. O processo produtivo da sociedade capitalista neoliberal exige mais eficácia, promovendo um salto no desenvolvimento tecnológico, na informatização, que, consequentemente, atingem os processos e relações de trabalho. Percebe-se então que as mudanças no mundo do trabalho procedem de alguns vetores principais, mutuamente implicados: de um lado, a reestruturação produtiva (centrada na introdução da informática e da automação no processo produtivo, ela conduz a mudanças na organização do trabalho – produção flexível e trabalho polivalente), que substitui o modelo fordista anterior; de outro lado a descentralização produtiva e a terceirização.

> Associada a esse processo, observa-se uma tendência à desregulamentação dos mercados nacionais. É nesse contexto que o desemprego assume hoje um sentido estrutural, do mesmo modo que as formas precarizadas de trabalho – o subemprego.

Assim, em termos econômicos, ainda que a produção de valores esteja relacionada ao trabalho vivo, o aumento da maquinaria nas fábricas passou a descartar os sujeitos, que se tornaram sobrantes. Com o crescente desemprego, intensificaram-se as formas de precarização do trabalho, que se traduzem em novos modos de adoecer e morrer da classe trabalhadora.

Esse processo tem como marco a passagem da *biopolítica* para a *necropolítica*, uma vez que não se tem mais

> [...] uma política voltada para a produção de vida – ainda que adequada à forma social, [...] – e sim uma política cujo objetivo é a aniquilação em larga escala. Aqui a tendência para o 'trabalho morto' na produção de valor encontra o 'trabalho de morte' da política. Os indivíduos começam a sobrar diante da forma social atual, pois já não são mais rentáveis, não são mais requisitados a dispenderem sua força de trabalho no interior do processo produtivo amplo. Muito pelo contrário, são expulsos e jogados no mercado informal e precário, nas margens da cidade etc. (HILÁRIO, 2016, p. 203).

Logo, num Estado neoliberal, que defende a retirada dos direitos sociais, ao invés da produção de um "trabalho de vida", com pessoas sadias para produzir riqueza, tem-se um "trabalho de morte", que se aplica para aqueles considerados não humanos, ou melhor, os colonizados.

Diante disso, verifica-se que as massas de trabalhadores, considerados supérfluos, passam a viver num estado de absoluta precariedade, pois o sistema econômico-social não tem lugar para todos. Essas pessoas passam a ocupar as bordas da sociedade, com condições de vida e trabalho precários. Esses corpos, considerados sobrantes ao sistema, não mais necessários para a reprodução do capital, "[...] são submetidos a condições de vida que lhes conferem o *status* de 'mortos-vivos'" (MBEMBE, 2016, p. 146), afinal, são portadores de uma vida descartável.

Essa realidade se faz presente em países latino-americanos como o Brasil, pois, neles, a ordem democrática e a colonial ainda estão diretamente relacionadas. A democracia e o "[...] império colonial fazem objetivamente parte de uma mesma matriz histórica. Este fato originário e estruturante é central a qualquer compreensão histórica da violência da ordem mundial contemporânea" (MBEMBE, 2017, p. 43).

Observa-se, então, que a *necropolítica* – essa subjugação contemporânea da vida ao poder da morte – se constitui como categoria fundamental para se pensar a realidade de países colonizados, principalmente, para entender que se as tecnologias de extermínio e exclusão possuem alvos racialmente marcados, também atingem, com intensidades diferentes, as populações não-negras, também cada vez mais precarizadas (LIMA, 2018).

Nessa senda, verifica-se que a precarização da classe trabalhadora, mesmo se apresentando como marca do modo capitalista de produção como um todo, nos países periféricos colonizados, se apresenta com novos desdobramentos da questão social, cujos corpos dos trabalhadores trazem consigo as marcas da lógica excludente desse sistema. Isso porque, esses corpos descartáveis, estão inseridos numa lógica de *colonialidade de poder* e de classificação social, pois,

> [...] cada forma de controle de trabalho esteve articulada com uma raça particular. Consequentemente, o controle de uma forma específica de trabalho podia ser ao mesmo tempo um controle de grupo específico de gente dominada. Uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido. (QUIJANO, 2010, p. 109).

Desde o começo da América, os europeus associaram o trabalho não pago ou não-assalariado as raças colonizadas, porque eram inferiores, desenvolvendo-se a percepção que o trabalho assalariado era privilégio dos brancos. Tal inferioridade racial dos colonizados implicou em certa naturalização do trabalho em benefício dos seus amos – posição essa (de alguns brancos) que se pode encontrar até os dias atuais em diversos lugar do mundo (QUIJANO, 2010). Logo, pode-se constatar que a colonialidade sempre foi elemento legitimador das diferenças biológicas, silenciando-as nos termos das relações de poder.

Porém, conforme assevera Costa (2010) no conceito da colonialidade do poder de Quijano, tem-se a ideia de raça como elemento estruturante do colonialismo e das suas manifestações neocoloniais, faltando analisar a questão do gênero enquanto elemento estruturador e não subordinado da colonialidade do poder. Aliás, de acordo com Lugones (2014) a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero permite ver as mulheres não brancas, que são justamente, as que mais são submetidas a lógica de opressão da modernidade colonial.

4. Considerações finais: colonialidade, gênero e mercado de trabalho

Essa estrutura, que carrega em suas memórias mais de três séculos de escravidão e extermínio de indígenas e africanos, repercute nas relações sociais, principalmente na composição atual do mercado de trabalho, pois embora entre os anos de 1950 a 2010 a participação feminina no trabalho remunerado tenha mais que triplicado, de 13,6% para 49,9% ao passo que a masculina decresceu de 80,8% para 67,1%, as mulheres enfrentam disparidade de rendimentos, agravando-se quando se coloca em voga a questão racial, ao passo que um homem branco recebe quase o dobro de uma mulher negra que detém o mesmo nível de escolaridade (ANDRADE, 2016). Ademais, conforme pesquisa realizada pelo DIEESE (2013, p. 01)

> De maneira geral, as mulheres enfrentam grandes dificuldade no mercado de trabalho, representam mais da metade da população desempregada e, quando ocupadas, percebem rendimentos menores do que o dos homens. A discriminação de gênero é um fator determinante para as possibilidades de acesso, permanência e condições de trabalho. A necessidade de transformar as condições nas quais elas se inserem e estão inseridas, constitui-se um desafio relevante para a construção de novas relações sociais. Historicamente, a abordagem por sexo revela que as mulheres enfrentam grandes dificuldades no mercado de trabalho, tanto para conseguir uma ocupação como para mantê-la e, principalmente por auferir rendimentos menores do que os homens.

Também, acerca da desigualdade de gênero e raça, aduz Andrade (2016) que enquanto o homem branco inativo tem média de idade de 65,7 anos, possui renda média de R$ 1934 e número médio de filhos de 0,6, as mulheres negras inativas estão no extremo oposto: sua idade média é de 49 anos – quase 17 anos a menos que o homem branco, sua renda média é de R$ 786 – representando 40% da deles, e possuem mais que o dobro de filhos, 1,3.

Ademais, segundo pesquisa realizada pelo IPEA (2016, p. 10) no Brasil, "[...] 44,2% das mulheres negras são não contribuintes da previdência social, seguidas de perto pelos homens negros (43,7%)". Tais números indicam a baixa qualidade dos postos de trabalho, já que essa população está totalmente desprotegida em caso de desemprego ou de acidentes laborais.

Em vista desses dados, identifica-se a persistência das relações coloniais, pois o homem negro e mais ainda, a mulher negra, além de auferir renda inferior quando comparada ao homem e a mulher branca, encontram maior dificuldade de acessar o

mercado formal de trabalho – estando, deste modo, excluídos do sistema de proteção social.

Há que se considerar também,

> [...] que o mercado de trabalho brasileiro sempre foi segmentado pelo menos em dois: um mercado de trabalho formal, no qual os trabalhadores tinham os direitos trabalhistas e previdenciários garantidos por força da lei, e um mercado informal, no qual os salários, a jornada e as condições de trabalho não tinham o amparo da lei e no qual os trabalhadores não tinham acesso aos benefícios previdenciários. A existência desse mercado, que compreende mais ou menos 50% dos ocupados, é um dos traços que nos identifica com os demais países da América Latina e faz com que estruturalmente parte do mercado de trabalho apresente certo nível de flexibilidade. Contudo, é preciso lembrar que os trabalhadores, que integram cada segmento, não são completamente intercambiáveis, sendo somente uma franja que ora está em um, ora em outro, e que a capacidade de intercambiabilidade depende dos requisitos necessários exigidos pelo setor de atividade que emprega o trabalhador. O percentual maior ou menor de ocupados na informalidade somente foi reduzido durante os governos Lula e Dilma, mas voltou a aumentar na crise recente. (MARQUES, UGINO, 2017, p. 17).

Logo, existem trabalhadores que sequer acessam o emprego formal, além do fato que desses dados apresentados acima, existe parcela da população, que sequer entra no computo das estatísticas, seja por serem indígenas, ou pessoas em situação de rua..., não se enquadrando dentro dessa lógica de dominação capitalista proposta pela modernidade-colonial. Estes sujeitos, vivenciam mais ainda a lógica de precarização do trabalho e de suas vidas, justamente por sua condição de invisibilidade ao sistema.

Portanto, pode-se concluir que sobre esses corpos – docilizados pela tecnologia disciplinar e pela *biopolítica* – o Estado, no contexto moderno-colonial, utiliza-se da *necropolítica*, pois já que sobram para o sistema, são relegados ao desemprego, ou ao subemprego (trabalho parcial, temporário, terceirizado ou subcontratado). Nesse cenário, os trabalhadores e trabalhadoras que adoecem, sendo acometidas por alguma invalidez em virtude de doença adquirida pela atividade desempenhada, não são mais úteis ao mercado de trabalho e por isso são descartadas, afinal o que sobra é gente.

Referências

ANDRADE, Tânia. **Mulheres no Mercado de Trabalho**: Onde nasce a Desigualdade? Brasília: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 2016.

COSTA, Cláudia. Feminismo, tradução cultural e a descolonização do saber. **Fragmentos**, Florianópolis, n. 39, p. 45-59, jul./dez., 2010. DOI: https://doi.org/10.5007/29649. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/fragmentos/article/view/29649. Acesso em: 20 set. 2019.

DIEESE. A inserção das mulheres nos mercados de trabalho metropolitanos e a desigualdade nos rendimentos. **Pesquisa de Emprego e Desemprego** (PED): Boletim de março de 2013. Disponível em: https://www.dieese.org.br/analiseped/2013/2013pedmulhermet.pdf. Acesso em: 02 set. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975–1976). São Paulo: Martins Fonte, 1999a.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 20ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1999b.

_____. **Microfísica do poder**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

GALEANO, Eduardo H. **As veias abertas da América Latina.** Porto Alegre: L&PM, 2016.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. **Sapere Aude**, Minas Gerais, v. 7, n. 12, p. 194-210, jan./jun. 2016. DOI: https://doi.org/10.5752/P.2177-6342.2016v7n13p194. Disponível em: http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/11813. Acesso em: 20 set. 2019.

IPEA. **Mulheres e trabalho**: breve análise do período 2004-2014. Nota técnica nº 24. IPEA: Brasília, março de 2016. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6524/1/Nota_n24_Mulheres_trabalho.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.

LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 70, n. spe, p. 20-33, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000400003&lng=pt&nrm=iso. Acessos em: 24 set. 2019.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, 320, p. 935-952, 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/%25x. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755. Acessos em: 24 set. 2019.

MBEMBE, Achille. **Políticas de Inimizade.** Lisboa: Antígona, 2017.

_____. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-152, 2016. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993. Acesso em: 20 set. 2019.

MARQUES, Rosa Maria; UGINO, Camila Kimie. O Brasil é chamado à ordem. **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 3, p. 8-23, set./dez. 2017. DOI: https://doi.org/10.18315/argum..v9i3.17944. Disponível em: http://www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/17944. Acesso em: 11 set. 2019.

QUIJANO, Aníbal (2010). Colonialidade do poder e classificação social. *In*: _____. SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (Orgs). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, p. 84-130.

SANTOS, Aline Mendonça. Questão social, desemprego, precarização e produção da pobreza: os reflexos para a produção da economia solidária no Brasil. **Praxis Sociológica**, Castilla-La Mancha, nº 20, p. 29-56, 2016. Disponível: https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/35333/1/Quest%c3%a3o%20social%2c%20desemprego%2c%20precariza%c3%a7%c3%a3o%20e%20produ%c3%a7%c3%a3o%20da%20pobreza.pdf. Acesso em 20 set. 2019.

O PAPEL DA MULHER NA FORMAÇÃO SOCIAL DO BRASIL E AS DIVERSAS EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA

Cristiane Aparecida Borghezan Sobieranski[1]
Marisa Camargo[2]

1. Introdução

O presente artigo baseia-se no conteúdo da primeira seção do trabalho de conclusão do curso de Serviço Social, intitulado "Violência enraizada contra mulher: um retrato da realidade", apresentado em 2018 na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Trata-se de uma revisão bibliográfica em que foram utilizadas as bases históricas da colonização do Brasil, com destaque para as referências dos autores Sergio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro, os quais foram complementados por referências de autores que discutem a questão de genêro e o papel da mulher na sociedade.

Em pleno século XXI, a violência contra a mulher é cotidianamente relatada e continua sendo praticada em grande escala. Embora se registrem frequentes lutas em favor de legislações voltadas à garantia dos direitos das mulheres e responsabilização dos agressores, percebe-se que as antigas estruturas hierárquicas que comandam as estruturas familiares não apresentaram signficativas rupturas. Destarte, as velhas concepções de dominação e posse ainda operam nas relações entre homens e mulheres.

A violência é um problema estrutural, cultural e socialmente multifacetário, expresso de múltiplas formas. Para entender a violência sofrida pelas mulheres não se pode esquecer das estruturas que auxiliam sua reprodução, como a igreja, a escola, a família e a própria sociedade. A família é uma instituição construída historicamente, que também se modifica conforme a transformação econômica. A partir da sua instituição, a mulher teve uma identidade pré-concebida e passou a assumir determinadas funções.

Analisar o papel da mulher na sociedade requer falar de violência e das estruturas que interferem na sua reprodução, nesse caso a familiar, a qual historicamente reforçou e velou a violência. A apropriação dos aspectos históricos permite compreender como

[1]Assistente Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: cborghezan@gmail.com
[2]Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social (DSS) do Centro Socioeconômico (CSE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social (GEPSS/UFSC). E-mail: marisa.camargo@ufsc.br

ocorreram os mecanismos de apropriação da vida das mulheres, os quais se estendem até os dias atuais.

Com base no exposto, o objetivo do artigo é resgatar elementos referentes às origens históricas da violência contra a mulher, assim como os seus impactos na sociedade contemporânea.O interesse nessa temática relaciona-se à experiência de estágio supervisionado em Serviço Social realizada junto a um serviço de atenção em saúde da mulher e da criança, somada ao reconhecimento do quantitativo de situações de violência registradonos sistemas de notificação da saúde. Ademais, acredita-se que conhecer abase histórica acerca do tema pode contribuir para o entendimento do problema, bem como subsidiar o planejamento de políticas públicas específicas voltadas à questão de gênero.

Para proceder a abordagem da temática delimitada, organizou-se o artigo em três (03) seções. A primeira seção diz respeito à presente introdução. Na segunda seção recupera-sea revisão bibliográfica visando apresentar a violência nas suas mais diversas expressões descendentes de um processo histórico, desde a colonização do Brasil. Por fim apresentam-se as considerações finais e as respectivas referências utilizadas.

2. As expressões da violência e a identidade social da mulher

A violência foi utilizada historicamente pelo patriarcado como medida disciplinar, afim de manter as mulheres subordinadas, em cuja relação os homens utilizam-se da força como forma de resolver conflitos. Este fato por vezes é legitimado socialmente, pois o homem é tido como a figura de predominate da estrutura familiar.As expressões da violência são descendentes de um processo histórico, desde a colonização do Brasil, onde a reprodução da estrutura familiar corroborou para seu fortalecimento, sendo a famíliauma das diversas instituições que de alguma forma exercem poder na sociedade.

Pode-se afirmar que a violência é fruto de um processo histórico que deixa evidente as contradições existentes na sociedade. Acompanha a sociedade brasileira desde a colonização e se perpetua nas relações de poder em proporções desiguais. De acordo com Ribeiro (2007, p. 120), “há uma herança de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista”. Portanto, falar de violência requer analisar as estruturas que auxiliam sua reprodução:

> Violência estrutural entende-se como aquela que oferece um marco à violência do comportamento e se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e

> políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte. (MINAYO 1994, p.8).

Apesar de a família tratar-se de uma instituição construída historicamente e que está em constante modificação, há uma tendência de naturalização da família e da sua forma de divisão de papéis. (AZEVEDO; GUERRA, 1997). No entanto, a família atual com a configuração que se conhece, não é natural, assume diversas configurações e características, em diferentes sociedades e em contextos históricos.

No período pré-industrial, todos trabalhavam juntos, em todas as atividades: mulheres, homens e crianças. Tratava-se de uma unidade de produção, em um contexto social mais amplo. A forma de organização voltava-se ao matriarcado, sem muito entendimento do papel do pai na reprodução. Com a responsabilidade de cuidar dos filhos em grandes aldeias e comunidades, as mulheres tinham direitos sobre as propriedades e decisões políticas. (AZEVEDO; GUERRA, 1997).

Na transição de comunidades para outro sistema em que o homem passa ser o centro das atenções, os adultos desempenham papeis diferenciados e bem definidos que possibilitavam a presença de modelos masculinos, como o pai, líder, e a mãe feminina, responsável por zelar o bem-estar físico e emocional e os assuntos inerentes ao lar. A divisão do trabalho era de predominância masculina e os instrumentos de trabalho passaram a ser dos homens por direito:

> À medida que as riquezas iam aumentando, o homem desfrutava de uma posição mais importante do que a da mulher na família e ele passou a modificar, em proveito dos filhos, a ordem da herança estabelecida. O direito materno foi então abolido, o desmoronamento do direito materno e passagem para patriarcado. (AZEVEDO; GUERRA, 1997, p. 57).

As mesmas autoras afirmam que a monogamia foi uma forma de família que teve como base as condições econômicas, a qual contribuiu para o surgimento de uma forma de submissão de um sexo sobre o outro. Esse poder hierárquico adquirido pelos homens, tinha como objetivo a restrição do espaço da mulher e a limitação de sua liberdade e autonomia, tornando-os assim espaços próprios para as mais diversas formas de violências, violências físicas, sexuais, psicológicas e de gênero. (AZEVEDO; GUERRA, 1997).

A origem da estrutura familiar brasileira foi adaptada de acordo com a cultura portuguesa que tinha suas características essencialmente patriarcais, conservadoras e

religiosas e esse modelo teve grande implicação na organização e disposição política e cultural.De acordo com Freyre (2003), em sua configuração, a estrutura familiar brasileira não se importava exclusivamente com a família nuclear ou de sangue, agregava além dos filhos, escravos, servos, afilhados e pessoas intermediárias dependentes, a família aumentada, estendendo a dominação da dimensão privada para a pública. Para o mesmo autor o chefe da família, dono de terras e escravos, era autoridade absoluta nos seus domínios e tinha total independência política e econômica. A família patriarcal era a instituição mais importante no Brasil colônia, pois tinha domínio religioso, econômico, social e político.

A cultura portuguesa imposta na sociedade colonial brasileira e a forma com que esta se constituiu, deixou na história um legado de violência. Conforme relatos e marcas em toda formação da humanidade, a violência ocorre em todos os países do mundo e na sociedade brasileira não foi diferente, apesar do peso ideológico do discurso hegemônico, no qual o "Brasil é tratado como um país, 'alegre' e 'pacífico' naturalmente contrário a violência" (PELEGRINE, 2008, p. 135), ou como afirma Holanda (1995), brasileiro é "homem cordial".

Esse discurso camufla a verdadeira face desse homem "cordial", pois do mesmo modo em que ele é cortês, é também impetuoso e violento. As raízes conservadoras dos modelos patriarcais na estrutura familiar aqui existentes, deixaram camuflada essa violência pelo seu grau de proteção, que coopera para a manutenção da desigualdade, que ainda persiste e é reforçada na sociedade brasileira atualmente.

O paternalismo auxiliou a neutralizar os efeitos do patriarcado, mas ao mesmo tempo, o tornou consentido por aqueles que dependiam daquela proteção. Isto abria espaços para as violências e o exercício dos abusos principalmente contra as mulheres que por vezes lhes cabiam a invisibilidade pública, o sexo forçado, o tratamento como objeto, como descrito por Freitas, (2011, p.64) "os portugueses também puderam exercer sobremaneira a dominação e exploração sexual sobre os colonizados índias (os) e negras (os)".

Esse modelo de sociedade evidenciava a separação dos papeis e o reforço da dominação dos homens perante as mulheres. Elas eram destinadas à obediência e procriação, sendo privadas de interação social, econômica e educacional, restritas a qualquer autonomia de escolhas. A sexualidade era exclusiva para procriação para fins de herança e sucessão (AZEVEDO; GUERRA, 1997).

O desenvolvimento urbano representou uma mudança do poder patriarcal, tendo em vista que a estrutura da família passou a ser moldada de acordo com a mudança urbanoindustrial. Essas famílias "privatizadas[3]" pelas indústrias passam a desenvolver hábitos e cultura própria e a exploração das mulheres e crianças tornaram-se mais expressivas. Com a expansão das oportunidades de trabalho, os filhos se libertam dos cuidados rígidos do patriarca (SOUZA, 2000). O capitalismo tornou o patriarcado um aliado, pois desta forma manteve a exploração e a manutenção das situações de dominação. O sistema de urbanização priorizava o desenvolvimento das cidades e o enriquecimento dos comerciantes e burgueses, dando-lhes privilégios econômicos e políticos.

Azevedo e Guerra (1997) descrevem que a expansão econômica retira a produção das casas rurais para o mercado, e eleva as mulheres das camadas mais abastardas ao papel de consumidoras. As famílias passam a ser unidades consumidoras apertando o orçamento familiar o que coloca a mulher na condição de trabalhadora assalariada para ajudar no custeamento da família. Percebe-se nesse momento a necessidade de instruir essas mulheres, mas sem tirá-las de suas funções domésticas.

O capitalismo reforçou a desigualdade e a opressão contra as mulheres com caractertiscas particulares do seu modo de produção. As mulheres passam a fazer atividades remuneradas, fato que demonstrava certa desintegração do sistema patriarcal. (FREYRE, 1936). No entanto suas atividades eram vistas de forma a complementar ao trabalho do homem e de forma subordinada a ele.

Entretanto, apesar de uma aparente independência feminina, a esposa moderna, menos subjugada nesse novo modelo de sociedade, não se altera os papéis de gênero e estrutura tradicional da família e agora do trabalho. Voltando seu olhar para realização pessoal dentro de sua família e para as atividades domésticas, a maternidade, o amor aos filhos e ao esposo ganha valor central das mulheres. A ideologia do amor materno dava ênfase ao papel da mãe. Novamente, cabe a ela o papel de educadora, responsável por transmitir valores da sociedade, reproduzindo assim, a ideologia dominante a qual ela própria é vítima (AZEVEDO; GUERRA, 1997).

As controvérsias públicas em relação as mulheres diminuíram, a família se tornou menos rígida, porém não deixou de ser instituição dominadora para controlar a

[3] Nesse momento de transição e constituição do capitalismo as famílias foram consumidas pelo sistema de industrialização. As famílias saíram do modelo colonial de produção própria para vender sua força de trabalho ao capital.

sexualidade feminina e a dominação masculina. No campo de trabalho o sistema capitalista sob dominação do modelo patriarcal, explora o sexo feminino apropriando-se da mão de obra das mulheres, com carga horária maior e baixas remunerações.

Muitas décadas depois, já no século XX, as mulheres conquistam espaços no mercado de trabalho em maior número, passam a ter acesso aos métodos anticoncepcionais, reivindicam oportunidades de trabalho e passam a questionar a estrutura opressora da família. Para Almeida (2007, p.25) as mulheres "passam para desmistificação do caráter sacrossanto da família e da intocabilidade do espaço privado". A família passa a ser definida como unidade social na qual se realiza a reprodução do trabalhador (AZEVEDO; GUERRA, 1997).Para Almeida (2007, p. 25), a "família pode ser uma instituição violenta, a despeito dos laços de afeto que, frequentemente, alicerçam-na, e que a esfera privada não é isenta de regulação pelo poder público". Mesmo com um avanço lento das conquistas por liberdade da mulher, seu status social ainda era voltado à qualidade de gerenciar o lar e formar os filhos.

Apesar de um caminho de mudanças, o comportamento patriarcal permanece nos dias atuais e o retorno à história mostra a violência como elemento que faz parte da formação social do Brasil. Principalmente em relação às mulheres, "as desigualdades originais ainda ecoam e são reforçadas na sociedade brasileira" (RIBEIRO, 2005,p. 66).

Exemplo disso, diz respeito ao fato de que a violência contra a mulher por muito tempo não foi punida no Brasil, pois não era vista como desigualdade de sexos. A concepção social enraizada numa base patriarcal, ainda tolera a violência contra as mulheres:

> Atualmente, vive-se a constatação de que as mulheres são vítimas de atos nocivos à sua integralidade apenas por pertencerem ao sexo feminino. Este fato leva a pensar que a sociedade ainda tem uma concepção de mundo associada à superioridade masculina (SILVA; OLIVEIRA, 2014, p. 352).

Essas são partes da herança carregada na história da sociedade brasileira, ainda toleradasocialmente na atualidade. Para Marx (2013, p.998) "a violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica".Nesse contexto as mulheres continuam sendo vítimas de companheiros enamorados, incidindo em diferentes classes sociais.

3. Considerações finais

Em pleno século XXI, percebe-se cotidianamente que as situações de violência que afetam diretamente as mulheres estão longe de diminuir. Uma cultura enraizada de violência acompanha as mulheres, pois o modelo socialmente aceito fundamenta-se na dominação e no poder vindo dos homens.

O incentivo à cultura de dominação e exploração dos homens sobre as mulheres é herança da sociedade patriarcal, onde o trabalho da mulher na esfera privada do lar se naturalizou. Diante disso, a busca por igualdade de gênero precisa ser levantada pois sabe-se que a desigualdade é a base da violência.

Saffioti (2004) observa que a grande contradição da sociedade atual é composta pelo conjunto do patriarcado, racismo e capitalismo. A mulher é discriminada por ser mulher, se não for branca, sofrerá pelo preconceito pela cor da pele, e se for pobre, pelo o capitalismo por meio da exploração da força de trabalho na esfera produtiva e reprodutiva. Para a mesma autora (2004), não há separação entre dominação patriarcal e exploração capitalista, apesar dos progressos femininos na busca por emancipação, a base material do patriarcado não foi destruída.

Ainda que as políticas públicas instituídas contemporaneamente cumpram um papel em garantir os direitos das mulheres com medidas protetivas, faz-se necessário romper com as desigualdades e com a cultura enraizada de diferenciação entre os sexos, afim de construir uma nova configuração das relações sociais existentes.As transformações e conquistas sociais e civis asseguraram, mesmo que não completamente, uma maior inserção e participação da mulher, porém o patriarcado ainda persiste atualmente, com outras faces, mas com a mesma essência

No presente artigo, tentou-se ilustrar que no percurso histórico da formação social, o modelo de estrutura familiar baseado no poder patriarcal na sociedade brasileira, sempre evidenciou a posição inferior da mulher. Para tanto, espera-se que o aprofundamento dos conhecimentos acerca da base histórica da formação social brasileira permitamcontribuir para o desvendamento, a prevenção e o enfrentamento do problema da violência contra a mulher, bem como subsidiar o planejamento de políticas públicas específicas voltadas à questão de gênero.

4. Referências

ALMEIDA, Suely Souza de. (org.). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2007

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA. Viviane N. de A. (Orgs.). **Infância e violência doméstica:** fronteiras do conhecimento. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande &senzala**.12.ed. Bras. 48. ed. em língua portuguesa. [Brasília]: Ed. Universidade de Brasília, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil.** São Paulo: Nacional, 1936.

FREITAS, Marcel de Almeida. 'O cotidiano afetivo-sexual no Brasil colônia e suas consequências psicológicas e culturais nos dias de hoje'. **Ponta de Lança –Revista de História, Memória e Cultura,** v. 5, p. 63-68, 2011.

MARX, Karl. **O capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: <https://coletivocontracorrente.files.wordpress.com/2013/10/tmpsq7jbv.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **A violência social sob a perspectiva da saúde pública**. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 10 (supplement 1): 07-18, 1994.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2.ed. 1997.

SILVA. Lídia Ester Lopes da. OLIVEIRA.Maria Liz Cunha de. **Violência contra a mulher:** revisão sistemática da produção científica nacional no período de 2009 a 2013. (2014).
SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOUZA, Jessé. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira.**Tempo Social;Rev. Sociol. USP.** São Paulo, 12(1): 69-100, maio de 2000. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/262550456_Gilberto_Freyre_e_a_singularidade_cultural_brasileira>. Acesso em: 26 ago. 2018.

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA VIOLENCIA DIANTE DO INESPERADO[1]

Sandro Adams[2]

1. Introdução

A narrativa hegemônica da modernidade Ocidental impôs a América Latina uma retórica salvacionista baseada na conversão ao cristianismo (século XVI), à civilização (XVIII), ao desenvolvimento (1945) e na tríade desenvolvimento-democracia-mercado (1989). Contudo, a persistência das desigualdades estruturais latino-americanas é perpetrada secularmente porque cria e sustenta um abismo ontológico entre o nós e os outros. Esta terra dos contrastes eternos embaraça vítimas e algozes sem querer tipificar lobos de cordeiros. Fundamentalmente, legítima os opressores presentes e condena ao silencio os ausentes oprimidos.

Este ensaio parte da perplexidade reflexiva diante da imensa produção bibliográfica sobre o fenômeno/dado/conceito de violência. Aqui, toda ação é fruto de uma violência que se confunde com a política, a cultura, os direitos humanos, os presídios, os assassinatos, o narcotráfico, entre tantos outros. A América Latina parece adquirir o *status* de um novo Auschwitz sendo, no entanto, a permanência da invisibilidade colonial. Assim, a nova missão civilizatória eurocêntrica se concentra no discurso da violência latino-americana.

Este assombro crítico desestabiliza alguns elementos racionais, divinos, míticos ou humanistas presentes na violência simbólica da linguagem. Deseja recordar o cotidiano do inesperado como espaço ético em que a violência não é caracterizada como um dado natural, religioso ou mitológico, mas como um árduo fato que pertence ontologicamente a existencialidade concreta da humanidade. Desta maneira, ambiciona tecer modestas notas introdutórias a uma possível imaginação sociológica, política e epistemológica da violência a partir da corporeidade. Por ultimo, filia-se a virada epistemológica de(s)colonial por uma releitura crítica dos atuais padrões críticos.

2. A relação discursiva entre verdade e violência

Dois discursos fundantes estabelecem os primórdios da narrativa hegemônica ocidental. De um lado, o discurso grego fundamentado na filosofia que estabelece racionalmente a essência humana. A realidade é definida e conhecida mediante o *logos*. Por outro, o discurso judeu fundamentado no

[1] Este artigo resulta de uma pesquisa em andamento. Orienta-se consultar o autor para realizar citações a partir deste texto.

[2] Mestrando em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas; sandroadams@gmail.com; Bolsista da Coordenadoria de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior/CAPES.

signo e no milagre que refletem uma ordem determinada por Deus. Aqui, a realidade obedece a uma lei divina e natural.

Entre a lógica da razão humana e a lógica da lei divina/natural, Alain Badiou (2004) recorda um terceiro discurso marginal proposto por São Paulo. Ao proclamar a ressurreição de Jesus Cristo como a dimensão originária do cristão, o apóstolo inaugura um acontecimento fundante que não se explica nem pela sabedoria dos gregos e nem pela lei dos judeus, mas se impõe a si mesmo como uma realidade independente das realidades anteriores. Esta lógica do universalismo subjetivo se autoconfere legitimidade, legalidade, divindade e racionalidade.

Há ainda um quarto discurso oculto e anterior a todos estes: o mítico. É a forma imperfeita que a verdade assume de se explicar a si mesmo. Contudo, tem a incrível capacidade de mobilizar e controlar a conduta dos homens. Para os fins deste ensaio, cabe relembrar o mito de Prometeu em duas narrativas. Na primeira, o deus grego entrega o fogo aos homens após observar a condição lamentável da humanidade. Os humanos tinham medo da realidade porque nada podiam conhecer. É com o fogo que lhes é possível conhecer, desenvolver, revoltarem-se e produzirem novos ciclos civilizatórios. Contudo, Prometeu, por não ser o Deus dos deuses, roubou o fogo e por isso é condenado por Zeus. Na segunda narrativa, de Eurípedes, Prometeu devolve para os humanos a capacidade de esquecimento após observar que eles estavam inativos e paralisados pelo excesso de saber adquirido. A humanidade tinha temor do real porque adquirira tamanha ciência que já lhes era possível saber a hora da morte. Prometeu lhes dá o fogo para que, apesar de que soubessem que iriam morrer, ignorassem (não conhecessem) o dia, isto é, é um dia que não se sabe precisar qual (Cf. DUPAS, 2006, p. 103). O discurso mítico transita nessa mística da onisciência cuja temporalidade está sempre em voga.

De certa forma, todos os paradigmas ocidentais estão assentados sobre estes quatro discursos com proeminências específicas e datadas. Assim, por exemplo, a possibilidade de um novo paradigma da violência que transite numa eventual polissemia conceptual, mesmo que assentada sobre os repertórios específicos das ações num contexto de hipermodernidade (Cf. WIEVIORKA, 1997, p. 06-08), não consegue se sustentar diante da onipotência do discurso teológico e filosófico. Hans Küng (2005), em meio às turbulências dos fundamentalismos religiosos pós 11 de setembro de 2001, recordou que a violência faz parte da vida humana e existe desde o momento em que o ser humano adquiriu consciência de sua humanidade. A violência exige a capacidade humana de construção intersubjetiva de uma consciência relacional determinando o que se estabelece como violência. Assim, não é possível conceber uma única época conivente com o paraíso bíblico de Adão e Eva ou com a

teoria iluminista do 'bom selvagem' de Rousseau porque "existir é estar na violência" [3] (TRIGANO, 2005, p. 50).

É fato que a violência é um termo polissêmico nas ciências humanas. Isto se constitui como um problema quando o seu significado polissêmico é tratado como conceito teórico. Recorre-se, frequentemente, a adjetivos para garantir uma unicidade intersubjetiva padronizada que possa dar conta das diversidades contextuais. Contudo, a violência rural não é a violência urbana; a violência masculina não é a violência feminina; a violência gaúcha não é a violência carioca; a violência brasileira não é a violência norte-americana; e mesmo assim permanecem sendo violências. É improvável, nas ciências sociais, determinar um significado unívoco para a violência quando utilizada para operar abstrações complexas do real. Isso porque todo termo abstrato, na sociologia, será inexoravelmente plural.

Aqui há um problema: a violência é, enquanto conceito sociológico, um dado social urbano que pertence à modernidade. Sua presença na antiguidade ou no período medieval em nada se compara com a insurgência da revolução industrial e do aglomerado populacional. Por outro lado, a narrativa da modernidade, ao enaltecer a ruptura com o divino e proclamar o século da razão, objetivou ocultar seu próprio *leitmotiv* mitológico.

Não haveria modernidade sem a invenção da América em 1492 e seus subsequentes genocídios ameríndios e escravismos africanos. O *cogito, ergo sum* (penso, logo existo) da modernidade só foi possível a partir da dominação da América em 1492 e sustentou o *cogito, ergo conquiro (*penso, logo conquisto) da colonialidade (Cf. DUSSEL, 1994). É evidente que a ciência moderna, além de não reconhecer, produziu um epistemicídio dos conhecimentos e saberes que não foram/são considerados ocidentais. Neste sentido, basta recordar que a ciência foi fundamental para justificar a dominação do Oriente pelo Ocidente criando o oriental como "algo que se estuda e descreve (como num currículo), algo que se disciplina (como numa escola ou prisão), algo que se ilustra (como num manual de zoologia)" (SAID, 1990, p. 73). Assim, "o oriental é irracional, depravado, infantil, 'diferente'; o europeu é racional, virtuoso, maduro, 'normal'" (Ibid., p. 73). A identidade moderna é a criação de várias estruturas racionais para justificar o domínio ocidental. Dito de outro modo, não haveria modernidade sem uma violência racionalmente planificada.

Esta constatação de que a modernidade ocidental se constituiu como práxis racional da violência produz, para os latino-americanos, um colonialismo visível que te "mutila sem disfarce: te proíbe de dizer, te proíbe de fazer, te proíbe de ser" (GALEANO, 2005, p. 157). Por outro lado, há o colonialismo invisível que "te convence de que a servidão é um destino e a impotência a tua natureza: te convence de que não se pode dizer, não se pode fazer, não se pode ser (Ibid., 2005, p. 157). Sobre

[3] "Parce qu'exister, c'est être dans la violence". Tradução nossa.

isso, Gayatri Chakravorty Spivak (2010) indagou se "pode o subalterno falar?". Neste texto, problematizou a possibilidade de falar em nome do outro e pelo outro. Observou a possibilidade da fala como saída de um estado de subalternidade a partir da relação entre o ato de fala e o ato de ser ouvido. Assim, falar só teria sentido se tivesse alguém para escutar. Contudo, somente a disposição do ouvinte de ouvir, posto assimetricamente superior daquele que fala, acaba por negar a horizontalidade da fala. Diante disso, Spivak concluiu que não pode falar o subalterno. Fundamentalmente, se falar não será ouvido e se ouvido será banalizado.

Enquanto mecanismo de produção e reprodução da exclusão social, "o mito se converte em esclarecimento" (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 24). É por isso que a retórica eurocêntrica só relembra Auschwitz. Olvida propositadamente, por exemplo, a luta pela independência argelina. Cabe indagar qual seria a distinção entre a ação dos franceses no combate a luta de libertação nacional argelina e a ação dos alemães nazistas na organização dos campos de concentração judaicos? Será que a banalidade do mal, enquanto instrumento teórico que identifica criticamente a normalidade da ação terrorista, se restringe unicamente aos espações intra-modernos? Não haveria, por exemplo, judeus argelinos? Contudo, Hannah Arendt (2009) criticará a defesa da revolução proposta por Fanon porque a substituição do poder político pela violência revolucionária exige um preço que "não é apenas pago pelo vencido, mas também pelo vencedor" (ARENDT, 2009, p. 71). No fundo, não é agradável reconhecer que o nazismo é a racionalização do colonialismo. Isto porque a retórica colonial europeia é uma lógica que objetiva negar sua própria lógica de tal forma que de "negación en negación, clama por su Hitler, o sea, por su condena (CÉSAIRE, 2006, p. 10).

Nesta primeira parte, objetivou-se demonstrar que em toda ideia de verdade está presente o discurso da razão, da transcendência divina e da narrativa mitológica. Toda verdade é, também, um mito. Talvez seja Friedrich Nietzsche (1978) quem melhor conseguiu elaborar essa perspectiva ao enfatizar que as "verdades são ilusões, das quais se esqueceu o que são, metáforas que se tornam gastas e sem força sensível, moedas que perderam sua efígie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas" (NIETZSCHE, 1978, p. 48). Para fins deste ensaio, afirma-se que toda violência é uma verdade, um mito, um deus, uma natureza, um acontecimento. No que segue, destaca-se a complexidade dos símbolos de uma normalidade monotópica que acaba por excetuar todas as diferenças.

3. Entre a enunciação e a legitimidade da violência

Jean-Paul Sartre (1968) discorreu, no prefácio que escreveu a obra de Frantz Fanon, sobre quem possuí o direito de outorgar Humanidade. Em sua perspectiva, os colonizados precisavam pedir o Verbo aos europeus. Este dilema pertence à América Latina e permanece meio século depois. Os

latino-americanos acabam por fazer eco aos projetos da Europa por não dispor dessa habilidade existencial de legitimamente inventar-se e justificar-se humanos. Se os europeus arquitetam a igualdade, os colonizados latino-americanos concebem a desigualdade. Enfaticamente, se os europeus inventam a política, os latino-americanos justificam a violência.

Em outra frente, Boaventura de Souza Santos (2010) concorda com esse falso desígnio de pedir emprestado o verbo à teoria do centro. Resta aos latino-americanos tão somente adjetivar os substantivos: se a teoria convencional afirma o desenvolvimento, a teoria crítica referencia o "desarrollo alternativo, democrático o sostenible" (SANTOS, 2010, p. 30); se afirmarem a democracia, referenciam-se a "democracia radical, participativa o deliberativa" (Ibid., p. 30); se afirmarem o cosmopolitismo, referenciam-se o "cosmopolitismo subalterno, de oposición o insurgente, enraizado" (Ibid., 2010, p. 30); se afirmarem os direitos humanos, referenciam-se os "derechos humanos radicales, colectivos, interculturales" (Ibid., 2010, p. 30). Prematuramente, se afirmarem a cultura, referenciam-se a cultura da paz, da violência, da libertação.

Nesta perspectiva, a civilização moderna é uma racionalidade colonizadora e que detém o monopólio do direito de outorgar humanidade aos humanos: colonizar é civilizar e civilizar é colonizar. Raewyn Connell será ainda mais enfática ao afirmar que a "teoria é o trabalho que o centro faz" (CONNELL, 2012, p. 09) de tal modo que a "sociologia investigaria o Ocidente, os Estudos Orientais o Oriente e a antropologia o resto" (VANDENBERGHE, 2012, p. 33). Desta forma, recordar-se-á que a "ciência social deve englobar na teoria do mundo social uma teoria do efeito da teoria" (BOURDIEU, 1998, p. 82).

É justamente neste contexto que, e por um lapso de temporalidade, a sociologia brasileira não tratou da violência rural com o mesmo empenho dedicado para a violência urbana postergando que "violenta fue la conquista, violento el esclavismo, violenta la independencia, violentos los procesos de apropiación de las tierras y de expropiación de los excedentes" (BRICEÑO-LEÓN, 2002, p. 35). Para fins deste ensaio, cabe recordar que a violência latifundiária assume uma questão etimológica de ser apenas uma luta no e do campo. No Rio Grande do Sul há casos extremos do transito repentino entre o espaço rural para as ruínas do urbano. Sessenta e um mil minifúndios desapareceram no Rio Grande do Sul entre 1976 e 1978. Passo Fundo, por exemplo, em 1950 "70% da população era rural (70.658 pessoas) e 30% urbana (31.229 pessoas); ao passo que em 1980, 87% da população se tornou urbana (105.468 pessoas) e apenas 13% rural (15.688 pessoas)" (TEDESCO; CARINI, 2007, p. 58). Isto é significativo porque a experiência corporal étnica alemã difere da polonesa, italiana, francesa ou africana. Da separação por colônias em lavouras para as cercas dos loteamentos periféricos. Será isto tão somente um problema de êxodo rural?

Esta violência brasileira, que pertence ao contexto urbano desde a década de 1960, produz uma distinção conceptual inócua para a ruralidade e a urbanidade na medida em que se reduz a violência ao conflito pela terra e se amplifica o espaço ativo da violência na cidade. Essa amplificação da violência urbana consiste em uma nova redução: tudo passa a ser uma questão de violência! Se o Brasil torna-se urbano em meados da década de 1970, por que já tão somente tratar-se-á da violência como um dado social urbano? Porque a violência se torna uma ciência, uma ideologia e um Estado no Brasil e na América Latina?

A violência toma forma de uma linguagem própria. Possuí um lócus, um discurso e uma narrativa que organiza as "relações de poder, de território, de autodefesa, de inclusão e exclusão e institui-se como único paradigma" (FILHO, 2001, p. 22). Essa pseudociência pode ter uma origem pós-Auschwitz no contexto mundial e que vai tomando forma com o término da Guerra Fria. Adorno & Horkheimer (1985), ao tratarem da falsidade dos elementos conclusivos formadores da identidade nacional alemã, recordaram que a principal lição nazista para as sociedades posteriores é o aviso "de como é estúpido ser inteligente" (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 194) porque os especialistas "sempre facilitaram as coisas para os bárbaros" (Ibid., p. 195). A crítica refere-se aos iluminados que começam suas declarações afirmando que "afinal de contas, disso eu entendo" e retiram dos demais o verbo da humanidade. Afinal de contas, quem entende de violência e direitos humanos são os especialistas e não as vítimas/algozes!

Seguindo este mesmo raciocínio, Hannah Arendt (2009) diagnostica este triste momento da ciência política que não distingue terminologicamente "'poder', 'vigor', 'força', 'autoridade' e, por fim, 'violência'" (ARENDT, 2009, p. 59) como "fenômenos distintos e diferentes" (Ibid., p. 59). Importa particularmente a relação existente na modernidade entre a violência e a política com a legitimidade do poder sendo que "a violência sempre pode destruir o poder; do cano de uma arma emerge o comando mais efetivo, resultando na mais perfeita e instantânea obediência" (Ibid., p. 70).

Em tempo, a crítica proposta por Luís Felipe Miguel (2015) ao pensamento arendtiano é analiticamente insignificante. Para Miguel, a cisão entre política e violência "exige a redução da política a uma atividade autocentrada e de baixa relevância social" (MIGUEL, 2015, p. 30). Ora, Arendt não reduz a política ou a violência, apenas distingue violência e poder no âmbito da política, isto é, "poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente" (ARENDT, 2009, p. 73). É esta separação que permite compreender o contexto europeu em conflito aberto com o contexto latino-americano ou, por exemplo, o argelino[4]. Em suma, Arendt está preocupada com o conceito de

[4] É reflexivamente pertinente comparar o conceito arendtiano de banalidade do mal no contexto argelino. Em pesquisas futuras, tratar-se-á de expor as distinções entre Cesaire e Arendt no que tange ao nazismo ao rememor a teoria crítica frankfurtiana acerca do esclarecimento dos especialistas.

política e a sua presença no imaginário social. Além do mais, se política e violência são iguais conceptualmente, distintos apenas por seus repertórios específicos de ação, como o quer Miguel, qual seria a distinção entre um Estado totalitário, democrático, nazista, socialista? Ou entre a Argélia colônia e a França metrópole?

Essa formidável veia da teoria crítica adquire importância no contexto dos oprimidos porque permite reconsiderar as armadilhas epistemológicas que vinculam o direito com a garantia da vida. Em nosso modelo democrático, conceptualmente, a instituição do direito poderia ser substituída pelo discurso da violência, pois, tal qual em Walter Benjamin (2011), o direito se tornou um prolongamento da violência. Novamente, o debate sobre a distinção terminológica adquire notoriedade. Não se trata aqui de discutir a axiologia da ação ou da dignidade humana, apenas recordar que para Benjamin, diferentemente de Hannah Arendt, a violência e o poder não são distintos e diferentes. Por isso, sua crítica será direcionada as relações do poder posto entre o direito e a justiça porque "qualquer que seja o modo como atua uma causa, ela só se transforma em violência, no sentido pregnante da palavra, quando interfere em relações éticas" (BENJAMIN, 2011, p. 121).

Aqui, as múltiplas formas que configuram a violência difusa e mundial conduzem a afirmações latentes de uma possível sociabilidade violenta, isto é, a passagem da condição cotidiana de violência para um estado permanente de violência. A afirmação de poderes legitimados estrutura a violência como um instrumento poderoso de controle aberto e ininterrupto. É o exercício cotidiano do excesso de poder que impede o reconhecimento do outro.

Esta possível passagem do efêmero e contingente para a emergência constante de violências acaba por corporificar um imaginário do medo. O discurso da violência se constitui no discurso oficial, institucional, científico, político, religioso e despido de toda ideologia mitológica possível. A violência torna-se a linguagem da verdade permeando toda a existencialidade latente. Esta naturalização da violência social é impulsionada pelas múltiplas práticas discursivas ante a impotência do Estado e da sociedade civil em reverter o atual estágio de desarticulação coletiva.

Por outro lado, é interessante retomar o lugar de enunciação moderno como um projeto monotópico produtor de um discurso hegemônico que justifica a incapacidade de produção de conhecimento dos subalternos. Neste caso, é negada a América Latina o direito ao saber como exercício democrático e diplomático. Não há diálogo simétrico nem espaço para as vozes dissidentes, mas imposição de agendas *a priori*. Criticar esta lógica é romper com a relação de dependência, do medo, da inferioridade, do temor, do desespero e do servilismo, isto é, "se trata de *violentar la violencia epistémica* de la diferencia colonial, de una particular ("provinciana") localización geopolítica del saber validada como universal" (PALERMO, 2010, p. 80).

Ao ser humano cabe, muitas das vezes, tão somente o acontecimento fundante do encontro e o reconhecimento do outro para que possa orientar eticamente as suas ações. Se seu encontro originário com a humanidade for, a pleno estanque, de uma sociabilidade violenta poderá haver esperança no porvir? No que segue, recordar-se-á o inesperado do cotidiano.

4. A existencialidade corporal na violencia

Moacyr Scliar (2002) narra à trajetória de uma judia russa que nunca tinha visto um abacate. Na sua região, somente os ricos conheciam e podiam comer esta fruta. Quando seu marido avisou que migrariam para o Brasil, de pronto estipulou a condição de começarem esta fase comendo abacate. Em seu imaginário, o Brasil deveria ter esse abacate e o deveria ter em abundância. Durante a viagem, em um navio repleto de migrantes, passou por mal bocados, quase vindo a falecer. Não eram as orações ou a medicina que a confortava, mas a ideia de que no Brasil poderia comer abacate.

Ao desembarcar em Porto Alegre, fragilizada pela doença, exigiu o cumprimento da promessa feita a si mesma. Ao marido, sem um centavo e sem falar uma palavra de português, coube a árdua tarefa de encontrar esta fruta ainda no porto. Não se sabe ao certo como, mas é fato que encontrou o abacate e o ofereceu para a sua esposa.

Contudo, ela estava diante de um problema. Nunca tinha visto um abacate. Era verde, grande e duro. Como se come? Não fazia ideia, mas se os ricos comiam, então, ela também comeria. Comeu o abacate com casca e tudo. Sem talheres, sem sal ou açúcar. Degustou, com caretas, o suposto manjar dos deuses. Ao terminar, segurou o caroço, tentando descobrir se aquilo também era abacate. O marido, que a acompanhava nessa façanha somente a admirando, indagou sobre o gosto da bendita fruta. Ela lhe respondeu que não era bem o que esperava, mas iria se acostumar.

Por outra perspectiva, Victor Hugo (2017) narra a triste história de um lenhador francês durante o século XIX. Jean Valjean ficou órfão em tenra infância e foi criado pela irmã mais velha. Quando a irmã ficou viúva, Valjean tornou-se o arrimo da família e sustentou os seus sete sobrinhos. Era honesto e trabalhador. Em um inverno rigoroso, Jean não conseguiu encontrar trabalho. Sem dinheiro e sem comida com sete crianças no lar. Poderia evadir pois não eram seus filhos, mas não fugiu. Desesperado, quebrou a vidraça de uma padaria e furtou pão. Foi preso e condenado a cinco anos de trabalhos forçados. Na prisão, o remorso e a agonia o corroeram. Como sua irmã conseguirá alimentar os seus sobrinhos? Assim, Jean tentou varias vezes e a cada tentativa frustrada lhe foi acrescentado mais alguns anos a sua pena. Ao final, cumpriu pena de 19 anos por ter roubado um pão e, pior, o pão sequer era para ele.

Após cumprir a detenção, Jean Valjean obtém a liberdade e um pequeno soldo por 19 anos pelos trabalhos forçados. No inverno intransigente, procurou um lugar para se alimentar, aquecer e

dormir. Não conseguiu pouso em nenhuma estalagem devido a sua fama de ladrão perigoso. Com frio e fome, é aconselhado por uma transeunte a procurar a casa paroquial. Ali, o Bispo Don Bienvenu Myriel o acolheu mesmo sem saber de quem se tratava. Forneceu abrigo, uma refeição e o tratou com eximia cordialidade.

Durante a noite, Jean roubou os talheres de prata e fugiu. Ao ser abordado por guardas, Valjean afirmou que Don Bienvenu havia lhe dado todas aquelas pratas. Os guardas desconfiaram e o levaram diante do Bispo. Don Bienvenu confirmou a mentira e recordou que o hóspede havia esquecido e levar outros dois castiçais de prata. Por fim, solicitou e garantiu a liberdade de Jean Valjean.

Tanto a disposição da migrante judia de enfrentar o inesperado (o espanto de ver o abacate pela primeira vez) quanto à injusta condenação de Jean Valjean (e o imprevisto ato de bondade do Bispo) condizem com visões subjetivas de mundo. Theodor W. Adorno, Hannah Arendt e Ernest Bloch (2005) são judeus, alemães, exilados e que viveram os dramas da II Guerra Mundial. O primeiro perguntou se ainda era possível viver após as atrocidades dos campos de concentração nazistas. A segunda alcunhou a banalidade do mal nas estruturas totalitárias. O terceiro relembrou que, mesmo diante da amargura da historia, é humano manter o princípio utópico da esperança.

Frantz Fanon (1968) recordaria a Bloch que a única esperança que cabe aos deserdados é a violência. É a violência que traz a esperança da destruição do jugo opressivo e flagelante sustentado pelo mito político/científico da paz violenta que justificou a exploração do corpo escravo. Fanon não escreve para a hegemonia ocidental, para os donos do discurso racional, para aqueles especialistas que dizem entender como será resolvida a pobreza da colônia argelina. Escreve para os condenados, os famintos, os sem verbo e pede que cada mártir argelino ignore o dia em que irá morrer porque não acredita mais no fogo do progresso doado pela deusa França. Fanon realiza uma complexa e crítica apologia da liberdade do sujeito para concordar que "abater um europeu é matar dois coelhos de uma só cajadada, é suprimir ao mesmo tempo um opressor e um oprimido: restam um homem morto e um homem livre; o sobrevivente, pela primeira vez, sente um solo nacional sob a planta dos pés" (SARTRE, 1979, p. 14).

Esta geopolítica filosófica de Fanon é transgressora, descolonial e cosmopolita[5]. É o corpo existencial que sente fome, frio e dor. É o corpo que tem necessidades e desejos sexuais. É o corpo que cansa no trabalho extenuante, exploratório e vexatório. É o corpo que sonha com o abacate, pensa nos sete sobrinhos e subjetivamente se sente perplexo diante do inesperado e repentino. É o corpo que foi o local privilegiado da desumanização na epifania da normalidade racial, sexual e de gênero. Esta corporalidade é decisiva nas relações de violência porque é o '"corpo' que é usado e consumido no

[5] A título de esclarecimento, Fanon questiona, inclusive, a existência da ideologia colonial dos próprios colonizados.

trabalho e, na maior parte do mundo, na pobreza, na fome, na má nutrição, na doença. É o corpo implicado no castigo, na repressão, nas torturas e nos massacres durante as lutas contra os exploradores" (QUIJANO, 2010, p. 113). Diante da opressiva sutileza do discurso negativo da violência, é a corporalidade do corpo que irá gritar contra o silencio dos abastados. A violência é a resposta dada ao inesperado que sempre se repete.

Por último, este acontecimento fundante do universalismo subjetivo só existiu de europeu para europeu. O humanismo eurocêntrico nunca passou de uma permanente desumanização do não-europeu, de uma "negação sistematizada do outro, uma decisão furiosa de recusar ao outro qualquer atributo de humanidade" (FANON, 1968, p. 212) em que o "homem colonizado liberta-se em e pela violência" (Ibid., p. 66) porque se descobre vítima. É essa "ética crítica a partir das vítimas, pois são as vítimas, quando irrompem na história, que criam o novo" (DUSSEL, 2000, p. 501), o acontecimento fundante e fecundo da esperança utópica da humanidade latino-americana.

5. Considerações finais

O caráter polissêmico da violência não permite localizar seu *lócus* de enunciação e impede a compreensão da sua fundamentação teórica e a intencionalidade dos seus objetivos. Este ensaio tentou arranhar esta complexidade para desmistificar o silencio ensurdecedor dos corpos. O desvelar da invisibilidade estratégica da violência simbólica da linguagem situa alguns horizontes reflexivos, a saber:

1. A violência é uma narrativa racional, divina, mitológica e humanista.

2. A violência é, enquanto um discurso, um instrumento ideológico que legitima a desumanização do outro. Aqui, o outro é uma categoria conceptual criada pelo ocidente na construção de uma narrativa moderna, hegemônica e imperial.

3. A violência, enquanto acontecimento fundante, é a única resistência que mantem a esperança pelo encontro com o inesperado e o fim da permanente opressão.

4. A violência "não depende de números ou de opiniões, mas de implementos" (ARENDT, 2009, p. 70).

5. O imaginário do medo causa a resistência de revolucionar o *status quo* dominante. Assim, o discurso da violência é uma grande sutileza opressiva.

Diante de uma violência que tem seus rostos previamente escolhidos, porque optar por uma não violência que sustenta a violência já concreta? A mudança da construção do discurso poderia indicar alguns caminhos ao rememorar que todo ser humano "não é um cara; é uma pessoa. Não é uma vagabunda; é uma pessoa. Não é um estrangeiro; é uma pessoa; não é um mendigo (para brincar de fogo com ele!); é uma pessoa. (Uma pessoa, senhora juíza!)" (CASALDÁLIGA, 2002, p. 85).

6. Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento:** fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar. 1985.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência.** Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009.

BADIOU, Alain. **San Pablo: La fundación del universalismo.** Trad. Danielle Reggiori. Barcelona: Ediciones Anthropos, 2004.

BENJAMIN, Walter. Para uma crítica da violência. In: BENJAMIN, W. **Escritos sobre mito e linguagem**. Trad. Ernani Chaves. São Paulo: Editora 34/Duas Cidades, 2011.

BLOCH, Ernest. O Princípio Esperança. Vol. I. Trad. Nélio Schneider. Rio de Janeiro: Editora Contraponto/UERJ, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas.** Trad. Sérgio Miceli. São Paulo: Editora EDUSP, 1998.

BRICEÑO-LEÓN, Roberto. **Violencia, sociedad y justicia en América Latina.** Buenos Aires: Editora CLACSO, 2002.

CASALDÁLIGA, Dom Pedro. Artigo 6º. In: ALENCAR, Chico (Org.) **Direitos mais humanos**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2002.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre el colonialismo.** Trad. Beñat Baltza Álvarez. Madrid: Ediciones Akal, 2006.

CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. **Revista Brasileira de Ciencias Sociais**, São Paulo, vol. 27, n. 80, p. 09-20, 2012.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso ou progresso como ideologia.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DUSSEL, Enrique. *1492 - El encubrimiento del Otro*: hacia el origen del "mito de la Modernidad". La Paz: Plural Editores/UMSA, 1994.

_____. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão.** Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra.** Trad. José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FILHO, C. M. Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira. **São Paulo em Perspectiva.** São Paulo, vol. 15, n. 2, p. 20-27, 2001.

GALEANO, Eduardo. ***O livro dos abraços*.** Trad. Eric Nepomuceno. Porto Alegre: Editora L&PM, 2005.

HUGO, Victor. **Os miseráveis.** Trad. Frederico Ozanam Pessoa de Barros. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2017.

KÜNG, Hans. Religion, Violence and "Holy Wars". **International Review of the Red Cross,** vol. 87, n. 858, p. 253-258, 2005.

MIGUEL, Luis Felipe. Violência e política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** vol. 30, n. 88, p. 29-44, 2015.

NIETZCSHE, Friedrich. **Sobre a verdade e a mentira no sentido extra-moral.** Trad. Rubens Rodrigo Torres Filho. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1978.

PALERMO, Zulma. Una violencia invisible: la "colonialidad del saber". **Cuadernos de la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales,** n. 38, p. 79-88, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Ediçoes Almedina, 2010.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Refundación del Estado en América Latina:** Perspectivas desde una epistemología del Sur. Lima: Editora do Instituto Internacional de Derecho y Sociedad, 2010.

SARTRE, Jean Paul. Prefácio. In: FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra.** Trad. José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

SCLIAR, Moacyr. **Um sonho no caroço do abacate.** São Paulo: Editora Global, 2002.

SPIVAK, Gayatri Chakravony. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Conflitos Agrários no Norte Gaúcho (1960-1980).** Porto Alegre: Edições Est, 2007.

TILLY, Charles. **La desigualdad persistente.** Trad. Horacio Pons. Buenos Aires: Ediciones Mananial SRL, 2000.

TRIGANO, Shmuel. Souffrance rédemptrice dans le judaïsme ? Entrevue avec Shmuel Trigano. ***Théologiques***, vol. 13, n. 02, p. 45–67, 2005.

VANDENBERGUE, Frédéric. **Uma história filosófica da sociologia alemã.** *Alienação e reificação.* São Paulo: Editora Annablume, 2012.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. **Tempo Social**, vol. 09, n. 01, p. 05-41, 1997.

VIOLÊNCIA E IMPUNIDADE: os desafios do Brasil para alcançar as dimensões da justiça de transição

Carmen Abreu[1]

1. Introdução

O Brasil vive mais um período obscuro, de negacionismo e revisionismo histórico. Elegeu um presidente da República que exalta torturadores. Que chama de "herói nacional" o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-comandante do DOI-Codi de SP, entre 1970 e 1974, auge da repressão violenta. Ustra morreu no dia 15 de outubro de 2015. Ele se tornou, em 2008, o primeiro militar a ser reconhecido como torturador pela Justiça brasileira. Um dos pontos fundamentais do relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), 2012 a 2014, é a última parte do volume I, dedicada à apresentação das principais conclusões a que chegaram seus integrantes após a atividade de investigação desenvolvida, bem como das recomendações que se estabeleceram a partir deste trabalho.

A Comissão Nacional da Verdade teve como finalidade efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional. Diante das conclusões e com o objetivo de prevenir graves violações de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover o aprofundamento do Estado Democrático de Direito, a CNV fez 29 recomendações, divididas em 17 medidas institucionais, oito iniciativas de reformulação normativa, de âmbito constitucional ou legal, e quatro medidas de seguimento das ações e recomendações da Comissão. As recomendações foram concebidas, de acordo com a CNV, a partir de sugestões emanadas de órgãos públicos, entidades da sociedade e de cidadãos, que as encaminharam por intermédio de formulário especificamente disponibilizado com essa finalidade no site da CNV. As recomendações 9 (Criação de mecanismos de prevenção e combate à tortura) e 24 (Alteração da legislação processual penal para eliminação da figura do auto de resistência à prisão), assim como muitas outras, estão ameaçadas. Os retrocessos são muitos.

[1] Doutora em Ciências da Comunicação – Universidade Federal do Pampa – Unipampa. E-mail: carmenabreug@gmail.com

No primeiro semestre de 2019, 2.886 pessoas foram mortas por policiais no Brasil, um aumento de 4,3%[2] em relação ao mesmo período de 2018. A impunidade talvez seja a maior de todas as heranças da ditadura civil-militar brasileira. Os excessos policiais e o uso da tortura estão conectados a ela, bem como a pouca convicção democrática das instituições militares e a ausência de autocrítica dessas pela sua ação nos acontecimentos desse passado recente. Conforme Padrós (2011), sem memória e justiça, como consequência se terá uma consciência histórica acentuadamente superficial, o que colaborará, por sua vez, para a existência de uma frágil cidadania e, principalmente, para uma frágil democracia. São muitos os casos atuais de violência policial que se tornam públicos em que as ações remetem às práticas utilizadas durante a ditadura militar. Ou seja, o que ocorreu ontem e não foi punido se repete hoje até com certa "naturalidade".

Neste sentido, a proposta do texto é discutir o atual contexto político brasileiro e as dificuldades que o país enfrenta para alcançar todas as dimensões que compõem a justiça de transição, que reúne um conjunto de ações jurídicas e políticas por meio das quais uma sociedade busca superar o legado de um passado marcado por violações e abusos de direitos humanos, em larga escala, com o objetivo de que não se repitam. Ou seja, uma transição amparada nos princípios da verdade, memória, justiça, reparação e reforma das instituições.

2. Justiça de transição

Segundo Sabadell e Dimoulis (2011, p. 81), "no Brasil, as últimas três décadas são caracterizadas por certa instabilidade nas opções jurídicas sobre a justiça de transição". Eles ressaltam que "por vinte anos após o fim da ditadura de 1964, prevaleceu a opção de pacificação, por meio do 'esquecimento' (jurídico) dos acontecimentos e da não responsabilização dos agentes da ditadura". Entre as finalidades da justiça de transição, elencadas pelos autores, estão "discutir publicamente acerca da versão oficial dos fatos ocorridos durante o regime anterior (ou durante a situação de conflito interno ou externo) e da tomada de medidas políticas para evitar que se repita tal experiência: 'nunca mais!'". Neste sentido, dizem os autores, "são feitos estudos e pesquisas

2 Disponível em: https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/10/14/maioria-dos-estados-registra-queda-no-no-de-pessoas-mortas-pela-policia-brasil-porem-tem-alta-no-dado-no-1o-semestre.ghtml. Acesso em: 10 de mar. de 2020.

(incluindo o sistema educacional), campanhas de esclarecimento da opinião pública e atos simbólicos de resgate da memória (monumentos, museus, exposições, instituição de datas comemorativas)", (pp.79-80).

O Brasil foi o último dos países latino-americanos, que passaram por regimes ditatoriais, a criar uma comissão da verdade e isso diz muito sobre o processo que envolve a justiça de transição no país. De acordo com Dias (2013, p. 73), "na política e no direito internacional, a instauração de uma comissão da verdade é entendida como importante mecanismo de Justiça de Transição entre um regime autoritário e um que lhe sucede, dotado de princípios e valores democráticos". Assim como a cobertura e o enquadramento sobre o acontecimento Comissão Nacional da Verdade podem ressaltar o compromisso do jornalismo em contribuir com o fortalecimento e a consolidação da democracia brasileira e, por consequência, com uma justiça de transição plena.

A CNV encerrou seu trabalho em 2014 e a intensa e tensa disputa de versões sobre o que de fato foram os 21 anos de ditadura militar no Brasil persiste. Essa disputa pela verdade histórica e pela memória, que também é de poder, é protagonizada pelo presidente da república, eleito em 2018, e pelos militares que insistem no silêncio sobre os crimes e as atrocidades que cometeram.

A Lei da Anistia é considerada um marco na transição política brasileira. Os militares já estavam no poder há 15 anos quando, em 15 de março de 1979, tomou posse, para um mandato de seis anos, o último general da longa e dura ditadura brasileira João Baptista de Figueiredo Oliveira. A "lenta, gradual e segura" abertura política, anunciada por Geisel, estava em curso e foi no primeiro ano do Governo de Figueiredo que a Lei da Anistia foi aprovada.

No entanto, depois de sua aprovação, foram mais seis anos de regime militar e cerca de 50 atentados. Entre as ações planejadas e executadas pelos opositores da abertura democrática está o caso conhecido como Riocentro. Segundo o relatório da CNV, um minucioso e planejado trabalho de equipe foi realizado por militares do I Exército e do Serviço Nacional de Informações (SNI), e o primeiro inquérito policial militar (IPM) sobre o caso, aberto em 1981, foi manipulado para posicionar os autores diretos da explosão apenas como vítimas.

Promulgada no período de ditadura militar e composta basicamente nos termos propostos pelo governo de Figueiredo, a lei, aprovada em 1979, é considerada uma autoanistia se analisada, por exemplo, sob a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Com sua aprovação,

os militares e seus apoiadores, em nome da reconciliação nacional, buscaram "virar a página" e assim apagar as violações sistemáticas de direitos humanos que ocorreram no Brasil por meio de uma política de silêncio e de esquecimento. De acordo com a legislação internacional, são inadmissíveis leis de anistia destinadas a impedir a responsabilização dos que praticaram crimes como tortura, execuções sumárias e desaparecimentos forçados.

Para o filósofo Castor Ruiz[3], "na transição pactuada a violência cometida persiste como continuidade viva e dolorosa na vida das vítimas, ou na sua ausência. As marcas da violência não se anulam pelos meros acordos políticos". Ainda de acordo com Ruiz, existe consonância nos campos filosófico, jurídico e político de que os crimes contra a humanidade não prescrevem no tempo nem sua responsabilidade fica limitada a um país.

Para que uma transição democrática seja completa é preciso contemplar as dimensões da chamada justiça de transição ou justiça transicional[4] que reúne um conjunto de ações jurídicas e políticas por meio das quais uma sociedade busca superar o legado de um passado marcado por violações e abusos de direitos humanos, em larga escala, com o objetivo de que não se repitam. Segundo Pinto (2010, p. 129), "o conceito de justiça transicional surgiu no final da década de oitenta e início da década de noventa, principalmente em resposta às mudanças políticas ocorridas na América Latina e no Leste Europeu". Neste sentido, o que se reconhece como justiça transicional expressa procedimentos e formas de responder a sistemáticas e amplas violações aos direitos humanos. Portanto, justiça transicional não significa nenhuma forma especial de justiça, mas várias iniciativas que têm por finalidade reconhecer o direito das vítimas, promover a paz, facilitar a reconciliação e garantir o fortalecimento da democracia. De acordo com Zyl (2009, p. 32), "o objetivo da justiça transicional implica em processar os perpetradores, revelar a verdade sobre crimes passados, fornecer reparações às vítimas, reformar as instituições perpetradoras de abuso e promover a reconciliação". Um processo que o Brasil ainda precisa percorrer.

3 Esquecer a violência: uma segunda injustiça às vítimas. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3780&secao=358> . Acesso em: 18 de fev. de 2020.

4 De acordo com Roberto Lima Santos (2009, p. 31), as origens desta área de investigação remontam ao final da Segunda Guerra Mundial (e.g. o Tribunal Internacional Militar de Nüremberg e os programas de 'desnazificação' na Alemanha). Desde então, foram sendo desenvolvidos e aperfeiçoados diversos mecanismos para se lidar com a herança da violência de regimes autoritários ou totalitários. Disponível em: <https://uenp.edu.br/pos-direito-teses-dissertacoes-defendidas/direito-dissertacoes/1921-roberto-lima-santos/file >. Acesso em: 20 de fev. de 2020.

3. Justiça de transição no Brasil

O Brasil encontra-se em diferentes estágios em relação às quatro dimensões fundamentais da justiça de transição: a reparação; o fornecimento da verdade e a construção da memória; a regularização da justiça e o restabelecimento da igualdade perante a lei; e a reforma das instituições perpetradoras de violações contra os direitos humanos (ABRÃO e TORELLY, 2012).

O enfrentamento sério e responsável das questões principais que compõem a justiça transicional ainda não se completou no Brasil. A partir de 2018 não se tem avanços no que se refere as dimensões fundamentais da justiça de transição. Ou seja, uma transição amparada nos princípios da verdade, memória, justiça, reparação e reforma das instituições não foi realizada na totalidade. Está longe disso. "Em qualquer caso, e em todos os casos, a condição necessária para que a justiça de transição seja justa é fazer memória das vítimas. A justiça não se faz pelo esquecimento, mas pela memória", ressalta Ruiz[5].

A transição para a democracia no Brasil ocorreu sob o forte controle do regime militar, e muitos dos arquivos específicos dos centros de investigação e repressão ligados diretamente ao Exército, Marinha e Aeronáutica ainda são sonegados à sociedade. O poder político dos militares se mantém representativo no país, eles ocupam vários ministérios no governo eleito em 2018. Neste cenário, muitos familiares de mortos e desaparecidos políticos continuam aguardando informações sobre a localização dos restos mortais. Com base na Lei da Anistia, o país não investigou e nem puniu os crimes de graves violações aos direitos humanos cometidos durante a ditadura militar.

Tudo muito lento. Só na gestão do presidente Fernando Collor de Mello foi autorizada a devolução dos arquivos do Departamento de Ordem Política de Social (DOPS) de São Paulo e do Rio de Janeiro aos governos estaduais, em 1992. "Só no arquivo de São Paulo, que estava sob o controle da Polícia Federal desde 1983, havia 1,5 milhão de fichas, 14 mil dossiês e 150 mil prontuários de brasileiros e estrangeiros" (MEZAROBBA, 2003, p. 70). Com esse gesto, Collor possibilitou o acesso destes arquivos aos familiares de mortos e desaparecidos políticos. Muitas das conquistas se deram, em grande parte, pela pressão que organizações como a Comissão Nacional de

5 **Castor Bartolomé Ruiz.** Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3780&secao=358>. Acesso em: 18 de fev. de 2020.

Familiares de Mortos e Desaparecidos e dos Grupos Tortura Nunca Mais, do Rio e de São Paulo, sempre fizeram para que o governo brasileiro assumisse a responsabilidade pelas violações de direitos humanos.

O país conquistou avanços em alguns pontos, principalmente no que se refere à reparação econômica. Em dezembro de 1995, o presidente Fernando Henrique Cardoso, sancionou a Lei 9.140[6] que criou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), reconhecendo de imediato, como mortos, 136 desaparecidos políticos. Ao fazer esse reconhecimento legal, o Estado brasileiro assumiu a responsabilidade geral "pelas violações de direitos humanos praticadas durante o regime militar como sequestros, prisões, torturas, desaparecimentos forçados e assassinatos, inclusive contra estrangeiros que viviam no país" (MEZAROBBA, 2003, p. 90). A partir desta lei, os familiares começaram a ter o direito de solicitar atestados de óbitos e pagamento de indenizações.

Mais uma etapa do processo de reparação ocorreu com a Lei 10.559[7], de 2002. Com ela, o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição de 1988 foi regulamentado. Portanto, somente 14 anos depois o direito constitucional de reparação dos perseguidos políticos foi implementado. Entre os direitos assegurados pela Lei 10.559 estão a possibilidade de contagem, para todos os efeitos, do tempo em que o anistiado esteve afastado de suas atividades profissionais e a reintegração aos cargos ocupados anteriormente.

Outro instrumento de reparação, a Comissão de Anistia[8], ligada ao Ministério da Justiça até 2019, que já funcionava por meio de medida provisória desde 2001, também foi regulamentada com a promulgação da Lei 10.559/02. Abrão e Torelly (2012, p. 28) defendem que as duas comissões de reparação, a Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e a de Anistia, produziram verdade e memória, pois se tornaram estruturas justransicionais transversais. Em 2019, a Comissão da Anistia passou para o Ministério da Mulher, da Família de dos Direitos Humanos. Desde então só apresenta retrocessos, como o indeferimento dos pedidos de anistia.

6 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9140compilada.htm>. Acesso em: 28 de fev. de 2020.

7 Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10559.htm>. Acesso em: 28 de fev. de 2020.

8 Criada para reparar violações de direitos humanos cometidas entre 1946 e 1988, a Comissão de Anistia era vinculada ao Ministério da Justiça e composta por 25 conselheiros, a maioria agentes da sociedade civil ou professores universitários. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/seminario-internacional-debatera-arquivos-de-ditaduras>. Acesso em: 4 de fev. de 2020.

O processo transicional no Brasil, que até 2018 podia ser considerado lento, se comparado aos outros países latino-americanos, ainda está em curso. Em 2020, a situação é de estagnação. O país enfrenta, inclusive, uma disputa em torno da interpretação da Lei da Anistia.

O livro-relatório "Direito à Memória e à Verdade", publicado em agosto de 2007, registrando os 11 anos de trabalho da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e resumindo a história das vítimas da ditadura no Brasil, é um ponto a ser destacado. Para González e Lentz (2012, p. 134), depois da publicação do relatório da CEMDP, o trabalho da Comissão de Anistia passou a pressionar por avanços na discussão de temas "até então tabus na política nacional: abertura dos arquivos das Forças Armadas, indicação de autorias, circunstâncias e motivações das violações cometidas pelo antigo regime e responsabilização civil e penal individualizada". Os autores acreditam que uma audiência pública, promovida pela Comissão de Anistia em 2008, teve um papel importante nas discussões e ações que ocorreram depois. No evento, "Limites e Possibilidades para a Responsabilização Jurídica dos Agentes Violadores de Direitos Humanos durante Estado de Exceção no Brasil", foram discutidas as potencialidades e dificuldades do estabelecimento de responsabilidades, no plano do direito civil e criminal, aos agentes que violaram os direitos humanos no Brasil durante os 21 anos de ditadura militar. No encontro, os ex-ministros da Justiça, Tarso Genro, e dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, defenderam a punição aos torturadores da ditadura militar. De acordo com Genro[9], a tortura cometida durante a ditadura se configura como um delito comum, ainda passível de punição, pois "a partir do momento em que o agente público, civil ou militar, torturou alguém, este agente público saiu da ilegalidade do próprio regime de exceção".

O debate ganhou visibilidade e gerou reação. As Forças Armadas e os militares da reserva, por meio do Clube Militar, responderam de imediato ao posicionamento de Genro e Vannuchi. Uma semana depois do evento, promovido pela Comissão de Anistia, os clubes da Aeronáutica, do Exército e da Marinha organizaram o seminário "Lei da Anistia: alcance e consequências", no Rio de Janeiro. Estavam no encontro militares da reserva e da ativa, todos à paisana. Para o presidente do Clube Militar, general de reserva

9 Disponível em: <http://www.abi.org.br/tarso-genro-punicao-para-torturadores/ >. Acesso em: 21 de fev. de 2020.

Gilberto Figueiredo[10], Tarso Genro quis "lamber feridas que já estavam quase cicatrizando". Segundo o general Figueiredo[11], com alterações na Lei da Anistia, "quem tem mais a perder são os antigos guerrilheiros, porque **os crimes** que praticaram, **também hediondos,** sequestros, assassinatos, tortura, terrorismo indiscriminado, isso aí está **registrado**, nos anais da Justiça, arquivado". Pois, "o **torturador**... ninguém escreveu: hoje, torturei. Portanto, quem tem mais a perder são os antigos terroristas" (grifos nossos).

A fala do presidente do Clube Militar demonstra que a categoria acredita que, mesmo ocorrendo uma alteração da legislação brasileira, eles continuarão em vantagem e sem chance de responsabilização, já que seus crimes não foram registrados. Aqui, cabe destacar que fica evidenciada a chamada "teoria dos dois demônios", preconizada pelos militares.

Qualquer movimento ou ação em direção a uma possível revisão da Lei da Anistia é sempre considerada uma afronta e inadmissível a partir, por exemplo, de um dos argumentos reiteradamente utilizado pelos militares: "trata-se de revanchismo". Essa alegação não se sustenta, como apontam Oliveira e Gomes (2015), pois um presente e um futuro democráticos não podem efetivar-se sem o acerto de contas com um passado autoritário.

4. Considerações finais

É certo que os militares e seus apoiadores não podem interromper o fluxo da memória, talvez ninguém possa. Mas eles têm tido o poder de prolongar o silêncio e retardar um debate amplo sobre o conceito de anistia vigente no país. Pode-se destacar como uma ação significativa em direção ao direito à memória e à verdade a criação, mesmo 27 anos depois do fim da ditadura, da CNV. Em dezembro de 2019, o encerramento dos trabalhos da CNV completou cinco anos. Porém, pouco foi realizado em relação as recomendações.

10 Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL715836-5601,00.html>. Acesso em: 18 de fev. de 2020.
11 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0208200804.htm>. Acesso em: 18 de fev. de 2020.

Importa ressaltar que a imprensa brasileira[12] desempenhou um papel relevante no processo que levou o Brasil para um regime de exceção. Passados mais de 50 anos do Golpe de 1964, temos no discurso jornalístico muitos sentidos que reforçam a versão dos militares sobre esse macroacontecimento da história política brasileira (ABREU, 2016). Durante os 31 meses de trabalho da CNV, a teoria dos "dois lados", ou dos dois demônios, o "não revanchismo" e a não "revisão da Lei da Anistia", foram os temas que mais interessaram aos jornais. Os jornais Folha de São Paulo, O Globo e Estado de São Paulo silenciam sobre as dimensões da justiça de transição. As conclusões e as 29 recomendações da CNV não são debatidas. Ao silenciar os jornais firmam posição. A imprensa tradicional brasileira é conivente com o autoritarismo, o negacionismo e o revisionismo que ocorrem no país.

Após 55 anos do Golpe de 64, de 49 anos do desaparecimento de Rubens Paiva, de 44 anos do assassinato de Vladimir Herzog, de 40 anos de uma Lei da Anistia questionada e de mais de cinco anos de encerramento da Comissão Nacional da Verdade, acontecimentos demarcadores da história recente, o Brasil segue na contabilização de seu ajuste de contas e na elaboração de um passado mal resolvido, doloroso e sombrio.

O atual presidente do Brasil diz que o Golpe de 1964 não existiu. Incentiva comemorações no 31 de março. Exalta a ditadura militar. Suas ações ameaçam a democracia e o que foi conquistado em relação, por exemplo, aos direitos humanos. O Governo Federal vem desestruturando as Comissões de Anistia e Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Inviabiliza seu trabalho. É preciso dizer não ao esquecimento e a impunidade. A luta por verdade, memória e justiça é contínua. O Brasil deve romper com seu passado autoritário para, finalmente, poder avançar na consolidação democrática e na efetivação dos direitos humanos. Nenhum tipo de golpe que ameace a legalidade e a democracia pode ser admitido. Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça.

12 Disponível em: <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=27683 >. Acesso em: 10 de mar. de 2020. Trecho do editorial do jornal O Globo, publicado na capa da edição de 02 de abril de 1964: "Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem [...] *Este não foi um movimento partidário. Dele participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais. Aliaram-se os mais ilustres líderes políticos, os mais respeitados Governadores, com o mesmo intuito redentor que animou as Forças Armadas. Era a sorte da democracia no Brasil que estava em jogo". Disponível em:* <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/03/editorial-globo-celebra-golpe-militar-de-1964.html>. *Acesso em: 12 de mar. de 2020.*

5. Referências

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo. Mutações do conceito de anistia na justiça de transição brasileira: a terceira fase da luta pela anistia. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição/Ministério da Justiça**, Brasília, n. 7, jan./jun. 2012.

ABREU, Carmen. **Comissão Nacional da Verdade: um acontecimento entre o passado e o futuro do Brasil**. Tese (Doutorado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, 2016.

DIAS, Reginaldo Benedito. **A Comissão Nacional da Verdade, a disputa da memória sobre o período da ditadura e o tempo presente**. São Paulo: Unesp, 2013.

GONZALES, Rodrigo Stumpf; LENTZ, Rodrigo. Qual será a verdade do jeitinho brasileiro? Perspectivas sobre a Comissão Nacional da Verdade do Brasil. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, V.48, n.2, mai./ago. 2012, pp.130-138.

PADRÓS, Henrique Serra. O resgate do passado recente e as dimensões da luta pela verdade e justiça. In: NUNES, Carmen Lúcia da Silveira; PADRÓS, Henrique Serra; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões. **Memória, verdade e justiça [recurso eletrônico]**: as marcas das ditaduras do Cone Sul. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2011.

PINTO, Simone Rodrigues. Direito à memória e à verdade: comissões de verdade na América Latina. **Revista Debates,** Porto Alegre, v.4, n.1, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/11860 >. Acesso em: 11 de mar. de 2020.

MEZAROBBA, Glenda. **Um acerto de contas com o futuro. A anistia e suas consequências – um estudo do caso brasileiro**. 2003. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2003.

SABADELL, A. L.; DIMOULIS, D. Anistia: a política além da justiça e da verdade. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 24, n. 1, p. 79-102, [????]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/42892>. Acesso em: 13 mar. 2020.

ZYL, Paul Val. **Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito.** Revista Anistia Política e Justiça de Transição, n.1, 2009.

A CATEGORIA "ACESSO À JUSTIÇA" NO CÁRCERE[1]

Jiulia Estela Heling[2]

1. Introdução

A partir do presente trabalho tem-se por objetivo discutir as particularidades da categoria "acesso à justiça" no âmbito do cárcere. Mediante um referencial teórico-epistemológico específico, busca-se discutir a significação desta categoria no espaço das prisões. Amparado na noção de figurações de Norbert Elias, autor pouco utilizado na discussão da questão penitenciária, observou-se o espaço do cárcere como constituído de relações que formam uma teia, chamada por Elias de teia de interdependência, assim, parte-se da ideia de que os atores/jogadores existentes neste espaço produzem um emaranhado de relações (ELIAS, 1999).

No recorte proposto, busca-se especificamente discutir a significação da categoria "acesso à justiça" quando se refere as pessoas privadas de liberdade no intramuros prisional. Partiu-se ao campo através da Defensoria Pública, órgão estatal entendido como responsável pela garantia de acesso à justiça da população carente, na qual a ampla maioria dos apenados se enquadra. Logo, para realização do trabalho, utilizou-se da observação direta, ocorrida entre fevereiro e março de 2018, acompanhamento realizado junto a Defensora Pública de Pelotas lotada na Vara da Execução Criminal, momento em que foi possível o ingresso no interior dos muros do Presídio Regional de Pelotas.

Frente aos dados obtidos, por meio da observação direta, foi possível identificar que a categoria "acesso à justiça", quando utilizada no espaço do cárcere, merece especial atenção, uma vez que sua significação comumente utilizada na doutrina/literatura, como acesso aos tribunais estatais ou meios alternativos de resolução de conflitos geridos pelo Estado, não supre a complexidade existente no intramuros prisional. Faz-se necessário construir uma significação mais ampla, que está para além do acesso as instâncias burocráticas do Estado.

[1] Trata-se de um fragmento da dissertação de mestrado da autora, trabalho completo em HELING, Jiulia Estela. **Defensoria Pública e Figurações Criminais**: um estudo de acesso à justiça. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

[2] Doutoranda em Sociologia. Universidade Federal de Pelotas - UFPel. E-mail: jiuliaestela@hotmail.com

2. O que entendemos por acesso à justiça no espaço do cárcere?

Segundo Maria Tereza Aina Sadek (2014) o acesso à justiça deve ser compreendido como um direito que está para além do acesso ao judiciário, que envolve não somente a entrada ao judiciário, bem como também o desenvolver de seu trâmite e sua saída do sistema. Representa desta forma, o direito através do qual é possível alcançar a efetivação de outros direitos que não estão sendo respeitados (SADEK, 2009). Entendemos, como Sadek, que o mero acesso ao judiciário por si só não é sinônimo de efetividade de acesso à justiça (SADEK, 2009).

Mauro Cappelletti e Bryant Garth ao falarem da importância do direito de acesso à justiça o elencam como sendo "o mais básico dos direitos humanos", bem como um direito social fundamental (1988, p. 12). Esta importância pode ser atribuída a sua função de assegurar o cumprimento de um outro direito que está sendo negado. Eriberto Francisco Bevilaqua Marin e Nivaldo dos Santos afirmam ser o acesso à justiça "um direito fundamental do cidadão, sem o qual os demais direitos não possuem garantia de eficácia" (2001; 2002, p. 18).

Sadek ainda elucida que "acesso à justiça é um direito primordial. Sem ele nenhum dos demais direitos se realiza" (2014, p. 57). A conquista de direitos requer que haja meios de reivindicar que estes se efetuem. Logo, o acesso à justiça se concretiza "quando não apenas é proclamado o direito, mas ele é efetivado" (SADEK, 2014, p. 57).

A expressão acesso à justiça na sua acepção clássica é considerada de

> difícil definição, mas serve para determinar duas finalidades básicas do sistema jurídico – o sistema pelo qual as pessoas podem reivindicar seus direitos e/ou resolver seus litígios sob os auspícios do Estado que, primeiro deve ser realmente acessível a todos; segundo, ele deve produzir resultados que sejam individual e socialmente justos (CAPPELLETTI; GARTH, 1988, p. 8).

Cappelletti e Garth discutem a acessibilidade ao Estado como sendo a forma de acesso à justiça. Segundo os autores, para um efetivo acesso à justiça é necessário enfrentar três obstáculos, quais sejam: custas judiciais, possibilidade das partes e problemas especiais dos interesses difusos (CAPPELLETTI; GARHT, 1988).

A solução para o enfrentamento destes obstáculos é apresentado pelos autores como "três ondas", surgidas a partir de 1965, mais ou menos em ordem cronológica. Sendo a primeira onda – assistência judiciária para os pobres; a segunda – representação dos interesses difusos e a terceira – do acesso à representação em juízo a uma concepção

mais ampla de acesso à justiça: um novo enfoque de acesso à justiça (CAPPELLETTI; GARTH, 1988).

Hoje o acesso à justiça é discutido de forma muito mais ampla do que o mero acesso ao judiciário. Pode ser tido como constituído de três etapas "o ingresso visando à obtenção de um direito, os caminhos posteriores à entrada e, finalmente, a saída" (SADEK, 2014, p. 57). Este caminho tem por objetivo alcançar uma decisão justa em um período tido como razoável.

Neste sentido o direito de acesso à justiça funciona como o meio que possibilita a obtenção de um outro direito que veio a ser negado, assim é condição para o reclamo da garantia de efetividade dos direitos. É garantia de que os direitos não serão meramente proclamados, sem um meio capaz de reclamá-los (SADEK, 2009; 2014).

Coaduna a este pensamento, o ensinamento elucidado por Cappelletti e Garth:

> [...] o direito ao acesso efetivo tem sido progressivamente reconhecido como sendo de importância capital entre os novos direitos individuais e sociais, uma vez que a titularidade de direitos é destituída de sentido, na ausência de mecanismos para sua efetiva reivindicação. O acesso à justiça pode, portanto, ser encarado como o requisito fundamental – o mais básico dos direitos humanos – de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar os direitos de todos (1988, p.11-2).

Podemos afirmar que o direito de acesso à justiça é ao mesmo tempo um direito individual/humano e social. Em seu aspecto individual o destaque é quanto à possibilidade de pleitear um direito individualmente negado, porém o aspecto social não esta adstrito à possibilidade de defesa dos direitos coletivos propriamente ditos. O aspecto social se encontra em todas as ações, é de interesse de toda população que um direito negado seja reconhecido.

O acesso à justiça está assegurado em nossa Constituição Federal, art. 5º, incisos XXXV e LXXIV, onde consta: "XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito" e "LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos" (BRASIL, 2018a).

Fabiana Marion Spengler e Gabriel de Lima Bedin afirmam que

> A Constituição de 1988, [...] preocupou-se com a universalização do direito ao acesso à justiça, elevando esse direito para a condição de direito fundamental (art. 5ª, XXXV), bem como ao prever o direito do cidadão à devida prestação jurisdicional em um prazo razoável (art. 5º, LXXVIII) também como direito fundamental (2013, p. 141).

Na legislação infraconstitucional, especificamente no tocante a questão criminal, o art. 10 da LEP elenca: "A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado". Em seu art. 11 traz o rol das assistências, onde, no inciso III está presente a assistência jurídica (BRASIL, 2018b).

No Brasil, o órgão responsável pela "promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º [...] [da] Constituição Federal" é a Defensoria Pública (BRASIL, 2018a). Desta maneira, ela tem como função prestar assessoria aos presos que não possuem condições de contratar um advogado particular para o seu patrocínio em juízo.

Embora a Defensoria Pública sempre tenha atuado no âmbito da execução penal (cumprindo sua função de prestação jurídica aos necessitados), foi apenas no ano de 2010, através da Lei 12.313 que ela passa formalmente a integrar o rol dos órgãos da execução penal (BRASIL, 2018c). Esta formalidade legislativa lhe proporciona uma segurança para sua atuação neste ambiente que é tumultuado.

E qual seria o papel da Defensoria Pública dentro do jogo penitenciário? Segundo Araújo:

> A existência de um órgão que realize a defesa individual do preso no cumprimento da pena é determinação que, caso não seja bem exercida, oferece o risco de se tornar mais uma engrenagem de um sistema repressor de superprodução de pessoas presas. Não pode a Defensoria Pública servir como órgão legitimador de um fenômeno de encarceramento em massa, realizando formalmente a defesa do apenado como meio de justificar que, uma vez obedecidas as regras do jogo, há respaldo para o aprisionamento e a manutenção do indivíduo nas grades prisionais.
>
> Nesse sentido, a atividade do Defensor Público que atua na Execução Penal possui um caráter político indispensável que deve ser acentuado no seu exercício das funções típicas. É necessário que o Defensor Público realize uma defesa material do apenado, com afinco na análise de cada caso, tratando como vida e liberdade cada processo que por ele passa.
>
> O risco da atuação ordinária do Defensor Público corresponde à legitimar o funcionamento do sistema repressivo, permitindo ao Estado arguir que as garantias constitucionais foram obedecidas – sobretudo em relação ao dever do contraditório judicial, e como se decorrente do cumprimento dessas garantias constitucionais se pudesse ofender os padrões de justiça social e operar um aprisionamento da pobreza (2014, p. 139-140).

Neste sentido a Defensoria Pública, quando denominada como órgão estatal garantidor de acesso à justiça, não pode ser associada a garantia de acesso ao judiciário, com a perspectiva de ter seus direitos assegurados. Sua concepção de acesso à justiça, deve estar associada a assistência prestada ao apenado, objetivando dar visibilidade ao sujeito que é produzido como inexistente pela sociedade "livre".

> O poder da Defensoria Pública de velar pela regular execução da pena deve ser entendido como poder de velar pela regularidade ética (proteção dos apenados em face de medidas que busquem suprimir sua condição de sujeitos jurídicos) e de zelar pelo respeito à humanidade, às leis, à Constituição Federal e aos Tratados e Convenções Internacionais afetos à matéria (ROIG, 2018, p. 206).

Assim sendo:

> [...] na qualidade de Órgão da Execução Penal (art. 61, VIII, da LEP) e em cumprimento do objetivo de conferir efetividade aos direitos humanos (art. 3º, III, da LC 80/94) e da função institucional de exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos de grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado (art. 4º, XI, da LC 80/94), cumpre à Defensoria Pública tomar todas as medidas para o saneamento da vulnerabilidade enfrentada por presos, internados e egressos que estejam sendo prejudicados pela imposição de condições ilegais, desproporcionais ou inexequíveis de cumprimento de pena ou medida de segurança, ainda que os mesmos possuam advogado constituído nos autos, atuação esta que não se confunde com representação processual do condenado, mas decorre da necessidade de intervenção para a tutela de direitos humanos (ROIG, 2018, p. 207-8).

Diante disto, podemos verificar que de fato a Defensoria Pública quando visa observar o acesso à justiça dos apenados, não se limita a atuação nos moldes formais das instâncias burocráticas judiciais. Sua atuação está voltada para o bem-estar do cidadão, que apenas teve tolhida a sua liberdade, porém a dignidade inerente ao ser humano não lhe foi retirada. Para tanto, sua atuação está para além da representação processual, conforme elencado acima, mesmo havendo representação em juízo (advogado particular constituído), ocorrendo irregularidade, a Defensoria Pública está apta a atuar. Tal característica se deve ao fato de possuir legitimidade, concedida pelo Estado, para garantir a visibilidade da população apenada.

O apenado é um cidadão de direitos e não um ser depositado à invisibilidade, retirado do meio social para despoluição do espaço dos "cidadãos de bem". Sendo assim, pertinente e necessária a preocupação da Defensoria Pública, com cada indivíduo e suas particularidades.

Vale destacar que, o trabalho do Defensor Público deve estar comprometido com o fornecimento de acesso à justiça na perspectiva de acesso a uma ordem jurídica justa (WATANABE, 1988), ou o acesso ao judiciário com sua devida pretensão atendida ou analisada de forma justa e comprometida com os preceitos legais. Mas além disso, a atuação da Defensoria Pública como órgão estatal garantidor de acesso à justiça visa ofertar assistência aqueles que se encontram tolhidos da sua liberdade, ou seja, tem por objetivo dar visibilidade a uma parcela significativa da população que se encontra em ambientes de sequestro, invisibilizados pela sociedade. Em outras palavras, a Defensoria Pública enquanto "perseguidora" de acesso à justiça deve promover o reconhecimento da população carcerária como *sujeitos de direitos e não como a ralé da sociedade*, aqueles que a sociedade prefere trancafiar entre muros e consequentemente esquecer da sua existência.

Trabalhamos com a noção de acesso à justiça, não nos referindo necessariamente ao seu vínculo com o Poder Judiciário, em seu aspecto formal e baseado no andamento dos processos (PECs), mas sim na característica de reconhecimento desta população há muito esquecida.[3]

Visões clássicas como a de Marin e Santos, que afirmam ser o sistema jurídico efetivo "quando se garante pela regulação e integração o convívio social, possibilitando, assim, o exercício e a reivindicação dos direitos, deveres, pretensões etc., e/ou a resolução de seus litígios sob a custódia do Estado" (2001-2002, p. 13) não é o mais adequado quando da fase de execução da pena. Trata-se de pessoas que já tiveram o "litígio" (indivíduo x sociedade) julgado, obtendo como resultado o cerceamento da liberdade. Nesta fase o que vislumbram não é apenas acessar o judiciário para eventuais direitos que não estejam sendo observados, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Carcerário em 2009 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2009) elencou de forma minuciosa as mazelas enfrentadas pelos apenados, a LEP não é cumprida, o cárcere atua mais como uma "terra sem lei", mas sim, querem o reconhecimento de que ainda são sujeitos de direito e não objetos tutelados pelo Estado.

> Por força do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana (CRFB[4] 88, artigo 1º, III), o sentenciado penal, destinatário da norma penitenciária, é sujeito da execução da pena. Foi superada a fase em que o condenado à sanção penal privativa da liberdade era despojado

[3] Não ignoramos a importância da discussão do acesso à justiça em sua concepção clássica, no âmbito da questão penitenciária. No entanto, optamos por trabalhar com a noção de acesso à justiça *sui generis*.
[4] Constituição da República Federativa do Brasil.

> de todos os direitos, transformando-se em objeto de uma relação especial de poder criada e mantida num espaço de não-direito (JAPIASSÚ; MENEZES; OLIVEIRA, p. 17).

Há de se pensar também, que além do reconhecimento como sujeitos de direitos, os apenados almejam de forma efetiva estes direitos, ou seja, alcança-los em concreto. Logo torna-se necessário também o acesso ao judiciário, como uma possibilidade de garantir um direito violado. Luiz Antônio Bogo Chies ao falar do campo da questão penitenciária, diz se tratar de um campo *sui generis* (2015), podemos afirmar que também quando falamos em acesso à justiça na execução penal esta característica está presente, isto porque, não podemos tratar do acesso à justiça como sendo o acesso ao judiciário, da mesma maneira que não podemos ignorar por completo esta faceta do mesmo. Todavia, o aspecto mais importante segue sendo a visibilidade da população carcerária como sujeitos de direitos.

3. Considerações finais

Quando falamos em acesso à justiça no cárcere, inevitavelmente precisamos falar da atuação da Defensoria Pública, isto porque a grande maioria da população encarcerada é atendida pela instituição (DPE/RS, 2017, p. 50). Esta atuação está para além da representação formal em juízo, é uma forma de reconhecimento da existência de sujeitos de direito. Trazendo estes apenados para a realidade da sociedade, que faz questão de olvidá-los atrás dos muros do cárcere.

> A problemática do acesso à Justiça não pode ser estudada nos acanhados limites do acesso aos órgãos judiciais já existentes. Não se trata apenas de possibilitar o acesso à Justiça enquanto instituição estatal, e sim de viabilizar o *acesso à ordem jurídica justa* (WATANABE, 1988, p. 128).

Logo o simples ingresso nos aparatos estatais não pode ser julgado como acesso à justiça exitoso. O autor não elenca o que é "ordem jurídica justa", mas seu texto se remete a elementos da concepção clássica de acesso à justiça, como ingresso no sistema formal de justiça (sejam os tribunais, ou mesmo meios alternativos de solução de conflitos, mas estes também organizados e monitorados pelo Estado).

Mas é possível utilizar esta nomenclatura de "acesso à ordem jurídica justa" e ultrapassar os limites burocráticos-processuais, adentrando na complexidade da questão penitenciária e vislumbrando as particularidades da execução criminal. Neste ambiente

para elencarmos um acesso à justiça que se aproxime de uma noção de "ordem jurídica justa" é necessário que a preocupação com os apenados perpasse por uma perspectiva de torná-los visibilizados pela sociedade livre, como indivíduos integrantes da sociedade.

No espaço da prisão a categoria "acesso à justiça" busca dar conta da invisibilidade que recai sobre este espaço, ou seja, é uma ferramenta/instrumento que tem como objetivo primordial dar visibilidade a população segredada no intramuros.

Concluímos assim que a utilização da categoria "acesso à justiça" no tocante a questão penitenciária possui uma significação *sui generis*, pois não pode se limitar a discussão do acesso à justiça formal. Tem o sentido de "quebrar" a invisibilidade construída pelo muro que cerca a prisão.

4. Referências

ARAÚJO, Rochester Oliveira. A atuação da Defensoria Pública na execução penal: a função política na promoção do acesso à justiça social. **Revista Transgressões: ciências criminais em debate**, Rio Grande do Norte, v. 2, n. 2, p. 133-147, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/article/view/6448/4985>. Acesso em: 10 de outubro de 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 2018a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 14 de junho de 2018.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. 2018b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em: 14 de junho de 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.313, de 19 de agosto de 2010**. 2018c. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12313.htm>. Acesso em: 14 de junho de 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **CPI do Sistema Carcerário**. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Brasília, 2009. Disponível para download em: <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/2701>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2017.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Tradução Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Editora Fabris, 1988.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. Do campo ao campo: análise da questão penitenciária no Brasil contemporâneo. **O público e o privado**, Ceará, n. 26, pp. 69-91, 2015. Disponível em: <http://www.seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=1398&path%5B%5D=1261>. Acesso em: 03 de janeiro de 2019.

DPE/RS, Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul. **Relatório Anual 2017 – Outubro de 2016 a Setembro de 2017**. Porto Alegre: Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, 2017.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa/Portugual: Edições 70, 1999.

JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano; MENEZES, Eduardo Quintanilha Telles de; OLIVEIRA, Patricia Fonseca Carlos Magno de. **A Defensoria Pública e a execução penal no Brasil:** uma abordagem sobre a acesso efetivo à Justiça no Estado do Rio de Janeiro. S.d. Disponível em: <http://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2014/08/PM_DP-e-ex-pe-no-Br-abordagem-do-acesso-a-J.pdf>. Acesso em: 03 de janeiro de 2019.

MARIN, Eriberto Francisco Bevilaqua; SANTOS, Nivaldo dos. O acesso ao direito e à justiça. **Revista Faculdade de Direito UFG**, v. 25/26, n. 1, p. 13-23, 2001-2002. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revfd/article/view/12020/7971>. Acesso em: 10 de outubro de 2017.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. Assistência Jurídica na Execução Penal. In: VITTO, Renato C. P. de; DAUFEMBACK, Valdirene (org). **Para além da prisão reflexões e propostas para uma nova política penal no Brasil**. Belo Horizonte: Letramento: Casa do Direito, 2018. pp. 203-215.

SADEK, Maria Tereza Aina. Acesso à justiça: porta de entrada para a inclusão social. In LIVIANU, R., cood. **Justiça, cidadania e democracia**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. p. 170-180. ISBN 978-85-7982-013-7. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/ff2x7/pdf/livianu-9788579820137-15.pdf>. Acesso e: 10 de outubro de 2017.

SADEK, Maria Tereza Aina. **Acesso à justiça: um direito e seus obstáculos**. REVISTA USP: São Paulo, n. 101, p. 55-66, março/abril/maio. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/87814/90736>. Acesso em: 10 de outubro de 2017.

SPENGLER, Fabiana Marion; BEDIN, Gabriel de Lima. O Direito de Acesso à Justiça como o mais básico dos direitos humanos no Constitucionalismo Brasileiro: aspectos históricos e teóricos. **Revista de Direitos Fundamentais e Democracia**, Curitiba, v. 13, n. 13, p. 129-144, janeiro/junho de 2013. Disponível em: <http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/442/323>. Acesso em: 14 de janeiro de 2019.

WATANABE, Kazuo. Acesso à justiça e sociedade moderna. In.: **Participação e processo**. Coordenação: GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel; WATANABE, Kazuo. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 128-135, 1988.

JOVENS EM CONFLITO COM A LEI: reflexões a partir do campo sócio-jurídico em Pelotas-RS

Manoela Vieira Neutzling[1]
Carolina Freitas de Oliveira Silva[2]
Luana Costa Bidigaray[3]

1. Introdução

A discussão sobre violência e o envolvimento de adolescentes[4] com atos infracionais são assuntos que permemeiam os discursos de políticos, da sociedade civil, instituições oranizadas, coletivos, dentre uma série de atores sociais. As abordagens sobre os jovens[5] que cometem atos infracionais e são atendidos nas Medidas Socioeducativas (MSE) envolvem diferetes persctivas sobre os socioeducandos, perpassando perspectivas punitivistas em maior ou menor grau (como a redução da maioridade penal ou o aumento do tempo de inernação) e/ou perspectivas que levam em consideração a dimensão da responsabilização dos jovens e buscam garantir a dimensão socioeducativa prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Dentre os diversos discursos e compreensões acerca dos jovens em conflito com a lei, este trabalho busca abordar a percpção sobre os adolescentes e os atos infracionais dos agentes instucionais estatais que compoem o Sistema de Garantia de Direitos, e especialmente o campo sócio-jurídico[6], em Pelotas/RS. Além disso, pretende-se

1 Graduada em Ciências Sociais - Licenciatura pela Universidade Federal de Pelotas e Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma universidade. UFPel. manoela.neutzling@gmail.com
2 Bacharel em Direito e Mestre em Sociologia (PPGS/UFPel). carolinafgoliveira@gmail.com
3 Bacharel em Direito e Mestre em Sociologia (PPGS/UFPel). luanacbidigaray@gmail.com
4 O termo adolescente é usado especialmente pelas ciências vinvuladas a área da saúde. Os limites cronológicos da adolescência são definidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) entre 10 e 19 anos. No Brasil a referêncial legal é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069 de 1990, que considera criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos e define a adolescência como a faixa etária de 12 a 18 anos de idade, e, em casos excepcionais e quando disposto na lei, o estatuto é aplicável até os 21 anos de idade. Neste trabalho ao abodar o termo "adolescentes" se refere a faixa etária abordada no estatuto.
5 A ONU baseia-se no critério etário para definição do jovem (de 15 a 24 anos). Neste trabalho, assume-se uma paerspectiva sociológica ao se referir a categoria juventude a partir do diálogo entre Pais (2003) e Andrade (2007).
6 A resposta institucional aos crimes cometidos por menores se realiza no interior de um campo específico, o campo sociojudiciário da delinquência juvenil. A escolha dessa denominação provém da sua estruturação, organizada em torno do modelo de proteção integral (Lordonnance de 1945 e da lei no. 8.069 de 1990) e do seu paradigma educação/sanção, que faz coabitar no seu seio e em torno de um mesmo objetivo, a ressocialização ou reinserção do menor identificado e classificado como infrator, duas lógicas, dois saberes, dois agentes principais: os profissionais da esfera judiciária e da esfera socioeducativa (MARINHO, 2012, p. 40).

discorrer sobre como as diferentes ênfases no ato infracional ou no processo socioeducativo configuram o campo e influenciam o planejamento e a execução das políticas públicas destinadas a esse grupo juvenil.

Com o objetivo de compreender como os jovens são reconhecidos socialmente pelo Estado (por meio das leis) e pelos agentes institucionais que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, e, assim, entender como esses agentes percebem os atos infracionais, suas relações e causas, dessa forma, optou-se pela metodologia qualitativa por meio da realização de observações participantes das reuniões na Rede Interseccional Socioeducação no município e da Comissão Socioeducação, de entrevistas com roteiro semi-estruturado com os(as) agentes[7] do campo jurídico e do campo socioeducativo, realizando uma análise documental e uma elaboração de um diário de campo. O referencial teórico ~~do artigo~~ baseia-se na contribuição de Rolim (2016), Tavares dos Santos (2009), Bourdieu (2014) e da teoria sociológica de Elias e dos processos configuracionais.

2. Discutindo alguns pressupostos teóricos

Dentre alguns conceitos fundamentais de Norbert Elias está o de "interdependência", através do qual explica-se como os agentes estão interligados entre si a partir de suas ações e o conceito de "configurações" sociais. Suas perspectiva analítica se volta para as relações de interdependência e as figurações/configurações que determinam arranjos sociais específicos, constantes e provisórios que os agentes estabelecem de modo interdependente entre eles. Deve- se levar em consideração que essas configurações não são estáticas, mas apresentam caráter de inconstância, provisório, com agentes sociais dinâmicos, no qual suas relações são pautadas na racionalidade do indivíduo. Nesse sentido, mudanças sociais, por exemplo, geram processos sociais distintos, que dependerão da modificação dessas redes de interdependência. A configuração dos processos sociais tem uma evolução e um sentido. A evolução envolve a transformação e as configurações de interdependência, enquanto o sentido constituiu-se em relação aos outros. O que se deve ter clareza é que a transformação interna de cada uma dessas configurações estará sempre em relação

7 Optou-se pelo termo "agente" porque este trabalho envolve o Estado e as pessoas que atuam nele e portanto possuem uma disposição no campo sócio-jurídico e atuam numa configuração estatal específica.

funcional com a evolução do equilíbrio do poder predominante numa configuração mais ampla.

Para Norbert Elias (1993), a diversificação das funções sociais colabora para a ocorrência de mudanças específicas na interdependência humana, que será maior, quanto mais diferenciada e numerosa a teia de relação entre os atores. Como um elemento integral de todas as relações humanas está o poder, presente nas relações com o Estado e em todas as inter-relações humanas.

Para compreender historicamente o processo de constituição do Estado, Norbert Elias (1993) volta-se para os processos sociais e afirma que a própria construção do Estado é fruto de um processo social e civilizatório que já chegou ao auge para as nações consideradas "desenvolvidas", por meio da análise sociogenes e psicogenese daquilo que ele chama de processo civilizador. Assim, em sua perspectiva, a estrutura social e a estrutura da personalidade, ou estrutura psíquica, são resultados de uma inter-relação constante entre ela próprias. Portanto, os processos são formados por várias configurações sociais, dentre elas, o processo de formação do Estado moderno.

Para Elias (1993), o processo social de uma sociedade com várias unidades de poder tende ao monopólio nas estruturas sociais que configura um mecanismo social, uma vez que apenas uma única unidade social consegue, através da acumulação, o monopólio das disputas de poder. Para o sociólogo, "um mecanismo desse tipo também esteve envolvido na formação dos Estados, da mesma forma que antes ocorrera no caso de unidades menores, os territórios, ou mais tarde, em outras ainda maiores" (ELIAS, 1992, p. 94). Através da sociogênese do Estado de Elias (1993) e sua configuração do Estado moderno com as relações de interdependência que formam redes de agentes públicos com suas funções específicas.

Atualmente, por meio do Sistema de Garantia de Direitos[8], o Estado reúne uma legislação específica que exige um atedimento integrado para o planejamento e execução de Políticas Públicas para crianças e adolescentes. Em Pelotas, por motivo do monitoramento do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo (PMAS) as entidades e serviços que compoem a Rede Interseccional e atendem esse grupo juvenil

8 O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) consolidou-se a partir da Resolução 113 do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (CONANDA), de 2006. A responsabilidade do SGDCA é promover, defender e controlar a efetivação dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais, em sua totalidade, no que tange à todas as crianças e adolescentes, de modo que sejam reconhecidos e respeitados como sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento (CONANDA, 2006).

realizaram diversos encontros a fim de atualizar o diagnóstico da realidade local e planejar ações de monitoramento dos eixos e das metas previstas. Através do acompanhamento parcial desse processo (de 2018 a 2019) busca-se elucidar a percepção dos agentes que compoem o campo sócio-jurídico em relação aos atos infracionais e como isso configura o campo das medidas socioeducativas (MSE), em Pelotas/RS.

As *relações de Interdependência* são articuladas a partir da sociogênese do Estado de Elias (1993) e sua configuração do Estado moderno com as relações de interdependência que formam redes de agentes públicos com suas funções específicas. A articulação do conceito de c*onfigurações* envolve a Rede Socioeducação formada a partir do Sistema de Garantia de Direitos. O foco analítico de Elias (2008) considera a dinâmica inerente às inter-elações que os indivíduos em sociedade mantêm entre si; e que por sua vez, engendram as mais variadas configurações sociais. Além disso, por meio da articulação do segundo conceito citado, busca-se identificar as figurações dos atos infracionais.

Outro conceito importante é o da *violência difusa* discutida a partir da noção de *conflitualidade* da Sociologia da Conflitualidade de Tavares dos Santos (2009). Conforme o autor

> A violência seria a relação social, caracterizada pelo uso real ou virtual da força ou coerção que impede o reconhecimento do outro — pessoa, classe, gênero ou raça — provocando algum tipo de dano, configurando o oposto das possibilidades da sociedade democrática (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 16).

Para Tavares dos Santos (2009, p. 11):

> dentre as novas questões sociais mundiais, constitui-se uma crise da sociabilidade, chegando no limite, às manifestações de violência, fenômenos que adquirem novos contornos e passando a disseminar-se por toda a sociedade uma violência difusa.

Com o propósito de compreender uma mundialização dos conflitos sociais e as práticasde violência, na sociedade contemporânea, Tavares dos Santos (2009) busca subsídios não apenas aos processos de exclusão social e econômica como também na ruptura das relações de alteridade, rompendo o vínculo entre o eu e o outro. Foi percebido ao longo da pesquisa que essa ruptura de vínculos também é notada por diversos agentes que trabalham nas MSE, pois analisam que os jovens que têm ingressado no sistema socioeducativo apresentam uma "carência" de relações afetivas de vínculo (seja na família ou entre amigos), pois como os próprios membros da rede relatam "nesse

mundo" eles não têm amigos, não podem confiar em ninguém, veem os colegas (ou "cupinchas") matar e morrer e aquele que andava junto com ele num "embolamento" pode "entregar" ele.

Assim, o conceito de *Sociabilidade Violenta* citado por Rolin (2016) colabora para compreender parcialmente a relaidade dos jovens em conflito com a lei. Conforme o autor:

> Ela corresponde a um conjunto de esquemas individuais de percepção e ação que foram construídos socialmente a partir de experiências concretas vividas pelos agentes e estruturadas pelas respostas por eles oferecidas a situação específicas e estruturantes. Nesse sentido, a disposicionalidade violenta poderia ser compreendida como um habtus violento, embora seja, mais do que isso, também um "campo" violento, para usar a nomenclatura de Bourdieu (ROLIM, 2016, p. 22).

A noção de sociabilidade violenta faz-se importante para explicar como uma parcela dos agentes institucionais reconhecem os jovens em cumprimento do medida socieducativa, especialmente aqueles em medida de internação.

2.1 A percepção dos agentes do campo sócio-jurídico em relação aos jovens em conflito com a lei

O reconhecimento dos agentes do campo sócio-juerídico envolveu diferentes categorias ora abordadas com maior ênfase por um dos campos, ora por outro. A principal narrativa envolve a noção de jovens de "perfil mais gravoso" e atos infracionais mais violentos. No entando, por meio da pesquisa, foi percebida uma mudança no "perfil" do ato infracional que muitas vezes é atribuída ao "perfil" dos jovens, pelos agentes do campo sócio-jurídico.

A violação de direitos na infância e na adolescência, a configuração familiar (com ausência da figura paterna), baixa escolaridade, atraso escolar, a evasão e condição socioeconômica da família foram dimensões reinteradamente abordadas pelos agentes ao se referirem aos jovens atendidos nas medidas (seja em meio aberto ou em meio fechado).

Outra questão abordada foi o ambiente (meio), ou seja, o local de residência desses jovens (bairros considerados de periferia) caracterizadas como territórios violentos, especialmente pela existência de coletivos criminais, como facções, vinculados ao tráfico de drogas.

Conforme as relações de interdependência dos agentes do campo sóciojurídico e as noções sobre os jovens e os atos infracionais, o campo apresenta configurações diversas em que por vezes predominam a ênfase no ato infracional, ora no processo socioeducativo.

2.2 A percepção dps agentes do campo sócio-jurídico sobre os atos infracionais

Dentre as relações da violência e ato infracional, o tráfico de drogas é um dos elementos mais citados como influenciador do contexto violento em que os jovens estão inseridos.

O consumo de "drogas" (substâncias psico ativas consideradas lícitas ou ilícitas), ou a inserção e permanência na "economia da droga" e em sua hierarquia foi apontada como principal influenciador para o cometimento de ato infracional.

Em relação às MSE em meio fechado (internação e semiliberdade), é possível identificar o aumento dos atos infracionais de homicídio e tentativa de homicídio entre os anos de 2014 e 2018. Os atos infracionais de maior incidência em Pelotas durante os últimos cinco anos são o roubo (121), seguido do homicídio (91) e depois tentativa de homicídio (46). Pode-se observar que somados, homicídio e tentativa de homicídio consituem um total de 137 atos enquanto o roubo 121. Ainda assim, em números absolutos apresentam pouca diferença (17 atos).

Em termos de proporção, o ato infracional de roubo apresentou maior índice em relação aos demais, em comparação com o mesmo período, nos anos de 2014 (33%), 2015 (30,9%) e 2017 (36,2%). No ano de 2016, o roubo (21,5%) ficou atrás do homicídio (22,7%) e em 2018, esses dois atos correspondia ao mesmo percentual (27,5%). O terceiro ato infracional com maior incidência foi tentativa de homicídio, seguido do latrocínio.

Embora, exista a percepção de que aumentaram consideravelmente os atos com grave ameaça ou violência, há de fato um aumento gradual nos números absolutos (46, 48, 57, 70 e 81), todavia percentualmente esses atos representem um baixo nível de diferença se comparado os anos de 2014 e 2018 (6%), inclusive com diminuição de atos dessa gravidade nos anos de 2015 e 2016.

Em relação à MSE de semiliberdade, no ano de 2018 os atos infracionais correspondiam respectivamente a roubo (66%), homicídio (11%), estupro (10%) e tentativa de homicídio (8%).

Pode-se observar, que os agentes de modo geral, tendem a lembrar e reconhecer os atos de caráter mais gravoso em detrimento dos de menor gravidade. As configurações dos atos mais elucidas foram: a condição socioeconômica do adolescente e sua família, a ausência da garantia dos direitos durante o período da infância, a configuração familiar *considerada* "desajustada" por profissionais (de ambos os campos), o tráfico de drogas como única opção de "empoderamento" econômico e social frente ao contexto de vida deles e dos arranjos familiares a que pertencem.

3. Considerações finais

A imporância de perceber como os agentes reconhecem os atos e com o que estão vinculados, assim como percebem os jovens sinalizam o modo como os mesmos percebem quais ações, políticas, eixos e projetos devem ser priorizados ou não no Plano Municipal Socioeducativo, por exemplo.

Dentre as relações da violência e ato infracional, o tráfico de drogas é um dos elementos mais citados como influenciador do contexto violento em que os jovens estão inseridos, além da violação de direitos na infância e adolescência, da configuração familiar, baixa escolaridade e condição socioeconômica da família. As categorias: vínculo, renda, escola e família colaboram para compreender as dinâmicas relacionais entre violência e ato infracional. Embora o campo sócio-jurídico aponte para um "perfil mais gravoso", percebe-se que a mudança envolve o perfil da ação e não o perfil dos jovens.

Finalmente, conforme as relações de interdependência dos agentes do campo sóciojurídico e as noções sobre os atos infracionais e os jovens, o campo apresenta configurações que ora acentuam o cometimento do ato infracional e a gravidade do mesmo, ora apresentam ênfase no processo socioeducativo.

4. Referências

ANDRADE, Carla Coelho. Entre gangues e galeras: juventude, violência e sociabilidade na periferia do Distrito Federal. 2007. 276 p. (Tese - Ciências Sociais) Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92). 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CASTRO, João Paulo Macedo. A invenção da juventude violenta: análise da elaboração de uma política pública. Rio de Janeiro: E-papers: Laced/Museu Nacional, 2009.

ELIAS, Norbert. Introdução à Sociologia. Lisboa: Edições 70, 2008, pp. 13-34.

ELIAS, Norbert. Conceitos sociológicos fundamentais. In: Escritos & Ensaios. NEIBURG, Federico; WAIZBORT, Leopoldo. (Org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 21-33.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, v. II.

ROLIN, Marcus. A formação de jovens violentos: Estudo sobre a etiologia da violência extrema. 1.ed. Curitiba: Appris, 2016.

TAVARES DOS SANTOS. José Vicente. Violências e conflitualidades. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

MARINHO, Frederico Couto. Mudanças, resistências e composições na justiça juvenil [manuscrito]: abordagem comparativa entre Brasil e França. 2012. 326 f. (Tese Ciências Humanas) - Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2012.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. Análise Social, V. 25, n. 105-106, pp. 139-165. 1990.

PAIS, José Machado. Culturas Juvenis. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2003.

TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO: novas morfologias, trabalho associado e políticas públicas de emprego e renda

TRABALHO, IDENTIDADE E SOCIALIZAÇÃO: o ofício dos vendedores de eletrônicos nos centros de comércio popular

Neidiâne Cardoso da Silva*

1. Introdução

Este trabalho se dirige ao estudo das relações entre a organização do trabalho informal, a identidade e a socialização de trabalhadores que atuam em Centros de comércio popular, fixos na cidade de Goiânia, localizados no bairro de Campinas. O foco estará nos vendedores de produtos tecnológicos (como celulares, carregadores, "ipods" e câmeras digitais). Nos últimos anos evidencia-se um aumento no número desses vendedores no comércio popular em Goiânia, com um papel de destaque para a venda de produtos eletrônicos. Já existe na cidade uma representação social a respeito desses locais, como venda de produtos baratos e acessíveis de diversos tipos, por serem ocupados por uma variedade de camelôs que comercializam de objetos tecnológicos a roupas, artigos esportivos, objetos decorativos, entre outros. Propõe-se pesquisar essa "profissão" informal, e o contexto dessas ocupações e as formas de trabalho atípico urbano.

Segundo Durães (2011) o fenômeno da informalidade hoje no Brasil, e no mundo, já ultrapassou a mera fronteira das ruas das cidades. A informalidade é mais que isso, é global e presente em diversas partes do mundo, seja composta por imigrantes (lotados em países centrais), seja por populações de passado de emprego estável, formal. Ela está, portanto, inserida nessas mudanças globais, sofrendo influência e remodelações.

No Brasil, os aspectos que auxiliam a compreender o processo de evolução do mercado de trabalho puderam ser observados entre 1930 e 1980 (cf. CARDOSO, 2010). A implantação do processo de modernização foi tardio e passou a sofrer as primeiras mudanças a partir da década de 1980, com a propagação das máquinas e o início de inovações organizacionais. Após a segunda guerra mundial, com a forte migração do campo para a cidade no período de 1950 e 1980 mediante o êxodo rural, potencializou-se uma grande centralização da população nas zonas urbanas.

* Mestranda do programa de pós-graduação em sociologia pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: neidianecardoso89@hotmail.com.

Segundo Mattoso, o desemprego e a precarização que se observam ao longo da década passada "são um fenômeno de amplitude nacional, de extraordinária intensidade e jamais ocorrido na história do país" (MATTOSO, 1999, p. 9). O autor faz um apontamento nos anos 1980, onde o desemprego urbano e ampliação da informalidade já haviam aparecido com intensidade, e ainda estavam preservadas as estruturas industriais e produtivas. Esses fenômenos se vinculavam às oscilações do ciclo econômico e ao processo inflacionário, adquirindo grande vulto. No início dos anos 1990, "atividade industrial foi profundamente golpeada pela abertura do mercado: o desemprego disparou, e a informalidade aumentou enormemente" (LEITE, 2003, p. 105).

Nesse cenário, Hirata e Machado (2007) adicionam que a entrada no mercado informal, independentemente de sexo, é dada pelo histórico familiar, pela busca de uma jornada de trabalho flexível, sem exigências quanto à qualificação e por outro lado, na busca pela própria sobrevivência. Conforme Antunes (2001), a expressão *classe-que-vive-do-trabalho* pretende dar atualidade e amplitude ao ser social que trabalha à classe trabalhadora hoje, apreender sua efetividade sua processualidade e concretude.

Pretende-se, a partir dessa investigação, aprofundar o estudo de um campo ainda pouco pesquisado nas ciências sociais: nas condições de trabalho atípico, o trabalho de vendedores de produto eletrônicos nos centros de comércio populares. Pesquisas sobre este tipo de trabalho precarizado são escassas e geralmente abordam as condições socioeconômicas dos trabalhadores além de sua relação com o capitalismo no mundo globalizado e a organização social dessa forma atípica de trabalho. Um exemplo disso é a tese de doutorado "Camelô de tecnologia ou camelô global: novas formas de expansão do capital na rua" (DURÃES, 2011), em que o autor considera que o trabalho de venda informal de produtos tecnológicos possui uma amplitude global, visto que são ligados diretamente a fenômenos mundiais, e seguem padrões correntes do capitalismo.

Consideramos, com base na teoria da socialização e de construção de identidades de Claude Dubar, que "as identidades profissionais são maneiras socialmente reconhecidas para os indivíduos se identificarem uns com os outros, no campo de trabalho e do emprego" (DUBAR, 2005). Levando-se em conta também que esses trabalhadores estão inseridos em um contexto de globalização capaz de gerar múltiplas identidades (HARVEY, 2008), faz-se necessário pesquisar como se dá a formação da identidade profissional do trabalhador que convive com seus vizinhos de loja e fornecedores de mercadorias, nem sempre lícitas, além de representantes de sindicatos e

associações e fiscais do Estado. A forma identitária laboral convive também com outras formas identitárias, como a de gênero, que tem origem na socialização familiar e a simbólica, que inclui valores estéticos, políticos e religiosos. Por outro lado, a construção de identidades também está relacionada a atributos institucionais, como escolaridade, formação, pertencimento a grupos sociais de referência, além de outros marcos institucionais.

Cabe ainda analisar as formas de reconhecimento social relacionadas ao trabalho na ocupação de camelô de produtos eletrônicos, geralmente negativas e preconceituosas, visto que são formas atípicas de trabalho, por vezes mal vistas pela sociedade. Por outro lado, na moderna sociedade de consumidores (BAUMAN, 2008), o próprio *habitus* de consumo de bens e serviços torna-se um marco identitário (BOURDIEU, 2007), substituindo outros atributos clássicos da identidade, como escolaridade, formação e profissionalização. Como a atividade do comércio informal de produtos tecnológicos importados é bastante lucrativa o acesso à sociedade de consumo é facilitado.

De maneira geral a base nesse estudo é explicitar o trabalho nas ocupações dos vendedores de eletrônicos que atuam no comércio popular em um contexto de trabalho atípico urbano. Visamos caracterizar as condições de trabalho desses ambulantes e como ocorrem os processos de interação social e localização espacial ocorridos na realização de atividades informais. Pretende-se motivar outros estudos sociológicos para o tema apresentado, que é ainda tão pouco estudado na sociologia do trabalho. Trata-se de um tema bastante oportuno para ser pesquisado, pois a incidência do trabalho informal vem aumentando em contexto de crise das sociedades capitalistas.

2. Revisão da literatura

A obra de Adalberto Cardoso, *A Construção da Sociedade do Trabalho no Brasil*, faz uma abordagem histórica e social do trabalho no Brasil nas últimas duas décadas. O autor parte do argumento de uma historiografia para formular hipóteses sociológicas sobre a desigual incorporação dos trabalhadores na ordem capitalista do País. Assim, oferece uma interpretação sobre longos períodos históricos, em que sugere que a escravidão deixou marcas muito profundas e práticas sociais, operando um lastro de gerações, que tiveram grandes dificuldades de se livrar. Em torno disso constitui-se um trabalho degrado depreciativo e uma indiferença das elites em relação à carência da

maioria, gerando assim uma hierarquia social que acarretou enormes desigualdades. Esse conjunto de desigualdades conformou a sociabilidade capitalista entre nós.

Adalberto Cardoso se baseia em uma literatura historiográfica, o que segundo ele não seria uma histografia, mas sim uma sociologia historicamente informada, já que a sociabilidade tem que se tratar de reconstruir. A ideia geral do autor é defender que a sociabilidade capitalista no Brasil se caracterizou, na década de 1940, por uma grande inércia estrutural e atualizou padrões sociais de divisão e hierarquia extremamente resistentes à mudança de forma geral.

Partindo do pressuposto da obra de Cardoso, percebe-se que a desigualdade do trabalho no Brasil tem raízes históricas e profundas que precisam ser reconstituídas. A informalidade do trabalho faz parte desse processo histórico de formação e desenvolvimento, pois o processo de industrialização chegou tardiamente no Brasil. Segundo Pochmann (2008), existem diversos tipos de produção e reprodução da informalidade e, sobretudo, que o País se mostrou incapaz de realizar as chamadas reformas clássicas do capitalismo contemporâneo (agrária tributária e social). Devido a esse quadro recorrente nas últimas duas décadas, o mercado de trabalho se orientou para a crescente informalidade. Esta última se tornou um elemento estrutural da economia brasileira e nos países em desenvolvimento nos últimos anos.

Segundo Antunes (1995), o trabalho informal é o resultado da dinâmica de desenvolvimento de novas tecnologias, introduzidas pela lógica de um capitalismo que sucedeu na sociedade moderna, a partir de 1960, com a reconfiguração do trabalho, marcando um novo estágio das forças produtivas no capitalismo (reestruturação produtiva). Emerge uma crise no setor produtivo na década de 1970 em países com desenvolvimento econômico consolidado, com a busca da flexibilidade e o intuito de reestruturar os processos de trabalho por meio de implantação de novas formas organizacionais e inovações tecnológicas: “A produção em série e de massa são substituídas pela flexibilização da produção, pela especialização flexível e por novos padrões de busca de produtividade, bem como, novas formas de adequação da produção à lógica do capitalismo” (ANTUNES, 1995, p. 24).

Tendo em conta o que foi explicitado acima com relação a essas obras, evidencia-se a importância de estudar o trabalho daqueles vendedores de eletrônicos no Comércio popular. Isso porque, nos últimos anos, ocorreu um aumento da ocupação em atividades informais, especialmente no setor de serviços, no comércio de rua e nos Centros de Comércio popular. A fundamentação empírica e teórica aqui apresentada, além disso,

servirá de base para o estudo de mestrado sobre o trabalho informal no comércio de Pelotas-RS.

3. Metodologia

No plano conceitual foi utilizada a leitura e análise sistematizadas de obras e artigos que tratam da relação e organização do trabalho informal, dos vendedores de eletrônicos no comércio popular. Com isso, espera-se conhecer as contribuições que se efetuaram acerca do tema, proporcionando uma discussão no cerne dessas perspectivas, resultando em um embasamento teórico para melhor análise na área de sociologia do trabalho. A realização da pesquisa qualitativa busca focar no caráter subjetivo do objeto a ser pesquisado, buscando enfatizar as suas particularidades e trajetórias de vidas, analisando juntamente com a análise de conteúdo.

As atividades foram planejadas e orientadas da seguinte forma: 1) revisão bibliográfica recente e os trabalhos mais relevantes academicamente sobre a questão da informalidade e das formas atípicas de trabalho urbano; 2) realização de visitas nos centros de comércio popular, visando à observação sistemática para a coleta de dados – por meio de entrevistas semiestruturadas; 3) Coletar, tratar, organizar, classificar e sistematizar os dados, analisando e constituindo as principais etapas no tratamento do material coletado. Em resumo, a soma dessas atividades permitiu uma revisão conceitual sobre a realidade profissional e social desses trabalhadores atípicos urbanos. Um fator relevante e fundamental dessa pesquisa é reconhecer a trajetória profissional e social, desses trabalhadores diante da ocupação exercida. Levando em conta os processos sociais e profissionais que estão expostos esses trabalhadores frente a suas ocupações no mercado popular.

A princípio foi realizado um levantamento bibliográfico para melhor compreensão dos processos do trabalho informal desta e de outras localidades e de formação de um embasamento teórico para a análise. O referencial metodológico do plano de trabalho foi guiado pela sociologia interpretativa, principalmente sob a influência da sociologia crítica. Procurou-se analisar os fenômenos no contexto do trabalho atípico, numa dimensão integrada e a partir dos atores sociais envolvidos com a situação real e que deste envolvimento tiram suas próprias percepções e interpretações.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram: entrevistas semiestruturadas de profundidade narrativas com interlocutores/o (FLICK, 2009), sempre acompanhado

de observação sistemática, de caráter etnográfico, nos locais de trabalho de camelôs de eletrônicos. Foi elaborado um roteiro de 33 perguntas para os interlocutores, para obter informações referentes ao dia a dia de trabalho, a relação com colegas de trabalho, representações sociais no camelódromo, relacionamentos com clientes, questões jurídicas/fiscalização comercial, gênero, trajetória ocupacional. As entrevistas foram realizadas presencialmente, no contexto organizacional do trabalho informal. Procura-se analisar essa ocupação a partir da seleção e codificação das transcrições, procurando identificar as representações do trabalho pelos sujeitos envolvidos no processo.

Aos procedimentos metodológicos em si, e a observação sistemática, seguiu uma abordagem qualitativa numa dimensão ética, onde os interlocutores tiveram suas identidades preservadas através de um termo de consentimento livre e esclarecido para se preservarem e foram informados dos objetivos da pesquisa, respeitando o direito à participação desses atores sociais e reconhecendo sua importância no contexto da pesquisa.

Boni e Quaresma (2005, p. 75) caracterizam a entrevista semiestruturada mencionando que elas

> combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. [...] Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados. A principal vantagem da entrevista aberta e também da semiestruturada é que essas duas técnicas quase sempre produzem uma melhor amostra da população de interesse.

Foi empregado um tipo de análise de conteúdo, objetivando a compreensão das falas dos/as atores sociais envolvidos/as na pesquisa. Para Bardin (2009), a análise de conteúdo, enquanto método torna-se um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Foi também utilizado o aplicativo computacional de análise qualitativa *Atlas-ti* para codificação e análise das entrevistas. A partir da análise dos dados qualitativos, inicia-se o exame da construção social e das atividades profissionais e ocupacionais realizadas pelos/as agentes, identificando uma possível falta de reconhecimento e a discriminação profissional típica do trabalho informal.

Esta pesquisa tem como objetivo principal, estabelecer uma análise sistematizada e teórica sobre o tema de pesquisa proposto. Espera-se que os elementos teóricos apontados neste trabalho possam colaborar e contribuir para a compreensão desses trabalhadores do comércio informal, na construção profissional e social no trabalho dos vendedores de eletrônicos. Espera-se também aproveitar as experiências vivenciadas em campo para uma análise mais detalhada do principal objetivo, compreender e aprimorar os objetivos do tema abordado, para que possa colaborar com outras investigações que analisem o trabalho precarizado e informal no comércio popular. Por fim, objetiva-se captar os temas fundamentais, analisando-os de acordo com o referencial teórico e metodológico proposto para a pesquisa.

4. Desenvolvimento

O trabalho informal é um dos principais elementos estruturais da economia brasileira e nos países em desenvolvimento. Essa discussão sobre a informalidade existe, desde a década de 1970, (MATSUO, 2009) e com o crescimento do desemprego, desestruturação do mercado de trabalho, desenvolvimento do capitalismo, da pobreza e miséria.

O setor informal brasileiro passa a ocupar uma parte expressiva da economia do país e da América Latina. Decorrente da crescente migração do campo para a cidade entre 1950 e 1980 e a crise do mercado de trabalho em 1990, no Brasil elevou-se o número de ocupações informais. Segundo Mattoso, o aumento do desemprego conferiu ao fenômeno taxas inéditas na história do país, atingindo mais de 20% da população economicamente ativa (PEA) em algumas regiões metropolitanas. O aumento da informalidade, fruto da redução da capacidade da economia de gerar empregos formais,

> inverteu, depois de várias décadas de extraordinário dinamismo, a capacidade da economia de gerar postos de trabalho não apenas relativamente à elevação da produtividade, mas em termos absolutos [...] sendo que no período 1995-1998 a redução da geração de postos de trabalho formais ocorreu todos os anos, mesmo quando houve algum crescimento do PIB (MATTOSO, 1999, p. 17)

Inicia-se a partir da década de 1990 a questão do desemprego tecnológico-estrutural, com o desenvolvimento da chamada “nova informalidade” em decorrência de novas formas de organização do trabalho constituídas no processo de reestruturação

produtiva e na chamada globalização. Krein e Proni (2010, p. 23), por exemplo, enfatizam que:

> O avanço da informalidade no Brasil, nos anos 1990, esteve associado com dois fatores principais: a) o ambiente econômico de baixo e instável crescimento e b) as transformações mais gerais ocorridas no capitalismo contemporâneo, que promoveram um processo de reorganização econômica combinada com uma mudança no papel do Estado e das instituições públicas e, consequentemente, uma flexibilidade das relações de trabalho.

A informalidade aparece nas políticas de flexibilização, na redefinição do papel do Estado e da menor capacidade de regular socialmente o trabalho em um contexto de deterioração do mercado de trabalho, no qual as oportunidades de emprego estável e protegido são mais escassas.

A informalidade pode compreender as seguintes características, segundo Krein e Proni (2010, p. 28). "A primeira é pessoa jurídica (quando corresponde a uma relação de emprego disfarçada), sendo que esta tem uma empresa mas presta serviços de forma regular e exclusiva a outrem. Não existe uma legislação trabalhista a que se adeque, e sim um contrato comercial e sem proteção social. "A segunda corresponde a falsas cooperativas: é caracterizada como uma relação de emprego disfarçada. A terceira é o trabalho informal a domicílio: são empresas que prestam serviços sem proteção previdenciária e trabalhista como a construção civil, do campo e do setor têxtil (especialmente no trabalho em domicílio). "A quarta é a terceirização, quando se estabelece uma relação de emprego triangular (p. 29). "Trata-se de empresas de aluguel, onde o contrato é temporário e elas selecionam e remuneram trabalhadores para serviços provisórios". Já a quinta é o trabalho em estágio, que se caracteriza pela substituição de um profissional, constituindo uma relação de emprego disfarçada, sem vínculo ou qualquer direito trabalhista e previdenciário".

A "nova informalidade" se caracteriza pela presença de novos trabalhadores ambulantes, em velhas e novas atividades articuladas ou não com os processos produtivos formais, ou em atividades tradicionais da ''velha informalidade'' que são por eles redefinidas nesse novo contexto". (NEVES, 2013, p. 417). Essa "nova informalidade" parece ser a própria reconfiguração das atividades informais com caracteres inovadores-modernizados, tecnológicos (DURÃES, 2011). Esta reconfiguração será estudada e tratada em nossa pesquisa com os vendedores de produtos de eletrônicos, instalados nos centros de comércios popular.

O setor informal é entendido como fenômeno moderno e resultado também do processo de urbanização. O mercado informal surgiu a partir do momento que a economia do Brasil começou a ser modificada, e como consequências surgiram mais trabalhadores informais. Para Holzmann (2006) há um tipo de trabalho informal que vem tendo bastante crescimento, comumente chamado trabalho por conta própria. Esta categoria de trabalhadores explora "seu próprio empreendimento, sozinhos ou com um sócio, sem empregar auxiliar assalariado" (p. 84). "Em geral, estes indivíduos quando não trabalham sozinhos contam somente com a ajuda de membros da família, como esposa/marido e filhos" (LEIBANTE, 2008, p. 5). Por isso as pessoas que compõem o mercado informal são consideradas verdadeiros empreendedores, através de uma nova oportunidade ou necessidade de se criar um novo negócio. Existem diversas ocupações no comércio informal; no entanto, foi privilegiado na pesquisa empírica que deu origem a esse estudo, o trabalho dos vendedores de produtos eletrônicos.

Trata-se de um tema importante na sociedade atual, por pelo menos dois aspectos. O primeiro, é que se trata de um tipo de atividade que tem uma ligação direta com fenômenos mundiais, como é o caso das mercadorias eletrônicas, ou seja, são trabalhos que parecem possuir uma *amplitude global* (DURÃES, 2011), fazendo, portanto, parte dos processos de globalização. O segundo aspecto, não menos relevante, dá-se pelo fato destes vendedores de eletrônicos significarem agora um processo de *reconfiguração* da informalidade brasileira, na qual influência as formas de organização e trabalho formais são percebidas visivelmente no próprio estilo dos centros de comércio popular e boxes, na aparência, em suas práticas de comércio e venda.

5. Resultados

Agora irei expor algumas falas dos interlocutores entrevistados em pesquisa anterior (SILVA, 2015) nos Centros de comércio popular em Goiânia. Esses atores sociais tiveram suas identidades preservadas, pois assinaram um termo de esclarecimento livre. Por isso os nomes mencionados nesse estudo são todos fictícios.

Uma característica interessante encontrada nas ocupações de vendedores do centro de comércio popular (vendedor de produtos de eletrônicos) está no tipo de motivação e permanência na ocupação. Isso porque alguns interlocutores entrevistados tiveram fácil acessibilidade à profissão de venda de produtos de eletrônicos, pois é um trabalho que não requer formação escolar. Por outro lado exige estratégias de

sobrevivência, pois, para Pochmann (2008), esses trabalhadores que vivem à margem das atividades capitalistas, desenvolvem ações estratégicas de sobrevivência (massa marginal de trabalhadores e de desempregados ocultados pelo desalento ou pelo trabalho eventual e precário).

Segundo Matsuo (2009), o trabalho informal pode tanto indicar uma estratégia de sobrevivência frente à perda de uma ocupação formal, quanto uma opção de vida para alguns segmentos de trabalhadores que preferem desenvolver seu próprio negócio para ganharem mais, serem seus próprios patrões e terem maior autonomia. Um caso específico é o de Pedro, que antes trabalhava com atividades braçais. Para ele, a única solução foi montar uma loja de produtos eletrônicos, pois não tinha estudo e não sabia fazer outra coisa. Hoje Pedro sente-se realizado financeiramente, por ter conseguindo atingir os seus objetivos pessoais devido ao ganho razoável, pois quem vende produtos tecnológicos consegue ganhar melhor do que em muitas ocupações formais. Essas são afirmações e falas dos próprios atores sociais que vivem na sua realidade diária, ouvidos em pesquisa realizada anteriormente (SILVA, 2015).

Em relação ao ambiente de trabalho na ocupação informal, todos os trabalhadores declaram gostar do ambiente de trabalho, considerado “tranquilo” e “satisfatório”. Ocorreram reclamações em relação a problemas de infraestrutura, como no centro comercial popular que fica localizado no setor Central de Goiânia. A respeito das representações sociais no camelódromo, todos os interlocutores consideram a profissão informal como discriminada e marginalizada socialmente, pois interpretam que, para a sociedade, trata-se de produtos de péssima qualidade, apesar de serem consumidores desses produtos. Quem trabalha com esse tipo de venda sente na pele a discriminação, pois a profissão informal nunca vai ser reconhecida e inscrita numa posição social mais elevada.

Apesar disso todos os trabalhadores informais gostam e se identificam com o que fazem. Isso aparece em falas como: “É melhor trabalhar no mercado informal do que roubar ou matar” (SILVA, 2015). Percebem-se também como essas pessoas estão imersas em uma rede de relações sociais, já que atendem todos os estratos sociais de A a C frequentam e utilizam os produtos do comércio popular. Um fator de precariedade, contudo, são as mudanças ocorridas no local de trabalho, pois para os interlocutores o antigo camelódromo da cidade mudou bastante, principalmente a infraestrutura, passando de feiras abertas a centros de comércio populares amparados pela prefeitura. Com isso, o movimento aumentou e a concorrência também, dando peso à explicação de

Durães que relaciona essas transformações à onda da tecnologia ao consumismo capitalista nas grandes metrópoles (DURÃES, 2011). Em outros termos, a informalidade constitui um tipo de trabalho que se torna permanente tanto do ponto de vista estrutural, relativo á sociedade e à dinâmica econômica, quanto do ponto de vista individual, dos próprios envolvidos, que terminam lançados em uma espécie de acomodação forçada ditada pela própria sobrevivência.

Em relação ao tema da ascensão social pode-se afirmar que existem trabalhadores no setor pesquisado que estão em busca de melhores condições para suas vidas, estudando e trabalhando ao mesmo tempo. É o caso de Alice, que estava cursando o 2° período de ciências contábeis e dizia gostar do trabalho informal, mas que queria seguir outros rumos e por isso estava estudando para atingir outros objetivos profissionais (SILVA, 2015). Um caso à parte que chamou bastante a atenção foi o de Rogério, que estava em sua segunda graduação e trabalhou por oito anos em um laboratório. Ele considera que se realizou pessoalmente e profissionalmente, e agora se juntou ao pai para trabalhar com eletrônicos, afirmando que "se encontrou" e sente-se feliz na profissão que está agora. Ele dizia não se importar com o fato de ser uma ocupação marginalizada e não reconhecida socialmente. Considerava, por fim, que a melhor coisa que fez na sua vida foi ter trocado o trabalho formal pelo informal.

Existem casos, salienta Durães (2011), em que as pessoas se sentem acomodadas com o trabalho informal, pois é a onda do momento, a tecnologia, e todo o discurso atual das virtudes do empreendorismo. Exemplos como os de Ricardo ou Eduardo, que viveram anos fora do país apenas para montarem as suas lojas de produtos eletrônicos, demonstram esses discursos (SILVA, 2015). Ricardo desistiu da faculdade para montar o seu próprio negócio; para ele, trabalhar para os outros não compensa: "para mim o trabalho informal é melhor, pois trabalho para mim mesmo". Já Eduardo está na área de produtos eletrônicos há 14 anos e afirma que passou por todas as fases desse tipo de atividade ocupacional, desde a barraquinha até o mercado popular com melhor infraestrutura. Seu maior sonho é montar um restaurante de comidas italianas e por isso morou por 12 anos fora do Brasil para poder montar a sua loja de produtos eletrônicos e depois o seu restaurante.

No que concerne aos relacionamentos com os colegas de trabalho, todos os/as interlocutores/as consideram o relacionamento como "parceria" e não como "fidelidade", pois em se tratando de dinheiro e negócios "ninguém é amigo de ninguém", mas sim parceiros de trabalhos que têm uma relação amistosa apenas. Já no

relacionamento com os clientes procura-se fidelidade, pois existem consumidores que vêm do interior para comprar por atacado na capital goiana e se tornam clientes fiéis e até amigos pessoais (SILVA, 2015). Para eles os clientes são atendidos normalmente como nas grandes lojas de comércios ou de shopping. Em suas falas afirmam que o mercado popular é como um shopping de grife, só que mais simples.

A organização do trabalho dos vendedores de produtos eletrônicos

Os vendedores de eletrônicos dos centros de comércio popular ("camelódromo") enfrentam uma jornada difícil e sem descanso. Isso porque atendem os clientes muitas vezes até almoçando, principalmente aqueles que trabalham sozinhos e não tem funcionários para cobrir a sua ausência. Existem reclamações de que, por ser um trabalho informal, a rotina é bastante complicada, pois trabalham de segunda a sábado das 08:00h da manhã até 18:00h. Muitas vezes não há tempo para o lazer e, para quem tem outra ocupação, como estudar, muitas vezes não se encontra tempo para se dedicar ou para fazer um trabalho escolar. Um exemplo específico disso está na entrevista, da interlocutora Alice, que enfatizou esse tipo de situação (SILVA, 2015). A trabalhadora, está há 3 anos no "camelódromo", cursava o segundo período de contabilidade em nível superior depois da sua jornada de trabalho.

Destaca-se um fator que incomoda todos os trabalhadores informais, a temida fiscalização. Segundo todos os interlocutores ouvidos, ela acontece frequentemente ou no mínimo uma vez ao ano. Os trabalhadores estão sempre sendo fiscalizados por conta de produtos sem nota, pois apesar da grande maioria possuir registro na prefeitura, e terem CNPJ, cerca de 90% dos produtos muitas vezes são comercializados sem nota, e por vezes a fiscalização recolhe tudo (SILVA, 2015). Segundo todos os interlocutores eles consideram que "o governo deveria criar uma lei que pudesse regulamentar esses produtos sem nota, e viabilizar uma forma para eles pagarem os impostos mais baratos".

Para eles a ocupação informal nas vendas de produtos eletrônicos deveria ser regularizada de alguma forma. O governo deveria investir na efetividade de políticas públicas e promover uma abertura para inseri-los no mercado formal. Estamos na era da acumulação flexível e a onda do momento e a tecnologia (DURÃES, 2011). Porque não adaptar a essa realidade atual e tornar possível à inserção desses trabalhadores? Como eles próprios dizem: "Estamos aqui trabalhando, a sociedade é consumista de produtos tecnológicos". Seria benéfico, tanto social como economicamente, viabilizar uma forma mais democrática de inserir esses trabalhadores no mercado, criando formas alternativas

de regularização de suas atividades. Assim esses trabalhadores seriam inseridos em um novo contexto social do trabalho e manteriam uma forma de sobrevivência, com menor perda da autoestima. Nesse sentido argumentou Robert Castel (1998), por exemplo, sobre a importância do papel do "Estado protetor" na implantação de políticas universais. Ele também defendeu a criação de uma sociedade salarial como meio de gerenciar os riscos de desagregação social.

Outro traço da organização no centro de comércio popular de produtos eletrônicos, comum em muitas localidades brasileiras, é a falta de um sindicato legal. Alguns boxes que têm maior faturamento conseguem pagar um contador, ou muitas vezes um advogado para se proteger da fiscalização, mas a maioria não consegue esse feito. Esse é o caso do interlocutor Antônio, que trabalha no comércio popular desde a sua fundação, proprietário do box e que realiza suas atividades sozinho. Ele relata que sente a necessidade ter um sindicato, onde poderia juntar todos os trabalhadores informais para lutar por seus direitos (SILVA, 2015).

A questão de gênero é um fator adicional de importância no que refere a essa temática. Recorrendo a Dubar (2005), enfatizamos a necessidade de investigar as trajetórias pessoais, além das definições de situação dos "atores" pesquisados. Assim, pode-se afirmar que no mercado informal temos uma construção de gênero. As mulheres estão inseridas nesse mercado de venda de eletrônicos, tornando-se concorrentes para os homens, por serem consideradas mais educadas, e atenderem bem seus clientes. São consideradas mais aptas para o atendimento principalmente nas vendas de capinhas para celulares ou na colocação de películas em aparelhos de celulares, que requerem uma situação interativa e presencial da venda no balcão do box. Segundo alguns interlocutores da pesquisa então realizada os donos de lojas preferem mulheres para venderem eletrônicos por serem, mais delicadas (SILVA, 2015). Mas para fazer assistência técnica no produto eletrônico o homem é mais procurado e requisitado, evidenciando a construção de gênero tradicional, em que a mulher é mais orientada a trabalhos manuais e o homem a ocupações técnicas, que exigem raciocínio lógico. Tais aspectos serão contemplados na pesquisa que se pretende desenvolver.

Assim, conforme exposto, foi possível confirmar por meio da aplicação do roteiro e dos relatos obtidos que, para compreender o processo de construção da identidade profissional, é importante considerar a história de vida desses trabalhadores informais.

Em relação a suas identidades sociais todos os interlocutores se consideram e se identificam no seu meio social, e não priorizam, na construção da identidade, o seu

trabalho de produtos eletrônicos. Já na questão da sua identidade ocupacional todos se identificam positivamente com o tipo de trabalho, os interlocutores se consideram "donos do seu próprio negócio", como "sócios de outras pessoas", como "comerciantes", vendedores ou até mesmo como um "camelô mais civilizado".

Segundo Dubar, a compreensão sobre a construção da identidade ocorre a partir das representações individuais e subjetivas dos próprios atores. No entanto, como implica no reconhecimento ou não reconhecimento de outrem, ela se constitui como uma construção conjunta, portanto circunscrita numa dualidade. A identidade nada mais é que "(...) o resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições" (DUBAR, 2005, p.136). Constitui, portanto, para Dubar, um processo de dupla face, que origina ''formas identitárias. "que atenuam as representações sociais negativas construídas sobre suas atividades laborais.

Os estudos acerca da socialização compreendem que a construção de "mundos" feita pelos indivíduos contribui de algum modo para que teóricos possam fazer uma análise reconstrutiva sobre as identidades típicas em um campo social específico. Os indivíduos discutem suas práticas sociais, relações com o futuro, com a linguagem, constroem suas identidades através das representações subjetivas de si mesmas (DUBAR, 2005).

A abordagem sociológica proposta por Dubar parte do pressuposto de que esses dois processos não necessariamente coincidem e, por isso, a "identidade é construída na articulação entre os sistemas de ação que propõem identidades virtuais, e as trajetórias vividas, no interior das quais se forjam as identidades reais às quais os indivíduos aderem" (DUBAR, 2005, p.140). A construção da identidade ocorre num processo comunicativo complexo de negociação identitária. Por isso pode-se afirmar que os atores sociais do mercado popular construíram a própria identidade profissional mediante a atividade que exercem.

6. Discussão dos resultados

Em relação à análise e discussão dos resultados foi empregado um tipo de análise de conteúdo, objetivando a compreensão das falas dos/as atores sociais envolvidos/as na pesquisa. Para Bardin (2009), a análise de conteúdo, enquanto método constitui-se como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos

sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. As análises estão voltadas para a compreensão da organização do trabalho, das formas interacionais no local de trabalho, representações, motivações e a construção da identidade social desses trabalhadores.

A partir da análise dos dados qualitativos, iniciou se o exame da construção social e das atividades profissionais e ocupacionais realizadas pelos/as agentes, identificando uma falta de reconhecimento e a discriminação profissional típica do trabalho informal, utilizando obras e produções recentes para dar uma maior ênfase nas análises obtidas durante a pesquisa. E utilizando como principal referencial teórico a abordagem de Claude Dubar (2005). O sociólogo francês defende que os processos de socialização (exemplificando em ênfase, a socialização profissional), se efetivam numa articulação entre a construção social da "identidade para si" e da "identidade para o outro", isto é, os processos "subjetivos" de auto identificação no decorrer da trajetória pessoal estão relacionados (nem sempre de forma harmônica) com os processos "objetivos" de atribuição identitária num contexto "sistêmico".

Espera-se ter aproveitado as experiências vivenciadas em campo para uma análise mais detalhada do principal objetivo, compreender e aprimorar os objetivos do tema abordado, para que possa colaborar com outras investigações que analisem o trabalho e informal no comércio popular.

7. Considerações finais

Esta pesquisa teve como objetivo compreender a organização, a identidade e a socialização dos vendedores de produtos de eletrônicos. A ocupação exercida pode ser inscrita no setor "informal", que inclui outras formas de trabalho temporário, sem estabilidade, sem registro e carteira assinada. Desde o período de 1990, no Brasil, os índices de informalidade no trabalho só aumentaram. Isso ocorreu como uma das consequências de todo o processo de reestruturação produtiva e flexibilidade das relações de trabalho, que culminou em novas formas atípicas de emprego de baixa qualificação e precariedade.

A atividade ocupacional de vendedor informais no comércio popular torna-se uma alternativa para as pessoas que são excluídas do processo formal, seja pelo sexo, condição física, pelo nível de escolarização. O trabalho, nos centros de comércio possui uma *amplitude global*. Conforme DURÃES (2011), a informalidade se torna um

fenômeno moderno e mundial, por se tratar de mercadorias eletrônicas, de baixo custo em relação aos seus concorrentes do mercado formal.

A pesquisa empírica realizada em Goiânia, com vendedores de produtos de eletrônicos (SILVA, 2015) permitiu constatar que os trabalhadores procuram essa forma de emprego como formas de sobrevivência. Tendo em vista que se trata de um trabalho atípico, ainda assim, mediante o lucro obtido, torna-se, muitas vezes, o suporte financeiro para uma formação profissional para aqueles que depois do expediente de trabalho estudam como mencionei o caso de Alice e Gustavo que estão em busca de melhores condições sociais e profissionais. As características da organização do trabalho dos vendedores de eletrônicos incluem a uma jornada difícil e sem descanso, atendem os clientes muitas vezes até almoçando. O trabalho informal requer uma rotina bastante complicada, pois muitas vezes não há tempo para o lazer e, ter outra ocupação, como estudar não encontra tempo para se dedicar.

Com base na pesquisa desenvolvida e em seus resultados, considera-se que a identidade do trabalhador de venda de produtos eletrônicos no comércio popular é construída de acordo com suas atividades exercidas no contexto das trajetórias de vida. Por isso ocorre sempre uma negociação simbólica, com alguma abertura e flexibilidade para se identificar com outras ocupações formais, pois os próprios trabalhadores do mercado popular sentem falta do reconhecimento perante a sociedade, apesar de não se importarem com a discriminação, pois eles estão em busca da sua sobrevivência diária e até se sentem confortáveis em sua atividade ocupacional. Chegam a preferir o trabalho informal, mas autônomo, de “trabalhar para si próprio”, do que uma relação de emprego formal, que lhe dá mais garantia de direitos, mas rendimento menor e também obrigações. A maioria desses trabalhadores conseguiu ou estão conseguindo se firmar financeiramente e, por isso, não se sentem inferiores a pessoas que desempenham outras ocupações de maior status e reconhecimento social. Porém o trabalho autônomo tem alguns aspectos precários, em relação a estabilidade e a seguridade, pois esses trabalhadores não tem direito a férias,13° salário e seguro previdenciário. E um trabalho inseguro e instável sem uma proteção social, e preciso reverter essa ideologia de” trabalhar para si próprio”, o futuro e incerto, porque não ter garantias no presente? E em buscar de novas formas de sobrevivências, mesmo que seja uma ocupação formal, com menos ganhos e lucros, mas garantir o futuro.

Encerra-se aqui uma pequena descrição do estudo desenvolvido, cujo intuito foi buscar na sociologia do trabalho e no caráter da observação sistemática e participante de

como se dá essa "profissão" informal, pois faz parte da economia da sociedade capitalista, mas que não tem seu reconhecimento social; por isso o objetivo principal foi mostrar como essas formas de trabalho atípico fazem parte da realidade social atual.

8. Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5 ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____**. Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo**. A transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas nas Ciências Sociais. **Em tese**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80. jan./jul. 2005.

BOURDIEU, Pierre. O habitus e o espaço dos estilos de vida. In: _____. **A distinção**: Crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007. p.162-211.

CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário. Petrópolis; vozes, 1998.

DUBAR. Claude **A socialização.** Construção das identidades sociais e profissionais São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DURÃES, Bruno José Rodrigues. "**Camelô de Tecnologia "ou "Camelô Global":** Novas formas de expansão do capital na rua. Tese (doutorado em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas. 2011.

FLICK. Uwe. Dados verbais. In: _____. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 141-200.

HIRATA, Guilherme Issamu; MACHADO, Ana Flávia. Conceito de informalidade e formalidade e uma proposta de tipologia. **Boletim de Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise,** n. 34, nov. 2007.

HOLZMANN, Lorena**. A dimensão do trabalho precário no Brasil no início do século XXI.** In: PICCININI, Valmiria et al. (Orgs.) O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2006.

KREIN, José Dari, PRONI, Marcelo Weishaupt. **Economia informal**: Aspectos conceituais e teóricos. Escritório da OIT no Brasil: 1 v(série trabalho decente no Brasil; documento de trabalho.4) Brasilia,2010.

LEIBANTE, Thiago. Trabalho Informal e Acumulação Capitalista: Autonomia ou Precarização? In: Seminário do Trabalho, 6., 2008, Marília-SP. **Anais...** Marília-SP: Unesp, 2008. p. 1-11.

LEITE, Marcia de Paula. **Trabalho e sociedade em transformação**: mudanças produtivas e atores sociais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2003.

MATSUO, Myrian. **Trabalho Informal e Desemprego**: Desigualdades sociais. Tese (doutorado em Sociologia) Universidade de São Paulo (USP), São Paulo. 2009.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

NEVES, Magda de Almeida. Anotações sobre trabalho e gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 404-421, maio/ago. 2013.

POCHMANN, Márcio. Informalidade e Emprego. In**: O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo. Editorial, 2008.

SILVA, Neidiâne Cardoso da. **O trabalho dos vendedores de produtos eletrônicos**: organização, identidades e educação. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

TRABALHO, TRAJETÓRIAS E IDENTIDADES: mutações na condição salarial

Francisco E. B. Vargas[1]
Rafaella Egues da Rosa[2]

1. Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar as transformações da condição salarial no Brasil, investigando trajetórias e experiências de trabalhadoras e trabalhadores a procura de trabalho em agências públicas de emprego no extremo sul do Brasil, mais precisamente nos municípios de Pelotas e Rio Grande (RS). Pretende-se, ao se analisar essas trajetórias, melhor compreender a relação subjetiva desses indivíduos com o trabalho ao longo de seus percursos ocupacionais, apreendendo os diferentes sentidos da experiência do trabalho assalariado e seu papel na construção de suas identidades sociais.

Nas sociedades modernas, o processo histórico de constituição e generalização do trabalho assalariado capitalista implicou, para as pessoas que trabalham, além de um processo de desenraizamento de seus pertencimentos comunitários e tradicionais, uma dinâmica acelerada de perda de controle do próprio trabalho como ofício e atividade significativa, na medida em que as empresas capitalistas aumentaram seu domínio sobre o processo de trabalho a fim de garantir o máximo possível de produtividade e lucro. A relação com o trabalho torna-se cada vez mais instrumental, seja um meio de sobrevivência para os trabalhadores, seja um meio de valorização do capital para os empresários. Essa configuração de uma forma de trabalho subordinada e, em grande medida, alienada, seria compensada por um longo processo histórico de reconhecimento de uma identidade social dos trabalhadores como cidadãos e de estabilização da condição salarial, o que implicou a consolidação de um conjunto de direitos e proteções sociais. Ser trabalhador, neste sentido, significou, historicamente, reconhecer-se e ser reconhecido como alguém (individual e coletivamente) que ocupa uma posição digna e legítima no complexo espaço social, econômico e político dessa modernidade em permanente transformação, ao se exercer uma função útil na vida social. A consolidação da moderna condição salarial, de uma sociedade salarial, no sentido proposto por Castel

[1] Doutor e mestre em sociologia. Universidade Federal de Pelotas. E-mail: franciscoebvargas@gmail.com.
[2] Mestre em sociologia. Universidade Federal de Pelotas. E-mail: rafaegues@hotmail.com.

(2001), com seu sistema de direitos e proteções, é o ápice desse processo de construção da identidade social dos trabalhadores enquanto classe.

No Brasil, em sua modernidade periférica e com um mercado de trabalho historicamente marcado por elevada precariedade estrutural, por uma cidadania restrita (CARDOSO, 2010), pelo acesso limitado a direitos e proteções e por uma identidade incerta com o trabalho, em geral instável, a relação subjetiva com a ocupação econômica conforma-se a partir de outros padrões sociais e institucionais, em que a rejeição ao trabalho assalariado – mesmo "protegido" – e uma busca por "autonomia" tornam-se facetas de uma relação ainda mais fortemente instrumental ao trabalho (como ofício) visando à sobrevivência (VARGAS, 2008).

Com a crise da sociedade do trabalho (SILVA, 2008) e de sua forma clássica de emprego assalariado, que emerge a partir dos anos setenta do século passado, provocada sobretudo pela reestruturação do capitalismo e das modalidades de regulação do Estado, cada vez mais flexíveis, processos acelerados de precarização, informalização e individualização do trabalho e das relações de trabalho colocam em xeque as formas tradicionais de integração dos trabalhadores no mundo do trabalho, seus direitos e proteções, suas formas de organização coletiva, bem como o processos de construção de suas identidades sociais.

Nesse sentido, indaga-se em que medida o emprego assalariado apresenta-se, para trabalhadores e trabalhadoras, efetivamente como aspiração e projeto. O trabalho assalariado estaria deixando de ser uma referência subjetiva significativa para esses indivíduos cada vez mais afetados pela instabilidade no emprego, pela redução de seus direitos, pelo desemprego e pelo incentivo ao empreendedorismo? Outras formas de trabalho, não diretamente assalariadas e mesmo não capitalistas, estariam conformando o horizonte subjetivo desses trabalhadores?

Metodologicamente, a análise de trajetórias e experiências aqui proposta realiza-se a partir de entrevistas biográficas que reconstituem os itinerários dos entrevistados no mercado de trabalho, alargando-se o campo de percepção de suas experiências para outras esferas da vida social. Nesse caso, a mobilidade e as experiências no mundo do trabalho tornam-se o ponto de partida a partir do qual a relação subjetiva com o trabalho e as identidades sociais são apreendidas e analisadas.

Argumenta-se que a crise contemporânea do trabalho assalariado pode, de fato, contribuir decisivamente para uma profunda transformação da relação subjetiva com o trabalho, trazendo reivindicações de autonomia no trabalho, sem que, com isso, os

indivíduos abandonem suas aspirações por direitos e reconhecimento, bases de um processo mais amplo de emancipação social. Finalmente, é preciso levar em consideração a profunda heterogeneidade do trabalho, de suas formas e experiências no mundo contemporâneo e, particularmente, no Brasil. Clivagens de classe, gênero, geração, raça/etnia, condição física e mental devem ser levadas em consideração na análise dessas trajetórias, experiências e relações subjetivas com o trabalho.

2. Trajetórias e identidades no trabalho

Na abordagem proposta neste trabalho, ao tomar-se as trajetórias e experiências como objeto de investigação, procura-se apreender a dinâmica dessa crise do trabalho a partir das formas de categorização do mundo social e do trabalho operados pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras (DEMAZIÈRE, 2003). Considera-se que as "formas objetivas de trabalho", bastante variadas, particularmente o "emprego assalariado protegido", constituem-se em referências subjetivas mais ou menos significativas, o emprego assalariado concorrendo com outras formas de trabalho (autônomas, individuais, coletivas, cooperativas, solidárias, etc.) como modelos de referência, como formas de trabalho escolhidas, buscadas, desejadas, justificadas.

Trata-se de trazer à tona, através das narrativas das trajetórias desses indivíduos, o modo como esses modelos de referência vão sendo construídos, transformados, justificados com o tempo, nos processos de mobilidade dos trabalhadores no mercado de trabalho. Para tanto, utiliza-se a noção de identidade, tal como proposta por Dubar (2012) para analisar e descrever "processos subjetivos de identificação" de atividades sociais significativas para os sujeitos investigados (principalmente no âmbito do trabalho, mas não exclusivamente), em termos individuais e coletivos. Presume-se que os indivíduos se definem, em grande medida, pelo que fazem e como fazem concretamente, pelo modo como definem suas opções, selecionam suas preferências, formam seus gostos, identificam seus dilemas e sofrimentos (no trabalho e fora do trabalho).

Nesse sentido, a noção de identidade não remete a processos de identificação e definição necessariamente positivos sobre si mesmos e sobre seus trabalhos ou atividades sociais. Identificações podem ser também negativas ou mesmo neutras, em termos afetivos ou éticos. Os processos de identificação são dinâmicos, mutáveis, implicando pertencimentos ou aspirações de pertencimentos, objetivos e subjetivos,

forjando-se também por oposição a determinados modelos. Daí a importância de analisar trajetórias, incorporando a dimensão de uma temporalidade dinâmica.

Segundo Dubar (2012), as configurações identitárias típicas das sociedades modernas, de tipo societárias, supondo múltiplas formas de pertencimento objetivo, supõem uma atividade reflexiva intensa dos indivíduos no processo de construção de suas identidades e de suas identificações significativas, na medida em que as alternativas e os modelos de referência (efetivos e potenciais) são múltiplos e variados, como é o caso em relação às formas de trabalho. Na medida também em que os modelos de referência se transformam continuamente, tornando-se fluidos, flexíveis e instáveis, é possível pensar uma crise das identidades, dadas as dificuldades dos indivíduos em definirem seus modelos de referência significativos, no trabalho ou fora dele, na vida social em geral.

Metodologicamente, parte-se do pressuposto de que o trabalho não é necessariamente uma categoria central para os indivíduos, seu significado e valor podendo variar em função da importância de outras atividades sociais, externas ao mundo do trabalho. Em relação aos sentidos intrínsecos do trabalho, eles podem oscilar entre uma atividade mais ou menos positiva, valorizada, como fonte de prazer, realização, emancipação, podendo ainda apresentar-se como uma atividade neutra afetivamente ou mesmo negativa, fonte de dor, pena, sofrimento. Propõe-se, ainda, a distinção do trabalho e, consequentemente, da relação subjetiva com o trabalho, em duas dimensões: 1. O trabalho como atividade produtiva, objetiva e subjetiva, manual e/ou intelectual, supondo uma relação com meios, objetos e pessoas; 2. O trabalho como vínculo social, supondo uma posição reconhecida na divisão social do trabalho, portador de um estatuto e uma localização na estrutura social.

3. Trajetórias de assalariamento no sul do Rio Grande do Sul

Este trabalho tem como base empírica a realização de dezessete entrevistas biográficas com trabalhadora/es a procura de emprego e/ou atendimento nas agências SINE dos municípios de Pelotas e Rio Grande, sul do Rio Grande do Sul. As entrevistas foram realizadas nos meses de março, abril e maio de 2019. A escolha dos entrevistados procurou dar conta de diferentes perfis em termos de sexo, idade, cor/etnia, escolaridade, formação profissional.

As entrevistas foram realizadas em três etapas: 1. A primeira, de apresentação da pesquisa aos entrevistados, através da leitura do termo de consentimento e de assinatura do mesmo. 2. A segunda, de preenchimento, pelo entrevistador, de um questionário com perguntas fechadas sobre perfil individual e do grupo familiar dos entrevistados. 3. A terceira, com a realização da entrevista propriamente dita, semiestruturada, com roteiro contendo perguntas abertas sobre aspectos como a condição atual de emprego/desemprego do entrevistado; sua experiência ocupacional passada; a relação com o emprego formal e informal; a caracterização da sua situação familiar e domiciliar; a relação e percepção das políticas públicas, dentre elas o próprio sistema público de emprego; além de abordar aspectos transversais que afetam a trajetória dos trabalhadores no mercado de trabalho e que podem gerar desigualdades e discriminações (gênero, idade, escolaridade, raça).

Das dezessete entrevistas realizadas, dez ocorreram na agência SINE de Pelotas e sete na agência SINE de Rio Grande. Em Pelotas, foram entrevistados cinco homens e cinco mulheres. Em Rio Grande, foram entrevistados três homens e quatro mulheres.

Em relação à condição de ocupação dos entrevistados, a maior parte deles, dez no total, estavam desempregados e, dentre estes, cinco estavam no SINE para tentar dar entrada no seguro-desemprego. Um dos entrevistados, que preferiu interromper a entrevista para ser atendido no balcão e depois retornar, quando voltou, informou que não poderia dar entrada no seguro, pois não tinha o tempo de serviço exigido para o receber o benefício. Cinco entrevistados estavam ocupados, todos trabalhando informalmente. Dentre eles, havia um homem que trabalhava como pedreiro, três mulheres como faxineiras diaristas e uma como babá. Além disso, havia um entrevistado que era estudante de graduação e bolsista de iniciação científica e outra entrevistada que era aposentada.

Quando se considera a ocupação/profissão dos entrevistados, cabe destacar que nem todos se mantiveram na mesma atividade ao longo da vida profissional, e isso vale também para os jovens. No entanto, considerando a ocupação mais recorrente ou a última exercida pelos entrevistados, identifica-se que quatro entrevistadas eram faxineiras/domésticas, uma cozinheira (mas também já havia trabalhado como empregada doméstica) e outra, que também já havia trabalhado em serviços gerais de uma empresa, atuava informal e esporadicamente como babá. Uma entrevistada era vendedora e outra técnica em contabilidade. Dois entrevistados, uma mulher e um homem, em sua última ocupação, haviam atuado como auxiliar administrativo. Três

entrevistados, homens, eram serventes de obras. Havia também um motorista, um que trabalhava em serviços gerais e outro que trabalhou no setor industrial, em Rio Grande, como auxiliar de ensaque. Além destes, havia um entrevistado que era estudante de graduação na universidade.

A exceção do estudante, os demais entrevistados, até mesmo aqueles que estavam na informalidade, já haviam trabalhado com carteira de trabalho assinada. O jovem universitário já havia tido uma experiência de emprego informal como *office boy* em um escritório de contabilidade por dois anos.

As trajetórias ocupacionais dos entrevistados mostram-se bastante instáveis, guardando, de um modo geral, uma forte proximidade à condição de desemprego ou subemprego, a informalidade sendo também um traço marcante em quase todas elas. No caso das faxineiras diaristas, por exemplo, essa instabilidade é uma característica bem marcante, gerando ou intensificando inseguranças, na medida em que a remuneração se torna incerta.

A experiência objetiva de emprego ou de desemprego, a natureza do vínculo social de trabalho, para além do próprio conteúdo da atividade laboral, condiciona o modo como esses indivíduos atribuem um significado às suas experiências ocupacionais, bem como ao modo como constroem suas identidades sociais. Essa distinção – relação ao vínculo social de trabalho e ao conteúdo do trabalho – fica evidente no relato de um trabalhador do setor industrial portuário de Rio Grande, já que se observa, em seu depoimento, uma identificação negativa com o trabalho exercido como ensacador na linha de produção de fertilizantes, ao mesmo tempo em que havia uma identificação positiva com seu vínculo social de trabalho com a empresa. Nesse sentido, o entrevistado afirmou:

> Eu não vou te dizer que é uma função que eu amava fazer, mas era, digamos, uma oportunidade pra eu ir melhorando, entendeu? Como eu não tinha trabalhado na função, eu entrei com disposição pra melhorar, dando o meu máximo pra poder subir na empresa. Até porque a empresa dá essa opção pro trabalhador e tinha muitos exemplos de pessoas que entraram na mesma função que eu entrei e foram subindo, né. E eu tava mais por essa oportunidade mesmo de melhorar dentro da empresa. Uma empresa que sempre pagou direitinho, tinha os benefícios, tinha plano de saúde... Tudo isso dá uma ajuda, né, pra quem tem filho também, tem família. Então eu não tinha o interesse de me desligar dela. Tanto que eu entrei nessa função, a função mais por baixo que tinha foi essa que eu entrei e eu não tava gostando da atividade que eu tava exercendo, mas tava pensando naquilo que podia vir pela frente, né. Isso que me motivava tá lá trabalhando. (Entrevistado 01, 28 anos)

Nota-se, portanto, que a motivação do entrevistado em trabalhar no ensaque de fertilizantes, em seu último emprego, não se dava em função do conteúdo dessa atividade, mas em função da natureza do vínculo com a empresa, marcado por um conjunto de direitos e proteções, além da expectativa vislumbrada de crescimento profissional. Trata-se, este, de um padrão de identificação com o trabalho utilizado como referência na sua procura por um novo emprego. Sua pretensão, no momento da entrevista, era de se manter em um emprego similar no setor industrial, tendo em vista que a remuneração e os benefícios neste setor são maiores do que em outros setores:

> Eu tenho tentado na indústria, porque no comércio o salário é um pouco mais reduzido do que na indústria, né, e na indústria é bom porque tu tem hora extra e tal e aí tu consegue dar uma aumentada no salário. Por isso que eu tenho procurado na indústria já por um tempo, já, faz uns seis anos que eu tô na indústria, então eu tenho procurado pra esse lado. (Entrevistado 01, 28 anos)

Há, portanto, uma identificação positiva desse entrevistado com o setor industrial, em geral, no qual ele pode lograr melhores condições de remuneração, valorização, oportunidades profissionais, o que constitui um tipo específico de relação subjetiva com o trabalhado assalariado protegido, construída positivamente com base na natureza desse vínculo social. Essa identidade com o emprego assalariado não é um elemento circunstancial e fortuito, mesmo que o entrevistado esteja desempregado no momento da entrevista. Trata-se de uma referência significativa que continua orientando suas práticas no mercado de trabalho. O emprego protegido apresenta-se não só como a única forma de emprego por ele experimentada, mas como uma possibilidade desejada em relação ao futuro, dada a expectativa de ascensão profissional. A informalidade e o trabalho individual autônomo não aparecem em seu horizonte como alternativas de trabalho.

Para algumas entrevistadas que experimentaram trajetórias marcadas mais sistematicamente pela precariedade e vulnerabilidade, alternando situações de formalidade e informalidade, o emprego assalariado protegido também se apresenta frequentemente como referência de trabalho, mesmo que o conteúdo do trabalho realizado não seja percebido como positivo, como se pode perceber nos depoimentos a seguir de algumas mulheres que trabalhavam como empregadas domésticas:

> Eu quero um serviço de carteira assinada pela estabilidade. Porque vai que a gente cai aí num serviço de faxina, fica quebrada, né, em casa. Aí tem que se virar, mas tá difícil…" (Entrevistada 06, 53 anos).

> Tô buscando oportunidade com carteira assinada, todo o tempo que eu trabalhei foi só por conta mesmo. [...] E agora tô buscando a primeira oportunidade de carteira, né. É melhor, né, na verdade." (Entrevistado 11, 26 anos).

No relato acima, destaca-se a dimensão da proteção do trabalho com carteira assinada face à insegurança e risco do trabalho sem carteira. A experiência de formas instáveis de trabalho pode aguçar a percepção da necessidade de mais segurança.

Por outro lado, essa percepção pode contrastar com a maneira de perceber o próprio conteúdo do trabalho. Ou seja, o trabalho pode ser percebido, nesse sentido, tanto negativamente como positivamente. No primeiro caso, uma das entrevistadas enxergava suas atividades como extremamente penosas e desvalorizadas, destacando diversas vezes o fato da empregada doméstica ter que realizar múltiplas tarefas:

> Tu tem que te desdobrar em mil, tu tá cuidando a panela, tu tá vendo se a máquina tá lavando, tu corre pra atender o telefone... Se tem criança, tu tem que prestar atenção se a criança não tá lá fazendo alguma coisa que corra risco, entendeu? Uma casa de família é mil e uma coisa e eles não querem saber se tu é humana, se tu dá conta, se tu não dá conta. Eles querem chegar em casa e que *esteja* tudo impecável e no outro dia tu vai encontrar aquilo, assim, pior do que tu encontrou na manhã anterior." (Entrevistada 05, 50 anos).

Esta entrevistada, que estava no SINE buscando um emprego, pretendia encontrar uma vaga com carteira assinada pela estabilidade, desejando, ainda, abandonar a condição de empregada doméstica. Sua esperança era conseguir trabalhar em uma empresa de serviços gerais. Seu nível de escolaridade/qualificação era percebido como um limitador da possibilidade de obter um trabalho melhor, conforme sua fala: "mas eu me contento com a limpeza, eu não quero ter a pretensão de ser uma caixa de supermercado, entendeu! Eu quero fazer o que eu sei fazer." A entrevistada se "permitia desejar" o trabalho em uma empresa de serviços gerais, já que nesta executaria o tipo de função que já tem experiência, mas com a vantagem de ter maior segurança e estabilidade no emprego, proporcionada pela formalização do vínculo.

Já a outra entrevistada que trabalhava como empregada doméstica, que já havia atuado tanto formal quanto informalmente, mostrou identificar-se positivamente com a sua ocupação, sugerindo sentir prazer em exercer sua atividade e satisfação em ser útil e reconhecida pelas pessoas para quem prestava serviço. A entrevistada, neste sentido, relata: [... As pessoas] "gostam do meu serviço, né, que graças a Deus isso eu tenho de bom [...] o mesmo carinho que eu cuido das minhas coisas, eu cuido das deles".

No entanto, de forma naturalizada, também aparecem, em sua fala, os condicionamentos sociais de sua condição, a falta de escolaridade, por exemplo, como fatores que limitam seu horizonte de vida e trabalho. Esta entrevistada acredita estar capacitada apenas para o trabalho como empregada doméstica, afirmando explicitamente que nunca "gostou" de estudar: "Eu não sei fazer outra coisa… Eu nasci pra ser… pra cuidar da casa dos outros e da minha, eu não nasci pra estudar porque eu não gosto, mas meus filhos todos estudam, eu sempre incentivei meus filhos." (Entrevistada 06, 53 anos).

De modo geral, nota-se que trabalho assalariado ainda aparece como uma referência para muitos trabalhadores e trabalhadoras, diante de situações de instabilidade do emprego, de desemprego e de redução de direitos, como alternativa a essas condições precárias de trabalho. A identificação com esse tipo de trabalho se mostrou presente nos depoimentos dos entrevistados, ainda que uma relação puramente instrumental ao trabalho como oficio esteja frequentemente presente, como nos casos em que o emprego, qualquer que seja, é visto como um simples meio para se garantir o acesso a uma remuneração e, consequentemente, à sobrevivência.

Enfim, percebe-se que os trabalhadores desejam, frequentemente, um emprego formal, independentemente do conteúdo do trabalho e da ocupação a ser exercida. O que está em jogo, nesse desejo, não é apenas a remuneração salarial direta, mas as proteções adjacentes, as garantias em termos de jornadas e condições de trabalho que asseguram aos trabalhadores mais autonomia em relação às condições de subordinação pessoal das formas de trabalho informais. Neste sentido, os direitos e proteções sociais não constituem apenas salários indiretos, mas condições de trabalho que podem assegurar mais autonomia e resistência à arbitrariedade.

4. Considerações finais

Os resultados provisórios e incipientes alcançados a partir da análise de trajetórias e experiências de trabalhadores e trabalhadoras nos mercados de trabalho de Pelotas e Rio Grande, no sul do Rio Grande do Sul, indicam, de fato, que o trabalho é uma atividade social significativa na produção e transformação de identidades, identificações e reconhecimentos significativos que os atores fazem a respeito de si mesmos, em termos sociais e pessoais. Essas identidades e identificações com o trabalho mostram-se dinâmicos, podendo se transformar significativamente com o tempo, a partir

da mobilidade e vivência que os indivíduos têm de diferentes formas e relações de trabalho.

As experiências analisadas mostram, ainda, que o emprego assalariado protegido é, com frequência, um modelo de referência significativo para os indivíduos a procura de trabalho, na medida em que este tipo de trabalho é percebido como um importante suporte de direitos e proteções sociais, o que se reveste de uma dimensão emancipadora, com a possibilidade de melhor enfrentar situações de privação material, de laços de dependência e opressão.

Na análise dos depoimentos dos entrevistados, pudemos constatar também que a configuração do emprego assalariado como referência identitária, como modelo de referência positiva, pode manifestar-se a partir de vários elementos concretos nas relações sociais e de trabalho:

- Na relação (ou pertencimento) à empresa e na expectativa de ascensão profissional;
- Na relação à família e na possibilidade de assegurar o provimento do grupo familiar (papel de provedor);
- Na garantia de ter um rendimento estável, de recusa da precariedade e de outras formas opressiva de trabalho. Vale ressaltar, porém, que a identificação positiva com o emprego como suporte de proteções pode vir acompanhada de uma identificação profundamente negativa com o trabalho como ofício e atividade laboral;
- Enfim, na possibilidade de conquistar ou manter mais estavelmente uma condição social marcada pela autonomia e independência pessoal (especialmente jovens e mulheres).

5. Referências

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** Uma crônica do salário. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil:** Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

DEMAZIERE, Didier. **Le chômage:** Comment peut-on être chômeur? Paris: Éditions Belin, 2003.

DUBAR, Claude. **La crise des identités:** L'interpretation d'une mutation. 4.éd. Paris: PUF, 2012.

MARX, Karl. **O capital:** Crítica da economia política. Volume I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SILVA, Josué P. da. **Trabalho, cidadania e reconhecimento.** São Paulo: Annablume, 2008.

VARGAS, Francisco. **Formas e experiências de privação de trabalho no Brasil:** A construção social do desemprego na perspectiva de uma sociologia das relações sociais. 2008. 573 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Université de Versailles-Saint-Quentin-En-Yveline, Paris, 2008. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/publicacoes/tese-de-doutorado/

ESTUDO DA ARTE SOBRE O TRABALHO DOCENTE NO BRASIL

Lia Beatriz Gomes Victória [1]
Renato da Silva Della Vechia[2]

1. Introdução

Nas últimas décadas são notórias as mudanças no contexto da educação de nível superior promovidas pelo aumento no número de instituições, pela intensificação de utilização da modalidade de ensino a distância e mais recentemente pelos efeitos da nova legislação trabalhista brasileira que entrou em vigor em novembro de 2017, pela Lei n.º 13.467. A dinâmica e os efeitos dessa conjuntura têm promovido discussões sobre haver no contexto de trabalho docente sintomas de agudização da precarização.

Essa situação, aqui brevemente colocada, é tema de projeto de tese que tem como objetivo identificar a atual morfologia do trabalho docente de nível superior em instituições comunitárias do Rio Grande do Sul e será apresentado no primeiro semestre do ano de 2020 ao Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas.

Para constituir um sistema de informações sobre o campo que será analisado, com a finalidade de identificar que aspectos têm sido evidenciados em estudos sobre o trabalho docente em instituições de ensino superior no Brasil, em etapa exploratória de pesquisa, foi realizado o estudo do conhecimento aqui apresentado. Considerando a área de meu Programa de pós-graduação, o espaço de pesquisa foi a plataforma SUCUPIRA da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em periódicos de classificação A e B na área 32 (Serviço Social), no período de 2014 até 2018.

Apresento na seção seguinte uma descrição do estudo - espaço de pesquisa, o motivo pelo qual a escolha foi a plataforma SUCUPIRA, termos buscadores utilizados na busca dos artigos revistas em que foram indexados, tipos de pesquisa, metodologia de coleta e análise de dados utilizadas. Na seção três trago as principais contribuições teóricas de seis artigos selecionados. Por fim, na seção quatro, apresento minhas

[1] Mestre em Política Social. Doutoranda em Política Social e Direitos Humanos. Universidade Católica de Pelotas (UCPel). E-mail: liagvictoria@gmail.com
[2] Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). Universidade Católica de Pelotas. E-mail: rdellavechia@gmail.com

considerações sobre a importância de estudos dessa natureza na fase exploratória do campo e objeto de pesquisa.

2. Operacionalização do estudo

Estudos dessa natureza são denominados como Estado da Arte ou Estado do Conhecimento, que segundo Sandra Ferreira (2002, p. 258), buscam responder, por meio do mapeamento da produção científica de determinada temática investigada "[...] que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que forma e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários."

O espaço de pesquisa, foi a plataforma SUCUPIRA da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, em periódicos de classificação A e B na área 32 (Serviço Social), no período de 2014 até 2018. Por meio do cruzamento dos termos "trabalho docente", "reestruturação produtiva" e "precarização", foram identificados 18 artigos resultantes de pesquisas teóricas-empíricas e bibliográficas realizados em instituições públicas e privadas. Desses, 17 são brasileiros e 1 chileno. Os anos com maior número de publicações foram 2015 e 2017.

A totalidade dos estudos são pesquisas de natureza qualitativa e abordam diferentes dimensões do trabalho docente enquanto objeto teórico. Do total 44% são do tipo revisão bibliográfica e 55,5% dos estudos desenvolveram pesquisa teórica e empírica, por meio de pesquisa de campo com docentes de instituições públicas e privadas. A técnica mais utilizada de coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, em alguns casos, combinada com a observação direta.

As análises de dados do campo foram realizadas de modo variado com a utilização de Análise Clínica do Trabalho (ACT), análise de conteúdo, manifestações unânimes ou recorrentes na fala, análise do discurso, observação e sentidos subjacentes da fala.

A interdisciplinaridade é um aspecto evidenciado no levantamento, as áreas e subáreas de conhecimento de abordagem foram História, Educação, Serviço Social, Política Social, Pedagogia, Políticas Públicas, Filosofia, Administração, Ciências Sociais e Psicologia, essa última foi a de maior incidência de estudos.

Os Estados de origem[3] dos estudos foram Goiás, Distrito Federal, Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro e São Paulo foram os Estados que tiveram maior número de trabalhos indexados na plataforma pesquisada, nesse sentido a região de maior volume de estudos foi a região Sudeste.

Os periódicos de indexação dos artigos foram Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Revista Educação e Cultura Contemporânea, Revista Katálysis, Revista Labor, Em foco: revista científica em educação a distância, Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, Psicologia & Sociedade, Serviço Social & Debate. Estas passaram a ser consideradas fontes importantes de informação para a constituição do referencial teórico da tese.

Após análise dos textos, foram selecionados seis entre eles com maior proximidade da proposta de tese, para uma análise mais aprofundada.

Cinco dos artigos analisados estão indexados na revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e um na revista Psicologia e Sociedade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

3. Contribuições teóricas do estado da arte

No artigo intitulado *Instituições privadas de ensino superior no Rio Grande do Sul: organização flexível e situações atuais do trabalho docente*[4], Ricardo Severo e Carolina Fleck (2017) descrevem como o atual cenário de atuação dos docentes em instituições privadas está relacionado com os modelos organizacionais que reconfiguram as práticas de trabalho a partir das transformações do capitalismo nas últimas três décadas, período considerado pelo autor e pela autora o período de reconfiguração também da estrutura organizacional do ensino superior. Ambos destacam que diante do advento do neoliberalismo em substituição das políticas keynesianas, fenômeno sob orientação do consenso de Washington, houve significativa modificação no cenário das instituições de ensino superior, em especial das instituições privadas. O quadro se configurou com aproximação ao modelo flexível de produção a partir de um movimento de afiliação do paradigma de gestão escolar com o padrão de gestão empresarial. Essa dinâmica nova de gestão resultou em uma racionalidade baseada na fluidez do mercado e os efeitos são diversos: precarização do trabalho expressa pelo adoecimento mental e

[3] Considerou-se Estado de origem dos estudos a filiação institucional dos pesquisadores e pesquisadoras.
[4] Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/18096/14342

físico; assédio moral, entre outros apresentados no estudo a partir dos relatos de pesquisa realizada com cinco professores de diferentes instituições de ensino superior privadas, bem como a partir de resultados de pesquisa realizada em 2009 pelo Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisa de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (DIESAT).

Por meio do estudo de Felipe Bellinaso e Henrique Novaes (2017), *A precarização do trabalho docente na educação à distância (EAD) no Brasil: uma discussão teórica*[5], são apresentados diversos elementos que estão associados ao fenômeno da mercantilização no contexto do trabalho docente. Nesse sentido os autores desenvolvem uma revisão teórica à luz da teoria marxista sobre as condições de trabalho enfrentadas pelo profissional docente nas universidades brasileiras que utilizam a modalidade de ensino a distância. Para os autores a origem da modalidade de ensino EAD está situada no contexto de consolidação do pensamento neoliberal a partir dos desdobramentos do consenso de Washington, quando foram estabelecidas três diretrizes educacionais centrais na política educacional brasileira: a mercantilização da educação; o estreitamento da relação público-privado e o processo de aligeiramento da formação. Nessa última diretriz, segundo os autores, está colocada a educação a distância. No percurso do estudo, Novaes e Bellinazo apresentam um panorama geral do campo da EAD, o conceito da modalidade de ensino, a trajetória histórica da modalidade de ensino, as políticas e diretrizes educacionais da distância e sua consolidação oficial (decretos e leis) em âmbito global e local. Além disso, apresentam o cenário atual do EAD no Brasil com dados quantitativos sobre o expressivo aumento nas duas últimas décadas no número de instituições formadoras e número de matrículas a partir do "Censo EAD Brasil 2014: Relatório Analítico de Aprendizagem a Distância no Brasil" realizado pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED). Por último apresentam um conjunto de reflexões que configuram o exercício docente evidenciando a precariedade do trabalho no contexto da modalidade EAD pela fragmentação do trabalho docente decorrente da divisão entre o planejamento e a execução do ensino; divisão do processo de ensino e aprendizagem; processo de estranhamento pela divisão hierárquica do trabalho; perda de autonomia docente (não mais individualizado na figura do docente); fragmentação do ofício; transformação do sujeito professor enquanto agente individual (autônomo) em agente coletivo; diferença de uso desta modalidade de ensino pelas universidades federais e pelas universidades privadas (fragilidades dos dois contextos);

[5] Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/23735/16045

existência de mais valia absoluta e mais-valia relativa no trabalho docente no contexto de educação a distância em comparação com a modalidade presencial, nessa última somente uma, a mais-valia relativa.

Andréa Gome da Cruz e Maria de Fátima Costa de Paula (2015), com o estudo, *O setor privado-mercantil de educação superior e a educação a distância*[6], inserem no debate as fusões de instituições de ensino que formaram conglomerados educacionais no Brasil. Segundo as autoras esse processo expõem a educação nacional a um intenso processo de financeirização e desnacionalização, tendo como principal desencadeador a educação a distância. No percurso do estudo fazem um resgate histórico do contexto de origem e desenvolvimento das instituições de ensino privadas; como foram institucionalizadas as políticas de retração das instituições públicas e de expansão das instituições privadas a partir da década de 1990. Apresentam a participação indireta de organizações multilaterais no processo de mercantilização do ensino no Brasil e a Lei de Diretriz Brasileira (LDB) como promotoras de instituições educacionais como empresas com fins lucrativos com dados sobre o movimento de penetração do capital financeiro na educação superior brasileira que, de acordo com as autoras resultou na internacionalização da oferta educacional no país pela compra e venda de Instituições de Ensino Superior privadas brasileiras.

João dos Reis Silva Junior e Alan Victor Pimenta (2014), por meio do artigo *Capitalismo, trabalho e educação: o caso das instituições federais de educação superior*[7], buscam compreender o trabalho docente nas instituições de ensino superior considerando o estágio atual do capitalismo. Por meio de uma releitura teórica das formulações de Marx sobre trabalho produtivo trazem para o debate, a noção da existência de novas formas de valorização do capital, nesse sentido apresentam o campo da educação como espaço estratégico para o desenvolvimento de mecanismos de exploração da força de trabalho por meio de novas formas de produção de mais-valia. Para Junior e Pimenta na perspectiva atual da mundialização do capital a universidade representa um espaço novo de industrialização. A partir de Marx e Ricardo Antunes os autores desenvolvem uma consistente discussão sobre a categoria trabalho no contexto geral da ideologia capitalista e como a perspectiva de valorização do capital penetra no âmbito das instituições de ensino superior privado e público. No contexto das instituições públicas apresentam a institucionalidade da dinâmica de penetração do capital por meio

[6] Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13637/10456
[7] https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13086

do Projeto de Lei (PL) n. 4.643/2012 que, segundo os autores "permitiria a saída do Estado da esfera pública e abriria um espaço para um duplo movimento de entrada do capital privado na universidade e nos institutos federais". Nesse movimento, chamam a atenção para o estabelecimento de privilégio para áreas mais próximas do setor produtivo no ranqueamento de áreas de conhecimento para fins de financiamento de pesquisa.

No estudo *Condições de trabalho docente e sofrimento psíquico no ensino superior privado*, Vivian Jilou e Sálua Cecílio (2015)[8] buscam compreender a natureza das relações entre organização do trabalho, condições de trabalho e sofrimento psíquico de professores universitários por meio de pesquisa realizada em duas instituições privadas de Minas Gerais. De acordo com as autoras as transformações no mundo do trabalho (flexibilização, alienação, terceirização, subemprego, reestruturação produtiva e trabalho precário) e os efeitos que provocam, interferem nas relações internas e externas de quem trabalha e em sua subjetividade. Trazem para o debate da atual "morfologia" (termo que as autoras usam) do trabalho docente a noção de "condição de trabalho" a partir da concepção de Dejours, Oliveira e Assunção para argumentar sobre o conjunto de recursos necessários para a realização do trabalho, os meios e relações de emprego (formas de contratação, remuneração, carreira e estabilidade. A precariedade subjetividade é uma categoria bem presente no estudo, segundo Jillou e Cecílio, a racionalidade promovida pelas recentes transformações no mundo do trabalho deterioram a subjetividade do sujeito e provocam o sofrimento psíquico, considerado pelas autoras o subproduto da organização e condições de trabalho. Segundo elas esse processo resulta em falta de autonomia, trabalho com base na execução de tarefas, relação de obediência e submissão à vontade externa, bem como a coisificação do sujeito.

Marcia Hespanhol Bernardo (2014), no artigo *Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: o desgaste mental dos docentes*[9], trabalha as consequências da lógica do produtivismo acadêmico para o trabalho docente. Sua argumentação está assentada em consistente revisão teórica sobre aspectos que dizem respeito a atual configuração da organização do trabalho nas instituições de ensino superior sob os efeitos da reestruturação produtiva. Nessa perspectiva, por meio do referencial teórico apresenta sua leitura sobre o modo como o modelo produtivista acadêmico se desenvolveu e como atualmente se configura destacando aspectos práticos

[8] Disponível em: https://portaseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13552/10455
[9] Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26nspe/14.pdf

e ideológicos do processo, como por exemplo as parcerias entre universidades e empresas para atender ao interesse dessas e a organização do trabalho pautado pelas orientações de organizações multilaterais. Por meio de Blanch-Ribas e Cantera (2011) apresenta a ideia de que no âmbito das universidades públicas de diversos países são as orientações da Organização Mundial do Comércio e do Banco Mundial (redução de custos à eficiência e a produtividade) que tem pautado a organização do trabalho, o resultado, segundo esses autores, é a constituição de um espaço de compra e venda de produtos acadêmicos, de reflexão regulada, subordinado e sem diálogo. Quando a autora discute "o capitalismo organizacional na universidade brasileira" traz elementos que colaboram para compreensão do percurso de constituição da lógica de reestruturação produtiva no ambiente acadêmico público brasileiro em uma perspectiva ideológica. Sobre essa questão, a partir de Bosi (2009), a autora traz para o contexto de discussão o processo de transformação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em fundação pública em 1992 quando a instituição se inspirou "no etos competitivo presente na experiência norte-americana", nesse contexto a instituição passou a adotar a pós-graduação e a pesquisa como o principal meio de avaliação do trabalho docente, fundamentalmente a partir de dados quantitativos de produtividade, número de publicações, número de orientações e horas-aula, prazos de conclusão de mestrados e doutorados. O estudo empírico de Márcia Hespanhol Bernardo (pesquisa com cinco docentes de IES diferentes do Estado de Minas Gerais) revelou um conjunto de experiências que descrevem as condições de trabalho a que os docentes participantes da pesquisa estão submetidos. Na sistematização dos resultados, reúne as experiências em duas categorias, "o discurso de responsabilidade social, prática de pressão por produção intensificação do trabalho" e "a precariedade subjetiva e o desgaste mental do professor universitário". Algumas das considerações da autora sobre o estudo foram: ainda que na lógica da produtividade, a toyotização da universidade pode, no médio e longo prazo comprometer não apenas a saúde dos docentes, mas também a própria produtividade acadêmica; alienação produzida pelo contexto com alta intensidade de trabalho; ausência de resistência e transformação, pois o que existe são táticas individuais de sobrevivência e, foco no que conta para a avaliação.

Foram muitas as contribuições teóricas do estudo, trago aqui algumas delas: (i) a identificação de haver um alinhamento histórico das políticas públicas de educação ao desenvolvimento do neoliberalismo no país a partir da década de 1970. Fenômeno marcado pela interferência de organizações multilaterais a partir dos desdobramentos do

consenso de Washington; (ii) A atualidade da teoria marxiana para uma leitura do atual contexto de trabalho docente nas universidades, em especial a relação dos conceitos de mais-valia e alienação com as condições de trabalho na modalidade de ensino a distância. (iii) A mercantilização do ensino promovido por políticas públicas de Estado e pelo movimento de "empresariamento" do espaço privado de educação superior reconfiguraram o sistema nacional de ensino brasileiro nas últimas décadas. A dinâmica desse tem sido determinada pela utilização de mecanismos de aceleramento da acumulação e reprodução de capital. Situação evidenciada pela rápida formação de conglomerados educacionais no Brasil nos últimos 10 anos.

4. Considerações finais

Estudos dessa natureza são relevantes para a realização de pesquisas mais amplas como dissertações e teses. Por meio deles é possível realizar uma revisão bibliográfica para a constituição de um sistema de informações pertinentes a constituição de um referencial bibliográfico. Esse tipo de empreendimento possibilita que a fase exploratória deixe de ser demasiadamente aleatória pelo foco que um estudo da arte permite. Visto que, a seleção de estudos em um conjunto de textos sobre determinado tema e correlatos possibilitam a captura de categorias a priori para o *start* e identificação de lacunas teóricas para a delimitação de pesquisa - seus objetivos, justificativa e problemática.

5. Referências

BELLINASO, F.; NOVAES, H. **A precarização do trabalho docente na educação à distância (EAD) no Brasil: uma discussão teórica**. Disponível em:

<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/23735/16045>. Acesso em: set. 2018.

BERNARDO, M. H. **Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: o desgaste mental dos docentes.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26nspe/14.pdf>. Acesso em: set. 2018.

CRUZ, A.; PAULA, M. de F**. O setor privado-mercantil de educação superior e a educação a distância**. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13637/10456>**.** Acesso em: 02 de set. 2018.

FERREIRA, N.S.A. **As pesquisas denominadas 'estado da arte'**. Educação & Sociedade, Campinas, ano 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

JILLOU, V.; CECÍLIO, S. **Condições de trabalho docente e sofrimento psíquico no ensino superior privado.** Disponível em: < https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13552/10455>. Acesso em: 02 de set. 2018.

JÚNIOR, J. dos R.; PIMENTA, A**. Capitalismo, trabalho e educação: o caso das instituições federais de educação superior**. Disponível em: < https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13086>. Acesso em: 02 de set. 2018.

A HISTÓRIA ORAL DE VIDA COMO RECURSO METODOLÓGICO NO PROCESSO DE INCUBAÇÃO JUNTO AO NESIC-UCPel

Janaina da Silva Guerra[1]
Lia Beatriz Gomes Victória[2]

1. Introdução

O trabalho, que resultou neste artigo, surgiu a partir da necessidade de se encontrar subsídios para melhor desenvolver a pesquisa-ação dentro de iniciativas populares incubadas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - INTECOOP, hoje Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas - NESIC, e assim, atingir os objetivos propostos pela mesma.

Por acreditar que tais subsídios trariam respostas a uma série de dúvidas referentes aos grupos incubados – no que diz respeito ao histórico dos mesmos, assim como a trajetória de cada cooperada – optou-se pela história oral de vida, enquanto dispositivo de coleta de dados, como melhor forma de identificá-los, já que tal instrumento proporciona uma leitura da realidade a partir do observado pelas próprias entrevistadas.

Ao iniciar a pesquisa-ação em conjunto com a INTECOOP – a fim de construir coletivamente com os grupos incubados um espaço onde prevaleça a autogestão, a solidariedade e a cooperação – foi realizada uma pesquisa diagnóstica cujo objetivo era melhor conhecer o meio e as pessoas que iniciariam o empreendimento popular.

Porém, tal objetivo não foi atingido pelo fato da pesquisa diagnóstica não proporcionar dados a respeito de como as cooperadas viam a realidade onde vivem, além de como se observam enquanto parte desta realidade. Pouco disso, será apresentado nos tópicos que seguem.

[1] Mestre em Política Social pela Universidade Católica de Pelotas. Assistente Social na Universidade Federal de Pelotas. E-mail janasguerra2@gmail.com
[2] Mestre em Política Social e Doutoranda em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas. E-mail liagvictoria@gmail.com

2 Conhecendo a pesquisa

2.1 Histórico da CRID (Cooperativa de Reciclagem Integrada do Dunas) e da DunasVest (Cooperativa de Vestuário)

Em 2003 a INTECOOP assessorou um grupo cuja demanda era a criação de uma cooperativa de reciclagem, porém devido à falta de financiamento para viabilizar o trabalho este grupo dissolveu-se.

Em dezembro de 2004, após a liberação das Frentes Emergenciais, procuraram-se as pessoas que compunham o grupo anterior, porém apenas duas destas aceitaram continuar na iniciativa, as demais alegavam que não iam continuar fazendo reuniões sem ter garantia de trabalho. Então, houve uma reunião inicial com elas e deliberou-se que iriam conversar com outros moradores para que estes se somassem ao projeto. Após esse movimento houve o cadastramento das vinte cooperadas e assim formou-se a CRID.

Ao iniciar a pesquisa-ação[3], notou-se a falta de informações a respeito da Cooperativa CRID e das pessoas que dela faziam parte para dar continuidade ao estudo. Por isso, entre os meses de Agosto à Outubro de 2005, foi aplicado o instrumento de história oral de vida.

O empreendimento DunasVest teve início em 2001, a partir da participação de suas cooperadas no Comitê de Desenvolvimento do Dunas - CDD, onde eram feitas as reuniões com os objetivos de: construir a Incubadora do Dunas e criar a cooperativa. Uma de suas cooperadas relatou que: "a gente quando começou não tinha nada, fizemos muito almoço pra comprar os maquinários que a gente tem. A gente não tinha nem local, pedia uma casa emprestada, o colégio emprestado, são quatro anos de luta." Em 2005 a DunasVest estava composta por 07 trabalhadoras. No mês de setembro de 2005, este grupo inaugurou sua loja no CDD.

Assim, os dois grupos de iniciativa popular estudados foram a CRID e a DunasVest. Sendo que o primeiro estávamos acompanhando desde o início da incubação, e com o segundo o contato ocorreu nos meses da pesquisa de história oral.

[3] É uma proposta político-pedagógica que busca realizar uma síntese entre o estudo dos processos de mudança social e o envolvimento do pesquisador nestes processos. Adotando uma postura de observador crítico e de participante ativo, o objetivo do pesquisador será colocar as ferramentas científicas de que dispõe a serviço da comunidade (OLIVEIRA E OLIVEIRA citado por HAGUETTE, 1995, p. 147).

2.2 O que dizem as cooperadas?

2.2.1 Cooperativismo e trabalho convencional

Quanto à dificuldade de inserir um empreendimento popular no mercado formal, a cooperada da DunasVest, A.V.N. disse: “Acabei fundando uma cooperativa com mais de 20 pessoas, de alimentação alternativa, pra falar a verdade faltou mercado pra ela e aí teve que desmanchar tudo. ”

Por conhecer as dificuldades em viabilizar um empreendimento popular, a cooperada D.F.D. coloca: “Mas o principal é a falta do dinheiro, de poder vender mais. Por isso, que a gente briga muito, eu e o pessoal da INTECOOP, porque eles acham que a gente não tem que ter patrão, mas a gente não consegue esse dinheiro. E eu dou valor ao patrão por isso, porque ele paga meu INPS, eu tenho salário no fim do mês.”

Observava-se que a cooperativa era o sonho da maioria daquelas mulheres, se pudessem optar, trabalhariam no empreendimento popular, mas como este não lhes proporcionava uma garantia, estas também disputavam vaga no mercado formal, pois necessitavam do salário, mesmo que aquém do que acreditavam merecer.

Refere-se à questão acima os principais problemas observados na DunasVest, e expostos pela cooperada A.V.N.: “Tem umas que questionam: tá mas para aí, vou trabalhar o mês inteiro pra ganhar R$10,00, se eu faço uma faxina por semana e ganho R$40,00. Tu trabalha 30 dias, tendo que ceder, ter ‘jogo de cintura’ com mais seis pessoas” .

A cooperada M.A.D. definiu o cooperativismo como: “A cooperativa pra mim é que nem lá em casa. Nós somos seis irmãos, tem a minha mãe, tem meus sobrinhos, tem as cunhadas, então quando resolve fazer alguma coisa, é todo mundo junto, não tem ninguém pra se mixar, ficar se escondendo pra não fazer ou pra não cooperar com o dinheiro pra fazer uma vaquinha, pra fazer um almoço.”

Com relação à construção da participação, a A.V.N. relatou que “tinha gente que nunca falava, que não estava concordando com o que acontecia, mas não se posicionavam, [...] É que essas pessoas quando resolveram se posicionar, aquelas pessoas que se queixavam que elas não se posicionavam, tão achando ruim. Porque agora tu me incomoda, antes tu não me incomodava e era bom.” .

Mesmo havendo nas relações entre as cooperadas o que foi dito acima pela Sra. A.V.N., algumas seguiam abstendo-se frente às decisões da cooperativa. De acordo com

a Sra. L.S.S.: “as pessoas não dizem na tua frente e ficam falando nas costas, porque não teve coragem e fica quieta. Aí eu digo: Mas porque tu não falou? É importante a tua opinião, tu tens que colocar, tu não podes deixar a tua opinião de fora.”

Quanto à autogestão dentro do empreendimento popular, a Sra. A.V.N. colocou que: “o patrão é quem se preocupa se tem que pagar imposto, água, luz, telefone, se naquela roupa leva tantos metros de linha, tu só trabalha. E com nós é diferente, tu tem que te preocupar em produzir, te preocupar em ter mercado pra quem vender.” De acordo com Marx (1993, p. 62), no trabalho convencional “quanto mais o operário se esmera tanto mais poderoso se torna o mundo objectivo, estranho, que ele cria perante si próprio, tanto mais pobre ele próprio, o seu mundo interior, se tornam.”

A entrevistada A.V.N. falou o seguinte a respeito das relações que a mesma estabelece na cooperativa: “Eu acho que se tu diz: é nossa, tem três se preocupando e as outras sete ficam só na carona. Eu costumo pensar que é meu, e se é meu, eu vou fazer, porque é meu. Não estou fazendo pela fulana, estou fazendo por mim. Mesmo que isso venha a beneficiar a todos.” O exposto se contrapõe à construção de e para a coletividade, onde “não há estritamente falando um ‘eu penso, mas um ‘nós pensamos’. Não é o ‘eu penso’ o que constitui o ‘nós pensamos’, mas, pelo contrário, é o ‘nós pensamos’ que me faz possível pensar” (FREIRE, 1981, p. 86).

2.2.2 Desemprego: oportunidade ou falta de vontade

Por uma questão cultural e seguindo a lógica dominante, as pessoas tendem a culparem-se pela situação socioeconômica na qual se encontram. Elas estão em situação de pobreza, não porque são preguiçosas, não tiveram sorte ou Deus não quis, mas porque a sociedade atual não cria as condições para uma outra realidade. Segundo a Sra L.S.S. “Até quando tu pega aquela pessoa que não tem capacidade nenhuma, se tu investir nela algum potencial ela tem.”

As cooperadas L.S.S. e A.V.N, apesar de serem da mesma cooperativa (DunasVest), e ocuparem os mesmos espaços de discussão e construção, têm visões distintas. A L.S.S. afirmou que desemprego é falta de oportunidade, já A.V.N. disse: “Eu não acho que tu não teve oportunidade, eu acho que tu não teve foi vontade. Ou tu ficas na miséria eternamente ou tu começa a lutar por um outro caminho.” .

Sobre a falta de oportunidade cabe a fala da cooperada D.M.M.R (CRID): “tanta gente com tanta coisa e a gente sem nada! Tem gente que tem oportunidade e tem tudo que quer e não sabe aproveitar e eu quero aproveitar e não tenho essa oportunidade.”

2.3 Análise comparativa

Após analisar a fala das cooperadas de cada grupo, viu-se que a CRID surgiu na vida daquelas pessoas como alternativa ao desemprego. Por compreenderem a forma de trabalho cooperativo como algo que as liberta da dependência de um patrão, a maioria das cooperadas da CRID relataram que se fosse apenas questão de escolha, não deixariam o cooperativismo pelo trabalho convencional.

Na DunasVest existiam dois grupos: o primeiro grupo demonstrava que as relações dentro da cooperativa deveriam ocorrer no sentido de instigar a participação de todas as cooperadas. Via-se o comprometimento com o empreendimento popular enquanto um espaço alternativo de geração de renda e de luta pela cidadania. O segundo grupo, entrava em constante contradição quando expunha que as relações deveriam dar-se de forma individual e impositiva.

É importante dizer que o cooperativismo (autogerido e solidário) provoca um sentimento de desconforto perante as injustiças sociais. “Mas eu sou cidadã [...] Então, pelo meu direito de cidadã, eu vou lutar, eu comecei a aprender muita coisa nesse sentido de lutar por aquilo que é justo. Então, o cooperativismo é também um pouco de luta, de mostrar quem tu és, que tu és capaz, que tu podes fazer.”

O histórico de vida das cooperadas mostrou que a maioria é de origem muito pobre e começou a trabalhar quando ainda criança, com exceção da A.V.N. que teve “a oportunidade de conviver com uma situação de classe um pouco mais alta do que a que convivo hoje. Eu fui criada numa classe social mais elevada.” .

Do mesmo modo, a maioria não havia participado de espaços de discussão e construção anteriores à incubação da INTECOOP. A única que se aproximou foi a L.S.S., onde durante a adolescência foi “uma jovem cristã” e participou “das reuniões do grupo jovem [...] criava encontros religiosos, retiros, [...] coordenava, sempre aqueles mais líderes criavam pros outros.” Então, na história de suas vidas, não ocorreu fato que pudesse despertar um sentimento de insatisfação diante das contradições sociais.

As duas cooperadas que são exceções em relação às outras nas suas histórias de vidas, são àquelas consideradas líderes pelo grupo da DunasVest. Aqui são pertinentes algumas hipóteses.

No caso da L.S.S., era líder no grupo de jovens da Igreja, isto pode ter se estendido a sua participação dentro da cooperativa. Já no caso da A.V.N.: "eu costumo pensar que é meu, e se é meu, eu vou fazer, porque é meu." Este modo impositivo pressupõe que as demais cooperadas a reconhecem como liderança.

Então, antes de intervir dentro do espaço de incubação, torna-se necessário conhecer a história de cada cooperada, para trazer à tona suas experiências anteriores e/ou construir novas percepções, através do questionamento de situações passadas, negando-as (ou legitimando-as) e superando-as (ou mantendo-as).

Viu-se que a INTECOOP vinha colaborando para que as pessoas adquirissem, em cada troca, elementos que pudessem contribuir dialeticamente para a superação do conhecimento ingênuo Mas os resultados poderiam se dar em menor tempo, se a história das cooperadas fosse considerada já na pré-incubação.

3. Do senso comum ao conhecimento crítico

A construção de uma consciência crítica é inviabilizada sob condições extremas, já que "os homens devem estar em condições de viver para poder 'fazer história'" (MARX, 1999, p. 39). Por isso, apesar das críticas às políticas de Estado elas são necessárias. Nesta perspectiva, com a pesquisa de história oral de vida, comprovou-se que a superação da consciência ingênua poderá ocorrer com a viabilidade econômica.

Frente a isto, cabe a seguinte questão: "como o 'roubo dos famintos' [...] 'as greves dos explorados' podem se inserir num conjunto de ações organizadas que visem destruir a supremacia burguesa?" (FRANCO, 1985, p. 116).

O senso comum interfere na libertação da consciência, pois "é no terreno do senso comum que as classes subalternas incorporam as ideologias dominantes, cuja pretensa verdade se impõe às classes subalternas como única" (SIMIONATTO, 1995, p. 79). Porém, Gramsci não pretende extinguir o senso comum, ao contrário "procura mostrar que o senso comum já é filosofia, mesmo incipiente e fragmentária." (SIMIONATTO, 1995, p. 82). Ele propõe a passagem do mesmo para "uma concepção mais coerente, que não ocorrerá através de uma educação 'verbal e livresca', mas em conexão com a luta política de uma classe" (SIMIONATTO, 1995, p.81).

O (a) Trabalhador (a) Social - TS comprometido (a) com a emancipação das classes subalternas deve reconhecer o senso comum como a base do conhecimento, parindo-se deste para explicar a realidade. Negá-lo, seria negar aquilo que as pessoas consideram como verdade.

Ao trabalhar junto às comunidades, é preciso estar atento para que não ocorra uma "transfusão de consciência", onde o (a) profissional, por ansiar desenvolver seu trabalho, ignora o saber popular. Pois "não se trata, como reconheceu Gramsci (citado por FRANCO, 1985, p.115), 'de introduzir, a partir do zero, uma forma de pensamento na vida de todo mundo, mas de renovar e tornar crítica uma atividade já existente. '"

Equivoca-se o (a) TS quando considera que uma pessoa possa ser desprovida de consciência, pois "não a concebemos como uma coisa que possa ser adquirida e, que, portanto, antes de sua posse, poderíamos supor um estado de 'não consciência'" (IASI, 2001, p.13), por isso fala-se sempre em processo de consciência[4].

O trabalho na comunidade deve considerar o saber das pessoas que nela vivem. Isto requer escutá-las, dialogar com elas, estabelecer uma relação de horizontalidade. No que se refere ao diálogo, cabe a colocação de Freire (1992, v. 24, p.51): "problematizando, critica e, criticando, insere o homem em sua realidade como verdadeiro sujeito da transformação." Caso contrário, a intervenção estaria reproduzindo e legitimando a relação dominante-dominados.

Durante as entrevistas, observou-se um distanciamento entre a linguagem acadêmica e a popular, como nos diz L.S.S.: "Era assunto encima de assunto e eu sou muito curiosa, tudo quanto é coisa que eu não entendo, eu pegava o dicionário para saber o que era aquilo, pra não ficar fazendo feio lá na frente dos outros."

A atuação dos profissionais necessita de uma constante reeducação, porque "a ideologia pequeno-burguesa que os 'atravessou', em sua condição de classe, interfere no que deveria ser a sua prática revolucionária" (FREIRE, 1981, p. 141).

A consciência crítica é algo a ser construído por cada um e por todos. Por cada um, pois a primeira forma de consciência é construída a partir das relações que a pessoa desenvolve com o mundo concreto, na instituição família, na escola, no trabalho, etc. "Cada indivíduo vive sua própria superação particular" (IASI, 2001, p.13). Isto ocorre no momento em que a mesma constata por si as contradições sociais. Este processo deve

[4] O processo de consciência é visto [...] como um desenvolvimento dialético onde cada momento trás em si os elementos de sua superação, onde as formas já incluem contradições que ao amadurecerem remetem a consciência para novas formas e contradições. (IASI, 2001, p.12)

ser instigado por relações externas através de constantes questionamentos que fazem emergir tais contradições, por isto acaba sendo também coletivo. Segundo Freire (1981, p.39): "no momento que os indivíduos, atuando e refletindo, são capazes de perceber o condicionamento de sua percepção pela estrutura em que se encontram, sua percepção começa a mudar."

É ingenuidade pensar que com a construção do conhecimento crítico, por si só, será o suficiente para transformar a sociedade. Isto não ocorre porque tal processo se dá em micro organizações e micro parcelas populacionais. Para efetivamente atingir a transformação social é necessário voltar à atenção para a superestrutura, porque é através dela que a "classe dominante consegue impor a sua ideologia" (SIMIONATTO, 1995, p. 79).

O (a) TS pode contribuir com a mudança de percepção da realidade, pois ao perceber-se "objeto" dos processos sociais, deve instigar que os demais indivíduos também se percebam nesta condição, e assim partam coletivamente a procura de formas de superação da condição de "objeto", reconhecendo-se produtores da própria história.

Fomentar a construção coletiva é um trabalho constante, por isto a principal pergunta dentro da academia, por estudantes do Serviço Social, é: como instigar a consciência crítica para a transformação social se dentro das instituições tenho que seguir normas pré-estabelecidas pelas mesmas?

Cabe lembrar que de modo geral a contratação de Assistentes Sociais é feita por instituições hierárquicas, e a maioria dos estágios curriculares na academia se dá dentro destas, por isto o (a) acadêmico (a) de Serviço Social tem dificuldade em observar "lacunas" que possam contemplar o que é estudado dentro do curso.

Essas instituições favorecem uma atuação neutra, que dissocia teoria e prática, havendo um enfraquecimento do sentimento de resistência e enfrentamento das desigualdades sociais que foi instigado durante toda a sua formação, contribuindo para a manter a alienação. Para Freire (1981, p. 135): "separada da prática, a teoria é puro verbalismo inoperante; desvinculada da teoria, a prática é ativismo cego. [...] não há práxis autêntica fora da unidade dialética ação-reflexão, prática-teoria."

O (a) TS sectário (a), "até quando se pensa dialético, a sua é uma 'dialética domesticada'" (FREIRE, 1991, p. 26), pois "a sectarização é sempre castradora [...] transforma a realidade numa falsa realidade, que, assim, não pode ser mudada [...] é um obstáculo à emancipação dos homens" (FREIRE, 1991, p. 25).

A hegemonia capitalista procura atrair para si profissionais das classes subalternas, afim de que estes contribuam para a manutenção da mesma. Marx (por SIMIONATTO, 1995, p. 54) coloca que "quanto mais capaz for uma classe dominante de incorporar os homens mais eminentes das classes dominadas, tanto mais sólida e perigosa será a sua dominação." Por isto, "não são raros os revolucionários que se tornam reacionários pela sectarização em que se deixam cair, ao responder à sectarização direitista" (FREIRE, 1991, p. 25).

Ser TS radical implica no comprometimento com a transformação social, construindo-a com as camadas populares. Ele (a) não é libertador (a), é sim fomentador (a) da libertação a partir de um processo coletivo. "Se a sectarização [...] é o próprio do reacionário, a radicalização é o próprio do revolucionário" (FREIRE, 1991, p. 27). "A radicalização [...] é sempre criadora pela criticidade que a alimenta [...] é crítica, por isto libertadora. Libertadora porque, implicando o enraizamento que os homens fazem na opção que fizeram, os engaja cada vez mais no esforço de transformação da realidade concreta, objetiva" (FREIRE,1991,p. 25). Portanto, o (a) TS radical, enquanto ser histórico, tem a tarefa de "criar uma hegemonia que se oponha a da burguesia. O que compreende a formação de uma camada de intelectuais organicamente ligada ao proletariado" (FRANCO, 1985, p. 115).

Cabe ressaltar que não existe "receita" para a construção da criticidade, o que existem são formas de instigar a emersão das contradições presentes no capitalismo, através do experimento de processos pedagógicos e de ação social.

4. Considerações Finais

O cooperativismo com princípios da Economia Solidária pode transformar a realidade socioeconômica dos que nele atuam, assim como pode tornar-se um espaço que fomente a construção da criticidade. Porém, não é o empreendimento popular por si só e tampouco a construção crítica que proporcionarão a transformação social.

O processo de consciência crítica dá-se na medida em que as pessoas passam a observar as contradições do capitalismo. Estas contradições não emergem espontaneamente em cada indivíduo, pois a ideologia dominante cria o tempo todo mecanismos que impossibilitam isso. Então, levando em consideração que a consciência se transforma a partir das relações sociais que se interiorizam, a inserção em espaços de debate e a construção coletiva contribuem para o fomento da criticidade.

Enquanto fator externo o NESIC, vem proporcionando, que os grupos incubados conheçam uma alternativa ao mercado dominante, instigando que os mesmos construam a busca da cidadania através dos processos coletivos vivenciados ali dentro. Porém, na pesquisa de história oral de vida, realizada em 2005, foi constatado que o processo de pré-incubação, que previa uma pesquisa-diagnóstica pelo método da pesquisa-ação, era sucinta no sentido de não fazer emergir a história de vida das cooperadas, processo metodológico cujo intuito é conhecer para intervir.

Conhecer a história de vida das pessoas com quem se trabalha é essencial para a construção do conhecimento crítico, pois é através dela que observamos se houve experiências emancipatórias entre as relações sociais que se estabeleceram no decorrer de suas vidas, assim como, as relações sociais alienantes. Outra conclusão que o instrumento de história oral proporcionou refere à viabilidade econômica das iniciativas populares. Sem renda, quem sofre com a desigualdade social tem dificuldade de libertar-se das imposições capitalistas.

É importante que a participação do (a) TS radical seja de troca entre saberes e não da imposição de um saber sobre o outro, pois "o homem, inserido num permanente movimento de procura, faz e refaz constantemente o seu saber" (FREIRE, 1992, p. 47).

Cabe salientar que também o (a) TS está em processo de construção do conhecimento crítico e para que todos estejam comprometidos com este processo, é necessário que se sintam sujeitos do mesmo.

Por último, cabe aos profissionais responsáveis pelo processo de incubação, estar cientes de que todos devem estar num permanente observar e agir, construindo coletivamente outras práticas que proporcionem a emancipação de todos os trabalhadores e trabalhadoras, afinal, "ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão" (FREIRE, 1992, p. 52).

5. Referências

FRANCO, Augusto de. *Autonomia e Partido Revolucionário***.** Goiás: Ferramenta, 1985. 154 p.

FREIRE, Paulo. *Ação Cultural para a Liberdade.* 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 149 p.

_____. *Extensão ou Comunicação?* Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. Título original: Extención o Comunicación? v. 24, 93 p. (Coleção O mundo hoje)

_____. *Pedagogia do Oprimido.* 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. 184 p.

GUERRA, Janaina da Silva. *Do senso comum ao conhecimento crítico:* o (a) Trabalhador (a) Social na Incubação de Cooperativas Populares. Pelotas, 2005. (Acervo da biblioteca da Universidade Católica de Pelotas).

IASI, Mauro Luis. *Processo de Consciência.* 2. ed. São Paulo: CPV, 2001. 96 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã (Feuerbach).* Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 138 p. Título Original: Die deutshe Ideologie.

_____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844.* Tradução de Maria Antônia Pacheco. Lisboa: Avante, 1993. 181 p. Original alemão.

OLIVEIRA, R.D. de; OLIVEIRA, M.D. de. Pesquisa Social e Ação Educativa: Conhecer a Realidade para poder Transformá-la. In: BRANDÃO, Carlos R. (Org.). *Pesquisa Participante.* 3. ed. [S.l.]: Brasiliense, 1983 *apud* HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias Qualitativas na Sociologia.* 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 224 p.

SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. Florianópolis: Ed. Da UFSC; São Paulo: Cortez, 1995. 281 p.

A GESTÃO DE PESSOAS NA FURG ENQUANTO CAMPO DE DISPUTAS APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DO REUNI

Jéssica Silva de Ávila[1]

1. Introdução

Este trabalho pretende apresentar de forma sucinta a pesquisa que resultou na dissertação de mestrado intitulada a gestão de pessoas na FURG enquanto campo de disputas após a implementação do REUNI. Cabe salientar que o REUNI (Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) torna-se variável a ser problematizada na medida que altera drasticamente o contexto da educação superior brasileira e, consequentemente, o campo de estudo desta pesquisa. Ainda na mesma direção destaca-se que a pesquisa em questão buscou problematizar as disputas entorno do REUNI refletindo sobre a lógica em que ele foi concebida, dessa forma discutindo sobre os condicionantes impostos as universidades federais que aderissem o programa. Nesse sentido o estudo defende que o referido programa foi formulado de forma compatível com a estrutura normativa da sociedade moderna, que está fundada em uma razão utilitária centrada na lógica de mercado. A questão a ser problematizada nessa pesquisa se pauta nas disputas, e, nesse sentido, destaca-se que a lógica utilitária, de acordo com Guerreiro Ramos (1981), gera impacto desfigurador na vida humana associada ao que está em disputa. Desse modo, o REUNI, enquanto política pública tem em sua gênese essa disputa onde, se por um lado, defende a expansão e democratização do ensino superior, por outro, as universidades que aderirem ao referido programa devem implementar condições alinhadas à lógica de mercado.

O REUNI torna-se um programa importante a ser problematizadona medida em que altera significantemente o contexto da área de pessoal das universidades federias pelo aumento do quadro de servidores e, na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) especificamente, a emergência da área de Gestão de pessoas ocorre concomitantemente a adesão desta instituição ao REUNI. Destaca-se que o papel do Estado é um objeto de disputa, assim como as áreas de Gestão de Pessoas no serviço público, objeto de estudo desta pesquisa. Nesse sentido, a pesquisa aqui apresentada,

1 Mestra em Sociologia Universidade Federal de Pelotas/ avilajessica2010@gmail.com

justifica-se devido ao fato de poucas pesquisas terem sido produzidas problematizando o modo como a lógica de mercado afeta o serviço público e, de forma analítica, a própria Gestão de Pessoas levando em conta os aspectos discursivos que fazem com que ela seja disputada.

O cenário mencionado também acarretou significativas mudanças na FURG, instituição de ensino superior fundada em julho de 1953, na cidade de Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul. Convém salientar que a universidade em questão é atravessada pelas especificidades do município de Rio Grande, que é uma cidade portuária, e a FURG, de acordo com a definição de sua missão institucional,visa à melhoria da qualidade socioambiental. Nesse sentido, o curso de oceanografia é um exemplo disso, já que a FURG, de um lado, incentiva o desenvolvimento tecnológico a partir das engenharias e, de outro, busca promover conhecimentos que fomentem o desenvolvimento socioambiental. Cabe ressaltar que a FURG possui 66 cursos de graduação e 2024 servidores, entre técnicos administrativos e professores.

Determinado o lócus de realização pesquisa, isto é, a FURG, cabe destacar que esse trabalho tem como tema de pesquisa as políticas de Gestão de Pessoas, sendo seu objetivo problematizar as disputas em torno dessa temática. O REUNI torna-se variável importante, pois foi com a adesão da FURG ao referido programa que surgiu a área de Gestão de Pessoas na universidade. Assim, serão fundamentais para os objetivos desta pesquisa as referências da análise do poder de Michel Foucault (1988; 1993; 2007), visto que a lógica em torno das políticas de Gestão de Pessoas não é hegemônica e, para tanto, serão necessários pensar tais disputas. O que se tem percebido é que as práticas de Gestão de Pessoas no serviço público ora se alinham mais com a lógica de mercado ora com os interesses de atendimento ao cidadão.

2. O método:

Cabe aqui apresentar as estratégias metodológicas por nós utilizadas, de um ponto de vista metodológico, lançamos mão de pesquisa predominantemente qualitativa complementada com procedimento de coleta de dados quantitativo. A combinação de ambos se deveu à especificidade do campo estudado, visto que a pesquisadora proponente desde trabalho está inserida no campo de pesquisa como servidora, uma vez que ingressou na PROGEP como assistente social no ano de 2014. Após a definição do objeto, foi percebido que metodologicamente os servidores da PROGEP poderiam se

sentir mais à vontade em responder um questionário fechado, uma vez que levamos em conta que a proximidade da pesquisadora com os informantes (colegas de trabalho) poderia ser um facilitador ao mesmo tempo que um dificultador do processo de coleta de dados.

As estratégias qualitativas da pesquisa referem-se à realização de entrevistas semiestruturadas com a Pró-reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, com os gestores das três diretorias da PROGEP, sendo estas: A Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP), a Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas (DIDESP) e a Diretoria de Atenção à saúde (DAS). Além destas, também foi realizada entrevista com o Pró-reitor de Gestão de Pessoas que antecedeu a atual mandatária do cargo. No que se refere as estratégias qualitativas, para além das entrevistas realizadas com os gestores da PROGEP, também se lançou mão de observação participante durante todo processo.

O roteiro das entrevistas semiestruturadas continham questões abertas que buscavam saber o entendimento dos gestores sobre as categorias chaves para pensar o problema de pesquisa. Com base nas informações obtidas com aplicação das entrevistas aos gestores, o questionário aplicado ao restante dos servidores da PROGEP foi formulado, sendo que as respostas dos gestores foram transformadas em alternativas para que os respondentes do questionário pudessem assinalar. O questionário foi pensando de forma que algumas questões eram de múltipla escolha, onde o informante tinha a opção de assinalar mais de uma alternativa caso julgasse necessário. Em outras questões julgamos que seria mais apropriado que o objetivo fosse enumerar de acordo com a ordem de importância dada pelo respondente e no instrumento ainda era composto de questões desenvolvidas de acordo com escala Likert em cinco níveis. O questionário também contava com dois espaços para comentários qualitativos.

As informações obtidas com a aplicação do questionário foram tabuladas e analisadas com o auxílio do programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). Gerado o relatório com os resultados do referido programa, este foi analisado e comparado com as entrevistas realizadas com os gestores e com o referencial teórico a fim de compreender a perspectiva dos gestores e servidores da PROGEP quando os temas relacionados a gestão de pessoas.

O processo de coleta de dados se iniciou no mês de novembro, as entrevistas com os gestores foram realizadas num período de uma semana. Já a aplicação dos questionários, em decorrências de alguns servidores estarem em férias ocorreu durante

o mês de dezembro e início de janeiro. Foram entrevistados 05 gestores e aplicado questionário a 42 servidores do PROGEP.

2.1 A gestão de pessoas na perspectiva dos gestores e servidores:

Uma questão abordada nas entrevistas será discutida nesse item, sendo esta a implementação da área de gestão de pessoas no serviço público, nessa direção a Pró-reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas afirmou que na iniciativa privada o enfoque é o lucro, é o envolvimento para maior produtividade para obtenção de maior lucratividade.

Embora no serviço público não haja a questão do lucro descrita pela gestora, como na iniciativa privada, observou-se a partir do campo empírico descrito neste trabalho, que no serviço público há também a evolução de uma gestão autoritária, isto é, de "capitão do mato", para um gestor mais humano, como a própria informante entende ter acontecido na iniciativa privada. Assim, o que se tem percebido é que a estratégias de engajamento vem sendo utilizada no serviço público a partir de um enfoque que visa o comprometimento, mas não com a finalidade de obtenção de mais lucro, como acontece nas empresas privadas.

Acentua-se que essa questão de práticas que busquem que o trabalhador vista a camisa da empresa a partir de estratégias não mais baseadas em dispositivos disciplinares, mas sim dispositivos de controle, são utilizadas a fim de promover um controle subjetivo, tendo como objetivo a dispensa de um controle externo. Os dispositivos disciplinares, segundo Foucault (2007), visam a normalização de comportamentos a partir do exercício de vigilância, o objetivo, adestrar os indivíduos produzindo um determinado comportamento. No caso do capitalismo industrial, o poder disciplinar foi utilizado para produzir corpos dóceis e úteis ao sistema produtivo. Posteriormente, as sociedades disciplinares, com seus meios de confinamento (escola, fábrica, prisão, etc.) entram em crise, e como nos mostra, Deleuze (1992), acaba dando espaço para a emergência da sociedade de controle. O pensador nos mostra que, nesse contexto, o que se tem é um controle que se espraia por toda extensão na sociedade, substituindo os espaços de confinamento que eram característicos do poder disciplinar. Ainda segundo Deleuze (1992), dispositivos de controle se diferem dos dispositivos disciplinares à medida que nestes existe uma linguagem análoga nos diferentes espaços

de confinamento, enquanto que naqueles, o controle se manifesta de modo fluidificado e encontra-se em constante mutação.

Zarifian (2002) destaca que estratégias que buscam promover um maior engajamento subjetivo dos trabalhadores nas relações de trabalho constituem-se ao mesmo tempo por meio de dispositivos de controle e disciplinares, procurando outorgar certa autonomia ao trabalhador na gestão de suas tarefas. Nesse sentido:

> [...] não somente os sujeitos demandam iniciativas, mas as exercem. O que há de novo é que a sociedade de controle, num movimento paradoxal, por deslegitimar e fluidificar a disciplina taylorista, amplia e mistura os devires em que se engajam os sujeitos: O devir não mais se limita à empresa que os emprega, combinando-se, muito mais diretamente que antes, com uma pluralidade de devires, precisamente por os espaços (a família, a escola, a fábrica, o hospital etc.) deixam de ser fechados e, por conseguinte, os problemas que supostamente deveriam regras (ordenar) deixam de ser confinados e estreitamente delimitados (ZARIFIAN, 2002, p. 31).

Logo, a relativa autonomia, combinada ao fato da fluidez da sociedade de controle, por seus dispositivos, não perpassarem apenas os espaços fechados como na sociedade disciplinar, impele o trabalhador a desenvolver um autocontrole e se engaje subjetivamente nos objetos e metas da organização.

Contudo, um dos gestores destacou aquilo que, em sua opinião, faz com que o serviço público seja diferente:

> E é diferente mesmo primeiro porque a gente vem para ficar então não está no nosso horizonte a demissão. Todas as negociações do serviço público a demissão não está no nosso horizonte a gente pensa vamos perder as progressões vamos, trabalhar num lugar que eu não gostaria de trabalhar ou o sujeito vai me botar na geladeira vai me tirar os processos, eu vou trabalhar numa coisa que eu não gosto de fazer. Então, demissão não está no nosso horizonte e isso muda radicalmente as coisas. Porque isso é uma relação de domínio muito grande (Pró-reitora de gestão e Desenvolvimento de pessoas, 2018).

Cabe aqui destacar que, na iniciativa privada, não raras vezes, o próprio ato de incorporar os valores da empresa está relacionado ao fato da empresa precisar sobreviver na competição de mercado. Por isso, o trabalhador se vê impelido a empreender um esforço máximo para que seu emprego seja mantido. Todavia, há disputas em torno das práticas que buscam o engajamento dos empregados ao ideário da organização, e das concepções para as quais ela foi criada. As entrevistas realizadas com os gestores não revelaram um entendimento hegemônico sobre o que vem a ser a Gestão de Pessoas. A

esse respeito, em uma delas foi destacada uma concepção extremamente racional do termo, onde o entrevistado entende que a Gestão de Pessoas:

> Engloba toda essa coisa, uma pessoa trabalhar racionalmente, não ter retrabalho, trabalhando com pessoas felizes para chegar no resultado, bem organizado, bem dividido, então a gente tem um pouco de dificuldade porque as vezes tu vai num setor e olha uma pessoa que faz muito mais atividade que outra e até na divisão de trabalho e deveríamos ter uma melhor organização nesse sentido para podermos prestar esse serviço de forma que seja mais racional (Diretor de Gestão de Pessoas, 2018).

Ainda, o diretor de Gestão de Pessoas, quando questionado, observa algumas diferenças entre a Gestão de Pessoas no serviço público com a iniciativa privada,:

> [...] lá fora tem muita meta, porém eu acho que eles tem um foco maior no resultado que a gente não conseguiu chegar ainda, sei lá, buscar excelência em alguma coisa e a gente ainda não conseguiu e na iniciativa privada eles tem mais isso, talvez seja a capacitação de gestores que a gente precise até para poder multiplicar entre nós servidores (Diretor de Gestão de Pessoas, 2018).

Ou seja, ele observa como negativo o fato de haver diferenças entre serviço público e as empresas privadas. Ele percebe que o foco deveria estar em alcançar metas e atender resultados e que, inclusive, o papel da área de Gestão de Pessoas seria auxiliar nesse processo a partir de capacitação para os gestores. Percebe-se nessa fala uma concepção mais alinhada à lógica de mercado, isto é, a uma racionalidade utilitária.

Uma das questões iniciais do projeto de pesquisa era problematizar os dispositivos disciplinares e de controle no serviço público. Mesmo posteriormente à reformulação desta problemática, se entendeu como interessante para problematizar as disputas em torno das práticas de Gestão Pessoas na FURG, trabalhar questões como o comprimento da carga horária de trabalho e a implementação do ponto eletrônico nas universidades dispostas na Instrução Normativa Nº 2 de 12 de Dezembro de 2018**.** Nesse sentido, foram desenvolvidas alternativas para o questionário com as seguintes afirmações: “percebo que tenho flexibilidade quanto aos horários de início e fim da minha jornada de trabalho”; “sou rigoroso quanto aos horários de início e final de expediente”; “me sinto pressionado pelo meu gestor a cumprir os horários de início e fim de expediente”; e “me sinto pressionado pelos meus colegas a cumprir os horários de início e fim de meu horário de trabalho”. Essas alternativas foram trabalhadas na forma da escala Likert em cinco níveis, de “concordo totalmente” à “discordo totalmente”. Sobre a afirmação com respeito à flexibilidade dos horários de início e final

de expediente, a maior parte das pessoas ou concordam totalmente, com 19 servidores (45,4%), ou concordam em parte, com 12 servidores (28,6%).

Sobre a afirmação "Sou rigoroso quanto ao cumprimento do horário de trabalho", 16 servidores, ou 38,1%, responderam concordar totalmente, e o mesmo número e percentual respondeu que concorda em parte.

Sobre a questão quanto a pressão por parte do gestor ao cumprimento do horário de trabalho, destaca-se que o maior número de servidores respondeu ou que discordam totalmente, com 15 servidores, ou seja, 35,7%, ou que discordam em parte, com nove servidores, ou 21,4 %; o mesmo número de servidores respondeu não concorda nem discorda.

Após as questões analisadas, se percebeu que a maior parte dos servidores não se sente pressionado em cumprir rigorosamente os horários de início e final de expediente, seja pelo gestor ou pelos colegas. No entanto, a maior parte dos servidores da PROGEP é rigoroso quanto ao cumprimento do horário de trabalho, o que aponta, se não um controle exterior, para um certo senso de autocontrole sobre a gestão do tempo de trabalho. Questão percebida por 32 servidores, ou 76,2%, quando assinalam que concordam totalmente com essa afirmação ou concordam em parte.

Outro ponto destacado tanto nas entrevistas com os gestores quanto no levantamento com os servidores que atuam na PROGEP, foi a questão da separação entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho. A esse respeito, houve falas em vários sentidos: primeiro, um gestor que diz "evitar ao máximo" tratar de assuntos relacionados ao trabalho durante seu tempo em casa. No entanto, admite que "é difícil se desligar e o pensamento fica" (Diretora de Desenvolvimento de Pessoas, 2018). Salienta-se que uma questão considerada de relevância é a utilização de ferramentas como o WhatsApp no trabalho. Nas entrevistas, foi perguntado ao informante se ele costumava tratar de assuntos de trabalho via o aplicativo citado e logo foi destacado:

Outro gestor reafirma a questão do grupo do FORGEPE:

> Nós que fazemos parte da gestão estamos sempre fazendo isso porque estamos sempre trocando ideia pelo WhatsApp e, tem aquele grupo do FORGEP que ai eu passo o dia todo sem ver pra não me desfocar das coisas que eu estou fazendo, mas quando eu chego em casa, depois que eu tomo banho e me sento ou me deito eu acabo dando uma geral, as vezes tem 200 mensagens e dou uma geral pra ver se não tem algum assunto importante, então eu gasto bastante tempo [...] (Diretor de Gestão de Pessoas, 2018).

Embora algumas falas atrelem o compromisso de trabalhar em casa à gestão, as respostas dos questionários aplicados aos servidores, na maioria TAEs, sinalizam para o fato de que não apenas os gestores não conseguem se desligar do trabalho em casa. A esse respeito, 26 servidores assinalaram ou que concordam totalmente ou que concordam em parte com a afirmação "me preocupo com as minhas atividades de trabalho pendentes durante meu tempo em casa", sendo que 11 respondentes, ou 26,2%, concordam totalmente, e 15 concordam em parte, o que corresponde a 35,7%.

Ainda sobre esse tema, foi elaborada uma questão que buscava saber se durante seu tempo em casa os servidores costumam tratar coisas de trabalho e por qual meio. As opções podiam ser cumulativas e eram; ligação telefônica, E-mail, WhatsApp, SMS e Redes sociais. As respostas foram que 11 servidores (26,2%) tratam de assuntos relacionados ao trabalho por ligação telefônica; 20 servidores (47,6%) via e-mail, mas o número mais expressivo de referências foi o aplicativo WhatsApp, onde 32 servidores (76,2%) utilizam este meio de comunicação.

4. Considerações finais

Sobre a Gestão de Pessoas, se percebeu que assim como a construção do REUNI, que se pauta ora na promoção ao acesso à universidade e ora se alinha com uma lógica empresarial, a Gestão de Pessoas está em constante disputa. Esse argumento se confirmou nas entrevistas com os gestores, onde podemos observar discursos mais alinhados com a lógica de mercado, e outros mais afirmam a importância da dimensão pública de atendimento ao cidadão. Destaca-se, ainda, que em momentos se observou um pouco de cada umas dessas perspectivas na fala de um mesmo gestor. Nas perspectivas dos servidores, se observou prioritariamente a lógica de atendimento ao cidadão. No entanto, também se notou que dispositivos típicos de uma sociedade de controle, que buscam o engajamento do trabalhador junto aos ideais da empresa, também se fazem presente no caso aqui estudo.

Para além de tudo isso, também se observou características do engajamento subjetivo, como entendido por Zarifian, uma vez que os trabalhadores têm mais liberdade em seu processo de trabalho, ficando a cargos deles decidirem se irão realizar trabalho em casa ou deixar que se acumule no horário de trabalho. Logo, notou-se que na PROGEP, o objetivo de engajar os servidores nos processos organizacionais volta-se para o ponto de que os mesmos assumem para si a responsabilidade da cobrança.

Por fim, se constatou que a disputa em torno da gestão de pessoas é constante e faz com que dispositivos utilizados na iniciativa privada sejam incorporados no serviço público, afetando o cotidiano de trabalho da instituição. Mas, como exposto, essa questão não é hegemônica, uma vez que, em certos momentos, percebe-se a tentativa de afirmar a lógica de atendimento ao cidadão e, em outros, se pretende atender da forma mais eficiente possível o cliente.

5. Referências

BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, È, **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo, Martins Fontes, 2009.

DELEUZE, Gilles. (1992), **"Post-scriptum sobre as sociedades de controle." In: _____. Conversações.** São Paulo, Editora 34, pp. 219-226. EHEREMBERG, Alain. (1991), Le culte de la performance. Paris, Hachette Littératures.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro, RJ: Editora da fundação Getúlio Vargas, 1981.

ZARIFIAN, P. Engajamento subjetivo, disciplina e controle. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, pp. 23-31, novembro, 2002.

ACIDENTES DE TRABALHO COM TERCEIRIZADOS NAS PARADAS PARA MANUTENÇÕES PROGRAMADAS DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Luis Geraldo Gomes da Silva[1]
João Manoel Losada Moreira[2]

1. Introdução

As empresas do setor de energia e outras indústrias reportam sobre acidentes de trabalho em suas instalações nos seus Relatórios de Sustentabilidade (RS), abertos ao público e outros meios oficiais na forma de bancos de dados. O Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho (AEAT) (Brasil, 2018) é o único banco de dados oficial que traz dados sobre acidentes de trabalho ocorridos na etapa de geração de energia elétrica do Brasil. Suas informações são divididas entre acidentes de trabalho fatais e acidentes de trabalho não fatais. O grupo de acidentes de trabalho não fatais é subdivido em acidentes que necessitaram de assistência médica, acidentes com afastamento com menos de 15 dias, acidentes com afastamento com mais de 15 dias e acidentes que resultaram em incapacidade permanente do trabalhador.

Estas informações não são suficientes para se criar ações que contribuam para a supressão dos acidentes de trabalho na etapa de geração da cadeia produtiva de energia elétrica (Silva; Moreira, 2019). Por exemplo, o AEAT traz que na geração de energia elétrica no Brasil nos anos 2015, 2016 e 2017 respectivamente ocorreram oito, cinco e seis acidentes de trabalho fatais contra 900, 804 e 730 não fatais (Brasil, 2018). Contudo, não há menção sobre a composição da força de trabalho nas usinas de geração de energia elétrica, composta por trabalhadores próprios e terceirizados. Trabalhadores próprios são aqueles diretamente contratados pelas companhias e trabalhadores terceirizados são aqueles contratados por empresas fornecedoras de serviços (Silva, 2017). Esta informação é importante porque há uma grande diferença de taxas de ocorrência de acidentes entre estas duas categorias de trabalhadores (Silva, 2016, 2013).

A norma NBR14280 também adverte as empresas líderes que empregam mão de obra terceirizada para que registrem as horas de exposição ao risco de empregados destas

[1]Doutor em Energia. Universidade Federal do ABC. luis.geraldo@ufabc.edu.br
[2]Professor-Doutor, em Energia Nuclear. Universidade Federal do ABC. joao.moreira@ufabc.edu.br

empresas em suas estatísticas visando estimular que as empresas terceirizadas melhorem suas estatísticas de acidentes de trabalho (ABNT, 2001).

Em 2017 a Eletrobras Eletronuclear afirma ter 1.780 trabalhadores próprios (Eletronuclear, 2018). Em relação aos terceirizados a empresa assume que, estes trabalhadores são contratados, nos períodos programados de manutenções, não ficando explícita a quantidade desta categoria de trabalhadores fora das chamadas "paradas para reabastecimento de combustível". Nestes períodos de manutenções programadas, em média são realizadas cerca de 3.500 atividades planejadas para o tempo de aproximadamente 30 dias. São realizadas inspeções, manutenções periódicas, modificações de projeto etc. Para estes trabalhos programados empresas como AREVA, ABB, Siemens e TECNATOM disponibilizam em torno de 1.300 trabalhadores (cerca de 200 estrangeiros) para atuarem juntos com os técnicos da Eletronuclear (Eletronuclear, 2018).

A Eletronuclear analisa os acidentes de trabalho ocorridos em sua sede e ou em suas instalações industriais. Sua sede fica na cidade do Rio de Janeiro e um escritório de representação em Brasília. Atualmente suas instalações industriais estão localizadas na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA) e são formadas por duas usinas em atividade (Angra I e Angra II), depósitos de resíduos, escritórios, centros de informações e vila industrial que ficam no município de Angra dos Reis (Eletronuclear, 2018). Atualmente os acidentes de trabalho ocorridos na construção de Angra III não são registrados nos RS da Eletronuclear.

Em procedimento corporativo a Eletronuclear (2016) traz a referência mínima para o enquadramento dos serviços a serem contratados e tipo de plano de segurança do trabalho e saúde ocupacional (Eletronuclear, 2016). Segundo este requisito as empresas contratadas para este trabalho devem sujeitar as prestações de serviços de trabalhadores nacionais e/ou estrangeiros às leis brasileiras de segurança do trabalho. Os terceirizados para o trabalho nas instalações da CNAAA devem estar aptos a trabalhos envolvendo exposição a riscos. Intervenção em instalações elétricas; trabalho em espaço confinado e altura; movimentação de cargas especiais; exposição a radiação ionizante; operação de máquinas industriais (Eletronuclear, 2016).

Como regra todos os terceirizados são informados dos riscos que possam ser originados nos locais de trabalho, assim como as medidas de controle adotadas pela Eletronuclear. A empresa declara que mesmo para os terceirizados em equipes com

trabalho de curta duração, os treinamentos específicos para a segurança de seus trabalhos são realizados obrigatoriamente (Eletronuclear, 2016).

Este artigo tem como objetivo realizar uma avaliação dos acidentes de trabalho ocorridos com trabalhadores terceirizados em empresas de geração de energia elétrica com foco em: a) comparar os indicadores de dados sobre acidentes de trabalho entre trabalhadores próprios e terceirizados; b) verificar se há variações dos indicadores de dados em períodos de paradas para manutenções programadas.

2. Metodologia e dados

As empresas comumente reportam os acidentes de trabalho ocorridos em suas instalações através de indicadores de dados, que incluem acidentes de trabalho fatais e/ou não fatais, taxas de frequência (TF) e taxas de gravidade (TG) entre seus trabalhadores próprios e terceirizados.

Nesta pesquisa utilizam-se as noções conceituais aplicadas para indicadores de acidentes de trabalho no Brasil do "Cadastro de acidente do trabalho: procedimento e classificação", da Associação Brasileira de Normas Técnicas sob o código NBR14280: 2001. Esta NBR14280 fixa os critérios para o registro, comunicação, estatística, investigação e análise de acidentes de trabalho. A NBR14280 traz as definições legais utilizadas no país conforme mostra o Quadro 1.

Quadro 1: Definições legais de algumas variáveis ou indicadores utilizados para registro e análise de acidentes de trabalho segundo a norma NBR14280

Variáveis e indicadores considerados
HHER – Horas-homem de exposição ao risco de acidente de trabalho: somatório das horas durante as quais os empregados ficam à disposição do empregador em determinado período.
Tempo computado: tempo contado em dias perdidos pelos acidentados com incapacidade temporária total mais os dias debitados pelos acidentados vítimas de morte ou incapacidade permanente (total ou parcial). Dias perdidos: dias corridos de afastamento; Dias debitados: dias que se debitam por incapacidade permanente ou morte
TF – Taxa de frequência de acidente de trabalho: número de acidentes por milhão de horas-homem de exposição ao risco em determinado período.
TG – Taxa de gravidade de acidente de trabalho: tempo computado por milhão de horas-homem de exposição ao risco em determinado período.

A TF é dada por

$$TF = \frac{N}{HHER} 1.000.000 \qquad (1)$$

Onde N é o número de acidente de trabalho e HHER é definido no Quadro 1.

A TG de acidentes de trabalho é dada por

$$TG = \frac{tempo\ computado}{HHER} 1.000.000 \qquad (2)$$

Onde o tempo computado é definido no Quadro 1. A NBR14280 orienta em caso de haver impedimento para se determinar o total de horas realmente trabalhadas que estas sejam estimadas multiplicando-se o total de dias de trabalho pela média do número de horas trabalhadas por dia (ABNT, 2001).

A NBR14280 também adverte as empresas líderes que empregam mão de obra terceirizada para que registrem as horas de exposição ao risco de empregados destas empresas em suas estatísticas.

O procedimento de avaliação teve os seguintes passos: a) Selecionou-se na Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 11 entre maiores empresas de geração de energia elétrica em operação no Brasil (ANEEL, 2019); b) Buscaram-se em seus sites oficiais e RS os indicadores sobre acidentes de trabalho discutidos acima e informações das paradas para manutenções programadas; c) Consideram-se dados de trabalhadores próprios e terceirizados; d) Realizou-se uma avaliação sobre os registros de acidentes de trabalho apresentados por estas empresas geradoras de eletricidade.

Os dados foram obtidos do site da ANEEL, dos RS das empresas selecionadas como também dos seus sites. As empresas selecionadas foram Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), Companhia Paranaense de Energia (Copel), Eletrobras Eletronorte (Eletronorte), ENGIE Brasil Energia (Engie), Furnas Centrais Elétricas (Furnas), Itaipu Binacional (Itaipu), Norte Energia, Rio Paraná Energia e Petróleo Brasileiro (Petrobras).

Algumas empresas apresentam poucos dados enquanto outras apresentam mais informações como, por exemplo: a avaliação ocorre em duas etapas – primeiro é

realizada uma avaliação preliminar envolvendo todas as empresas e a seguir é realizada uma avaliação mais detalhada envolvendo aquelas que apresentam mais informações.

3. Resultados e discussões

Das 11 empresas pesquisadas somente a Eletronuclear forneceu dados sobre as contratações de trabalhadores terceirizados nos períodos de parada para reabastecimento de combustível. Por exemplo, Angra I: desligamento em 18/08/2017 e religamento 17/10/2017, contrataram-se 1.278 trabalhadores terceirizados brasileiros e 99 trabalhadores terceirizados estrangeiros; Angra II: desligamento: 22/04/2019 e religamento 23/05/2019, 1.146 terceirizados brasileiros e 250 terceirizados estrangeiros. Na Eletronuclear nos períodos de parada para manutenções programadas, em média são realizadas cerca de 3.500 trabalhos para o tempo de aproximadamente 30 dias. Embora a Eletronuclear ratifique a contratação de terceirizados nos períodos de parada para manutenções programadas, a empresa nunca traz nenhum dado sobre a ocorrência de acidente de trabalho nestes períodos.

Os dados disponíveis sobre as empresas Cemig, Chesf, Copel, Eletronorte, Engie, Furnas, Itaipu, Norte Energia, Rio Paraná Energia e Petrobras não são uniformes. As duas etapas de avaliação são apresentadas a seguir.

3.1. Avaliação preliminar

O Quadro 2 apresenta uma avaliação preliminar de dados sobre acidentes de trabalho reportados nos RS ou no site das empresas. Foram encontradas 8 empresas que publicaram os indicadores de dados sobre acidentes de trabalho em seus RS do ano-base 2017. As informações sobre os acidentes de trabalho da Cemig e Copel são referentes ao total de trabalhadores próprios do grupo (geração, transmissão e distribuição de energia elétrica). Já Eletronorte, Furnas e Itaipu apresentam dados da geração de energia elétrica, mas são dados referentes apenas sobre seus trabalhadores próprios. As empresas Chesf, Eletronuclear e Engie são as únicas que apresentam dados específicos sobre seus trabalhadores próprios e terceirizados na etapa de geração. Estas empresas são as selecionadas para a análise detalhada subsequente.

Quadro 2: Avaliação preliminar das empresas de geração de eletricidade. “Sim” e “Não” significam se tais dados estão disponíveis nos relatórios de sustentabilidade ou no site das empresas

Empresa	Potência instalada (GW)	Acidentes de trabalho no site ou no RS de 2017	Acidentes fatais e não fatais entre trabalhadores próprios	Acidentes fatais e não fatais entre trabalhadores terceirizados	Acidentes fatais e não fatais entre trabalhadores terceirizados na etapa de geração
Cemig	8,5	Sim	Sim	Sim	Não
Chesf	10,3	Sim	Sim	Sim	Sim
Copel	5,4	Sim	Sim	Sim	Sim
Eletronorte	8,8	Sim	Sim	Não	Não
Engie	6,2	Sim	Sim	Sim	Sim
Furnas	9,4	Sim	Sim	Não	Não
Norte Energia	8,7	Não	Não	Não	Não
Petróleo Brasileiro	6,3	Não	Não	Não	Não
Rio Paraná Energia	5,9	Não	Não	Não	Não
Itaipu	7,0	Sim	Sim	Não	Não
Eletronuclear	2,0	Sim	Sim	Sim	Sim

O Quadro 3 apresenta no ano de 2017 os empreendimentos em operação das três empresas selecionadas e números de trabalhadores próprios e terceirizados da Chesf e Engie e Eletronuclear. A Eletronuclear que opera duas usinas nucleares tem um padrão distinto de contratação de trabalhadores terceirizados. Isto se dá pela característica destas usinas que param para a troca e carga de novos combustíveis periodicamente.

O Quadro 4 traz o período da parada, a usina, os principais trabalhos programados ou realizados e os trabalhadores brasileiros e estrangeiros contratados à parada programada. Informações sobre as paradas para manutenções programadas foram encontradas exclusivamente para a Eletronuclear.

Quadro 3: Empreendimentos em operação da Chesf, Eletronuclear e Engie em 2017 e número de trabalhadores próprios e terceirizados

Empresas	Empreendimentos	Trabalhadores
Chesf	UHE (12) 10.262,3 MW; UEE (2) 61,1 MW; UFV (1) 5,1 MW; LT (20.531,9 km); SE (119)	4.122 próprios 2.358 terceirizados
Eletronuclear	ANGRA 1 E ANGRA 2 1.990 MW	1.780 próprios *
Engie	UHE (11) 8.102,3 MW; UTE (4) 1.047,0 MW; UEE (9) 214,7 MW; Biomassa (3) 141,5 MW; PCH (2) 50,3 MW; UFV (2) 33,0 MW	1.048 próprios 2.456 terceirizados

Fonte: adaptado de Chesf (2018); Eletronuclear (2018); Engie (2018)

Quadro 4: Eletronuclear paradas para manutenções programadas

Período	Usina e principais trabalhos	Trabalhadores terceirizados
Desligamento: 19/08/17 Religamento: 17/10/17	Angra 1. Reabastecimento de combustível troca de transformadores, reparos em turbinas de alta pressão, revisão em selos mecânicos, modernização do sistema de monitoração de radiação do edifício da contenção da usina etc.	1.278 brasileiros 99 estrangeiros
Desligamento: 22/04/2019 Religamento: 23/05/2019	Angra 2. Carregamento do reator, inspeção do núcleo e tampa do vaso de pressão do reator, substituição de motores elétricos, ultrassom em soldas do sistema primário, teste de corrente parasita etc.	1.146 brasileiros 250 estrangeiros

Fonte: adaptado de Eletronuclear (2019)

Conforme apresentado na seção 3.1 foram selecionadas 11 empresas entre as de maior taxa de geração de energia elétrica em operação no Brasil. Somente três empresas publicam dados de forma aberta sobre acidentes de trabalho entre seus trabalhadores próprios e terceirizados. As 8 outras empresas ignoraram normativas legais e não apresentam dados sobre seus trabalhadores terceirizados em seus relatórios de sustentabilidade.

Esta falta de transparência impede a eficácia das políticas públicas para preservar as vidas destes trabalhadores (Coutinho, 2015). Também impossibilita o Estado e a sociedade atuarem para melhorar os padrões trabalhistas das empresas terceirizadas e fazê-las ter uma qualidade trabalho mais próxima à das empresas líderes.

3.2. Avaliação detalhada

As empresas Chesf, Eletronuclear e Engie são as que apresentam dados sobre seus trabalhadores próprios e terceirizados e outras informações de forma mais organizada em seus RS e sites. Para o ano de 2017 nos RS dessas 3 empresas encontraram-se dados sobre os acidentes de trabalho fatais e não fatais, as taxas de frequência e gravidade. Para os anos de 2016 e 2017 encontraram-se as Horas-Homem de Exposição ao Risco (HHER). O Quadro 5 compara estes dados para as 3 empresas e as explicações de cada uma das variáveis encontram-se no Quadro 1.

Quadro 5: Comparação entre indicadores de acidentes de trabalho para as empresas Chesf, Eletronuclear e Engie

Indicadores	Empresas	2017		2016	
		Próprios	Terceirizados	Próprios	Terceirizados
Número de acidentes de trabalho não fatais	Chesf Eletronuclear Engie	- 25 8	- - 31	- 9 5	- 15 22
Horas-Homem de Exposição ao Risco (HHER)	Chesf Eletronuclear Engie	- - 1.910.390	- - 6.311.671	- - 2.024.902	- - 3.247.650
Taxa de frequência (TF)	Chesf Eletronuclear Engie	1,47 - 1,05	3,48 - -	2,33 0,97 0,49	2,21 2,37 -
Número de acidentes de trabalho fatais	Chesf Eletronuclear Engie	0 0 0	0 0 1	0 0 0	0 0 1
Taxa de gravidade (TG)	Chesf Eletronuclear Engie	9,00 - 0,004	20,00 - -	138,00 - 0,002	21,00 - -

Fonte: adaptado de Chesf (2018); Eletronuclear (2018); Engie (2018)

3.2.1. Avaliação sobre acidentes de trabalho não fatais

Em relação aos acidentes de trabalho não fatais, a Chesf não apresenta nenhuma notificação. A Eletronuclear não apresenta dados entre trabalhadores terceirizados em 2017. Em 2016 os acidentes não fatais representam 62,5% (15) entre os terceirizados e 37,5% (9) entre os próprios. Na Engie em 2017 foram 79,5% (31) entre os terceirizados e 20,5% (8) entre os próprios. Em 2016 foram 81,5% (22) entre terceirizados e 18,5% (5) entre os próprios.

Constata-se que a maioria das empresas geradoras de energia elétrica não cumpre a legislação trabalhista de reportagem de acidentes das empresas terceirizadas; apenas 3 das 11 empresas apresentaram em seus relatórios estatísticas de acidentes em empresas terceirizadas.

3.2.2. As Horas-Homem de Exposição ao Risco (HHER)

A Chesf e Eletronuclear não oferecem dados sobre as horas homem de exposição a risco de acidente de trabalho. A Engie traz que a HHER desceu em 2017 (1.910.390) em relação a 2016 (2.024.902) entre os trabalhadores próprios. Entre os terceirizados houve um aumento em 2017 (6.311.671) em relação a 2016 (3.247.650).

Os resultados de HHER da empresa Engie evidenciam que o número de horas de trabalho em situações de risco das empresas terceirizadas foi 3 vezes mais que da empresa líder.

3.4.3. Taxas de frequência dos acidentes de trabalho

Em relação às TF definida como o número de acidentes por 1 milhão de horas de exposição ao risco no trabalho, a Engie não apresenta dados sobre os trabalhadores terceirizados. Entre os próprios a taxa aumentou em 2017 (1,05) em relação ao valor de 2016 (0,49). A Eletronuclear não apresentou as taxas em 2017. Em 2016 a taxa de 2,37 entre os terceirizados foi maior que 0,97 entre os próprios. Na Chesf as taxas de 2016 foram aproximadamente iguais entre próprios (2,33) e terceirizados (2,21). Em 2017 a taxa entre os próprios desceu para 1,47 e dos terceirizados subiu para 3,48.

Nota-se que TF para os trabalhadores terceirizados é normalmente superior entre 1,7 e 4,4 vezes os valores para os trabalhadores próprios. A Eletronuclear apresentou a menor relação.

3.2.4. Os acidentes de trabalho fatais

Em relação aos acidentes de trabalho fatais em 2016 e 2017 a Chesf e Eletronuclear não reportaram acidentes fatais em suas empresas. Na Engie em cada ano foi notificado um acidente fatal com trabalhadores terceirizados. Tais eventos ocorreram em 2016 nas obras da usina eólica Santa Mônica (Engie, 2017) e em 2017 em uma das usinas da companhia (Engie, 2018). As fatalidades reportadas ocorreram em empresas terceirizadas.

3.2.5. As taxas de gravidade dos acidentes de trabalho

A TG representa o número de dias de trabalho perdidos por trabalhadores devido alguma incapacidade temporária o permanente causada por acidentes de trabalho por 1 milhão de horas de exposição ao risco. Em relação às taxas de gravidade a Eletronuclear não apresenta dados. A Engie traz só as taxas entre os trabalhadores próprios que em 2017 (0,004) foi maior que em 2016 (0,002). Na Chesf em 2016 a taxa de 139,00 entre os próprios foi a maior entre os dois grupos nos dois anos e em 2017 abaixou para 9,00. Entre os terceirizados as taxas se mantiveram próximas 20,00 em 2017 e 21,00 em 2016.

A TG alta de 139,00 em 2016 representa uma situação de severidade e ineficiência muito elevada devido ao elevado número de dias perdidos, afastamentos, incapacidade temporária, e incapacidade permanente. No RS 2017 a empresa declara ter tomado diversas medidas de controle, investido: em treinamento de segurança, proteção de equipamentos, revisão de procedimentos e criação do projeto de segurança nas

manutenções de subestações elétricas (Chesf, 2018). A queda de 2016 para 2017 foi de 95%.

Apesar da grande variação da TG entre anos subsequentes (2016 e 2017) não é possível explicar estes resultados a menos que as empresas detalhem suas ações práticas em relação à segurança do trabalho. Somente com os detalhes organizados podem-se identificar quais das ações aumentaram o nível de cultura da segurança do trabalho nas empresas analisadas (Silva, 2017). Por exemplo, é difícil explicar as diferenças de TG entre Engie e Chesf em 2016, uma diferença de 69.000 vezes.

3.2.6. Verificação dos indicadores de dados nas paradas programadas

Chesf e Engie não fazem referências às práticas de paradas para manutenções programadas. A Eletronuclear anualmente avisa publicamente o período de parada para manutenções programada e informa o contingente de trabalhadores terceirizados contratados para este trabalho específico. Contudo, a Eletronuclear não fornece indicadores de dados sobre acidentes de trabalho nestas intervenções.

Há uma escassez de dados sobre acidentes de trabalho (Silva; Moreira, 2018). Segundo a Eletronuclear em 2018, a taxa de frequência de acidentes com afastamento por milhão de horas-homem de exposição ao risco foi 3,61. Frequência 3,5 vezes superior à taxa registrada em 2017 (1,03). Em 2017 ocorreram 25 acidentes entre os trabalhadores próprios, em 2016 nove entre os próprios e 15 entre os terceirizados. Verifica-se uma tendência de crescimento da terceirização no Brasil e da concomitante transferência de atividades de risco de acidentes de trabalho para os terceirizados (Silva; Moreira, 2014).

4. Considerações finais

Esta pesquisa avaliou comparativamente os indicadores de dados sobre acidentes de trabalho ocorridos com trabalhadores próprios e trabalhadores terceirizados da etapa de geração de energia elétrica do Brasil, em períodos de rotinas e nas paradas de manutenções programadas.

Os resultados apresentados neste trabalho evidenciam que etapa de geração de energia os trabalhadores terceirizados encontram-se mais vulneráveis aos acidentes de trabalho fatais e não fatais. Nas duas empresas que apresentam resultados de acidentes entre trabalhadores próprios e terceirizados a maior taxa de ocorrência acontece entre os

terceirizados. As duas fatalidades ocorridas em acidentes de trabalho também ocorreram em empresas terceirizadas.

Verifica-se também uma tendência de crescimento da terceirização no país, e da concomitante transferência de atividades de risco de acidentes de trabalho para estas empresas. Isto fica evidente no caso da empresa Engie em 2017 quando o número de horas de trabalho em situação de risco de acidentes de trabalho (HHER) cresceu três vezes mais entre os terceirizados em relação aos trabalhadores próprios.

Medidas específicas devem ser tomadas para a supressão destes acidentes entre trabalhadores terceirizados já que o processo de terceirização parece ser inexorável. Torna-se assim urgente que o Estado brasileiro atue de forma eficaz em defesa da vida destes trabalhadores através de exigências efetivas de cumprimento das regulamentações trabalhistas. As empresas líderes devem atuar de forma ativa para com este objetivo selecionando empresas terceirizadas com melhores políticas trabalhistas e também exigir delas o cumprimento da legislação trabalhista.

A Eletronuclear entre as empresas avaliadas apresentou os melhores indicadores embora com algumas lacunas. Esta pesquisa recomenda que empresas publiquem anualmente relatórios específicos sobre acidentes de trabalho com indicadores de dados completos que abranjam uma estrutura mínima de informações completas sobre as relações técnicas, médicas e sociais envolvidas em um acidente de trabalho. Os dados publicados devem permitir o rastreamento das causas raiz dos acidentes de trabalho na indústria de energia elétrica. Os relatórios específicos sobre acidentes de trabalho das empresas devem ser estudados cientificamente em organismos como o Observatório de acidentes de trabalho fatais da cadeia de energia elétrica do Brasil em fase de implantação na Universidade Federal do ABC.

5. Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). **Geração**. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/agentegeracao/graficodezmaiorespotencia.asp>. Acesso: 15 de maio de 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **Cadastro de acidentes do trabalho**: procedimento e classificação (NBR14280: 2001). Rio de Janeiro: ABNT, 2001.

BRASIL. Ministério da Fazenda (MF). **Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho**: AEAT 2017. Brasília: MF, 2018.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS (Cemig). **Relatório de Sustentabilidade 2017**. Belo Horizonte: Cemig, 2018.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (Chesf). **Relatório de Sustentabilidade 2017**. Recife: Chesf, 2018.

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA (Copel). **Relatório de Sustentabilidade 2017**. Curitiba: Copel, 2018.

COUTINHO, G. F. **Terceirização**: a máquina de moer gente trabalhadora. São Paulo, LTr. 2015.

ELETROBRAS ELETRONORTE. **Relatório de Sustentabilidade 2017**. Brasília: Eletronorte, 2018.

ELETROBRAS ELETRONORTE. Angra 2 volta a gerar energia para o sistema interligado (Eletronuclear informações). Disponível em: <http://www.eletronuclear.gov.br/Imprensa-e-Midias/Paginas/Angra-2-volta-a-gerar-energia-para-o-sistema-interligado.aspx>. Acesso: 08 de junho de 2019.

ELETROBRAS ELETRONUCLEAR. Reabastecimento de Angra 2 começa na segunda-feira (Eletronuclear informações). Disponível em: <http://www.eletronuclear.gov.br/Imprensa-e-Midias/Paginas/Reabastecimento-de-Angra-2-come%C3%A7a-na-segunda-feira.aspx>. Acesso: 18 de maio de 2019.

ELETROBRAS ELETRONUCLEAR. **Relatório de Sustentabilidade 2017**. Rio de Janeiro: Eletronuclear, 2018.

ELETROBRAS ELETRONUCLEAR. **Procedimento Corporativo PC-AG-SS-001**. Rio de Janeiro: Eletronuclear, 2016. Disponível em: <http://www.eletronuclear.gov.br/documentts/politicas-empresariais/pc-ag-ss-001-r1.pdf>. Acesso: 15 de maio de 2019.

ENGIE BRASIL ENERGIA (Engie). **Relatório de Sustentabilidade 2017**. Florianópolis: Engie, 2018.

ENGIE BRASIL ENERGIA (Engie). **Relatório de Sustentabilidade 2016**. Florianópolis: Engie, 2017.

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS (Furnas). **Relatório de Sustentabilidade 2017**. Rio de Janeiro: Furnas, 2018.

ITAIPU Binacional. **Relatório de Sustentabilidade 2017**. Curitiba: Itaipu, 2018.

SILVA, L. G. G. **Contribuição para a supressão dos acidentes de trabalho fatais nas etapas de cadeia produtiva de energia elétrica**. 2017. 221f. Tese (Doutorado em Energia). Universidade Federal do ABC. Santo André. 2017.

SILVA, L. G. G. Acidentes de trabalho fatais na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica (Brasil). X Seminário do Trabalho. **Anais do X Seminário do Trabalh**o. Marília/SP. 2016.

SILVA, L. G. G. Os acidentes fatais entre os trabalhadores contratados e subcontratados do setor elétrico brasileiro. **Revista Estudos do Trabalho**, VI (12), 2013 [Revista da RET]. Disponível: <http://www.estudosdotrabalho.org/RRET12_2.pdf>. Acesso: 04/11/2019.

SILVA, L. G. G; MOREIRA, J. M. L. Causas possíveis de acidentes de trabalho fatais de origem elétrica. XXXIX Encontro Nacional de Engenharia de Produção (enegep – 2019). **Anais do XXXIX enegep**. Santos/SP. 2019.

SILVA, L. G. G; MOREIRA, J. M. L. Observatório de acidentes de trabalho fatais da cadeia de energia elétrica do Brasil. XI Congresso Brasileiro de Planejamento Energético – XI CBPE. **Anais do XI CBPE**. Cuiabá/MT. 2018.

SILVA, L. G. G; MOREIRA, J. M. L. Avaliação das estatísticas sobre acidentes de trabalho no setor energético brasileiro (período 2005-2012). IX Congresso Brasileiro de Planejamento Energético – IX CBPE. **Anais do IX CBPE**. Florianópolis/SC. 2014.

RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS EM CONCURSO PARA PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

Sandra Mara Silva de Leon[1]
Geise Loreto Laus Viega[2]

1. Considerações Iniciais

A Convenção sobre a Eliminação de todas das formas de Discriminação Racial da ONU, ratificada no Brasil, define no seu Artigo I, a discriminação racial como:

> [...] qualquer distinção, exclusão restrição ou preferência baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tem por objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício num mesmo plano (em igualdade de condição), de direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio de vida pública. (BRASIL, 1969)

Para se adequar a Lei 12.990/2014 que prevê a reserva aos negros, de 20% das vagas disponibilizadas nos concursos públicos, as instituições públicas passaram a incorporar nos editais dos concursos públicos regras que estabelecem o cumprimento da legislação. No entanto, um longo caminho em busca de conhecimento e troca de informações foi percorrido até que cada instituição ao realizar as adequações necessárias possa ofertar suas vagas nos concursos públicos, em editais que contemplem a legislação e permitam o acesso no serviço público aos candidatos que cumpram todas as regras estabelecidas.

A Ação Declaratória de Constitucionalidade 041/2017 declarou constitucional a Lei 12.990/2014, o que tranquilizou os mais exaltados opositores da chamada Lei das Cotas Raciais.

Nessa senda, para preencher as lacunas na legislação, surge a necessidade de que as instituições que precisam realizar concursos públicos para selecionar seus servidores dediquem-se ao estudo das possibilidades existentes para que possam selecionar os candidatos e cumprir a legislação. Dentre leis, instruções normativas, medidas provisórias, diversas orientações e recomendações dos órgãos de controle e, no caso das

[1] Doutora em Direito pela Universidade de León – UNILEON – Espanha, revalidado pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. E-mail: sandramaraleon@gmail.com
[2] Especialista em Controladoria e Finanças pela Universidade da Região da Campanha – URCAMP. E-mail: geiselaus@gmail.com

Instituições de ensino, notas técnicas da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão fazem com que o desafio de selecionar seu quadro de pessoal seja ainda mais complexo.

Entretanto, apesar dos concursos públicos assegurarem aos negros o direito à reserva de vagas, com uniformidade de entendimento na efetivação dos seus direitos, o mesmo ainda não ocorre nos concursos públicos para professor do magistério superior.

Assim, o propósito do texto é abordar as percepções existentes para efetivação dos direitos dos negros quanto à reserva de vagas nos concursos públicos para professor do magistério superior no intuito de contribuir para unificação de entendimento e uniformização da prática. Busca-se, portanto, garantir o cumprimento da Lei 12.990/2014, sem olvidar os concursos com especificidades próprias - por vezes atípicas - como a seleção de, somente, um candidato para cada área do conhecimento nos concursos para o magistério superior.

2. Entendimentos adotados acerca da reserva de vagas

A análise dos editais publicados e os resultados obtidos através de pesquisa enviada por e-mail aos setores responsáveis pela organização dos concursos públicos de cada uma das 63 Instituições Federais de Ensino Superior que realizam concursos públicos para prover as vagas de professor do magistério superior, permite observar que há uniformidade de entendimento para a reserva de vagas aos negros nos concursos para o quadro de pessoal técnico administrativo em educação. Entretanto, a falta de orientação e regramento definido quanto ao cumprimento da Lei 12.990/2014 nos casos em que o cargo ofertado no concurso tem previsão de uma vaga para cada área do conhecimento, resulta na ausência de uniformidade na seleção de candidatos. Especificamente, é o que ocorre com a reserva de vagas aos negros nos concursos para o cargo de professor do magistério superior.

O estudo acerca do tema resultou na identificação de que atualmente as Instituições Federais de Ensino Superior utilizam três diferentes formas de cumprir a Lei 12.990/2014, com a publicação de editais que estabelecem a reserva aos negros de 20% das vagas previstas quando se destina a selecionar candidatos ao cargo de professor do magistério superior diante da oferta de uma vaga para cada área do conhecimento, são eles:

1) com a publicação de edital com três vagas, a disponibilidade de uma vaga para cada

área do conhecimento elimina a necessidade de reserva de vagas;
2) o total de vagas, mesmo sendo uma para cada área do conhecimento, justifica a necessidade de cumprimento da lei e, desta forma, a reserva de vagas é realizada em algumas áreas do conhecimento previamente escolhidas, seja por sorteio ou por definição na elaboração do edital;
3) o total de vagas exige que a reserva de vagas para negros seja feita de forma global, isto é, reserva de vagas sem a definição da área do conhecimento, com a garantia de nomeação, dentro da reserva, para a área em que houver candidatos aprovados que se autodeclararem negros.

A análise parte da ciência e da aferição das questões que envolvem as diferentes formas de efetivação da reserva de vagas para negros, sob o ponto de vista da instituição que precisa completar o seu quadro de pessoal, os entendimentos existentes para cumprir com o estabelecido na Lei 12.990/2014, fomentar a discussão acerca dos desafios para efetivação do direito dos negros quanto à reserva de vagas nos concursos públicos, em especial, nos concursos públicos para professor do magistério superior das instituições federais de ensino.

2.1 Reserva de vagas em concurso com uma vaga para cada área do conhecimento

O primeiro entendimento a ser analisado, tem sua justificativa na necessidade da universidade em selecionar um professor, isto é, apenas um professor para determinada área do conhecimento. Dessa forma, ao entender que a especificidade da área pretendida não alcança o número de vagas mínimo previsto na Lei 12.990/2014 para assegurar a reserva de vagas aos negros, esta não é realizada para as vagas ofertadas no edital, visto que a previsão é de que a reserva de vagas seja aplicada quando o número de vagas oferecidas for igual ou superior a (3) três.

Em verdade, a justificativa expõe a situação enfrentada atualmente por quem tem a tarefa de selecionar um professor que, além de cumprir todos os requisitos do edital, esteja apto a despertar nos alunos o interesse pelo conhecimento na sua área de atuação.

Nesse contexto, a obrigatoriedade da reserva de vagas para cada uma das áreas específicas disponíveis no edital do concurso com oferta de uma vaga para cada área do conhecimento amplia ainda mais os desafios já encontrados pelas Instituições na seleção de seu quadro de pessoal.

Importante destacar que mesmo sem a previsão da reserva de vagas

disponibilizadas no edital, os editais garantem a reserva de vagas a partir do surgimento de mais vagas para as áreas do conhecimento previstas, as Instituições cumprem o disposto na Lei 12.990/2014 quando há possibilidade de nomeação de mais candidatos aprovados. Portanto, o surgimento de novas vagas culmina com a nomeação de candidato negro, através da reserva de vagas, na terceira nomeação efetivada em determinada área do conhecimento.

Constata-se que a efetivação das nomeações pela reserva de vagas, ocorre em raros casos, pois além do surgimento de novas vagas, a instituição deverá ter necessidade em nomear para determinada área do conhecimento com candidatos aprovados que tenham realizado sua inscrição pela reserva de vagas.

Podemos inferir que, nesse caso, não havia uma postura de ilegalidade ou de arbitrariedade diante do cumprimento do previsto na lei, mas a constatação que a falta de uniformidade de entendimento é capaz de produzir distorções na aplicação da lei.

A questão foi abordada pela Ação de Declaratória de Constitucionalidade 41, na qual o STF no item 3 exara:

> Por fim, a administração pública deve atentar para os seguintes parâmetros: (i) os percentuais de reserva de vaga devem valer para todas as fases dos concursos; (ii) a reserva deve ser aplicada em todas as vagas oferecidas no concurso público (não apenas no edital de abertura); (iii) os concursos não podem fracionar as vagas de acordo com a especialização exigida para burlar a política de ação afirmativa, que só se aplica em concursos com mais de duas vagas; e (iv) a ordem classificatória obtida a partir da aplicação dos critérios de alternância e proporcionalidade na nomeação dos candidatos aprovados deve produzir efeitos durante toda a carreira funcional do beneficiário da reserva de vagas. (ADC 41/2017)

Considerando que ADC 41/2017 foi decidida e teve seu acórdão com data de 08 de junho de 2017, evidencia-se que as Instituições devem passar por um período de adaptação e adequação em suas normas internas para cumprir a legislação que até então mostrava-se fragilizada pelo debate e controvérsia acerca de sua constitucionalidade.

Ao expor no item 3, *iii* , da ADC 41/2017 que os concursos não podem fracionar as vagas de acordo com a especialização exigida, o STF não deixa dúvidas quanto a inviabilidade de publicação de edital de concurso público sem a reserva de vagas, mesmo sendo uma vaga para cada área do conhecimento, visto que trata-se do mesmo cargo, ou seja, professor do magistério superior, e, ainda, que a inobservância configura burla a política de ação afirmativa.

2.2 Reserva de vagas para áreas do conhecimento previamente escolhidas

Outra forma de entendimento adotada pelas Instituições de Ensino Superior decorre da perspectiva de que a reserva de 20% das vagas deve ser realizada por cargo, isto é, independente da especificidade de cada vaga quanto aos requisitos para a posse, dessa forma, a publicação do edital do concurso para professor do magistério superior é realizada com previsão de reserva aos negros de 20% do total das vagas disponibilizadas, com a especificação da área de conhecimento em que será realizada a reserva.

Para a escolha das áreas que serão reservadas, algumas Instituições adotam sorteio e outras, realizam a escolha da área segundo critérios internos já definidos antes do lançamento do edital.

Ao mesmo tempo em que a instituição garante o cumprimento da lei quanto a reserva aos negros, o faz somente para áreas do conhecimento pré-determinadas no edital, obstaculizando o candidato de usufruir da reserva de vagas, pois exige que o candidato autodeclarado negro seja aprovado na área de conhecimento escolhida para reserva de vagas, o que pode, por vezes, significar uma barreira intransponível para a efetivação do direito.

2.3 Reserva de vagas por edital global

Identifica-se que algumas Instituições realizam seus concursos com a reserva de vagas para negros de forma global, isto é, reserva de vagas sem a definição da área do conhecimento, com a garantia de nomeação, dentro da reserva, para a área em que houver candidatos aprovados que se autodeclararem negros.

A publicação de edital de concurso público para professor do magistério superior com reserva de vagas por edital global garante que no concurso que tiver previsão de 3 (três) vagas, independente da área do conhecimento, uma delas será reservada aos negros. Dessa forma, a área de conhecimento que será reservada, será aquela em que houver sido aprovado candidato negro, e, em caso de aprovação de candidato negro em mais de uma área do conhecimento, a nomeação através da reserva de vaga será para o candidato autodeclarado negro com nota superior.

Relevante salientar o número reduzido de Instituições de ensino superior que adotam esse entendimento, em torno de 10%, evidencia que há muito a se construir em termos de políticas afirmativas. Outra questão relevante é a resistência na prática do racismo positivo e isso pode derivar da histórica luta contra a discriminação que as

Instituições de Ensino travam, visto que, são elas o elo mais forte para atingir a geração que precisa ser orientada e incentivada a combater e repudiar todas as formas de discriminação.

3.Considerações finais

A igualdade é um caminho sem ponto de chegada, sua implementação precisa ser defendida constantemente, no percurso, podemos ter a ideia de que a conquistamos, no entanto, devemos ainda assim continuar o esforço para mantê-la. A luta pela igualdade precisa ser incessante para evolução enquanto sociedade, e, os esforços precisam ser capazes de transcender os dispositivos legais e incorporar as práticas administrativas, conforme registra DA SILVA "Enquanto permanecer apenas nos dispositivos legais e não na formação educacional de cada ser humano, a noção de igualdade entre as pessoas servirá, somente, para os discursos."

A proibição da discriminação precisa ser combinada com políticas compensatórias que acelerem a igualdade e proponham estratégias capazes de estimular a inserção de grupos socialmente vulneráveis, é o que ensina Flavia Piovesan:

> Faz-se necessário combinar a proibição da discriminação com políticas compensatórias que acelerem a igualdade enquanto processo. Isto é, para assegurar a igualdade não basta apenas proibir a discriminação, mediante legislação repressiva. São essenciais as estratégias promocionais capazes de estimular a inserção e inclusão de grupos socialmente vulneráveis nos espaços sociais. Com efeito, a igualdade e a discriminação pairam sob o binômio inclusão-exclusão. Enquanto a igualdade pressupõe formas de inclusão social, a discriminação implica a violenta exclusão e intolerância à diferença e à diversidade. O que se percebe é que a proibição da exclusão, em si mesma, não resulta automaticamente na inclusão. Logo, não é suficiente proibir a exclusão, quando o que se pretende é garantir a igualdade de fato, com a efetiva inclusão social de grupos que sofreram e sofrem um consistente padrão de violência e discriminação (PIOVESAN, 2015, p. 43-55)

Nesse contexto, a Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 41 ao abordar e esclarecer aspectos polêmicos revelou a dimensão dos desafios até a garantia da efetivação do direito previsto na Lei 12.990/2014.

Observa-se que a Convenção da ONU sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (1969) prevê o Art. I, item 4:

> Não serão consideradas discriminação racial as medidas especiais tomadas com o único objetivo de assegurar progresso adequado de certos grupos raciais ou étnicos ou de indivíduos

> que necessitem da proteção que possa ser necessária para proporcionar a tais grupos ou indivíduos igual gozo ou exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais, contando que, tais medidas não conduzam, em conseqüência, à manutenção de direitos separados para diferentes grupos raciais e não prossigam após terem sidos alcançados os seus objetivos. (BRASIL, 1969)

A partir da análise do disposto acima, com a proposta de discutir alternativas para a efetivação do direito à reserva de vagas aos negros, conforme previsto na legislação vigente, conclui-se que as políticas afirmativas justificam a prática de racismo positivo no caso dos concursos públicos e, especialmente nos concursos para professor do magistério superior, em que para efetivar a reserva de vagas será preciso deixar de nomear um candidato branco que obteve o primeiro lugar no concurso pelo simples fato da cor de sua pele, nesse caso, branca.

Cabe aqui lembrar Ruy Barbosa, que a partir da compreensão de igualdade para Aristóteles, afirmou em seu discurso:

> A regra da igualdade não consiste senão em quinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualam. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. O mais são desvarios da inveja, do orgulho, ou da loucura. Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real. Os apetites humanos conceberam inverter a norma universal da criação, pretendendo, não dar a cada um, na razão do que vale, mas atribuir o mesmo a todos, como se todos se eqüivalessem. (RUY BARBOSA, 2003, 19)

Ocorre que, ao servidor público da área de gestão de pessoal, responsável pela seleção do quadro de pessoal de cada uma das Instituições de Ensino Superior, cabe o desafio de planejar concursos públicos que atendam ao dispositivo legal e, ainda, definir ações que minimizem a frustração dos servidores que possuem o dever de cumprir o dispositivo legal utilizando-se do racismo positivo para tal. Práticas que deveriam ser exigidas e utilizadas para minimizar atitudes racistas, são no caso analisado, utilizadas para incentivá-las e, talvez por isso, a geração que cresce estimulada a condenar o racismo pode apresentar um grave desconforto ao cometê-lo.

Em âmbito dogmático, é possível compreender o esforço para repor um direito até então negado, diante da trajetória de discriminação e flagelos aos quais os negros foram submetidos em razão da cor da pele. A conclusiva necessidade de reparação, entretanto, no futuro, mostrará se o racismo positivo será a melhor forma de minimizar as referidas desigualdades.

Em razão dos entendimentos adotados pelas Instituições de ensino, conclui-se que, apesar da publicação do edital e a realização do concurso público com a posse de candidato autodeclarado negro, o qual obteve aprovação em 3° lugar em detrimento dos candidatos que obtiveram 1° e 2° lugares, resulta no cumprimento da legislação, sem embargo da eventual insatisfação tanto dos candidatos preteridos quanto dos servidores que trabalham para a realização do certame, em razão do sentimento/sensação discriminatória que a prática do racismo desperta. Entende-se, pelas razões expostas ao longo do trabalho, que essa é a interpretação que precisa ser adotada por todas as Instituições de ensino, porquanto o estrito cumprimento da legislação é o instrumento apto a superar, com o tempo, o racismo estrutural e institucional subjacente na sociedade brasileira e a colaborar para garantia da igualdade material entre os cidadãos.

4.Referências

ADC 41. Rel. Min. Roberto Barroso, julgamento em 08-06-2017, DJ 17-08-2017**.** Disponível em:

http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28ADC+41%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/ybsl3zwe**.** Acesso em: 16 de nov. 2020.

BARBOSA, Ruy. Oração aos Moços. Martin Claret: São Paulo, 2003.

BRASIL. Decreto nº 65.810, de 8 de dezembro de 1969. Promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D65810.html. Acesso em: 10 de fev. 2020.

BRASIL. Lei 12.288, de 20 de julho de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm. Acesso em: 10 de fev. 2020.

BRASIL. Lei 12.990, de 09 de junho de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12990.htm. Acesso em: 10 de fev. 2020.

DA SILVA, Ricardo Machado. *Cotas Raciais para Ingresso no Serviço Público: Uma Abordagem Crítica*. Direitos Sociais no Constitucionalismo Contemporâneo: Perspectivas do Direito do Trabalho. Organização de Raimar Rodrigues Machado, Fernanda Marders. Curitiba: Multideia, 2016.

PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 35, n. 124, p. 43-55, jan./abr., 2005.

A CONFORMAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM TEMPO DE CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Jane Cruz Prates[1]
Erica Bomfim Bordin[2]
Bárbara Corteline Gauer[3]

1. Introdução

Este trabalho é produto das primeiras reflexões teóricas da equipe de pesquisa, vinculada ao Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas – GTEMPP, no contexto da pesquisa "A formação e o trabalho profissional do assistente social: aproximações e particularidades entre Amazônia e o Rio Grande do Sul". A referida pesquisa, financiada pela CAPES, é fruto de cooperação interinstitucional entre o Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia/UFAM; Programa de Pós-graduação em Serviço Social/PUCRS e o Programa de Pós-graduação em Serviço Social/UFPA, e visa responder o seguinte problema de pesquisa: Quais as aproximações e as particularidades que conformam a formação e o trabalho profissional do assistente social na Amazônia e Sul do Brasil?

Em um contexto de acirramento da lógica neoliberal, a precarização do trabalho, traço estrutural do modo de produção capitalista, tem alterado seus termos e modos de ser sob o capitalismo global, adquirindo status de precarização existencial do ser humano que trabalha, incluindo os assistentes sociais como profissionais inseridos na divisão sociotécnica do trabalho. Nessa conjuntura temos o desafio cotidiano de materializar o projeto ético-político da profissão, que norteará e dará vazão às potencialidades criadoras e transformadoras.

Esse norteamento se dá na dimensão jurídico-politica (regulamentação da profissão), nas instâncias político-organizativas da profissão e, por fim, na própria produção de conhecimentos no dia a dia profissional. Nesse sentido, buscamos contribuir no desenvolvimento de processos sociais emancipatórios, onde se faz necessária a

[1] Assistente social, mestre e doutora em Serviço Social pela PUCRS. Realizou Pós-doutorado em Serviço Social pela PUC-SP; Coordenadora e professora do PPGSS/PUCRS; Pesquisadora produtividade do CNPq e editora da Revista Textos & Contextos Porto Alegre. E-mail: jprates@pucrs.br
[2] Assistente social, mestre e doutora em Serviço Social pela PUCRS. Realiza Pós-doutorado no PPGSS/PUCRS como bolsista PNPD. E-mail: ebordin@pucrs.br
[3] Graduanda em Serviço Social pela PUCRS. Bolsista de Iniciação Científica. E-mail: barbaracorteline@gmail.com

utilização de mediações operativas instruídas por fundamentos ético-políticos e teórico-metodológicos que lhe permitam embasar suas reflexões / ações. Ademais, a compreensão da situação dos espaços ocupacionais, como seu deslocamento majoritário do público estatal para o privado executor de políticas públicas, e de como se relaciona com as demandas societárias recentes e do mercado de trabalho, nos traz o desafio de decifrar as novas condições sociais e, por conseguinte as novas medições requeridas.

Apesar do contexto obscuro e das profundas adversidades a que estamos expostos nesse momento de desmonte de direitos e ameaça aos espaços democráticos no Brasil, precisamos ter a clareza de que não é negando ou desconhecendo a realidade que poderemos modificá-la, pois precisamos conhecer profundamente aquilo que queremos transformar, identificando espaços, relações de poder, possibilidades de alianças, reconhecendo o caráter político de nosso trabalho profissional.

O trabalho profissional do assistente social requer acompanhamento junto às transformações societárias, visto que essas modificam as necessidades e interesses da classe trabalhadora assim como as demandas e competências requisitadas à área do Serviço Social. Primordialmente, para que o assistente social se adapte às modificações que ocorrem na sociedade em que se insere é preciso que faça uma leitura crítica da realidade - contexto histórico-político, econômico, social e cultural. Para tal, uma formação crítica de qualidade é requisitada e deve ser garantida.

A formação e o trabalho profissional do assistente social não devem ser pensados, planejados e problematizados fora desse contexto pulsante e contraditório, nem deslocados do contexto em que se inserem, não só porque são condicionados por esse contexto, mas porque dele se alimentam e por ele são constantemente desafiados (PRATES, 2015).

Partimos da compreensão de trabalho e formação profissional do assistente social de forma indissociável, porém nesse artigo focaremos nos impactos do contexto nacional de retração de direitos no trabalho profissional do assistente social, nas orientações que dão direção ao trabalho profissional do assistente social no Brasil, e nas demandas e competências requisitadas a essa profissão no tempo presente.

2.Impactos do contexto nacional

Está se vivendo um momento político, econômico, social e cultural bastante difícil no Brasil, fruto de um projeto de sociedade de cunho neoliberal, alinhado aos interesses do grande capital.

Contradições acirradas com as reformas trabalhistas que flexibilizam e precarizam as condições/relações de trabalho, com as reformas da previdência, com a intensificação dos processos de privatizações e o desmonte do Estado, que aprofunda o processo de sucateamento das políticas sociais públicas, desestruturando os serviços ofertados, acabando por radicalizar a questão social e aumentando as demandas atendidas pelo Serviço Social, na mesma proporção em que se retiram as condições e meios efetivos para se avançar na luta por mais direitos, ao inviabilizar, cada vez mais, as condições de vida dos sujeitos para criar cada vez mais condições de o capital garantir seu crescimento.

> Cooptado como elemento essencial para a (re)produção da lógica do capital, situamos, numa particularidade que ao mesmo tempo é universal, a inscrição do assistente social na condição de trabalhador assalariado, entendido como uma especialização do trabalho coletivo, que dispõe de um projeto profissional alinhado aos interesses coletivos dos trabalhadores (FRANÇA JÚNIOR, LARA, 2015)

Nesse contexto, o trabalho profissional do assistente social possui o agravante de se caracterizar como trabalho ideológico, um modo de trabalho humano concreto que implica a ação comunicativa sobre outros homens (e inclusive sobre si mesmo).

Na medida em que as profissões caracterizadas pelo trabalho ideológico têm uma característica fundamental - elas envolvem, extensa e intensamente, a subjetividade das pessoas-que-trabalham - o trabalho ideológico com implicação estranhada, possui alta carga de estressamento, que, nas condições da precarização existencial, faz aumentar o risco de adoecimento laboral (ALVES, 2014).

3. Orientações que dão direção ao trabalho do assistente social

O norteamento do profissional está na dimensão jurídico-política (lei de regulamentação, código de ética do assistente social, diretrizes curriculares); nas instâncias político-organizativas da profissão (Conselho Federal de Serviço Social, Conselhos Regionais de Serviço Social, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social, Movimento estudantil, Sindicatos e associações profissionais de assistentes sociais) e, por fim, na

própria produção de conhecimentos, a sistematização e prática de processos reflexivos do fazer profissional do assistente social (matriz teórico-metodológica).

Quadro – Mediações teórico-metodológicas, técnicas e ético-políticas do assistente social

Ético-político	**Teórico-metodológico**	**Técnico-operativo**
Princípios fundamentais 1. reconhecimento da liberdade; 2. defesa intransigente dos direitos humanos; 3. ampliação e consolidação da cidadania; 4. defesa do aprofundamento da democracia; 5. posicionamento em favor da equidade e justiça social; 6. empenho na eliminação de todas as formas de preconceito; 7. garantia do pluralismo; 8. opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária; 9. articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem desses princípios; 10. compromisso com a qualidade dos serviços; 11. exercício do serviço social sem ser discriminado/a, nem discriminar (CFESS, 1993)	**Núcleos de fundamentos** 1. teórico-metodológico da vida social: compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade, e da realidade nas suas múltiplas determinações 2. da formação sócio-histórica da sociedade brasileira: conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, tendo em vista o acompanhamento dos processos sociais de produção e reprodução das múltiplas manifestações da questão social. 3. do trabalho profissional: as dimensões objetivas e subjetivas do fazer profissional, como uma especialização do trabalho coletivo, e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. (ABEPSS, 1996)	**Instrumental** o conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional: que fazer, porque fazer, como fazer e para que fazer. Não é nem o instrumento nem a técnica tomados isoladamente, mas ambos, organicamente articulados em uma unidade dialética Instrumento: natureza de estratégia ou tática, por meio da qual se realiza a ação. Técnica: habilidade no uso do instrumental Exemplo: enquanto a realização da entrevista é uma técnica, o roteiro de entrevista elaborado previamente seria o instrumento. MARTINELLI; KOUMROUYAN, 1994)

Fonte: BORDIN, 2018, p. 148

As ações humanas sempre são orientadas para objetivos e fins, sejam individuais ou coletivos, tendo em sua base necessidades e interesses. Implicam sempre um projeto que é uma antecipação ideal da finalidade que se pretende alcançar, com a invocação dos valores que a legitimam e a escolha dos meios (materiais e culturais) para concretizá-las. Os projetos societários são um tipo de projeto coletivo, que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída e possuem necessariamente uma dimensão política que envolve relações de poder. “A experiência histórica demonstra que, tendo sempre em

seu núcleo a marca da classe social a cujos interesses essenciais respondem, os projetos societários constituem estruturas flexíveis e cambiantes: incorporam novas demandas e aspirações, transformam-se e se renovam conforme as conjunturas históricas e políticas" (NETTO, 2006, p.143).

Nesse sentido, o projeto profissional do assistente social inscreve-se no marco dos projetos coletivos relacionados às profissões – especificamente as profissões que, reguladas juridicamente, supõem uma formação teórica e/ou técnico-interventiva, em geral de nível acadêmico superior. Tais projetos são construídos por um sujeito coletivo – o respectivo corpo (ou categoria) profissional. Se considerarmos o Serviço Social no Brasil, tal organização compreende o sistema CFESS/CRESS, a ABEPSS, a ENESSO, os sindicatos e as demais associações de assistentes sociais.

O projeto profissional do assistente social nega o projeto societário, hoje predominante, o ideário neoliberal, e posiciona-se a favor da construção de uma nova ordem sem denominação e exploração de classe, gênero ou etnia. Tem ainda, como princípios, a defesa dos direitos humanos, a recusa ao autoritarismo e ao preconceito e o reconhecimento do pluralismo (SANT'ANA, 2000).

> A experiência histórica demonstrou que, na ordem do capital, por razões econômico-sociais e culturais, mesmo num quadro de democracia política, os projetos societários que respondem aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas sempre dispõem de condições menos favoráveis para enfrentar os projetos das classes proprietárias e politicamente dominantes (NETTO, 2006, p.143).

Nesse sentido, temos o desafio de formar profissionais críticos, munidos de um referencial teórico-metodológico que lhe permita apreender a realidade numa perspectiva de totalidade, e construir mediações entre o exercício profissional comprometido e os limites dados pela realidade de atuação, capazes de construir coletivamente estratégias de ação que contribuam com a qualidade dos serviços prestados e com o fortalecimento dos cidadãos usuários.

O projeto ético político do assistente social, é balizado pelo Código de Ética Profissional de 1993, porém:

> elementos éticos de um projeto profissional não se limitam a normativas morais e/ou prescrições de direitos e deveres: eles envolvem, ademais, as opções teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais - por isto mesmo, a contemporânea designação de projetos profissionais como ético-políticos revela toda a sua razão de ser: uma indicação ética só adquire efetividade

> histórico-concreta quando se combinam com uma direção político-profissional (NETTO, 2006, p.148)

Enfim, o projeto assinala claramente que o desempenho ético-político dos assistentes sociais só se potencializará se o corpo profissional articular-se com os segmentos de outras categorias profissionais que compartilham de propostas similares e, notadamente, com os movimentos que se solidarizam com a luta geral dos trabalhadores (NETTO, 2006).

4. Demandas e competências requisitadas a essa profissão no tempo presente

Os assistentes sociais, trabalhadores assalariados, necessitam constantemente reafirmar o seu valor de uso no mercado. Nesse processo, é preciso reformularmos o projeto de formação profissional para que esteja afinada com o novo perfil da demanda profissional no mercado de trabalho. Para, não só confirmarem sua necessidade, mas também sejam capazes de responder crítica e criativamente aos desafios postos pelas profundas transformações nas esferas da produção e do Estado, com profundas repercussões na conformação das classes sociais (IAMAMOTTO, 1998)

Netto (1996) já indicava ao final do século XX a necessidade do Serviço Social elaborar respostas mais qualificadas do ponto de vista operativo e mais legitimadas do ponto de vista sócio-político, no seu âmbito de intervenção institucional.

> Orientar o trabalho profissional nos rumos aludidos requisita um profissional culto e atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de formular, avaliar e recriar propostas ao nível das políticas sociais e da organização das forças da sociedade civil. Um profissional informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais. Mas também um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de realizar as ações profissionais, aos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladoras da participação dos usuários na formulação, gestão e avaliação de programas e serviços sociais de qualidade (IAMAMOTO, 1998, p. 144)

Nesse contexto, para o Serviço Social há uma reivindicação pela reatualização de "procedimentos operativos e, também [...] novas requisições técnicas, éticas e políticas" (GUERRA, 2010, p. 724).

Isto não significa ser conivente com o capitalismo, mas, é a face contraditória da profissão dentro da sociedade capitalista, pois, ao mesmo tempo em que são explorados pelo capital, muitos estão em condições de não acesso a seus direitos, desta

forma, mesmo que tenha um papel de reprodução do sistema, o trabalho profissional apresenta-se como resistência a um sistema inerentemente desumanizador, tendo em vista a construção e ampliação de mediações que afirmem a efetivação da direção social estratégica do projeto profissional.

5.Considerações finais

Apesar do contexto obscuro e das profundas adversidades a que estamos expostos nesse momento de desmonte de direitos e ameaça aos espaços democráticos no Brasil, temos a clareza de que não é negando ou desconhecendo a realidade que podemos modificá-la, mesmo porque precisamos conhecer profundamente aquilo que queremos transformar, identificando espaços, relações de poder, possibilidades de alianças, reconhecendo o caráter político de nosso trabalho profissional. Afinal, como bem destaca Diego Palma (1986),

> A institucionalização democrática não representa um jogo de cartas marcadas, no qual as classes subordinadas estão, desde o início, fatalmente condenadas a perder. Ao contrário, se trata de uma arena contraditória, dinâmica, onde se abrem e fecham espaços e alternativas segundo as iniciativas - sempre relacionais e opostas dos sujeitos coletivos que nela se encontram e confrontam. Jogar este jogo, ganhar forças para apoiar o próprio projeto, debilitar a vigência do projeto contrário, ampliar e controlar espaços - isto é fazer política.

6. Referências Bibliográficas

ALVES, Giovanni. **Trabalho e neodesenvolvimentismo: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil.** [s.i.]: Praxis Artes Graficas, 2014. 224 p.

BORDIN, Erica Bomfim. **Planejamento em Serviço Social**. Curitiba: Intersaberes, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Brasil). **Código de ética do/da assistente social. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão.** 10. ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2019.

FRANÇA JÚNIOR, Reginaldo; LARA, Ricardo. Trabalho e Ser Social: reflexões sobre a ontologia lukacsiana e sua incidência no Projeto Ético-Político Profissional / Labor and the Social Being. **Textos & Contextos (porto Alegre)**, [s.l.], v. 14, n. 1, p.20-32, 30 jun. 2015. EDIPUCRS. http://dx.doi.org/10.15448/1677-9509.2015.1.17406. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/download/17406/13306>. Acesso em: 18 dez. 2019.

GUERRA, Y. **A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância.** Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, nº 104, p. 715-736, out./dez., 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 22. ed. [s.i]: Cortez Editora, 1998. 328 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. [s.i]: Cortez Editora, 1932. 400 p.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete Simões da et al. **Serviço Social e saúde - formação e trabalho profissional.** [s.i.]: Cortez Editora, 2006. p. [S.I.].

PALMA, Diego**. A prática política dos profissionais: O caso do Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1986.

PRATES, Jane Cruz. Desafios à formação e ao trabalho profissional num contexto de crise / Challenges to training and professional work in a crisis context. **Textos & Contextos (porto Alegre)**, [s.l.], v. 14, n. 1, p.01-8, 30 jun. 2015. EDIPUCRS. http://dx.doi.org/10.15448/1677-9509.2015.1.21388. Disponível em: <file:///C:/Users/mcort/Downloads/21388-86373-1-PB.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2019.

PRATES, Jane Cruz et al. O OBJETO DE TRABALHO E A FORMAÇÃO GENERALISTA EM SERVIÇO SOCIAL: EM DEBATE ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS. **Revista de Trabajo Social Plaza Pública**, Buenos Aires, v. 4, n. 7, p.184-195, jul. 2012. Disponível em: <https://revistaplazapublica.files.wordpress.com/2014/06/77-16.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2019.

EVOLUÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Fernanda Modkovski[1]

1. Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar o progresso do trabalho exercido pelas mulheres, no Brasil, ao longo dos anos. Identificando as diferenças entre homens e mulheres em relação a qualificação profissional, salários, cargos de liderança e ambiente competitivo.

O crescente interesse social e a busca por igualdade de condições de trabalho nos últimos anos, resultaram em amplos estudos e pautas políticas que visam minimizar os problemas de discriminação estrutural da sociedade brasileira em relação a suas trabalhadoras.

Foram analisados dados dos Censos entre 2012 e 2018, realizados pelo IBGE e comparados índices de escolaridade, ocupação, salários e tempo dispendido com as tarefas domésticas, com intuito de identificar o gradativo resultado da luta por igualdade.

A inserção da mulher no mundo do trabalho, ao longo desses anos, vem acompanhada de elevada discriminação, não só em relação à qualidade de ocupações que têm sido criadas tanto no setor formal como no informal, mas no que se refere à desigualdade de remuneração entre homens e mulheres. (MAIA; LIRA, 2004).

O presente artigo está dividido em três seções além desta introdução, a primeira relata o histórico do trabalho das brasileiras ao longo dos anos e alguns acontecimentos que geraram impacto em sua atuação, a segunda é uma análise de algumas convenções pertencentes a Organização Mundial do Trabalho que auxiliaram as mulheres a garantir direitos sociais e trabalhistas, na terceira são comparados dados entre homens e mulheres ocupados ou não e as diferenças em relação a salario e função social.

Ao longo do tempo verificou-se grande progresso em relação a atuação da brasileira no mercado de trabalho, alcançando hoje maiores índices de escolaridade, maior qualificação profissional, cargos de chefia ou atuando como empreendedoras. Resultado de muita luta que ainda não possibilitou um ambiente ideal, mesmo tendo alcançado resultados significativos.

[1] Bacharela em Ciências Econômicas. Universidade Norte do Paraná. E-mail: fernanda_modk@hotmail.es.

2. História da mulher no mercado de trabalho brasileiro

Desde o descobrimento do Brasil muitas mulheres exerciam papel secundário na obtenção da renda familiar, como domésticas, cozinheiras, costureiras, lavadeiras, doceiras, agricultoras e outros.

> A maior parte das mulheres sempre trabalhou. Sua trajetória no mundo do trabalho não se iniciou no pós-abolição, no pós-guerra ou nos anos 1970. Os primeiros dados oficiais de que se tem conhecimento apontam que, em 1872, elas representavam 45,5% da força de trabalho. Nesta época, de acordo com o levantamento realizado por Brumer (1988) a partir do Censo Demográfico de 1872, as mulheres estavam empregadas predominantemente na agropecuária (35%), nos serviços domésticos em lar alheio (33%) ou no serviço de costura por conta própria (20%). Após 1920, reduz-se drasticamente a participação econômica ativa feminina. (IPEA 2014, p.592)

Com a Revolução Industrial, na segunda metade do século XVII, as mulheres foram inseridas na produção das indústrias, obtendo salários até 60% menores que os homens, para jornadas de trabalho de até 17 horas. Devido a isso a exploração da mão de obra feminina e infantil era abundante, considerando aptas para o trabalho meninas maiores de 10 anos, permitindo que os gastos com salários fossem menores, grandes jornadas fossem estabelecidas e facilitando as demissões em caso de doenças, maternidade e acidentes de trabalho.

As condições de trabalho eram combinadas entre patrão e empregado, sem que houvesse um documento escrito, facilitando assim a exploração e o término da relação de emprego. Sem que houvesse definição de horários para alimentação, pagamento de horas extras, férias e qualquer outro tipo de direito e benefício.

Além das barreiras encontradas pelas mulheres como trabalhadoras, havia também o preconceito sobre sua imagem perante a sociedade, já que para uma mulher que trabalhava restava menos tempo para a educação dos filhos, para o trabalho doméstico e para o casamento.

Em 1932, a regulamentação do trabalho da mulher por meio do Decreto n° 21.417-A, não significava o ingresso justo no mercado de trabalho. Quaisquer sinais de manifestação podiam levar a demissão. Mesmo a polícia mantinha registros das mulheres consideradas perigosas para a ordem e dificultavam suas contratações. Além disso pais e maridos eram detentores do direito de solicitar a demissão de suas filhas e esposas caso concluíssem que seus empregos ameaçavam suas obrigações familiares.

O Decreto n° 21.417-A, regulamentava um descanso de quatro semanas após o parto, podendo ter um acréscimo de duas semanas, se orientado pelo médico, assegurando a trabalhadora um beneficio de metade de sua média salarial dos últimos seis meses, pagos pelo empregador ou pelo Instituto de Seguridade Social. Em casos de problemas de saúde, não podendo exercer a mulher suas atividades, era permitido que solicitasse demissão mediante notificação antecipada e caso o empregador impugnasse a notificação, seria necessário a apresentação de atestado médico comprovando a inaptidão da empregada para o trabalho.

Também em 1932, o movimento feminista era intenso em sua busca pelo direito a voto, que se deu no mesmo ano. Nos anos que se seguiram as mulheres se organizaram e criaram movimentos no campo e na cidade para obtenção do direito à saúde, creches, acesso facilitado a anticoncepcionais e outros.

A Consolidação das Leis de Trabalho que surgiu através do Decreto Lei n° 5.452, em maio de 1994, trazia a clareza da pressão social que as mulheres sofriam para permanecerem nas atividades de seus lares, mesmo permitindo o trabalho formal para as cidadãs brasileiras. Como exemplo podemos citar o artigo 379 que vedava às mulheres o trabalho noturno, o artigo 390 que veda às mulheres trabalhos que exigem força muscular ou o artigo 380, que prevê solicitação de atestado médico que comprove que o trabalho não acarretará a danos na saúde da mulher, bem como permitia a solicitação de antecedentes criminais e atestado de capacidade mental.

A Constituição prevê diferença de anos de contribuição previdenciária para homens e mulheres por considerar a dificuldade de a mulher constituir seu papel trabalhista de forma linear, já que geralmente com a maternidade acabam não podendo realizar a mesma contribuição que os homens. A maternidade é fator de instabilidade empregatícia, diante do fato da legislação brasileira só garantir estabilidade por até cinco meses após o parto, não assegurando assim a mulher e a criança apoio nos primeiros anos de vida.

No fim do século XX as mulheres tomaram iniciativas que melhoraram suas condições no mercado de trabalho, porém a luta contra a discriminação ainda não acabou e as desigualdades referentes a remuneração, acesso ao emprego, oportunidades de ascensão, formação profissional e o assédio moral ainda persistem no Brasil.

2. Trabalho feminino segundo a OIT.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho, igualdade salarial é a obtenção do mesmo salário para a realização de trabalho similar ou igual, ou um trabalho diferente, mas com critérios objetivos, de igual valor. Esta definição esta presente em duas convenções: a Convenção n°100 de 1951 e a Convenção n° 111 de 1958, as duas homologadas pelo Brasil.

A Convenção n° 100 da OIT de 1951 é o dispositivo inicial internacionalmente que trata de igualdade salarial. Legitimada após a Segunda Guerra Mundial, foi resultado de intensa luta feminina e quebrou as barreiras sociais mostrando que as mulheres poderiam sim garantir seus direitos.

A Convenção n° 111 da OIT de 1958, diz respeito a discriminação em relação a emprego e profissão, proibindo distinções, exclusões ou preferencias fundamentais em raça, credo e gênero, que possam gerar tratamento desigual e diferença de oportunidades.

Outros documentos que auxiliaram a trabalhadora brasileira foram as Convenções n. 156, de 1981, sobre igualdade nas responsabilidades familiares, e n. 183, de 2000, sobre a maternidade.

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, entrou em vigor no dia 03 de setembro de 1981, foi uma ferramenta importante para viabilizar a igualdade de direitos entre homens e mulheres. A Convenção atesta os obstáculos que as mulheres enfrentam na entrada do mercado de trabalho, tanto pela menor capacitação como pelos preconceitos existentes e julga que esse fato viola os princípios de igualdade de direitos e de respeito à dignidade humana; dificulta a participação da mulher nas mesmas condições que o homem na vida política, social, econômica e cultural ·do país, o que constitui um obstáculo ao aumento do bem-estar da sociedade e da família e dificulta o pleno desenvolvimento das suas potencialidades para prestar serviços ao seu país e à humanidade.

Segue a lista das convenções da OIT que auxiliaram as mulheres no mundo todo em suas buscas por igualdade de gênero, divisão de obrigações familiares e proteção a maternidade:

Convenção nº 100 de 1951 – Define igualdade salarial.

Convenção nº 111 de 1958 – Diz respeito a discriminação.

Convenção nº 156 de 1981 – Diz respeito às responsabilidades familiares.

Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de descriminação contra a mulher de 1981.

Convenção nº 183 de 2000 – Diz respeito a maternidade.

3. A brasileira no mercado de trabalho.

Ao longo dos anos o papel da mulher no mercado de trabalho tem evoluído, muitas barreiras foram quebradas, nichos de trabalhos hoje são acessados com maior facilidade, seu potencial competitivo continua em constante desenvolvimento e o preconceito é permanentemente combatido.

Segundo dados do IBGE em 1995, 23% dos lares brasileiros tinham mulheres como chefes de família, já em 2015 esse número subiu para 40%, em 34% delas havia presença de um cônjuge, mostrando que nem sempre esse fato ocorre nas famílias sem presença masculina.

> Tradicionalmente, as mulheres participam menos que os homens do mercado de trabalho, entre outros fatores devido a barreiras culturais que ainda persistem, e a uma divisão sexual do trabalho que lhes atribui as funções de cuidado e reprodução social na esfera doméstica que não são consideradas trabalho, subtraindo assim tempo para a inserção no mercado de trabalho. ” (GUIMARÃES, 2012, p. 61-62)

Atualmente as mulheres são reconhecidas como líderes de família e sua força de trabalho gera grande impacto econômico. Segundo os últimos Censos realizados pelo IBGE as mulheres passaram a ser de 43,44% em 2012, para 44,63% em 2018, dos ocupantes de trabalhos registrados. Um avanço gradativo, mas importante, tendo em vista que em 1950, representavam apenas 13% dos trabalhadores no Brasil.

Por outro lado, as mulheres sofrem com maiores índices de desocupação e possuem maior dificuldade para recuperar seus empregos. Segundo os últimos Censos realizados pelo IBGE em 2012 o Brasil os homens desocupados representavam 45,98% contra 54,03% das mulheres, já em 2018 passou-se para 48,73% dos desocupados sendo homens e 51,28% mulheres.

Mesmo com maior escolaridade, as mulheres continuam encontrando muitos obstáculos para alcançar o mercado de trabalho, segundo o IBGE, em 2016 mais mulheres haviam concluído o ensino superior e ensino médio que homens, porém a remuneração encontrada nos últimos Censos, demonstra de forma desigual a

remuneração entre gêneros, mesmo que esta diferença tenha tido uma redução de 2,79% de 2012 à 2018.

Os dados do IBGE referentes ao censo demográfico de 2014 mostram que as mulheres trabalhavam 37 horas por semana contra 42 horas realizadas pelos homens, ganhando por isso em média R$9,71 contra R$11,45 para os homens. Mesmo abatendo essa diferença entre horas e valor remunerado constata-se uma diferença de 15% em relação aos salários de homens e mulheres.

O principal motivo da mulher optar por menores jornadas de trabalho se relaciona com suas obrigações domésticas e criação dos filhos, dados no mesmo ano expressavam que as mulheres gastavam em média 21 horas semanais com trabalhos domésticos não remunerado contra 10 horas semanais dos homens.

Sendo assim as mulheres também deixam de receber maior remuneração por horas extras, trabalhos noturnos e insalubres resultando em limitações para serem promovidas. A esse fato se dá o nome de segregação vertical, em que muitos fatores externos acabam possibilitando uma vantagem competitiva para os homens.

As mulheres são a maioria no setor de serviços de menor qualificação e no emprego doméstico em residências, recebendo, portanto, as menores remunerações. Enquanto isso os homens continuam predominando nos cargos técnicos, cargos de maior qualificação, e nos setores que detém maior índice de inovação tecnológica, assim como nas posições de chefia, que são mais bem remuneradas.

Socialmente situações são desenvolvidas para controlar a entrada da mulher em alguns nichos em que historicamente predominam os homens. Fazendo com que as chances de ascensão profissional sejam menores, levando-as a optar por menores remunerações, ocupações informais ou com menores perspectivas profissionais.

4. Conclusão

As discriminações indiretas dizem respeito a características que possam ser exigidas que excluam as mulheres no momento da contratação. Para combater a discriminação existe a necessidade de gerar apoio a trabalhadora brasileira, amparando-as em sua entrada em áreas hoje dominadas pela presença masculina, formulando políticas de apoio às atividades familiares e aumentando a oferta de serviços sociais coletivos (creches, escola primária de tempo integral, etc.).

Algumas causas que explicam a discriminação feminina são os padrões culturais e sociais que associam a mulher a um papel secundário na sociedade, muitas vezes esse padrão é veiculado pela mídia, família e escola e acaba condicionando as mulheres desde a infância. A participação política das mulheres ainda é menor que dos homens e seu poder de decisão acaba sendo diminuído, passando assim a serem mal representadas.

É necessário fazer com que a educação auxilie no fortalecimento do papel da mulher socialmente e que o governo seja conscientizado a respeito das necessidades da mulher brasileira, sem falar no fortalecimento da união feminina para que possam alcançar resultados lutando ainda hoje pelos seus direitos.

Uma alternativa para corrigir as diferenças entre gêneros é a negociação de cláusulas trabalhistas que evitem a discriminação e incentivem ações afirmativas, além de uma atuação sindical mais eficiente para as mulheres

Os programas sociais implementados no Brasil, possibilitaram que mulheres de baixa renda com filhos obtivessem uma renda extra, auxiliando muitas jovens a alcançar o ensino superior, criaram creches e escolas. Porém não devemos deixar que essas iniciativas parem por aí, pois ainda persiste a discriminação estrutural que impacta diretamente nas vidas das brasileiras.

5. Referências

MAIA, K.; LIRA, S. A. A mulher no mercado de trabalho. 2004. IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em < https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4156>. Acesso em: 22 ago. 2018.

IBGE. Estatística de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Disponível em:https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/materias-especiais/20453-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html. Acesso em: 03 mar. 2019.

The World Economic Forum. Women in business 2017. Disponível em: https://www.grantthornton.com.br/insights/articles-and-publications/women-in-business-2017/. Acesso em: 03 mar. 2019.

IBGE. Síntese de indicadores sociais. Disponível em:<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=o-que-e> Acesso em 05 mar. 2019.

Thornton Grant. Women in Business. Disponível em: <https://www.grantthornton.com.br/insights/articles-and-publications/women-in-business-2017/Acesso em 09 mar. 2019>.

ALVES, José Eustáquio Diniz. O crescimento da PEA e a redução do hiato de gênero nas taxas de atividade no mercado de trabalho. Rio de Janeiro. UFRJ. 2013. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/artigo_112_a_reducao_do_hiato_de_genero_nas_taxas_de_atividade_no_mercado_de_trabalho.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018

COUTINHO, Maria Luiza Pinheiro. Discriminação no Trabalho: Mecanismos de Combate à Discriminação e Promoção de Igualdade de Oportunidades. Brasília: OIT. 2006.Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/discrimination/pub/oit_igualdade_racial_05_234.pdf>. Acesso em 03 out. 2018.

DIEESE. A inserção das mulheres nos mercados de trabalho metropolitanos e a desigualdade nos rendimentos. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED): Boletim de março de 2013. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseped/2013/2013pedmulhermet.pdf>. Acesso em: 03 out. 2018.

OIT. Women in labour markets: measuring progress and identifying challenges. Geneva: International Labour Office (ILO). 2010. 92p. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_elm/---trends/documents/publication/wcms_123835.pdf>. Acesso em: 06 out. 2018.

OIT BRASIL. Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios. Brasília: OIT. 2010.216 p. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/igualdade_genero_262.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018

ABRAMO, Laís. A situação da mulher latino-americana. O mercado de trabalho no contexto da reestruturação. Mulher e Trabalho Experiências de ação afirmativa. São Paulo. Boitempo Editorial. 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, p.7- 14, mar. 2012.Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/pmerj_201201comentarios.pdf>. Acesso em: 11 out. 2018

PRIORE, M. D., BASSNEZI, C. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA PARA A POPULAÇÃO MIGRANTE

Eduardo de Oliveira Soares Real[1]

1. Introdução

Atualmente, tem-se discutido muito sobre as políticas de trabalho, emprego e renda. O presente trabalho tem como objetivo analisar a aplicação destas políticas para os trabalhadores migrantes.

Trata-se de uma pesquisa exploratória, sendo os principais autores utilizados Rose Serra que discute as políticas de trabalho, emprego e renda; e Leonardo Cavalcanti, Tadeu Oliveira e Marília de Macedo responsáveis pela organização do Relatório Anual 2018 do Observatório das Migrações. Utiliza-se o método dedutivo para analisar os dados qualitativo. Foi realizada uma revisão bibliográfica através de artigos, livros e da legislação nacional e internacional.

A primeira parte tem como objetivo: demonstrar a relação da migração com os direitos humanos, trazer a evolução histórica das migrações e por fim os direitos dos trabalhadores migrantes na legislação interna.

A segunda parte do artigo busca: analisar as políticas públicas de trabalho, emprego e renda existentes no Brasil e se há políticas desta espécie direcionadas especificamente à população migrante. Além disso, apresenta-se a atual situação dos trabalhadores migrantes no Brasil.

Por fim, serão apresentadas as conclusões do presente trabalho, as ocupações que os migrantes têm exercido no mercado de trabalho brasileiro e se existe de fato uma política de renda voltada aos trabalhadores migrantes.

2. A Migração no Brasil

2.1 A Migração como Direito Humano

Quando se trata de migrantes é imprescindível discutir os Direitos Humanos haja vista que diariamente há afrontas aos direitos humanos quando se está diante da miséria,

[1] Doutorando no Programa de Pós-Graduação de Política Social e Direitos Humanos. E-mail: dudureal@uol.com.br

de conflitos armados e de situações degradantes em que se verifica a ausência de condições básicas para uma vida digna.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) prevê no seu art. XII:

> Artigo XII
> 1 Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado
> 2 Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, p.8) .

Além da DUDH, foram criados diversos tratados de direitos humanos para que estes fossem assegurados, visto que a DUDH apenas reconhece determinados direitos como inerentes a qualquer ser humano, não sendo um tratado. Contudo, ela foi a base para que fossem criados tratados que buscassem efetivar os direitos nela reconhecidos.

Um dos tratados de direitos humanos mais importantes em âmbito mundial é o Pacto de Direitos Civis e Políticos. Este prevê no seu art.12 que:

> Art.12
> 1. Toda pessoa que se ache legalmente no território de um Estado terá o direito de nele livremente circular e escolher sua residência.
> 2. Toda pessoa terá o direito de sair livremente de qualquer país, inclusive de seu próprio país.
> 3. os direitos supracitados não poderão em lei e no intuito de restrições, a menos que estejam previstas em lei e no intuito de proteger a segurança nacional e a ordem, a saúde ou a moral pública, bem como os direitos e liberdades das demais pessoas, e que sejam compatíveis com os outros direitos reconhecidos no presente Pacto.
> 4. Ninguém poderá ser privado arbitrariamente do direito de entrar em seu próprio país (BRASIL, 1992).

A migração foi reconhecida pela DUDH como um direito humano e efetivada por tratados posteriores, como o Pacto de Direitos Civis e Políticos.

Além da migração ser reconhecida como um direito humano, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) promulgou a Convenção Sobre os Trabalhadores Migrantes em 1939, que foi revista em 1949 através da Convenção nº 97 da OIT. Isto ocorreu, pois não bastava reconhecer a migração como sendo um direito de todas as pessoas, também era necessário reconhecer o direito destas pessoas de trabalharem no país para o qual imigraram.

Em 1975, a OIT elaborou a Convenção Sobre as Imigrações Efetuadas em Condições Abusivas e Sobre a Promoção de Igualdade de Oportunidades e de Tratamento dos Trabalhadores Migrantes (Convenção n. 143), contudo ela teve baixa adesão, inclusive o Brasil não faz parte dela.

Em 1990, foi aprovada pela Assembleia Geral da ONU a Resolução 45/158 de 18 de dezembro de 1990, que estabeleceu a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias. Esta convenção tem como objetivo reduzir a vulnerabilidade dos migrantes e de suas famílias, assegurando uma proteção internacional adequada. Contudo, o Brasil ainda não adotou esta convenção até hoje.

2.2 Os Direitos dos Trabalhadores Migrantes

A Constituição Federal considera no seu art.6º, o trabalho um direito social. José Afonso da Silva conceitua direito social como:

> [...] são prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos , direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais. São, portanto, direitos que se ligam ao direito de igualdade. Valem como pressupostos do gozo dos direitos individuais na medida em que criam condições materiais mais propícias ao auferimento da igualdade real, o que, por sua vez, proporciona condição mais compatível com o exercício efetivo da liberdade (SILVA, 2012, p.286-287).

Por ser um direito social o trabalho visa realizar a igualização de situações sociais desiguais.

A Lei 13.445/2017 (Lei de Migração) traz no seu art.3º os princípios e diretrizes da política migratória brasileira. Os incisos X e XI, respectivamente, afirmam que devem ser promovidas políticas públicas que tenham como objetivo a inclusão social e produtiva do migrante; e o acesso igualitário e livre a serviços, programas, benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social (BRASIL, 2017).

A Lei de Migração cita o trabalho também nas partes que trata do visto temporário e da residência. Dentre as várias formas de um imigrante conseguir um visto temporário está o trabalho, com ou sem vínculo empregatício, desde comprove oferta formalizada de trabalho por pessoa jurídica, sendo dispensado este requisito se o imigrante possuir ensino superior. O trabalho também pode ser uma forma do imigrante conseguir a autorização de residência (BRASIL, 2017).

3. Políticas Públicas de Trabalho para os Migrantes

3.1 Políticas Públicas de Trabalho no Brasil

Rose Serra aborda no seu artigo "A política pública de emprego, trabalho e renda – sentido e repercussões sociais" (2010) a Política Pública de Emprego, Trabalho e Renda na atualidade, com base em suas determinações e expressões econômicas, relacionada com as crises capitalistas dos anos 1970 e 2008. Demonstra a estrutura dessa Política no Brasil no nível federal e algumas propostas dos governos e apoios de organismos internacionais no continente latino americano. Por fim sinaliza consequências sobre a relação dessa Política com a Aliança para o Progresso na década de 1960.

É relevante ressaltar que a legislação brasileira na área do trabalho teve certos marcos históricos importantes, foi o caso do estabelecimento do Ministério do Trabalho em 1930; da Consolidação das Leis Trabalhistas em 1943; do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço em 1966, do Sistema Nacional de Emprego em 1976 e do Seguro Desemprego em 1986 (SERRA, 2010).

A intervenção estatal de maneira mais intensa ocorreu na década de 1990 com a regulamentação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O FAT é um fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, voltado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, ao Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico, esses últimos sob a competência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (SERRA, 2010).

É necessário dizer que a divisão das políticas públicas de trabalho não tem origem em um ordenamento jurídico preexistente, que estabeleça claramente as competências e as fronteiras de atuação de cada esfera; pelo contrário, a iniciativa coube sempre ao Poder Executivo Federal, por meio do Ministério do Trabalho e Emprego. Esse último, através de normas administrativas internas, formou gradualmente a "arquitetura" das políticas nacionais de trabalho e renda, ainda que na década de 1990 essas decisões passassem pela análise de uma instância de participação social (o Codefat), e os governos estaduais (por meio dos secretários de trabalho) fossem interlocutores sempre presentes (CARDOSO JÚNIOR et al, 2006).

Por outro lado, há uma completa separação entre os serviços públicos (sendo alguns executados por sindicatos e entidades sem fins lucrativos) e aqueles serviços

precisamente privados de emprego, trabalho e renda, malgrado a previsão legal de que seria competência do poder público a regulação desses últimos. Em uma situação intermediária entre o público e o privado, estão os serviços de formação profissional e de apoio ao empreendedorismo unidos pela nomenclatura Sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço de Aprendizagem Rural (Senar), Serviço Nacional de Aprendizagem no Transporte (Senat) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Embora financiadas em sua maioria por contribuições para-fiscais sobre a folha de salários, essas organizações preservam plena autonomia de gestão frente ao governo, tomando regularmente a função de executoras de ações específicas de emprego e renda pagas com recursos públicos (CARDOSO JÚNIOR et al, 2006).

As políticas de trabalho e renda estão relacionadas com a imigração. Segundo Leonardo Cavalcanti (2015), não é possível compreender a existência desses novos fluxos no Brasil sem falar sobre o mercado de trabalho. Ademais, é nele que é possível entender a posição social que estão os imigrantes e que estarão os seus descendentes. No entanto, reduzir os movimentos migratórios somente a questões referentes ao trabalho acarreta identificar uma limitação analítica: os indivíduos também migram por outras razões (reuniões familiares, refúgio, asilo, entre outros fatores) que também são relevantes na mobilidade humana. Contudo, é necessário lembrar que uma vez no país de acolhida o lugar social dos imigrantes estará marcado pela posição que ocupam no mercado do trabalho.

3.2 O Trabalho do Migrante no Brasil

Os dados apresentados por Cavalcanti (2015) demonstram que o Brasil vive um momento específico, no que diz respeito às migrações internacionais. Diferentemente dos fluxos imigratórios do século XIX e início do século XX, em que os imigrantes originários do norte global eram estimulados e financiados pelo governo brasileiro pois tinham a incumbência de "ocupar" territórios e de "branquear" o país, atualmente o mercado de trabalho brasileiro vem acolhendo também imigrantes provenientes do hemisfério sul (haitianos, colombianos, senegaleses, peruanos e bengalis).

Tânia Tonhati, Marília Macedo e Felipe Quintino (2018) mostram as essenciais características das autorizações de trabalho concedidas a imigrantes entre 2011 a 2017. Essas autorizações eram dadas pelo Ministério do Trabalho, por meio da Coordenação

Geral de Imigração (CGIg). As autorizações são uma condição das autoridades consulares brasileiras para expedição de visto permanentes ou temporários de trabalho para o Brasil.

Diferentemente dos anos anteriores, os dados de 2017 trazem dois novos fatores, que são na verdade as novas denominações das autorizações de trabalho, conforme a Nova Lei de Migração. Segundo a nova lei, residência seria o nome dado a autorizações de trabalho concedidas a imigrantes já no Brasil e residência prévia seriam autorizações de trabalho dadas a imigrantes que ainda não estão no Brasil.

A Convenção sobre Trabalhadores Migrantes prevê no seu art.11:

> Artigo 11
> Para os fins da presente Convenção, o termo «trabalhador migrante» designa uma pessoa que emigra de um país para outro com vista a ocupar um emprego que não seja por sua conta própria; inclui todas as pessoas admitidas regularmente na qualidade de trabalhador migrante.
> A presente Convenção não se aplica:
> a) Aos trabalhadores fronteiriços;
> b) À entrada, por um curto período, das pessoas exercendo uma profissão liberal e de artistas;
> c) Aos trabalhadores do mar (BRASIL, 1949, https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/ConvOITTrabMig.html) .

Em virtude deste artigo, esta Convenção não protege os trabalhadores migrantes que exercem o trabalho informal.

Cabe dizer que o Brasil, por ser Estado-parte do documento em questão, é obrigado dar o mesmo tratamento concedido ao brasileiro no que diz respeito às questões trabalhistas como: remuneração, duração da jornada de trabalho, horas extras, férias remuneradas, restrições ao trabalho a domicílio, idade de admissão, entre outras; preservando-se, da mesma forma, os iguais direitos para filiação em organizações sindicais e gozo das disposições das convenções coletivas de trabalho (LEMOS; GOLDSCHMIDT, 2018).

O Brasil também é signatário da Convenção n.118 da OIT (Convenção sobre Igualdade de Tratamento dos Nacionais e Não-Nacionais em Matéria de Previdência Social). O art.2º §1º desta Convenção afirma que:

> Artigo 2o
> §1.Qualquer Membro poderá aceitar as obrigações da presente Convenção no que diz respeito a um ou vários dos seguintes ramos da previdência social para os quais possui uma legislação efetivamente aplicada em seu território a seus próprios nacionais:
> a) Assistência médica.

b) Auxílio-doença.
c) Prestações de maternidade.
d) Aposentadoria por invalidez.
e) Aposentadoria por velhice.
f) Pensão por morte.
g) Prestações em caso de acidentes do trabalho e doenças profissionais.
h) Seguro desemprego.
i) Salário-família (BRASIL, 1970, https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/ConvOit118.html) .

Sendo assim, o Brasil deve assegurar também ao migrante o direito à previdência social.

Em 2017, a quantidade de carteiras emitidas para trabalhadores migrantes ultrapassou o total do ano anterior em 11%. Foram 35.715 carteiras emitidas, sendo que desta quantia, a maior parcela – pelo sétimo ano seguido - foi de trabalhadores nascidos na República do Haiti, que em 2017 equivaleu a 31% do total. Os venezuelanos configuram a segunda nacionalidade na emissão de carteiras de trabalho, com 24% do total. Se relacionarmos com 2016, a quantidade de carteiras emitidas a imigrantes oriundos da Venezuela aumentou 278,8% . Argentina (4%), Paraguai (3%) e Colômbia (3%) e Bolívia (3%) também mostraram aumentos (CAVALCANTI; BRASIL; DUTRA, 2018).

Em relação à movimentação de migrantes no mercado formal de trabalho em 2017, foram realizadas 45.028 admissões contra 34.739 demissões. Dentre o total de contratações 75% foram de migrantes do sexo masculino e 25% de migrantes do sexo feminino. Dentre as demissões 76% foram de migrantes do sexo masculino e 24% do sexo feminino (CAVALCANTI; BRASIL; DUTRA, 2018).

No que diz respeito aos principais empregos na qual trabalhadores migrantes são contratados, destacam-se: Alimentador de Linha de Produção (7,89%), Servente de Obras (6,52%), Faxineiro (5,82%) e Magarefe (4,93%). Dentre as 10 principais ocupações, em termos de fluxo, apenas na categoria Pedreiro o total de demissões ultrapassou o de admissões, tendo por consequência um saldo negativo (-58) (CAVALCANTI; BRASIL; DUTRA, 2018).

No que toca as principais atividades econômicas exercidas por trabalhadores migrantes, o maior percentual de admissões em relação à totalidade foi encontrado nas categorias: Restaurantes e similares (7,09%), Construção de edifícios (5,21%), Abate de aves (4,61%), Frigorífico – abate de suínos (4,28%) e Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares (2,75%). Todas as 10 principais atividades econômicas apresentadas tiveram saldo anual positivo (CAVALCANTI; BRASIL; DUTRA, 2018).

4. Considerações finais

O Brasil apresenta políticas de trabalho, emprego e renda, contudo não existe uma política pública específica para o trabalhador migrante.

A primeira parte do trabalho apresentou a migração como direito humano previsto em uma série de tratados e as convenções dos trabalhadores migrantes. Em seguida descreve-se a evolução histórica do processo de migração.

A segunda parte descreveu as políticas públicas de trabalho, emprego e renda existentes no Brasil e a situação dos migrantes no mercado de trabalho formal. Percebeu-se que a maioria dos migrantes ocupam as profissões que possuem uma remuneração mais baixa. No entanto, o número de admissões tem sido superior ao de demissões, exceto na categoria de Pedreiro.

Desta forma, entende-se que os migrantes também possuem direitos trabalhistas, apesar de não existir nenhuma política de trabalho direcionada especificamente para esta população. Além disso, as ocupações exercidas pelos migrantes são as que possuem baixa remuneração. Portanto, é necessário que se estabeleça uma política de trabalho direcionada especificamente para os migrantes para que sejam avaliadas as suas qualificações, pois percebe-se que poucos migrantes são contratados para empregos que possuem as maiores remunerações.

5. Referências

BRASIL. Decreto-lei 406 de 4 de maio de 1938. Dispõe sobre a entrada , de estrangeiros no território nacional. **Portal da Legislação**, Brasília, 4 mai. 1938. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del0406.htm>. Acesso em: 23 jul. 2019.

CARDOSO JÚNIOR, José Celso; GONZALEZ, Roberto; STIVALI, Matheus; AMORIM, Brunu; VAZ, Fábio. **Políticas de Emprego, Trabalho e Renda no Brasil:** Desafios à Montagem do Sistema Público, Integrado e Participativo. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2006, 73p. Disponível em: <http://repositorio .ipea.gov.br/bitstream/11058/1719/1/TD_1237.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2019.

CAVALCANTI, Leonardo. "Inserção e mercado de trabalho no Brasil: Características e tendências". **A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro**. Cadernos OBMigra, Ed. Especial, Brasília, 2015, 174p.

CAVALCANTI, Leonardo; BRASIL, Emmanuel; DUTRA, Delia. "A Movimentação dos Trabalhadores imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro". In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; MACEDO, Marília de (orgs.). **Relatório Anual 2018**: Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil. Brasília: OBMigra, 2018. p.75-112. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados_anuais/RELATORIO_ANUAL_2018.pdf>. Acesso em 28 ago. 2019.

FRAGA, Mirtô**. O Novo Estatuto do Estrangeiro Comentado**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1985.

LEMOS, Tiago; GOLDSCHMIDT, Rodrigo. "O Migrante e a Inclusão no Mercado de Trabalho Brasileiro através de Políticas Públicas". In: SEMINÁRIO NACIONAL DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 14., 2018, Santa Cruz do Sul. **Anais do XIV Seminário Nacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2018. p. 1-18. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/viewFile/17987/1192611956>. Acesso em: 20 ago. 2019.

MILESI, Rosita. "Por uma nova Lei de Migração: a perspectiva dos Direitos Humanos". In: CEAM/UnB – CSEM e UniEURO. **Mesa Redonda "Leis e políticas migratórias: o desafio dos direitos humanos"**. Brasília: CEAM/UnB – CSEM e UniEURO, 2007. p.1-9. Disponível em:<http://www.csem.org.br/pdfs/por_uma_nova_lei_de_migracao_no_brasil_%20rosita_milesi.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2019.

MORAES, Ana Luisa Zago de. **Crimigração: a relação entre política migratória e política criminal no Brasil**. 2016. 374f. Tese (Doutorado em Ciências Criminais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais, Faculdade de Direito, PUCRS, Porto Alegre. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7787/1/000477163-Texto%2bParcial-0.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos (Resolução 217-A de 10 de dezembro de 1948)**. Organização das Nações Unidas**, Paris, 10 dez. 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2019.

RICCI, Carla; SILVA, Jéssica Monteiro Clementino da. "Atualizações da lei migratória brasileira: um novo paradigma das migrações?". **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XXI, n. 41, p. 23-44, mai/ago. 2018. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_41_art_1_Ricci_Silva.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2019.

SERRA, Rose. "A política pública de emprego, trabalho e renda – sentido e repercussões sociais". **Sociedade em Debate**, Pelotas, v.16, n.2, p. 87-109, jul.-dez. 2009. Disponível em: <http://rle.ucpel.edu.br/index.php/rsd/article/view/675/599>. Acesso em 29 jul. 2019.

SEYFERTH, G. “Colonização, imigração e a questão racial no Brasil”. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, p. 117-149, mar./mai. 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33192/35930>. Acesso em 23 jul. 2019.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 2012. 928p.

TONHATI, Tânia; MACEDO, Marília; QUINTINO, Felipe. “Autorizações de trabalho concedidas a não nacionais pela Coordenação Geral de Imigração (CGIg) 2011-2017”. In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de.; MACEDO, Marília. **Relatório Anual 2018**: Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil. Brasília: OBMigra, 2018. p. 19-44. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados_anuais/RELATORIO_ANUAL_2018.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2019.

CRISE DO ESTADO E RESISTÊNCIAS

ESTADO E CRISE DA DEMOCRACIA NO BRASIL: a institucionalidade e a mitigação democrática

Paulo César Neves Barboza[1]

1. Introdução

Neste texto são abordados aspectos da atual crise do Estado e da democracia no Brasil, cujos recuos são percebidos em espaços da vida social e institucional, embora permaneçam suas bases formais, não isentas de novas restrições. Em favor de uma perspectiva de Estado que emula a gestão empresarial e se afasta da política democrática, manifestam-se pretensões autoritárias de instituições estatais e de parcelas da sociedade civil na disputa pelos sentidos da democracia. Outras ordens, como a econômica e a jurídica,e seus agentes, deságuam na política seus efeitos e determinações. Acentua-se o formalismo democrático legitimador do poder político, diante dos contrastes da desigualdade social, que se mantém sob determinações fundadas além das arenas políticas representativas.

A política não se confunde com democracia, nem o Estado se reduz ao seu modelo democrático hegemônico: a política é marcada ontologicamente pelo antagonismo e disputa pelo poder, conforme Laclau e Mouffe, com os regimes sustentando-se em fundamentos contingentes que podem prescindir da democracia convencional ou de outras formas democráticas, desde que assegurem hegemonia discursiva. Tal abordagem não afasta a percepção de que desde o final do Século XX, a democracia liberal é tomada como a forma legítima do poder político, mesmo com suas falhas e as mazelas sociais ocultadas (MOUFFE, 2006; CROUCH, 2004). Nas molduras do sufrágio universal e da representação política afirma-se a essência da democracia, e a ampliação ou a redução de propósitos institucionais contemplados afetam sua legitimação e resultam na atualização e ressemantização do conceito democracia.

A democracia minimalista e a gradual despolitização da atividade política, estabelecem controles e seguros sobre a política, ou sobre os riscos que o *demos* representam para esse modelo de democracia e sua ordem social (RANCIÈRE, 2014). Consideram-se consensos que envolvem os Estados e se sedimentam em suas instituições e políticas através de suas permeáveis fronteiras e insuficiente capacidade

[1] Mestre em Direito (UFSC). Professor UFPEL. E-mail: profpaulocesarufpel@gmail.com

regulatória diante da globalização econômica e das vicissitudes de ser atrativo aos mercados e ao capital financeiro, diante dos quais a democracia é risco e externalidade.

No processo de desdemocratização são percebidas mudanças na legitimação do poder político e dos regimes políticos (TILLY, 2013), relacionados aos discursos e sentidos mobilizados na mitigação da democracia, a partir de pautas conservadoras em simbiose com o neoliberalismo econômico na ordem institucional, conforme BROWN (2011). Se sobressai o traço meramente nominal de democracia, por conta da manutenção de desigualdades estruturais (MIGUEL, 2018 e SAFATLE, 2010; 2018), sendo possível compreender a democracia como processo incompleto que pode encontrar reveses relacionados com especificidades de uma gramática política (NUNES, 2017), seus agentes, como o aparato jurídico (CARDOSO, 2017), suas articulações políticas e a participação de setores da sociedade. Pretende-se delinear traços de uma crise democrática que se conforma especialmente na quadra histórica entre as eleições presidenciais de 2014 e 2018, e que apontam a manutenção de uma ordem política que subjaz à ordem constitucional, e suas relações com estratégicas mudanças nesta base formal para legitimação do poder político.

2. A democracia da Nova República: um breve percurso de curto alcance

O processo de fundação da Nova República convergiu para a criação de uma Constituição Federal extensa e detalhista, derivada de um otimismo legiferante típico de um cenário de pós-ditadura, no qual surgem novos atores políticos e se percebe um rearranjo das forças que sustentaram o antigo regime adaptadas à nova ordem. Apostou-se na perenidade de instituições jurídicas dotadas de prerrogativas relevantes e de maior autonomia funcional, para salvaguardar a ordem constitucional e os direitos fundamentais. A expectativa de evitar ameaças de autoritarismo a partir das instituições contempladas com poder se dá também no terreno dos legislativos, nos quais a reconfiguração político-partidária produziu uma pluralidade de agremiações presentes no Legislativo, demandando uma gama de acordos e alianças para viabilização de governabilidade, no denominado presidencialismo de coalizão (ABRANCHES, 2018).

Vigente um conjunto vasto de direitos fundamentais, especialmente de direitos sociais, tem-se a seguir um cenário político e econômico que limitou sobremaneira as pretensões típicas do *welfare state* da segunda metade do Século XX. Considerando a natureza dessas normas, dependentes de prestação estatal e de políticas públicas, a

eleição de governos de corte neoliberal (Fernando Collor/Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso) e suas políticas fiscais e sociais acabaram por limitar a eficácia de tais direitos, adicionando restrições a um quadro já precário, e induzindo o deslocamento de tais demandas para sua judicialização. As demandas reprimidas ou pouco efetivadas compõem parte relevante dos discursos mobilizados, constituindo as pautas populares presentes nas eleições de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Roussef. Neste percurso, a democracia brasileira mantém-se constrangida sob grandes desigualdades sociais, e encontra ponto limite em sua atual crise, um processo que passa pelo golpe jurídico-parlamentar de 2016 e pela chegada ao poder presidencial de discursos autoritários e regressivos sobre os direitos fundamentais, associadas ao aprofundamento do neoliberalismo e suas reformas estruturais (MIGUEL, 2019). Esta interdependência da economia neoliberal e da ordem política, demandam regimes de governo capazes de, sob a aparência de normalidade democrática, normalizar expressões de autoritarismo e de conter os riscos que a democracia potencialmente apresenta à ordem oligárquica.

A pertinência das instituições democráticas para a governabilidade de economias e povos é posta em questão na medida em que a globalização econômica produz centros de poder transnacionais, cujas normatividades superam permeáveis fronteiras nacionais e gradualmente deslocam a legitimidade do poder político de seus postos representativos, configurando a pós-democracia de CROUCH (2004). Sobrepõem-se à ordem política, e às possibilidades já limitadas da democracia representativa, a normatividade econômica e seus consensos ditos democráticos, com afastamento da essência conflitiva da política (RANCIÈRE, 2013). Limitam-se os objetos da disputa política, que se a partir de discursividades não políticas, mas jurídicas, econômicas e morais (MOUFFE, 2006). As necessidades criadoras da ordem fundam excepcionalidades que se assemelham ao estado de emergência (AGAMBEN, 2004), e estabelecem condições para o desmonte do Estado de Bem-Estar Social no Norte do globo, cujas sociedades passam a viver dramas sociais antes comuns aos trabalhadores dos países em desenvolvimento, que passam pelo aprofundamento de seus déficits democráticos. Assim, diante das necessidades e das contingências econômicas forjam-se discursos políticos que apontam direitos sociais como privilégios insustentáveis, no vulgar dilema entre trabalho precário ou direitos.

A Nova República manteve sempre um horizonte utópico presente no plano do dever ser constitucional, distante do plano material, mas que se prestava para justificação de governos, como limites para a governabilidade ou como meta a ser realizada. Nesse percurso, subjaz uma ordem política no qual a soberania popular serve como recurso

retórico para legitimação eleitoral. Nesta se sustentam partidos que pulverizam a representação política, estabelecendo, um cenário de paralisia governamental, numa perspectiva crítica do presidencialismo de coalizão. Inviabiliza pela via representativa qualquer mudança estrutural contrária ao conservadorismo de oligarquias políticas (SAFATLE, 2018). A democracia brasileira padece ainda de vícios de origem, considerando a manutenção de hierarquias sociais e políticas que se preservam institucionalmente, ao custo da violência estrutural representada em índices alarmantes de desigualdade (MIGUEL, 2018) e da violência estatal cotidiana, um dos custos de uma transição democrática não resolvida, de um passado que não deixa de estar presente numa sociedade ainda seduzida pelo militarismo e que faz da violência contra a parcelas da população política de segurança e de governo, como expressão atual de sua escravidão ontológica (SAFATLE, 2010). Conforme SANTOS (2017, p. 21), em sociedades oligárquicas e seus truncados processos democráticos, "a taxa de coação, seja jurídica, policial ou militar, é comparativamente bem mais elevada", de modo que compreender a diferença entre oligarquias representativas e democracia representativa contribui para perceber formas incompatíveis de violação da democracia.

A gramática da política brasileira de NUNES (2017) oferece um instrumental teórico relevante para a presente análise, considerando a pertinência do insulamento burocrático, do universalismo das formas, do clientelismo e do corporativismo. A positivação e institucionalização do republicanismo marcado pelo universalismo de procedimentos, não impede práticas políticas e institucionais que suportam exceções à ordem como parte de sua estrutura, como os corpos matáveis indicados por SAFATLE (2018). O insulamento burocrático define um corpo institucional capaz de conduzir a gestão pública conforme padrões de eficiência e de qualidade que, em tese, não seriam contaminados pela influência política e sua gramática. Deveriam permanecer incólumes às disputas políticas e seus riscos, como resguardo burocrático. Entretanto, tal distanciamento é suprimido, considerando se tratar de uma cadeia de decisões tomadas em centros de poder: o encaixe na estrutura política não lhes permite tal afastamento.

A institucionalidade portadora de meios para a proteção da democracia brasileira contribui sobremaneira para solapar seus fundamentos. Peças fundamentais no desmonte destas bases, são os quadros do aparato jurídico, a saber Ministério Público e Judiciário, atrelados aos setores políticos partidários que não aceitaram a derrota eleitoral nas eleições presidenciais de 2014, parcelas da sociedade civil e parte dos militares (MIGUEL, 2018). Se trata de um conjunto da representação política e dos quadros de

carreira da Administração que se sobressaem na conjuntura em questão, que contribuem e participam do processo, embora não se reduza este em seus voluntarismos e omissões, diante de um complexo de condicionantes que lhes escapam, e que não serão abordados neste momento. Percebe-se que a autonomia funcional do aparato jurídico lhes garante possível insulamento diante de pressões e demandas políticas de diversas ordens.

A autonomia institucional e suas prerrogativas, destituída de controles não corporativos, constituem capital de poder para a defesa de interesses corporativos, e relações clientelistas com os demais poderes, com trocas de favores institucionais e articulações políticas (CARDOSO, 2017). Estas, se estabelecem a partir de pautas que em disputas internas se hegemonizam nessas instituições, e assumem peso discursivo diante da política e do social, viabilizando alianças com setores da sociedade civil, com mídia corporativa e com governos (ou suas oposições). A participação do aparato jurídico é determinante, não obstante eventuais anteparos jurídicos, como a decisão do STF sobre prisão em segunda instância - decisão tardia, se considerarmos que o Judiciário exerce verdadeiro poder de veto não democrático nas eleições de 2018, ao impedir a candidatura presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva.

A aparente disfuncionalidade institucional do aparato judicial, subvertendo e constrangendo suas instâncias e hierarquias, deriva de uma autonomização de poder que permite partidarização e consequente parcialidade em suas decisões, viabilizada por articulações discursivas e de significantes como democracia e corrupção. Tornados relevantes na disputa por hegemonia política, induzem a emergência do político em instituições pretensamente insuladas dessas influências. Delimitam-se os inimigos da ordem, e se conduz gradativamente a deslegitimação da política adversarial, do agonismo, em favor da radicalização do político, do antagonismo (LACLAU; MOUFFE, 2014). A partir daí, definem-se estratégias de ação e de omissão institucional do aparato jurídico, e seu apoio midiático e policial, que ajustam os calendários eleitorais às decisões dos tribunais, conforme conveniências e contingências que limitam o alcance da participação e da representação na política institucional.

3. Desdemocratização e retrocessos para uma democracia limitada

Até aqui se tratou de aspectos da democracia e do Estado brasileiros, com suas desigualdades estruturais impeditivas de maior sedimentação e substancialidade para a democracia na vida social. Convergem para o cenário o incremento dos meios para

limitação de seu alcance e eficácia, que atualizam formas de veto à democracia. Distanciando-se dos golpes civis-militares, são engendradas tecnologias e expressões de poder que se sustentam sob a forma de normalidade institucional democrática, representada por articulações entre setores do aparato jurídico, das corporações militares, da política e da sociedade civil. Com o propósito de dar cabo para crise institucional, dá-se causa para medidas apontadas como necessárias para preservar a moralidade pública contra os corruptos e seus partidos e, claro, a democracia. Não sendo novidade na política brasileira, as ações derivadas de centros de poder, e de veto, à limitada soberania do voto não cessam crises institucionais:

> Golpes parlamentares sofrem de inerente instabilidade, que não desaparece com a substituição dos golpeados – dieta pacificadora dos golpes tradicionais, em geral, tendendo antes a crescer, se mantidas as condições básicas de funcionamento democrático. O acordo prévio sobre quem deve deixar o governo não antecipa quem deve herdá-lo, e ainda menos como exercê-lo. A letra escrita da lei, que continua em vigência, não guarda eficácia operacional indisputada, de que o golpe bem-sucedido, aliás, é contundente evidência. Disputa-se precisamente qual o sentido da legalidade e que alterações são indispensáveis à restauração de sua capacidade preditiva e à recuperação do contentamento dos expectantes apoiadores do novo governo. (SANTOS, 2017, p. 15).

Dentro de um processo histórico que não consegue assentar a democracia nas instituições do Estado e da sociedade civil, com a interposição de vetos e de contingências limitadoras, é possível a desdemocratização? Como resposta, é relevante o caráter processual da democracia, considerando o paradoxo de se imaginar um modelo pronto e acabado de democracia, típico de uma perspectiva hegemônica presente na imperialidade democrática, que limita a autonomia de povos e as identidades políticas (BALLESTRIN, 2017). Por definição, a democracia deve ser capaz de colher no campo das disputas políticas diversas identificações, bem como viabilizar novas identificações políticas, que não se encerram (MOUFFE, 2005; CROUCH, 2004), sobretudo se considerarmos as bases culturais a partir das quais se fundam os estereótipos de indivíduo racional presente na tradição teórica contemporânea e sua pretensão de universalidade.

A democracia deve abranger aberturas e deslocamentos nas identificações políticas em seus pressupostos, tendo os processos políticos basicamente duas vias: democratização, tipicamente em transições democráticas; e desdemocratização, ou a imposição de limites por poder capaz de deter ou evitar democratização. A promoção do bem-estar, do Estado de direito e do poder popular se vinculam com a democratização,

simplificada em quatro juízos: a extensão das demandas; o modo equitativo como as diferentes demandas são percebidas e traduzidas pelas instituições estatais; a proteção política do Estado para as demandas; e o quanto o processo de tradução destas envolve cidadãos e Estado - temos, portanto, amplitude; igualdade, proteção e caráter mutuamente vinculante das consultas (*idem*, pp. 27-32). A partir destes juízos, se percebe a democracia brasileira em seus aspectos formais e sua distância do envolvimento e do compromisso efetivos entre o *demos* e a estatalidade.

Para TILLY (*idem*, pp. 37-38), o poder mobilizado nas dinâmicas políticas considera a possibilidade de redes de confiança; aumento ou diminuição do insulamento dos processos políticos públicos em relação às principais desigualdades categóricas; e o aumento ou diminuição da autonomia em relação aos processos políticos públicos por parte dos principais centros de poder (especialmente os que detém meios coercitivos) tais como as milícias, as redes de clientelismo, o exército e as instituições religiosas. Especialmente este último aspecto pode ser relacionado com o aparato jurídico brasileiro, considerando seus recursos e prerrogativas de coação e a ausência de *accountability* que lhes seja externo e democrático, distanciado dos limites corporativos que permeiam seus conselhos e dos controles horizontais de suas instâncias. Carece a democracia de meios de contenção capazes de evitar, *pari passu*, ao menos no atual quadro a autonomização e a politização destas instituições, de modo a restringir articulações políticas e o uso de prerrogativas institucionais com tais finalidades.

Outro sentido para a desdemocratização é encontrado em BROWN (2006, pp. 690- 710) e sua abordagem sobre os contornos que políticas retrógradas e conservadoras em simbiose com as demandas neoliberais dão as instituições políticas, com a crescente desvalorização das liberdades políticas, da igualdade e da cidadania substantiva em favor da governança derivada de critérios do mercado e da valorização de discursos moralizantes, que minam cultura e instituições da democracia. Temos elementos discursivos presentes no atual *zeitgeist* do poder político, e que encontram espaço para proliferação nas expressões políticas brasileiras, mesmo diante de seus pressupostos democráticos formais. Não se trata apenas de corporações que compram políticos e da mídia corporativa e seus compromissos, mas de fusão entre mundo empresarial e Estado, consolidando formas de gestão que se distanciam da política democrática e da possível participação popular, que se reduz à legitimação de processos eleitorais, marcados pelo marketing político determinante para quem neles participa (BROWN, 2011, 46-52).

Essas tecnologias de *gestão* se apartam da política e de suas marcas ontológicas, ou seja sua conflituosidade e seus dissensos mobilizados pelo *demos* (ORTIZ LEROUX, 2006), para assentar a política distante de espaços de fala aberta (SAFATLE, 2018), para assentá-lo em autoridades legitimadas formalmente na ordem vigente, como as autoridades jurídicas, que gradualmente tendem a ampliar os seus recursos discursivos dotados de poder de coação para garantir a legitimação do poder político, sustentando-se também em articulações com centros de poder midiático e econômico que se amalgamam com seus recursos para a legitimação de uma democracia que recua aos seus termos formais (MIGUEL, 2018).

4. Considerações finais

No cenário de crise, brevemente problematizado neste texto, percebe-se um processo que parte de um modelo legitimado na tradição liberal e que se esvai, erodindo o esteio do Estado de Direito e da democracia. O processo de desdemocratização é flagrante em seus efeitos, diretos e indiretos, nos processos de legitimação política eleitoral, bem como na redução do arcabouço normativo de proteção social. Ambos sob a articulação de discursos que associam o moralismo do combate à corrupção com o moralismo do discurso neoliberal, de austeridade, responsabilidade fiscal e individualismo (SAFATLE, 2018). O fato de serem estabelecidos em bases normativas de origens mais diversas, e não essencialmente políticas, sempre politizáveis não afasta o caráter estratégico das mudanças nas bases jurídico formais. Não basta reduzir a política democrática a partir de uma dinâmica política que a solapa a partir de suas instituições ou por meio de uma dinâmica política subjacente à ordem vigente.

As alterações no arcabouço legal são percebidas no quadro de recuo democrático, como se percebe na Emenda Constitucional n.º 95/2016, e sua limitação severa aos investimentos em políticas públicas, afetando a eficácia já reduzida dos direitos sociais, ao mesmo tempo que não constrange interesses do capital financeiro (MARIANO, 2017). Esta alteração funda uma barreira para o desenvolvimento social que reduz toda a institucionalidade aos termos de uma verdadeira constituição da austeridade que se configura. Outras alterações normativas se seguiram, destacando as mudanças na legislação trabalhista e na previdência social, todas mobilizadas por agentes direta ou indiretamente relacionados com o golpe jurídico-parlamentar. De qualquer modo, conforme brevemente abordado, a histórica pouca eficácia dos direitos fundamentais e

as consequentes limitações à democracia são marcas da ordem política que subsiste como legitima sem o enfrentamento das causas estruturais da desigualdade social (MIGUEL, 2018). Neste sentido, limitar o simbolismo, ou os objetos possíveis para os discursos mobilizados na política, restringindo-os aos termos dos consensos não democráticos (RANCIÈRE, 2014) de modo que incorporam e/ou se submetem a ordem jurídico-política aos termos das razões que fundamentam aquele consenso. Limitam-se, assim, as perspectivas de significação institucional e política mobilizadas até esta quadra histórica;

Constranger a jurisprudência, consolidando sentidos que se encontravam em disputa no campo jurídico, em favor de uma hegemonia cujos fundamentos encontram identificação com parte do aparato jurídico, é outro móvel dos ajustes na ordem legal. A redução do horizonte jurisprudencial se junta a limitação do simbolismo político da ordem vigente, de modo que também se presta para conformar a ordem vigente aos fundamentos normativos originários de centros de poder que encontram eco na governança, evitando sobreposições e riscos de entraves democráticos ao neoliberalismo. A institucionalização de limites mais claros e objetivos induz novas tecnologias e meios para a sustentação formalmente legítima da desigualdade estrutural e suas correlatas expressões de violência. Consolida uma forma de gestão da democracia brasileira, tende a escancarar suas imperfeições, e a induzir novas demandas em novas identificações política.

Conclusivamente, pode-se alegar que a separação de poderes ainda produz os efeitos que dela são esperados, como a limites pelo Legislativo ao poder regulamentar do Poder Executivo, que recorrentemente coloca em questão os limites da legalidade. Certamente, alguns limites são impostos e eventualmente a separação de poderes opõe anteparos aos riscos à democracia. Entretanto, as decisões cruciais para a democracia se mostram extemporâneas, tal como no exemplo do Judiciário. A legislação que contra abusos de poderes por parte do aparato jurídico e policial do Estado entra em vigor após estes quadros exercerem seu poder de veto antidemocrático. De qualquer modo, existe uma afinidade entre os poderes para a implementação das reformas e de limitações consequentes às políticas públicas, que aprofundaram as desigualdades estruturais e corroborarão com a necessidade crescente de medidas emergenciais e excepcionais para a garantia da ordem, numa gestão da crise permanente como técnica de Estado e de governo, garantido pela preservação dos interesses corporativos dos gendarmes e suas prerrogativas institucionais.

5. Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção.** São Paulo: Boitempo, 2004.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Imperialidade democrática como injustiça global: problemas para a democracia e a justiça no século XXI. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (orgs). *Encruzilhadas da democracia*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2017.

BROWN, Wendy. American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization. **Political Theory,** vol. 34, n. 6, Dec. 2006, 690-714.
_____. "We Are All Democrats Now..." *In:* Agamben, Giorgio; BADIEU, Alain et alii. **Democracy in what state?** New York: Columbia University Press, 2011.
CARDOSO, Luciana Zafalon. Uma espiral elitista de afirmação corporativa: blindagens e criminalizações a partir do imbricamento das disputas do Sistema de Justiça paulista com as disputas da política convencional. Tese (doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

CROUCH, Colin. **La Posdemocracia**. Madrid, Taurus, 2004.
LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**. São Paulo: Intermeios, 2015.
MARIANO, Cynara. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, vol. 4, n. 1, p. 259-281, jan./abr. 2017
MIGUEL, Luis Felipe. **Dominação e resistência**. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **O colapso da democracia no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista Sociologia Política**, (25): 11-23, nov. 2005.

_____. **Sobre o político**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

ORTIZ LEROUX, Sérgio. La interrogación de lo político: Claude Lefort y el dispositivo simbólico de la democracia. **Revista Andamios** (México), v. 2, n. 4, p. 79-117, 2006.

RANCIÈRE, Jacques. **Ainda se pode falar de democracia?** Lisboa: KKYM – YMAGO (Ensaios Breves).2014b.

SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência como Estado ilegal. *In:* TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs). **O que resta da ditadura.** São Paulo: Boitempo, 2010.
SANTOS, Wanderley Guilherme. **A democracia impedida**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

TILLY, Charles. **Democracia.** Petrópolis: Vozes, 2012.

CRISE POLÍTICA E BLOCO NO PODER: apontamentos sobre a natureza de classe da crise brasileira

Mateus Henrique Weber[1]
Leonardo Granato[2]

1. Introdução

No Brasil vivemos um recente e prolongado processo de crise política, que tem assumido diferentes características ao longo do seu desenvolvimento, e que alcançou dentre seus resultados a deposição de Dilma Rousseff da presidência, a restauração do neoliberalismo ortodoxo como política econômica e social de Estado e a emergência do "bolsonarismo" enquanto a força reinante na cena política. Para além de uma análise que restringe o fenômeno da crise política a mera manifestação nos planos institucional e/ou ideológico, buscamos compreender tal fenômeno a partir da sua natureza de classe, ou seja, assentado nos conflitos e contradições que as classes sociais e suas frações enfrentam na luta política, sobretudo nos conflitos e nas contradições intraburguesas, travadas entre as frações dominantes que integram o bloco no poder.

Para tanto, procedemos pela análise bibliográfica da teoria política de Nicos Poulantzas e seus intérpretes, em torno dos conceitos de "fracionamento da burguesia", "bloco no poder" e "hegemonia política" para compreender o fenômeno da "crise política" como decorrente das modificações da relação de forças entre as classes e frações de classes. Em seguida, buscamos na interpretação de autores que mobilizam e atualizam tais conceitos para a explicação dos aspectos conjunturais da atual crise política brasileira, suas características e as condições que permitiram a sua emergência, bem como os seus desdobramentos no cenário político brasileiro.

2. Bloco no poder e crise política: aspectos conceituais

Para uma análise que compreende o fenômeno da crise política a partir da sua natureza de classe, primeiramente, é necessário tomar como referência a ideia de que as classes dominantes não se apresentam de modo unitário e monolítico. No nível das

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: mateusweber@hotmail.com.
[2] Doutor em Economia Política Internacional. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: granato.leonardo@gmail.com.

práticas sociais, se expressam na forma de um conjunto de frações, diferenciadas pelas suas posições nos planos econômicos, políticos e ideológicos. Essas frações de classe apresentam distintas contradições entre si e que, para o exercício da dominação política, se articulam a partir do que Nicos Poulantzas (1977a) denomina de "bloco no poder".

Essa noção de bloco no poder designa precisamente uma "unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, em sua relação com uma forma particular do Estado capitalista" (POULANTZAS, 1977a, p. 229). O bloco no poder, composto pelas classes e frações das classes dominantes[3], possui um conjunto de interesses gerais comuns que o unificam, afim de garantir os fundamentos da reprodução do modo de produção capitalista, da exploração econômica das classes populares (operariado, campesinato, pequena-burguesia) e da sua dominação político-ideológica. Essa coesão entre classes e frações de classe dominantes em torno de uma comunidade de interesses, não ocorre por um acordo explícito, mas é garantida justamente pelo Estado (FARIAS, 2009), na medida em que esse organiza o bloco no poder, construindo uma relativa unidade nos níveis econômicos, políticos e ideológicos no campo da luta de classes.

No entanto, dentre as classes e frações de classes dominantes que integram o bloco no poder, há uma classe ou fração que cumpre o papel particular de dominância sobre as demais, exercendo a função de hegemonia em relação ao bloco no poder. Ao exercer a função de hegemonia, essa classe ou fração dominante impõe os seus interesses econômicos específicos como sendo os interesses políticos gerais do bloco no poder. Esse interesse geral da fração hegemônica se apresenta tanto em relação às demais classes e frações dominantes do bloco no poder, como em relação ao conjunto da sociedade, e, portanto, em relação às classes dominadas. Nesse último aspecto, a função ideológica da dominação cumpre um papel de centralidade no exercício de hegemonia.

Essa dupla função de hegemonia de uma classe ou fração, em relação ao bloco no poder e em relação às classes dominadas, se encontra inscrita também nas instituições do Estado capitalista. A ação estatal repercute as posições relativas ocupadas pelas classes e frações no seio do bloco no poder, estabelecendo a preponderância da fração ou classe hegemônica. É a partir da política econômica-social implementada pelo Estado

[3] A burguesia pode apresentar uma pluralidade de sistemas de fracionamento, conforme a sua função econômica (capital comercial, capital industrial, capital bancário), conforme sua escala (grande capital, médio capital), conforme sua inserção internacional (capital nacional, capital interno, capital associado), etc. Esses diferentes sistemas de fracionamento coexistem na realidade concreta de maneira combinada (POULATNZAS, 1975; FARIAS, 2009; SAES, 2014).

que se constitui a hegemonia de uma classe ou fração, cujos interesses específicos são prioritariamente atendidos (SAES, 2001), e não necessariamente da classe ou fração reinante na cena política, ou que ocupa diretamente os aparelhos do Estado (POULANTZAS, 1977a).

Quanto à noção de crise em seu sentido mais geral, Poulantzas a concebe como uma "situação particular de condensação das contradições" (1977b, p. 6), que surgem, em última instância, das posições que as classes e suas frações ocupam nas relações de produção e de reprodução capitalista. Já a crise política, em específico, se trata de uma condensação das contradições que se dão no domínio das relações estritamente políticas das classes, e é justamente o que a diferencia das crises econômicas e ideológicas. Essas ocorrem, respectivamente, no domínio das relações econômicas e das relações ideológicas das classes.

Cada um dos tipos de crises, de acordo com Poulantzas, apresenta decorrências próprias e características específicas, e cuja relação não é obrigatória. Ou seja, nem toda crise política se traduz em uma crise econômica, e vice-versa. Isso porque o domínio das relações políticas não são um simples reflexo das relações econômicas. Há uma separação relativa entre o plano da exploração econômica e o plano da dominação política (POULANTZAS, 1977a; 1977b).

Já a crise ideológica é um elemento constitutivo das crises políticas, e por isso, diferentemente da crise econômica, ambas se apresentam articuladas entre si, podendo ser tratadas enquanto crise político-ideológica. Isso acontece em virtude de duas razões: a primeira é decorrente da ideologia ser um dos fatores de constituição das classes sociais e das posições políticas assumidas em uma dada conjuntura. A segunda razão consiste no fato de que a ideologia dominante está materializada e encarnada nos aparelhos de Estado, que cumprem o papel de inculcação não só das ideias dominantes, mas também das práticas materiais, dos hábitos e costumes, como a função legitimadora da relação de dominação-subordinação sobre as classes dominadas. Desse modo, a crise política está necessariamente articulada à crise ideológica (e se manifesta nos aparelhos de Estado, como efeito, enquanto uma crise de legitimação), abalando as relações entre o bloco no poder e suas respectivas organizações-representações na cena política

A crise política, compreende em modificações substanciais nas relações de força da luta entre as classes e frações de classe de determinada formação social, que produz efeitos importantes sobre os aparelhos de Estado, se desdobrando assim em uma crise institucional ou em uma crise de Estado, que é um dos seus efeitos e elementos mais

constitutivos. Nas visões mais tradicionais da ciência política, a tendência é de restringir a crise política ao seu aspecto de "crise das instituições" ou de "crise do sistema político", ignorando ou negligenciado os seus fundamentos nas relações políticas de classes. Não são as instituições que determinam os antagonismos sociais, é a luta de classes que comanda as modificações no seio do Estado (POULANTZAS, 1977b).

Essas modificações nas relações de forças podem ser provocadas por diferentes situações, como, por exemplo, pelo rearranjo das posições que as frações de classe ocupam no interior do bloco no poder, pela mudança das frações que exercem a função de hegemonia (tanto em relação ao bloco dominante, como em relação ao conjunto da sociedade), pela emergência de novas forças sociais, pelas fraturas entre frações de classes e suas respectivas organizações-representação na cena política ou, ainda, pelas mudanças nas alianças entre as frações de classe dominante (e dessas com alguma classe ou fração de classe dominada que, em determinadas circunstâncias, podem exercer a função de classe-apoio do bloco no poder).

As crises políticas assumem, assim, diferentes expressões conforme as características das contradições da luta política que envolve as modificações nas relações de forças, e repercutem no seio do Estado por uma série de mediações entre a luta política das classes, suas representações organizativas e partidárias e dos aparelhos de Estado. Isso decorre em razão da autonomia relativa característica do Estado capitalista, tanto em relação ao bloco no poder, como do Estado com o plano das relações econômicas (POULANTZAS, 1977a; 1977b). As disputas e contradições da luta de classes, sobretudo entre as frações dominantes do bloco no poder, refletem no seio do Estado como contradições entre os ramos e aparelhos do Estado, e no seu interior entre os diversos segmentos e escalões, na medida em que frequentemente representam ou privilegiam os interesses de uma ou outra fração das classes dominantes.

Apresentados, assim, os principais aspectos teóricos-conceituais da análise da crise política, em suas especificidades, passamos aos apontamentos conjunturais acerca dos antecedentes, da natureza, das características e dos períodos da crise política contemporânea brasileira e seus principais aspectos.

3. A crise política no Brasil: apontamentos sobre a conjuntura

Na história do Brasil, muitos foram os episódios marcados por crises políticas que inauguraram processos de transformação importantes no plano político nacional.

Muitas dessas crises político-institucionais foram decorrentes de um conjunto de conflitos de interesses das frações e classes pela direção política e econômica do desenvolvimento capitalista brasileiro[4], correspondendo a reacomodações das frações de classe no interior do bloco no poder, seja a partir de mudanças e de consolidação da composição do bloco no poder; das posições hierárquicas ocupadas no seu interior; ou do exercício do poder hegemônico, pelas frações de classe no interior do bloco no poder.

No período recente, dentre as crises políticas que marcaram as movimentações de classes e frações no interior do bloco no poder, destacam-se a "crise de governo" do presidente Fernando Collor (1992), e da "crise de partido", no caso do "mensalão", durante o primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2005). Em ambos os casos, as crises políticas foram reabsorvidas pela forma de Estado e de regime democrático, não havendo rupturas nesse plano, embora tenham representado mudanças nas relações de força da luta política de classes no interior do bloco no poder.

Para Martuscelli (2013), foi a partir da "crise do mensalão" que se fortaleceram os laços de representação dos interesses da burguesia interna no âmbito da política estatal, pela consolidação daquilo que seria uma "frente neodesenvolvimentista", em oposição ao campo neoliberal ortodoxo, dirigido pela fração da burguesia associada ao capital internacional. Durante a década de 1990, a grande burguesia interna foi acumulando contradições com a implementação da política econômico-social neoliberal, hegemonizada pela burguesia associada (MARTUSCELLI, 2013), encontrando na formação da "frente neodesenvolvimentista", apoiada em diferentes segmentos das classes populares (baixa classe média, operariado, campesinato, massa marginalizada), a oportunidade de alcançar mais espaço na política estatal, priorizando os seus interesses, e com isso, ascendendo politicamente no interior do bloco no poder (BOITO Jr., 2018). Desde então, tal frente "passou a sustentar, no governo, os interesses da burguesia interna e a acomodá-los no núcleo hegemônico do bloco no poder, sem, com isso, colocar em xeque o poder político da grande burguesia financeira internacional" (MARTUSCELLI, 2013, p. 15).

[4] Destacam-se a crise que culminou no fim do regime escravista e na formação do Estado-burguês no Brasil, entre 1888 e 1891 (SAES, 1985). A crise que levou às circunstâncias da "Revolução de 1930", que coincidiu com os interesses modernizantes da classe média, militares e burocráticas em ampliar os espaços no interior do Estado, e de uma nascente burguesia industrial. E à crise do "regime populista" que levou à saída autoritária inaugurada pelo golpe civil-militar de 1964 (BATISTA; MEDEIROS; GRANATO, 2019).

Durante os governos Lula e Dilma não houve, efetivamente, uma ruptura com o tripé macroeconômico[5] de sustentação do modelo neoliberal. O atendimento das demandas da burguesia interna, como a proteção do mercado interno da concorrência dos capitais estrangeiros, a ampliação do mercado interno (com o aumento da capacidade de consumo das classes populares, a partir das políticas de emprego e aumento salarial, das compras governamentais e dos investimentos em infraestrutura), e a sua competição nos mercados internacionais a partir da projeção da política externa, foram atendidas nos marcos da política macroeconômica neoliberal.

A disputa na cena política entre a "frente neodesenvolvimentista" e o campo neoliberal ortodoxo, que congrega o grande capital financeiro internacional, a fração da burguesia associada, grandes proprietários de terra e a alta classe média, esteve eleitoralmente representada na disputa partidária entre PT e PSDB. Enquanto que nos ramos e aparelhos de Estado, a "frente neodesenvolvimentista" estava representada principalmente no Executivo Federal, nas grandes empresas estatais (como a Petrobrás, BNDES, Caixa Econômica, Banco do Brasil, etc.), no Itamaraty e em ramos marginais da política estatal (como o Incra, Funai, Justiça do Trabalho, etc.), enquanto que o campo neoliberal ortodoxo, manteve seus espaços de representação no Banco Central, Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas, além do reforço ideológico dos grandes meios de comunicação (BOITO Jr., 2018).

Durante o primeiro governo Dilma, ocorre um ensaio de aprofundamento da política desenvolvimentista, que previu um conjunto de políticas de incentivo aos setores produtivos em detrimento dos setores rentistas, como uma resposta anticíclica à desaceleração internacional da economia ainda sob efeito da crise financeira de 2008 (SINGER, 2015). Tais medidas acirraram as contradições entre as classes e frações de classe dominantes, inclusive no interior da burguesia interna. A flexibilização da política macroeconômica neoliberal, a partir da redução da taxa de juros, do controle indireto do lucro da renda bancária e do aumento do gasto público, colocaram em risco a hegemonia da burguesia financeira internacional e da burguesia a ela associada. Nessa oportunidade se organiza uma ofensiva nos campos político, econômico e ideológico, buscando restaurar as políticas estatais neoliberais ortodoxas, que apontou para o deslocamento da burguesia interna produtiva junto aos interesses da fração da burguesia financeira. Nesse

[5] Tal tripé macroeconômico consiste em: a) política monetária de controle da inflação a partir da manutenção da alta taxa de juros; b) política de câmbio flutuante; c) política fiscal de superávit primário e o controle dos gastos públicos (MORAIS e SAAD-FILHO, 2011).

contexto, alguns setores da grande burguesia interna já vinham sendo isoladas ou neutralizadas politicamente, a partir das investigações e das denúncias de corrupção no contexto da "Operação Lava-Jato", mobilizada por um conjunto de aparelhos do Estado, como a Polícia Federal, Judiciário e Ministério Público Federal.

Tal acirramento das contradições das frações intraburguesas e suas respectivas coalizões, conduziram à atual crise política, que teve dentre seus desdobramentos ainda as crises de tipo econômica, fiscal e institucional. O resultado foi a sucessão de um conjunto de crises, dentre elas a crise de representação, em que a grande burguesia interna já não estaria mais representada pelo governo Dilma (BOITO Jr., 2017a). Somando-se a isso, logo após a eleição à presidência de 2014, o governo reeleito de Dilma Rousseff (PT) adotou uma política de austeridade fiscal, reforçando a política macroeconômica neoliberal, com forte contenção dos gastos públicos, sobretudo nas políticas de seguridade social, em um momento de crescimento do desemprego (IANNONI; CUNHA, 2018), que colocaram o governo em contradição com o conjunto das classes populares que lhe deram sustentação e garantiram apoio a sua reeleição.

Foram diversos aspectos que, em seu conjunto, conduziram ao desenvolvimento da crise política atual, dentre os quais Martuscelli (2018) aponta sistematicamente: a) as disputas interimperialistas travadas entre os blocos representados por Estados Unidos/União Europeia e China/Rússia, que produziu efeitos sobre a geopolítica da América Latina; b) os efeitos retardatários da crise financeira de 2008, que levou os países imperialistas a exigirem maior rigor fiscal dos países dependentes; c) o crescimento expressivo das greves dos trabalhadores, sobretudo do setor privado, que sextuplicou entre os anos de 2003 e 2013; d) a contradição entre o progressivo e contínuo crescimento do emprego e dos salários e a queda nos investimentos privados na produção industrial; e) a polarização das eleições presidenciais de 2014, a nova composição do Congresso Nacional e a perda de base parlamentar do governo Dilma, decisivos para a deflagração da crise governamental; f) as manifestações massivas de rua contra o governo, cimentadas pelo discurso ideológico anticorrupção. Esse conjunto de contradições nos levam ao aspecto fundamental da crise política atual, qual seja, o processo de realinhamento político da grande burguesia interna em direção à frente neoliberal ortodoxa, dirigida pela grande burguesia associada ao capital financeiro internacional e apoiada nas camadas da alta classe média.

Em síntese, é o conjunto dessas contradições (que estão nas disputas de interesses entre as distintas frações e classes sociais dominantes, bem como em relação às classes

populares), que se condensam conjunturalmente na forma da crise político-ideológica e que se desdobra em crise econômica, retroalimentando-se; e ainda, nos ramos e aparelhos de Estado se traduz em crise de representação e em crise de governabilidade. Dentre seus resultados levaram ao golpe jurídico-parlamentar, na forma de *impeachment*, que depôs a presidente Dilma, a desintegração da "frente neodesenvolvimentista", a restauração da agenda neoliberal ortodoxa na política estatal, além da emergência de novas forças sociais na cena política.

Com a assunção do vice-presidente Michel Temer (MDB) ao governo, há um automático realinhamento da política externa brasileira aos interesses estadunidenses, conjuntamente com um desmonte das políticas de soberania em gás e petróleo, a desnacionalização de recursos naturais, privatizações, a limitação dos gastos do Estado, flexibilização das normas de proteção trabalhista, enfim, um conjunto de políticas que implicam na restauração de uma política neoliberal ortodoxa.

No entanto, a crise política alcança uma nova etapa com a emergência política da alta classe média, principal força social que deu sustentação de massa às mobilizações pelo *impeachment* da presidente Dilma, baseada no discurso anticorrupção, ideologicamente reacionária e representada nos ramos e aparelhos de Estado, como o Sistema Judiciário, e sobretudo articulados na "Operação Lava-Jato" e pelas Forças Armadas, que retornam à cena política brasileira. É nesse setor da alta classe média que Jair Bolsonaro constitui sua base política mais consistente (BOITO Jr., 2017b). A contradição principal das relações de forças se refletem numa evidente luta entre ramos e aparelhos do Estado, em conflito com algumas frações da burguesia e da chamada "classe política".

Tal conflito, reforçando as crises de legitimidade e de hegemonia na direção política do Estado, abriu espaço para a emergência do movimento "bolsonarista" como força social, apresentando-se como antissistêmico e articulando um discurso político-ideológico de valores, contrários à corrupção e o "toma lá, dá cá" da política institucional, contra a criminalidade e em defesa da segurança individual e da propriedade privada (BOITO Jr., 2019). Eleitoralmente foi capaz de capturar a insatisfação de uma ampla base social com a política brasileira, unificar o conjunto das frações da burguesia em torno de sua plataforma socioeconômica ultraliberal e, uma vez eleito, alcança os mais importantes centros de decisão nos aparelhos de Estado, tornando-se a força social reinante, promovendo a reacomodação das forças no interior

do bloco no poder, sob a direção política de militares, evangélicos e de setores, ditos, "ideológicos" no âmbito de governo.

4. Considerações finais

A partir da elaboração teórico-conceitual empreendida por Nicos Poulantzas e seus intérpretes, buscamos compreender a presente crise política brasileira. Nesse sentido, são os conflitos de interesses intraburgueses travados entre a grande burguesia interna e a burguesia associada ao capital financeiro internacional em disputa pela hegemonia do bloco no poder, a principal contradição que, em consonância de um conjunto de fatores, permitiu a emergência da situação particular da atual crise política no Brasil. Tal crise política se reflete e se desdobra em crise ideológica e de representação na cena política, em crise institucional e de governabilidade, além de acarretar em instabilidade e na modificação da relação de forças dos ramos e aparelhos de Estado.

Esse processo culminou no realinhamento político da grande burguesia interna em torno dos interesses da burguesia associada ao capital financeiro internacional, com a desintegração da "frente neodesenvolvimentista". Assim, a fração da burguesia associada, por sua vez, reafirma a sua hegemonia política do bloco no poder em torno de um programa de caráter neoliberal ortodoxo, implementado pelo Estado brasileiro, enquanto política econômica-social, com efeitos regressivos sobre as classes populares e contraditórias às demais frações burguesas, sustentadas politicamente pela emergência do "bolsonarismo" como movimento político reacionário e conservador.

5. Referências Bibliográficas

BATISTA, Ian Rebouças; MEDEIROS, Leonardo Bacher; GRANATO, Leonardo. Estado e bloco no poder no Brasil: reflexões em face ao cenário pós-eleições de 2018. In: XAVIER; Lídia de Oliveira; DOMÍNGUEZ AVILA, Carlos F.; FONSECA, Vicente (Org.). *A Qualidade da Democracia no Brasil: Questões Teóricas e Metodológicas da Pesquisa*. Vol. 4. Curitiba: CRV, 2019, p. 219-234.

BOITO JR., Armando. A burguesia brasileira no golpe do impeachment. *Brasil de Fato*, 06 de janeiro de 2017a. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/01/06/a-burguesia-brasileira-no-golpe-do-impeachment/>. Acesso em 01/07/2019.

BOITO JR., Armando. O governo Temer, a crise de hegemonia e a instabilidade política. *Brasil de Fato*, 20 de maio de 2017b. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/05/20/o-governo-temer-a-crise-de-hegemonia-e-a-instabilidade-politica/>. Acesso em 01/07/2019.

BOITO JR., Armando. As dificuldades da luta popular diante do fascismo. *Brasil de Fato*, 12 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/12/artigo-or-as-dificuldades-da-luta-popular-diante-do-fascismo-por-armando-boito-jr/>. Acesso em 01/07/2019.

BOITO JR., Armando. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. São Paulo: Unesp, 2018.

FARIAS, Francisco Pereira de. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. *Crítica Marxista*, [s./v.], n. 28, 2009, p. 81-98.

IANONI, Marcus; CUNHA, Patrícia H. F. Coalizões e política macroeconômica dos governos Dilma: do tripé flexibilizado à volta do tripé rígido. *Ponto de Vista: Perspectivas sobre o Desenvolvimento*, [s./v.], número especial, 2018, p. 2-61.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil. 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2013.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Balanço dos governos petistas e análise dos realinhamentos de classe na crise do governo Dilma. In: OUVIÑA Hernán; THWAITHES REY, Mabel (Comp.). *Estados en disputa: Auge y fractura del ciclo de impugnación al neoliberalismo en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO; IEALC/UBA; El Colectivo, 2018, p. 90-120.

MORAIS, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. *Revista de Economia Política*, v. 31, n. 4 (124), 2011, p. 507-527.

POULANTZAS, Nicos. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado. In: POULANTZAS, Nicos (Dir.). *O Estado em crise*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1977b, p. 3-41.

POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977a.

SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SAES, Décio. *A República do Capital: Capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SAES, Décio. As frações da classe dominante no capitalismo ‑ uma reflexão teórica. In: PINHEIRO, Milton (Org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos Cebrap*, n. 102, p. 39-67, 2015.

A PRODUÇÃO UNIVERSITÁRIA ACERCA DA DITADURA DE 1964: um balanceamento por temática, ano e região

Renato da Silva Della Vechia[1]
Ana Luiza Marcos Schuch[2]
Igor Venzke Pinheiro[3]

1. Introdução

A bibliografia produzida acerca do tema que compreende o período do regime civil-militar no Brasil (1964 -1985) foi bastante reduzida nos primeiros anos do processo da chamada redemocratização brasileira. O processo de transição negociado entre as elites políticas e econômicas foi acompanhado de um forte mecanismo de cooptação política e ideológica. A "Nova República" foi saudada como o início de um novo momento político onde não haveria espaço para "revanchismos".

Nos últimos anos esse quadro mudou de forma significativa. Muito tem sido produzido a respeito da ditadura militar no país. Elementos da conjuntura mais recente ajudam a explicar esse novo quadro. Destaca-se, neste contexto, a criação da Comissão Nacional da Verdade, que teve por objetivo o resgate histórico dos crimes cometidos durante esse período, circunstâncias e responsáveis. No entanto, embora a pesquisa e produção bibliográfica referente a esse período tenham avançado significativamente, também pode-se perceber uma enorme falta de informação, principalmente por parte da juventude, a respeito de nossa história recente.

O presente artigo é fruto do trabalho realizado junto ao projeto de pesquisa "A Produção bibliográfica no Brasil a respeito do período da ditadura civil-militar e a transição à democracia (1964-1985)", ligado ao Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas. Inaugurado em 2016, tal projeto propõe-se, num primeiro momento, mapear, catalogar e classificar a produção de artigos em periódicos publicados por universidades brasileiras e livros editados em território nacional sobre o regime ditatorial instalado no país a partir da década de 1960. Posteriormente, pretende-se estender tal empreitada a todo o conteúdo audiovisual

[1] Doutor em Ciência Política, professor do PPGPSDH/UCPel, coordenador do grupo de pesquisa Emancipação e do Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC). UCPel. Instituição de ensino. E-mail: rdellavechia@gmail.com
[2] Graduanda. UCPel. E-mail: anamschuch@gmail.com
[3] Graduando. UCPel.. E-mail: igorvenzke@outlook.com

produzido sobre o mesmo período. Por fim, todos os dados reunidos serão disponibilizados em uma plataforma online gratuita, elaborada em conjunto com o Prof. Adenauer Yamim, do departamento de Tecnologia da Informação da Universidade Católica de Pelotas disponível para a comunidade acadêmica e o público interessado em geral.

Aliás, hoje já se encontram disponíveis na referida plataforma grande parte dos dados obtidos no decorrer da pesquisa, os quais podem ser acessados através do link constante nas referências bibliográficas do presente.

Apesar de um crescimento expressivo da produção acadêmica sobre a ditadura civil-militar brasileira após os primeiros anos da Nova República, ainda há grandes lacunas no conhecimento sobre o tema. Desta forma, este trabalho pretende organizar o mapeamento de artigos científico em periódicos universitários brasileiros e estudar de que forma sua produção se deu, analisando data e local de publicação, bem como o enfoque escolhido pelo autor, dentro de 25 subtemáticas pré-estabelecidas.

Cabe ressaltar que esta busca não se limita apenas a palavras-chave. O mapeamento almeja analisar todos os índices relativos a periódicos científicos das áreas de ciências humanas e ciências sociais aplicadas das universidades públicas e comunitárias, bem como as privadas que possuem revistas científicas, do país. Embora importante a existência de banco de dados que possam disponibilizar artigos a partir de palavras-chave, sabe-se que uma imensa quantidade de títulos não são contemplados nessas buscas por não possuírem uma identificação imediata com às palavras procuradas.

2. Fundamentação teórica

O trabalho visa organizar e classificar as produções sobre a ditadura civil-militar brasileira. No entanto, a não ser em condições muito especiais, esse objetivo em geral se mostra pouco viável, à notável extensão da produção existente. Fazer a leitura e balanço (análise) de toda a produção em geral é inviável, por outro lado, examinar apenas resumos de publicações também é limitado, principalmente devido a alguns fatores como a não existência de resumos para muitos trabalhos; a baixa "confiabilidade" dos mesmos visto que nem sempre são claros sobre a temática abordada, e, inclusive, em função da própria metodologia utilizada, que dificulta comparações entre abordagens muito distintas.

O que poderia ser feito é um estudo focado, como por exemplo, acerca do trabalho sobre uma determinada organização política atuante no período, ou as consequências da ditadura em uma determinada região do país, etc. Em geral, o que existe de publicação sobre o tema já está situado dentro dessa perspectiva; normalmente são estudos focados em determinados períodos, regiões e/ou temas específicos.

Um primeiro tipo de publicação que enfoca o período da ditadura civil militar, são as obras que procuram traçar um panorama geral da esquerda no Brasil. Pela complexidade do assunto, normalmente essas obras apresentam um certo "mosaico" das organizações, nem sempre com profundidade, salientando apenas as linhas gerais das concepções e as principais ações desenvolvidas (SILVA, s.d.).

Um segundo tipo de produção, semelhante ao primeiro, é a reprodução de documentos da época. Embora importante por constituir uma perspectiva de resgate histórico de todo um período e de identificação de documentos que poderiam se dispersar muito facilmente, esse tipo de trabalho, algumas vezes, vem sem uma explicação mais detalhada do contexto específico vivido. Da mesma forma, não localizam as divergências não só com outras organizações, como também internamente (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1978; REIS, 1985).

O terceiro tipo de material existente são as biografias e autobiografias. Essas, por sua vez, não raro, discorrem sobre pessoas que são guindadas à condição de enaltecimento, nos quais os equívocos próprios de todo ser humano não aparecem. Isso, sem falar das autobiografias que mais parecem uma autopromoção de que uma análise de um determinado período da nossa vida política. Algumas delas ainda têm a característica de abarcar um período pequeno ou poucas experiências vividas por militantes do período. Outras, por sua vez, são trabalhos densos e fundamentados (BETTO, 1982; CALDAS, 1991).

Algumas se tornaram clássicas como fontes para os pesquisadores do tema, seja pela quantidade de informações, seja pela abrangência e solidez do trabalho. (GORENDER, 1998; DREYFUS, 1981; GASPARI, 2002; RIDENTI, 1993).

Outro tipo de análise é aquela que se prende a um aspecto específico, como por exemplo, vida na prisão; mulheres e ditadura militar; exílio, juventude e repressão etc. Essas, com certeza, se constituem na maior quantidade de trabalhos produzidos (BAFFA, 1989; CASO, 1976; COLLING, 1997; FÁVERO, 1995; FERREIRA, 1997; PIRES, 2001; ROLLENBERG, 1999; VALLE).

Enfim, existe uma gama muito grande de possíveis abordagens de uma temática complexa e que teve um período muito longo de tempo em nossa história recente, bem como mantém seu impacto sobre elementos da atual conjuntura política e social.

Em 2004, Carlos Fico publicou em *Além do Golpe*, um mapeamento dessa temática e, segundo essa pesquisa, até aquele momento teriam sido publicados 243 artigos e editados 649 livros (FICO, 2004, págs. 139-206). Embora tenha ampliado consideravelmente o mapeamento da produção referente à ditadura militar, precisa-se levar em conta que esse estudo foi publicado em 2004.

Portanto, de 2003 até 2015 tem-se mais 13 anos de produção ininterrupta e em um momento político onde, em função da criação e ampliação de política públicas voltadas à busca da verdade e divulgação dos crimes perpetrados pelo Estado brasileiro, a tendência é de um aumento considerável de estudos dessa temática. Lembrando ainda que o ano de 2014 tem um significado especial, por marcar o aniversário de 50 anos do golpe militar, o que possivelmente também incentivou a tentativa do resgate da memória histórica desse período.

Constatou-se que outros mapeamentos da produção bibliográfica realizados são regionais, os quais também identificam lacunas na produção específica sobre a temática da ditadura nas regiões que não estão localizadas no centro do país. Como o estudo específico sobre o caso gaúcho (RODEGHERO, 2008).

Também como limitador, alguns dos mapeamentos anteriores ficaram restritos a teses e dissertações, sem levar em consideração livros, artigos e/ou outros tipos de publicações editoriais.

A partir de 2008 não foram identificados estudos nacionais que atualizassem esses dados.

3. Metodologia

Este trabalho pode ser enquadrado enquanto busca do "estado da arte", pesquisa exploratória e bibliográfica, que nesse caso busca mapear a produção existente no Brasil relacionada à temática da ditadura civil-militar imposta ao país no em 1964. Esse tipo de pesquisa tem como característica

> o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões que vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido

> produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizaram enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (FERREIRA, 2002, pl. 258)

As pesquisas denominadas “estado da arte” em geral buscam mapear a produção existente e organizar algum tipo de comparação entre os trabalhos produzidos.

A busca pelos artigos científicos foi realizada diretamente a partir dos portais de periódicos das universidades brasileiras, tanto públicas quanto comunitárias e privadas. Desta forma, foi feita uma análise minuciosa dos resumos de cada produção presente no índice destas publicações, com objetivo de constatar se o texto possui relação com o tema em tela.

Por outro lado, no que tange a pesquisa relativa aos livros, adotou-se uma metodologia diversa. Em primeiro momento, analisaram-se acervos pessoais de pesquisadores locais, além de outras coleções de obras impressas da cidade de Pelotas, com destaque à Bibliotheca Pública Pelotense e às bibliotecas da Universidade Federal de Pelotas e da Universidade Católica de Pelotas. Após esta busca inicial, restringida à obras físicas, avançou-se para sites de editoras e livros citados nas referências bibliográficas de artigos sobre o tema.

Como já explicitado, o projeto se propõe a organizar e classificar por temáticas a produção bibliográfica a respeito do período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). Não se identificarão publicações elaboradas fora do país ou não publicadas no Brasil, em razão da extensão e dificuldades que se criaria, seja por conta da língua, ou da complexidade de buscarmos referências em instituições externas.

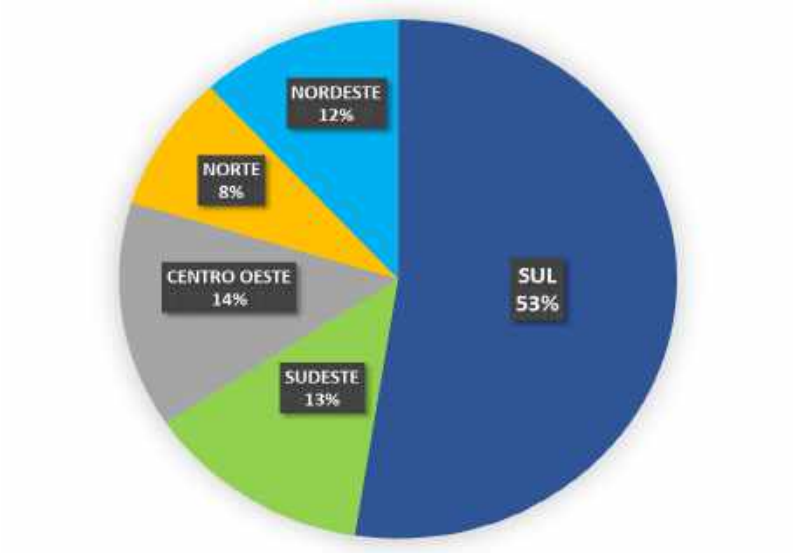
O material encontrado foi dividido dentre 25 subtemáticas, apresentadas no quadro abaixo:

01) Juventude/Movimento Estudantil;
02) Exilados/Refugiados/ Anistia;
03) Organizações de esquerda/ partidos políticos/ luta armada;
04) Igreja/Religiosidade e Ditadura;
05) Militares/Papel das F.A./ Repressão/SNI/Espionagem;
06) Questão econômica/Setor Empresarial/IPES;
07) Educação/Ideologia de Segurança Nacional;
08) Biografias/ Autobiografias;
09) Documentos
10) Transição/Justiça Restaurativa/Direitos Humanos;
11) Estudos Comparativos /Operação Condor/Cone Sul;
12) Relações Ext./Guerra Fria;
13) Mídia/Censura /Arte/Cultura;
14) Mulheres/Gênero /Minorias/Etnias;
15) Políticas Públicas;
16) Partidos Políticos/ Parlamento/Sistema Político;
17) Esporte e Ditadura;
18) Campanha da Legalidade/Pré-Golpe;
19) Questão Agrária e questão Indígena;
20) Ficção e Romances ambientados no período;
21) Crônicas/Contos/Relatos;
22) Sindicalismo/ Mundo do Trabalho/Movimentos Sociais;
23) Judiciário/OAB/ Advogados/leis arbitrárias /Processos judiciais;
24) Visões e versões sobra a ditadura/Ideologia/Análise do discurso;
25) Outro

4. Resultados e discussão

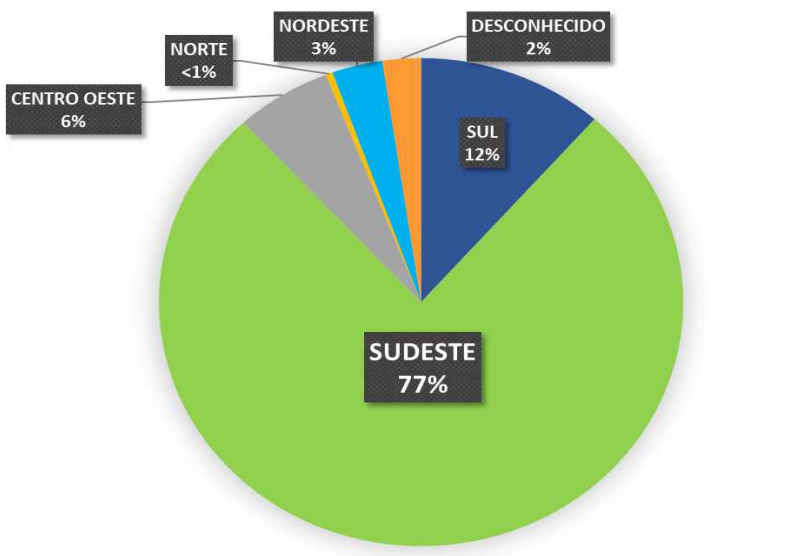
No momento, a pesquisa ainda se encontra inacabada, portanto o que se apresenta aqui são dados parciais. Até o momento, realizou-se a análise de artigos em periódicos de universidades das regiões sul, centro-oeste, norte e nordeste, bem como de dois estados da região sudeste: Rio de Janeiro e Espírito Santo, sendo que ainda faltam os estados de São Paulo e Minas Gerais.

Ao todo foram identificados 1433 artigos. Até o momento a maior produção está localizada na região sul, como demonstrado no gráfico abaixo:

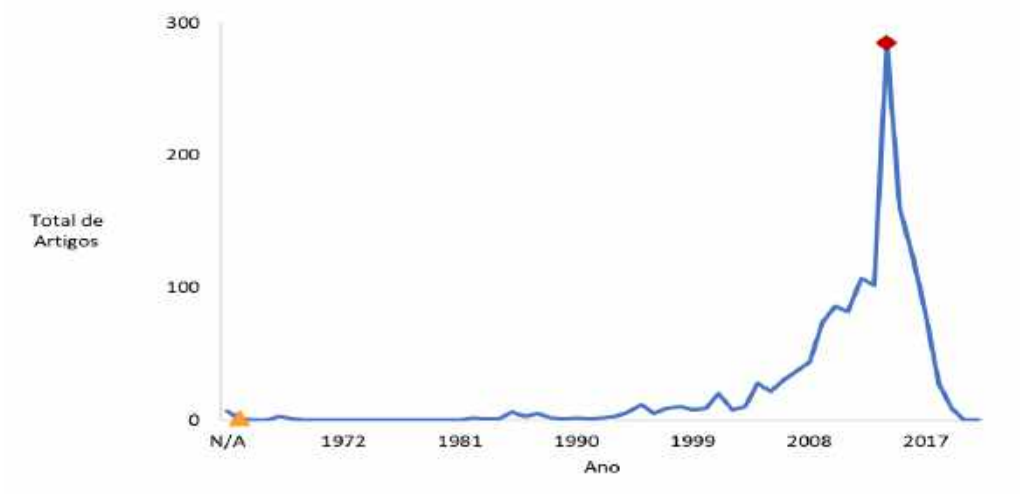


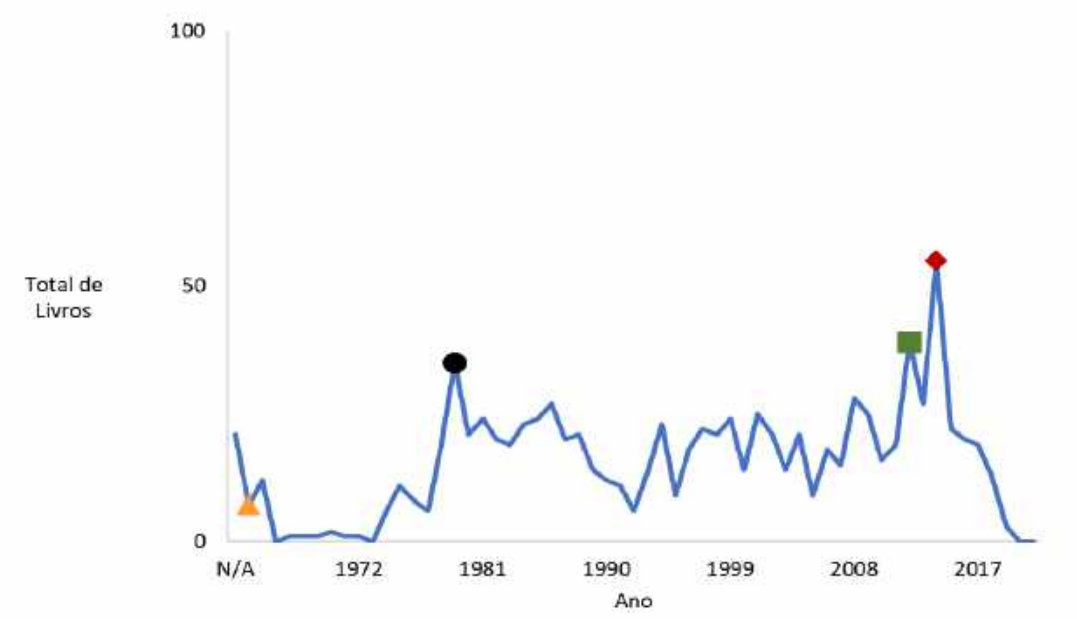
Entretanto, é importante destacar que São Paulo e Minas Gerais, os dois estados ainda não concluídos, concentram uma grande parte das universidades do país, e, portanto, é possível afirmar com grande certeza que este cenário será alterado quando a pesquisa for concluída. Por outro lado, o norte, que apresenta o menor número de artigos, é também a região com menor número de universidades federais do país.

Ainda em relação à produção por região, os dados relativos aos artigos científicos refletem àqueles que se referem aos livros, de forma que dentre os 929 exemplares estudados, a região sudeste e sul se destacam. O domínio da produção do sudeste é esmagador nesta categoria, visto que é a região que concentra a maior parte das editoras brasileiras.



Com relação ao ano de publicação, os resultados são bem semelhantes entre livros e artigos. Há um pico de produção no ano de 2014, que marca os 50 anos do golpe militar de 1964.



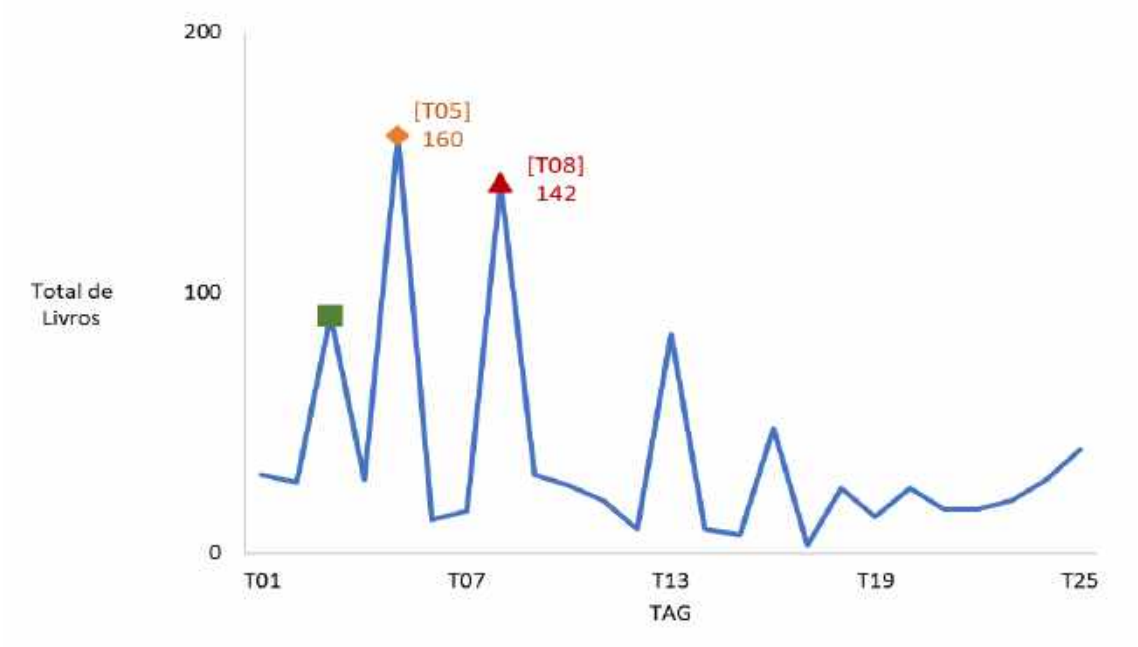


Algumas discrepâncias precisam ser ressaltadas. Nota-se que a produção de artigos durante o período da ditadura é insignificante. Isso se justifica por um conjunto de fatores. Em primeiro lugar, a quantidade de periódicos científicos vem crescendo exponencialmente nos anos recentes devido à popularização e evolução da informática, que facilita a publicação destes. Ademais, são pouquíssimas as revistas publicadas antes da metade dos anos 2000 que se encontra digitalizada e disponível online.

Da mesma forma, há uma queda na publicação de livros entre os anos de 1965 até 1979. O pico de 1979 pode ser explicado pela Anistia e o início da abertura do regime, que possibilitou uma maior liberdade quanto a temática das obras que eram publicadas pelas editoras. Além disso, outro fator relevante é o fato de que muitos dos livros

publicados durante os anos de maior repressão foram impressos em tiragens reduzidas e, muitas vezes, limitadas a certas regiões. Desta forma, a localização das edições originais é extremamente difícil, o que acaba gerando certa distorção dos gráficos, que acaba por representar apenas as reedições destas obras, quando estas existem. Muitas obras produzidas durante este período podem estar perdidas.

Por fim, também foi feita a classificação do material dentre 25 subtemáticas pré-estabelecidas, tal como demonstrado pelos gráficos abaixo:



Desta forma, no que concerne aos artigos, constata-se grande destaque em relação à temática 13, que se refere à mídia, censura, arte e cultura, e, logo em seguida a de número 7, sobre educação e ideologia de segurança nacional.

Nos livros o cenário é bem diferente, priorizando-se as obras sobre o papel das forças armadas, tortura e repressão (05), além de biografias (08).

5. Considerações finais

Com base nos dados coletados, pode-se constatar que a maior parte da produção (72%) de artigos está em periódicos de Universidades públicas, federais ou estaduais. Por outro lado, apenas 9% dos livros foram publicados por editoras ligadas a instituições de ensino.

Além disso, é clara a concentração de publicação nas capitais, tanto no caso dos livros, em que 90% foram publicados em capitais estaduais, quanto, ainda que de forma menos evidente, de artigos, em que o número é de 70%.

O projeto como um todo é de extrema relevância acadêmica e social. Além de mostrar-se como uma ferramenta para pesquisadores do tema, a pesquisa versa sobre tema por demais importante. Tal tópico ainda é atual e amplamente discutido, fato evidenciado pelo ressurgimento, nos últimos anos, de discursos que pedem pela volta do regime militar. Entende-se que esta percepção positiva sobre o período que tem sido propagada é resultado da mistificação de nossa história, logo o mapeamento proposto mostra-se fundamental para possibilitar e facilitar novas pesquisas sobre o assunto.

Assim sendo, todo o material coletado durante a realização desta pesquisa está sendo gradualmente disponibilizado *online* no endereço http//olaria.ucpel.edu.br/dcmb, objetivando embasar e facilitar novas pesquisas sobre o tema, de forma à preencher as lacunas existentes sobre o período.

6. Referências

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais. Um Relato para a História*. 11. ed. Editora Vozes: Petrópolis, RJ, 1987

BAFFA, Ayrton. *Porões do SNI. O Retrato do Nosso Monstro de Cabeça Oca.* Editora Objetiva: Rio de Janeiro, 1989.

BETTO, Frei. *Batismo de Sangue.* Círculo do Livro: São Paulo, 1982.

CALDAS, Álvaro. *Tirando o Capuz.* CODECRI: Rio de Janeiro,1981.

CASO, Antonio. *A Esquerda Armada no Brasil 1971/1987*. Coleção Temas e Problemas. Moraes Editores: Portugal, 1976.

COLLING, Ana Maria. *A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil*. Editora Rosa dos Ventos: Rio de Janeiro, 1997.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Editora Vozes: Petrópolis, 1981.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. *As pesquisas denominadas "Estado da Arte". In: Educação e Sociedade,* CEDES – Centro de Estudos Educacionais e Sociais, Campinas/SP; ano XXIII, nº 79, agosto de 2002.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em tempos de autoritarismo.* Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 1995.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres: Militância e Memória*. Editora Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1997.

FICO, Carlos. *Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Editora Record: Rio de Janeiro, 2004

GASPARI, Elio. *As Ilusões Armadas. A Ditadura Escancarada.* Companhia das Letras: São Paulo, 2002.

GORENDER, Jacob. "Era o Golpe de 64 inevitável?". In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964: Visões Críticas do Golpe. Democracia e Reformismo no Populismo*. Campinas, São Paulo. Editora da UNICAMP, 1997.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada*. Editora Ática: São Paulo, 1998 (edição revista e ampliada).

PIRES, Yolanda Avena. *Exílio: Testemunho de Vida*. Editora Casa Amarela: São Paulo, 2001.

REIS, Daniel Aarão Filho; SÁ, Jair Ferreira de (org.). *Imagens da Revolução. Documentos Políticos das Organizações Clandestinas de Esquerda dos anos 1961-1971*. Editora Marco Zero: Rio de Janeiro, 1985.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. Editora UNESP: São Paulo, 1993.

RODEGHERO, Carla Simone. *Reflexões sobre história e historiografia da ditadura militar: o caso do Rio Grande do Sul*. Anais do IX Encontro Estadual de História – Associação Nacional de Historiadores – Seção do RS – ANPUH-RS. Vestígios do Passado: A história e suas fontes, 2008. (eeh.2008.anpuh-rs.org.br) Acessado em 15/07/2016.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio. Entre Raízes e Radares*. Editora Record: Rio de Janeiro, 1999.

SILVA, Antônio Ozai da. *História das tendências no Brasil*. 2ª ed.; Proposta Editorial; São Paulo (s.d.).

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: O diálogo é a Violência. Movimento Estudantil e Ditadura Militar no Brasil*. Editora da UNICAMP: Campinas, 1999

Ditadura Militar no Brasil, 2016. Disponível em: <olaria.ucpel.edu.br/dcmb>. Acesso em: 19/11/2019.

O INGRESSO DOS ESTUDANTES NEGROS NO ENSINO SUPERIORA A PARTIR DA LEI 12711/2012: uma análise a partir dos editais do SISU FURG

Cassiane de Freitas Paixão[1]
Edvan Neves de Sousa[2]

1. Introdução

O artigo aqui apresentado faz parte das análises elaboradas junto ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal do Rio Grande – NEABI FURG e com contribuições do Observatório de Ações Afirmativas da Região Sul - Observasul. Um projeto que abrange várias instituições: Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal do Pampa, Universidade Federal do Rio Grande e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense e debate as ações afirmativas na região sul do Estado do Rio Grande do Sul.

O objetivo desse artigo é refletir sobre a Lei 12.711 e o quanto ela nos ajudou a pensar o ingresso de estudantes negros e negras na universidade. Mesmo que hoje a universidade possa ser visualizada com maior número de negros e negras, precisamos entender que esse ingresso foi e tem sido uma longa conquista do movimento negro ao longo de muitas décadas.

Mesmo que muitos negros e negras tenham tido sucesso na construção de trajetórias intelectuais, a população negra em sua maioria ainda continuava com dificuldades de acessar a educação pública. Sales Augusto dos Santos (2014) destaca a luta dos movimentos negros ao longo da primeira década do século XIX e os debates do movimento negro para o aumento da presença de negros no ensino superior brasileiro.

> A luta dos movimentos negros brasileiros, associada à conjuntura internacional de renovação da pauta de combate ao racismo, manifestada na III Conferência contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, fortaleceu, no Brasil, a discussão sobre a necessidade de implementação de ações afirmativas para a população negra no ensino superior público. (p. 181)

[1] Doutora em Educação. Professora associada na Universidade Federal do Rio Grande - FURG.E-mail: cassianepaixao@outlook.com
[2] Graduando em Engenharia Química. Universidade Federal do Rio Grande - FURG. E-mail:neves_edvan@yahoo.com

E essa discussão sofreu debates e embates por décadas, uma vez que uma das alegações era não se sabia quem era negro no Brasil (Sales, 2014, p. 197).

No entanto, se torna necessário pensar o que mudou na universidade a partir da implementação de uma legislação que trata de acesso à universidade por ter ingressado na escola pública e a partir daí um recorte racial. Nossa pergunta se delineia sobre o que significou a Lei 12.711 na Universidade Federal do Rio Grande, com as seguintes questões: Tivemos mais ingressos de negros e negras nos cursos de graduação? Quais cursos? Os de Excelência acadêmica? Os cursos menos procurados?

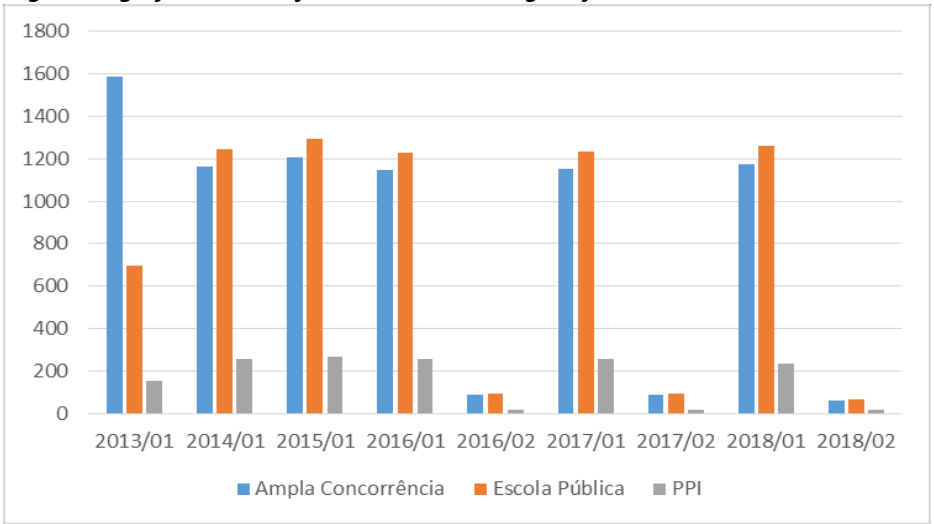
Para isso, buscamos a discussão sobre a oferta de vagas nos cursos de graduação, elegendo como objeto de trabalho os editais do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) a partir da entrada em vigor da Lei 12.711/2012, que institui na rede federal de ensino a cota de 50% das vagas para estudantes oriundos da escola pública. A escolha desse recorte remonta ao fato de que esse processo afirmativo encontra-se em execução na instituição pesquisada neste projeto. Esse procedimento implicou na subdivisão das seguintes etapas: Mapear os editais, após a entrada em vigor da Lei 12.771/2012, o que resultou em período de análise correspondente aos anos de 2013 a 2018 e posteriormente mapear quais cursos recebem o maior ingresso de estudantes negros e quais onde se tem menor ingressos e analisar a perspectiva de ascensão social.

2. Os cursos de graduação da FURG

Coletamos os dados entre 2018 e 2019, quando a Universidade Federal do Rio Grande - FURG oferta cerca de 61 cursos de graduação, distribuídos em 4 cidades, e assim totalizando 2.730 vagas disponíveis no SISU. No entanto os dados analisados se referem desde 2013 onde a universidade adota uma programa de ações inclusiva e que depois se transforma no atual ProAAf [3] (Programa de Ações Afirmativas) que reservou 5% do total de vagas da ampla concorrência.

[3] O Programa de Ações Afirmativas – ProAAf foi criado com os seguintes objetivos:
I – Atender o que dispõe a Lei nº 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012, no que se refere a integralidade da reserva de vagas para candidatos oriundos de Escola Pública, nos termos da referida Lei;
II - Reservar vagas nos Processos Seletivos para ingresso em cursos de graduação da FURG, para candidatos com deficiência;
III - Ofertar vagas para candidatos Indígenas mediante habilitação em Processo Seletivo Específico;
IV - Ofertar vagas para candidatos Quilombolas mediante habilitação em Processo Seletivo Específico.
V– Estabelecer mecanismos que favoreçam a acessibilidade e a inclusão social da pessoa com deficiência na FURG;
VI – Promover a diversidade étnico-racial no âmbito universitário;
VII – Promover ações articuladas com o Programa de Desenvolvimento do Estudante – PDE/FURG.

Figura 1 - gráfico da variação do número de vagas ofertadas em modalidades



Fonte: tabelas de ingresso fornecidos pela Pró-reitoria de graduação (Prograd) e do Sistema de Seleção Unificada da Universidade Federal do Rio Grande (SiSU FURG).

A análise dos dados sobre o ingresso de estudantes ao longo de 2013, com o início do programa de ações afirmativas , em 2015, e também com a adoção da Lei 12.711 nos indica que há a necessidade de programas de ação afirmativa para além da legislação brasileira e que a Universidade, mesmo com um aumento de estudantes egressos de escola pública, não modifica em grandes variações a entrada de negros e negras ou Pretos Pardos e Indígenas (PPI), ingressos pela Lei 12.711, a partir de 2014.

Esses dados numéricos nos ajudam a pensar onde estão esses estudantes, ou seja, a quais cursos eles ingressam.

3. Cursos de graduação na Furg e seus recortes e contextos

Os dados nos ajudam a perceber que entre 2010 (antes da implementação da Lei 12711/2012) e 2016 (já com a Lei 12711/2012 implementada), foi ofertada 1064 vagas para candidatos autodeclarados PPI independentemente da renda ser maior ou menor do que 1,5 salários mínimos, em contraste com 16956 vagas totais oferecidas ao longo desses seis anos, representando apenas 6,27% do total de vagas, uma porcentagem muito baixa, mas isso deve decorrer de dois fatos

Segundo relatório do IBGE de 2010:

1. O Estado do Rio Grande do Sul possui uma população negra menor do que em outros Estados como São Paulo por exemplo, a população autodeclarada negra (pretos e pardos) do Rio Grande do Sul totaliza 1.725.166 pessoas, segundo o censo demográfico de 2010 realizado pelo IBGE–Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o que representa 16,13% dos habitantes do estado. 10.639.929 é a população total do Estado do Rio Grande do Sul.

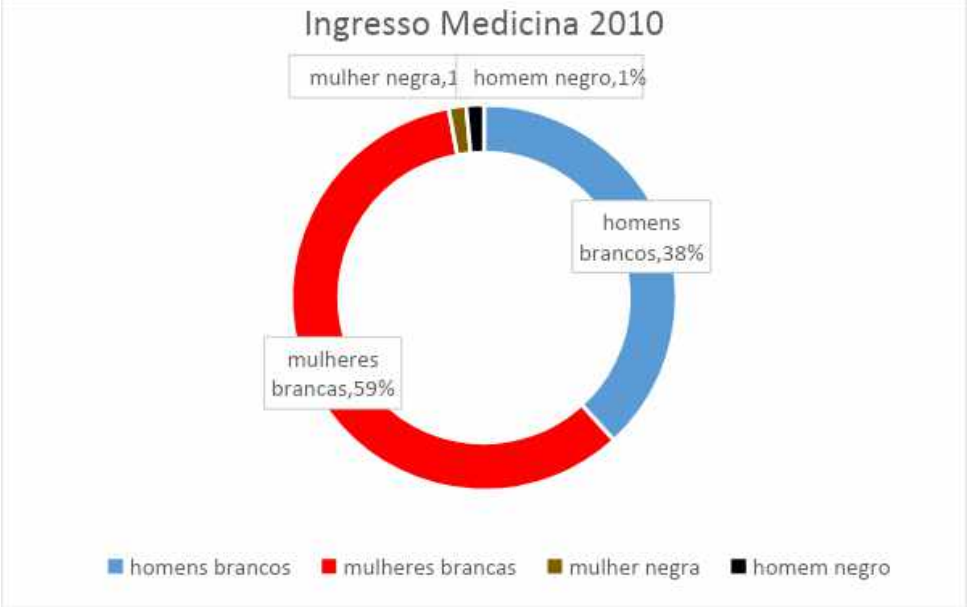
2. Um fator estrutural relacionado com a desigualdade racial persistente no país, onde é muito pequeno o número de negros entre os jovens que concluem o ensino médio. Tal situação apenas confirma o problema amplamente discutido no Brasil: a exclusão dos negros do sistema de ensino, sendo eles vítimas da evasão escolar ainda no ensino fundamental.[4]

A partir desses dados coletados anualmente, e observando os dados de cursos mais concorridos com cursos menos concorridos, escolhemos três entre cada um para analisar a porcentagem de vagas para estudantes negros nos anos de 2010, 2013 e 2016 e verificar se a implementação da lei 12711/2012 foi eficaz nos cursos, principalmente nos mais procurados. Os cursos que apresentaram maior concorrência foram os cursos de: Medicina, Psicologia e Direito (Noturno e Diurno) e os cursos de menor concorrência foram os cursos de Letras – Português/Espanhol (noturno), Letras – Português/Francês (noturno), o terceiro menos concorrido varia de um ano para o outro não possibilitando assim a análise.

Apresentaremos então para fins ilustrativas , mas que nos ajudam a questionar o ingresso de negros e negras nos cursos mais procurados os gráficos de ingresso de estudantes no cursos de medicina, curso mais concorrido, segundo recorte de raça e gênero.

[4] Leitura do Censo Demográfico ano de 2010, IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

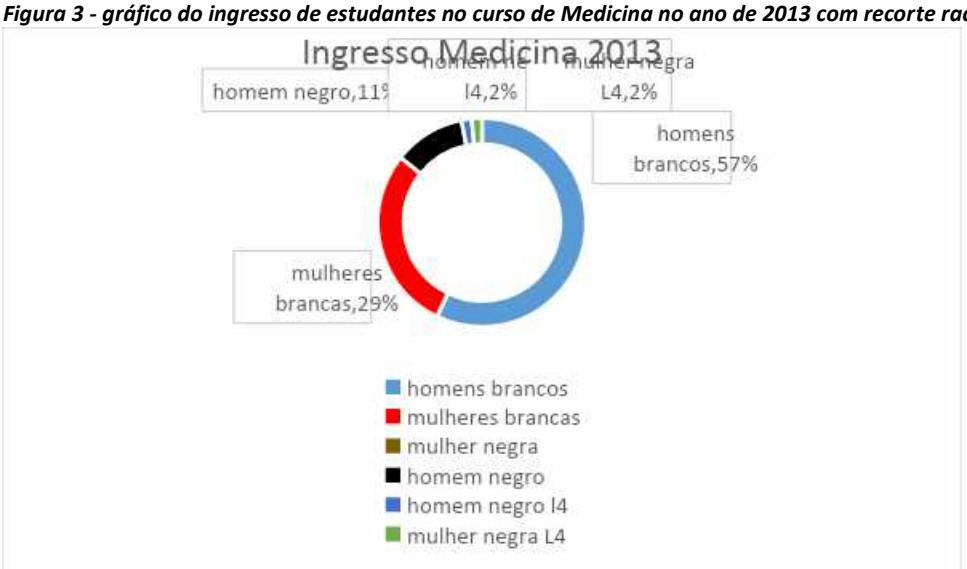
Figura 2 - gráfico do ingresso de estudantes no curso de Medicina no ano de 2010 com recorte racial



Fonte: tabelas de ingresso fornecidos pela Pró-reitoria de graduação (Prograd) e do Sistema de Seleção Unificada da Universidade Federal do Rio Grande (SiSU FURG).

Das 70 vagas oferecidas pelo curso neste curso no ano de 2010, um percentual de 3% é formado de estudantes negros e negras, sendo majoritariamente um curso de estudantes brancos. Observemos os próximos anos. O que nos indica a pensar o ingresso, o próprio conceito de meritocracia, tão presente nos discursos sobre ingresso universitário, assim como se esse percentual , mesmo que pequeno, manteve-se como egresso dessa turma.

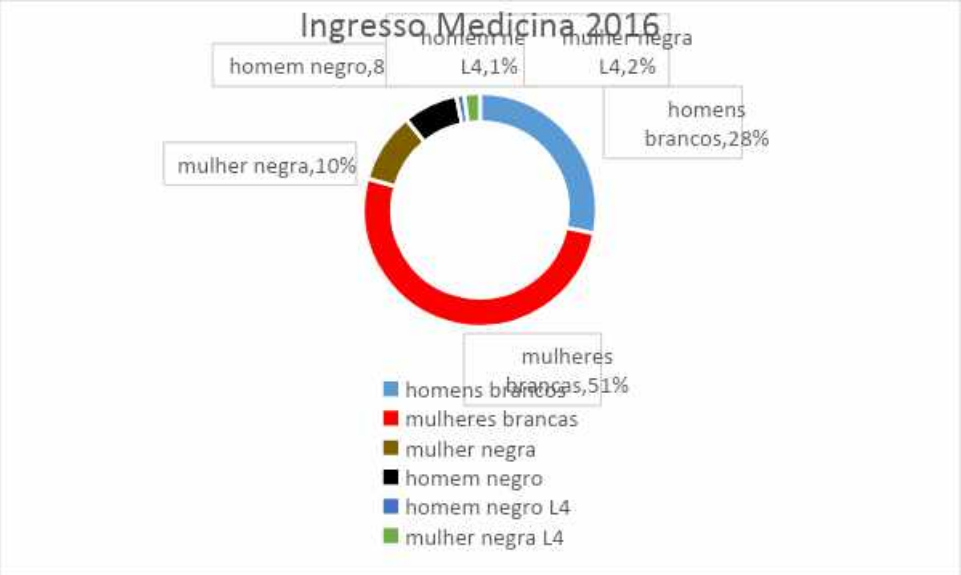
Figura 3 - gráfico do ingresso de estudantes no curso de Medicina no ano de 2013 com recorte racial



Fonte: tabelas de ingresso fornecidos pela Pró-reitoria de graduação (Prograd) e do Sistema de Seleção Unificada da Universidade Federal do Rio Grande (SiSU FURG).

No ano de 2013 das 71 vagas oferecidas, temos um acréscimo de estudantes negros no curso, e a aparição de estudantes negros cotistas L4 (Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012). Mesmo com a legislação, 85% dos estudantes que ingressaram no curso de Medicina nesse ano não são negros.

Figura 4 - gráfico do ingresso de estudantes no curso de Medicina no ano de 2016 com recorte racial



Fonte: tabelas de ingresso fornecidos pela Pró-reitoria de graduação (Prograd) e do Sistema de Seleção Unificada da Universidade Federal do Rio Grande (SiSU FURG).

Ingressaram mais negros no ano de 2016, mas ainda estamos observando um percentual de menos de 20% de estudantes negros no curso de Medicina.

Entre os anos de 2013 e 2016 houve um aumento significativo do número de estudantes negros no respectivo curso, porém esse aumento é estagnado, não há um crescente que o acompanhe ao longo dos anos, podemos observar isso tanto para as vagas ocupadas pelas mulheres e homens negros.

Mas o que leva a um curso concorrido como esse apresentar uma taxa muito baixa de estudantes negros? Isso pode estar relacionado aos dois fatores já mencionados acima, mas também a um terceiro fator:

"*Relacionado ao processo seletivo em si, onde o estabelecimento de uma mesma nota de corte universal para cotistas e não cotistas, em que em cursos com médias mais altas de pontuação faz com que muitos candidatos já sejam eliminados logo aí*".[5]

[5] Termo de Adesão da FURG ao SISU 1ª edição de 2020.

O que nos traz a reflexão de como o processo seletivo é excludente e que não tem como base avaliação de nenhum mérito, apenas permite a manifestação da desigualdade social no acesso à qualidade da educação em níveis básicos e médio, neste sentido, vale a pena a trazer a presente fala:

> *"O ensino superior de qualidade no Brasil está quase inteiramente nas mãos do Estado. E o que faz o Estado nesse domínio? Institui um mecanismo de seleção que vai justamente propiciar a exclusividade do acesso, sobretudo aos cursos de maior prestígio e aptos a assegurar um bom futuro profissional, àqueles que se beneficiaram do processo de exclusão, isto é, os financeiramente bem aquinhoados. O vestibular, este mecanismo intrinsecamente inútil sob a ótica do aprendizado, não tem outro objetivo que não o de "excluir". Mais precisamente, o de excluir os socialmente fragilizados, de sorte a permitir que os recursos públicos destinados à educação (canalizados tanto para as instituições públicas quanto para as de caráter comercial, como já vimos) sejam gastos não em prol de todos, mas para benefício de poucos."* [6]

Deste modo e com os apontamentos feitos acima, fica claro que um discurso calcado na meritocracia é um discurso raso e com os acúmulos da história da população negra no Brasil, podemos ver que lutar pela permanência das cotas nas instituições de ensino superior públicas no Brasil é algo que precisa sempre estar revisitando, trazer novos dados e instigar os debates para que não caiamos em discursos de retrocesso.

4. Considerações finais

A análise dos dados sobre o processo de ingresso na Universidade Federal do Rio Grande - FURG, sobre os cursos via Sisu revelou que a aprovação da Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, impulsionou o aumento do número de ingresso de estudantes pertencentes a grupos sociais que historicamente estiveram alijados do ensino superior, porém não refletiu em acesso diretamente dos estudantes negros, a porcentagem racial que ingressa a partir da legislação precisa ser acompanhada, tanto para perceber a permanência, quanto para verificar o egresso .

Nossa análise sobre os cursos mais procurados indica que esse egresso e ingresso tem que ser verificado com cautela, pois em anos posteriores às comissões de verificação da autodeclaração racial também não sabemos se esses dados correspondem aos "sujeitos de direito" dessa política.

[6] Joaquim B. B. Gomes e Fernanda D.L.L. Silva. As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva. Seminário "As Minorias e o Direito", Série Cadernos do CEJ, n. 24 p.26 (2002).

Ainda cabe destacar que os cursos permanecem mais do que 80% de estudantes brancos e que o recorte, pela legislação, implica escola pública e posteriormente uma questão de raça. Ou seja, sem políticas da própria instituição educacional estaríamos falando sempre de cotas sociais e não raciais.

5. Referências

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Fragmentos de um enredo: Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança parda numa vila fronteiriça** In: PAIVA, Eduardo França; MARTINS, Ilton Cesar; IVO, Isnara Pereira. (Org.). Escravidão, Mestiçagens, Populações e Identidades Culturais. SP / BH / V. Conquista: ANNABLUME / PPGH UFMG / Edições UESB, 2010, v. , p. 115-138.

OBSERVASUL, Observatório de Ações Afirmativas da Região Sul. **RELATÓRIO TÉCNICO**. 2018.

PERES, Eliane Teresinha. Templo de luz: **os cursos noturnos masculinos de Instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense** (1875-1925). Pelotas: Seiva Publicações, 2002.

SANTOS, Sales Augusto. E**ducação :um pensamento negro contemporâneo.** Jundiaí, Pacto editorial, 2014.

SILVEIRA, Paulo Roberto; SILVEIRA, Marta Íris Camargo Messias da; MESSIAS, Andressa Rodrigues. Monitoramento, permanência e promoção da diversidade: as ações afirmativas em risco na Universidade Federal de Santa Maria – RS. **O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004 -2012)**, Salvador, p. 171 - 200, 2013.

DE ALMEIDA, Silvio Luiz. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: resultados da amostra 2010. Rio Grande do Sul, 2010.

TIRANDO OS AVÓS DO ARMÁRIO: Comissão de Heteroidentificação Complementar à autodeclaração racial na Universidade Federal do Rio Grande-FURG, uma breve análise crítica

Cassiane de Freitas Paixão [1]
Filipe Ferreira Delmondes[2]

1. Introdução

O presente artigo resultado das discussões do grupo de pesquisa NEABI-FURG (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas) busca analisar o processo de implantação das Políticas Afirmativas no tocante às Políticas de Cotas para ingresso de estudantes negras, negros e indígenas, em especial da institucionalização da Comissão de Heteroidentificação Complementar à autodeclaração racial na Universidade Federal do Rio Grande – (FURG), objetivando a apreciação da autodeclaração prestada pelas/os candidatas/os que se autodeclararem negras/os nos processos seletivos para ingresso na universidade.

Ademais, nosso objetivo também é problematizar a categorização da raça (em especial a ancestralidade) evocada pelas/os candidatas/os no processo de justificativa das escolhas pela modalidade de reserva de vagas, pois é nesse contexto que a afrodescendência surge, e assim comumente "as avós e os avôs são tirados do armário". Assim sendo, um profundo e preliminar debate acerca de raça e racismo se faz necessário, sobretudo diante das peculiaridades das relações raciais no Brasil. Como afirma Guimarães (2009), estudar, debater, discutir o racismo no Brasil ainda é um tabu.

Dessa maneira, mesmo que de maneira breve, apresentaremos inicialmente um capítulo sobre raça e racismo para refletimos como de fato foi construído o processo histórico-social e racial do país; a seguir, desmitificar a ilusão da construção de democracia racial; e por fim, construir um arcabouço teórico-ideológico acerca da institucionalização das Comissões de Heteroidentificação Complementar à autodeclaração racial.

[1] Doutora em Educação. (Universidade Federal do Rio Grande – FURG). cassianepaixao@outllook.com
[2] Graduando em Direito. (Universidade Federal do Rio Grande – FURG). filipe_delmondes@furg.br

2. Raça e Racismo no Brasil

O racismo – conjunto de práticas sociais, jurídicas, políticas, institucionais, etc. não se deve reduzir a uma noção, tão somente, biológica, como foi historicamente construído (GUIMARÃES, 2009). O racismo é um elemento que faz parte do próprio modo com que historicamente[3] se estruturam as relações sociais no mundo e, não diferentemente aconteceu no Brasil.

Acerca do termo raça, Achille Mbembe elucida: "A raça não passa de uma ficção útil, de uma construção fantasista ou de uma projeção ideológica cuja função é desviar a atenção de conflitos antigamente entendidos como mais verossímeis – a luta de classes ou a luta de sexos, por exemplo." (MBEMBE, 2014, pp. 15). Desse modo, não se compreende o Brasil, em seus aspectos políticos, econômicos e até mesmo jurídicos, sem a análise do racismo (ALMEIDA, 2018). Ou seja, observamos que o racismo é estrutural[4], porque se caracteriza como um sistema, um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade brasileira.

Assim, o racismo – que se materializa como discriminação racial – deve ser compreendido, de modo objetivo, pelo seu caráter sistêmico, isto é, não se trata apenas, de um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e privilégios[5] que se distribuem entre grupos raciais que se reproduziram e reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. Ainda, o racismo pode resultar, ou seja, pode ter como consequência, a segregação racial – divisão espacial de raças em bairros, comunidades, periferias etc. como são e foram exemplos os regimes segregacionistas dos EUA e o Apartheid Sul-Africano (ALMEIDA, 2018).

Portanto, inicialmente devemos analisar pela materialidade, por essa perspectiva, ou seja, a de que o racismo é estrutural, uma vez que ela nos permite conferir a possibilidade de se tratar o racismo pela raiz e de modo global, atentando-se à sua

[3] Nesse sentido, Lilia Schwarcz, chama de "amnésia nacional" o que o Brasil parece viver, quando nos referimos ao período de quase 400 anos de escravização de pessoa negras no país, uma vez que não se buscou políticas para incluir as pessoas escravizadas à sociedade. Reportagem do Portal UOL. Entrevista de Lilia M. Schwarcz para o portal UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2018/05/10/em-130-anos-de-abolicao-nao-apenas-demos-continuidade-como-radicalizamos-racismo-diz-historiadora.htm>. Acessado em 10/05/2017.

[4] Silvio Almeida pontua que: " o racismo decorre da própria estrutura social, ou seja, de modo "normal" com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional". (pp. 38)

[5] Ver mais em: Adevanir Aparecida Pinheiro - O espelho quebrado da branquitude: aspecto de um debate intelectual, acadêmico e militante. São Paulo, Casa Leiria, 2014.

essência e as peculiaridades desde a formação social do país, isto é, da maneira pela qual ele tem se revelado, significado e ressignificado ao longo da história do Brasil.

Se raça é uma construção histórica, social e cultural, as relações raciais evidenciam as estruturas de determinada sociedade e refletem como essa se organiza e se relaciona entre si. A partir disso, podemos compreender como se produziram (estudos, modo social de convivência, etc.) as relações raciais no Brasil, produção essa que começou a partir do início do século XX, em especial, com o sociólogo Gilberto Freyre.

Essa construção "sociológica" de um imaginário social, apresentada por Freyre, trazia um objetivo específico: "pacificar" as relações do branco com o negro no país, criar uma identidade nacional e por fim "democratizar" a questão racial no país. Aqui podemos compreender um ponto de extrema importância sobre a construção do mito da democracia racial[6], pois é com o aval da ciência que, na imensa maioria dos casos, ela age como instância "autorizada" para esclarecer os dilemas da vida pública (SOUZA, 2007). Ou seja, o mito é moral, pois ele hierarquizou e construiu as relações sócio-raciais no país, formando assim o que o autor chama de "DNA simbólico" da nossa sociedade.

3. Negritude e Identidade

Nas muitas reuniões e discussões que têm sido travadas nas instituições de ensino superior públicas surge uma interrogação que pode guiar nossas reflexões. "O que é ser negro no Brasil? Como essa questão fica definida? " Cabe destacar que esses enfoques, tais interrogações, vieram atreladas exclusivamente nas discussões das cotas raciais. O mais interessante é pensar que essa é uma interrogação apresentada em um país com alta taxa de mortalidade de jovens negros, porém, não encontramos tantos questionamentos sobre se esses jovens "realmente eram negros[7]".

Do mesmo modo, percentuais que reconhecem o desemprego ou encarceramento em massa[8] da população negra também não causam tantas controvérsias ou

[6] Entendemos o mito como uma fala, um discurso (verbal ou visual), uma forma de comunicação sobre qualquer objeto. Objetiva escamotear o real, produzir o ilusório, negar a história, transformá-la em "natureza", funciona com um dispositivo para que o problema racial não seja discutido, encarado, debatido, pois, dessa maneira, produz-se a crença de que o país já tolerou a questão racial, de que há um convívio racial pacífico entre as raças e, portanto, há igualdade para todas/os, logo, não há racismo no país.

[7] Atualmente, de cada cem pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. (Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/sociedade/atlas-da-violencia-2017-negros-e-jovens-sao-as-maiores-vitimas). Acessado em: 10/10/2019.

[8] Juliana Borges, em "O que é Encarceramento em Massa?" pontua que o Sistema de Justiça Criminal tem profunda conexão com o racismo, sendo o seu funcionamento mais do que perpassado por esta estrutura de opressão.

interrogações. Além do mais, como alerta Pinheiro (2014) ao discutir sobre o comportamento ético e sobre a violência, há certos tipos de violência, em especial, a simbólica, da qual é muito pouco ou quase nada discutido, uma vez que essas violências não chegam a ser percebidas ou vistas por estarem situadas no plano simbólico, mas que estão presentes do nosso dia a dia.

É sobre essa mesma ótica da violência simbólica que foram e são cometidas diversas barbáries éticas sem haver responsabilidade alguma para os autores destas barbáries. Pinheiro nos alerta que: "Parece-nos que é através deste poder simbólico que este branco busca fortalecer e ampliar a sua força de dominação, principalmente quando isso se estabelece no campo social das lutas por igualdades de direitos" (PINHEIRO, 2014, pp. 44). Mesmo que a discussão sobre negritude[9] não possa ser pensada como uma questão essencialmente biológica, ao ser referenciada como identidade negra, discutir o acesso às instituições públicas, trata-se de pensar o conceito de políticas de reconhecimento, rompendo com o mito da democracia racial, que ainda ultrapassa essa discussão.

À vista disso, compreendemos que algumas representações ganham maior visibilidade e passam a ser consideradas como expressão da realidade social. Na sociedade brasileira, essa representação foi construída hegemonicamente por uma elite branca, eurocêntrica, heterossexual e cristã, além do principal fator, sob o sangue e escravização de indígenas e de negras/os (ALMEIDA, 2018).

5. Políticas afirmativas - Lei 12.711- "Lei de Cotas Sociais"

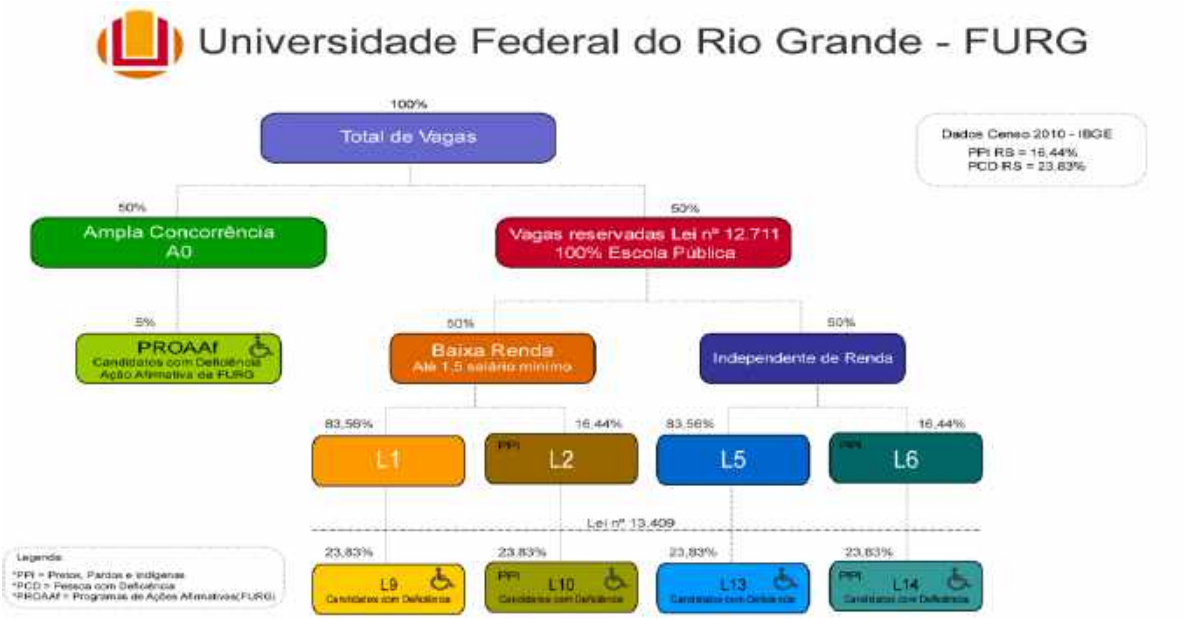
Desde as décadas finais do século XX, em meio a um intenso debate, tanto conflituoso como de resistência, as políticas afirmativas foram, e ainda vêm sendo, construídas a partir da sociedade civil, mas principalmente pelos movimentos sociais, em especial o negro, na busca pela ocupação de espaços e igualdade de oportunidades, bem como pelo exercício de direitos civis. Ao longo do tempo, o debate para o ingresso nas universidades públicas, cujo ponto fundamental é a lei 12.711/12, notadamente conhecida como Lei de Cotas, destinadas a estudantes de escolas públicas – ou seja,

[9] Nessa discussão, Munanga (2009) traz o conceito de negritude também ligado a uma convocação permanente de todos os herdeiros dessa condição para que se engajem no combate para reabilitar os valores de suas civilizações destruídas, bem como de suas culturas negadas: "a negritude faz parte de sua luta para reconstruir positivamente sua identidade e, por isso, um tema ainda em atualidade". (p. 20)

cotas sociais[10], uma vez que é um marco referencial para sua instituição nas universidades públicas brasileiras.

As políticas afirmativas envolvem alguns conceitos, tais como *discriminação afirmativa positiva*, *ação positiva*, *medidas compensatórias*. Elas são fundamentais no intuito de minimizar e diminuir as desigualdades sociais e raciais no Brasil, bem como um instrumento de promoção de igualdade material em favor de um ou mais grupos discriminados de forma a equilibrar as relações sociais, mediante a oferta de oportunidades aos indivíduos pertencentes a esses grupos discriminados em todos os setores da sociedade.

A disputa por cotas nas universidades brasileiras é considerada uma demanda por reconhecimento, tendo uma classificação oficial que dividia a população entre brancos, negros (pretos e pardos) e indígenas. Dessa maneira, é interessante entender como realmente funciona essa divisão. A lei de cotas destina 50 % das vagas aos estudantes de escola pública; contudo, há subdivisões dentro desse percentual. Metade dessas vagas são direcionadas a alunas/os de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita e a outra metade para alunos de escola pública com renda familiar superior a um salário mínimo. É possível evidenciar essa divisão, por exemplo, na FURG, no quadro abaixo:



(Fonte – SISU- Universidade Federal do Rio Grande - FURG)

[10] Entendemos como cotas sociais, pois destina 50 % a candidatos que estudaram em escola públicas e não tão somente a pessoas negras, como vulgarmente é disseminado aos "quatros ventos" pela sociedade civil.

Dessa maneira, é preciso perceber a evidente incoerência acerca de como realmente são divididos os 50% das vagas, ou seja, 12,5% para baixa renda e 12,5 % para as/os independente de renda. Portanto, explicando para efeitos didáticos, em quantidade de cem alunas/os, apenas cerca de 25 alunas/os serão contemplados com a reserva de vaga cota racial ou PPI – pretos pardos e indígenas, sem contar os candidatos com alguma deficiência, que, é necessário pontuar, não são menos importantes. [11]

Portanto, afirmamos que essa lei fantasia a realidade concreta, porque ela destina 50 % das vagas para alunos de escola pública, e não para pessoas negras, discurso que está nos debates de toda sociedade. Ainda, é importante ressaltar que dentro desse 50 %, a porcentagem racial destinada a reserva de vagas para PPI é de acordo com o censo racial do Estado correspondente da instituição de ensino.

3. Comissões de Heteroidentificação Complementar à autodeclaração racial

Com o advento da lei 12.711, outra problemáticas se evidenciaram, sobretudo no que se refere ao alcance e à delimitação dos reais destinatários designados pela ação afirmativa, no tocante a questão racial. Isso porque autodeclaração primeiramente era o único critério adotado. Nesse contexto é que em todo território nacional surgiram diversos casos[12] e suspeitas que apontavam que candidatas/os não negras/os estavam se utilizando das vagas reservadas sem fazerem jus à política de reserva, como foi o caso da UFPel [13], em 2016, que desligou 24 estudantes denunciados por fraudar o sistema de cotas daquela universidade.

Diante desses casos, fez-se necessário outro critério a ser adotado, buscando coibir tais condutas: surgem as Comissões de Heteroidentificação. O objetivo por trás da instauração das Comissões e da normatização do seu funcionamento é garantir que os candidatos/as que ingressarem no ensino superior nas vagas reservadas sejam negros e negras, ou seja, sujeitos de direito.

No entanto, nesse momento surgem algumas questões, tais como tratar-se de mais um momento em que negros e negras precisam reafirmar-se enquanto negros

[11] Apenas 12,8% da população negra entre 18 e 24 estão matriculados no ensino superior (IBGE – 2015),
[12] Reportagem do jornal Estadão mostra que 1/3 das universidades brasileiras possuem fraudes nas reservas de vagas - https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,13-das-federais-tem-denuncia-em-cota-racial-governo-quer-avaliacao-visual,70002147782 .
[13] Veja mais em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2016/12/ufpel-desliga-24-estudantes-de-medicina-denunciados-por-fraude-no-sistema-de-cotas-8996897.html

(pretos e pardos). Além disso, ressaltamos que estar na vaga como candidato cotista é um espaço conquistado, um espaço de direito e não uma benevolência da gestão universitária. Como pensar as comissões não como uma prova sobre ser negro no Brasil? É preciso entender que esse é só mais um processo de desmistificação do mito da democracia racial.

Salientamos, sobre o uso da heteroidentificação como critério, que o Supremo Tribunal Federal – STF, em face do julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186 e da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 41 -primeira sobre ações afirmativas em universidade e a segunda sobre ações afirmativas nos concursos públicos - estabeleceu que além da autodeclaração, podem ser utilizados critérios subsidiários de heteroidentificação, desde que respeitada a dignidade da pessoa humana e garantindo o contraditório e ampla defesa.

Ademais, foi publicada no dia 10 de abril deste ano, a Portaria Normativa n° 04[14], de 6 de abril de 2018, pela Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG) que regulamentou o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros, nos termos da Lei n° 12.990, de 9 de junho de 2014 – lei esta que reserva aos negros 20 % das vagas oferecidas nos concursos públicos.

Isto posto, a autodeclaração como pessoa negra combinada com a indicação de que se pretende concorrer ao sistema de reserva de vagas passam a ser, nessa perspectiva, requisitos formais para que esse sujeito passe a ser considerado como possível beneficiário da política, ou seja, com a autodeclaração há tão somente presunção de ser o candidato destinatário da reserva de vaga, sendo necessário passar pelo procedimento de heteroidentificação.

Um ponto crucial diz respeito ao critério utilizado pela comissão para confirmar a declaração, que é o fenótipo, ou seja, devem ser levadas em conta as características observáveis do indivíduo. Assim, devem ser afastados reconhecimentos com base em registros ou documentos pretéritos apresentados, inclusive imagem e certidões. Portanto, a despeito de ser algo contextual, é a única métrica possível porque é ela que opera no real, no cotidiano, no dia a dia. São os traços fenotípicos que induzem à discriminação e apreensão dos valores raciais construídos na sociedade brasileira.

[14] Portaria 04, artigo 3°: ”A autodeclaração do candidato goza da presunção relativa de veracidade”. *§ 1º Sem prejuízo do disposto no caput, a autodeclaração do candidato será confirmada mediante procedimento de heteroidentificação;*

Nessa perspectiva, Oracy Oliveira (1998), já trazia em meados dos anos de 1950 que há no Brasil o "preconceito de marca" onde as pessoas são passiveis de discriminação pela sua aparência racial: "Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca (...)". (NOGUEIRA, 1998, p. 6)

Entender que em um país como o Brasil, marcado pela "mestiçagem" como ideologia de embraquecimento – ou seja, como um processo gradual de assimilação de um grupo racial (negro) por outro (branco) –, a concepção de branco e não branco pode variar em função do grau de "mestiçagem", de indivíduo para indivíduo, de classe para classe, de região para região.

Sob o véu da "intensa mestiçagem" da realidade social brasileira, diversos ataques e justificativas tentaram e tentam diariamente deslegitimar as Comissões de Heteroidentificação sob o argumento de que seria uma tarefa ambígua, subjetiva, quiçá impossível, restando de fato comprometida tanto a real efetividade quanto seus efeitos jurídicos produzidos.

5. Considerações finais

No Brasil é notório que a população negra é submetida constantemente a uma espécie de *apartheid* social, tal como a violência simbólica do dia-a-dia/ o racismo institucional, ou a discussão acerca da constitucionalidade das políticas afirmativas direcionadas à população negra.

Desse modo, percebemos que é justamente a partir de uma análise crítica dessas peculiaridades das relações raciais do país que se refutam as alegações de ambiguidade e subjetividade na identificação racial das pessoas negras. Reconhecemos que esse é um discurso falacioso, uma ferramenta retórica que busca a todo momento deslegitimar o processo por reparação e equidade da população negra frente a toda a sociedade civil.

Além do mais, pensamos que essa ferramenta traduz sobretudo o modus *operandi* de uma sociedade essencialmente racista que busca sobretudo manter estáticas as estruturas sociais vigentes, sabotando-se assim qualquer política de reparação social para a população negra, na tentativa de torná-la inoperante, destruindo-se assim sua efetividade. Nesse sentido, entendemos que as Comissões podem e devem ser utilizadas

como um importante instrumento no combate às possíveis irregularidades no processo de ingresso ao ensino superior público do país.

Reiteramos, o objetivo das Comissões é identificar, recepcionar e acolher as pessoas negras, bem como não permitir que não negros sejam destinatários da política. Portanto, é preciso entender que o quão importante é a institucionalização das comissões em todas as universidades e institutos federais do país, bem como em todos os concursos públicos federais para real efetivação do direito à igualdade da comunidade negra para aqueles que de fato são os beneficiários de tais políticas.

6. Referências bibliográficas

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** 1ª Edição. São Paulo: Letramento Editora, 2018.

BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** 1ª Edição. São Paulo. Letramento Editora, 2018.

BRASIL. Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 6 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 de setembro de 2019.

_____. Lei de Cotas – 12.711/2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acessado em 01/10/2019.

_____. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Secretaria de Gestão de Pessoas. **Portaria normativa nº 4, de 6 de abril de 2018.** Regulamenta o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros, para fins de preenchimento das vagas reservadas nos concursos públicos federais, nos termos da Lei n°12.990, de 9 de junho de 2014. Disponível em: https://www.mdh.gov.br/biblioteca/igualdade-racial/portaria-normativa-no-4-2018-regulamenta-o-procedimento-de-heteroidentificacao-complementar-a-autodeclaracao-dos-candidatos-negros-em-concursos-publicos/view. Acessado em 01/10/2019.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. _ São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 1999. 256 p.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Tradução de Marta Lança. 1ª Edição. Lisboa: Editora Antígona, 2014.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude - Usos e Sentidos**. São Paulo: Ática, 1986.

_____**. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil**. Estudos. av. [online]. 2004, vol.18, n.50, pp.51-66. ISSN 0103-4014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100005>

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de Marca: As Relações Raciais em Itapetininga**; apresentação e edição Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

FINANCIAMENTO DA EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: a transição do reconhecimento ao descaso

Terena Souza da Silva Koglin[1]
Margarete Hirdes Antunes[2]
João Carlos de Oliveira Koglin[3]

1. Introdução

A relação universidade e sociedade sofre mudanças de acordo com o contexto histórico, político, social e econômico em que está inserida. Para Chauí (2001), a universidade é uma instituição social que reproduz o modelo de sociedade da qual faz parte e com isso o tripé ensino, pesquisa e extensão irá refletir as condições sociais, políticas e econômicas do período.

Neste sentido, a Extensão Universitária vivenciou conjunturas díspares, como o ajuste econômico e a reforma do Estado da década de 1990, o cenário de investimentos em políticas públicas sociais a partir de 2003 e o atual ambiente de políticas de austeridade. Nesse âmbito, o objetivo deste artigo é realizar uma reflexão sobre o reconhecimento da importância da Extensão Universitária nas universidades públicas brasileiras a partir do processo de retomada do Programa Nacional de Extensão Universitária – PROEXT e o posterior descaso com a área diante da política de austeridade que avança progressivamente nos dias atuais. Para tal, realizou-se pesquisa documental e bibliográfica.

A Extensão Universitária, hoje reconhecida institucionalmente e, no caso brasileiro, estabelecida via Constituição e demais leis, como o Plano Nacional de Educação, tem sido idealizada como uma das formas de aprofundar a relação das universidades com a sociedade. Para Jezine (2001), a Extensão Universitária representa a dimensão social da universidade, a forma que esta encontra para tentar responder aos anseios e desejos das classes socialmente excluídas.

O contexto histórico brasileiro sinaliza uma educação com foco na formação de mão de obra para o mercado de trabalho, visando atender às exigências do Estado Capitalista. Nesse sentido, a Extensão, um dos elementos do tripé universitário e objeto

[1] Mestre em Política Social. Universidade Católica de Pelotas. E-mail: terena.te@gmail.com
[2] Mestre em Política Social. Universidade Católica de Pelotas. E-mail: npte.margarete@gmail.com
[3] Doutor em Política Social e Direitos Humanos. Universidade Federal de Pelotas. E-mail: joaokoglin@yahoo.com.br

desta reflexão, foi desenvolvida como atividade extracurricular. Entretanto, as reflexões construídas a partir das ideias de Paulo Freire e a atuação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras contribuíram para a construção do reconhecimento da relação social da Universidade e da Extensão Universitária.

A efetivação desse reconhecimento encontra importante contribuição a partir do reestabelecimento do PROEXT em 2003, no primeiro governo Lula, e sua institucionalização em 2008, por um processo de interlocução entre o Ministério da Educação e o Fórum de Pró-Reitores de Extensão. No período de 2003 a 2016, o PROEXT apoiou 5.120 ações de Extensão, realizando investimentos no montante de R$ 461,22 milhões (MEC/SESu/DIFES, 2016), entretanto, os dois últimos anos do Programa, 2015 e 2016 refletem os efeitos das novas medidas econômicas que começavam a ser adotadas e tem sido intensificadas na atualidade.

Como consequência das recentes políticas econômicas adotadas no Brasil, a partir, principalmente, de 2016, as políticas sociais se depararam com um cenário de incertezas, diante da primazia das questões econômicas sobre as sociais nos governos neoliberais. Nesse contexto, as universidades públicas e todos os seus programas e ações também enfrentaram as consequências da nova política de austeridade, incluindo o cancelamento de repasse dos recursos do Edital PROEXT de 2016, o que inviabilizou o desenvolvimento das ações propostas e a efetivação das políticas fomentadas pelo Programa (FORPROEX, 2018). A aprovação da Emenda Constitucional n°95/2016, conhecida como a PEC do teto dos gastos públicos, impactou diretamente a agenda das políticas sociais e a deterioração dos indicadores econômicos sociais (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018).

Frente a esse contexto, os pequenos avanços e conquistas obtidos em relação às políticas sociais e, especificamente, aos investimentos realizados no Ensino Superior e na Extensão Universitária, foram relegados.

2. Do reconhecimento à “ponte” para o descaso do financiamento da extensão no Brasil

Este capítulo tem como objetivo apontar elementos que contribuam para a reflexão sobre a importância do financiamento da extensão universitária, seu processo de reconhecimento, e posterior descaso diante do contexto social, político e econômico.

2.1 O processo de reconhecimento

O processo de reconhecimento da importância da extensão universitária nas instituições de ensino superior brasileiras está diretamente relacionado a trajetória do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira.

O Fórum de Pró-Reitores surge a partir de um movimento nacional que discute, entre outros temas pertinentes, a relação da universidade com a sociedade. Para além de institucionalizar a extensão como uma diretriz acadêmica e reivindicar formas de financiamento, o Fórum entendia como sendo seu objetivo, através da extensão universitária, a luta pela democratização do conhecimento produzido e o cumprimento da função social das instituições de ensino superior. O grupo passa a ser uma importante ferramenta de interlocução com o Ministério da Educação (NOGUEIRA, 2001).

Neste contexto, o trabalho do Fórum vai resultar na elaboração do I Plano Nacional de Extensão e, posteriormente, a partir de sua intensa interlocução com o Ministério da Educação, o Programa de Apoio à Extensão é retomado em 2003. O Programa foi ganhando relativo destaque nos anos subsequentes, sendo reformulado para Programa de Extensão Universitária em 2008. O PROEXT é o principal programa de financiamento da extensão universitária desde então, tendo sido interrompido após a implementação de políticas de austeridade a partir de 2016.

Em 2012, foi aprovada a Política Nacional de Extensão, após um período de reflexão sobre os limites e potencialidades do Plano elaborado em 1998. O grupo de Pró-Reitores, que ali representavam suas instituições de origem, elaborou a Política e definiu estratégias que contribuíssem com a transformação da universidade em um instrumento de mudança social.

Para Nogueira (2013), o conceito de extensão construído pelo Fórum dos Pró-Reitores de Extensão contribuiu significativamente com o processo de criação do PROEXTE – Programa de Fomento à Extensão Universitária no ano de 1993 durante o governo de Itamar Franco, assim como influenciou os debates que antecederam a elaboração do Plano Nacional de Extensão em 1998, e a atual Política Nacional de Extensão Universitária, publicada em 2012.

O processo, ainda que embrionário, de reconhecimento da função social das universidades e da importância da extensão universitária para as questões sociais, sofre uma ruptura com a chegada de Fernando Henrique a Presidência da República. O País

adota uma política de contenção de gastos para atender as recomendações dos organismos internacionais de financiamento, e as instituições de ensino superior são duramente atingidas com o corte de investimentos e de recursos para o próprio custeio. Como consequência, a Secretaria de Educação Superior imediatamente suspende o PROEXTE, interrompendo o processo de construção de projetos e programas de extensão, que contrariavam o senso comum de assistencialismo e prestação de serviços (NOGUEIRA, 2005).

O programa foi retomado a partir de 2003, no primeiro governo Lula, a partir de um processo de interlocução entre o Ministério da Educação e o Fórum de Pró-Reitores de Extensão. Neste período, o programa foi denominado como Programa de Apoio à Extensão Universitária voltado às Políticas Públicas, ratificando a ideia de que as universidades podem ser um contributo para a implementação de políticas públicas e, por consequência, políticas sociais.

Em 2008, foi institucionalizado o Programa de Apoio à Extensão Universitária – PROEXT, através da promulgação do Decreto n° 6.495, que o institui e o define como sendo "...destinado a apoiar instituições públicas de educação superior no desenvolvimento de projetos da Extensão Universitária, com vistas a ampliar sua interação com a sociedade" (BRASIL, 2008).

No período de 2014 à 2016, houve um acréscimo considerável em relação ao edital proposto em 2003. Para o ano de 2014 o edital do Programa possibilitava que cada instituição concorresse ao limite máximo de aproximadamente R$ 8 milhões distribuídos entre programas e projetos. Em 2015, este valor passou para aproximadamente R$ 15 milhões e, em 2016, o governo manteve o montante de investimento, possibilitando que as instituições apresentassem propostas para concorrer até o valor máximo de aproximadamente R$ 16 milhões, em seu conjunto.

No período de 2003 a 2014, o PROEXT apoiou 4.136 ações de extensão realizando investimentos no montante de R$ 321,75 milhões. No ano de 2003, o investimento no Programa foi de R$ 4,5 milhões para o financiamento de 89 ações de extensão; já em 2009, o valor alcança a marca dos R$ 19,2 milhões, distribuídos entre 414 propostas; em 2014, os 826 projetos e programas de extensão contam com o aporte de recursos no total de R$ 84,23 milhões (MEC/SESu/DIFES, 2016).

Diante do crescente investimento realizado em ações de extensão universitária através do PROEXT, conforme dados apresentados acima, percebe-se a ressignificação

do tema, tanto para as IFES quanto para o governo, através da descentralização de recursos para a execução do programa que é uma política pública.

A partir do desenvolvimento e expansão da política governamental de financiamento da extensão, iniciado em 2003, inclusive com ampliação das áreas temáticas atendidas no programa, as instituições de educação superior públicas conquistaram a possibilidade de desenvolver suas ações de extensão com um aporte de recursos financeiros anteriormente tão escasso, por vezes inexistentes.

Considerando o contexto de construção e desenvolvimento da extensão universitária, principalmente a partir das Universidades Públicas Federais, é possível identificar que a extensão ganhou uma sobrevida considerável durante o período de 2003 a 2016.

2.2 A "ponte" para o descaso

Como consequência das recentes políticas econômicas adotadas no Brasil, a partir de 2016, principalmente, as políticas sociais se deparam com um cenário de incertezas, diante da primazia das questões econômicas sobre as sociais nos governos neoliberais. Neste contexto, as Universidades Públicas e todos seus programas e ações, também enfrentam as consequências da nova política de austeridade, incluindo o cancelamento de repasse dos recursos do Edital PROEXT de 2016, o que inviabiliza o desenvolvimento das ações propostas e a efetivação das políticas fomentadas pelo Programa (FORPROEX/CARTA-MANIFESTO DE NATAL, 2018).

Ainda em 2016, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão já sinalizava preocupação com a redução de financiamento das políticas públicas na extensão e com a conjuntura que se instalava no país, permeada por políticas de austeridade que inclui o corte de investimentos em políticas sociais primordiais, entre elas saúde e educação. A instituição reiterou sua defesa pela educação superior pública e gratuita e pela manutenção das ações de extensão e sinalizou que com a aprovação da Emenda Constitucional que estabelece um teto para gastos públicos, o cumprimento da função social das instituições públicas ficaria comprometido (FORPROEXT/CARTA DE OURO PRETO-MG, 2016).

A aprovação da emenda constitucional n° 95/2016, conhecida como a PEC do teto dos gastos públicos, impactou diretamente na agenda dos direitos sociais e consequentemente das políticas sociais. A deterioração dos indicadores econômicos sociais conforme previsto no documento "Austeridade e retrocesso - finanças públicas e

política fiscal no Brasil" publicado em setembro de 2016 pelo Fórum 21, Fundação Friedrich Ebert Stiftung (FES), GT de Macro da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) e Plataforma Política Social, se concretizou conforme relatado em um novo documento publicado recentemente em agosto de 2018 (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018).

Logo após o processo de impeachment da Presidente Dilma Roussef em 2016, com a implementação do Programa Ponte para o Futuro de Michel Temer, apoiado por grandes empreiteiras e setores do agronegócio, monopólio dos meios de comunicação em massa e o capital internacional (LIMA, 2017), esta relação universidade sociedade começa a sofrer uma enorme repressão. A situação de contingência imprimida às políticas sociais atinge a educação superior e a extensão universitária, assim como se transforma em uma barreira para a efetivação da função social da universidade.

O FORPREX, durante o XLI Encontro Nacional de Pró-Reitores realizado em 2017, na Bahia, destaca que a ausência de recursos e de novos editais PROEXT tem prejudicado o desenvolvimento de projetos e programas. O documento elaborado ao final do encontro apresentou algumas diretrizes como: resistência às pautas desarticuladoras da concepção de ensino superior público; articulação das instituições de ensino superior para reivindicar a publicação de edital para aquele ano e o cumprimento do edital de 2016 (FORPROEXT/CARTA DE PORTO SEGURO, 2017).

Com o avanço das políticas de retrocesso no que diz respeito às questões sociais e a retomada da avalanche neoliberal, principalmente, as desigualdades sociais estão ainda mais profundas e devastadoras. Diante deste contexto, os pequenos avanços e conquistas obtidos em relação às políticas sociais, e especificamente aos investimentos realizados no Ensino Superior e na Extensão Universitária, são praticamente abandonados.

Historicamente, as universidades brasileiras, em decorrência do pouco investimento que recebem e de seus orçamentos apertados, terminam por priorizar seus recursos para o desenvolvimento do ensino, melhorias na infraestrutura, desenvolvimento de pesquisas, destinando para a extensão universitária um orçamento muito menor do que o necessário para o desenvolvimento de suas ações. Neste sentido, uma política de financiamento específica para a área de extensão é extremamente importante, e tem sido uma preocupação constante nos encontros de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

O cenário não tem sido nada promissor para a área da extensão universitária e do ensino superior público. As medidas que vem sendo adotadas colocam em risco as conquistas obtidas durante os anos de 2003 a 2016, principalmente no que diz respeito ao financiamento das ações extensionistas através do PROEXT, e o reconhecimento do lugar da extensão dentro das instituições.

3. Considerações finais

As universidades desenvolvem ações de extensão em diversas áreas como saúde, educação, meio ambiente, cultura, esporte, entre tantas outras tão importantes e algumas delas com abrangência regional. Desenvolvem projetos com a participação de movimentos sociais, comunidades tradicionais, escolas, conselhos municipais, representações de bairros, englobando crianças, jovens, adultos e idosos.

Pode-se considerar que a imensa gama de projetos e programas que foram desenvolvidos através das Instituições de Ensino Superior Públicas, principalmente a partir de 2003 com a retomada do financiamento oferecido pelo PROEXT, impactam na região. Esta, inclusive, é uma das diretrizes das ações de extensão defendida pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão: Impacto e transformação social. Este é um importante elo entre extensão universitária e política social, ambos buscando sua concretização como instrumento de transformação social, contrapondo-se à política neoliberal, que encara investimentos em direitos sociais como custos, a exemplo do que o Brasil tem experimentado a cada novo ciclo do capitalismo.

As políticas desenvolvidas pelo Estado brasileiro, atualmente, buscam o ajuste fiscal, pagamento dos juros da dívida pública e, principalmente, a redução dos investimentos em políticas sociais como saúde, assistência social e educação, como podemos identificar com a aprovação da PEC do teto dos gastos públicos – EC 95/2016.

Diante deste novo cenário político, econômico e social, um dos novos desafios de quem planeja e executa extensão tem sido a luta por garantia de recursos orçamentários que possam dar suporte para o desenvolvimento das ações extensionistas, que passam a fazer parte do currículo e, obrigatoriamente, devem integrar o processo de ensino nas Instituições de Ensino Superior a partir do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (BRASIL, 2014).

As ações de extensão desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior, a partir da concepção de uma relação dialógica, como defendia Paulo Freire, representam

um elo de interlocução entre a academia e a sociedade. Diante do contexto econômico, político e social vivenciado no Brasil, essa união de forças torna-se ainda mais relevante e urgente.

4. Referências

BRASIL. Decreto N° 19.851, de 11 de abril de 1931. **Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto.** Disponível em: http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html .Acesso em: 10 set. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 set. 2018.

_____. Decreto Nº 6.495, de 30 de junho de 2008. **Institui o Programa de Extensão Universitária - PROEXT.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6495.htm. Acesso em: 12 set. 2018.

_____. Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 10 set. 2018.

_____. Decreto 9.235 de 15 de dezembro de 2017. **Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9235.htm. Acesso em: 01 out. 2018.

CHAUÍ. Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos; ROSSI, Pedro. **Austeridade e retrocesso:** impactos sociais da política fiscal no Brasil**.** São Paulo: Brasil Debate e Fundação Friedrich Ebert, 2018.

FORPROEXT. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira. **Carta de Ouro Preto-MG**. 40º Encontro Nacional do Forproex. Ouro Preto/MG, 06 de setembro de 2016. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Carta_de_Ouro_Preto_-_XL_FORPROEX.pdf. Acesso em: 18 Jan. 2019.

_____. **Carta de Porto Seguro-BA**. 41º Encontro Nacional do Forproex. Porto Seguro/BA, 19 de maio de 2017. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Carta_Porto_Seguro-2017.pdf. Acesso em: 18 Jan. 2019.

_____. **Carta – Manifesto de Natal**. 43º Encontro Nacional do Forproex. Natal/RN, 27 de junho de 2018. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Carta_manifesto_de_Natal_2018.pdf. Acesso em: 25 dez. 2018.

JEZINE, Edineide Mesquita. Multiversidade e Extensão Universitária. In: FARIA, Doris Santos (Org). **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina.** Brasília: Universidade de Brasília, 2001. P. 127-138.

LIMA, Kátia. **Políticas públicas no Brasil de hoje:** uma ponte para qual futuro. 2017. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo3/politicaspublicasnobrasildehojeumaponteparaqualfuturo.pdf. Acesso em: 17 nov. 2018.

MEC/SESu/DIFES. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003–2014.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192. Acesso em: 25 jul. 2018.

NOGUEIRA, Maria Das Dores Pimentel. Extensão Universitária no Brasil: uma Revisão Contextual. In: FARIA, Doris Santos (Org). **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. P. 57-72.

_____. Políticas de Extensão Universitária Brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____. O Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: um ator social em construção. In: Interfaces - **Revista de Extensão**, vol. 1, n° 1, jul./nov. 2013 p. 35-47.

_____(Org.). **Avaliação da extensão universitária:** práticas e discussões da comissão permanente de avaliação da extensão. Belo Horizonte**:** FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013.

RENEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Plano nacional de extensão**. 2001. Brasília: disponível em http://www.renex.org.br/documentos/. Acesso em: 28 jul. 2018.

MULHERES TRANS NA POLÍTICA INSTITUCIONAL: uma busca por representatividade

Rosana da Silva Chagas[1]

1. Introdução

Segundo Neto (2014), a divisão sexual acentuada no século XIX estabeleceu que cada sexo tinha sua função e espaços. Certas profissões, tarefas e espaços de privilégios foram predominantemente reservados aos homens, assim como os espaços públicos e a vida política. Para as mulheres coube o espaço privado, doméstico, o cuidado do marido, dos filhos e da casa. Podemos perceber que, ainda hoje, essa divisão persiste em nossa sociedade e o espaço político brasileiro é um dos exemplos nítidos desse processo de perpetuação da destinação de espaços.

A sub-representação das mulheres na política brasileira pode ser considerada um reflexo da estrutura patriarcal da nossa sociedade. Segundo Lima (2015), o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado em 2010 aponta que as mulheres representem 51% do total da população brasileira e os homens 49%, e isto não se reflete no campo político que é predominantemente masculino e cisnormativo. Mas não é difícil entender esse cenário. Confinadas em casa, as mulheres foram submetidas ao papel doméstico, ficando os homens com o "monopólio da representação" (BOURDIEU, 2002, apud, MELO e THOMÉ, 2018, p. 127).

Embora o Estado não seja o único espaço de exercício de poder em uma sociedade, ele pode ser identificado como um retrato onde sistemas de forças tem seus papeis bem estabelecidos

> [..] os mecanismos de poder estruturados ajudam a solidificar uma relação de dominação masculina, que mantém as mulheres longe também dos espaços públicos de disputa e do poder político. Ainda que se entenda que a igualdade política das mulheres não se inicia, nem se esgota, nas eleições e no parlamento, na representação e no acesso aos cargos políticos, já se sabe este é o espaço no qual as mulheres podem aumentar seu poder de pressão (MELO e THOMÉ, 2018, p. 130-131).

E quando falamos em ocupação de espaços públicos, em ocupação de espaços de poder, especialmente os espaços políticos por grupos estigmatizados, como é o caso da comunidade LGBT, temos que reconhecer que a dificuldade é ainda maior. Os

[1] Mestranda em Política Social e Direitos Humanos. Taxista PROSUC/CAPES. Universidade Católica de Pelotas. E-mail: rosanasul@bol.com.br

obstáculos são de toda ordem. O processo de inserção das mulheres trans na política institucional apresenta um duplo desafio, a barreira imposta pelo patriarcado e a discriminação imposta cisnormatividade.

2. Mulheres na Política

Embora o último censo demográfico realizado pelo IBGE tenha ocorrido em 2010 e o próximo estar previsto para 2020, o IBGE realiza uma projeção da população do Brasil. Com base nesta projeção, em 2018 a população brasileira era distribuída da seguinte forma: homens 48,91% e mulheres 51,09% (IBGE, 2018), demonstrando que a proporcionalidade de mulheres e homens na população brasileira se manteve em relação a 2010.

De acordo com os dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral, nas eleições de 2018 as candidaturas foram distribuídas da seguinte forma: 31% mulheres (feminino) e 69% homens (masculino). Estes números demonstram a inversão da proporção de mulheres e homens em comparação a distribuição da população brasileira, confirmando a pouca participação política da mulher. A situação se agrava quando temos que reconhecer que os 31% de candidaturas femininas não representam a realidade da participação feminina na política. Conforme afirma Machado (2018, s/n):

> Além da baixa participação e da sub-representatividade nas esferas parlamentares, o modelo legislativo de proteção e o fomento a essa participação são alvo de muitas fraudes, encabeçadas principalmente pelas agremiações partidárias. Os partidos alegam que não conseguem preencher as cotas porque faltariam mulheres participando ativamente da política, e, por isso, alguns terminam por, fraudulentamente, indicar nomes de candidatas para fins de preenchimento do percentual destinado a cada sexo apenas para viabilizar o registro das candidaturas masculinas. Essas candidaturas ficaram conhecidas como “laranjas”.

Para Miguel (2014, s/n), “não se trata apenas de diversidade. Numa sociedade estruturada pela dominação masculina, a posição das mulheres não é apenas “diferente” da dos homens. É uma posição social marcada pela subalternidade”.

Portanto, mesmo com o relativo aumento da presença das mulheres na política, elas permanecem carregando os reflexos da sua “subalternidade social”. A associação da mulher com tarefas/ações de cuidado acaba repercutindo no campo político. Vincula-se as mulheres a pautas relacionadas a questões de assistência social, educação e outras relacionadas a cuidados. Com esta associação, busca-se segregar as mulheres nas posições periféricas do campo político.

A importância da presença feminina nas esferas do poder político, podem ter três grandes significados para a ciência política.

> A representação feminina pode ser: descritiva, ou seja, de tal forma que se assemelha à própria presença na sociedade; substantiva, ao considerara que um grupo potencialmente representa melhor suas próprias demandas, construindo agendas específicas; ou, for fim, a representação pode ter o efeito simbólico, ao mostrar o impacto do próprio aumento da representação nas esferas do poder da sociedade (FRANCESCHET, 2018, apud MELO e THOMÉ, 2018, p. 128).

Ainda que as mulheres tenham experiências de vida diferentes, pela raça, classe social ou orientação sexual, suas vivências são marcadas por trajetórias e desafios similares. Para Melo e Thomé (2018, p. 129), a ausência das mulheres nos espaços políticos torna-se um "signo de subalternidade".

2.1. A importância das cotas e da reserva de fundos

As ações afirmativas buscam dar maior representatividade a grupos minoritários e as cotas de gênero, assim como outras políticas públicas, visam atenuar as desigualdades entre homens e mulheres no que se refere à atuação nos espaços públicos, sobretudo nos espaços de debate político-partidário. Para Machado (2019), por meio das cotas de gênero é possível incluir as mulheres nestes espaços basicamente ocupados por homens. Mesmo com as mulheres tendo conquistado timidamente o espaço político, ainda hoje impera o hábito de atribuir à mulher a vocação por pautas sociais nos seus mandatos.

O sistema de cotas foi instituído em 1995, para eleições municipais, foi fruto de reivindicações do movimento feminista. Inicialmente o percentual era de 20% e a intenção era conceder mais espaço para as mulheres na política. A partir da Lei nº 12.034/2009, o percentual para reserva de vagas passou para 30%, no mínimo, de todas as candidaturas lançadas pelo partido/coligação. É importante salientar que as vagas devem ser reservadas para o sexo minoritário na política, que atualmente, é o feminino. Por isso, chama-se comumente de cotas para mulheres na política (Machado, 2018). Na realidade o que se busca com o sistema de cotas e outras políticas e ações afirmativas voltadas aos mais diversos grupos historicamente excluídos dos espaços políticos, dos espaços de tomadas de decisão e tantos outros espaços é corrigir injustiças históricas

A chamada cota para mulheres visa garantir a participação na política formal de um grupo historicamente excluído da política, mesmo perfazendo, em média, a metade da população brasileira. Para Machado (2018) o fundamento das cotas não é garantir a

inclusão das mulheres no Parlamento para que defendam seus interesses, mesmo sabendo que isso possa acontecer. O fundamento das cotas de candidatura por sexo é corrigir uma injustiça histórica.

Ainda segundo Machado (2018), a Reforma Política de 2017, que inseriu o art. 93-A na Lei 9.504/97, autoriza o Tribunal Superior Eleitoral a promover, em até cinco minutos diários, no período de 1º de abril a 30 de junho, propaganda institucional com a finalidade de incentivar a participação feminina, dos jovens e da comunidade negra na política. Esta política afirmativa busca dar visibilidade e força política a estes grupos.

A partir do pleito de 2018, as pessoas trans passaram a ter a possibilidade de concorrem na reversa de cotas destinadas às mulheres, da mesma forma que as mulheres cisgênero. Esse entendimento é resultado da intepretação do art. 10, § 3º, da Lei das Eleições, que foi objeto de consulta (nº 0604054-58.2017.6.00.0000) formulada ao Tribunal Superior Eleitoral – TSE a Procuradoria Geral Eleitoral.

3. A Inserção das Mulheres Trans na Política

O processo de inserção das mulheres trans na política institucional enfrenta um duplo desafio, na medida em que a divisão sexual e relações de poder sustentadas pelo patriarcado, considera o homem hierarquicamente superior a mulher e termina por negar-lhe o espaço público e, ao mesmo tempo, reforça as discriminações e demais formas de violência impostas às identidades sexuais LGBTs.

Na luta busca por representatividade e pela ocupação dos espaços públicos, sobretudo pela ocupação de espaço na política, 53 pessoas trans lançaram suas candidaturas nas eleições de 2018 (ANTRA, 2018). No mesmo pleito ainda foi possível constatar outras importantes conquistas para as pessoas trans como a inclusão do nome social e da identidade de gênero no cadastro eleitoral a partir da autodeclaração e a possibilidade das mulheres trans concorrerem na cota de gênero nas legendas, garantindo-lhes o direito ao fundo partidário da mesma forma que as mulheres cisgênero.

Entendendo a importância de disputar espaços de poder, especialmente os espaços políticos, a fim de dar legitimidade e representatividade por suas demandas, algumas mulheres trans e resolverem concorrer a cargos legislativos e viram os partidos políticos como um meio para tal. Nas eleições de 2018 as mulheres trans disputaram as eleições na seguinte forma: uma candidata concorreu ao Senado, 17 concorreram a deputada federal, 33 disputaram para deputada estadual e duas, a deputada distrital. O PSOL é o partido com maior número de candidaturas trans (20), seguido do PT (5) e do

PCdoB (5). PSB traz quatro representantes para a disputa eleitoral e PMB, três. PSDB, Rede, MDB e PCB têm duas candidatas cada. Já o PDT, DEM, Avante, PPS, PTB, PSD e PHS contaram com uma candidata trans cada (ANTRA, 2018; CAMPOS, 2018).

Nas eleições de 2018, três candidaturas de mulheres trans foram eleitas para os legislativos Estaduais, ambas pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL): uma para mandato individual e duas para mandatos compartilhados. Érica Malunguinho a primeira deputada trans a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa do estado de São Paulo, foi eleita com mais de 55 mil votos. Erika Hilton foi eleita co-deputada pela Bancada Ativista, também no estado de São Paulo e Robeyoncé Lima, eleita co-deputada em Pernambuco pelo coletivo Juntas (CAMPOS, 2018).

Segundo Azevedo (2018), a proposta de mandato coletivo apareceu pela primeira vez nas eleições municipais realizadas em 2016 e ganhou força no pleito de 2018. Embora a Justiça Eleitoral não reconheça as candidaturas coletivas, segundo o levantamento realizado pelo Jornal Correio Braziliense, pelo menos nove candidaturas coletivas foram registradas para o pleito de 2018. O jornal chegou a esse número pesquisando os termos “coletivo” e “coletiva” no site do Superior Tribunal Eleitoral, portanto, esse número pode ser maior.

Embora as candidaturas coletivas assegurem que as decisões serão tomadas em conjunto e os salários serão divididos, trata-se de um acordo informal entre os integrantes do coletivo (Dearo, 2018). Os mandatos coletivos acontecem quando grupos se organizam para transformar a política em um lugar mais representativo. Para Lima (2018) os pilares que sustentam a ideia do mandato coletivo são gestão compartilhada, pautada pela ética, sustentabilidade e pela democracia.

.

4. Considerações finais

Sendo a população brasileira composta, em sua metade por mulheres é de se esperar que elas ocupem os espaços políticos – ou candidatem-se a ocupá-los – de forma mais representativa, mas não é o que acontece. O espaço político brasileiro é predominantemente ocupado por homens. Mas essa não é uma situação totalmente estranha já que vivemos em uma sociedade que ainda vive a lógica da dominação masculina imposta pela dominação patriarcal.

Mas nem tudo está perdido. Em 2018 três deputas trans eleitas foram eleitas para cargos nos legislativos estaduais. Quando as mulheres trans e negras são eleitas, realmente há uma alternância no poder. Essas mulheres começaram a ocupar espaços de

poder historicamente dominados pela cisnormatividade masculina. É necessário pensar os efeitos sociais e políticos que se emergem deste cenário. Promover políticas e estratégias para que estas mulheres consigam se manter no mundo da política e incentivar a efetiva participação das mulheres na política institucional e não somente o preenchimento de uma cota de candidatura.

Essas mulheres devem desenvolver estratégias que permitam sua permanência e potencializem as políticas de ações afirmativas voltadas à representatividade das mulheres trans no contexto institucional, combatendo dominação masculina do patriarcado que conforma a negação da esfera pública à mulher e, ao mesmo tempo, reforça discriminações relativas ao campo das identidades sexuais LGBTs, ainda as compreendendo como anomalias que devem ser "curadas", ocultadas ou aniquiladas.

Com a inserção e a permanência das mulheres trans e de outros grupos estigmatizados no universo na política institucional poderão ser promovidas políticas públicas voltadas ao enfrentamento efetivo das mais variadas formas de violências vivenciadas por aqueles que vivem marginalizados.

É importante destacar que a proposta de candidatura coletiva e mandatos compartilhados possam ter contribuído para a eleição dessas mulheres. É uma "nova proposta" de se fazer política, apresentada num momento quando a chamada "velha política" se encontra desacreditada. Os coletivos são formados por pessoas ativistas das mais variadas áreas o que pode trazer um sentimento de maior de representatividade ao eleitor.

5. Referências

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais. População Trans reage a Transfobia de candidatando em 2018, Disponível em: https://antrabrasil.org/candidaturas2018/. Acesso em: 31 de dez. de 2018.

AZEVEDO, Alessandra. Justiça Eleitoral permite o registro de 9 candidaturas coletivas; entenda. Correio Braziliense, 27 de set. de 2018. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/09/27/interna_politica, 708519/justica-eleitoral-permite-o-registro-de-9-candidaturas-coletivas-ente.shtml. Acesso em: 28 de mar. de 2019.

CAMPOS, Ana Cristina. Candidatas trans se elegem para mandatos individual e coletivo. Agência Brasil, Brasília, 21 de out. de 2018. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/candidatas-trans-se-elegem-para-mandatos-individual-e-coletivo. Acesso em: 28 de mar. de 2019.

DEARO, Guilherme. Mandatos coletivos conquistam vagas em assembleias; entenda como funcional. **Revista Exame**, 14 de out. de 2018. Disponível em: https://exame.abril.com.br/brasil/mandatos-coletivos-conquistam-vagas-em-assembleias-entenda-como-funcionam/. Acesso em: 28 de mar. de 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Projeção da população Brasileira. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/. Acesso em: 01 de jun. de 2019.

LIMA, Juliana. O que são e como funcionam os mandatos coletivos na prática. Modefica, 21 de ago. 2018. Disponível em: https://www.modefica.com.br/o-que-sao-como-funcionam-mandatos-coletivos/#XJ0IY5hKjIU. Acesso em: 28 de mar. de 2019.

LIMA, Juliana Macedo. Democracia no Brasil e participação das mulheres na política: algumas barreiras para o desenvolvimento democrático. I Seminário Internacional de Ciência Política Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, set. 2015.

Disponível em: https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/10_DE-LIMA_Democracia-no-Brasil-e-participac%C2%A6%C2%BAa%C2%A6%C3%A2o-das-mulheres-na-poli%C2%A6%C3%BCtica.pdf. Acesso em: 08 ago. 2019.

MACHADO, Raquel Cavalcanti Ramos. A Participação das Pessoas Trans na Política: Identidade de Gênero, Cotas de Candidaturas e Processo Eleitoral. GENJURIDICO, 08 de mar. de 2018. Disponível em: https://genjuridico.jusbrasil.com.br/artigos/555163934/a-participacao-das-pessoas-trans-na-politica-identidade-de-genero-cotas-de-candidatura-e-processo-eleitoral. Acesso em: 28 mar 2019.

MACHADO, Raquel Cavalcanti Ramos, Mulher, Democracia e Inclusão: Em Defesa das Cotas de Candidatura e a Inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 1.256/2019. GENJURIDICO, 08 de set. de 2019. Disponível em: https://genjuridico.jusbrasil.com.br/artigos/683233407/mulher-democracia-e-inclusao-em-defesa-das-cotas-de-candidatura-e-a-inconstitucionalidade-do-projeto-de-lei-n-1256-2019. Acesso em: 28 mar 2019.

MELO, Hildete Pereira de, THOMÉ, Débora. Mulheres e Poder: histórias, ideias e indicadores. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe, BIROLI, Flávia. Feminismo e Política. São Paulo: Boitempo, 2014.

NETO, Renato Drummond Tapioca. A mulher no espaço público: sua militância política e suas lutas pela equidade de direitos. 31 de mar. 2014. Disponível em: https://rainhastragicas.com./2014/05/31/a-mulher-no-espaco-publico/. Acesso em: 15 de abr. de 2019.

TRÁFICO INTERNACIONAL DE MULHERES PARA EXPLORAÇÃO SEXUAL: Estado e suas Políticas de Enfrentamento

Arturo P. Carrasco[1].

1. Introdução

Este trabalho demarca seu foco de análise no tráfico internacional de mulheres brasileiras, portanto, vítimas que alimentam, principalmente, uma rede de exploração sexual ao redor do mundo. Por isso, destaca-se que o estudo das políticas públicas de combate ao Tráfico Internacional de Mulheres mostra-se relevante, sobretudo, por tratar de questões atinentes a ações na área da justiça social, da segurança pública e dos estudos de gênero.

Com efeito, o Tráfico de Pessoas, sobretudo o Tráfico Internacional de Mulheres para fins de Exploração sexual, segundo Soares, (2013, p.213) é um crime de dimensões globais e apresenta-se multifacetado, justamente pela conexão de interesses socioeconômicos e práticas criminosas em rede (locais e internacionais). Razão pela qual, no entendimento de Armede, (2013, p.193) imperioso destacar que, tanto o Estado como a sociedade civil, separadamente, não dão conta de aplicar os mecanismos institucionais de enfrentamento desta mazela.

A política pública de combate ao tráfico de pessoas é uma ação recente do Estado brasileiro, que congregou um conjunto de atores sociais diversos passando a constituir uma experiência de cooperação inovadora; estimulada pela descentralização das políticas públicas e a participação de instituições não governamentais na formulação de programas de políticas brasileiros, que resultou no I, II e III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil.

O objetivo nuclear deste trabalho propõe compreender a importância do papel dos atores nas ações voltadas para o combate do Tráfico Internacional de Mulheres formuladas, especialmente, entre o II e III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil. Isso porque a mudança dos rumos democráticos causada pelo atual

[1] Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPel, e Doutorando pelo Programa de Política Social e Direitos Humanos na Universidade Católica de Pelotas.

governo, gera a necessidade de verificar os impactos causados nos prélios de enfrentamento desta mazela.

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, que adota a técnica de análise documental e de dados contidos nos Planos Nacionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas I, II e III, com ênfase nestes dois últimos, seus relatórios de monitoramento e avaliação, compreendidos respectivamente entre o período de 2006 a 2010, de 2011 a 2016 e 2018 a 2022.

O Brasil desenvolveu, em 2006, a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e, respectivamente, em 2010 e 2018, a política pública teve continuidade com o II e III Planos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Sendo ferramenta importante para a discussão acerca dos direitos da mulher, bem como para avaliar a atuação do aparelho estatal e da sociedade, na efetiva elaboração de alternativas para o problema, capazes de fomentar o enfrentamento ao combate do tráfico, a fim de prevenir a ocorrência do crime, reprimir o infrator e garantir assistência à vítima.

2. Da atuação estatal brasileira no enfrentamento do tráfico internacional de mulheres, a partir do II E III PNETP

Segundo a Organização das Nações Unidas, durante toda a História da Humanidade jamais houve tanta gente vivendo em situação análoga a escravidão como no atual momento da vida global. Prossegue, afirmando que o crime de Tráfico Internacional de Pessoas, é a nova forma de escravidão, logo, não existe Nação Inocente: ou compram-se ou vendem-se pessoas como produtos de uma transação comercial, "coisificando" gente. Nessa mesma linha de raciocínio, menciona que o tráfico de pessoas agride diretamente os Direitos Inalienáveis e Intransponíveis da pessoa humana, isso porque a vítima perde sua condição de gente e passa a sê-la uma "coisa".

Sob uma perspectiva deliberativa e participativa (AVRITZER, 2000, 2007) a experiência de formulação da política pública de combate ao tráfico de mulheres resultou da participação da sociedade civil de forma direta e indireta, ampliando e promovendo o debate público e, principalmente dando voz as sujeitadas. Ancorado sob a teoria habermasiana, a democracia deliberativa surge enquanto fundamento procedimental do século XXI, sobre a qual se ilumina a partir da comunicação e participação proativa da sociedade civil no seio do processo público de decisões políticas, que vai além do voto.

De acordo com o II PNETP (2013), em linhas gerais, foi arquitetado com a expectativa de formular estratégias mais robustas, com desenhos estruturais mais organizados e detalhados, baseados na realidade brasileira, a partir da constituição de temas transversais com ações de atuação ligadas à intersetorialidade com vistas ao enfrentamento do Tráfico Humano. Isso não é tudo, propõe-se uma participação social mais proativa com passos mais largos, bem como a incorporação de parcerias de âmbito transnacional com sinais mais visíveis e latentes de cooperações na coibição do crime.

Pela inteligibilidade acerca da idéia de democracia deliberativa, pontua-se a partir de Avritzer, Pereira, 2005 que no celeiro das participações reside, especialmente nos conselhos, as conjecturas que envolvem a vontade política, os arranjos participativos, bem como variáveis de "iniciativa na proposição do desenho, organização da sociedade civil na área em questão e a vontade política do governo em implementar a participação" (AVRITZER, PEREIRA, 2005, p. 36).

Com efeito, prossegue Luchmann (2002), cidadãos e representantes governamentais, devem debater e chancelar decisões sobre problemas públicos sob o signo da comunicação e da racionalidade argumentativa. Deste modo, no que tange a temática Tráfico Humano o caráter do crime, suas ramificações e o perfil das vítimas fez com que só através da ação coletiva social esse assunto tivesse, e tenha visibilidade e haja ação do Estado.

Atrelado a dinâmica de atuação, destaca o II PNFTP (2013), uma gestão democrática, aglutinadora e integrada, agregando diversos interlocutores, públicos e privados, pois, ao centralizar a responsabilidade em apenas um só ator para seu enfrentamento da ação política, o Plano estaria fadado ao fracasso em face da complexidade do fenômeno em tela.

Razão pela qual, funda-se na discussão do itinerário do sistema político, mediante a interseção de diversos atores e concepções sobre o entendimento do problema, que vão compor a formulação da política pública, fazem com que o espaço deliberativo seja fundamental para promoção de consensos amplos e/ou limitados que gerem ações efetivas. Oportuno trazer sob esse meandro os ensinamentos de Maria Dallari Bucci (1997, p.7) sobre políticas públicas, como uma ferramenta de um "processo de escolha dos meios para a realização dos objetivos do governo, com a participação de agentes públicos e privados".

Nesta linha de raciocínio, o processo de elaboração do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico, de acordo com o Ministério da Justiça (2012), foi enraizado

pela participação efusiva de mais de 22 atores institucionais e centenas de atores não institucionais, bem como pela múltipla e detalhada gama de reuniões, articulações com organismos internacionais e sociedade civil.

Outrossim, a instauração do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, CONATRAP, é uma forte inovação sinalizada no referido Plano, o qual foi aprovado pelo Decreto n. 7.901/2013 pela presidente Dilma Rousself no uso das atribuições conferidas no artigo 84, VI, "a" CF. Sendo esses indícios compreendidos aqui como exemplos da adoção de uma concepção de democracia deliberativa e participativa a ser promovida pelo Estado brasileiro.

Nesta engenharia, projeta-se no seio do II PNETP um diálogo visivelmente mais democrático com a participação da sociedade civil, em função da coleta de sugestões pela mídia virtual, bem como pela realização de 37 plenárias livres ocorridas no Brasil e 20 plenárias ocorridas em âmbito internacional, com o propósito de articular idéias e sugestões à elaboração do referido plano. Segundo dados obtidos pelo MJ (2012), participaram cerca de 1.551 pessoas nesses eventos.

De acordo com o MJ em II PNETP – processo de elaboração e momento de validação pré-decreto – (2012), compromete-se a enfrentar fortemente esta mazela com a constituição de um instrumento mais vivo e mais envolvido ao tema, refere-se:

> O II Plano expressa ainda mais fortemente o compromisso do Estado brasileiro em prevenir e reprimir o crime do tráfico de pessoas e garantir a necessária assistência e proteção às vítimas, enquanto promove seus direitos, numa atuação sintonizada com o que anseia e recomenda a opinião pública nacional, especialmente as organizações especialistas e envolvidas no tema, e principalmente as vítimas e/ou potenciais vítimas (MJ – II PNETP – Processo de elaboração e momento de validação pré-decreto, 2012).

Apoiando-se na literatura de Howlett, Ramesh e Perl (2013), o condão desta fase é contemplado pelas possíveis propostas, ações, atividades e metas que visem a estreitar a ponte entre a situação problemática atual e a situação almejada. De modo que, complementado pela visão de Schwartzman (2004), com vistas no enfoque multidimensional calçada na simbiose e coordenação entre as diversas políticas públicas correlatas para seu enfrentamento integral, bem como na união de esforços em rede.

De outra banda, o III PNETP instaurado pelo decreto n. 9.440 de 04 de julho de 2018, dá sinais de enfraquecimento sobre a manutenção da temática na agenda pública. Isso porque, as ações apresentadas agregam teor propagandista e teórico, sem

demonstrações práticas que visem acender uma gestão democrática, aglutinadora e integrada.

Prova disso é o desmantelamento pelo governo Bolsonaro das secretarias específicas ao enfrentamento desta mazela, por conseguinte as lacunas estendem-se pela carência de atores envolvidos por esse plano supra-elencado, pois, reforça-se a inexistência de departamento ou secretaria autônomo governamental, em âmbito nacional, que chancele a responsabilidade de travar essa matéria com a devida especialidade que merece.

Tais não ações, reflete-se na carência de dados estatísticos que demonstrem de modo robusto e consistente toda a engenharia existente, desde as rotas de aliciamento até passar pelo contingente de vítimas, seu perfil, dados quantificáveis etc. Nesse sentido, as pesquisas mais estreitas e aprofundadas, a nível nacional, são aquelas elaboradas durante a formulação dos I e II PNETP.

Com efeito, a carência de novas pesquisas impõe a substância de um vazio do ponto de partida, em vista da dispersão de dados e ausência de sistematização para reconhecer a lógica estrutural da política pública em análise. Isso se agrava muito mais quando atrelada às pessoas mais vulneráveis, pois o acesso a tais informações torna-se quase uma utopia na realidade atual.

Além disso, constata-se total desprestigio e desrespeito aos direitos humanos no atual governo, o que é corroborado pelo entendimento da diretora executiva da Anistia Internacional no Brasil, Jurema Werneck, ao mencionar que, "O governo de Bolsonaro tem adotado medidas que ameaçam o direito à vida, à saúde, à liberdade e à terra de brasileiros que, estejam no campo ou na cidade, desejam uma vida digna e livre do medo" e completa a especialista Maja Liebing “o discurso contrário aos direitos humanos do presidente Bolsonaro poderia ser usado como uma legitimação para violações dos direitos humanos de determinados grupos da população.

No que tange a essa órbita, José Luís Bolzan de Morais (2002) aponta uma fragilização na eficácia destas normas de novo tipo, próprias do constitucionalismo contemporâneo – dito social –, dizendo-as dependentes de uma ação legislativa e/ou administrativa posterior e inferior hierarquicamente, que lhes complete o sentido e permita, assim, a usufruição dos conteúdos nela expressos.

Diante disso, para a concretização dos direitos humanos promovida pelo Estado é necessário que se chancele a constitucionalização dos programas sociais que versem sobre direitos humanos e não o contrário, a fim de que o reconhecimento desses direitos

não tenham apenas teor propagandista e programático, bem como invada, de modo efetivo e prático o resultado do seu conteúdo positivado pelo texto legal.

Deste modo, o assunto em tela merece maior destaque, sobretudo na atual conjuntura estrutural sócio-política do país, cujo fio condutor engessa e desestabiliza os avanços atingidos com o I e II PNETP, dado os crescentes números de vítimas para a lascívia lucrativa no âmbito internacional e nacional. Isso não é tudo pois, reflete-se na inobservância por preceitos básicos da cidadania, consoante a lógica trazida por Hannah Arendt, "direito a ter direitos", o que pressupõe a consagração da igualdade política, bem como acesso ao espaço público, mas que se estabelece em um terreno infértil e supostamente desgastado no tecido do atual contexto do Estado.

O processo de desenvolvimento dos Planos de políticas públicas, PNETP I e II, que se constituíam como ações claras de construção democrática em uma concepção deliberativa, que visava a construção de entendimentos consensuais sobre a igualdade humana e o combate às desigualdades sociais demonstraram seus limites na sucessão de governo brasileiro.

O franco questionamento da importância dos direitos humanos e da crença na impossibilidade de uma igualdade humana pelo Executivo compromete a construção de ações democráticas na amplitude que se observava, como se expressa no III PNETP através das restrições à participação política, e no objetivo central de uma política de direitos humanos como o combate ao tráfico de mulheres.

3. Considerações finais:

O Brasil esteve nos últimos 30 anos buscando encontrar janelas de oportunidades que busquem novas soluções, face as mazelas herdadas por uma sociedade escravocrata, em desenvolvimento, desigual, patriarcal e autoritária para construir uma sociedade democrática. A participação política foi compreendida desde 1988, através da Constituição, como um instrumento útil para promoção de negociações e consensos em questões delicadas como a ampliação e reconhecimento da cidadania. Tal concepção se expressou nas ações do estado para combater injustiças e crimes inaceitáveis como o tráfico de pessoas.

No campo das deliberações constata-se crescentes modificações consubstanciadas durante a implementação do II PNETP, com sinais mais robustos, além de uma gama de interlocutores capazes de demarcar o envolvimento proativo da

participação social na arena das decisões políticas. Deste modo, impondo, por excelência, no exercício da cidadania e na promoção dos direitos e deveres do cidadão neste Estado Democrático de Direito.

Ocorre que, o novo arranjo institucional desenhado pelo atual governo federal compromete de sobremodo a continuidade das relações de civilidade e sociabilidade até então desenvolvidas. Inclusive, agride diretamente a órbita de atuação dos direitos humanos, assim como sensibiliza os nefastos resultados que atentam contra a dignidade da pessoa humana e agrava a situação de mulheres excluídas do Estado, do direito de um tratamento com cidadania e do "direito a terem direitos".

Dada a complexidade deste crime, o fio condutor para o seu enfrentamento implica na construção de três elementos: A um, a dinâmica da necessidade de implementar políticas setoriais específicas para tratar do tema tráfico internacional de mulheres, para que se verifique todos arranjos imprescindíveis ao seu enfrentamento consistente. A dois, participação social e vontade política para modificar o parâmetro cultural destinado à mulher enraizada no entendimento machista e de submissão da mulher ao homem, pois enquanto isso não despertar, as ações destinadas ao enfrentamento do tráfico terão teor mais propagandista sem resolver o mérito da mazela.

Por fim, o elemento chave, implica em desenvolver mecanismos que oferte à população vulnerável condições mínimas de vida à fruição de uma vida saudável, longeva, com educação e dignidade. Ocorre que, conforme já dito, é necessário aplicar ações em redes com outras políticas públicas para promover isso. O que está longe de ser feito pelo desenho democrático do atual governo.

Destarte, havia muito caminho a percorrer com a formulação do II PNETP para demarcar um desenho razoável de mecanismos que possibilitem a um patamar razoável de justiça social às potenciais e vítimas do tráfico humano. Ato contínuo, não há como definir resultados concretos e seguros no atual estágio da política, mas apenas compreender que degraus enfrentamento estão sendo superados, cujo resultado faz aumentar ainda mais, as taxas de aliciamento crime de natureza crônica e desumana.

Por fim, inconteste é a necessidade de resgatar a comunicação democrática relacionada na aspiração de novas estruturas sociais que reconheçam as peculiaridades e necessidades deste espectro de mulheres brasileiras captadas pelas múltiplas redes de aliciamento, sob pena de mergulhar em um limpo inatingível e pouco provável de enfrentá-lo.

4. Bibliografia

Aliança Global Contra Tráfico de Mulheres (GAATW). Tercer Encuentro GAATW-REDLAC: Capacitación em Incidência Regional sobre Acceso a la Justicia y Reconozan Derechos. Rio de Janeiro, Brasil. Mayo, 2009

ARRETCHE, Marta. T. S. Políticas Sociais no Brasil: Descentralização em um Estado Federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** São Paulo, v.14, n.40, pp. 111-141,1999

AVRITZER, Leonardo. Teoria democrática e deliberação pública. Lua Nova, São Paulo, n.50, p.25-46, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ln/n50/a03n50.pdf.

AVRITZER, Leonardo. PEREIRA, Maria de Lourdes D. Democracia, participação e instituições híbridas. Teoria & Sociedade, Belo Horizonte, Número Especial, p. 14–39, 2005. Disponível em: http://www.democraciaparticipativa.org/files/TeoriaeSociedade_NumeroEspecial_marc o2005_InstituicoesHibridaseParticipacaonoBrasilenaFranca.pdf

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BRASIL. **II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas** - processo de elaboração e momento de validação pré-decreto. Disponível em http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/politica-brasileira/anexos_ii-plano-nacional/relato-processo-ii-pnetp.pdf Acesso em Jul. 2016

BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça. **Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas** / Secretaria Nacional de Justiça. 2. ed. Brasília: SNJ, 2008.

_____ Secretaria Nacional de Justiça**. II Plano nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas**. / Secretaria Nacional de Justiça. – Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

_____ Secretaria Nacional de Justiça e Segurança Pública**. III Plano nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas**. / Secretaria Nacional de Justiça. – Brasília: Ministério da Justiça, 2019.

_____Secretaria Nacional de Justiça. **I Plano nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas.** / Secretaria Nacional de Justiça. – Brasília: Ministério da Justiça, 2008.

_____Secretaria Nacional de Justiça. **Relatório Nacional Sobre o Tráfico de Pessoas: Dados de 2013**./ Secretaria Nacional de Justiça, Nações Unidas Escritório contra Drogas e Crime – Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

BUCCI, Maria Dallari. Políticas Públicas e Direito Administrativo. In **Revista de Informação Legislativa.** Brasília, 34, n. 133, jan/mar. 1997.

DAHL, Tove Stang. **O Direito das Mulheres**: Uma introdução à Teoria do Direito Feminista. Lisboa: Editora Coimbra, 1998.

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**: Englewood CLIFFS, N.J.: Prentice-Hall, 1984.

GATTW. Aliança Global Contra o Tráfico de Mulheres**: Direitos Humanos e o Tráfico de Pessoas: Um Manual.** – Brasil, Impresso no Rio de Janeiro, 2006.
HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Política Pública**: Seus Ciclos e Subsistemas: uma Abordagem Integradora. São Paulo: Elsevier-Campus, 2013.
LUBENOW, Jorge Adriano. Esfera pública e democracia deliberativa em Habermas: modelo teórico e discursos críticos. **Kriterion**, Belo Horizonte, vol. 51, n. 121, p. 227-258, jun./2010

KINGDON, John W. Como chega o momento de uma ideia? In: **AGENDAS alternativas e políticas públicas**. Tradução de Alternatives agendas and public policies. Michigan: Addison-Wesley Educacional Publisher, 1995.

MORAIS, José Luiz Bolzan de. As Crises do Estado e da Constituição e a Transformação Espacial dos Direitos Humanos. 1ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

NACOES UNIDAS(1995). Conferência para Mulheres Presas em Beijing. Disponível em: Acesso em: 19 fev. 2019

ROXANNE (orgs.). *The public nature of private violence*. Nova York, Routledge, pp. 93-118. [Também em *Stanford Law Review*, 43 (6): 1241-1299, jul. 1991; em francês, "Cartographies des marges: intersectionnalité, politique de l'identité et violences contre les femmes de couleur". *Cahiers du Genre*, n. 39, 2005, pp. 51-82.
RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude nos anos 90. In:**Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. 2v. Brasília: 1998, CNPD, p. 731-752;
UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. Global Report on Trafficking in Persons, New York, 2012.

SITES:
https://anistia.org.br/noticias/discurso-da-administracao-de-bolsonaro-contra-direitos-humanos-comeca-se-concretizar-em-medidas-nos-primeiros-meses-de-governo/ acesso em março de 2020.

SEGURANÇA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA

A CENTRALIDADE DO AUTOCONSUMO NO ASSENTAMENTO RENASCER – CANGUÇU/RS: articulando segurança alimentar e agroecologia

Henrique Müller Priebbernow[1]
Giancarla Salamoni[2]

1. Introdução

A agricultura enquanto uma prática milenar exercida pelas sociedades humanas, no tempo e no espaço, desempenha várias funções ao longo do processo civilizatório. Partindo da diversidade espacial como a característica principal da agricultura, temos, ao longo da história, o rural organizado distintamente em contextos regionais, atrelando, assim, sistemas agrários[3] a áreas geográficas específicas e distintos contextos históricos. Constata-se, ainda, a diversificação de funções em diferentes estruturas socioeconômicas, políticas, culturais e ambientais, fruto das combinações de agriculturas e de agricultores.

Por sua vez, a agricultura familiar no Brasil, desenvolvida em pequenas unidades de produção, é marcada pela sua função clássica de abastecer as necessidades alimentares de uma parcela significativa da população brasileira e influi diretamente na soma do Produto Interno Bruto (PIB) do país. A sua legitimidade é acentuada quando, no campo brasileiro, a maior parte das pessoas empregadas está a ela vinculada. Assim, as propriedades de caráter familiar permanecem no rural, buscando, continuamente, alternativas para sua reprodução social e econômica.

Neste sentido, o presente trabalho tem como questão central verificar se a produção agrícola das famílias do Assentamento Renascer[4], situado na localidade do Pantanoso, 2° distrito do município de Canguçu/RS, promove a segurança alimentar delas próprias e da sociedade como um todo. A metodologia utilizada no estudo combinou a

[1] Mestre em Geografia. Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: henriquempo@hotmail.com
[2] Professora Titular do Departamento de Geografia. Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: gi.salamoni@yahoo.com.br
[3] Conforme Miguel, Mazoyer e Roudart (2009), a emergência do conceito de sistemas agrários é uma tentativa de representar teoricamente a agricultura como o produto das relações territorialmente entabuladas em um momento histórico específico, considerando as relações estabelecidas no interior desse território, bem como, a forma como a população se relaciona com o exterior.
[4] O Assentamento Renascer está situado na localidade do Pantanoso, 2º distrito do município de Canguçu, este que forma, juntamente com a Serra do Herval e a Encosta do Sudeste, a região fisiográfica chamada de Serra do Sudeste (PRIEBBERNOW, 2015). De acordo com os dados do Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2012 o referido município possuía 53.259 habitantes, sendo, deste total, 33.565 residentes na área rural e, 19.694, na área urbana.

pesquisa bibliográfica acerca da categoria teórico-analítica da agricultura familiar camponesa[5] e da perspectiva da multifuncionalidade da agricultura[6], com a realização de trabalho de campo, no qual foram entrevistadas quinze famílias assentadas, a partir de um roteiro semiestruturado.

2. Desenvolvimento

Ao abordar a agricultura a partir da função de promover a segurança alimentar, é fundamental levar em consideração os dois sentidos a ela associados, ou seja, ‘’[...] o da disponibilidade e acesso aos alimentos e o da qualidade dos mesmos’’ (MALUF, 2003, p. 142). Portanto, o acesso a alimentos pelas famílias rurais em quantidade suficiente e em termos de qualidade, aliadas ao abastecimento da sociedade é o ponto nodal atribuído ao desempenho desta prática social.

No âmbito da pesquisa desenvolvida pelo autor acima mencionado, pôde-se constatar que a produção de alimentos direcionada para o autoconsumo ganha relevo nos contextos de crise, seja da produção agrícola voltada ao mercado ou no campo do desemprego das famílias rurais. Em consonância, é inevitável a afirmação de que:

> [...] o peso da produção para o autoconsumo como garantia da segurança alimentar das famílias rurais viu-se ampliado em face da limitada renda monetária propiciada pelo componente mercantil da atividade agrícola própria e também pelas demais atividades desempenhadas pelos membros da família. (MALUF, 2003, p. 142)

Deste modo, ao enfatizar na discussão a produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos, estes produtos químicos, indiscutivelmente, responsáveis pela degradação ambiental, social e cultural dos agroecossistemas, abre-se a oportunidade de trazer à tona as contribuições oferecidas pela agroecologia[7] no sentido de promover uma forma

[5] ‘’Camponês e agricultor familiar são termos utilizados neste trabalho de forma similar e indissociável, a fim de enfatizar a existência de um campesinato na contemporaneidade da sociedade brasileira. Nesse sentido, a categoria analítica adotada – agricultura familiar camponesa expressa o reconhecimento da permanência de “lógicas camponesas” que estão combinadas a uma diversidade de estratégias socioprodutivas de caráter familiar na agricultura. Lógicas de resistência e estratégias de reprodução social que combinam produção mercantil com produção para o autoconsumo, e cujos resultados estão voltados para a construção/reprodução do patrimônio familiar’’ (RIBEIRO; SALAMONI, 2011, p. 215).

[6] ‘’A noção de multifuncionalidade da agricultura é útil à realidade brasileira à medida que for considerada um instrumento de análise dos processos sociais agrários que permite enxergar dinâmicas e fatos sociais obscurecidos pela visão que privilegia os processos econômicos, ainda que se concorde em que, no Brasil, a promoção da multifuncionalidade da agricultura tenha de ser combinada com o estímulo à produção de alimentos’’ (CAZELLA e*t al.*, 2009, p. 48-49).

[7] Reforça-se que ‘’[...] a agroecologia é um corpo de conhecimentos científicos e populares derivados do esforço de cientistas naturais e sociais e de agricultores que se recusaram a admitir a modernização

sustentável de produção agrícola. Pois, ‘’a agroecologia representa uma forma de abordar agricultura que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente, aos problemas sociais e à sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção’’ (CARMO; MOREIRA, 2004, p. 45).

A abordagem agroecológica, na perspectiva em tela, é entendida como um instrumento propício para pensar a agricultura a partir dos sujeitos nela envolvidos, sobretudo no tocante à seguridade alimentar das famílias que executam a atividade agrícola, sem deixar de lado os usos ecologicamente sustentáveis das riquezas naturais disponíveis nos ambientes em que é praticada. Em outras palavras, esta abordagem ‘’[...] fornece os princípios ecológicos básicos para estudar, desenhar e manejar agroecossistemas produtivos e conservadores dos recursos naturais, apropriados culturalmente, socialmente justos e economicamente viáveis’’ (CARMO; MOREIRA, 2004, p. 46).

Levando em consideração o segundo aspecto relacionado à promoção da segurança alimentar, ‘’[...] o principal papel da agricultura é o abastecimento alimentar da sociedade (segurança alimentar como disponibilidade em qua ntidade)’’ (MALUF, 2003, p. 143). Correlato a isso, a qualidade dos alimentos produzidos está diretamente relacionada às iniciativas no âmbito da agroecologia e, indiretamente, nos projetos que buscam valorizar os produtos agrícolas das famílias, conforme salienta Maluf (2003).

A função da agricultura relacionada à segurança alimentar das famílias dos agentes envolvidos diretamente no processo agrícola abre a importância de trazer ao debate a questão do autoconsumo destes indivíduos. Uma vez que, muito mais do que atender às exigências, demandas e necessidades impostas verticalmente pela lógica do mercado, a produção desenvolvida pelos agricultores promove a sobrevivência biológica, configurada no autoconsumo, e, também, representa uma estratégia de reprodução social e econômica nos espaços rurais.

Com relação à produção para o autoconsumo, no âmbito das famílias entrevistadas no Assentamento Renascer, verifica-se o cultivo de legumes e verduras, como feijão, feijão de vagem, mandioca, batata doce, abóbora, milho, amendoim, couve, couve-flor, cenoura, alface, rúcula, repolho, pepino, beterraba, tomate, pimentão, alho e cebola, de

industrial da agricultura como a única forma de manejar os recursos naturais em um mundo submetido à globalização do capital. De fato, tal recusa acontece de forma crescente entre os agricultores excluídos da lógica modernizante e os cientistas despertos para a insustentabilidade dos modelos de agricultura e desenvolvimento rural empreendidos pelos organismos internacionais’(CARMO; MOREIRA, 2004, p. 55).

frutas, entre as quais se destacam melancia, uva, laranja, bergamota, limão, caqui, goiaba, pêssego, ameixa, figo, butiá, morango, amora, melão, romã e araçá. Além de produtos de origem animal, tais como ovos, carne, leite e mel.

Assim, fica evidente que todas as famílias entrevistadas têm produção para o autoconsumo, marcada, sobretudo, pela diversidade de produtos cultivados nos lotes familiares. Nesta direção, Corona e Ferreira (2012) apontam que a produção destinada ao autoconsumo compreende:

> [...] um importante espaço para a reprodução social das famílias porque garante uma alimentação de melhor qualidade para a família, além de ser um modo de preservar saberes tradicionais dos agricultores quanto à diversidade da produção e cuidados com os recursos naturais, inovando com técnicas de menos custo e baixo impacto ambiental. É um espaço de manutenção da identidade dos agricultores, que se reconhecem e se satisfazem mediante seus vínculos com a terra. (CORONA; FERREIRA, 2012, p. 149)

Em continuidade, com relação aos produtos agrícolas cultivados nos lotes para atender às demandas do mercado, denota-se que, entre eles, estão o arroz orgânico, o leite, a soja, o mel, além de cabeças de gado. Em menor número, outros produtos orgânicos como feijão, morango, amora, alho, amendoim e mandioca, bem como a fabricação de cucas, bolos, doces, biscoitos e rapaduras. Assim, o arroz orgânico, cultivado por cinco famílias, é comprado pela Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP).

Por seu turno, a produção leiteira empreendida pelas famílias entrevistadas é comercializada tanto para a Cooperativa Terra Livre, que compra a maior parte do leite produzido pelos entrevistados e para a Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores da Região Sul (COOPAR/POMERANO), para quem apenas uma das famílias destina a sua venda. A Cooperativa Terra Livre busca o leite um dia sim e outro não nos lotes das famílias e a COOPAR/POMERANO executa o carregamento do produto de três em três dias.

A sojicultura, desempenhada por quatro famílias entrevistadas no Assentamento Renascer, é vendida para um atravessador do município de Canguçu, o qual realiza o armazenamento dos grãos para, posteriormente, destinar a produção para o mercado das oleaginosas. Uma das famílias entrevistadas mencionou que cultiva a soja em parceria com um vizinho, que mora próximo ao Assentamento. Essa prática antecede a formação do Assentamento Renascer.

A produção de mel, realizada por duas famílias entrevistadas para atender demandas externas, é comercializada *in natura* para uma empresa do Estado de São Paulo e para a indústria PRODAPYS, que, posteriormente, o emprega em diversos produtos alimentícios e do ramo da cosmética. Além disso, o mel é comercializado, por uma das famílias, na Feira Sabores da Terra, realizada semanalmente, na cidade de Canguçu, juntamente com outros agricultores familiares.

A presença de produtos da agricultura familiar na cidade, como no caso das feiras, bem como dos agricultores que os produzem, abre um interessante espaço e reflexão que possibilita alargar a visão acerca desta atividade, muitas vezes reduzida a, simplesmente, produzir e vender. Tão logo

> Questionando uma visão que considera a agricultura como um simples campo de investimento de capital e, em consequência, privilegia a quantidade produzida e a produtividade dos fatores produtivos, esses agricultores defendem um modelo fundado na qualidade dos produtos e propõem um pacto social entre produtores e consumidores, isto é, entre os agricultores e as populações urbanas. Produzir qualidade supõe, nessa perspectiva, que os agricultores dispõem de uma profunda competência profissional que resulta da confluência do saber técnico aprendido com o conhecimento da terra e da atividade agrícola, herdado das gerações anteriores e assimilado pelas experiências cotidianas da observação e do trabalho localizados. (WANDERLEY, 2003, p. 53-54)

Com efeito, as feiras também podem ser consideradas uma ponte que reforça a mútua dependência entre as populações urbanas e as rurais, assegurada com a possibilidade de o consumidor citadino saber a origem do alimento que está sendo consumido e o processo envolvido na produção do mesmo. Contribuindo para o fortalecimento dos espaços rurais, da agricultura familiar camponesa e, indubitavelmente, para a reprodução social e econômica das famílias que executam esta atividade.

Ainda, oito famílias relatam vender ovelhas, vacas e porcos tanto para empresários do município de Canguçu, que possuem abatedouro, açougue e hotel e demandam, por consequência, quantidades expressiva de carne, bem como para os vizinhos do Assentamento e para parentes que moram longe e que não criam os animais para consumo próprio. Os animais destinados para os abatedouros são comercializados vivos e aqueles destinados para o consumo entre a vizinhança e com os parentes que vivem fora do Assentamento são carneados pelas famílias antes de proceder a venda.

Finalmente, duas famílias cultivam, respectivamente, morango e amora, e vendem os produtos para uma agroindústria situada próximo da área urbana de Canguçu e que trabalha com a produção industrializada de doces. E, outra família, que trabalha com a

produção de biscoitos, cucas, bolos, doces, os quais são comercializados mediante a demanda dos vizinhos do Assentamento.

Como pode ser observado, há uma variedade de produtos agrícolas que são comercializados pelas famílias assentadas para atender demandas atinentes ao mercado, evidenciando, por seu turno, a diversidade dos canais curtos (CC) de comercialização, pelos quais as vendas são realizadas diretamente nos lotes familiares, com a própria vizinhança, na feira de produtos da agricultura familiar e, ainda, nas compras efetuadas por agroindústrias locais. O que reforça que:

> As propriedades em CC são mais diversificadas, trabalhando simultaneamente com uma ampla gama de produtos vegetais (olericultura e fruticultura, na maioria) e de origem animal (ovos, queijo, leite e derivados, embutidos, mel). Se, por um lado, essa alta diversificação é desejada, por ser coerente com os princípios do manejo agroecológico, por outro, torna o planejamento produtivo mais complexo. (DAROLT; LAMINE; BRANDEMBURG, 2013, p. 10)

As diferentes formas de comercializar os produtos agrícolas corroboram a presença de múltiplas estratégias na formação da renda familiar entre as famílias assentadas, para se manter no meio rural em condições dignas e, paralelamente, se reproduzir social e economicamente. Para tal, "essa multiplicação de formas de comercialização direta em circuitos alternativos deve ser constantemente acompanhada e avaliada para que sejam garantidos os princípios de equidade, solidariedade e sustentabilidade [...]" (DAROLT; LAMINE; BRANDEMBURG, 2013, p. 13).

3. Considerações finais

A abordagem agroecológica, na perspectiva em tela, é entendida como um instrumento propício para pensar a agricultura a partir dos sujeitos nela envolvidos, sobretudo no tocante à seguridade alimentar das famílias que executam a atividade agrícola, sem deixar de lado, nesse processo, os usos ecologicamente sustentáveis dos recursos naturais disponíveis nos ambientes em que é praticada. Logo, focalizar a produção para o autoconsumo na busca pela segurança alimentar dos agricultores familiares camponeses é primordial, pois a variedade de alimentos que são produzidos pelas famílias rurais, em seus contextos socioespaciais, garante uma alimentação saudável de qualidade e atenta às necessidades para a plena saúde humana.

Ao mesmo tempo, a produção para o autoconsumo viabiliza às famílias a autonomia em relação àquilo que vai compor os seus cardápios alimentares e,

consequentemente, respeitando as tradições agrícolas presentes nos territórios da agricultura familiar. Ainda, viabiliza a manutenção dos laços de reciprocidade e sociabilidade entre as famílias rurais, uma vez que muitas práticas alimentares empregadas pelas famílias são passadas de geração em geração.

Entre os principais resultados obtidos pela pesquisa empírica, observa-se que todas as famílias entrevistadas possuem produção destinada para o autoconsumo e produção para o mercado, marcadas, sobremaneira, pela diversidade de alimentos cultivados nos lotes familiares, tanto de origem animal quanto vegetal. No que tange aos produtos destinados à venda, estes são comercializados por meio de canais curtos, na escala local e com agroindústrias em escala regional, a fim de atender as demandas do mercado e da sociedade em geral. Por fim, pode-se dizer que tanto a produção para o mercado quanto aquela destinada ao autoconsumo corrobora para a reprodução social e econômica dos grupos familiares do assentamento em tela e, principalmente, promovem a segurança alimentar dos grupos familiares e da sociedade.

4. Referências

CARMO, M. S.; MOREIRA, R. M. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. ***Agric. São Paulo***, São Paulo, v.51, n. 2, p. 37-56, jul./dez. 2004.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. In: _____. ***Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil***. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 47-70.

CORONA, H. M. P.; FERREIRA, A. D. D. As estratégias de reprodução social da agricultura familiar em suas múltiplas inter-relações. In: FERREIRA, A. D. D. et al. ***Do rural invisível ao rural que se reconhece***: dilemas socioambientais na agricultura familiar. Curitiba: Ed: UFPR, 2012. p. 109-174.

DAROLT, M. R., LAMINE, C., BRANDENBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. ***Revista Agriculturas***: Experiências em Agroecologia. Rio de janeiro, v. 10, n. 2, p.8-13, junho de 2013.

MALUF, R. S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Orgs.). ***Para além da produção***: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 135-152.

MIGUEL, L. de A.; MAZOYER, M.; ROUDART, L. Abordagem sistêmica e sistemas agrários. In: MIGUEL, Lovois de Andrade (Org.). ***Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários***. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 11-38.

PRIEBBERNOW, H. M. ***Perspectivas da juventude rural***: um estudo a partir da Escola Municipal de Ensino Fundamental Heitor Soares Ribeiro – Canguçu/RS. 95f. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, 2015.

RIBEIRO, V. S.; SALAMONI, G. A territorialização camponesa no Assentamento 24 de Novembro – Capão do Leão – RS. ***Campo-Território: Revista de Geografia Agrária***, Uberlândia, v. 6, n. 11, p. 194-217, fev. 2011.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. ***Estudos Sociedade e Agricultura***, Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, n. 21, p. 42-61, 2003.

MERCADOS INSTITUCIONAIS E SEGURANÇA ALIMENTAR: o protagonismo da agricultura familiar

Giancarla Salamoni[1]
Luiz Felipe Wassmansdorf[2]

1. Introdução

A ação de alimentar-se, em qualidade e quantidade adequadas, permanece, mesmo em tempos de agricultura extensiva, modernizada e em seu ápice produtivo, como um problema social e político ainda não solucionado. No ano de 2020, em países ditos em desenvolvimento, encontram-se números expressivos de pessoas em situação de vulnerabilidade nutricional ou mesmo sem acesso a qualquer tipo de alimentação minimamente suficiente para atender às necessidades biológicas – em alguns casos, inclusive, sem acesso à água potável. Em seu último relatório "El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2019", a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) concluiu que 820 milhões de pessoas encontram-se em estado de alimentação inadequada (FAO, 2019), tanto em quantidade quanto em qualidade, situação agravada em países onde há má distribuição de renda. No Brasil, país com condições climáticas, territoriais e tecnológicas favoráveis à produção de alimentos, a má alimentação e a fome encontram-se presentes para 2,5% da população – ainda que com valores menores que os 4,5% de biênio 2004/06 (FAO, 2017). A FAO (2019) afirma que os números de famintos no mundo vêm aumentando desde 2015. No Brasil há o retorno ao "Mapa da Fome"[3]. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), do IBGE, entre 2016 e 2017, a pobreza da população passou de 25,7% para 26,5%. E, tais dados dos "extremamente pobres", que vivem com menos de R$ 140 mensais[4], saltaram de 6,6%, em 2016, para 7,4%, em 2017. Estes dados encontram-se em elevação desde que o

[1] Professora Titular do Departamento de Geografia. Universidade Federal de Pelotas. E-mail: gi.salamoni@yahoo.com.br
[2] Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia e Bolsista do PBIF-AF; Universidade Federal de Pelotas. E-mail: lfw.geo@gmail.com
[3] A FAO elabora, desde 1990, o Mapa da Fome no mundo. Para não estar no mapa o país deve ter menos de 5% da população ingerindo menos calorias do que o recomendado, somado a políticas públicas ativas que buscam a extinção da fome até 2030. O Brasil saiu do mapa em 2014.e, atualmente, os dados apontam um retorno para esta condição negativa.
[4] Definição do Banco Mundial

Brasil aceitou abrir mão do tratamento especial[5] enquanto país "em desenvolvimento", na Organização Mundial de Comércio(OMC) em troca do ingresso na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Historicamente, um dos principais fatores para o expressivo número de mal alimentados no mundo encontra-se no processo de distribuição da produção agroalimentar, que deficiente, ocasiona o desperdício de alimentos. Estimam-se perdas (ONU, 2012, p. 2) que "[...] chegam a 1.3 bilhões de toneladas por ano – cerca de um terço da produção mundial de alimentos [...]", problema, apontado pela FAO(2017), como mais de natureza política do que econômica ou técnica:

> [...] La situación también ha empeorado en algunos entornos pacíficos, sobre todo aquellos afectados por la desaceleración económica. Una serie de países que dependen en gran medida de las exportaciones de productos básicos ha sufrido una drástica disminución de sus ingresos fiscales y de las exportaciones en los últimos años. Como consecuencia, la disponibilidad de alimentos se ha visto afectada por la menor capacidad de importación, y el acceso a los alimentos se ha visto deteriorado debido en parte a la reducción de las posibilidades que ofrecen las políticas fiscales para proteger a los hogares pobres frente al alza de los precios internos de los alimentos. (FAO, 2017, p.14)

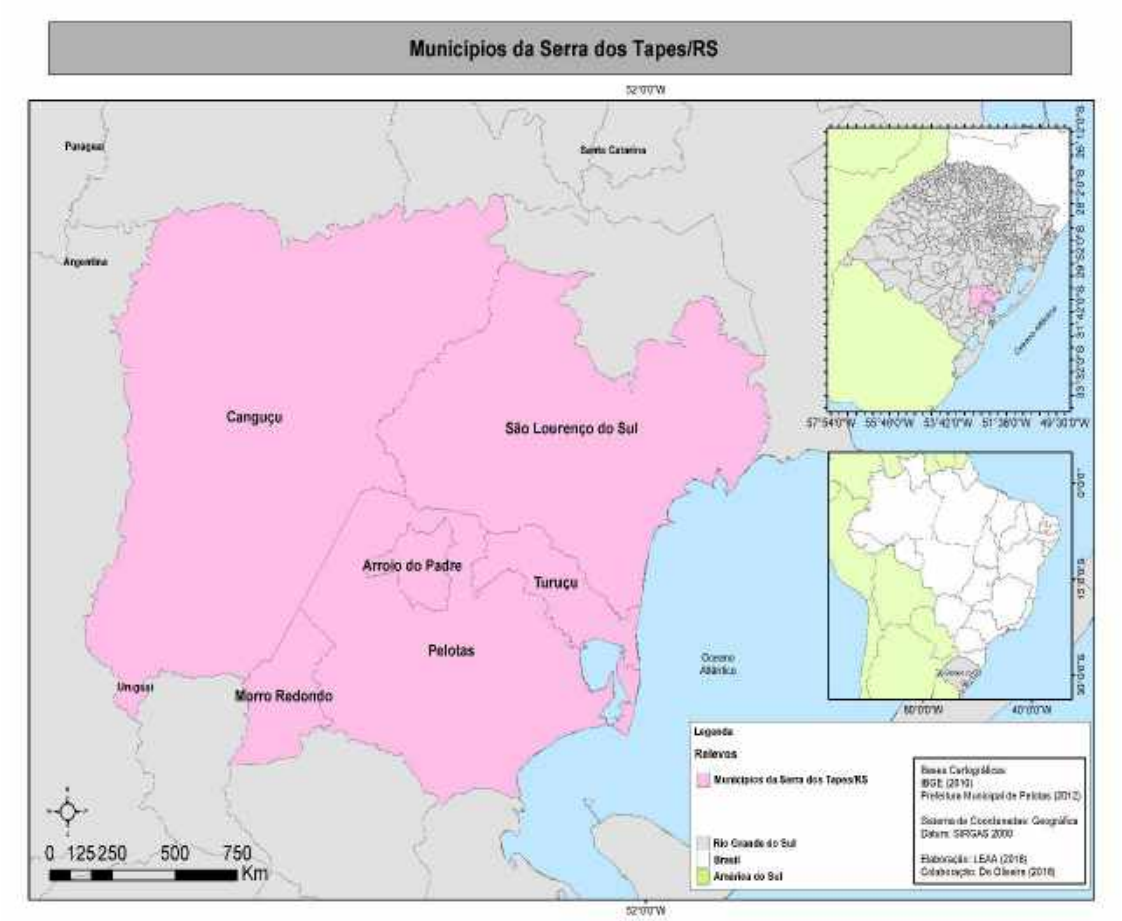
Diante da importância da agricultura e do abastecimento de alimentos para o desenvolvimento social e econômico do Brasil, a evolução histórica das políticas públicas, inspiradas e co-elaboradas pela FAO, foram adotadas para aprimorar os mecanismos de produção e escoamento interno e externo de produtos agrícolas. Infelizmente, constata-se uma redução/contingenciamento dos investimentos destinados às políticas voltadas para os mercados institucionais de alimentos, que beneficia a agricultura familiar e o abastecimento interno e um abrupto direcionamento, beirando a exclusividade, de investimento ao agronegócio, voltado para produtos alimentícios exportáveis.

O objetivo central deste artigo converge para a construção do reconhecimento da agricultura familiar como ator social que detém o protagonismo na produção de alimentos para famílias rurais e urbanas e nos processos de desenvolvimento rural, principalmente, em países nos quais esta categoria social disputa território com o agronegócio e a produção de commodities agrícolas.

[5] O Brasil é membro da OMC desde janeiro de 1995 e faz parte da lista de países com tratamento especial e diferenciado. A lista inclui países que dizem estar em desenvolvimento e, por isso, têm vantagens em relação aos outros, como mais prazo para cumprir acordos internacionais.

Ainda, constitui a agenda de pesquisa[6] de projeto de maior abrangência, na elaboração de estudo-diagnóstico sobre a repercussão do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na organização dos sistemas agrários familiares nos municípios de Arroio do Padre, Canguçu, Morro Redondo, Pelotas, São Lourenço do Sul e Turuçu, localizados na Serra dos Tapes[7] no Estado do Rio Grande do Sul.

Figura 1 – Mapa dos municípios da Serra dos Tapes



Fonte: IBGE, adaptado por Luiz Felipe Wassmansdorf (2018).

[6] Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa intitulado "DIAGNÓSTICO SOBRE AS REPERCUSSÕES DO PAA E PNAE SOBRE OS SISTEMAS AGRÁRIOS FAMILIARES NO RS: estudos sobre as relações entre a agricultura familiar, políticas públicas e o desenvolvimento rural na escala local", financiado pelo Edital Universal 01/2016-CNPq.

[7] Segundo Salamoni e Waskievicz (2013), a Serra dos Tapes compreende a região serrana dos municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul, cabendo ressaltar que Pelotas e São Lourenço do Sul assentam parte de seus territórios sobre Planícies ou Terras Baixas Costeiras. As autoras defendem que a resultante geográfica do recorte espacial está nas interações dos grupos sociais com o meio físico-natural, o que possibilitou a formação de sistemas agrários dotados de características socioculturais e econômicas que refletem o passado da apropriação da terra em pequenas propriedades de dimensões variadas, organizadas com base no trabalho familiar e na atividade policultora.

2. Metodologia

O desenvolvimento da pesquisa vincula-se à temática proposta pelo grupo de pesquisa do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais, da Universidade Federal de Pelotas, e, dessa forma, pretende contribuir para a produção do conhecimento científico acerca da organização do espaço rural, a partir de uma abordagem teórico-metodológica sistêmica, tomando como categoria de análise a agricultura familiar. Por ser uma ciência de síntese, a Geografia, compreendida sob uma abordagem sistêmica, analisa o ambiente físico e as ações humanas de forma integrada, em diferentes escalas (CHRISTOFOLETTI, 1979). Esse método permite que o pesquisador defina elementos e variáveis a serem estudadas de acordo com os objetivos pretendidos na análise, partindo da ideia direcional de consideração das inter-relações entre os elementos, as quais influem direta ou indiretamente na organização do sistema. Tal metodologia, esboçada na perspectiva da Teoria Geral dos Sistemas de Bertalanffy (1975), é apropriada pelos estudos agrários, conforme Mazoyer e Roudart (2010), a partir da segunda metade do século XX, no momento de reconfiguração global decorrente do final da Segunda Guerra Mundial.

No Brasil, José Alexandre Felizola Diniz (1984) é um dos geógrafos agrários que adotou o método sistêmico nos seus estudos, pensando a agricultura na forma de sistemas (internos e externos) para diagnosticar a realidade agrária e entender as dinâmicas presentes no espaço rural, através de tipologias sobre o sistema da agricultura.

A partir de uma aproximação teórico-metodológica com a proposta de Diniz (1984) e com a teoria dos sistemas agrários (MAZOYER; ROUDART, 2010; QUEIROGA, 2012; SILVA NETO; BASSO, 2005), esta pesquisa propõe a elaboração de Diagnósticos dos Sistemas Agrários (DSA), a serem aplicados nos estudos sobre agricultura familiar, políticas públicas e desenvolvimento rural.

3. Desenvolvimento

Considera-se que as estratégias adotadas pelos produtores familiares são frutos das práticas sociais, culturais, técnicas e produtivas que conformam os sistemas agrários, combinadas aos estímulos advindos das políticas públicas e da atuação de mediadores como cooperativas, associações, órgãos de assistência técnica e extensão rural, entre outros. Não obstante a importância histórica desse segmento, seu reconhecimento por

parte das políticas públicas para agricultura no Brasil é extremamente recente, ocorrendo de forma efetiva apenas na década de 1990, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Este foi complementado, nos anos 2000, com a criação do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e, com as mudanças realizadas no Programa nacional de Alimentação Escolar-PNAE. O PAA e o PNAE representam os mercados institucionais e direcionam-se para as compras públicas de alimentos provenientes da agricultura familiar e, em razão de mecanismos específicos de cada um deles, incentivam a **diversificação produtiva, a ampliação do autoconsumo, a multifuncionalidade da agricultura[8] e a produção agroecológica[9]**. Dessa forma, entende-se que o PAA e o PNAE garantem mercados consumidores para os produtos da agricultura familiar, a partir de configuração dos circuitos agroalimentares de proximidade, em redes locais de abastecimento que atuam em favor da segurança alimentar de escolas públicas e populações em situação de vulnerabilidade social.

3.1 Canais curtos e longos de comercialização e a inserção da agricultura familiar

A agricultura familiar brasileira é composta por aproximadamente 4,4 milhões de famílias, o que representa 84% dos estabelecimentos rurais brasileiros. Vem dela 38% do valor bruto da produção agropecuária e responde por sete em cada dez postos de trabalho no campo. A agricultura familiar é produtiva, pois é responsável pela produção de mais de 50% dos alimentos da cesta básica brasileira, sendo um importante instrumento de controle da inflação. (MAPA, 2019).

O principal direcionamento das políticas públicas brasileiras, que alinhadas à lógica capitalista globalizada de mercado, favoreceu as grandes empresas contribuindo com a desigualdade social, seja ao produtor familiar do rural e ao consumidor urbano (qualidade e valor do alimento consumido). A orientação das relações na produção-circulação-consumo que delineou territórios/cidades/municípios especializados em um, ou mais, produtos agrícolas, resultou nas grandes distâncias entre os locais de produção e

[8] Carneiro e Maluf (2003) analisam as funções da agricultura familiar com foco principal em quatro dimensões básicas da multifuncionalidade, a saber: a reprodução socioeconômica das famílias, a partir da composição e das fontes geradoras de renda; as condições de permanência no campo e as práticas de sociabilidade; a promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais, abrangendo a produção para o autoconsumo e para a comercialização; a manutenção do tecido sociocultural, se referindo às condições de vida e da reprodução das culturas locais; e a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

[9]Estas quatro dimensões conformam as categorias de análise adotadas para o estudo das repercussões do PAA e PNAE na escala local e compõem o escopo do Diagnóstico dos Sistemas Agrários (DAS).

consumo, escolha que limita o desenvolvimento rural, na escala local. Limons (2018) compreende:

> [...] que o futuro da agricultura familiar depende, principalmente, das possibilidades que o produtor familiar encontra, por meio das oportunidades derivadas dos mercados convencionais e institucionais, que valorizem as organizações familiares de produção e, ao mesmo tempo, anulem ou diminuam as desvantagens competitivas impostas pelo modelo de agronegócio patronal, este último compreendido pela agricultura de larga escala, historicamente favorecida pelos incentivos governamentais. (LIMONS, 2018, p. 33)

O modelo vigente, de caráter produtivista e tecnicista, resulta nos grandes deslocamentos de produtos alimentícios, definidos como "canais longos" de comercialização. Este modelo se vincula ao meio técnico-científico-informacional moderno, "reafirmando os territórios especialistas, favorecendo o agronegócio, com o objetivo de garantir o lucro, através de isenções, mão de assalariada barata, onde sua maior característica consiste na homogeneidade/imediatismo/dependência" (DAROLT, 2013, p.140).

Por outro lado, há outro tipo de mercado denominado de "canais curtos" de comercialização, que promovem a agricultura familiar, a economia local, bem como, os produtos locais oriundos do mesmo território. Limons (2018) defende que:

> Sua principal característica consiste na diminuição dos intermediários, garantindo assim a qualidade dos gêneros alimentícios que são entregues ao consumidor. Este canal de comercialização fornece uma relação maior entre sociedade e natureza, também incorporam esferas sociais caracterizados pela economia das unidades familiares, promovendo a segurança alimentar em escala local e regional. (LIMONS, 2018, p. 34)

Ainda não há uma definição consensual sobre o termo dos canais curtos de comercialização, sendo eles também entendidos como circuitos de proximidade (AUBRI; CHIFFOLEAU, 2009), ou até mesmo circuitos locais (MARECHAL, 2008), salientando a ideia de canais que busquem a proximidade geográfica (encurtamento de distâncias/locomoção) entre rural e urbano, consumidor e produtor. Cabe ressaltar, que se adota nesse trabalho o conceito de canais curtos, de acordo com Pranke (2016) e Godoy et al. (2005), no qual a ideia geral dessa denominação é a de comercialização que busca a diminuição de atravessadores, garantindo a autonomia do agricultor familiar e, ao mesmo tempo, a construção do olhar crítico dos consumidores ao processo pelo qual percorre os alimentos até a mesa, conforme ressaltam Scarabelot e Schneider (2012).

Além disso, os consumidores e agricultores obtêm vantagens com os custos de transporte, qualidade dos produtos e identificação com hábitos de consumo saudáveis e locais.

Darold (2013) define os circuitos curtos de comercialização duas modalidades de classificação: venda direta e indireta. A venda direta é "realizada diretamente para o consumidor", sendo assim, a venda é comumente feita diretamente nas propriedades, feiras e lojas de associações, feiras na beira de estrada, venda para grupos de consumidores, cestas à domicílio. A venda indireta é resultado da "mediação de um único intermediário na comercialização dos produtos por lojas especializadas, lojas de cooperativas de produtores ecológicos, restaurantes, pequenos mercados de produtos naturais, lojas virtuais, etc.." (LIMONS, 2018, p.37-38).

Além disso, os programas institucionais voltados para a compra de alimentos também são considerados canais curtos de venda indireta e servem como referência para o fortalecimento da agricultura familiar ao garantir a comercialização da sua produção.

3.2 Os Programas Institucionais do PAA e PNAE: experiência de canais curtos indiretos de comercialização na Serra dos Tapes/RS

Diante do recente reconhecimento da importância da categoria social da agricultura familiar (década de 1990) pelas políticas públicas do Estado brasileiro, é somente em 2003, junto à vigência do Programa Fome Zero, criado para dirimir do país o mapa da fome, garantindo o direito humano à alimentação adequada, que o PAA (lei n° 10.696 - 2003) e às mudanças realizadas no PNAE (lei n° 11.947 - 2009) tornam-se às principais políticas que buscam fomentar a permanência e manutenção da agricultura familiar e, consequentemente, a obtenção de produtos alimentícios de qualidade destinados a escolas públicas e populações em situação de vulnerabilidade social. Ambos os programas abrem as possibilidades de mercados institucionais para a produção familiar, através de compras públicas de alimentos provenientes da agricultura familiar, garantindo mercados consumidores para os produtos dessa categoria social.

Os programas do PAA e PNAE compreendem a modalidade de canais curtos indiretos de comercialização dos produtos produzidos pela agricultura familiar, uma vez que para o acesso de chamadas públicas ou editais, a principal forma de acesso dá-se junto a filiação a cooperativas de agricultores familiares, que contam com a mediação de técnicos da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RS, do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia-CAPA

e das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Rural, que gerenciam a implementação e a operacionalidade das políticas públicas para agricultura familiar, e entidades executoras, representantes da Secretaria Municipal de Educação, das Coordenadorias Regionais de Educação da Secretaria Estadual de Educação e do Restaurante Escola, da Universidade Federal de Pelotas – no caso dos municípios do recorte da Serra dos Tapes/RS.

A partir do ano de 2016 percebe-se a drástica diminuição dos editais para algumas das modalidades do PAA. A compra institucional (as compras são permitidas para quem fornece alimentação, como hospitais públicos, forças armadas, presídios, restaurantes universitários, hospitais universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros.), via chamada pública, permanece com a obrigatoriedade de compra de 30% dos produtos alimentícios oriundos da agricultura familiar local. Entretanto, com a recente terceirização de gestão de um dos principais compradores institucionais da região, o Restaurante-Escola da Universidade Federal de Pelotas, vê-se o direcionamento de comprar de poucos gêneros alimentícios locais e/ou da agricultura familiar.

4. Considerações Finais

Entende-se que as políticas públicas são vias de promoção do desenvolvimento rural, mas são, também, reflexos de um modelo de desenvolvimento que se materializa conforme o direcionamento e escopo da orientação ideológica adotada na sua concepção. Por essa razão, a análise dos programas de compras institucionais para a agricultura familiar, na perspectiva dos canais curtos indiretos de comercialização, como é o caso do PAA e do PNAE e das repercussões sobre a organização dos sistemas agrários locais é indispensável à avaliação crítica sobre as estratégias de desenvolvimento adotadas pelo Estado para o rural brasileiro.

5. Referências

AUBRI, C.; CHIFOLLEAU, Y. Le développement des circuits courts et l'agriculture périurbaine: histoire, évolution en cours et questions actuelles. **Innovations Agronomiques**, v.5, p. 53-67, 2009.

BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria Geral dos Sistemas**. 2. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1975.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato Sergio (Orgs.). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Análise de sistemas em Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1979.

DAROLT, M. R. Circuitos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIERDLE, Paulo André, ALMEIDA, Luciano de., VEZZANI, F. M. (Orgs). **Agroecologia**: Práticas, Mercados e Políticas para uma Nova Agricultura. Curitiba: Kairós, 2013. p. 139-170

DINIZ, José A.F. **Geografia da agricultura**. São Paulo: Difel, 1984.

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo**. Roma, 2017. Acessado em 19 Ago 2019. Online. Disponível em: http://www.fao.org/3/a-I7695e.pdf

GODOY, Wilson Itamar; SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Velleda. **As feiras livres de Pelotas sob o império da globalização**: Perspectivas e tendências. Editora e Gráfica Universitária, Pelotas, 2005.

LIMONS, Camila Mendonça. **Canais Curtos de Comercialização e Agricultura Familiar**: os programas institucionais do PAA e PNAE. 2018. 72f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

MARECHAL, G. **Les circuits courts alimentaires**: bien manger dans les territoires. Ed. Educagri, 2008.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Agricultura familiar do Brasil é a 8ª maior produtora de alimentos do mundo**. Brasilia, 2018. Acessado 19 de Ago de 2019. Online. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-do-brasil-%C3%A9-8%C2%AA-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo

ONU Brasil. **Rio+20**: O Futuro que Queremos: fatos sobre alimentação. Rio de Janeiro, 2012. Acessado em 19 de Ago 2019. Online. Disponível em: http://www.onu.org.br/rio20/alimentacao.pdf

PRANKE, L. V. **Mercados, Organizações Sociais e Agricultura Familiar**: Os canais curtos de comercialização no município de Piratini-RS. 2016, 109 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

QUEIROGA, Joel Leandro de. Sistemas agrários: expressão das estratégias de reprodução da agricultura familiar na diversidade da região metropolitana de Curitiba. In: FERREIRA, Angela Duarte Damasceno; BRANDENBURG, Alfio; CORONA, Hieda Maria Pagliosa (Orgs.). **Do rural invisível ao rural que se reconhece**: dilemas ambientais na agricultura familiar. Curitiba: Ed. UFPR, 2012. p. 53-107

SALAMONI, Giancarla; WASKIEVICZ, Carmen Aparecida. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. **Tessituras,** Pelotas, v. 1, n. 1, p. 73-100, jul./dez. 2013.

SCARABELOT, M., SCHNEIDER, S. **As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local** – um estudo de caso no munícipio de nova Veneza/SC. UFRGS, v.15, n. 20, Jan/Jun 2012, p. 101-130.

SILVA NETO, Benedito; BASSO, David. **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul**: uma análise e recomendações de políticas. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

ANÁLISE DO IMPACTO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO ALIMENTOS NA CIDADE DE PELOTAS

Carlos Eduardo Arns[1]
Thais Della Vechia[2]

1. Introdução

O Brasil, nas últimas décadas, tem se destacado internacionalmente na construção de uma Política Nacional de Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), como parte da trajetória de acúmulos gradativos de construção mundial do Direito Humano à Alimentação Adequado (DHAA), com mais de meio século de construção.

Embora a participação do país venha de longa data nas grandes discussões internacionais, bem como, com participação social em lutas internas, as repercussões sobre uma política de segurança alimentar têm início mais efetivo neste novo século, cuja trajetória sofre significativa ruptura, a partir de 2016[3].

Este trabalho se constitui em uma etapa inicial de um estudo sobre o PAA, pois se encontra inserido no processo mais amplo da construção Política de Segurança Alimentar e Nutricional no município de Pelotas/RS, para os quais novas ações complementares deverão ser desenvolvidas, buscando compreender também a percepção dos principais atores (Beneficiários fornecedores, que são os Agricultores Familiares, Beneficiários consumidores e Gestores locais) envolvidos com esta política pública, bem como, analisar as condições nutricionais e sanitárias dos alimentos movimentados.

O presente estudo tem como objetivo identificar limites e potencialidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o fortalecimento da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN), a partir da reconstituição de sua trajetória em Pelotas/RS.

[1]Agrônomo, Doutorando PPGPSDH-UCPEL, Mestre em Desenvolvimento Regional (UNISC). E-mail: tche@unochapeco.edu.br
[2]Graduada no curso de Nutrição pela Universidade Federal de Pelotas. UFPel. E-mail: dv_thais@hotmail.com
[3] No caso do Brasil é importante levar em consideração que a partir do golpe político-midiático-jurídico o País passa a ser gerido politicamente a partir do viés neoliberal autoritário, iniciado no governo transitório de Michel Temer e aprofundado no atual governo de Jair Bolsonaro, o que pode representar o fim de um ciclo nas formas de conceber desenvolvimento e as ações públicas (FAVARETO, 2017). Neste trabalho, as questões discutidas consideram essa inflexão na história do país e das políticas públicas.

A metodologia do estudo se caracteriza como qualitativa, pois está ancorada no levantamento de dados secundários da base de dados do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério da Cidade. Também se realizou um levantamento documental junto aos principais operadores desta política em Pelotas/RS. Esses dados se somam a análise construída a partir da revisão bibliográfica de outros trabalhos já realizados sobre o objeto deste trabalho como (MACHADO *et al*,2016; BECKER e DOS ANJOS, 2010), dentre outros.

Em 2018 Pelotas iniciou de forma mais efetiva e sistemática a caminhada de construção de uma PMSAN, após a promulgação Lei nº 6.623 de 2018, que cria o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) envolvendo o poder público municipal e a sociedade civil.

Em pouco mais de uma década o Brasil alcançou avanços significativos no seu esforço conjunto de conceber e estruturar sua PNSAN, constituindo-se em referência internacional. No entanto, a partir de 2016, as mudanças na estrutura administrativa dos ministérios, os cortes de recursos, a desativação de projetos, programas, extinção de instância gestoras, neste caso o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), tem provocado, grande preocupação e despertado reações tanto no campo acadêmico, setor público como em segmentos sociais.

Portanto, é neste contexto de fragilização em nível federal da PNSAN e de início de sua construção no município de Pelotas/RS, que o estudo ganha significado e importância acadêmica, política e prática.

2. A Política de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN): o papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Política de Segurança Alimentar: um sentido macro - Direito Humana Alimentação Adequada

A Política de Segurança Alimentar vem sendo considerada uma política inovadora, Diversos autores salientam distintos aspectos, dentre os quais podem ser destacados o seu caráter universal, participativo e descentralizado.

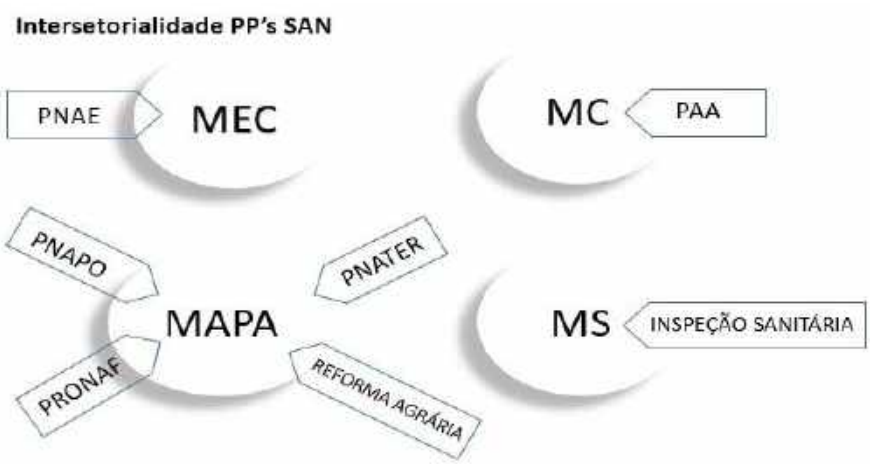
Mas dentre os diversos aspectos diferenciadores da segurança alimentar, Renato Maluf insere este no conjunto *"dos fenômenos de natureza macro e dos fatores que se manifestam neste plano"*, embora reconheça que um significativo número de analistas sustente que seja mais adequado tratá-la no micro, por considerarem este o contexto em

que se encontram os problemas mais relevantes e os instrumentos apropriados para enfrentá-los (MALUF, 2009, p. 147).

O autor considera que esta concepção micro limita a segurança alimentar à condição de "problema social" e, portanto, "objeto de programas de caráter compensatório e focalizados nos domicílios", construindo uma consistente argumentação em sentido contrário, mas complementar, ou seja, "ir além da visão convencional" (MALUF, 2009, p.48 e 168).

Uma compreensão macro parte do entendimento de que existe uma "questão alimentar" no desenvolvimento econômico que está para além de um problema circunscrito aos problemas agrícolas, não se limitando a problemática da fome, pobreza e da renda, sem desconsiderar a importância, urgência e complexidades destes (Maluf, 1998, 2009).

A questão alimentar demanda de ações intersetoriais e integração de políticas públicas, esforço que passou a fazer parte da agenda política no Brasil, especialmente a partir de 2003, buscando a articulação de um conjunto de políticas públicas para envolver o espaço rural e urbano, produtores de alimentos (agricultores familiares) e consumidores (grupos sociais mais vulneráveis).



Fonte: Elaboração dos autores

O infograma acima demonstra a importância da construção da Política Nacional de SAN, pois vários instrumentos de políticas públicas se encontram distribuídos em diferentes setores da administração pública. Demonstram também que, pelo menos até 2015, vinha sendo feito um esforço para alçar a política de segurança alimentar do país ao *status* de componente estratégico de uma concepção de desenvolvimento,

especialmente no rural, diferente do modelo tradicional. Nesse modelo o rural é compreendido apenas como espaço de produção agrícola (produção vegetal e criação animal) enquanto matéria prima para indústria (*commodities*) e consumo de insumos industrializados (agrotóxicos, sementes transgênicas, máquinas e implementos agrícolas, dentre outros), cujas políticas públicas reconheciam apena um sujeito social – o empresário agrícola ou produtor rural -, um tipo de agricultura – altamente subsidiada, intensamente capitalizada e fortemente subordinada à indústria. A nova concepção de desenvolvimento busca compreender o rural em suas complexas relações, em que o meio ambiente ganhou destaque na perspectiva da preservação da biodiversidade, das paisagens; a cultura incorpora importante dimensão do desenvolvimento (CATIA e SCHNEIDER, 2015; MALUF, 2009; dentre outros).

PAA: trajetória nacional e regional

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA foi criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, cujo marco legal vem passando por alterações a partir da aprovação da Lei 12.512 de 14 de outubro de 2011, que *"Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais*, cujo Capítulo III que trata especificamente do PAA, e pelo Decreto nº 7.775 de 04 de julho de 2012, que *"Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências"*.

Em 2006 o PAA passa a integrar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, instituído pela Lei nº 11.346. Que no entendimento de Luciane Burlandy (2009) o SISAN teve como base em sua concepção a experiência do Sistema Unificado de Saúde – SUS (1988) e consequentemente, ambos os sistemas têm como um de seus princípios ordenadores a intersetorialidade e vêm implementando estratégias institucionais para operacionalizá-la.

O PAA encontra-se estruturado em 6 modalidades: (Brasil 2010):

1- Compra com Doação Simultânea; **2- Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite**; **3- Compra Direta**; **4- Apoio à Formação de Estoques**; **5- Compra Institucional**; **6- Aquisição de Sementes.**

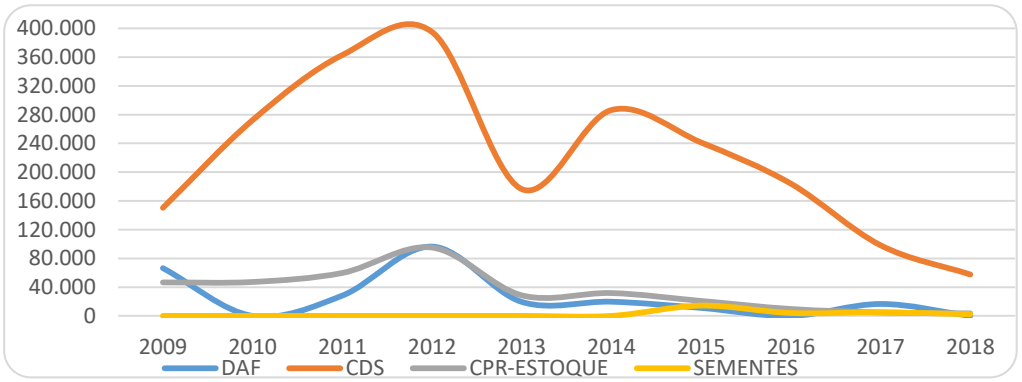
A partir de 2012 o Programa passou também a integrar o eixo "Inclusão Produtiva" do Plano Brasil sem Miséria, que tem como objetivo erradicar a pobreza extrema e também melhorar as condições de bem-estar da população.

Atualmente o PAA se encontra locado no Ministério das Cidades (MC) constituindo o Programa Inclusão Produtiva Rural de famílias pobres e se encontra estruturado sobre dois grandes eixos: a) promover o acesso à alimentação; b) incentivar a agricultura familiar que em seu funcionamento comprando os alimentos produzidos pela agricultura familiar, e os destinando às pessoas em situação de insegurança alimentar.

Sobre a origens dos recursos para os projetos do PAA, verifica-se que 92,7% dos projetos foram atendidos com recursos oriundos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), enquanto apenas 7,3% dos projetos foram atendidos por recursos da SEAD, em razão de sua limitação na nova estrutura administrativa, tanto nos governos Temer, quanto no atual governo Bolsonaro. (Conab, 2019)

Gráfico 1: Evolução dos recursos das modalidades do PAA de 2009 a 2018 (valor em milhões de reais)

Fonte: Conab (2019)



Analisando o gráfico acima é possível identificar as seguintes ocorrências:

- Modalidade CDS: o investimento é multiplicado do ano de 2009 até 2012, porém, em 2013 o recurso diminui para menos da metade do valor. Discreto aumento no valor aplicado em 2014, a partir de 2015 até 2018 só houve queda no valor aplicado.
- Modalidade CPR-Estoque: aumento no investimento até o ano de 2012, enquanto que em 2013 o valor cai para menos da metade e só diminui até 2018.
- No conjunto das modalidades: os recursos aplicados no ano de 2003 foi de R$81.541.207, enquanto que no ano de 2012 chegou a R$580.000.000, representando um aumento de 71,13%, ou seja, aproximadamente 7% ao ano em 10 anos. Porém, nos 6 anos

seguintes o valor tem uma queda de 91,89%, que representa uma redução anual de 15,31%, em comparação ao valor disponibilizado em 2012.

3. A trajetória do Programa de Aquisição de Alimentos em Pelotas-RS

Características principais de Pelotas:

A cidade de Pelotas, fundada em 1812, localizada no extremo sul do Brasil as margens do Arroio Pelotas e se insere no circuito da economia nacional com a indústria do charque a partir de 1870.

Em 2019 o município de Pelotas possuía 7.768 famílias beneficiárias do Bolsa Família, aproximadamente, 5,56% da população total do município, e inclui 2.827 famílias que, sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza. No mês de setembro de 2019 foram transferidos R$ 1.204.989,00 às famílias do Programa e o benefício médio repassado foi de R$ 155,12 por família (BRASIL, 2019). A cobertura do programa foi de 43% em relação à estimativa de famílias pobres no município em 2019, ficando abaixo da meta de atendimento do programa, de acordo com a população estimada. (BRASIL, 2019)

Os projetos de PAA em Pelotas

O projeto piloto do PAA foi instituído na cidade em 2003, modalidade de Compra com Doação Simultânea. Foi constituído uma Rede de Cooperação e Comercialização Solidária, dentre as organizações, 2 entidades estavam habilitadas para firmar projetos com a CONAB, se responsabilizaram então, pela parte da produção, embalagem e transporte dos alimentos das comunidades até o centro da cidade de Pelotas, onde, com o apoio da prefeitura municipal de Pelotas, os alimentos eram distribuídos para as comunidades em situação de vulnerabilidade social. (MACHADO *et al*,2016)

Em 2004 ocorre a saída do grupo político da Prefeitura de Pelotas que era próximo ao Governo Federal, com isso, houveram alterações no arranjo institucional estabelecido. A Central de alimentos foi desestruturada, o que exigiu uma reestruturação na logística, quando então, as organizações da agricultura familiar assumiram a distribuição dos alimentos nos pontos de referência das comunidades urbanas e essas continuaram com a função de organizar, distribuir as sacolas. (MACHADO *et al*,2016)

Algumas organizações continuaram executando o PAA até o meio de 2013, quando o mesmo foi paralisado por questões administrativas, período que houve uma

intensificação de fiscalização das normas, e não houve renovação do projeto. Encerrado o projeto, atores locais procuraram encaminhar novos projetos via CONAB, contudo, mudanças institucionais limitaram esta participação. (MACHADO *et al*,2016)

Em conversa no final do ano de 2019 com a Economista Doméstica responsável pelo PAA em Pelotas, foi visto que uma nova ação junto ao PAA começou a ser pensado na cidade de Pelotas no ano de 2017, quando o então Secretário de Assistência Social do município, se deslocou a Brasília para começar as articulações, a fim de retirar o projeto do papel. Em Dezembro de 2018 e Abril de 2019 foram publicadas as Chamadas Públicas n.º 003/2018 e 002/2019 as quais os agricultores da região se candidataram a participar do programa. Entre os critérios de seleção estava: 40% quilombolas; 40% mulheres; 5% produtos orgânicos/agroecológicos. O recurso liberado em 2017 no Diário Oficial da União foi de R$ 400.000,00 para 62 Agricultores Familiares, cada uma podendo receber no máximo R$ 6.500,00 por ano. Em 2018, junto com a EMATER, foi elaborada uma a lista de alimentos a serem comercializados, a partir dessa lista, as Nutricionistas da Secretaria de Assistência Social calcularam e estipularam as quantidades que deveriam ser fornecidas de cada alimento, após definição das entidades recebedoras. Em seguida, foi realizado levantamento de preços em 3 atacados na cidade de Pelotas e Rio Grande, dos 12 meses anteriores ao período em que ocorrera a pesquisa, para assim estipular o valor médio que seria pago em cada alimento.

As entidades recebedoras, que recebem os alimentos somente para consumo são: Serviços de Acolhimento Institucional, Centro POP, CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social). As entidades recebedoras, que recebem os alimentos para consumo e distribuição de Cestas de Alimentos são os CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), através, respectivamente, dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e atendimento da Equipe Técnica as Famílias em Vulnerabilidade Social.

A estrutura do PAA em Pelotas

Conforme a coordenação do programa os grupos responsáveis pelas entregas ficaram a cargo de famílias Quilombolas das comunidades do Alto do caixão, Algodão e Vó Elvira, de Mulheres (quilombolas e não quilombolas), agricultores de produção orgânica e demais agricultores selecionados fora dos grupos prioritários.

A entrega dos alimentos ocorre duas vezes por semana, no depósito localizado na Rua Professor Araújo nº 1782, no Setor de Nutrição vinculado à Secretaria de Assistência

social – Prefeitura de Pelotas. O trabalho de organização e distribuição dos alimentos para as entidades recebedoras, é realizado com apoio da mão de obra prisional. Atualmente são distribuídas em torno de 500 sacolas por mês através dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS).

4. Considerações finais: limites e potencialidade para a produção orgânica e agricultura familiar

Conforme os dados dos relatório da CONAB e dos estudos de avaliação do programa nesta sua trajetória de construção o PAA construiu resultados, muito significativos, embora permaneça muito aquém da realidade (necessidade/demanda social). Mesmo reconhecendo os expressivos avanços do programa, os vários estudos e avaliações apontam limites ainda existentes no próprio escopo do programa, mas também nas estruturas de governança da política, no processo de implementação de políticas públicas como a dificuldade de ações intersetoriais e interinstitucionais, requisito ao melhor desempenho do PAA.

Com relação ao PAA em Pelotas, verificou-se que o município (Prefeitura e Organizações Locais) desempenhou importante papel na construção inicial do programa ao integrar o chamado projeto piloto, a partir do qual o programa foi desenhado em caráter nacional.

Após esta participação inicial o poder público de Pelotas teve uma relação descontínua com o PAA, justificada pelas autoridades locais como sendo considerado de grande exigência. Recentemente, o poder público local retoma as atividades do PAA, que se encontra em andamento até o presente. Demonstra empenho em manter o programa em funcionamento, pois, conforme os dados do Ministério das Cidades, o município possui uma demanda de um grande contingente de famílias em situação de pobreza.

Por fim, pode-se indicar ainda que o PAA em Pelotas terá significativo benefício com constituição do Conselho Municipal de Segurança Alimentar (COMSEA), CAISAN, a elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar (PLAMSAN) e, esse conjunto integrado a uma Política Municipal de Segurança Alimentar (PMSAN). Do mesmo modo uma política municipal de SAN tende a ser beneficiada pela existência da experiência do PAA em Pelotas, tanto por parte do poder público e, com mais vigor, pelas organizações locais que vem acompanhando o PAA desde sua criação.

5. Referências

BRASIL- MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Bolsa Família e Cadastro Único no município de Pelotas/RS.** Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. Relatório gerado em 12/10/2019)

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIL. **Manual operativo: modalidade compra com doação simultânea - operação por meio de termo de adesã**o. Versão 1.0. Brasília-DF. Fevereiro de 2014. 174p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Balanço de avaliação da execução do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (2003-2010)**. Programa de Aquisição de Alimento, Grupo Gestor. Relatório Descritivo. Brasília, dezembro de 2010. 66p. 143 p.

BRASIL. Balanço de avaliação de execução do Programa Aquisição de Alimentos – PAA 2003-2010. Grupo Gestor Relatório descritivo. Dezembro de 2010.

BURLANDY, Luciene**. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo.** Ciência & Saúde Coletiva, 14 (3): 851-860, 2009.

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: resultados das ações da CONAB em 2016**. Compêndio de Estudos Conab / Companhia Nacional de Abastecimento. – v. 1 (2016) - Brasília: Conab, 2016.

CONSEA – CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Relatório final da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. *In*: CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E

NUTRICIONAL, 2. 2004, Olinda, Pernambuco. **Anais**... Olinda: DS/Consea/FBSAN, 2004.

FAVARETO, Arilson. Concepções de desenvolvimento e intervenção pública no Brasil rural sob o governo Temer e além. Revista Raízes, v.37, n. 2, jul-dez/2017. Disponível em: http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/volumes.php?Rg=51 Acessado em setembro/2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Pelotas. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pelotas/panorama>. Acesso em: 18 de fev. de 2020.

MACHADO, Carmen Janaina Batista; GRISA, Catia; LIMA, Daniel Vaz. **Ambiente institucional e governança do PAA: um estudo de caso na região de Pelotas.** Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção –SBSP. Pelotas - RS, 06 a 08 de julho de 2016. 20p.

MALUF, Renato. Políticas agrícolas e desenvolvimento rural e a segurança alimentar. In: LEITE, Sergio (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. 2.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 256p.

POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: limites e potencialidades para uma integração de ações intersetoriais em Pelotas-RS

Carlos Eduardo Arns[1]
Miria Raquiel da Rocha[2]

1. Introdução

As rápidas e profundas transformações no processo de globalização das principais cadeias agroalimentares resultam por um lado, na concentração econômica e política de poucas e grandes corporações transnacionais, e por outro, no crescimento da fome e da miséria, expondo grupos sociais, regiões e países aos riscos da insegurança alimentar.

Isto tem tornado a Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional um tema estratégico nos debates e na construção de políticas públicas ao redor do mundo. A insegurança alimentar que se verifica atualmente não se caracteriza apenas pela fome, ou seja, a falta de alimento, mas também pelo tipo de alimento acessado, que se expressa no sobrepeso e obesidade, que indicam a desnutrição, conforme mostram dados mais recentes do relatório *"El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo. Fomentando laresiliencia climática en aras de la seguridad alimentaria y la nutrición"* de 2018[3] disponibilizado por um pool de organismos internacionais:

> Em 2017, o sobrepeso afetava mais de 38 milhões de crianças com menos de cinco anos; África e Ásia representavam 25% e 46% do total mundial, respectivamente. A anemia em mulheres e a obesidade em adultos também estão aumentando em nível mundial: una de cada três mulheres em idade reprodutiva sofre de anemia e, mis de uno em cada oito adultos, ou mais de 672 milhões, são obesos. El problema da obesidade é mais significativo na América Setentrional, porém é mais preocupante que a África y Ásia, seguem apresentando as taxas de obesidade mais baixas, também estão mostrando uma tendência ascendente (FAO *et al*, p. vi).

O relatório demonstra que após um período de queda (2005-2016), retoma-se o aumento de pessoas subalimentadas a partir de 2015, e *"que o número absoluto de*

[1]Graduado em Agronomia pela UFSC, mestre em Desenvolvimento Regional pela UNUSC e doutorando em Política Social e Direitos Humanos na Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). E-mail: tche@unochapeco.edu.br
[2]Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). Mestra em Política Social e Direitos Humanos na Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). E-mail: miriar07@gmail.com
[3] Esta publicação faz parte da serie editada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) sobre "EL ESTADO DEL MUNDO", elaborado conjuntamente com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) (tradução e adaptação dos autores) e vinculada aos esforços internacionais Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, mais especificamente ao segundo objetivo (ODS 2).

pessoas do mundo afetadas pela subalimentação ou carência crônica de alimentos, tem aumentado ao redor de 804 milhões em 2016 para quase 821 milhões em 2017", sendo que a América do Sul e regiões da África apresentam situações piores, mantendo-se estáveis nas demais regiões (FAO, 2018, p xiii).

O sistema agroalimentar, em sua fase global moderna hegemônica na produção, processamento, distribuição e consumo têm constituído a chamada problemática alimentar. Sintetiza-se críticas de um conjunto de autores pautadas principalmente *"por questões como desigualdade e injustiças sociais, questão da saúde e segurança alimentar, a crise ambiental, a perda da biodiversidade e qualidade organoléptica, assim como a desconfiança em relação aos alimentos"* (SCHNEIDER et al., 2016, p. 10). Os autores apresentam três grandes tendências no debate das contradições do setor agroalimentar, quais sejam: 1- *Nova equação alimentar:* necessidade de responder simultaneamente às questões alimentares (riscos de escassez e qualidade nutricional), demográficas (urbanização) e ambientais (fonte energética), que tem como a arena privilegiada os espaços urbanos e o abastecimento o elemento chave; 2- *Invisibilidade da questão alimentar:* a comida foi deslocada para as margens com o advento da revolução industrial e os avanços tecnológicos, especialmente no campo da logística, tanto na geografia das cidades quanto na relação das pessoas, cuja raiz se encontra na separação da sociedade e da natureza, levando a uma grande erosão dos conhecimentos sobre a procedência, constituição e distribuição dos produtos, bem como seus usos e preparos, cujo controle e governança do sistema, concentra-se cada vem mais em poucas empresas; 3- *A questão da saúde coletiva:* concentra as discussões na relação dos alimentos com a saúde coletiva, cujo problema principal seria a chamada alimentação ultraprocessada e o desenvolvimento de um conjunto de doenças crônicas não transmissíveis (cardíacas, hipertensão e diabetes), defendendo que governos e órgãos de saúde priorizem alimentos minimamente processados.

O Brasil, nas últimas décadas, apresentou avanços significativos na construção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) consolidados na construção e aperfeiçoamento de uma Política Nacional de Soberania, Segurança Alimentar (PNSAN), constituindo-se em referência internacional, inclusive com significativos resultados na articulação intersetorial.

Nesta perspectiva a construção dos planos setoriais (educação, saúde, Desenvolvimento Rural, assistência social, saneamento básico, resíduos sólidos, dentre outros), especialmente o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

(PLANSAN), constituem-se em instrumentos estratégicos na implementação das políticas públicas, neste caso de segurança alimentar.

No entanto, mais especificamente a partir de 2016[4], o país enfrenta um forte retrocesso, quase generalizado, na implementação dessas políticas públicas em nível federal, dentre elas a PNSAN, enquanto que o município de Pelotas parece caminhar na contramão do governo federal, com a promulgação da Lei Municipal nº 6.623/2018, que cria o Conselho Municipal, consolidando passos na construção de uma política de Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional.

Neste sentido, o presente trabalho tem o objetivo de identificar alguns limites e potencialidades para a integração de ações intersetoriais na construção de uma política pública de Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional no município de Pelotas.

Esta pesquisa é bibliográfica, com base na análise documental de três planos setoriais de Pelotas (Saúde, Educação e Desenvolvimento Rural) com o uso do método da análise de conteúdo. Em cada documento analisado foi priorizado um olhar sobre seus dois principais componentes: o diagnóstico e as proposições (programas, projetos e ações).

A análise de cada plano, para a identificação e caracterização de elementos de potencial articulação e integração com uma futura Política Municipal de Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN), foi orientado a partir dos princípios do DHAA (Dignidade Humana; Responsabilização; Apoderamento; Não-Discriminação; Participação) e das oito diretrizes do plano nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), quais sejam: 1- Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável; 2 - Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica; 3 - Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação em SAN e DHAA; 4 - fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde; 5- Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente; 6- "Monitoramento e avaliação da realização progressiva do DHAA e saudável"; 7- "Consolidação do SISAN"; 8- "Promoção, Universalização e Coordenação das Ações de

[4] O leitor deve estar atento, pois em todo transcorrer do trabalho se parte da compreensão que os dados e reflexões apresentadas assumem o ano de 2015 limite de uma trajetória, pois infelizmente em 2016, a partir do golpe político-midiático-jurídico e posterior eleição de um governo proto-fascista em 2018, se aprofunda uma forte ruptura, cujas proporções e conseqüências ainda não são claramente mensuráveis, em todas as dimensões da vida nacional, representando retrocessos em quase todas as áreas, mas especialmente no campo das políticas públicas e, aqui em particular, a PNSAN.

Segurança Alimentar e Nutricional voltadas para Quilombolas, Povos Indígenas e demais Povos e Comunidades Tradicionais de que trata o Decreto nº 6.040/2007" (BRASIL, 2007).

O presente artigo está organizado em quatro componentes, contando com esta breve introdução. Em seguida, resgata rapidamente a trajetória da Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSAN) e o processo de discussão da segurança alimentar em Pelotas-RS. Na seqüência, apresentam-se os resultados da análise dos planos setoriais do município de Pelotas. Finaliza-se o documento apresentando nas considerações finais, alguns cuidados na construção do diagnóstico e na elaboração de ações intersetoriais do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

2. Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) no Brasil e em Pelotas

O que assistimos no sistema agroalimentar nesse inicio de novo século – "privatização da democracia" - não pode ser de todo estranho para os que vieram acompanhando suas transformações em curso desde chamada "revolução verde" ou "modernização dolorosa" (GRASIANO DA SILVA, 1982) com algum olhar crítico. Ao tratar da relação privado-público, bem como, suas perversas conseqüências para a sociedade, especialmente os mais fragilizados, Ladislau Dowbor (p. 25) reconhece que *"Não é nova a ruptura destas fronteiras, a penetração dos interesses de grupos econômicos privados na esfera pública. O que é novo é a escala, a profundidade e o grau de organização do processo".* O referido documento, em seu todo, apresenta uma "radiografia" da captura corporativa do Estado, por alguns dos principais setores da economia brasileira, já fortemente internacionalizada, no momento atual: alimentos, com especial destaque para o caso dos transgênicos (biossegurança); educação; finanças; juros; meio ambiente; mídia; saúde (indústria farmacêutica); segurança (indústria de armas); e setor imobiliário, ou seja, o processo é sistêmico, da nova fase do capitalismo global sob a lógica neoliberal.

A partir do estudo do Instituto Federal Suíço de Pesquisa Tecnológica, identificou que dentre 43 mil grupos mundiais mais importantes, apenas 737 grupos controlam 80% do mundo corporativo, sendo que nestes um núcleo de 147 controla 40% e estes últimos gigantes são essencialmente grupos financeiros que controlam 75% deste pequeno conjunto. Para Dowbor (2018, p. 25) isso muda "a visão que temos do sistema econômico mundial" que ele denomina de "capitalismo extremo" pelo grau de concentração e desigualdade gerada.

2.1 Breve histórico da construção da PNSAN no Brasil

É a partir deste contexto de um "capitalismo extremo", que o processo de construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) ganha mais relevância, pois o País tem acompanhado e contribuído em todo o processo de construção da segurança alimentar como uma preocupação e prioridade de um grande conjunto dos organismos internacionais.

Internamente, a construção de uma política de segurança alimentar no Brasil, apesar de ações isoladas que vem de longa data tanto na esfera pública, quanto na sociedade civil, não pode ser compreendida se não como parte de um logo processo de luta social da sociedade que se materializa inicialmente na constituição Federal de 1988 e alcança novo patamar de realizações a partir dos compromissos assumidos pelos governos a partir de 2003 até 2015. Pode-se considerar como marco desse novo período a II Conferência Nacional de SAN de 2004, ao estabelecer que a

> Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável.

Portanto identifica-se que o conceito incorpora as duas dimensões da problemática.

A partir de então a construção de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional se forjou numa seqüência de ações, dentre as quais merecem destaque: a criação, em 2003, do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – MESA, com o lançamento do Programa Fome Zero, instituindo o Programa Bolsa Família e criado o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e, neste mesmo ano, é recriado o **CONSEA** (Decreto Nº 4.582 /2003); a realização em 2004 da II Conferência Nacional de SAN; a aprovação, em 2006, da Lei nº 11.346, intitulada Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN); a aprovação, em 2007, da regulamentação do funcionamento do CONSEA e da CAISAN através de Decretos nº 6.272/2007 e 6.273/2007; em 2010, se promulga a Emenda Constitucional nº 64/2010, que alterou o art. 6º da Constituição Federal para introduzir a alimentação como direito social; em 2010, através do Decreto nº 7.272/2010 se instituição da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN); em 2011 o Governo e a Sociedade Civil elaboram o PLANSAN para o período 2012/2015; entre os anos de 2011 a 2013 ocorre a adesão de

26 estados e adesão dos primeiros municípios ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com leis e decretos criando os Conselhos e Câmaras Intersetoriais de SAN e os governadores e prefeitos se responsabilizando em elaborar os Planos de SAN (BRASIL, 2013).

Assim o país constituía sua política ancorada em um marco regulatório (PEC, Leis, Decretos e Normas, Resoluções), em um conjunto de instrumentos (Programas, Projetos, Planos), instância gestoras da política (Conselhos e Câmara Intersetoriais, Grupos de Trabalho, etc.).

A política de segurança alimentar pode ser incluída no rol da "nova geração de política pública", pois apresenta um conjunto de características diferenciadoras das políticas públicas tradicionais dentre as quais merecem destaque: 1- seu *caráter universal*, na medida em que é concebida como um Direto Humano – o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA); 2- seu *caráter amplamente participativo*, que nasce da articulação da sociedade civil e poder público, inicialmente pelo movimento sanitarista da área da saúde, posteriormente se amplia com engajamento do que Ghon (1997) denominou de "novos movimentos sociais", que no início do novo século de constitui no Fórum Nacional de SAN, com importante papel em todo processo de luta pela SAN e várias bandeiras correlacionadas como a questão dos transgênicos, agrotóxicos, dos alimentos ultraprocessados, dentre outras; 3- seu *caráter descentralizador*, buscando organizar-se nos três níveis da federação (União, estados e municípios) integrados no SISAN; 4- seu *caráter intersetorial*, na medida em que articulam e integram ações e políticas da educação, saúde, e da agricultura, mais especificamente da Agricultura Familiar; dentre outras características importantes.

Na relação desta política de SAN com as políticas de desenvolvimento rural, constitui-se um marco a articulação com Programa Aquisição de Alimentos (PAA) criado em 2003, ao constituir os mercados institucionais (GRISA; PORTO, 2015) e reforçado ainda mais com a promulgação da Lei nº 12.512 de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.775/2012, que desburocratizou o PAA e criou a modalidade "Compra Institucional". Com a instituição da compra de pelo menos 30% de produtos oriundos da agricultura familiar tanto no PAA quanto no PNAE, mostrou-se uma política assertiva, tanto para a política de segurança alimentar quanto para o fortalecimento da Agricultura Familiar (BRASIL, 2013).

Em 2018, com a posse do novo governo, foi extinto um significativo número de Conselhos Nacionais de Políticas Públicas, dentre os quais foi arrolado o Conselho

Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, como claro sinal de desinteresse em políticas de caráter social e emancipadoras. Mesmo assim, o Fórum Nacional de SAN em conjunto com Fóruns estaduais e Conselhos estaduais e municipais, desencadeou o processo das Conferências municipais, regionais e estaduais.

O município de Pelotas realizou sua 1ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional em 19 de agosto de 2019 enquanto a Conferência Estadual de SAN do Rio Grande do Sul foi realizada de 16 a 18 de outubro de 2019, em Porto Alegre, num claro esforço de resistência diante desmonte da política em nível nacional.

2.2 Breve histórico do movimento de construção da SSAN em Pelotas-RS

Pelotas é um dos municípios que mais se destaca na trajetória do Rio Grande do Sul, e, de acordo com o último censo realizado em 2010, neste período esta cidade tinha 328.275 habitantes, sendo, portanto, a terceira cidade mais populosa deste estado, sendo que residiam na área urbana 93,27% e na área rural 6,73% (IBGE, 2017).

Mas, apesar de ser uma cidade que se destaca tanto em extensão territorial como em número de habitantes, sua 1ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional só ocorreu em 2019 e através de muita luta; as organizações constitutivas do Fórum de Defesa da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FDeSSAN) vêm de uma longa trajetória, iniciada mais fortemente em 2006, desenvolvendo um conjunto de iniciativas e ações na defesa da soberania e segurança alimentar e nutricional, contando com uma participação de aproximadamente 20 organizações e entidades da sociedade civil[5].

O Fórum tinha dois objetivos principais: reivindicar a criação do Conselho Municipal de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional de Pelotas; e, realizar a 1ª Conferência Municipal de Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional de Pelotas, para a qual buscou a parceria do poder público local. Para a realização da Conferência foi constituída a Comissão de Organização, constituída por representantes do poder público municipal e da sociedade civil (Fórum). A Conferência de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional de Pelotas teve o papel de avaliar as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional (SAN) e propor diretrizes e melhorias aos programas, projetos e ações das políticas de SAN. Como Pelotas ainda não possui uma política de Segurança Alimentar e Nutricional, nesta 1ª Conferência não foram feitas avaliações,

[5] Informações obtidas através do relatório da COMSAN – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Pelotas, 2019)

apenas proposições. Foi criado o do Conselho Municipal de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional de Pelotas, mas ainda não foi institucionalizado (ROCHA, 2019, no prelo).

3. Análise de planos setoriais e a segurança alimentar em Pelotas

3.1. Plano Municipal de Educação

O plano de educação compreende *o decênio 2015-2024 e traz em seu diagnóstico um contexto histórico e cultural do município de Pelotas com uma perspectiva bastante otimista e positiva da realidade.* Neste sentido, o setor econômico é bastante ressaltado neste Plano, destacando ainda que Pelotas "responde por aproximadamente 28% da produção de arroz do estado, 10% da produção de grãos, 16% do rebanho bovino de corte e detém a maior bacia leiteira, com a produção de 30 milhões de litros/ano [...]" (2015, p. 13).

Quanto aos serviços presentes no município na esfera da Assistência Social, o município conta com o *Restaurante Popular*, único na cidade.

Em relação aos Programas de Combate à Pobreza e Miséria existe o Cadastro único e o Programa Bolsa Família. "Este Programa beneficiou, no mês de maio de 2015, 8.883 famílias, representando uma cobertura de 50,2 % da estimativa de famílias pobres no município" (2015, p. 29). Em Pelotas, em março de 2015, o total era 24.836 famílias inscritas no Cadastro Único. Portanto, programas de transferências de rendas são extremamente importantes, na medida que amenizam a fome e consequentemente a insegurança alimentar das populações pobres.

Este Plano não faz referência a importantes programas relacionados ao problema da segurança alimentar como o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, que possui como finalidades incentivar a agricultura familiar e promover o acesso à alimentação saudável, bem como o PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar. Este programa é muito importante pois "oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública" (BRASIL, 2017, s/p.).

Portanto, o Plano de Educação concentrou os esforços nas questões específicas do setor, não avançando para temáticas correlacionadas ou de sombreamento com a educação, não problematizando a realidade mais ampla, de maneira crítica e reflexiva, como a pobreza e a fome que atinge milhares de pessoas, as práticas e conhecimentos alimentares regionais, embora existam importantes projetos em andamento.

3.2. Plano Municipal de Desenvolvimento Rural

Este plano compreende *o período de 2017-2020 e traz a preocupação com a* migração do campo para a cidade, incentivando os jovens a retornarem e permanecerem na zona rural com novas oportunidades. Dentre os objetivos do Plano destaca-se: introduzir políticas agrícolas que tragam maior rentabilidade da atividade rural; preservar os recursos naturais através da sustentabilidade na agricultura; diminuir o êxodo rural.

Destaca-se que "na zona rural, somente 30% da população consome água tratada proveniente de poços artesianos ou microbarragens. O restante da população a consome de poços escavados nas propriedades sem o tratamento adequado" (S.d., p. 42). Portanto este fato ameaça a segurança alimentar destas populações.

Seguindo o mesmo viés do Plano de Educação, o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural é bastante otimista em relação ao setor econômico do município de Pelotas, e não problematiza questões mais amplas.

O PAA é considerado um programa importante neste Plano e este aponta que "para participar, o agricultor deve ser identificado como agricultor familiar, enquadrando-se no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A identificação é feita por meio de Declaração de Aptidão ao PRONAF (S.d., p. 60).

Chama atenção neste Plano a questão da obesidade geral e abdominal pois "na zona rural, 65% moradores de 18 anos ou mais estão com excesso de peso, ou seja, têm mais peso do que seria adequado para sua altura" (S.d., p. 66).

Os restaurantes da Universidade Federal de Pelotas adquiririam em 2014, "produtos da Agricultura Familiar, intermediados pelo APL[6], aumentando o número de refeições servidas por conta da melhor qualidade dos alimentos" (S.d., p. 74). São ações que fortalecem a Segurança Alimentar e Nutricional do município.

Dentre as diretrizes para o desenvolvimento rural referentes a SAN destaca-se como mais importantes: fomento à produção de base agroecológica com oferta de alimentos mais saudáveis, remunerando melhor os agricultores; "valorização cultural e social de classes com maior vulnerabilidade, tais como comunidades indígenas, pescadores artesanais e quilombolas" (S.d., p. 86). O Plano coloca também como diretriz "trabalho de conscientização de uso correto de agrotóxico com respeito a limites toleráveis para cada cultura, período de carência e recolhimento das embalagens" (S.d.,

[6] Arranjos Produtivos Locais de Alimentos da Região Sul do Rio Grande do Sul (APL).

p. 86), no entanto, sabe-se que qualquer quantidade de agrotóxicos e fertilizantes químicos prejudicam a vida de agricultores, consumidores e do ecossistema como um todo, e, portanto, tais produtos devem ser evitados.

Dentre as ações planejadas que dialogam com o SAN considerou-se como relevante: construir poços artesianos e microbarragens com redes de distribuição, para melhorar a qualidade da água. Neste sentido, busca-se melhorar o sistema de abastecimento de água na colônia.

Em relação à produção agroecológica o objetivo é estimular a agricultura orgânica, pois, esta prática utiliza o solo de maneira ambientalmente sustentável para a produção agrícola. "Assim, garante-se a preservação dos recursos naturais para as gerações futuras. Para tanto, o Município apoiará a implantação de uma usina de compostagem regional para possibilitar a adequada fertilização dos cultivos" (S.d., p. 94). Portanto são ações que podem articular-se com a SAN, na medida que produção de alimentos agroecológicos garantem uma alimentação saudável e nutritiva, sem prejudicar o ser humano e o meio ambiente.

3.3. O Plano municipal de Saúde de Pelotas

Este plano compreende o período de 2018 a 2021. Ele inicia traçando a identidade do município, apresentando seu território, limites e área geográfica; sua infraestrutura: rodovias, ferrovia, porto, aeroporto, hidrovias (salientado que o sistema hídrico de Pelotas é invejável, com grandes r*eservatórios de água doce); traz percentuais de moradores com acesso à água potável e à rede de esgoto adequada; aponta que a economia da munícipio é bastante desenvolvida e que a desigualdade diminuiu entre 1991 e 2010. Portanto,* segue a mesma perspectiva otimista dos demais Planos em relação ao setor econômico do município de Pelotas, não problematizando questões mais amplas, como aspectos subjetivos presentes por trás de cada determinante da saúde-doença.

O Plano aponta que, no que tange aos aspectos sociais, o Programa Bolsa Família beneficiou inúmeras famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único.

Em relação a atenção primária em saúde o Plano destaca que as Unidades Básicas de Saúde (UBS) "são serviços organizados para serem resolutivos em até 80% das necessidades em saúde apresentadas pela população" (2018, p. 32). Nas ações desenvolvidas, o Plano não aborda especificamente sobre Segurança Alimentar e Nutricional. Profissionais de nutrição e serviço social estão presentes nas UBSs.

> O Serviço de Nutrição na Secretaria Municipal de Saúde é responsável por promover a educação em saúde e prevenir doenças estimulando hábitos saudáveis de alimentação e nutrição para a população usuária do SUS e desenvolve ações direcionadas ao tratamento individual ou em grupo abrangendo todas as patologias relacionadas à Nutrição (2018, p. 42).

Dentre as ações desenvolvidas deste serviço, destacam-se: auxiliar na prevenção e diminuição das doenças e distúrbios nutricionais; "elaborar e executar o plano municipal de alimentação e nutrição anualmente com o propósito de melhorar as condições de alimentação, nutrição e saúde, em busca da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional da população" (2018, p. 43); atender a população beneficiária do Programa Bolsa Família; aumentar o número de beneficiários deste Programa.

Segundo este Plano, durante a sua vigência objetiva-se integrar ações com equipe multidisciplinar (médico, psicólogos, ass. Social) para tratar e acompanhar a obesidade além de intensificar ações preventivas já realizadas rotineiramente nas UBSs a fim de estimular a alimentação saudável.

Com relação a agenda 2018 a 2021 formulada pela Diretoria de Ações em Saúde, no tópico *Nutrição,* destaca-se como diretrizes importantes e que estão relacionadas com a SAN:

Diretriz: Promover a Alimentação Adequada e Saudável. Objetivo: "melhorar a qualidade de vida da população, por meio de ações intersetoriais, voltadas ao coletivo, aos indivíduos e aos ambientes (físico, social, político, econômico e cultural), de caráter amplo" (2018, p. 68) e que respondam às necessidades de saúde das pessoas, colaborando para a redução do sobrepeso, obesidade e doenças crônicas associadas.

Diretriz: Promover Ações de Alimentação e Nutrição. Objetivo: promover a implementação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição – PNAN, através da "viabilização de parcerias e da articulação interinstitucional necessária para fortalecer a convergência dela com os Planos de Saúde e de Segurança Alimentar e Nutricional (Secretaria de Justiça e Segurança) " (2018, p. 69).

Diretriz: Fortalecer a Participação e Controle Social. Objetivo: consolidar a participação da população, "com poder deliberativo e/ ou caráter consultivo, sendo os Conselhos e as Conferências de Saúde espaços privilegiados para discussão das ações de alimentação e nutrição no SUS" (2018, p. 70). Dentre as ações, destaca-se: "articular com as instituições municipais da gestão e da sociedade para agilizar as tratativas para a instituição do COMSEA; participar da Instituição do COMSEA; participar ativamente do COMSEA, através da manutenção de representação" (2018, p. 71). A meta para estas três

ações é a "condução para a criação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, juntamente com a Secretaria Municipal de Justiça Social e Cidadania" (2018, p. 71).

Diretriz: Qualificar a força de trabalho. Objetivo: qualificar todos os trabalhadores da saúde para implementar políticas, programas e ações de alimentação e nutrição direcionadas para a "atenção e vigilância alimentar e nutricional, promoção da alimentação adequada e saudável e a segurança alimentar e nutricional para o enfrentamento dos agravos e problemas decorrentes do atual quadro alimentar e nutricional brasileiro" (2018, p. 71).

Diretriz: Cooperar e articular para a Segurança Alimentar e Nutricional. Objetivo: "Buscar garantir o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais" (2018, p. 72). Ação: aumentar de forma contínua o acompanhamento de beneficiários do Programa Bolsa Família, trabalhando de maneira pró ativa para atingir esse objetivo; "desenvolver junto as famílias intervenções que utilizem práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis" (2018, p. 72). A meta para estas ações consiste em efetuar o acompanhamento de saúde e nutricional das populações beneficiárias dos programas de transferência de renda, "qualificando a informação e a atenção nutricional dispensada a essas famílias, sempre tendo por base os diagnósticos construídos periodicamente através do SISVAN[7] e do próprio Bolsa Família" (2018, p. 72). Ação: cooperar e articular a saúde e os programas de Segurança Alimentar e Nutricional para consolidar as "ações de alimentação e nutrição na rede de atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional e dos agravos em saúde, na ótica de seus determinantes sociais" (2018, p. 72); procurar melhorar a saúde e nutrição das famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, expandindo o acesso aos serviços de saúde; promover a alimentação saudável e adequada em locais institucionais como "escolas, creches, presídios, albergues, locais de trabalho, hospitais, restaurantes comunitários, entre outros que estejam na área de cobertura das unidades de saúde ou não" (2018, p. 73); Articular com "as redes de educação e sócio-assistencial para a promoção da educação alimentar e nutricional" (2018, p. 73). A meta para estas

[7] Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.

ações consiste em monitorar e intervir nos determinantes sociais em saúde para a prevenir e tratar os agravos em saúde.

Este Plano não aborda a questão dos alimentos produzidos com agrotóxicos e fertilizantes químicos e consequentemente os males que causam o consumo de tais alimentos. É preciso incentivar a construção de hábitos alimentares saudáveis, e isto implica consumir alimentos agroecológicos.

Para o ser humano ter saúde ele necessita estar bem psicologicamente, fisicamente e socialmente, portanto, saúde não é apenas ausência de doença. O enfrentamento das desigualdades sociais em saúde não pode ser reduzido à análise epidemiológica dos diversos fatores que interferem na capacidade do indivíduo de se manter sadio; é preciso considerar os aspectos subjetivos existentes por trás de cada determinante da saúde-doença. A classe social na qual o sujeito está inserido influi no seu estado de saúde. É preciso políticas públicas de enfrentamento das iniquidades em saúde que contemple os diferentes grupos sociais, especialmente aqueles que têm menos oportunidades de terem uma vida digna. Pertencer a classes sociais menos privilegiadas dificulta o acesso a recursos materiais, restringe a obtenção de conhecimento e informações, que refletem diretamente na precarização das condições de saúde desta população. A menor esperança de vida da população pobre resulta da fome, da falta de saneamento básico, da água contaminada. Geralmente o nível de riqueza é associado a melhores condições de vida e saúde que resultam na "[...] ausência de determinadas causas de morbidade associadas com a pobreza, tais como desnutrição e doenças infecciosas relacionadas a precárias condições de higiene e saneamento básico" (BARATA, 2009, p. 41).

4. Considerações finais

A partir do acima exposto, a Política de SAN se defronta com o grande desafio de resistir à política neoliberal atual governo federal que demonstra o firme propósito no enfraquecimento do Estado e no desmonte das políticas sociais, dentre as quais a política nacional de SAN.

Outros desafios para a PNSAN se apresentam em seus três níveis federativos: a) visibilizar e garantir a participação da multiplicidade de atores implicados (Professor, Agente de saúde, MST, MAB, etc.) e atender a multiplicidade de sujeitos sociais demandadores das políticas sociais (do desnutrido ao obeso, do jovem ao idoso, ou seja, TODOS, em suas particularidades); b) atuar de forma flexível, em redes, de modo a sair

do foco apenas no governo e Estado, seus poderes e instrumentos, mecanismos; c) reconstruir a relação público/privado sem, no entanto, mercantilizar as demandas sociais no campo da SAN; d) no processo de descentralização do Estado conquistar os municípios, que até o presente momento, apresentam baixa adesão ao SISAN; dentre outras.

O estudo identifica algumas limitações das práticas de planejamento e conseqüentemente dos planos como instrumentos de política pública, especialmente pelas construções individualizadas e fragmentadas da realidade local. Por outro, identifica o necessário diferencial numa construção da política pública de segurança alimentar em sua demanda da intersetorialidade, do envolvimento concreto do conjunto dos atores diretamente relacionados ao tema.

Conclui-se, portanto, com o apontamento de alguns cuidados na construção do diagnóstico e da metodologia na construção/elaboração no conjunto das proposições do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional de Pelotas-RS: (a) partir dos avanços e limites dos diagnósticos e proposições já construídas pelas setoriais (educação, saúde, desenvolvimento rural, dentre outros); (b) realizar um diagnóstico e as proposições de forma efetivamente participativa, aproximando campo e cidade, bairros e grupos sociais; (c) realizar uma efetiva reflexão com a sociedade local sobre os seus problemas socioeconômicos e ambientais e a relação com a SAN, através de atividade reflexivas (reuniões, oficinas, levantamentos, etc.) junto as comunidades, organizações sociais, escolas, igrejas; (d) construir um ambiente favorável a integração intersetorial para potencializar os planos setoriais e favorecer a gestão integrada do plano municipal de SAN.

Referências Bibliográficas

BARATA, Rita Barradas. Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

BRASIL - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Balanço das Ações do plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PLANSAN 2012-2015. Brasília, DF: MDS, Secretaria-Executiva da CAISAN, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Programa Nacional de Alimentação Escolar. 2017
Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae>. Acesso em: 03 mar. 2020

COMSAN/PELOTAS. 1ª Conferência Municipal de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional de Pelotas/RS. Relatório. Pelotas, 2019.

DOWBOR, Ladislau. Corporações e poder político: notas do front. In: **BERRÓN, Gonzalo; GONZÁLEZ Luz. (Org.).** *A Privatização da Democracia - Um catálogo da captura corporativa no Brasil.* Disponível em: http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2016/06/Vigencia_Catalogo_FINAL.pdf. Acessado em dezembro 2018.

FAO, FIDA, UNICEF, PMA y OMS. 2018. *El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo. Fomentando La resiliencia climática en aras de la seguridad alimentaria y la nutrición.* FAO, Roma.
IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017.
Disponível em:< https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pelotas/panorama>. Acesso em 12 fev. 2020

PMP/SDR – PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL. s/data. **Plano Municipal de Desenvolvimento**
Rural 2017-2020. Pelotas.

PMP/SMS – PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. 2018. **Plano Municipal de Saúde 2018-2021**. Pelotas.

PMP/SMED/CME – PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. 2015. **Plano Municipal de Educação 2015-2024**. Pelotas.

ROCHA, Miria Raquiel da. **Limites e desafios do acesso ao alimento agroecológico: a Feira Virtual Bem da Terra como estratégia de comercialização solidária**. 2019. 176f. Dissertação (Mestrado em Política Social e Direitos Humanos) – Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2019. No prelo.

SCHENEIDER, S et al. Estratégias alimentares e de abastecimento: desafios e oportunidades para as cidades e para o meio rural. In: CRUZ, F. T. et al. (Org.) *Produção, consumo e abastecimento de alimentos:* desafios e novas estratégias. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2016. 324 p.

FEIRAS ORGÂNICAS NA CIDADE DE MACEIÓ: a saída para uma alimentação saudável

Wanda Griep Hirai [1]
Sílvia Pereira Silva Bomfim [2]
Verônica Gomes do Nascimento Santos [3]

1. Introdução

O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é conceituado como sendo um direito inalienável, assegurado pela lei 11.346/06 – LOSAN. Direito esse que, mediante uma grande mobilização articulada pelo CONSEA, teve sua inserção no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 e constitui um instrumento de proteção contra a fome. Também engloba os aspectos relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), concernente ao acesso regular e permanente a alimentos, de qualidade e em quantidade suficiente, atendendo às necessidades e respeitando a diversidade e as práticas agrícolas dos povos.

O presente artigo, intitulado "Feiras Orgânicas na Cidade de Maceió: a saída para uma alimentação saudável", tem como objetivo refletir sobre o DHAA e sua ligação com a SAN, como também conhecer a trajetória da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), promotora de uma alimentação saudável. Busca compreender os agravos à saúde e sua relação com as práticas errôneas na alimentação, assim como discorrer sobre o consumo de alimentos transgênicos e o uso excessivo de agrotóxicos na produção de alimentos. Apresenta a agricultura familiar como uma alternativa para o consumo responsável, tendo em vista a crescente busca pelo alimento cultivado em base agroecológica. Ademais, explicita a localização das feiras orgânicas na cidade de Maceió, onde são ofertados alimentos saudáveis, vendidos a preço justo.

Este artigo é composto de três seções, além da introdução e das considerações finais. Na segunda seção abordam-se os desafios para uma alimentação saudável. Já na terceira seção é apresentada a PNSAN e seus desafios ante a produção de alimentos

[1] Wanda Griep Hirai. Professora e Doutora em Serviço Social. Pós-doutoranda no PPG – Sistemas de Produção Agrícola Familiar – SPAF/UFPEL. Faculdade de Serviço Social – FSSO/UFAL. wanda.hirai@gmail.com.
[2] Sílvia Pereira Silva Bomfim. Graduanda em Serviço Social. Faculdade de Serviço Social – FSSO/UFAL. silviapereirabomfim@gmail.com;
[3] Verônica Gomes do Nascimento Santos Graduada em Serviço Social. Faculdade de Serviço Social – FSSO/UFAL. veronicagomes2104@hotmail.com.

transgênicos e o uso intensificado de agrotóxicos. Na quarta seção enfoca-se a agricultura familiar como alternativa para a produção sustentável.

2. Os desafios para uma alimentação saudável

O conceito do Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA abrange a noção de alimentação adequada, assegurada pela lei 11.346/06 – LOSAN. Em seu art. 2º consta que a alimentação adequada é um direito humano e inerente à sua dignidade. Para isso, o Estado deve dispor de políticas e ações visando à promoção e à garantia da Segurança Alimentar e Nutricional – SAN (LOPES FILHO e ANDRADE, 2016).

Nesse sentido, destaca-se o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, que mediante uma grande mobilização, assegurou a inserção do direito humano à alimentação no artigo 6º da Constituição Federal de 1988. Entende-se que o DHAA é um instrumento de proteção contra a fome e tem base na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN para a sua realização.

No art. 3º, a SAN é considerada como a realização do acesso regular e permanente a alimentos, em qualidade e quantidade, atendendo às necessidades e respeitando a diversidade e as práticas agrícolas dos povos. Além do aspecto nutricional, vale salientar que para a obtenção de uma alimentação "adequada" é imprescindível que haja, também, o acesso à água, a alimentos livres de contaminantes ou geneticamente modificados (BRASIL, 2010).

Para a efetivação do DHAA, é necessário que o Estado promova ações voltadas para a educação em saúde e a constante busca por uma alimentação saudável, desde a introdução alimentar até o acesso a produtos em feiras com melhores preços e qualidade (BRASIL, 2010).

A construção da SAN é gerada pela relação permanente com diferentes interesses e aspectos socioeconômicos, culturais e políticos, realizando o debate por todo o mundo e no Brasil (LEÃO, 2013). A partir desses posicionamentos, é possível destacar a intersetorialidade e a descentralização das ações.

Com a evolução do conceito de SAN ao longo dos anos, relacionando a fome ao acesso à terra ou à renda, foi possível identificar que apesar de dispor de grande extensão territorial e condições climáticas propícias à produção, a insegurança alimentar permanece, pois é ligada diretamente à estrutura econômico-social (CASTRO, 2005).

Desse modo, foi realizada no Brasil a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, em 1994, na qual se abordou o tema "Fome: Uma questão nacional", realizando uma reflexão acerca da SAN na sociedade (LOPES FILHO E ANDRADE, 2016).

Diante da crise na produção de alimentos, a Conferência Mundial de Alimentação de 1974 concluiu que para assegurar a SAN é necessária uma política que garanta o armazenamento, a oferta e a produção de alimentos. Não basta apenas produzir, é preciso que exista o acesso regular. O processo da construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN passou por diversos momentos, desde a articulação com atores sociais, com participação da sociedade civil, chegando aos dirigentes dos órgãos públicos, permeando todas as etapas para a efetivação de uma política pública, até a construção do CONSEA. Sua implantação se deu a partir da lei 11.346/2006 – LOSAN, que posteriormente criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, buscando assegurar o DHAA (LEÃO, 2013).

No contexto do DHAA, observam-se muitos agravos à saúde, como os ocasionados pelo consumo de alimentos contaminados, seja por condições impróprias, seja pelo não fornecimento dos nutrientes necessários à manutenção do corpo. A PNSAN no art. 3º do Decreto nº 7.272/2010 estabelece suas diretrizes, as quais orientam o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) (LEÃO, 2013). Sua diretriz de nº 5 trata do "fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de Segurança Alimentar e Nutricional" (LEÃO, 2013, p. 191). Essa diretriz tem como objetivos: "1) Controlar e prevenir os agravos e doenças consequentes da insegurança alimentar e nutricional; 2) Promover o controle e a regulação de alimentos; 3) Estruturar a atenção nutricional na rede de atenção à saúde; 4) Fortalecer a vigilância alimentar e nutricional" (LEÃO, 2013, p. 191).

No Brasil, um dos maiores desafios enfrentados pelo Sistema Único de Saúde – SUS é a nova dinâmica de vida, na qual as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) –, tais como doenças do coração, diabetes, hipertensão, obesidade, câncer e outras relacionadas à alimentação –, alcançam o percentual de 66% nos atendimentos dos serviços de saúde, sendo comprovado pela ciência que as DCNTs estão relacionadas, entre outros determinantes, à má alimentação (BRASIL, 2010).

Isso acontece devido à alta produção e consumo de alimentos processados e industrializados com altos teores de gordura, sal, açúcar e produtos químicos. Além disso, os reflexos de hábitos da vida moderna, como o sedentarismo, a obesidade e outras

doenças incidem fortemente na saúde e na qualidade de vida da população. Essa realidade está presente em todas as faixas etárias, inclusive em famílias de baixa renda.

3. A Política Nacional de Segurança Alimentar diante da produção de alimentos transgênicos e o uso intensificado de agrotóxicos

A constituição da PNSAN tem como objetivo a adoção de princípios norteadores, para que todos tenham acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, visando ao suprimento de suas necessidades nutricionais. Tais princípios têm como base a soberania alimentar, cujo conceito é concebido como o "direito dos povos de decidir sobre o que produzir e consumir", primando pela autonomia e pelas condições de vida e de trabalho dos agricultores familiares e camponeses, bem como favorecendo a produção de alimentos de qualidade, seguros, diversos, ambientalmente sustentáveis e adequados à cultura local. Leva em conta, ainda, a soberania das nações e sua autossuficiência em alimentos para consumo interno, assim como a preservação de sementes tradicionais (crioulas) e a biodiversidade agrícola, de modo a valorizar a cultura e os hábitos alimentares de diversas populações (LEÃO, 2013).

No entanto, os princípios supramencionados estão aquém do que realmente se espera como usual na mesa do consumidor, devido à contaminação, por meio de agrotóxicos utilizados em larga escala nas produções. Além dos agrotóxicos, a cultura dos alimentos transgênicos é cada vez mais intensa, dada a disseminação do uso de plantas geneticamente modificadas (PGMs), que por serem resistentes aos agrotóxicos, acabam por suplantar a alimentação orgânica (MELGAREJO, 2018)

As transnacionais adquirem o direito sobre a propriedade e as sementes, sobrepondo-se aos homens e obstando-lhes o direito básico de escolha alimentar. Os agricultores que optarem pelo uso da semente crioula estarão sujeitos à contaminação do pólen das PGMs e impedidos de exercer com segurança o cultivo de sementes não transgênicas (MELGAREJO, 2018)

É preciso atentar para o fato de que o que está em jogo nessa questão é tão somente a avidez pelo lucro, e não se esse tipo de produção trará prejuízos aos agricultores familiares e à saúde dos consumidores. Tanto é que as mesmas empresas que tratam as plantas geneticamente modificadas com herbicidas são as que produzem e comercializam tais produtos e determinam a produção de toxinas inseticidas em todas as células do vegetal (MELGAREJO, 2018)

O modelo agroexportador instalado no país visa produzir para atender às necessidades dos mercados internacionais, sem levar em consideração a necessidade de alimentos para o consumo da população, com interesse exclusivamente em cultivar produtos que lhes proporcionem lucro, enquanto a agricultura familiar produz para atender ao mercado interno, contribuindo para a garantia de segurança alimentar e nutricional dos brasileiros.

Devido a essa disparidade de interesses, a soberania alimentar tem sido ameaçada em nosso país, uma vez que as regras de produção e destino dos alimentos estão sob o controle do mercado internacional, cujo interesse, como se sabe, está centrado no lucro. Mesmo diante de grande produção de alimentos, é notória a fome e a insegurança alimentar em vários países, a exemplo do Brasil (LEÃO, 2013).

Ao passo que o abastecimento com produtos de consumo interno se reduz, a produção e a exportação de produtos primários (*commodities)* cresceram consideravelmente, gerando gigantescos lucros para os produtores, com o incentivo do Estado (LEÃO, 2013).

Diante disso, importam à soberania alimentar a autonomia e as condições de vida e de trabalho dos agricultores familiares e camponeses, mediante incentivos e apoio para que haja aumento na produção de alimentos de qualidade, seguros, diversos, ambientalmente sustentáveis, adequados à cultura local e que atendam às necessidades nutricionais da população (LEÃO, 2013).

4. Agricultura Familiar como alternativa para a produção sustentável

Sem a alimentação, não seria possível a existência e a perpetuação das gerações. Observa-se uma forte discussão voltada para a consolidação de práticas sustentáveis na produção de alimentos, visando a uma melhor qualidade de vida. Nesse sentido, faz-se necessário o engajamento da sociedade, para que sejam efetivadas políticas públicas de apoio aos agricultores familiares.

O Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar – PRONAF, segundo Bastos (2006), nasceu da luta histórica dos sindicatos rurais, junto aos seus representantes nas esferas estadual e nacional, com o apoio decisivo de instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

A agricultura familiar tem buscado melhorias no cultivo e manejo do solo, sob novas perspectivas de produção, considerando que sistemas produtivos diversificados, que façam uso criterioso dos recursos disponíveis, apoiados por conhecimentos socialmente construídos, podem conduzir à sustentabilidade das comunidades rurais, tornando possível uma agricultura direcionada à oferta de alimentos saudáveis, a favorecer o bem-estar da sociedade (HEBERLÊ et al., 2017).

Dado o crescente apelo por um consumo sustentável, "o movimento ecológico na agricultura expande-se por conta de uma demanda crescente de produtos isentos de agrotóxicos e em razão do número de agricultores que se motivam a produzir de maneira ecológica" (BRANDENBURG, 2017, p. 153). Isso porque o consumo de alimentos orgânicos, aliado a uma prática de consumo responsável, trará benefícios tanto a curto prazo, por uma melhor qualidade de vida, quanto a longo prazo, por contribuir para a conservação da biodiversidade e a preservação do meio ambiente.

Diante da demanda por alimentos orgânicos, as feiras orgânicas ganham destaque no cenário atual como uma saída para a busca de alimentos saudáveis. É possível localizar vários pontos de "Feiras orgânicas em Maceió", nos quais o consumidor pode ter acesso a produtos provenientes da agricultura familiar. No quadro abaixo, adaptado a partir de dados extraídos do *site* Ekonativa.wixsite.com (2018), constam informações sobre as referidas feiras.

Feiras orgânicas e agroecológicas em Maceió

Dia da Semana	**Local da Feira**	**Horário**
Domingo	Praça do Centenário (Farol)	A partir das 7h30
	Rua fechada (Ponta Verde)	Das 8h às 12h (2º domingo de cada mês).
Segunda-feira	Timbaúba Orgânicos – Rua Dep. José Lages, 496 A – Ponta Verde	A partir das 8h
Terça-feira	Palato (Farol) – Rua Comend. Palmeira, 286	A partir das 7h
	Restaurante Ser-Afim (Jatiúca) – Rua Paulina M.ª Mendonça, 141	A partir das 11h30
	Erva Doce & Doce Erva – Rua Eng. Mário de Gusmão, 560B – Ponta Verde	(Não consta horário)
	SEMARH/AL (Jacarecica) – Rodovia AL 101 Norte, km 5	Das 8h às 12h (1ª terça-feira do mês)
Quarta-feira	UFAL (Universidade Federal de Alagoas) – *Campus* A.C. Simões	Das 6h às 11h
Quinta-feira	Palato (Ponta Verde) – Rua Dep. José Lages, 700	A partir das 7h
	Parque Shopping (Cruz das Almas) – Av. Comend. Gustavo Paiva, 5.945	Das 8h às 12h
Sexta-feira	Estacionamento do Mercado de Jaraguá (Jaraguá)	Das 5h às 11h
	Praça Caruaru (Ponta Verde) Seagri (Secretaria de Agricultura)	Das 6h às 10h30
	Praça Caruaru (Ponta Verde) Seagri (Secretaria de Agricultura)	Das 7h às 12h (1ª sexta-feira do mês)
Sábado	Restaurante Ser-Afim (Jatiúca) – Rua Paulina M.ª Mendonça, 141	A partir das 11h30

Fonte: Ekonativa.wixsite.com, 2018

Essas feiras constituem "uma alternativa de acesso a produtos de qualidade que acolhe agricultores decididos a produzirem de maneira sustentável" (INSTITUTO KAIRÓS; CAPINA, 2013, p. 122). De acordo com o Instituto Kairós, Capina (2013), o que o espaço das feiras quer promover é o:

> Diálogo entre produtores e outros atores; sensibilização de consumidores para o exercício do consumo responsável; trocas culturais e solidárias; valorização da cultura alimentar local; informações sobre o cultivo dos alimentos comercializados na feira. (INSTITUTO KAIRÓS; CAPINA, 2013, p. 122).

A troca de saberes nessas feiras é algo relevante, pois além de criar uma relação de confiança entre consumidor e produtor, serve como estímulo para a prática de consumo responsável. Vale ressaltar que, embora as entidades **Palato e Timbaúba Orgânicos** (grifo nosso) constem no quadro das feiras orgânicas, não apresentam as características atinentes às feiras realizadas pelos agricultores familiares, no que diz respeito ao diálogo existente entre produtores e consumidores, e no aspecto relacionado ao preço justo dos produtos.

5. Considerações Finais

Neste trabalho, discutiu-se acerca da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN como promotora de uma alimentação saudável, reconhecida como marco histórico para a sociedade, tendo sua implantação mediante a Lei Orgânica de Segurança Alimentar Nutricional (LOSAN) – Lei nº 11.346/06, com o objetivo de assegurar o Direito Humano à Alimentação Saudável. Entretanto, esse direito tem sido ferido em decorrência da falta de acesso de grande parte da população a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, como também pelo consumo de alimentos ricos em sal e açúcar, ocasionando agravos à saúde por doenças crônicas não transmissíveis.

O estudo também fez uma abordagem sobre os confrontos enfrentados pela PNSAN, ante o uso abusivo de agrotóxicos na produção de alimentos, bem como acerca do cultivo de sementes transgênicas, adotados pelo modelo agroexportador, que consiste na produção em grande escala, visando ao lucro nas exportações para o mercado internacional, ameaçando não só o mercado interno, como também a soberania alimentar.

Ainda com relação à produção de alimentos, é possível constatar que a agricultura familiar, apesar de tantos desafios, tem se destacado como provedora de alimentos diversificados e saudáveis. Através do estudo, foi possível identificar os pontos onde se localizam as feiras orgânicas em Maceió. São espaços que se configuram como um ambiente de troca de saberes e de estímulo ao consumo sustentável.

Tendo em vista o exposto, compreende-se que o aprofundamento deste estudo, no qual o Direito Humano à Alimentação Adequada, como um direito a ser atingido por todos os povos, tem uma dimensão que transpõe os aspectos relacionados à necessidade do alimento em si, propugna a ampliação desse direito a partir de práticas que convergem para a segurança e a soberania alimentares. Estas consistem em práticas sustentáveis de produção que contribuem para a conservação do meio ambiente e da biodiversidade.

6. Referências

BRANDENBURG, Alfio. **Ecologização da agricultura familiar e ruralidade**. In. **Agricultura familiar brasileira**: Desafios e perspectivas de futuro. Organizadores: Guilherme Costa Delgado; Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. 470 p.: 21x28 cm.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Brasília: Diário Oficial; 2006. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm > Acesso em: 11 dez. 2018.

_____. **Ministério da Saúde**. **Dialogando sobre o direito humano à alimentação adequada no contexto do SUS/Ministério da Saúde**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 72 p.: il. – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).

CASTRO, Josué de, 1908-1973. **Geografia da Fome / Josué de Castro**. – 5. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
Feiras orgânicas em Maceió. Disponível em: < https://ekonativa.wixsite.com/ekonativa/feiras-organicas> Acesso em: 18 jul. 2019.

HEBERLÊ, Antônio Luiz O. et al. **Agricultura familiar e pesquisa agropecuária**: contribuições para uma agenda de futuro. In. **Agricultura familiar brasileira**: Desafios e perspectivas de futuro. Organizadores: Guilherme Costa Delgado; Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. 470 p.: 21x28 cm. ISBN: 978-85- 8354-016- 8.

INSTITUTO KAIRÓS; CAPINA **(Org.)**. **Práticas de comercialização:** uma proposta de formação para a economia solidária e a agricultura familiar. São Paulo: Instituto Kairós, 2013. ISBN 978-85-99517-06-2. Disponível em: <https://institutokairos.net/biblioteca/>.

LEÃO, Marília **(org.).** O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. – Brasília: ABRANDH, 2013.

LOPES FILHO, José D.; ANDRADE, Mariana L. O. Definição e Histórico de Segurança Alimentar e Nutricional. In: **Segurança Alimentar e Nutricional.** Org. Cassiano Oliveira da Silva **et al.** 1. ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2016. 264 p.: il.; 25 cm.

MELGAREJO, Leonardo. Lavouras transgênicas: uma discussão sobre a tecnologia, seus mitos e alguns dos impactos documentados. In: **Saúde coletiva, desenvolvimento e (in)sustentabilidades no rural**. Organizadores Marilise Oliveira Mesquita et al. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. 268 p.: il.: 16x23cm.

DESAFIOS DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA ATUAL CONJUNTURA BRASILEIRA

Wanda Griep Hirai[1]
Ana Beatriz Schemberg[2]
Alan Cardoso Marques dos Santos[3]
Thayná da Silva Felix[4]

1. Introdução

Alimentar-se é um direito social previsto no artigo 6º da Constituição de 1988, traduzido pelo Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), o qual conta com mecanismos e conceitos para a promoção ao acesso e realização desse direito. Para tanto, destaca-se o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional como um elemento central para o alcance universal ao DHAA. Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) consiste na realização do direito de todas as pessoas acessarem regularmente, de forma contínua e ininterrupta alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem afetar o acesso a outras necessidades essenciais, fundamenta-se em práticas alimentares que promovam a saúde, respeitem a diversidade cultural, sendo ambientalmente, culturalmente, economicamente e socialmente sustentáveis (BURITY et al., 2010, p. 5).

O Brasil é assistido pela Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), principalmente, para atuar na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, assegurando o Direito Humano à Alimentação Adequada em todo território nacional (BRASIL, 2010).

Dessa forma, compreendendo a relevância da alimentação na promoção da vida humana, bem como na realização dos demais direitos sociais, evidencia-se a importância de tal tema e destaca-se os desafios enfrentados pela mesma na atual conjuntura política e econômica nacional.

Desde o avanço do setor neoliberal no país, o acesso ao DHAA está em ameaça com desmontes e ataques aos mecanismos postos para assegurar cidadãs e cidadãos brasileiros em alimentar-se adequadamente. Tal afirmação pode ser exemplificada com a liberação de uso de agroquímicos, até então proibidos, a extinção de diferentes estruturas

[1]Doutora em Serviço Social. Universidade Federal de Alagoas. E-mail: wanda.hirai@gmail.com
[2]Graduanda em Serviço Social em mobilidade acadêmica nacional. Universidade Federal de Alagoas. E-mail: abschemberg@gmail.com
[3]Graduando em Serviço Social. Universidade Federal de Alagoas.E-mail:alancardosomarques@gmail.com
[4]Graduanda em Serviço Social. Universidade Federal de Alagoas. E-mail: thayfxx@gmail.com

promotoras da segurança Alimentar e nutricional pela Presidência da República e de órgãos integrantes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), a mudança de nomenclatura e gestão do até então Ministério do Desenvolvimento Social (órgão competente à pasta de Segurança Alimentar e Nutricional) para Secretaria Especial do Desenvolvimento Social.

Assim, traremos ao decorrer do presente trabalho uma sucinta exposição acerca da PNSAN. O trabalho será subdividido em'tens, sendo que o ítem 2.1*"Contextualização histórica da Política Nacional de Segurança Alimentar e nutricional"*, explica seus objetivos e sua contribuição para uma efetivação universal do Direito Humano à Alimentação Adequada, consequentemente a erradicação da fome. No ítem 2.2 *"Desafios da PNSAN na atual conjuntura política do Brasil"*, será elucidado os obstáculos postos à PNSAN dada as mudanças na política governamental, desde 2016, as quais afetam a continuidade da mesma.

2. Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Uma conquista social estraçalhada por interesses políticos e econômicos privados

2.1 Contextualização histórica da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

O debate acerca da fome no Brasil foi aprofundado por Josué de Castro em seu livro "Geografia da Fome (1946)" sendo a fome entendida como "a expressão biológica de males sociológicos[5]" . O autor apresenta a problemática da fome, não como um problema natural que acompanha a evolução das sociedades , mas sim um problema social, resultante da má distribuição dos recursos monetários e naturais.(GAMBA, MONTAL, 2009)

A partir da ampliação da discussão sobre a fome no meio acadêmico, em 1993 ocorre a institucionalização do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e posteriormente, a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em 1994, nas quais foram imprescindíveis para construção de uma discussão e uma maior mobilização sobre a SAN no cenário nacional.

[5] CASTRO apud GAMBA; MONTAL, 2009, p. 60.

Em 1995, conforme Rocha (2012, p. 60) devido à "[...]resistências no desenvolvimento de suas ações no âmbito do governo como um todo, por conta da orientação econômica hegemônica que colou em risco as políticas sociais da época, o CONSEA é desativado, OLIVEIRA et al (2016). Entretanto, em 2003 o mecanismo de controle social é reativado no governo de Lula da Silva junto a implementação do Programa Fome Zero que, segundo Oliveira et al (2016) "objetivava, basicamente, o alívio da pobreza, a erradicação da fome e a promoção da inclusão e do desenvolvimento social, por meio de um conjunto de ações estruturais, específicas e locais" (p. 16). Sendo estas ações divididas em quatro eixos: 1) acesso aos alimentos, 2) fortalecimento da agricultura familiar, 3) geração de renda 4) articulação, mobilização e controle social.

O governo do presidente Lula possuía um compromisso central com a problemática da fome. José Graziano (2004), foi coordenador executivo do projeto, assumindo o compromisso de "erradicá-la do cenário nacional por meio de ações integradas que estruturem uma política permanente de segurança alimentar e nutricional." (ROCHA, 2004, p, 41).

Conforme o relatório da FAO (2018), entre 2004 e 2006, com o início das ações do "Fome Zero", o percentual da população em que prevalecia a subalimentação no Brasil era de 4,6%; posteriormente, nos anos de 2015 a 2017, o percentual obteve uma redução mais acentuada, encontrando-se abaixo de 2,5%. Nesse sentido, a implementação do Programa Fome Zero foi fundamental para a construção de mecanismos do Estado que assegura à alimentação, contribuindo na diminuição dos percentuais de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional como também pela institucionalização dessas ações.

Assim, com a finalidade de promover a Segurança Alimentar e Nutricional, institui-se o Decreto nº 7.272/2010, consolidando-a de vez como uma política de Estado no Brasil, também dispondo acerca do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e outras providências (BRASIL, 2010).

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), atrelada a outros programas e políticas públicas, regulamenta as ações do Estado para o alcance à SAN. É por meio da PNSAN que se estabelece os respaldos legais para o respeito, proteção e promoção ao DHAA (BURITY et al., 2010, p.30).

Portanto, dada a compreensão inicial acerca do DHAA, bem como da Segurança Alimentar e Nutricional, enquanto seu mecanismo de acesso, e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, como a ferramenta propulsora para a realização desse objetivo, faz-se necessário discorrer sobre a legislação que institui a PNSAN, da mesma maneira, compreender outros mecanismos acerca da realização do DHAA.

A PNSAN foi elaborada como estratégia de articulação das ações de SAN, envolvendo as políticas públicas de vários setores de governo e as instâncias de participação, acompanhamento e controle, com participação da sociedade. Segundo Maluf (2010), trata-se de um processo gradativo, dado o ineditismo da coordenação interescalar e intersetorial que tem como objetivos: i) melhorar a qualidade dos programas que são induzidos a ultrapassar as fronteiras do diagnóstico setorial dos objetos de sua ação; ii) fortalecer a área da SAN nos diversos setores de governo implicados; iii) identificar carências ou ações faltantes; e iv) explicitar e equacionar visões distintas de programas que guardam interfaces entre si, para os quais têm papel decisivo a participação social. (SILVA, 2014, p. 54).

2.2 Desafios da PNSAN na atual conjuntura política do Brasil

As mudanças nas políticas governamentais acabam dificultando a conservação e continuidade de determinadas ações devido aos planos de governos distintos, com visões e propostas diferentes. Especificamente aos programas de SAN que é o foco do presente artigo.

No Brasil, como relata Azevedo (2016), após 14 anos do Partido dos Trabalhadores (PT) na posse da presidência da república, ocorre em 2016 o impeachment da presidente Dilma Rousseff, ou o que muitas/muitos denominam "golpe". Com a entrada na presidência da república de Michel Temer, do Partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), é apresentado e aprovado o Novo Regime Fiscal (NRF), instituído como Emenda Constitucional nº 95/2016 que congela os gastos públicos por 20 anos. Segundo o autor, o NRF

> congela as despesas primárias (gastos e investimentos, em especial nas áreas sociais) e não toca nas despesas financeiras (juros e amortizações sobre a dívida pública). O poder executivo, ao propor o NRF e obter sua aprovação no

> legislativo, busca a regularização da reação da "mão direita"[6]do Estado contra os avanços (e os futuros atos) da "mão esquerda", constitucionalizando o constrangimento da oferta de bens públicos. (p.237)

Vale frisar, que a atuação dos programas de SAN advém de recursos da assistência social, ou seja, também foram atingidos pelo congelamento das despesas. A tabela abaixo apresenta a distribuição dos recursos federais durante os anos de 2016-2019 destinados à SAN no país.

Tabela 1: Recursos destinados à Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil nos anos de 2016 à 2019.

Área de atuação	Ano	Recurso empenhado
Alimentação e Nutrição	2016	R$563.304.189,70
Alimentação e Nutrição	2017	R$313.433.195,47
Alimentação e Nutrição	2018	R$324.316.291,36
Alimentação e Nutrição	2019	R$292.280.539,04

Portal da Transparência - Controladoria Geral da União (2019)[7]

Conforme Guimarães e Mesquita (2010) explanam, em consonância com a política neoliberal, e sua retirada de recursos destinados à programas sociais, os investimentos de incentivo ä agricultura familiar foram (são) alvo de ataques, sobretudo com a ampliação do agronegócio e sua vasta quantidade de alimentos produzidos com a incorporação de tecnologias produtivas de "base química, sementes híbridas e transgênicas, a devastação da biodiversidade e aliança com o capital transnacional" (p.1).

A intensa liberação de agrotóxicos e transgenia, que beneficia cada vez mais o agronegócio, é alarmante em diversos aspectos, sobretudo para a saúde da/do trabalhador

[6] Azevedo parafraseando Bourdieu (2014; 1998) salienta que o Estado é dotado de duas mãos: a mão esquerda seria representada pelos ministérios, instituições e órgãos sociais de Estado, que são os responsáveis, entre outros, pela educação pública, saúde, habitação, bem-estar social, meio ambiente, agricultura familiar, proteção às populações vulneráveis e à classe trabalhadora, buscando a justiça social sem excludências e rivalidades. Já a mão direita protege os interesses dos dominantes (inclusive dos detentores dos títulos públicos - dívida pública), procurando promover a disciplina econômica, fiscal e orçamentária e as soluções por intermédio do mercado, da desregulamentação e de parcerias público-privadas. (2016, p.238)

[7] PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br> Acesso em: 24 de janeiro de 2020.

rural e das/dos consumidores de tais alimentos (ou seja, todas as pessoas que se alimentam).

A ABRASCO (2012) traz um dossiê intitulado "Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde", documento o qual elenca, por grau de toxicidade os efeitos dos agrotóxicos em ratos submetidos a testes com as substâncias e os efeitos vão desde náuseas, dores de cabeças até aos mais nefastos como cânceres, más-formações congênitas, distúrbios, endócrinos, neurológicos e mentais, sendo que tais sintomas (ou consequências) podem surgir no período de meses, anos ou até décadas após a exposição (p. 59). Em relação aos transgênicos, não há comprovações de seus efeitos na saúde humana, mas testes realizados com ratos demonstram efeitos colaterais na reprodução humana, surgimento de câncer, a destruição no fígado, rins e intoxicações diversas (ANDRIOLI, 2012).

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA (2019) o Brasil aprovou 277 novos registros de agrotóxicos em 2016 e saltou para 474 em 2019, o que desincentiva a produção das e dos pequenos agricultores, que perdem cada vez mais espaço, como aponta Guimarães e Mesquita (2010)

> Sendo assim, camponeses com potencial para serem produtores de alimentos são jogados em favelas e obrigados a vender sua força de trabalho em função do não acesso a terra ou os que permanecem são forçados a ficar à margem do processo produtivo por não se "enquadrarem" na lógica que associa capital/mercado.(p. 11)

.

Ainda nesse contexto de desmontes das políticas vale destacar a Medida Provisória, de 01 de janeiro de 2019, criada pelo governo federal que modificou a administração dos órgãos da Presidência e dos Ministérios. Essa MP revoga o inciso e artigo da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional/LOSAN, de 2006, levando a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/CONSEA, principal órgão de Controle Social voltado à Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Conforme já fora citado anteriormente, o mesmo foi criado em 1993 sob o governo de Itamar Franco e extinto em 1994, pelo caráter transitório e frágil do governo em questão. Retomado em 2003 o CONSEA assumiu firmemente um papel para além de apenas assessoria governamental, impulsionando ações dos governos, principalmente em favor da criação do Projeto de Lei Orgânica para Segurança Alimentar e Nutricional para o Brasil. Vale ainda frisar seu compromisso com a saída do Brasil do Mapa da Fome em 2014.

Nesse sentido, os desafios postos à PNSAN consistem no desmonte de ações que auxiliam e promovem a SAN, enfraquecida pela atual conjuntura, impossibilitando a concretização dos objetivos da política, pois esta não é prioridade do governo.

3. Considerações finais

O Direito Humano à Alimentação Adequada é um direito social conquistado na recente histórica (ainda) democrática do Brasil. Para ser assegurado este direito conta com a Segurança Alimentar e suas normativas próprias, tais como a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Tal política, assim como grande parte dos direitos sociais deixaram de ser prioridades governamentais, desde o governo do ex-presidente Michel Temer, em que pôde-se notar um avanço de práticas neoliberais, e com isso, a ruptura gradativa em determinadas ações estatais. Vale destacar desse processo de retrocessos e descaso com os direitos e saúde humana, uma enorme quantidade de agrotóxicos liberados até o ano de 2019, configurando total negligência do Estado com a saúde humana e com os direitos arduamente conquistados durante as últimas décadas.

Contudo, vale a pena retomarmos que até a conquista desses direitos voltados à política de SAN forma necessárias quase duas décadas para que o DHAA chegasse a efetivação no Brasil. Lamentavelmente, o que se observa é que todos os avanços até aqui obtidos não são prioridade na agenda do governo Bolsonaro. Como resultado já se pode vislumbrar a agravamento nos índices de insegurança alimentar. Cabe porém, ressaltar que no atual contexto de desmontes de políticas em escala crescente, o controle social é uma potente ferramenta a ser utilizada, a exemplo as Conferências de SAN, que mesmo sem apoio governamental, tem sido organizadas pelos Fóruns de SAN e que estão em construção em grande parte do território brasileiro Desse modo, mesmo cercado por grandes dificuldades, o CONSEA ainda que descaracterizado em algumas de suas funções originárias, segue sua luta especialmente nos estados e municípios, visando manter acesa a chama que impulsionou nossos esforços em tirar o Brasil do vergonhoso Mapa da Fome em 2014. Para concluir, urge uma constante vigilância para que não percamos todos os avanços relativos à SAN arduamente conquistados até aqui.

4. Referências

ADRIOLI, A. I. Os efeitos dos transgênicos sobre a saúde. In: ADRIOLI, A. I.; FUNCHS. Transgênicos: As sementes do mal. A silenciosa contaminação de solos e alimentos. São Paulo: Expressão Popular, 2012,

AVELINO, D.; REIS, V. Extinção do CONSEA. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/destaques/161-noticias-destaques-grande/1796-extincao-do-consea>. Acesso em 23 de janeiro de 2019.

AZEVEDO, M. O novo regime fiscal: à retórica da intransigência, o constrangimento da oferta de bens públicos e o comportamento do PNE 2014-2024. Tópicos Educacionais. Recife, v.22, 2016.

BRASIL. Decreto nº 7272, 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 ago. 2010, Seção 1, p.1.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Emenda Constitucional 95/2016, de 15 de Dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF, 2016, DEZ.

BRASIL. Lei nº 11.346, 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências, Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 set. 2006, Seção 1, p.1

BURITY, V.; FRANCESCHINI, T.; VALENTE, F.; RECINE, E.; LEÃO, M.; CARVALHO, M. de F. Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília: ABRANDH, 2010.

Carneiro, F. F.; AUGUSTO, L. G. da S; RIGOTTO, R. M.; FRIEDRICH, K; BÚRIGO, A. C.l (Org.). Dossiê ABRASCO: Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Portal da Transparência. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/> Acesso em: 24 de janeiro de 2020.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Portal da Transparência. Execução por área de de atuação (função). Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/despesas/funcao?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=01%2F01%2F2019&ate=31%2F12%2F2019&funcaoSubfuncao=FN08%2CSB306&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2CmesAno%2Cfuncao%2CsubFuncao%2CvalorEmpenho%2CvalorLiquidacao%2CvalorPagamento%2CvalorRestoPago&ordenarPor=funcao&direcao=asc>. Acesso em 24 de janeiro de 2020.

FAO, FIDA, UNICEF, PMA y OMS. El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo. Fomentando la resiliencia climática en aras de la seguridad alimentaria y la nutrición. FAO: Roma, 2018.

GAMBA, J. MONTAL, Z. Direito humano à alimentação adequada e responsabilidade internacional. Semina: Ciências Sociais e Humanas. Londrina, v. 30, 2009.

GUIMARÃES, R. MESQUITA, H. AGROECOLOGIA X AGRONEGÓCIO: crises e convivências. Espaço em Revista. Goiás, v.12, 2010.

GRANZIANO, J., TAKAGI, M. Fome Zero: Política pública e cidadania. In: ROCHA, M. da. (org). Segurança Alimentar: Um desafio para acabar com a fome no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

MALUF, Renato. Institutional framework and public policies for food security and sovereignty in Brazil. In: International conference on the dynamics of rural transformation in emerging economies. New Delhi, 2010.

MAPA - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Registros concedidos 2015-2019. Dezembro, 2019. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/agrotoxicos/informacoes-tecnicas>Acesso em 24 de janeiro de 2020.

OLIVEIRA, C. da S., SOUZA, D. A de; PASCOAL, G. B.; SOARES; L. P. (org.). Segurança Alimentar e Nutricional. Rio de Janeiro: Rubio, 2016.

ROCHA, B. M. da. Política de Segurança Alimentar e Nutricional e sua inserção ao sistema único de assistência social. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

SILVA, S. A trajetória histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na agenda política nacional: Projetos, descontinuidades e consolidação. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

JAIME, P. Por que Bolsonaro não suportou o Consea. Outras Mídias: São Paulo, 08 de jan, de 2019. Disponível em <https://outraspalavras.net/outrasmidias/por-que-bolsonaro-nao-suportou-o-consea/> Acesso em: 26 de jan, de 2020.

ACREDITAÇÃO AGROECOLÓGICA DA REDE BEM DA TERRA: uma proposta contra-hegemônica

William Borges Aldrighi[1]
Aline Mendonça dos Santos[2]

1. Introdução

A certificação orgânica, no Brasil, é realizada através de três mecanismos distintos e tem a finalidade de assegurar que determinado produto, processo ou serviço obedece às normas e práticas de produção orgânica. Em 2003 foi criada a lei 10.831 que dá providências sobre a produção orgânica e que serviu de base para posteriormente serem criadas diversas instruções normativas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a fim de orientar a certificação de diferentes produtos, processos e serviços.

Na região sul do Rio Grande do Sul, a Rede de Comércio Justo e Solidário Bem da Terra (BDT) vem desenvolvendo um mecanismo autônomo e interno de acreditação agroecológica. Esse processo, assim como a certificação orgânica pelo Sistema Participativo de Garantia, reúne consumidores, produtores e entidades de apoio à rede BDT através de uma comissão, e encontra-se em fase final da definição da metodologia de acreditação que será utilizada a partir dos indicadores que foram definidos.

Para dar conta desta reflexão, este trabalho foi realizado a partir de uma revisão bibliográfica da matriz agroecológica, da certificação orgânica no Brasil e as suas relações com o contexto da revolução verde e a modernização da agricultura. Foi realizada uma pesquisa documental sobre o processo de certificação orgânica brasileiro e, empiricamente, realizou-se um processo de observação participante no decorrer dos encontros da comissão de acreditação da rede Bem da Terra no período de abril de 2018 a dezembro de 2019 (GIL, 2008). Neste período se dá o processo de legitimação da construção do sistema de acreditação.

Esta proposta de avaliar a produção supera os requisitos pragmáticos da certificação orgânica, atravessando as bases da matriz agroecológica, envolvendo

[1] Mestrando em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: williamirma@gmail.com
[2] Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010). Professora no Programa de Pós Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas. E-mail: aline.santos@ucpel.edu.br

dimensões e estabelecendo critérios complexos e ao mesmo tempo factíveis para esse contexto. A acreditação agroecológica da Rede Bem da Terra apresenta grande potencial para contribuir não só com o avanço na produção de base ecológica, mas, sobretudo com o desenvolvimento humano daqueles agricultores vinculados ao processo.

O presente trabalho tem por objetivo realizar uma análise entre a proposta contra hegemônica de acreditação agroecológica da Rede Bem da Terra ao processo de certificação orgânica Brasileiro, identificando os pontos convergentes, mas fundamentalmente aqueles que levaram a Rede a não optar por uma das modalidades de certificação orgânica registrados no MAPA. O trabalho está dividido em cinco partes. Esta primeira introdutória. Em seguida, trazemos a abordagem da importação tecnológica inadequada e a contribuição da agroecologia na quebra do paradigma da certificação. Na terceira seção trazemos notas preliminares do processo de acreditação agroecológica da rede BDT. Em seguida as considerações finais acerca da análise proposta. Na quinta e última seção, as referências.

2. A agroecologia como estratégia contra hegemônica

A produção agrícola mundial vem superando patamares cada vez maiores a cada década que passa. Os fenômenos do século passado como a revolução verde, a modernização da agricultura e o protagonismo da biotecnologia através da transgenia, permitiram grandes avanços no que diz respeito aos aspectos produtivos, aos índices de produtividade e a tecnologia de alimentos. Todavia, todo esse avanço trouxe uma série de desafios que se relacionam diretamente com os impactos socioambientais gerados a partir desses fenômenos.

Segundo Graziano Neto (1986), alguns problemas são perceptíveis no período onde a expansão da agricultura no Brasil e especialmente no cerrado brasileiro está a todo vapor. Neste mesmo período, o financiamento de máquinas para o agronegócio brasileiro alcança as melhores taxas da história com o incentivo a industrialização e a inadequação tecnológica é o primeiro ponto bem trazido por Graziano.

No processo de importação tecnológica que acontece no período da modernização da agricultura no Brasil, junto com o pacote, vem um produto obrigatoriamente adaptado às condições tropicais brasileiras, mas que na sua origem, foram desenvolvidos para os climas temperados da Europa e dos Estados Unidos. Além disso, surgiram problemas de ordem ecológica neste processo, como a destruição dos solos e o descontrole de pragas e

doenças pelos manejos equivocados trazidos também com estes pacotes, com a utilização de máquinas pesadas e inadequadas aos solos do Brasil (GRAZIANO NETO, 1986).

O avanço das áreas exploradas pela agricultura produtora de *commodities* foi ao longo do tempo contribuindo com a expulsão de pequenos núcleos familiares que se assentavam nas áreas agrícolas espalhadas pelo Brasil, e consequentemente com a aglomeração de pessoas nas cidades, promovendo cenários de miséria, aumentando os índices de desigualdade social e violência nos grandes centros urbanos. O êxodo rural iniciou na década de 1960 e perdurou até 1990 e foi um dos graves efeitos sociais rebote da revolução verde seguida da modernização da agricultura vividos no Brasil, para dar conta dos processos de industrialização vividos nos países subdesenvolvidos (FAVARETO, 2006).

Paralelamente a este processo, a gravidade da crise ambiental que vivemos atualmente vinha sendo palco de discussões onde claramente se expunha a conexão da expansão da utilização dos recursos naturais e o papel da agricultura neste contexto, com a emergência da crise socioambiental que se experimentava. Inevitavelmente frentes de discussões foram surgindo, outras ganhando força, a fim de dar conta desta problemática que suscitam especialmente nessas décadas.

A conferência de Estocolmo em 1972 foi um marco importante onde se reúne pela primeira vez o maior número de chefes de estado para discutir os impactos ambientais gerados pelo homem e os meios possíveis para estabelecer o desenvolvimento das nações de modo a impactar minimamente o meio ambiente. Passados 20 anos, acontece a conferência Rio-20 onde a ideia de estabelecer um desenvolvimento sustentável é o produto maior do amadurecimento das discussões sobre a necessidade de se estancar a degradação dos recursos naturais. A estaca desta temática se afinca de modo a perdurar enquanto não houver mudanças significativas na relação entre homem e ambiente de modo que os desastres ambientais servirão como maiores indicadores de transformação neste processo.

A agricultura orgânica é um dos casos que começam a tomar maior dimensão e notoriedade, embora desde sempre praticada, como um dos possíveis meios de enfrentar a problemática socioambiental. A criação da Lei dos orgânicos em 2003 é um importante avanço a nível de política pública, haja vista que ela estabelece uma série de diretrizes que são fundamentais para o avanço de uma produção mais limpa, além de dar garantias para o consumidor final através de uma certificação que é registrada produz um selo no caso de duas das três modalidades.

A agroecologia, compreendida como uma ciência, prática e movimento, que é capaz de considerar elementos dos diferentes campos da ciência, envolve múltiplas dimensões e disciplinas que se integram e permitem uma visão holística sobre a produção animal e vegetal e as suas interfaces com o homem e o ambiente. Ela se apresenta como uma ferramenta em resposta a necessidade de atingir a sustentabilidade e é compreendida como um processo mais avançado de produção. Portanto ela surge como um elemento que pressupõe a construção dos processos que envolvem as dimensões básicas da relação homem-sociedade-natureza (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006).

Segundo Long (1992) as pessoas, como sujeitos sociais, são receptoras de informações, mas também promotoras de ações estratégicas nas suas relações sociais, se caracterizando, assim, como atores sociais. Estes atores sociais não tratam de um sinônimo de indivíduo, mas sim frutos de uma construção baseada no convívio social, que sofrem e exercem influência a partir de um conjunto de estímulos que podem estar relacionados com questões culturais, cognitivas, científicas, religiosas, regionais, entre tantas outras.

A abordagem metodológica da Perspectiva orientada Pelo Ator possui uma premissa construtivista, contrariando o olhar sociológico hegemônico, ou seja, estruturalista, institucionalizado e político de perceber a organização social e o desenvolvimento, os quais sugerem que as mudanças sociais são orquestradas por projetos externos e que vem de cima (LONG, 2001).

Essa abordagem se alinha tanto com as premissas da agroecologia quanto da economia solidária, que possuem uma visão holística do ambiente, com vista para o desenvolvimento construído a partir dos atores que compõem os processos nos quais se inserem. Essa afirmação se sustenta na medida em que observamos um dos parágrafos escritos no documento de apresentação da última plenária nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que diz o seguinte:

> Nossa intenção é aprofundar o debate acerca da economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial, sustentável, diverso e solidário, como opção de organização popular e luta emancipada das/os trabalhadoras/es associadas/os. A economia solidária é, assim, uma proposta transversal e articulada com diversos temas, sujeitos e iniciativas para a transformação do modelo capitalista (FBES, 2012, p. 4).

No Brasil, a Economia Solidária se articula a partir de várias frentes, mas tem no FBES o seu maior espaço de representação e deliberação política para buscar recursos e investimentos através de políticas públicas para o movimento brasileiro de economia solidária.

3. Acreditação agroecológica da Rede Bem da Terra: notas preliminares de contribuição ao debate

A agroecologia normalmente é discutida a partir da influência de pesquisadores e referências cujas suas experiências se desenvolveram predominantemente em contextos adversos aos encontrados aqui no Brasil. Dentre os principais podemos citar Miguel Altieri e Stephen Gliessman, pesquisadores e professores nos Estados Unidos; A dupla Brasileira de referência na agroecologia Caporal e Costabeber, se formou na Espanha, quando ambos se doutoram em 1998, entre outros. A Austríaca, naturalizada e maior referência Brasileira no campo da agroecologia com o desenvolvimento de experiências, Ana primavesi, é a maior exceção dentre este corpo de maior influência.

Assim como a consideração de Graziano Neto (1986) acerca da modernização da agricultura e a infeliz importação de parte do pacote tecnológico que culminou na degradação dos recursos naturais pela má adequação às características edafoclimáticas do Brasil, algumas propostas de intervenção desenvolvidas ao redor do mundo para a recuperação de agroecossistemas no campo da agroecologia não se adaptam necessariamente a qualquer lugar.

No mesmo sentido, é possível estabelecer algumas comparações com a certificação orgânica brasileira e a importação tecnológica da modernização da agricultura no que diz respeito às possibilidades de inadequabilidade da aplicação e exclusão desta certificação, mesmo em uma das suas três modalidades.

A certificação por auditoria é feita por uma certificadora, que pode ser pública ou privada, obrigatoriamente credenciada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O Sistema Participativo de Garantia (SPG) consiste na certificação através de um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), onde diversos atores como produtores, consumidores, técnicos e interessados atuam de modo a garantirem a certificação a partir de ações coletivas. Por fim, o Controle Social na venda direta, realizada por um Organismo de Controle Social (OCS), é o único

tipo de certificação que não se tem a obrigatoriedade do selo do Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SisOrg), pois trata da venda direta ao consumidor.

O Brasil é um país continental e com múltiplas realidades no âmbito rural. Ainda que haja três possibilidades de realizar a certificação orgânica, elas possuem limites estabelecidos pela lei 10.831 e por vezes capazes de deixar de fora famílias em vulnerabilidade social e que possuem acesso limitado a articulações e organizações que realizam este processo. O projeto "Análise dos grupos rurais de economia solidária formados por agricultores familiares em situação de fragilidade social, e em transição agroecológica, focada na viabilização do fornecimento de alimentos saudáveis em circuitos curtos de comercialização" escrito e em execução pelo Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária (TECSOL), tem como público alvo os agricultores da associação de produtores da Rede Bem da Terra.

Diante das particularidades da rede e de estudos preliminares sobre os limites e possibilidades para a realização da certificação orgânica, discussões foram emergindo nos encontros das associações que compõem a rede BDT no sentido de criar um mecanismo de certificação interno que desse conta de acreditar os processos produtivos de modo a considerar todas as particularidades encontradas, inclusive a questão da vulnerabilidade social. Para tal mecanismo de certificação intitulou de Acreditação, na perspectiva de dar crédito, ou seja, acreditar determinado processo, produto ou serviço.

A Acreditação Agroecológica da Rede Bem da Terra é o resultado de um trabalho coletivo que vem sendo desenvolvido por um conjunto de atores da região Sul do Rio Grande do Sul. A comissão, como é chamada, desde o início foi articulada por membros da Rede Bem da Terra; pelas incubadoras de Economia Solidária das Universidades Católica e Federal de Pelotas, O NESIC - Núcleo de Economia Solidária e Incubadora de Cooperativas, e o TECSOL; pela Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária (INEESOL) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), campus São Lourenço do Sul; e pelo Centro de Apoio à Agricultura de Base Ecológica (CEAABE).

Segundo Aldrighi e Fernandes (2019), a Acreditação da Rede Bem da Terra é fruto de demandas que surgem de ambas as associações da rede. De um lado a acreditação agroecológica para atender questões relacionadas à segurança e confiança passada aos consumidores através de um sistema de garantia do produto comercializado, ou seja, que garanta que aquele produto é agroecológico; por outro lado, a acreditação solidária que trata da produção que atenda aos critérios da produção associada, garantindo que o empreendimento é um empreendimento de economia solidária.

A comissão de acreditação iniciou o seu trabalho no ano de 2018 onde reuniu uma equipe mista, com membros das associações de produtores e de consumidores, das incubadoras e das entidades parceiras. Ao longo do primeiro ano até 2019, esta equipe foi orquestrando como se daria o processo de acreditação. A primeira decisão tomada foi de fazer as duas coisas separadas, ou seja, o processo de certificação relacionada à economia solidária precisaria ser desvinculado da certificação relacionada à produção agroecológica.

Este trabalho se funda nas premissas da abordagem teórica de Long (2001) e envolve os atores que orbitam em torno da rede Bem da terra. Um processo que se estruturou desde o início a partir da democracia, da razoabilidade das propostas, prazos, possibilidades e fins que se pretendia chegar, levando em conta a fragilidade de ambas as partes envolvidas. Portanto, diferentemente de um processo de certificação orgânica, a acreditação da rede Bem da Terra vem trabalhando com o diálogo em primeiro lugar, adequando o restante as condições que por ora se podem ser atendidas.

A acreditação agroecológica tem uma importante missão no momento em que iniciar as suas atividades. Autores como Altieri (1998) e Gliessman (2000), entre outros, realizam análises do processo de transição agroecológica através do que chamam de níveis de transição. A transição é um processo temporal e de mudanças práticas no que diz respeito aos sistemas de produção agrícola convencional para sistemas de produção de base ecológica.

Portanto, a acreditação terá um papel crucial no andamento da transição agroecológica das propriedades familiares envolvidas neste processo e servirá como uma baliza para orientar todo o trabalho técnico de acompanhamento dos projetos de extensão desenvolvidos tanto pelas universidades quanto pelas empresas públicas responsáveis na região por este serviço.

4. Considerações finais

A rede BDT vem desenvolvendo um processo de acreditação que supera os requisitos pragmáticos da certificação orgânica, atravessando as bases da matriz agroecológica, envolvendo dimensões e estabelecendo critérios complexos e ao mesmo tempo factíveis para esse contexto.

A acreditação agroecológica da Rede Bem da Terra apresenta grande potencial para contribuir com o desenvolvimento socioambiental do contexto local, assim como

serve de exemplo para outras experiências que vem acontecendo na região, mas também noutros lugares onde haja engajamento de consumidores e produtores em canais curtos de comercialização.

Para além dos benefícios diretos no processo de confiança entre produtor e consumidor, o sistema de acreditação da rede BDT promove a emancipação dos sujeitos através da participação dos mesmos na construção das ferramentas, nos debates e processos dialógicos, diferentemente de um viés ordeiro, onde as pessoas entram, ouvem e se adequam a determinada circunstância sem ter tido a oportunidade de discutir as devidas necessidades de cada um.

5. Referências

ALDRIGHI, William Borges; FERNANDES, Lúcio André de Oliveira. REDE BEM DA TERRA: IDENTIFICANDO INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE NA PERSPECTIVA AGROECOLÓGICA. *Expressa Extensão*, [s.l.], v. 24, n. 3, p.30-45, 30 ago. 2019. Universidade Federal de Pelotas. http://dx.doi.org/10.15210/ee.v124i3.16264.

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia:* a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. *Agroecologia*: matriz disciplinar ou novo paradigma para o Desenvolvimento Rural sustentável. Brasília, 2006.Disponívelem:<http://biblioteca.emater.tche.br:8080/pergamumweb/vinculos/000005/000005f5.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.

FAVARETO, Arilson da Silva. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão - do agrário ao territorial*. 2006. 36 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Rumo à V Plenária Nacional de Economia Solidária. *Economia solidária:* bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável. 2012. Disponível em: http://fbes.org.br/acervo. Acesso em: 15 mar. 2020.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. Ed. São Paulo: Atlas S. A., 2008.

GLIESSMAN, Stephen R.. *Agroecologia:* processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GRAZIANO NETO, Francisco. *Questão Agrária e Ecologia*: crítica da agricultura moderna. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 154 p.

LONG, N. *Development Sociology*: Actor Perspectives. London: Routledge, 2001.

LONG, N.; LONG, A. *Battlefields of Knowledge:* the interlocking of theory and practice in social research and development. London: Routledge, 1992.

AS MÚLTIPLAS MARGENS DA CIDADE

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO POPULAR

Renan Costa Valle Scarano[1]
Pablo Rodrigo de Andrade Barbosa[2]

1. Introdução

O processo de transformação da sociedade brasileira, de rural à urbana, produziu-se de forma predatória e desigual. Autoras como Maricato (2003) apontam que a realidade urbana brasileira revela problemas de ordem territorial, social e ambiental que são agravadas pela grande desigualdade socioeconômica presente nas cidades. Assim, as periferias, tanto das regiões metropolitanas quanto das grandes cidades, refletem a precariedade e vulnerabilidade que a vida urbana oferece para alguns. Isso é expresso na inconsistência da prestação de serviços, como a falta de acesso ao saneamento básico, de ocupações em áreas de encostas, de mananciais e de habitações inadequadas, falta de segurança, etc. O Brasil tem registrado políticas públicas de habitação de largo alcance e de cunho centralizador, destacam-se o Banco Nacional de Habitação (BNH) de 1965 a 1980, e o Minha Casa, minha vida, de 2008 a 2015.

O objetivo deste texto é discutir as políticas habitacionais do início dos anos 1990 realizadas nos municípios de Porto Alegre e São Paulo. Defende-se que tais políticas públicas eram construídas de maneira descentralizada e democrática, privilegiando a participação popular. Num primeiro momento dá-se destaque a alguns fatos sobre o processo histórico urbano no Brasil e num segundo momento apresenta-se os casos de Porto Alegre e São Paulo, que no início da década de 1990 buscavam a produção de políticas habitacionais congregando a participação popular no processo democrático.

2. A produção do espaço urbano no Brasil: aspectos históricos

O Estado brasileiro passou a investir em infraestrutura urbana e regional para dar apoio ao processo industrial que se iniciou nos anos 1940 e 1950. Nesse viés, a cidade

[1] Doutorando do PPG Política Social da Universidade Católica de Pelotas (2018 -) e membro do grupo de estudos e pesquisa Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Observatório dos conflitos da Cidade. Email: renancostavalle@gmail.com
[2] Graduando do curso de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas e membro do grupo de estudos e pesquisa Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Observatório dos conflitos da Cidade. Email: rodrigobarbo144@gmail.com

surgia como um campo de oportunidades para a população. Nesse período passou a prevalecer a lógica da industrialização e tais mudanças engendraram a regulamentação do trabalho urbano, o que reforçou o movimento migratório campo-cidade. No entanto, Santos (1993, p.27) adverte que o termo industrialização, utilizado aqui, não deve ser tomado em seu sentido estrito "como criação de atividades industriais nos lugares", mas, em sua ampla significação, como o processo social complexo.

O processo da industrialização no Brasil foi crucial na visão de Santos (1993) para que se agravasse as condições de vida das populações na cidade. Entre as décadas de 1960 e 1980, ocorreu no Brasil um acréscimo em mais de 20% na população que passou a habitar os centros urbanos, aproximadamente 50 milhões de pessoas, o que provocou o agravamento da questão urbana (MARICATO, 2003). Com o crescimento urbano há uma sobrecarga na necessidade de infraestrutura e equipamentos, afetando o funcionamento da cidade como um todo e comprometendo a qualidade de vida da população. A fim de suprir o *déficit* habitacional, no ano de 1964 foi aprovada a Lei nº. 4.380, que instituía a correção monetária de Interesse Social, o Sistema Financeiro para aquisição da Casa Própria, o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (RIBEIRO, 2013).

O objetivo da política de habitação social via BNH visava o financiamento da casa própria para populações de baixa renda, no entanto, tal política "foi sendo apropriada pelas classes de maior poder aquisitivo, levando ao agravamento da questão social" (RIBEIRO, 2013, p. 3). Nos anos de ditadura civil-militar, mais exatamente entre os anos 1970-1980, "o crescimento numérico da população urbana já era maior que o da população total" (SANTOS, 1993, p.30). Nessa época, o problema da moradia foi encarado através do conceito de *déficit* habitacional. No entanto, de acordo com o relatório anual do BNH, no ano de 1971, "os recursos utilizados pelo Sistema Financeiro da Habitação só foram suficientes para atender a 24 por cento da demanda populacional (urbana)" (BOLAFFI, 1982, p.53). Ou seja, seis anos após a criação do BNH, sua contribuição para acabar ou diminuir com o *déficit* habitacional, foi insuficiente, pois sua atuação acabou aumentando o *deficit* em 76%. (BOLAFFI, 1982).

Em 2009 criou-se o "Minha casa, minha vida", programa habitacional, transformado em política única de habitação social. Assim, os programas municipais e as políticas locais voltadas para as cidades desaparecem e o Minha casa, minha vida passa a vigorar em todo território nacional como a política habitacional. Na visão de Rolnik (2015), o Minha casa, minha vida, foi "desenhado para incentivar empresas privadas a se

comprometerem com a produção de habitação para moradores de baixa renda" (ROLNIK, 2015, p.309), mas, não foi o que aconteceu conforme analisa a autora. No entanto, o *déficit* habitacional quantitativo (demanda por residências próprias ou alugadas) não sofreu alterações significativas. Em 2009, o *déficit* alcançava 6 milhões de moradias e passou para 6,1 milhões em 2014, ou seja, aumento de 1,6% (BOHM, 2018). Já em 2014 e 2015, de acordo com a Fundação João Pinheiro, o *déficit* habitacional do país havia aumentado em 20 dos 27 estados da federação (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018).

Em 2009 quando se põe em prática o programa Minha casa, minha vida, cabe destacar que apenas 1,5% foi destinado ao Programa Minha Casa minha vida entidades. Enquanto isso, 98,5% dos recursos federais foram destinados para o modelo tradicional do Minha casa, minha vida.

> O Programa Minha Casa Minha Vida Tradicional era intermediado pelas grandes incorporadoras imobiliárias, ao passo que o Minha Casa Minha Vida Entidades tratava os recursos do Governo Federal, diretamente sob a forma de cooperativas, associações de moradores, entre outras (DILIGENTI; FERNANDES; CAMPOS, 2017, p.21).

Como forma de abordar a questão do direito à moradia apresenta-se dois casos em diferentes regiões do país; Porto Alegre e São Paulo. Com isso, sabendo que o contexto dos processos de criação de políticas habitacionais era marcado por um fortalecimento da democracia. Deste modo, ressalta-se a importância dos agentes locais envolvidos na construção, decisão e acesso à política de habitação.

3. Porto Alegre e São Paulo: duas experiências de políticas públicas de habitação municipal através da participação popular

Os casos de Porto Alegre e de São Paulo, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 demonstram que é possível construir uma política habitacional em que haja participação popular em diversas esferas do processo de produção de uma política pública. A discussão sobre a habitação envolve diversos tipos de conhecimentos e competências. Nesse jogo, há um envolvimento dos órgãos públicos, dos interesses do mercado, do conhecimento oferecido por técnicos, mas, e a população?

No caso de Porto Alegre, abordado por Diligenti, Fernandes e Campos (2017), desde o ano de 1955 com a criação do Departamento Municipal da Casa Popular (DMCP) o poder público atuou na construção e na desapropriação de grandes extensões de terra

para a habitação popular. Durante a época do governo civil-militar houve uma reestruturação por meio da lei 2.092 de 1965, em que o DMCP foi transformado no Departamento Municipal de Habitação Social (DMHAB). O DEMHAB iniciou suas atividades, em 1970, com investimentos federais oriundos do BNH até 1986 quando este órgão deixou de existir. Entre os programas do governo federal que os autores citam, destacam-se: o PRO-GENTE, em 1975, PLANHAP (Plano Nacional de Habitação Popular), em 1976, PROLIFURB (Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados), em 1979, FICAM (Programa de Construção, Conclusão, Ampliação e Melhoria da Habitação de Interesse Social), em 1979 e o PROMORAR (Programa de Erradicação de Submoradias), em 1980 (DILIGENTI; FERNANDES; CAMPO, 2017).

Uma vez acabado o programa federal, observou-se que a meta de atender as camadas pobres da população não havia sido atingida.

> Verificou-se que aproximadamente 70% dos contratos firmados sob esse instrumento financeiro eram voltados para as classes média e média alta, o Governo Federal não propôs nenhum programa substituto no sentido de atender à demanda de Habitação de Interesse Social (DILIGENTI; FERNANDES; CAMPO, 2017, p.7).

No entanto, em Porto Alegre, com a institucionalização do Orçamento Participativo, em 1989, as questões relacionadas à habitação passaram a fazer parte da agenda municipal. Nesse sentido, a lógica da democracia representativa, onde, as decisões, que impactam na vida da população, ocorre na dinâmica da representatividade, passou a ser subvertida.

> Ao trazer para a esfera decisória a possibilidade deliberativa direta das comunidades na escolha dos investimentos públicos da cidade, representou um marco no sentido de intensificar a participação popular em todas as esferas de decisões e particularmente no caso habitacional, nas possibilidades de onde e como morar (FEDOZZI, 1997 apud DILIGENTI; FERNANDES; CAMPO, 2017, p.7).

Cabe salientar também que, este período, é marcado pela falta de programas do governo federal para tratar o tema da questão habitacional. Em contrapartida, através do DEMHAB houve a criação de novos programas e projetos na cidade e, tais programas, eram financiados pelo Fundo Municipal de Habitação e direcionados pela participação popular. Entre os projetos realizados de maneira democrática participativa destacam-se o Programa de incentivo às cooperativas habitacionais de 1990, o Orçamento Participativo onde havia um vínculo e uma participação popular.

A partir dos anos 2000 houve um redirecionamento nas políticas de habitação no município de Porto Alegre. No ano de 2002 foram firmadas novas parcerias entre a prefeitura e novos órgãos como HBB-BID (Programa Habitar Brasil/BID – Programa de Habitação no Brasil com fundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Governo Federal, através do Ministério das Cidades) e o FONPLATA (*Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata*). E no ano de 2007,

> por exigência do Governo Federal e para que o município de Porto Alegre continuasse recebendo repasses para Habitação de Interesse Social (PMHIS, 2007), o DEMHAB como autarquia responsável pelo tema da Habitação Social foi encarregado da criação do PMHIS– Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (DILIGENTI; FERNANDES; CAMPO, 2017, p.11).

Assim, foram colocados dois modos de gerir os problemas relacionados à habitação. De forma democrática, a exemplo do COMATHAB (Conselho Municipal de Acesso a Terra e Habitação), que pelo tensionamento de movimentos sociais criou-se uma lei, em 1995 com potencial de modificar a forma como a habitação é produzida a cidade, ou seja, através dos conselhos e iniciativas de lei esperava-se romper com o processo de desigualdade; e a maneira centralizadora, representada pelo Minha casa, minha vida, onde prevalece o modelo neoliberal em que o mercado dita as regras e a forma, o onde e como as pessoas vão morar na cidade.

Sobre o caso de São Paulo, Amaral (2002 apud MARICATO, 1995), apresenta alguns dados sobre a cidade, no final da década de 1980, no que toca os aspectos de moradias precárias. Ou seja, o que aparecia a moradias ilegais, favelas, casas em situações de risco ambiental? Nesse sentido, de acordo com Amaral (2002), a cidade de São Paulo

> apresentava 40% de sua população morando ilegalmente. Dentre 1.560 núcleos de favelas em 1987, 49,3% tinham parte de sua área localizada à beira de córregos; 32,2% estavam sujeitos a enchentes; 29,3% situavam-se em terrenos com fortes declives; 24,2% erguiam-se sobre terrenos apresentando erosão acentuada; e 0,9% encontravam-se em áreas de depósito de lixo ou de aterros sanitários (MARICATO, 1995, apud AMARAL, 2002, p.17).

Já a Secretaria da Habitação/Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (Sehab/IPT), em seu levantamento na época, obteve como resultado o fato de cerca de 12 mil famílias habitarem em áreas sujeitas a desmoronamentos. A falta de cadastro dos loteamentos irregulares também demonstrava o agravamento do problema da precariedade e da vulnerabilidade da questão da moradia (AMARAL, 2002).

Em 1989, quando iniciou o mandato de um novo governo municipal em São Paulo, alguns princípios foram estabelecidos para tratar da política de habitação e enfrentar os impasses que se apresentavam. Alguns deles:

> direito à terra; direito à arquitetura; direito à cidadania; participação da população na formulação dos programas e execução dos projetos; diversificação das intervenções, reconhecimento da cidade real; redução de custos, sem perda da qualidade; estímulo à autogestão e respeito ao meio ambiente. (AMARAL, 2002, p.19)

Cabe destaque, entre os princípios apresentados, o item participação da população, na formulação dos programas e execução dos projetos. Como se tratava do primeiro governo após um regime ditatorial vigente no país, haviam grandes desafios, sobretudo à democratização das esferas sociais.

O Fundo de Atendimento à População Moradora de Habitação Subnormal (FUNAPS), foi criado pela lei nº 8.906, sancionada em 1979, portanto, durante o regime ditatorial. Tratava-se de um fundo destinado para melhoria das condições de vida da população de baixa renda. No início do governo municipal, afirma Amaral (2002, 19), "a Superintendência de Habitação serviu como instrumento da prefeitura na concepção e execução da política de habitação social, sendo responsável pela administração do FUNAPS".

No caso do município de São Paulo, Maricato (2011) relata que o crescimento da cidade informal exigiu uma presença do Estado de modo que a questão da habitação social fosse atendida. Maricato (2011, p.20) aponta que a mudança na estrutura da Sehab (Secretaria de Habitação) "enfrentou muita resistência, mas teve nos movimentos de moradia uma forte alavanca impulsionadora". A mesma autora relata que, durante os dois primeiros anos de governo, "semanal ou mensalmente havia uma ocupação da Sehab, por parte de algum dos movimentos paulistanos, exigindo maior velocidade nas ações" (MARICATO, 2011, p.21).

Inverter as prioridades, era a palavra de ordem dos movimentos populares, que de acordo com Maricato (2011), significava transformar o orçamento e os procedimentos, ou seja, tornar a máquina do Estado realmente em instituição pública.

Entre as prioridades dadas pelo governo constavam o de direcionar recursos municipais para habitação de interesse social, "uma vez que os recursos federais e estaduais existentes estavam politicamente inacessíveis para a Prefeitura do Município de São Paulo" (AMARAL, 2002, p.20). Nessa perspectiva, em 1992, pelo Decreto de

Habitação de Interesse Social – HIS, as discussões sobre a produção de habitações de interesse social foram normatizadas. Entre as medidas tomadas para enfrentar a questão da moradia e produzir políticas de habitação de interesse social foi a criação do Funaps Comunitário. Através do Funaps comunitário, buscou-se estimular a autogestão nos empreendimentos financiados pelo município. Desse modo, eram propostas ações em parceria entre associações de mutirantes, organizações não-governamentais que prestavam assessoria técnica, ONGs e administração pública. (AMARAL, 2002).

O ponto marcante e o resultado dessa maneira de se fazer política foi o fortalecimento de novas lideranças da sociedade civil e as experiências de organização e gestão popular. Amaral (2002) ressalta que a relação entre poder público e movimentos populares foi implementada no cotidiano e tal relação foi determinante para que acontecesse a intervenção em diversos âmbitos da política habitacional, tais como: na indicação de terrenos, na discussão de projetos, guarda das áreas desapropriadas, gestão do empreendimento, organização da população para possibilitar a urbanização de favelas, ente outros.

Assim, percebe-se como que a política de habitação é produzida de maneira em que há participação direta da população, sobretudo, das pessoas que vivem o problema no dia a dia. O movimento percebido por este processo realizado em São Paulo foi do envolvimento no cotidiano das ruas até a criação do Conselho Municipal de Habitação Popular. Ou seja, criou-se um espaço na esfera do poder público em que as pessoas pudessem atuar a fim de construir a política pública de habitação. No ano de 1994, "foi aprovada a lei nº 11.632, que dispunha sobre a política municipal de habitação voltada a população de baixa renda. Essa lei instituía o Fundo Municipal de Habitação e criava o Conselho do Fundo Municipal de Habitação" (AMARAL, 2002, p.29).

No entanto, houveram conflitos de diversas ordens, desde jurídicos a executivos e estruturais da própria sociedade paulista. Outro aspecto problemático foi o de como dar continuidade e desenvolver políticas de participação popular, visto que, num período de quatro anos, considera-se um curto tempo para consolidar uma política pública de habitação, tendo em vista que suas ações mexem com uma estrutura social, muitas vezes já fortalecida.

Embora tenha havido um vínculo entre o poder público com amplos setores de movimentos sociais, muitas barreiras foram encontradas para que essa relação se solidificasse. A cidade é um espaço social onde há diversos agentes e grupos com diferentes interesses e muitas vezes, esses interesses não convergem. Se para alguns a

cidade é vista como um espaço de relação em que há uma história familiar e cultural que confere sentido para a vida, localizada num determinado espaço da cidade; para outros, a cidade é uma mercadoria, um espaço em que deve prevalecer os diferentes modos de mercantilização do solo, ou seja, o significado da cidade está naquilo que ela pode oferecer como lucro para o indivíduo. Esses dois modelos conflitam no espaço político.

4. Considerações finais

As manifestações populares que reivindicam melhores condições de vida na cidade, que reivindicam o direito à moradia, estão situadas numa visão de cidade em que o modo de produção capitalista prevalece hegemônico. Nota-se que as experiências de Porto Alegre e São Paulo foram importantes para que na cena pública atuasse um sujeito coletivo, representado pelos movimentos populares que buscam construir a concretização do direito, que por vezes, permanece em sua abstração jurídica. Nesse sentido, parece convergir dois modelos de políticas de habitação em solos brasileiros: um mais centralizado, que desde o BNH até o MCMV tem dominado o espaço social e outro, mais local, abordados, nesse texto, pelos casos de Porto Alegre e São Paulo. Neles, a via do Orçamento Participativo e a via em que conferiu espaço para que os movimentos populares lidassem de maneira direta na problemática da moradia e na produção da política, aparecem como paradigmas contrastantes ao modelo da democracia representativa hegemônica na história do Brasil.

As experiências de São Paulo e Porto Alegre, criaram condições para que as organizações populares e os movimentos sociais participassem do processo, conferindo o aspecto democrático da política de habitação. Vale salientar que esse período foi marcado também pela Emenda popular pela Reforma Urbana (1988) e pelo primeiro projeto de Lei de iniciativa popular, o Fundo Nacional de Moradia Popular em 1992. Tais aspectos apontam que a relação entre poder público, participação popular e a presença técnica de urbanistas e arquitetos, por exemplo, engajados com a cidadania, sugerem que é possível construir políticas públicas de habitação de caráter democrático.

5. Referências

AMARAL, Ângela de Arruda Camargo. **Habitação na cidade de São Paulo**. 2. Ed. São Paulo: Pólis; PUC-SP, 2002. (Observatório dos Direitos do Cidadão: Acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, 4).

BOHM, Thaís. **Minha Casa Minha Vida não reduziu déficit habitacional, afirma estudo. Jornal do Senado.** Brasília, 2018. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/538499/Cidadania_622.pdf?sequence=1.

BOLAFFI, Gabriel. **Habitação e Urbanismo**: o problema e o falso problema. In: MARICATO, E. (org). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. 2.ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1982.

BRASIL. **Política Nacional de Habitação**: Ministério das Cidades: Sistema Nacional de Habitação. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/4PoliticaNacionalHabitacao.pdf. Acesso dia 22 de julho de 2019.

DILIGENTI, Marcos Pereira; FERNANDES, Idilia; CAMPOS, Tiago de. **Habitação de interesse social em Porto Alegre:** um estudo retrospectivo das políticas municipais. In: Revista Serviço Social. Londrina. Vol. 20, nº.1. 2017. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/32160. Acesso dia 15 de setembro de 2019.

FUNDAÇÃO JOAO PINHEIRO. **Fundação João Pinheiro divulga resultados do *Déficit* Habitacional no Brasil**. 2018. Disponível em: http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/noticias-em-destaque/4154-fundacao-joao-pinheiro-divulga-resultados-do-deficit-habitacional-no-brasil.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**: Petrópolis: Vozes, 2011;

_____. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002.

RAMOS, Jefferson da Silva; NOIA, Angye Cássia. **A Construção de Políticas Públicas em Habitação e o Enfrentamento do Déficit Habitacional no Brasil**: Uma Análise do Programa Minha Casa Minha Vida. In: Revista Desenvolvimento em Questão. v.14, nº 33. Ijuí: UNIJUÍ, 2016. (p.65-105). Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/3194. Acesso dia 2 de julho de 2019.

RIBEIRO, Gilvane Mazza. **O déficit habitacional no Brasil diante do impacto da crise mundial.** Trabalho apresentado na VI Jornada Internacional de Políticas Públicas: São Luiz: UFMA, 2013. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo13-questaourbanaegestaodascidades/odeficithabitacionalnobrasildiantedoimpactodacrisemundial.pdf. Acesso dia 22 de julho de 2019.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec 1993.

SANTOS, Mauricleia Soares dos. **Atual política nacional de habitação**: garantia de direito. In: II Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luiz: UFMA, 2005. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/mauricleia_Soaredos_Santos322.pdf. Acesso dia 29 de julho de 2019.

AS OLIMPÍADAS E OS SUBÚRBIOS CARIOCAS: análise das dinâmicas sociais e das transformações urbanas na área do Engenhão

Lívio Silva de Oliveira[1]

1. Introdução

A cidade do Rio de Janeiro passou por um intenso processo de transformações urbanísticas a partir da década de 1990. A reconfiguração espacial e territorial da capital fluminense fazia parte do projeto de competição urbana global, idealizado por gestores do *Empreendedorismo Urbano* na cidade, uma forma de governança urbana para a acumulação flexível de capital no período de globalização (HARVEY, 2006). Nesse contexto, as disputas entre as forças sociais no campo político para definir os rumos desse projeto indicaram a prevalência das parcerias público-privadas e da financeirização do solo, evidenciando que as transformações urbanísticas desse processo eram indicadores das características que o Rio de Janeiro deveria ter como *cidade global*, na perspectiva dos gestores desse projeto.

A segmentação territorial desigual do Rio de Janeiro alude às dimensões simbólicas e materiais, por meio de um processo histórico de ocupação do solo a partir das mudanças espaciais do ciclo de atividades econômicas de produção. Esse processo alterou as morfologias sociais das regiões da cidade que, a partir da década de 1990, tem como elemento norteador das relações e interações sociais a violência urbana. Ou seja, a pobreza e a desigualdade ganharam outros contornos sociais na qualificação e administração de territorial de populações, categorizando os sujeitos. Nesse sentido, a zona norte da capital fluminense foi interpretada como área de risco por ter três grandes complexos de favelas considerados perigosos pela presença e disputa de facções criminosas pelo comércio de drogas ilícitas: Alemão, Jacarezinho e Maré.

Porém, a ideia de *cidade global* tinha que demonstrar segurança e integração, tendo em vista que a lógica do *Empreendedorismo Urbano* é transformar a cidade em uma commodity rentável. Assim, as transformações urbanísticas teriam sentido de

[1] Professor Substituto Associado do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Pelotas (DTur-UFPel). Doutor e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS-UFRGS). Membro do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania (GPVC) e do Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC), ambos da UFRGS.

transação, não só de *transição* (DELGADO, 2007). Nesse sentido, a realização de megaeventos seria uma forma de vitrine mundial de capacidade de gestão urbana, em especial os esportivos, por sua suposta neutralidade e seu poder de aglutinação social. No caso do Rio de Janeiro, a retirada da violência urbana como condição para sediar megaeventos apontou para a requalificação territorial de áreas estratégicas para esses objetivos, observando que os espaços urbanos da cidade são heterogêneos.

Os Jogos Olímpicos de 2016 foram cruciais para esse projeto. O Rio de Janeiro foi dividido em quatro áreas olímpicas: Deodoro, Barra da Tijuca, Copacabana e Maracanã. Essa última área será trabalhada nesse artigo. Destarte, a sua definição já indica uma problematização, tendo em vista que o estádio que leva o nome do bairro no qual está localizado foi palco da abertura e do encerramento das Olimpíadas[2], mas designou uma extensão geográfica de competições que ocorreram, pontualmente, no centro e na zona norte da capital fluminense, de maneira concentrada. Nesse sentido, o estádio do *Engenhão* foi o equipamento mais utilizado nessa área por abrigar as competições de atletismo e de futebol.

Essa concentração de atividades olímpicas indicou um aumento de circulação de pessoas em uma região suburbana e periférica do Rio de Janeiro, pouco habituada ao fluxo de turistas estrangeiros. Dessa forma, as Olimpíadas nessa localidade denotaram outras expectativas sociais por parte das pessoas que frequentam e vivem o bairro. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo analisar as dinâmicas e práticas sociais e políticas nos bairros de Pilares e de Engenho de Dentro, observando que o referido megaevento esportivo foi identificado como um catalisador de expectativas, críticas e dúvidas nos moradores em ambos os bairros sobre os possíveis impactos e efeitos práticos na localidade.

Para esse trabalho, foi utilizado o método etnográfico durante o ano de realização dos Jogos Olímpicos, tendo idas ao campo de pesquisa nas datas de atividades referentes ao megaevento ocorridas nessa região, para verificar como se desenvolveram as ações que alteraram as rotinas cotidianas dos frequentadores e moradores locais e os novos usuários desses bairros periféricos, a partir da abordagem do método *regressivo-progressivo* de Henri Lefebvre, observando as distintas temporalidades que coexistem no mesmo espaço a partir da interação entre os indivíduos. Nesse sentido, buscamos compreender o processo de qualificação territorial do Engenho de Dentro e de Pilares

[2] No Estádio do Maracanã ocorreu também a final do futebol olímpico.

para identificar as dimensões da exclusão e da inclusão de bairros periféricos inseridos no contexto de intervenções urbanas na cidade do Rio de Janeiro.

2. Zona Olímpica periférica: os bairros de Engenho de Dentro e de Pilares

As pessoas que vivem e/ou circulam pelo Engenho de Dentro e por Pilares, bairros vizinhos localizados na zona norte do Rio de Janeiro, se viram envoltas às possíveis mudanças dos processos de intervenção urbana que foram apresentados como "*legado olímpico*". Essas alterações produziram expectativas dessa parcela populacional do subúrbio carioca sobre melhorias físicas, materiais e simbólicas com a noção de requalificação territorial, ora por ação do Estado, ora por estímulo ao investimento privado por meio das Olimpíadas como vitrine da região. Porém, observamos que os bairros receberam atenções distintas no planejamento olímpico, apesar da construção histórica de ambos os territórios serem semelhantes.

Pilares é caracterizado por ser um bairro predominantemente residencial, por vezes, sendo entendido como "bairro dormitório". Todavia, a localidade possui um centro comercial de baixo custo na sua avenida principal, a João Ribeiro, na qual existem bancos, supermercados, lojas de roupa e calçados, rede de *fast food*, entre outras modalidades. Além disso, há um comércio informal de rua, composto por vendedores ambulantes que montam suas barracas, ou de madeira ou de ferro de encaixe, ao longo da primeira metade da via supracitada. A partir da segunda metade, a caminho dos bairros de Tomaz Coelho e de Cavalcante, o comércio de rua perde fôlego. Com a proximidade das Olimpíadas de 2016, a especulação imobiliária entra no cotidiano da população de Pilares, incluindo a construção de edifícios de escritórios e alguns condomínios, o que acarretou o encarecimento do solo na localidade.

O bairro do Engenho de Dentro apresentou um processo de intervenções urbanísticas anterior às Olímpiadas de 2016. O "cemitério de trens", como era conhecida a oficina da extinta rede ferroviária federal, foi transformado em uma área esportiva para a realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007, sendo erguido um estádio no lugar, que recebeu, inicialmente o nome de João Havelange, mas ficou conhecido popularmente como *Engenhão*, em alusão ao bairro. Posteriormente, o estádio foi rebatizado com o nome de Nilton Santos, jogador histórico do Botafogo, clube que arrendou o equipamento esportivo municipal. Essa não foi a única mudança que ressignificou o território.

O complexo do *Engenhão* transformou as interpretações e os significados do espaço urbano, indicando o viés de requalificação territorial. O espaço foi progressivamente sendo ocupado pela população como uma área de lazer e esporte. Outras construções materiais, como o museu da cidade olímpica e o espaço cultural, no qual são realizados shows de música; deram outras conotações ao bairro. Além disso, o entroncamento ferroviário do Engenho de Dentro é estratégico pela mobilidade das pessoas que vivem e circulam no bairro, o que pode ser entendido com um facilitador do trânsito entre moradia e trabalho. Tal como ocorrido em Pilares, o valor de uso e valor de troca do solo aponta a dimensão especulativa para a requalificação do território.

A bifurcação dessas dinâmicas entre Pilares e Engenho de Dentro aponta para bairros heterogêneos, tanto de maneira endógena como exógena. O perfil de moradores de ambos os bairros remete à classe de trabalhadores assalariados, porém a constituição da qualificação do território apresentou a reconfiguração de sentidos por meio da administração de desejos dessa parcela populacional. A representação material desse processo foi a construção de condomínios que aludem aos edificados no bairro da Barra da Tijuca, conhecido como território de uma classe média alta de origem pequeno-burguesa e/ou assalariada que ascendeu pelo mercado. Ou seja, a ideologia de mobilidade socioeconômica do capitalismo pode ser interpretada como fio condutor das intervenções urbanísticas que ressignificaram o morar/habitar nesses bairros. Porém, as os investimentos imobiliários foram identificados de forma mais desenvolta no bairro do Engenho de Dentro, ainda que haja uma disputa simbólica e geográfica sobre a localidade em que o empreendimento foi construído. O primeiro condomínio desse modelo é conhecido como *Arena*, projetado como um "*legado pan-americano*", que fica na fronteira entre ambos os bairros.

No que tange às intervenções urbanísticas, ambos os bairros suburbanos historicamente foram sendo produzidos como territórios degradados e violentos. Na década de 1990, Pilares registrou ocorrência de tiroteios em morros da localidade pela disputa de venda de pontos de drogas ilícitas. Além disso, o fechamento de estabelecimentos industriais e comerciais ao longo da Avenida João Ribeiro nesse período foi consolidando no imaginário social o bairro como um espaço de degradação. Essa representação social de Pilares pode ser identificada também no Engenho de Dentro, em especial no antigo "*cemitério de trens*", como o risco de violência interpessoal (assaltos, estupros, etc.) produzia um sentimento de insegurança pela falta de luminosidade pública e de circulação de pessoas. Esses territórios periféricos foram sendo desvalorizados

econômica e socialmente a partir do argumento de violência e de degradação material, mas a proximidade dos Jogos Olímpicos de 2016 transmutou o sentimento de insegurança por expectativas de reconfiguração territorial de ambos os bairros.

As transformações urbanísticas argumentadas como "*legados olímpicos*" foram interpretadas de maneiras distintas nos bairros do Engenho de Dentro e de Pilares. O primeiro teve uma reformulação material e simbólica intensa, como reforma e ampliação da estação ferroviária, que teve o nome trocado para "*Estação Olímpica do Engenho de Dentro*", consolidando no imaginário e na memória por meio de uma estrutura material a vivência e a experiência das Olimpíadas para a população. Além disso, como já mencionado, a estruturação de espaços de lazer e convivência no entorno do *Engenhão*, que indica a perspectiva de qualificação territorial do bairro, incidindo no valor de uso e no valor de troca desse espaço. Por outro lado, Pilares teve apenas uma obra que pode ser remetida ao megaevento, a construção de um viaduto como extensão da João Ribeiro sobre a linha férrea, ainda que os comerciantes da região tenham feito investimentos em seus estabelecimentos para receber possíveis "*novos usuários*", que efetivamente não circularam pelo bairro. Para comparação de estrutura física, a estação ferroviária de Pilares não teve nenhuma modificação, sendo o seu desenho das antigas plataformas da extinta rede ferroviária federal.

3. Período Olímpico no subúrbio carioca: exceção desejada?

Os Jogos Olímpicos tiveram início em agosto de 2016, acarretando uma mudança sem precedentes no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro. A festa prometida aos moradores e aos visitantes da capital fluminense trouxe consigo os protocolos de segurança e leis específicas para a ocasião. A constituição de uma personalidade jurídica temporária responsável pelo megaevento, a Autoridade Pública Olímpica, denota a "*cidade efêmera*" descrita por Harvey (2006) para a realização desses megaeventos como forma de financeirização do solo no contexto de competição urbana global. Precisamente no caso carioca, a questão da segurança pública também teve um foco especial, com a implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), como programa estratégico para a reconfiguração do espaço urbano da cidade, com a premissa de retirar a violência urbana do contexto social e integrar as favelas ao projeto de *cidade global*. Nesse sentido, a proposta dos gestores do *Empreendedorismo Urbano* para o Rio de Janeiro pode ser entendida do plano urbanístico a ideia do modelo Barcelona, uma cidade sem conflitos,

planejada, controlada, padronizada, porém inexistente (DELGADO, 2007, p. 15), e do plano de segurança pública, as ações são alusivas às políticas de caráter territorial da Colômbia (GANEM MISSE, 2013).

Ao consideramos o caráter territorial das ações, o planejamento para as áreas nas quais as atividades desportivas das Olimpíadas ocorreriam apresentaram um plano estratégico que impactou no cotidiano dos cariocas. No caso da região do Engenhão, as consequências dessas mudanças podem ser interpretadas como mais sentidas pela maior densidade demográfica da localidade em relação aos equipamentos permanentes das Olimpíadas. Dessa forma, podemos mobilizar o conceito de exceção de Agamben (2014) para compreender o processo de exclusão e de inclusão da população dos bairros de Pilares e do Engenho de Dentro no período olímpico. Para Agamben, a lei dentro de um estado democrático de direito pode se apresentar de maneira paradoxal pelo soberano estar na inflexão de cometer atos de violência dentro do marco legal, o que vai descrever como possibilidades de um processo de "*excluir incluindo*" ou "*incluir excluindo*" (AGAMBEN, 2014, p. 55).

A partir disso, podemos analisar a relação das mudanças cotidianas por meio das leis e normas que nortearam as relações e as interações sociais cotidianas e alteraram as dinâmicas locais. A lei nº 5.924 de 13/08/2015, de autoria do Executivo Municipal, estabeleceu as regras especiais para a realização das Olimpíadas e das paralimpíadas no Rio de Janeiro. A lei de caráter ordinário, decretada pela Câmara de Vereadores e sancionada pelo prefeito da cidade, Eduardo Paes, previa, além da criação da Autoridade Pública Olímpica nas instalações dos jogos e eventos patrocinados por ela e/ou pelo Comitê Rio 2016, decretar feriados em dias de competição, mudanças de trânsito e a definição de preços foi exclusiva do Comitê Rio 2016 e a divulgação de suas marcas[3]. O artigo 5º dessa lei interfere diretamente na mobilidade urbana da capital fluminense por dispor a possibilidade de "*medidas restritivas necessárias*" para assegurar a eficácia e a funcionalidade do esquema olímpico.

Outros decretos municipais também indicaram a ideia de exceção foi o conflito entre poder municipal e a população em decorrência de interesses privados. A regulação do trânsito em favorecimento da "*família olímpica*", denotando o protagonismo dos *novos usuários* (*transitórios*) do Rio de Janeiro no período olímpico em relação aos *usuários*

[3] Fonte: Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Disponível em: http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/7cb7d306c2b748cb0325796000610ad8/7444f13b837ee4a883257ea1005412c0?OpenDocument. Acesso em 23/04/2018.

permanente, reduzindo a circulação de transportes público e de mercadorias em determinadas áreas no trânsito da cidade. Essa alteração atingiu quase toda a população carioca. Por decisão da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), as agências dessas regiões funcionaram das 12h e às 16h, além de fecharem nos dias que foram decretados feriado pelo então prefeito, alegando que o serviço seria mais eficaz. Porém, essa medida causou transtornos para a parcela populacional da zona norte que vivem, trabalham ou circulam pela área do *Engenhão*, provocando superlotação das agências bancárias.

Com essas redefinições cotidianas, as frustrações em relação às expectativas criadas por moradores e pessoas que circulam nos bairros de Pilares e do Engenho de Dentro denotaram a dimensão do conflito. Observamos a relação de ambiguidade entre a sensação de segurança produzida pelos Jogos Olímpicos, juntamente com a premissa de requalificação territorial, e exceção cotidiana nos dias do megaevento. Um dos pontos foi a necessidade de cadastrar os moradores para que pudessem entrar em casa com seus veículos nas datas olímpicas, nas quais o *Engenhão* albergou o Atletismo, considerada a modalidade mais nobre e atrativa dos jogos. Essa decisão atingiu diretamente o direito à propriedade, um dos preceitos do liberalismo e do individualismo, vertentes que seriam bases ideológicas do capitalismo.

Portanto, o pequeno proprietário aparece como descrito por Lefebvre (2016), como resquício feudal que simbolizaria o atraso dentro do empreendedorismo urbano do Rio de Janeiro. Nesse sentido, sua definição do pequeno proprietário como o *usuário* que deteriora o espaço e torna inevitável as substituições das coisas e as intervenções urbanísticas (LEFEBVRE, 2008, p. 169) é ilustrativa para compreendermos a situação dos moradores do Engenho de Dentro no contexto de competição urbana global, convertidos em personagens anacrônicos e sujeitos ao processo disciplinador do território por meio do urbanismo como ilusão e ideologia de classe.

A variação da categoria *usuário* entre "permanentes", "novos" e "transitórios" indicam as disputas simbólicas do projeto global para a cidade. A participação reduzida das populações nos processos decisórios para as Olimpíadas denota os interesses de classes envolvidos no projeto de realização dos megaeventos. Nesse sentido, Lefebvre formula razões teóricas da passividade, como ausência de "participação", para a fragmentação do fenômeno urbano pela representação social e delegação política aos ditos "*especialistas e competentes*" (LEFEBVRE, 2008, p. 168), reforçando o viés ideológico do urbanismo.

Nessa articulação, observamos que Harvey defende que a concorrência interurbana na globalização começa a virar um "*atoleiro de dívidas*". Apesar do desempenho econômico fraco, o investimento nesse tipo de projeto parece exercer um fascínio tanto social como político, com especial atenção para os megaeventos esportivos. No caso das olimpíadas, "*a produção orquestrada de uma produção urbana também pode, se bem-sucedida, ajudar a criar solidariedade social, orgulho cívico e lealdade ao lugar*" (HARVEY, 2006, p. 185). Nesse sentido, a expressão "*pão e circo*" é ressignificada como ideologia da localidade que produz a noção de união comunitária em uma "*cidade sem conflitos*", essencialmente presente nos megaeventos esportivos.

A produção da memória e do presente vivido também está inserida nesse processo de qualificação territorial. A administração do desejo de pertencimento dentro de um megaevento esportivo aponta para fatos que podem ser internalizados e interpretados de forma afetiva que encontram respaldo no *real*. Um exemplo é a quebra do recorde olímpico do corredor jamaicano Usain Bolt em 2016, ocorrida no estádio, inserindo a localidade na história das competições. Além disso, uma demanda mais tangível, a segurança, pode ser apontada como algo "possível" com o policiamento especial e a presença de detectores de metais para adentrar o estádio *Engenhão*, evidenciando também qual é o tipo de interpretação sobre o tema é dominante ou, pelo menos, enunciada. Todavia, problematizamos os sentidos da segurança entre a vigilância e a proteção, a partir do simbolismo e da efemeridade da cidade transitória.

4. Considerações finais.

Ao observarmos as dinâmicas e interações sociais das populações do bairro de Pilares e do Engenho de Dentro identificamos um processo de expectativas e frustrações que remetem à qualificação territorial. Nesse sentido, podemos considerar o método *regressivo-progressivo* de Lefebvre para compreendermos alguns elementos da produção desses sentimentos em relação aos Jogos Olímpicos. Um dos pontos que podemos salientar é a noção de desenvolvimento, ou seja, a perspectiva de intervenções urbanísticas para a introdução de bairros periféricos na lógica das cidades globais pelo habitar, consumir e viver.

Nesse sentido, elementos que remetem ao atraso e à incivilidade deveriam ser retirados ou transmutados como representação do território como parte de um Rio de Janeiro global e contemporâneo. No entanto, ao considerarmos Lefebvre, verificamos a

permanência de elementos que, mesmo com as intervenções olímpicas, desqualificavam o espaço. Em especial, o bairro de Pilares seguiu sua característica de "*lugar de passagem*", frustrando expectativas de algum ganho material, financeiro ou simbólico com as Olimpíadas. As fronteiras simbólicas foram evidenciadas pelo trânsito de "*novos usuários*", quase inexistente durante o megaevento. Assim, Pilares pode ser interpretado como o espaço do atraso que coexiste com a ideia de contemporaneidade constituído para a região, principalmente na questão imobiliária. Mesmo que geograficamente, um empreendimento esteja em Pilares, o nome do bairro não se converteu em um capital simbólico para os investimentos, como shoppings e condomínios "*padrão Barra*".

Em termos comparativos, o Engenho de Dentro recebeu uma atenção maior dos gestores do *Empreendedorismo Urbano*. A qualificação do território instituiu o bairro como *lugar de consumo* e na lógica do *consumo do lugar*, o que incidiu no seu valor de uso e no valor de troca. Porém, elementos como saneamento básico e moradias populares remetem ao pequeno usuário descrito como incômodo no processo urbanístico da *sociedade burocrática do consumo dirigido*, segundo Lefebvre. Se por um lado, houve investimentos permanentes no Engenho de Dentro, por outro, efemeridade dos jogos olímpicos levou consigo a visibilidade sobre esse território, acarretando uma sensação de suspensão de iniciativas e investimentos, apenas sendo concluídas as obras referentes ao ciclo olímpico, com destaque para o ramo imobiliário.

O método *regressivo-progressivo* de Lefebvre nos serve de ferramenta para analisar a produção de sentimentos e de sentidos a partir do território vivido, percebido, imaginado e pensado. No caso de ambos os bairros, as expectativas altas apresentaram aspectos distintos. Enquanto no bairro de Pilares, o foco da população era da ordem do econômico pela valorização dos imóveis e pelo desenvolvimento comercial, sem grandes mudanças estruturais físicas. Já o Engenho de Dentro apontou para uma preocupação maior com a reconfiguração do espaço público, como lazer e cultura, e as consequências permanentes do bairro diretamente ligado ao megaevento esportivo, além da produção da memória. Porém, ambos os casos apontam para a produção de desejos norteados pela lógica do mercado como forma hegemônica de superação do atraso e entrada de uma região periférica na sociedade global contemporânea.

Simbolicamente, essas distintas temporalidades coexistiram, mas não se tocaram no período da cidade olímpica efêmera. Se por um lado, a circulação elevada de novos usuários do Rio de Janeiro foi verificada na área do *Engenhão* em razão das atividades olímpicas, a mesma afirmação não pode ser feita sobre a permanência e/ou retorno desses

indivíduos a essa região. Apesar da mobilidade facilitada pelo entroncamento ferroviário, o bairro do Engenho de Dentro não se converteu em um atrativo turístico periférico, como o caso do bairro de Madureira, por exemplo, sendo sua qualificação territorial da ordem do habitar/morar. No aspecto simbólico, Pilares emergiu como um bairro "observador", em referência ao seu rótulo de "área dormitório", da contemporaneidade urbana global no período das Olimpíadas, frustrando expectativas de melhorias na localidade por parte de seus habitantes, que seguiu sendo remetida à uma modernidade incompleta representada pela materialidade vivida, percebida, pensada e imaginada dos bairros suburbanos da zona norte da capital fluminense.

Concluímos que as modificações permanentes no bairro do Engenho de Dentro constituíram um espaço público e qualificação territorial, que não foi verificado diretamente em Pilares. Este último bairro foi incluído de forma precária e residual no processo de formação da cidade olímpica efêmera. Ainda no sentido da efemeridade, a circulação de novos usuários se encerrou com o ciclo olímpico nesses territórios periféricos, aludindo à produção simbólica, afetiva e material desses espaços, além dos significados, das representações e das interpretações sociais do subúrbio carioca.

5. Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014

DELGADO, Manuel. **La ciudad mentirosa: Fraude y miseria del modelo Barcelona**. Madrid: Los libros de La catarata, 2007.

GANEM MISSE, Daniel. **Políticas Sociais em Territórios Pacificados**. Tese de Doutorado PPGSD-UFF. Niterói: 2013.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Ed. Annablume, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

_____. **O Direito à Cidade.** São Paulo: Centauro, 2016.

CIDADE, RACISMO E SEGREGAÇÃO SÓCIO ESPACIAL: os conflitos raciais no Mercado Público na cidade de Pelotas

Carla Silva de Avila[1]

1. Debate sobre a cidade e ausência das questões raciais

Uma das peculiaridades do tipo de racismo existente no Brasil é a constante negação do racismo. Dificilmente os conflitos raciais são considerados como problemas de cunho estrutural nas análises e reflexão referente as desigualdades sociais e as consequências do tipo de capitalismo forjado na sociedade. No debate em torno da urbanização e produção da cidade nos contexto brasileiro serão utilizados as contribuições de Otília Amarante, Carlos Vainer (2000) e Ermina Maricato (2000,2011), atendo-se as formas de construção do espaço social e urbano no país a partir de uma leitura crítica porém ausente no que tange a segregação racial da urbanização.

Começamos com as contribuições de Otilia Amarante (2000) que abrange a falsa ruptura do pós-modernismo da Arquitetura das cidades, e a critica da produção do espetáculo urbano como um caminho único para, denuncia esse "amalgama ideológico uma fatalidade da hegemonia global que parece anuncia um novo império" (p.12). Questionamento sobre as formas de pensar a cidade desde o colapso da modernização urbana, aponta para a necessidade de avançar para um diagnóstico de nosso tempo sobre o papel dos desmanches nacionais e as novas localizações urbanas, questiona se isso pode ser chamado de uma nova geração. Para a autora o que existe é uma continuidade resumida ao gerenciamento e utilização do plano estratégico como único caminho possível. Pergunta: Por que essa centralidade? Por que retomar essa ideologia de plano?

Otília Arantes (2000) foca na dimensão cultural, como essa é mercantilizada pelos processos de manutenção das relações e da estrutura capitalista, em especial junto aos processos de revitalização urbana, possibilitando um encontro entre cultura e capital.

A autora concentra-se "nas estratégias culturais da cidade-empreendimento de última geração: quer dizer, no mapeamento e periodização do quadro geral em que se dá o presente retorno ao planejamento, pouco importa se chamado ou não de estratégico" (ARANTES, 2000, p.16. Parte-se de uma nova fonte de acumulação e dinheiro pela imagem.

[1] Mestre em Ciências Sociais , Doutoranda em Política Social UCPEL.

A cidade se transformando numa "máquina de produzir riqueza" através da urbanização empresarial com a parceria público-privado por intermédio do plano diretor. A autora se questiona: "O que tem de novo?", pois "as cidades passaram elas mesmas a ser geridas e consumidas como mercadorias" (p.26). Peter Hall chama de cidade negócio ancorada na pseudomercadoria: o solo. Foca-se na contradição entre valor de uso e o lugar representando um valor de troca. Parte-se da apropriação da cultura para a construção da cidade através da distribuição de escultura, museus e edifícios de alto padrão, em zonas favorecidas como lugares de grande capital cultural .

Carlos B, Vainer (2000) realiza uma complexa reflexão referente as estratégias discursivas referente ao planejamento urbano. O planejamento estratégico se propõe a ocupar o vazio deixado pela derrotada do tradicional padrão tecnocrático –centralizado. Os defensores do planejamento estratégico alegam quem este deve ser adotado pelos governos locais por razões das cidades estarem submetidas às mesmas condições e desafios das empesas.

A nova questão urbana centra-se na problemática da competitividade urbana através de um comprometimento de agências de cooperação e instituições multilaterais. Para o autor esse projeto de cidade implica a direta e imediata apropriação da cidade pelos interesses de empresários.

Uma das observações de Vainer (2000) trata *Cidade-mercadoria: A cidade Objeto de luxo* atendo-se ao processo de transformar a cidade como uma mercadoria a ser vendida, questionando-se "o que é que, afinal de contas, se vende quando se põe a venda uma cidade" (p.78). Questiona-se qual as características dos compradores? Qual o papel do marketing urbano na construção do que pode ser vendido. O autor aponta para a construção de um diagnóstico universal: vender a mesma coisa aos mesmo compradores virtuais sendo a preferência os internacionais, assim o governo local deve promover a cidade para o exterior, apud (Castells & Borja, 1996), isso dará com a oferta de infraestrutura e serviços aplicando o receituário do neoliberalismo. Assim não basta oferecer recursos, deve-se inspirar em Barcelona.

> É a venda da imagem da cidade segura, vai junto à venda da cidade justa e democrática, aqui um ponto a ser questionado diz respeito a quem são os sujeitos desejáveis e indesejáveis nesse processo de construção dessa cidade limpa e segura.

Ermina Maricato(2000) apresenta o processo de exclusão urbanística representada pela ocupação ilegal do solo e esse fator ser uma característica fundante da contexto urbanístico brasileiro. Nos possibilita pensar nos territórios que não cabem no mercado

imobiliário. Aponta para a utilização de uma ilegalidade funcional. Atem-se ao fato de que os problemas urbanos não são frutos da falta de planejamento, verificando uma discrepância entre plano diretor e gestão urbana. Aqui cabe ressaltar as característica econômica de um capitalismo dependente com modelo de exportação de tecnologia e ideologia oriundas do capital estrangeiro. Assim o objetivo do texto de Maricato é apresentar a matriz do urbanismo modernista/funcionalista, suas características e aspectos da implementação desse modelo no Brasil.

Nessa seção do artigo podemos perceber como os processos de avanços do modo de produção capitalista e suas interferências as formas de pensar e organizar a cidade, transformando-a num objeto caro de consumo. Aqui cabe problematizar as contribuições do autor argentino Anibal Quijano (2010) ao articular as relações de expansão do capitalismo em contexto de colonização através da articulação do racismo e do machismo como condições de expansão do capital. O autor problematiza a construção de uma Matriz Colonial de Poder, como lógica subjacente que marca outras formas de opressão para além das dimensões econômicas pensada pelo argentino Anibal Quijano, pois:

> A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo com pedra angular no referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal. (QUIJANO, 2010:84)

Para Quijano (2010) a colonialidade é um conceito diferente de colonialismo, mesmo havendo ligação histórico-social, ela opera na lógica da dominação, na estrutura de controle de autoridade política, bem como nas estruturas de poder econômico e social. Walter Mignolo (2017) em apresentar o lado mais sombrio da modernidade, em diálogo com Quinajo, aponta a essa matriz colonial de poder como um bicho de quatro cabeças e duas pernas. Sendo essas pernas a questão racial e patriarcal. Neste contexto pode-se perceber que o corpo negro carrega consigo a marca dessa colonialidade, pois percebe-se uma matriz estrutural que para além de estrutura o projeto da modernidade, estrutura alicerces de inferiorização estrutural dos descendentes de africanos em toda a sua extensão diaspórica.

Para pensar de que forma as relações raciais estruturam realidade de segregação racial nos próximos tópicos serão problematizados os processos de construção racial no Brasil, a discussão sobre racismo e territorialidade e por fim alguns exemplos de racismo

e segregação racial na cidade de Pelotas e em especifico no processo de revitalização do Mercado Público Pelotense.

2. Racismo no Brasil

O debate referente às relações raciais na sociedade brasileira nasce junto a constituição da área das Ciências Sociais no Brasil, em especial na tentativa de explicar a formação da nação. Esse debate fez- a partir das teorias racialistas no século XIX, que segregaram os grupos raciais de diferentes origens e características fenotípicas e culturais, elencando o branco como um modelo civilizatório que, para além de justificar o domínio europeu sobre as colônias americanas, influenciaram fortemente na forma de pensar as diferenças raciais no Brasil. As premissas conceituais de raça enquanto um fator biológico que afeta o social é encontrado nas obras de Nina Rodrigues, Silvio Romero, Euclides da Cunha e Arthur Ramos, expressando a imagem de país hierarquizado racialmente (ORTIZ, 2012; SEYFERTH,1996).

A categoria raça pode ser entendida por meio de três dimensões, a primeira, como já mencionado, pela dimensão biológica que origina o racismo científico do século XIX, essa já superada e não utilizada para pensar as políticas afirmativas e sim somente como problematização do tipo de racismo existente na sociedade brasileira(ORTIZ,2012) .Esse tipo de racismo atribuído às características fenotípicas está relacionado ao conceito sociológico de raça, que vai além da perspectiva biológica, torna-se uma dimensão cultural presente nas relações cotidianas, contextualizadas em diferentes períodos históricos (GUIMARÃES, 2008). Por fim tem-se a noção de racialização, que entende que a raça deve ser compreendida num determinando contexto social e histórico, entendida como um processo para compreensão das desigualdades entre os diferentes grupos constituintes do povo brasileiro (MONSMA, 2013).

Outro debate teórico essencial para a compreensão das relações raciais é sobre os resquícios do colonialismo na diáspora africana. Atenta-se para como a relação com o imaginário colonialista se mantém num conjunto de relações sociais e trata de suas influências na manutenção do racismo (FANON, 2008).

Como pode-se perceber, esse debate passou por várias fases tanto na academia e suas construções teóricas, como no imaginário social que ainda hoje é evidenciado por dados estatísticos que demostram uma imensa segregação racial em diferentes setores da

sociedade, bem como a construção de espaços segregados racialmente deixando de fora grande parte da população negra dos processos de urbanização das cidades.

3. Racismo e segregação urbana no Brasil

Denilsom Araujo de Oliveira (2014) se propõe a pensar de que forma as práticas racistas se inscrevem do espaço social a partir da análise das políticas de city-marketing na cidade do Rio de Janeiro, atendo-se a gestão racista do espaço urbano como manutenção de uma ordem socioespacial racializada. O autor centra sua análise nos processos de dominação racial e do capital urbano através das city-marketing a partir de ações governamentais imbuídas com o discurso da harmonia racial projeta-se vender a cidade para grandes investidores . Para Oliveira (2014) os governos municipais utilizam-se do marketing urbano a partir da criação do um discurso e ações que mascaram os processos de segregação racial através da criação de consensos sobre questões de cunho estrutural como o racismo. São investimentos que baseados na confirmação de interesses comuns, centrados em valores de solidariedade e naturalização das desigualdades. São contexto em que o medo e a insegurança reinam, sendo bem-vindos espaços segregacionadas e racionalizados. A racialização espacial está na construção do medo, insegurança relacionados a pobreza e espaços negros em contrapartida com ilhas brancas de classe média alta. Assim nessa ideologia de city-marketing o urbano passa a ser cada vez menos acessível. O autor foca-se na produção de discursos de caos, desordem e medo urbano ordenado ações de limpeza racial, uma vez que,

> O espaço público e substituído pelo racializado e regulado para o consumo (da praça pública aberta a todos, isto é, o local dos encontros, dos debateram dos embates e das manifestações públicas das diferenças para as praças realimentação dos shopping center, local de consumo fechado, despolitizado , de práticas e gestos regulados e lugar de controle a sujeitos “indesejados (OLIVEIRA, 2014, p.88).

Assim a segregação espacial cria espaços e vantagens urbana as populações brancas, restando para a população negra espaços com falta ou baixa infraestrutura sem regularização fundiária, com difícil acesso. Para Oliveira cria-se uma verdadeira arquitetura da exclusão,e aqui a exclusão tem cor e pertence a população negra.

Oliveira (2014) retomada os ideias de Malcon X ao lembrar que não há capitalismo sem racismo e assim a segregação social resultante dos avanços do capitalismo e da cidade voltada ao mercado será demarcada com essa segregação que muitas vezes é naturalizada e não percebida como um problema estrutural.

Referente a formação socioespacial do território brasileiro os autores João Soares Pena e Rose Laila de Jesus Bouça (2015) alertam para a relação das desigualdades sociais as raciais enraizadas nos processos de formação urbana do país . Para os autores , " o processo de urbanização contribuiu para agravar as desigualdades e, nesse sentido , aumento das favelas esta diretamente relacionada a pobreza urbana e ao modelo de consumo vigente,(S/N) Assim historicamente a população negra és grande produtora da periferia. Para tal problematizado os autores utilizam-se de construções sociais que cristalizaram o lugar socialmente dos negros e negras como espaços de vulnerabilidades, desorganização e baixo prestígios, focando na naturalização das segregações sociais e os espaços racializados.

No livro "Território e segregação Urbana : O lugar da população negra na cidade" , as autoras Maria Nilza da Silva e Mariana Panta (2014) organizaram uma coletânea que permite pensar os processos de segregação racial na cidade de Londrina. As organizadoras partem da peculiaridade do Estado brasileiro não realizar nenhuma preocupação com a integração da população negra na sociedade de classe, obtendo como consequência a alocação da quase maioridade dos negros em periferias pobres e distantes dos centros urbanos. Pensar na construção simbólicos de locais estereotipadas e marcados com referência negativas relacionada as pessoas negras. Aqui pôde-se relacionar ao que Doutor em Direito Silvo Almeida (2018) chama de racismo estrutural , uma vez que as desigualdades raciais cristalizam-se como se fossem caracterizaras naturais , na associação da pobreza com a negritude.

4. Mercado Público

O presente tópico objetiva apresentar uma reflexão inicial a cerca da relação do planejamento urbano realizado pelo poder público local em um dos prédio históricos, através do processo de revitalização e interferência nos processos de sociabilidade negra, protagonizados pela expressão da religiosidade de matriz africana, bem como espaços de entretenimento cultural como o caso da Sexta Black no Mercado.

4.1. Assentamento do Bará do Mercado[2]

Na cidade de Pelotas umas das casas tradicionais que acompanhei vivenciou judicialmente repressão por realizar o assentamento do Bará do Mercado, mesmo com o consentimento do poder público. Isso ocorreu com a Comunidade Beneficente de Terreiro Caboclo Rompe Mato Ilê Axé Xangô e Oxalá, liderada pela Mãe Gisa de Oxalá e Pai Paulo de Xangô. O caso foi considerado como intolerância religiosa por intermédio de ONGs protetoras de animais que levaram o caso ao ministério público. O caso foi problematizado nos trabalhos acadêmicos de Campus; Rubert (2014) discutindo mosaicos de intolerância religiosa em Pelotas e MOREIRA (2017) que disserta sobre a relação do orixá Bará com o Mercado Público de Pelotas.

O assentamento do Bará no mercado foi noticiado na imprensa local com um teor pejorativo, demostrando total desconhecimento sobre o universo das tradições afro-brasileiras, sendo denominado como um "ritual de batismo, expondo os nomes das lideranças religiosas, fotos somente dos participantes da Mãe Gisa e os animais a serem utilizados no assentamento. Lembro-me que fui acionada por Mãe Gisa e ao chegar no Ilê muitos estavam irritados com a forma de como a imprensa local os expuseram. Contudo o descontentamento ia além da exposição da imagem, estava mais pelo fato de constar que o assentamento havia sido feito por outra mãe -de- santo, a Mãe Joice, e não pela casa da Mãe Gisa. Aqui percebe-se para além dos conflitos de intolerância religiosa, os conflitos raciais presente no universo das organizações negras no Brasil. Pois o fator de prestigio da ação de assentamento estava com uma Ialorixá branca, sem sua exposição no jornal. Já os integrantes da casa da Mãe Gisa foram expostos de forma pejorativa. Corpos brancos com o prestígio dentro do campo das práticas rituais afro-brasileiras e corpos negros inferiorizados no mundo profano, no dia a dia através da matéria vinculada à mídia local. Interessante pensar nas encruzilhadas existentes no campo das relações raciais no Brasil, pois aqui o racismo não se dá pela ascendência, ou ancestralidade, se dá manifesta pela cor dos corpos, pelas características fenotípicas, constituindo o que alguns autores denominam como o conceito de raça sociológico, em que a discriminação é marcada pelas características raciais. (GUIMARÃES, 2005).

O mercado configura-se como um espaço de conflitos seja por parte da intolerância religiosa, seja por parte dos conflitos raciais ainda existentes na sociedade brasileira.

[2] Essa problematização da relação da religiosidade afro-brasileira com o Mercado Público foi utilizada no texto "Encruzilhadas da Negra Pelotas : a interface de religião e política nas lutas negas pelotense" na revista PIXOn.3V1, Primavera 2017.

4.2 Sexta Black 42 no Mercado Público

O Mercado Público é considerado um dos Patrimônios arquitetônicos da cidade de Pelotas sendo tombando no ano de 1985, passando por um processo de revitalização culminando da mudança estrutural, social e econômica das configurações estruturais a te mesmo do público consumidor e empresarial desse espaço . Para a autora esse projeto

> Após a revitalização, no Mercado, podemos identificar as alterações físicas relativas ao seu interior, que recebeu uma aparência mais arejada e renovada, houve um alargamento nos corredores e diminuição da área útil das bancas que foram adequadas pelo projeto de reforma ao novo modelo proposto, porém, as regras impostas aos permissionários são mais limitadoras e rígidas e também pode-se perceber que os ocupantes do local não são mais os mesmos na sua totalidade (XAVIER, 2016 , S/N)

Para Xavier (XAVIER, 2016) o Mercado não passou a ser como antes, mudando sua finalidade agora focada na área cultural e consumo de lazer e comercialização na parte interior e na parte exterior com bares e restaurantes passando a ser frequentado também a noite. Aqui podemos observar a gritante mudança na oferta de produtos e entretenimento aumentando o nível social dos frequentadores, ou como Oliveira (2014) nos alerta, mudando também os grupos étnicos-raciais frequentadores do Mercado.

Dentro dessas modificações enfrentadas pelo Mercado observa-se a gritante segregação econômica e racial observada nos constantes enfrentamentos vivenciados por duas modalidades populares, a Sexta-Black nas sextas-feiras das 18 ás 23 h e nos sábados o Samba do mercado. Essas atividade ocorreram durante os anos de 2016 e 2016 enfrentando várias disputas e conflitos com os permissionários, chegando a proibição dos eventos.

A Sexta-Black foi a atividade que mais protagonizou esse desconforto, pois a atividade consistia projeto relaciona ao resgate musical negro nos anos 1970,1980, focados na música com modalidade de afirmação étnico racial.

> Inspirado no projeto “Charme na Rua”, desenvolvido há mais de um ano pelo DJ Antônio “Du Charm” Garcia, o “Sexta Black 42” consiste na animação por conta do DJ. Para participar, basta integrar-se à descontração, alegria, amizade e apreço pela música black. Apoiando a divulgação da iniciativa, Du Charm ressalta: “Queremos fazer um ‘*point*’, happy hour da galera black, um ambiente pra galera curtir uma boa música. Então, som de qualidade, encontrando-se após sair do trabalho” (DIÁRIO DA MANHÃ, 01/06/2012)

Em conversa com uma das militante do Movimento Negro e administradora do Mercado, a maio reclamação condizia com a bagunça deixada em especialmente pelos copos e garrafas. Lembro-me de uma noite que eu mesma a auxilie no recolhimento

dessas desses dejetos, pois segundo ela "Os permissionários estão procurando qualquer justificativa para acabar com a Sexta-Black". Segundo esta gestora e militante, o problema era nitidamente racial e social, pois tanto na sexta, bem como no sábado, mudava-se o perfil social e racial. E importante salientar que essa mudança não acarretava perdas financeiras e sim a configuração socioespacial e racial de ocupação do mercado.

Por fim essas reflexões realizadas nesse artigo nos permitem perceber aquilo que Silvio Almeida(2018) chama de racismo estrutural que vai além das percepções subjetivas e sim na forma de pensar, se organizar a cidade. A ausência de percepção dos espaços segregados e a naturalidade frente as diferenças raciais, mesmos nos escritos mais críticos, servem para manutenção dos lugares socialmente e espacialmente destinados a população negra na sociedade brasileira. E nota-se que essa discussão somente centraliza-se entre negros pesquisadores e militantes demonstrando a existência de uma segregação nas próprias formas de pensar criticamente a cidade, caindo nas armadilhas do pensamento universal que contem a noção de humanidade relacionada a noção de homem branco que contém toda a noção de humanidade. Assim necessita-se urgentemente pensar nesses espaços sócio-racializados para a construção de uma cidade para todos, pois esse mesmo com todo a criticidade e combate as ações do capital, a cidade ainda continua sendo a mesmo que segrega e destina espaços vulneráveis a população negra. Assim segue-se o questionamento de qual a cor desse pensamento único? Qual a cor dessa cidadania?

5. Referências

ALMEIDA. Silvio. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte. Letramento, 2018.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermina. **A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando conceitos**. Petrópolis, RJ: Vozes,2000.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Porto: Paisagem, 1975.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo;Ed.34, 2002.

_____**Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. (2ª ed). São Paulo, Fundação de Apoio da Universidade de São Paulo;Ed.34, 2005. (1ª Edição em 1999).

_____. **Cor e Raça.** In: Raça: novas perspectivas antropológicas. SANSORE, Livio, PINHO, Osmundo Araújo (Orgs). 2. ed. Rev. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia, EDUFBA, 2008.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (org) **Raça como Questão: História, Ciência e Identidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

MARICATO, Ermina. **O impasse da Política Urbana no Brasil**. Petrópolis. RJ: Vozes, 2011.

MELLO, Marco Antonio L. de, **Reviras, Batuques e Carnavais: A cultura de Resistência dos Escravos Em Pelotas.** Pelotas Ed. Universitária UFPEL, 1994.163p.

MONSMA, Karl. **Racialização, racismo e mudança: um ensaio teórico, com Exemplos do pós-abolição paulista.** XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e dialogo social. Natal RN . 22 a 26 de julho 2013.

MUNANGA, Kabeguele. Políticas de ação afirmativa em benefícios da população negra no Brasil: um ponto de

OLIVEIRA, Denilson Araujo. **O marketing urbano e a questão racial na era dos megaempreendimentos e eventos do Rio de Janeiro**. R.B. Estudos Urbanos e Regionais. V.16, n1 p-85-106,/Maio 2014.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional.** São Paulo: Brasiliense, 2012.S

SEYFERTH. Giralda. Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização. In. MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (Org.) **Raça, Ciência e Sociedade.** Rio de Janeiro, Editora Fiocruz/CCBB, 1996.

PENA, João Soares; BOUÇAS, Rose Laila de Jesus. **Racismo, l uta e resistência da população negra na cidade segregada**. Sociedade Brasileira de Urbanismo, Salvador, 28 de junho de 2013.

SPIVAK. Gayatri ChaKravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SILVA, Maria Nilza; PANTA, Mariana (org). **Território e segregação Urbana: O "lugar da população negra na cidade**. Londrina : Universidade Estadual de Londrina, 2014.

SOUZA, Alexsandro E. P. **Nas Franjas da cidade: o Cotidiano dos moradores negros do jardim da vitória**. In: SILVA, Maria Nilza; PANTA, Mariana (org). Território e segregação Urbana : O "lugar da população negra na cidade. Londrina : Universidade Estadual de Londrina, 2014.

XAVIER, Ana Estela Vaz. **A revitalização do Mercado Público e sua ressignificação social.** IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais. Porto Alegre, RS, Brasil, 19 a 21 de Outubro de 2016.

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E A MATERIALIZAÇÃO DO DIREITO Á CIDADE

Carla Graziela Rodegueiro Barcelos Araújo[1]
Bruna Gouvêa[2]
Camila de Freitas Moraes [3]
Nino Rafael Kruger[4]

1. Introdução

A articulação, o pleito e a luta fizeram parte constante da trajetória das conquistas o direito à cidade. Luta que teve início com a oposição e resistência as medidas desdobradas da ditatura miliar. Com a redemocratização, diversas lideranças vinculadas aos movimentos sociais que militaram no período repressor, são eleitos. Fato que configura um alento e esperança para a materialização das pautas construídas durante o regime militar, muitos avanços e conquistas legais foram instituídas como por exemplo, o Estatuto da Cidade.

O controle social por meio da democracia participativa é parte fundamental do referido processo, uma vez que se configura como espaço de participação cidadã no que tange a deliberação, consulta e deliberação da coisa pública, vindo ao encontro da proposta das reformas pretendidas, com vistas a democratizar a cidade. O controle social neste sentido fomenta e fortalece a intervenção da população na construção do seu espaço e colabora na organização da sociedade para os tensionamento a fronteiras de classes.

Apesar dos avanços, não são poucos os entraves para a sua materialização. As propostas de reforma urbana e rural reconhecidas na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Cidade colocando a função social da terra acima da propriedade movimentaria estruturas da sociedade capitalista. Fincando a mercê do movimento, luta, concessão e pactuação.

Neste cenário não linear nem estável encontra-se o desafio de materializar o direito à cidade com vistas a justiça social. A democracia participativa permanece sendo

[1] Doutoranda e Bolsista Prosuc/ Capes em Política Social e Diretos Humanos UCPel. E-mail: grazirba@gmail
[2] Graduanda em Serviço Social/ Ucpel. E-mail: brunakruschardt@gmail.com
[3] Mestranda e Taxista Prosuc /Capes em Política Social e Diretos Humanos. UCPel. E-mail: camilapsi.moraes@yahoo.com.br
[4] Doutorando e Bolsista Prosuc/ Capes em Política Social e Diretos Humanos UCPel. E-mail: contatorafaelkruger@hotmail.com

o principal caminho a ser trilhado, vale refletir e construir saídas para os seus processos institucionalizados que burlam a real intervenção popular.

2. Direito à cidade: a construção dos espaços em uma perspectiva democrática

A partir da conquista na Constituição Federal Brasileira de 1988 no Art. nº 182, novos rumos na direção urbana surgem, ao considerar a garantia (em lei) de uma articulação em prol de mudanças significativas da política urbana. *O principal aspecto a ser mencionado a partir desta conquista é que não se trata de pura concessão, mas resultado de décadas na articulação e luta pela reforma urbana. Após a aprovação da CF 88 existia a expectativa de viver novas relações na construção do espaço chamado cidade.*

Portanto, refletir sobre o direito à cidade e sua materialidade é imprescindível, uma breve contextualização. A conquista da lei n 10.257 de 2001 é resultado de um longo processo de mobilização. Fruto da reforma agrária, a função social da propriedade começa a ser questionada em 1963, em um congresso de arquitetos, quando a terra assume a centralidade das discussões sob o prisma de transformação social. Ao discutir a função da terra, elaborava-se uma nova proposta com vistas à criação de um organismo, a nível nacional, que dirigisse a política habitacional. A presente proposta foi construída por coletivos, que tinham por horizonte refletir e debater com a população, contudo o período ditatorial sucumbiu qualquer proposta de reforma. Em meados de 1970, os movimentos sociais davam início a uma nova movimentação colocando em pauta a abertura política e, paralelamente, o redimensionamento das cidades para relações mais democráticas.

Com o processo de retomada na democratização das cidades, o Brasil vive uma nova fase de movimento e articulação, que resultou na aprovação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, que discorrem sobre a função social da propriedade urbana e sobre o Plano Diretor Municipal. Contudo, apenas em 2001 é aprovado o Estatuto das cidades, em que se expõe de maneira mais sistemática um projeto urbanístico democrático.

Maricato (2011) menciona o período da Ditadura militar como um evento que tornou potencial as diferentes formas de resistência ao regime instaurado. Se tornou cada vez mais relevante e emergente a articulação dos movimentos sociais e sindicatos pela liberdade partidária para alçar propor projetos de políticas públicas a partir da reconstrução do Estado.

Após a conquista pela redemocratização em 1988, nas primeiras eleições municipais o Partido dos Trabalhadores, por meio da Luiza Erundina, vence as eleições para assumir o governo da cidade de São Paulo, fato que configura a oportunidade de materializar pautas construídas e pleiteadas durante o período ditatorial. Muitos foram os impactos sofridos pelos líderes políticos no processo de tentativa de implementação das pautas construídas e acumuladas no período ditatorial, pois significava a inversão imediata de prioridades. Romper com a lógica de acumulação fomentada por décadas implicou em muitos impasses, inclusive jurídicos.

É relevante reconhecer o que estava para além de impasses, refletia o redirecionamento de paradigma do que era público, em especial na área da arquitetura que passam a contar com construção de qualidade, isenção na área urbanizada, participação social nos processos de mudança, intervenção em áreas de risco geotécnicos, também a implementação e fomento de serviços nas áreas de educação, saúde, cultura, drenagem e coleta de lixo. Esse importante momento refletiu no fortalecimento das utopias e desejos, bem como convicções de que era possível, mesmo sob limitações estruturais, parecia que era possível na periferia do sistema realizar intervenções e mudanças urbanas e sociais (MARICATO, 2011).

3. Institucionalização da participação social na legitimação dos espaços de construção do espaço

Não obstante, a vitória alcançada por este marco não aponta uma nova forma de se viver o espaço urbano e rural. No sistema capitalista, a desigualdade está para além de uma consequência de má organização e distribuição dos bens materiais produzidos por uma nação. A divisão de classes segrega o nível do acesso aos direitos basilares, imprescindíveis para vida digna e humana, e o sistema, por não possuir capacidade de absorver todos os indivíduos, coloca muitos deles, independentemente de sua vontade, a viver em situação de privação, mantendo assim as relações capitalistas.

Nesse contexto, a questão social surge como um conjunto de expressões oriundas dessa desigualdade que pode tomar visibilidade por meio de problemas de diferentes ordens, mas que estão e estarão sempre presentes. Nesta perspectiva, a questão social acompanha a dinâmica das relações sociais.

Boaventura de Souza Santos (2002) menciona a política social em uma perspectiva global. Santos, ao especificar o sentido da expressão ‘’Estado de Bem Estar

Social'', ou ''WelfareState'', conforme é chamado na Europa, o define pela responsabilidade do Estado em garantir a proteção social ao cidadão. Esta ideia está correlacionada à tentativa de interligar desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, por meio de interações não mercantis. No final do século XX, o capitalismo maduro começa a dar sinal de esgotamento, rompendo com a lógica keynesiana. Já no final dos anos de 1970, a crise cede espaço à organização neoliberal, que toma por base a leitura de que o referido esgotamento haveria se originado do poder demasiado dos sindicatos, dos movimentos operários e do excessivo gasto com a esfera social (BEHRING e BOSCHETTI 2007).

O neoliberalismo surge, neste momento, como uma proposta para reanimar a crise do capitalismo maduro. O modelo compreende a privatização das políticas sociais e, consequentemente, a regularização das mesmas pelo mercado. Sob esse aspecto, elas não seriam mais de total responsabilidade do Estado e poderiam receber intervenções de outras organizações (IAMAMOTO, 2008). Os investimentos nos setores públicos passam a ser entendidos como gasto e redirecionados a iniciativa privada, concomitante ao alargamento da privatização das principais políticas públicas.

A questão social não é estática, pois o movimento do sistema capitalista na lógica da lucratividade no enfrentamento às suas crises, como foi por último o modelo neoliberal, gera mudanças na relação estado/sociedade. Essa mudança surte efeito nas novas expressões da questão social, que acabam se manifestando na classe trabalhadora, ou seja, há um ciclo funcional a favor da lógica do sistema, que, por sua vez, sempre funcionará sob a óptica da lucratividade.

Neste ponto existem os impasses para materialização do direito à cidade, em especial a não democratização da construção do espaço urbano e rural. Nessa perspectiva a cidade se amplia em direções periféricas, encurralando a maior parte da população que se aglomera em espaços sem estrutura para o desenvolvimento humano.

Não podemos deixar de dar luz as conquistas alcançadas, elas são significativas, principalmente no que se refere à sistematização de diretrizes, preceitos, planos e planejamentos em torno do existir na cidade**,** se contrapondo ao processo de acumulação capitalista, contudo o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, característica que indica a maneira como as relações são estabelecidas. Vivenciamos a realidade de haver na mesma cidade espaços organizados na perspectiva de primeiro mundo e quilômetros adiante espaços nas condições de países não desenvolvidos.

A cidade existe de maneira desigual, seu desenvolvimento é assimétrico. À medida que a especulação imobiliária avança e o latifúndio se alastra, a função social da cidade passa a ser secundária em relação ao direito da propriedade, fato que condiciona a população desprivilegiada a morar em espaços que não são cidade, longe dos serviços que materializam os direitos sociais, espaço esse que chamamos de periferia (MARICATO, 2011).

Cabe questionar de quem é a cidade? Quem a acessa? São reflexões importantes a serem realizadas, uma vez que nem todas as pessoas se relacionam com a cidade da mesma forma. Existe uma segregação no seu acesso desde que o território passou pelo processo de financeirização e passou a ser produto privado.

O acesso à habitação vai além do acesso à materialidade de um prédio, remetemos às referências territoriais e a partir daí acessamos a direitos fundamentais, como o vínculo com a comunidade, com a família, com sua cultura e com seus costumes. Neste sentido as intervenções estatais que materializam o direito à cidade possuem o desafio de reconhecer essas particularidades, resistindo a movimentos que estimulam e fazem acontecer as remoções e mobilidades involuntárias e voluntárias.

Outro aspecto importante a ser mencionado é a produção da ilegalidade e informalidade no habitat. A regulação da urbanidade, bem como do setor imobiliário estão aquém de se uma medida universal. Sendo que o não acesso à terra urbanizável se desenha como o cerne dos principais conflitos sociais e responsável pela expansão das favelas e periferias das cidades (MARICATO,2011). De acordo com a autora áreas de risco são as que sobram para a maior parte da população como mangues, dunas, beira de córregos, várzeas, encostas íngremes e espaços cobertos por matas nativas. São áreas ilegais, ocupados somente pela população pobre, pois quando uma área é legalmente protegida é objeto de interesse do mercado os a luz do neodesenvolvimento mecanismos estatais não titubeiam para estabelecer meios de exploração legal para o negócio, viabilizando a privatização de patrimônio público.

As referidas expressões sociais ocorrem não por falta de leis relacionadas a redistribuição da propriedade, a reforma agraria existe desde 1964, bem como o Estatuto da Cidades aprovado em 2001 subordina o direito à cidade ao interesse social e bem coletivo. Contudo, existe um distanciamento entre o legalmente conquistado e a sua materialização.

4. Redemocratização e controle social: novas horizontes

Anterior a redemocratização, o controle social era compreendido na área das ciências sociais, a partir de Durkheim, como a forma de controle que o Estado exerce sobre a população pela repressão afim de controlar a desordem social. No entanto, após a Constituição Federal de 1988, o controle social se estabelece de forma coletiva com o objetivo da participação da população na deliberação, fiscalização e avaliação crítica sobre as ações estatais, orientando as prioridades do Estado, para que gerem melhores resultados em termos de bens para a população, e um dos desafios a serem citados aqui, é a necessidade de vincular à ideia de controle social a luta de ampliação de políticas públicas para a cidadania (PEDRINI; ADAMS; SILVA, 2007).

Maria da Gloria Gohn (2011) cita 3 tipos de conselhos: Conselhos criados pelo poder público Executivo: objetivam mediar sua relação com os movimentos sociais e com as organizações populares; Conselhos Populares: construídos pelos movimentos populares ou setores organizados da sociedade civil em suas relações de negociação com o poder público; Conselhos Institucionais: espaço criado por leis originárias do legislativo com possibilidade de participar da gestão dos negócios públicos.

De acordo com Pedrini, Adams e Silva (2007), o conceito de controle social, no horizonte de democracia participativa, age sobre três dimensões: a primeira é a noção sobre controle social estar intimamente relacionada com a corresponsabilidade da sociedade sobre a coisa pública, por meio de um trabalho coletivo direcionado para o bem comum. A segunda dimensão trata da visão crítica sobre a justiça social, a compreensão sobre a realidade e os causadores da injustiça. E na terceira dimensão fala sobre a participação democrática, fazendo o reconhecimento da pluralidade de ideias como parte integrante do processo social.

O controle social se concretiza através dos conselhos deliberativos de decisões em torno das políticas públicas, com a intenção de concretizar a municipalização das ações sociais com legitimidade às necessidades emergidas da população, assim como aproximar as decisões do Estado com o envolvimento da sociedade. Assim mencionam Adams e Streck (2006):

> Em tese, os conselhos gestores são novos instrumentos de expressão, representação e participação, com potencial de transformação política. Se eles forem de fato representativos podem consolidar uma nova prática de gestão no âmbito das políticas sociais. Inauguram um novo padrão de relações entre estado e sociedade, gerando uma nova institucionalidade pública e viabilizando o acesso da população à formulação de políticas. (p. 113)

Nesse contexto, são instituídos conselhos nos três níveis estatais, compostos por representatividade paritária, ou seja, o mesmo número de participantes nominados pelo gestor, escolhidos pelo órgão executor e da sociedade civil, que são eleitos através de votações em assembleias. Cabe mencionar que, o mesmo processo de eleição e representatividade acontece no âmbito federal, estadual e municipal.

A descentralização assume um importante papel no que tange as possibilidades de efetivação nos resultados das políticas sociais. A territorialização das ações é um potencial fator no sentido alcançar as características locais e os diferentes modos de existir.

> A dimensão territorial, possibilita organizar a oferta de múltiplas e distintas oportunidades em função das condições diversas de territórios e famílias, mas produzindo o que todos os cidadãos têm direito: equidade no acesso e igualdade de resultados. A perspectiva territorial permite a adequação de políticas e programas públicos nos âmbitos da reprodução e da proteção social. Permite reinventar politicas publicas articulando redes de solidariedade micro territoriais, sociais e familiares é no território, como espaço privilegiado que se podem fortalecer vínculos de pertencimento e redes sociorelacionais assegurando apoios e proteção social. (CARVALHO,2014, p.48)

A política urbana e Agrária, bem como suas propostas de reforma, para além da justiça social visa reconhecer como substancial as formas de existir a partir das relações construídas nos territórios, a ideia de legitimação perpassa a dimensão da participação, não se limitando a representatividade superficial, mas a representatividade que imerge, constrói, debate e decide na perspectiva comunitária, coletiva, junto a seus pares.

5. Controle social e democracia participativa: desafios estruturais

É de suma importância mencionar o valor desses espaços perante a evolução da democracia e a participação da sociedade e nas decisões em torno das políticas públicas. Porém o exercício do controle social por meio dos conselhos esbarra em algumas limitações, entre elas a burocratização que se dá através de ações fragmentadas, repetitivas dentro de uma realidade hierárquica onde ocorre a separação daqueles que executam, dos que planejam e dos que fiscalizam, bem como a relação interna de poder, relacionada ao predomínio por parte de conselheiros que obtêm maior conhecimento dos trâmites legislativos que tendem a conduzir as plenárias e agir de acordo com suas particularidades, interesse ou ideologia própria, não deliberando tais políticas de acordo com as necessidades da população (Pedrini, Adams e Silva, 2007).

A falta de autonomia de alguns Conselheiros, pelo sentimento de dívida as entidades ou para com os órgãos gestores, acabam deliberando de acordo com os interesses do gesto ou entidade, deixando de cumprir com o seu compromisso para a garantia dos direitos de acordo com o que é proposto pelas diretrizes da legislação, além de não ajudar para a legitimação da política de acordo com os reais interesses da população. Neste sentido Alves contribui ao afirmar que:

> Alguns elementos ainda prevalecem na formação político-social brasileira, dentre eles, o autoritarismo e o clientelismo, um processo de modernização conservadora, que perpassa também a organização da sociedade civil, configurando um arremedo, um simulacro de democracia e ampliação do controle social pela sociedade civil docilizada. Nesse sentido o questionamento central da presente análise refere-se a aprender qual o potencial das experiências de controle social de políticas públicas de modo a contribuir para o processo organizativo da classe trabalhadora e de politização de seu projeto emancipador (ALVES, 2013, p.248)

Alves (2013) ao realizar uma análise histórica e estrutural sobre o controle social e seus mecanismos, menciona que as conquistas alcançadas foram respostas em forma de concessão as reinvindicações realizadas pela classe trabalhadora, as intervenções estatais são oferecidas na prerrogativa de manter sob controle os conflitos de classes, sendo estas estratégias de controle.

Maricato (2011), chama atenção para a falta renovação de lideranças e o enfraquecimento dos processos e práticas pedagógicas sobre identidade e compreensão científica, em paralelo cria-se uma forte atração pela prática institucionalizada e nesta perspectiva os processos participativos começam a ser considerados insuficientes.

Ao considerarmos a história de luta e legitimação das conquistas na direção da reforma urbana e agrária, ambas visaram a democratização dos espaços com a perspectiva de suprimir a desigualdade social e garantir o direito de existir a partir das relações territoriais. Neste sentido o Estatuto da cidade reconhece o controle social, por meio da descentralização e democracia participativa, um meio de efetivar a construção dos espaços sociais, no urbano e rural, na perspectiva a combater a desigualdade social.

Gonh (2011) sinaliza algumas questões relevantes sobre a criação e implementação dos conselhos gestores: a representatividade qualitativa; a garantia do percentual paritário; problema de capacitação dos conselheiros, em especial da sociedade civil que sai em desvantagem sobre as informações e decodificações em relação ao representante do executivo etc. Para que a representatividade de fato aconteça a paridade não pode referir-se somente ao número de conselheiros de cada segmento, mas a igualdade de informações e capacitações para que seja possível propor, deliberar e

fiscalizar legitimamente.

Maricato (2011) cita como uma das características brasileiras embargadoras do avanço, a ignorância urbanística, em que os shoppings se revelam como referência de algumas cidades (citadas como desenvolvidas) e espaços históricos e públicos são ignorados, a noção de público como prioridade não é exercida.

4. Considerações finais

A trajetória construída em direção a materialização do direito à cidade não é linear, apresenta muitos avanços e alguns desafios, contudo é necessário considerar que se trata de uma política que questiona e provoca o cerne da questão social: a redistribuição da propriedade privada. Não se trata de uma tarefa simples reordenar o propósito de uma organização societária, portanto é imprescindível reconhecer as potencialidades dos avanços e os caminhos percorridos para suas conquistas. Nesse contexto precisamos citar aqui a articulação e os movimento realizados desde o início do período ditatorial, os ganhos obtidos foram por meio da participação e construção de diferentes sujeitos, portanto a democracia participativa não poderia deixar de ser o instrumento de estratégia e legitimação da justiça social.

Maricato (2011) menciona que nos últimos 30 anos a cidade piorou significativamente e continua a piorar, apesar dos investimentos em habitação e saneamento. O crescimento descontrolado da cidade culmina em catástrofes que vitimizam milhares de pessoas de baixa renda. Vivemos em uma nação com sua urbanidade fragmentada e estruturada para poucos, é preciso romper com lógica instaurada e pautada na manutenção do sistema societário vigente. No entanto há de se alertar que o suspiro de esperança não está no avanço institucional dos programas públicos, e sim na emergência de novos movimentos de jovens moradores das periferias urbanas ligados a cultura e arte. Para pensar a cidade de forma crítica é necessário articular e integrar as especificidades das áreas com vistas a democratizar o solo e os espaços, pois a política urbana não é setorial e sim integral e a atua de forma integrada.

Vale mencionar que a trajetória democrática brasileira é recente e passa por processo de maturação. Os desafios a serem superados devem ser reorganizados em forma de estratégia e aderirem a pautas dos movimentos sociais, em especial junto a população que não está organizada coletivamente. As sombras estabelecidas pela estrutura, não

podem significar o abandono ou a negação dos espaços participativos, fruto de luta e construção de quem outrora sentiu a dor de não poder participar.

5. Referências

ALVES**,** Gláucia Lelis. **Controle social: O fetiche da democratização da vida social**. In: MONTAÑO, Carlos e LUSTOSA Bastos Rogério (Orgs.). Conhecimento e sociedade: ensaios marxistas. São Paulo: Outras Expressões, 2013 (p.229-260).

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. Novos contornos da gestão social contemporânea. In Gestão social e trabalho social: desafios e percursos metodológicos. São Paulo: Cortez, 2014 (p.33-56)

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 08 fevereiro 2019

GOHN, Maria da Gloria. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011 **(**p. 15- 48; p. 68-102)

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em Tempos de Capital Feitiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

LÉFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, Erminia. **O impasse da política urbana no Brasil** /. Erminia Maricato. 3. ed. - Petrópolis, RJ : Vozes,. 2014

MARICATO, Erminia. **Estatuto da Cidade Comentado.** Disponível em: http://www.secid.ma.gov.br/files/2017/09/Estatuto-da-Cidade-comentado.pdf. Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Em defesa das Políticas públicas**. IN Políticas Sociais Para Um Novo Mundo Necessário e Possível . II Fórum mundial. Porto Alegre-RS. 2002.

PEDRINI, M., ADAMS, T., SILVA, V**.. Controle social e fortalecimento da democracia participativa: dilemas e perspectivas. In: Controle Social de Políticas Públicas: caminhos, descobertas e desafios**. São Paulo:2007.

PARA UMA DESCOLONIALIDADE DO PENSAMENTO SOBRE A CIDADE

Nino Rafael Medeiros Kruger[1]
Camila de Freitas Moraes[2]
Carla Graziela Rodeguiero Barcelos Araújo[3]
Paula Mello Costa[4]

1. Introdução

As produções teóricas que tratam da origem das cidades, apontam para construções que foram desenvolvidas a partir de longas cadeias conflitivas, nas quais se operou a divisão e categorização dos espaços e grupos humanos, associadas fundamentalmente a imposição do poder, responsável pela transformação da função social do trabalho e instrumentalização da noção de propriedade. Movimentos marcados por relações complexas, nas quais questões políticas, religiosas e econômicas são engendradas as sociais, formando teias que uma vez materializadas alteram as inter-relações sociais a partir dos territórios.

Processos impulsionados por mudanças históricas, destacadas enquanto responsáveis pela reorganização espaço-temporal dos modos de viver, produzir, reconhecer e validar o conhecimento. Moldando padrões e alterando culturas, através da codificação das diferenças, e produção atômica de conceitos/categorias que possibilitam a classificação humana. Formando padrões de controle fundamentais para o desenvolvimento histórico da dominação. Naturalizada quando as diferenças sociais, culturais e polícias são evidenciadas, de modo que paulatinamente são ocultadas as relações de poder enquanto forma, constructo histórico, articulador de uma estrutura nuclear evolucionista e binaria. Produtor de um universo intersubjetivo através do qual se instituem e são percebidos padrões instrumentalizados para a transformação da diferença em um aspecto a ser reconhecido de maneira negativa. Em suma, situações decorrentes

[1] Graduado em Serviço Social; Mestre e Doutorando em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas. E-mail: contatorafaelkruger@hotmail.com
[2] Graduada em Psicologia; Mestranda em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas. E-mail: camilapsi.moraes@yahoo.com.br
[3] Graduada em Serviço Social; Mestre e Doutoranda em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas. E-mail: carla.araujo@ucpel.edu.br
[4]Graduanda em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas. E-mail: paula_mello_costa@hotmail.com

de múltiplos fatores, relacionados a questões territoriais, associados a relações de poder, uma vez desassociados, permitem a instauração da codificação binaria para construção de leituras lineares do "real".

Desta forma, a partir da divisão e categorização dos grupos humanos e seus espaços de inter-relação, serão operadas as transformações históricas. Que partindo das relações de parentesco (ENGELS, 1979) irão perpassar a ideia e estrutura da *pólis*, atravessar a *civitas* e chegar a *city*, reconhecido enquanto o modelo contemporâneo de cidade (ROLNIK, 2015).

Uma separação atômica de conceitos, territórios e comunidades, que serão engendrados para construção de leituras outras sobre o desenvolvimento dos modelos de organização social (LUGONES, 2014).

Separações que obscurecendo imaginários e alterando subjetividades, acabam por impor leituras incompletas das relações sociais, solidificando um "real", uma "verdade", que será imposta primeiramente sobre as formas de organização da vida no norte global, mas que serão reconfiguradas e mundializadas a partir da invasão e conquista da América, na constituição do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado. Tornando-se um novo padrão globalizado de poder, que terá enquanto um de seus eixos fundamentais a classificação social da população mundial, instituída pela ideia de raça. Para Anibal Quijano (2005), uma construção mental que vai expressar a experiência básica da dominação colonial, e permear as dimensões mais importantes do poder mundial, originando sua racionalidade específica, com origem e caráter colonial. Uma nova unidade de relação e operação do poder que usurpará e concentrará em si o domínio das formas de conhecimento ao qual outorgará validade, o eurocentrismo.

A presente escrita busca lançar reflexão sobre como se desenvolverão tais agenciamentos, no intuito de, no desvelar do *modus operandi* das sociedades modernas a partir da instituição e mundialização da ideia de cidade e sua função, evidenciar caminhos descolonizantes. Entendendo ser necessário para tanto, recuperar, ao menos em parte, como se deram os processos de construição da perspectiva moderno colonial em uma perspectiva histórica. De modo que o movimento proposto não intenta uma rememoração linear e em detalhes, mas sim a construção de um percurso arqueológico, onde se buscará reconhecer nas emergências os fatores ausentes (SANTOS, 2007), ou talvez que estejam impossibilitados de ser reconhecidos por conta dos traumas/fraturas que carregam (LUGONES, 2014).

2. Cidades: na fundação a função

Entre os trabalhos que discorrem sobre a dinâmica dos primeiros movimentos que se deram em direção a formação das cidades, esta reflexão parte de Friedrich Engels (1979) e Maria Sposito (1988). Teóricos que buscaram na rememoração dos processos históricos, construir uma base, através da qual se pudesse compreender os agenciamentos e conflitos que estruturam as atuais organizações sociais voltando-se a este lócus.

A partir de um profundo estudo em obras de historiadores e antropólogos, Engels (1979) voltará sua atenção para as metamorfoses das estruturas de parentesco, através delas buscando trazer em riqueza de detalhes como as transformações que ocorreram neste campo foram determinantes para os modelos de organização social e política que se desenvolveram a posteriori.

Da divisão do trabalho a partir dos intercursos sexuais a exploração dos grupos humanos, o autor rememora séculos da história humana para dissecar os conflitos que se manifestaram na relação entre as distintas formas de organização social. De modo que, discorrendo sobre as disputas enquanto estando enraizados na constituição e essência de ambos, apontará para uma estrutura dialética de construção e reprodução da negação à liberdade, fundamental ao domínio.

Sendo para o autor, a família o lócus das mudanças que iram impactar os sistemas jurídicos, religiosos, políticos e filosóficos. Mudanças que criaram as bases para a divisão social a partir da instituição da propriedade (ENGELS, 1979), buscará na transformação dos sistemas de parentesco, ou seja, na divisão e classificação operada neste núcleo, compreender como se dá a origem da família, da propriedade e do Estado, marcos estruturantes das relações sociais. Enquanto Sposito (1988) percorre caminho semelhante para elucidar como se formaram, a partir de então, as cidades.

Para tanto, a autora irá trabalhar a divisão espacial dos territórios, que é desenvolvida a partir da instituição dos poderes que servirão para manutenção do sistema de propriedade, atentando para as organizações religiosas, políticas e econômicas (SPOSITO, 1988).

Em seu relato irá destacar que as primeiras aglomerações urbanas irão ocorrer a partir da tônica da construção de espaços para aglomeração humana fundados na busca pela construção de lugares estáveis, sob a égide de um discurso que apontava para a construção de territórios nos quais se tornasse possível a promoção de melhores condições de vida sobre as formas anteriores.

Sua investigação, iniciada sobre um marco temporal posterior ao de Engels (1979), trata da rememoração do surgimento das cidades, fazendo referência a sua constituição, a partir do desenvolvimento de centros de comercio, vinculados as divisões que fundam as organizações políticas e religiosas, a partir da ideia de governo no regime feudal (SPOSITO, 1988).

Seu marco temporal é o mesmo no qual se desenvolve na Grécia, no intuito de falsear o modelo de organização social que estava posto, a partir da filosofia, a ideia da *pólis*. Um modelo de cidade-Estado que fazia oposição ao sistema vigente, buscando reorientar a estrutura de organização social e territorial local. No qual se cristaliza a divisão e classificação dos espaços e dos grupos humanos, a partir da ideia de funções, endossada pela ideologização de um saber.

Platão (2002) e Aristóteles (2002) serão as principais figuras que irão desenvolver articulações teóricas sobre este modelo. Apontando para a instituição de um governo fundado na ideia de participação, onde a emergência da primazia de formas especificas de conhecimento, orientaria a organização social, a partir do território se voltando ao bem-estar de sua população.

Desta forma, o ordenamento instituído através da *pólis* não rompe com as divisões dos grupos humanos e espaços de poder anteriores (SPOSITO, 1988), possíveis de serem observados pelas separações de servos e senhores, religiosos e comerciantes e etc.

Na *pólis* são instituídos novos contornos para esta divisão, marcos sobre os quais, ainda, Raquel Rolnik (2009), acabará por alicerçar sua elaboração teórica, quando aborda a origem das cidades, o que esta estrutura representa, e o que ela é. Mesmo não sendo seu objetivo, a autora recupera na estrutura da *pólis* os elementos que servem para perpetuação da dinâmica ali instaurada, de separação para organização social, operada pela ideia de regulação. De modo que aponta para a *pólis* enquanto lócus no qual serão definidos os espaços de participação, onde a figura do filósofo terá destaque, pelo fato de ser este quem guardará para si a autoridade de governo, por ser o detentor do único saber considerado valido, para elaboração das ações que garantirão a construção do espaço que irá proporcionar as melhores condições para o desenvolvimento da vida, questão também abordada por Hanna Arendt (2010).

Assim, os filósofos irão tomar para si, a partir da diferenciação que se estabelece pelo domínio do conhecimento a arte de governar (REALE; ANTISERI, 2003). Instituindo a divisão social a partir da distinção estabelecida entre aqueles que: serão

encarregados de manter a segurança, tendo o domínio sobre a violência; os encarregados da produção e circulação das mercadorias; e os governantes (ARISTÓTELES, 2002).

De modo que para os gregos dos séculos V e IV A.C, distinguem-se e, é separada a sociedade em três grupos. Grupos aos quais será reconhecida a cidadania da *pólis*, a partir da divisão de acordo com o saber e trabalho que cada um deve ter e executar. Governantes, soldados e produtores, para Sposito "uma clara divisão social do trabalho" (1988, p. 19).

Toda a estrutura desenvolvida por séculos, a partir de conflitos e transformações, na instituição da *pólis* recebe novos contornos. Materializando uma estrutura social que se funda em modelos anteriores de organização, agora perpetuados pela classificação dos saberes. Responsável por articular um modelo organizacional no qual os homens irão deter privilégios sobre as mulheres, e os grupos escravizados serão relegados a condição de executores dos trabalhos que iram garantir a manutenção das necessidades básicas dos livres. Trabalhando para garantir a manutenção do *status* dos filósofos (ARENDT, 2010).

Aristoteles (2002) aponta para este lugar enquanto o espaço de exercício do ócio e da contemplação, para os homens que se libertaram da luta cotidiana pela satisfação de suas necessidades básicas. Atributos garantidores da possibilidade de alcance da imortalidade e/ou transcendência, através da obra que é a *pólis*. Nas palavras de Reale e Antiseri (2003), o horizonte de todos os valores morais, a única forma possível de desenvolvimento para a sociedade.

A *civita*s romana, será um modelo no qual, guardadas as especificidades, se manifestará a mesma estrutura (ROLNIK, 2009). Alicerçando um modelo de racionalidade fundamental para o desenvolvimento porvir das cidades. Reforçando a identidade da *pólis*, reverberará a ideia da participação política daqueles por ela considerados cidadãos, avançando na concretização da dimensão política da cidade, a partir da distinção e chancelamento a um pequeno grupo, do poder decisório quanto ao cotidiano no território.

Desta forma, das transformações ocorridas nas relações de parentesco passando pela *pólis*, e chegando a *civitas*, irá operar através da divisão e categorização dos grupos humanos e de seus espaços de inter-relação, a separação atômica de conceitos, que engendrados possibilitaram a construção de uma lente muito especifica para leitura histórica do desenvolvimento dos modelos de organizações sociais. A qual irá impor a separação atômica e engendramento de conceitos, grupos e territórios, possibilitando que sejam obscurecidos imaginários e alteradas subjetividades. Produzindo leituras

incompletas das relações sociais, que servem de base para solidificar uma "verdade" que se estabiliza sobre a ideia de cidade. Que acaba por ser mundializada a partir da invasão e conquista violenta da América, materializando o horizonte de reprodução das cidades.

Tal perspectiva, tornar-se-á em instrumento para o sequestro de tudo quanto for importante para a reprodução de seu sistema. A partir da caracterização classificatória maniqueísta que expressa a experiência básica da dominação colonial, atravessando em toda a extensão as manifestações de poder em escala global, e inaugurando a racionalidade específica da colonização, o eurocentrismo (QUIJANO, 2005). A identidade, ou unidade que usurpará e concentrará em si o domínio e exercício do poder, garantido pelo único conhecimento ao qual irá outorgar validade.

Situação tornada possível por conta da espoliação e exploração do trabalho dos grupos racializados a partir da invasão da América. Bem como pelo controle marítimo do Atlântico, através do qual dominará o escoamento das mercadorias para a Europa, onde concentrara a distribuição das mesmas. Assim, pela espoliação sistêmica da América, a Europa assume o controle da pré-existente rede de intercâmbio internacional, concentrando e consolidando seu domínio na expansão colonial sobre as mais diversas populações mundiais (QUIJANO, 2005).

Dinâmica que tornará possível a inauguração de um novo processo de urbanização, através do qual se instituirá o modelo ocidental de cidade, a *city*. A obra moderna, produzida pela nova identidade de catalização do saber e poder, o branco europeu. Que a irá impor sobre as mais diversas populações mundiais no ritmo do alargamento do processo de colonização.

A raiz fundacional das cidades modernas, desta forma, irá carregar a categorização e classificação social enquanto princípio organizativo. E assim impor uma ordem para o desenvolvimento das relações sociais a partir dos territórios. Onde se produzem de maneira atômica e se relacionam engendradas as formas de organização e aglutinação das relações de poder.

3. Releitura a partir da descolonialidade

Concordando com Lugones (2014), não se entende possível uma leitura da cidade que não parta de uma perspectiva colonializada. Pois o próprio conceito de cidade não viaja para as distintas formas de organização social que foram por ela submersas. Ainda, que os mais de quinhentos anos expostos a estas ideias, nos impedem de separar tudo o

que é exterior a esta racionalidade. Deste modo, se buscará a partir do caminho construído observar o que foi ocultado em tais processos.

Para tanto, nosso primeiro passo é o de compreendermos que o sistema moderno colonial, criou para si, categorias homogenias, atomizadas, separáveis e as apresentou enquanto portadoras de um poder transformador. Estas que necessitam ser revisitadas e interseccionadas para que possamos compreender a partir de seus fundamentos seu funcionamento (LUGONES, 2014).

Nosso olhar se volta então, para as elaborações de Anibal Quijano (2005) sobre América enquanto o primeiro espaço temporal de articulação do padrão de poder mundial, através do qual será instituída a primeira identidade da modernidade. Sendo onde dois processos históricos terão implicação. A codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça e a classificação de sua população a partir dessa estrutura. Processo com incidência sobre as relações que se desenvolvem a posteriori em todo o mundo. Um padrão de poder articulador de todas as formas históricas de controle em torno do capital e do mercado mundial, construído enquanto referência para as supostas estruturas biológicas que diferenciadas produziram identidades sociais historicamente novas e redefiniram as existentes. Desenvolvidas associadas a hierarquias constitutivas do padrão de dominação imposto. Elemento fundamental para o desenvolvimento de um padrão mundial de poder. No qual as novas identidades produzidas são associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura de controle, passando a se reforçar mutuamente.

Assim, os colonizadores como raça dominante, passam a exercer funções diferenciadas, reconfigurando a distribuição do trabalho no interior do capitalismo colonial moderno. Estrutura que no curso da expansão e dominação mundial colonial, conservou os mesmos critérios, produzindo novas identidades em escala global. Codificadas em um jogo binário de categorizações, a racionalidade e modernidade da Europa se impõem, criando jogos de codificações. A ideia de cidade e não cidade, ou aldeia, vila, quilombo. Perspectiva que coloca grupos e territórios em contraposição (QUIJANO, 2005).

> O sistema de poder global, capitalista, moderno colonial, [...] tendo início no século XVI nas Américas e em vigor até hoje, [...] encontrou-se com seres culturais, política, econômica e religiosamente complexos: entes em relações complexas com o cosmo, com outros entes, com a geração, com a terra, com os seres vivos, com o inorgânico, em produção; entes cuja expressividade erótica, estética e linguística, cujos saberes, noções de espaço, expectativas,

> práticas, instituições e formas de governo não eram para ser simplesmente substituídas, mas sim encontradas, entendidas e adentradas em entrecruzamentos, diálogos e negociações [...] Ao invés disso, o processo de colonização inventou os/as colonizados/as e investiu em sua plena redução a seres primitivos, menos que humanos, [...] que precisavam ser transformados (LUGONES, 2014, p. 941).

Deste modo, produziram-se construções mentais, que partem da idealização da história das civilizações humanas como uma trajetória que vai de um estado de natureza, ou de negação para culminar na Europa. Onde são naturalizadas as diferenças e ocultada uma história de poder, através de uma estrutura nuclear evolucionista e dualista, que lhes permitiu impor sua perspectiva enquanto hegemônica a partir de um universo intersubjetivo calcado em um padrão de ser, saber e poder.

Assim, uma hierarquia dicotômica institui o que será aceito ou refutado, o que será legitimado e invalidado, quem será considerado humano e aqueles que serão desumanizados (LUGONES, 2014), qual saber será justificado e qual será negado. Uma trama entrelaçada por relações de poder, naturalizada pela modernidade colonial, que desenvolverá a partir da classificação estratégias para regularização e expulsão de seu mítico sistema (DUSSEL, 1993).

Se, para a filosofia grega instituinte da *pólis*, a divisão e classificação se desenvolveu a partir da ideia de funções, endossada pela ideologização de um saber, produzido por aqueles que podiam exercer a contemplação ao custo do trabalho de mulheres, escravizados, e demais grupos. O sistema moderno colonial reorganizou as relações sociais a partir da construção mental da ideia de raça. Na qual indígenas, após serem escravizados e quase que plenamente exterminados foram tornados servos, negros foram mantidos sob o julgo da escravização e mestiços foram permitidos exercer atividades dos ibéricos não nobres. Enquanto os colonizadores, como raça dominante, desfrutaram dos benefícios desta estrutura, que na expansão mundial do sistema moderno colonial conservou os mesmos critérios, reproduzindo identidades em escala global. Reproduzindo a distinção dicotômica e hierárquica imposta sobre os colonizados a serviço do homem ocidental. De modo que o homem branco europeu pôde remodelar as estruturas sociais a partir da imposição violenta de sua cultura, sua apreensão do espaço e do tempo (QUIJANO, 2005).

Uma perspectiva que uma vez imposta pavimentou na negação das formas de vida encontradas a estruturação e desenvolvimento do modelo de cidade europeia. Pela negação dos modos de organização pré-existentes, que passam a ser tratados enquanto

não modernos, atrasados. Instituindo o debate que irá atravessar o tempo quanto as cidades e não cidades, e neste espaço, do que é legal e ilegal. Do que será regularizado pela racionalidade eurocêntrica, e o que será extirpado, removido. Uma divisão imbricada em uma perspectiva evolucionista, marca da civilização europeia (CÉSAIRE, 1978; LUGONES, 2014). Onde os civilizados são aqueles que constroem cidades nos preceitos organizacionais e objetivos instituídos pela modernidade, os humanos. Na qual os povos indígenas e africanos escravizados, que mantinham formas outras de organização social e territorial, terão seu saber, cultura, cosmovisão invalidados. Classificados como não civilizados, não humanos. Tornando o branco europeu, em agente "apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização" (LUGONES, 2014, p. 936).

A diferença, na perspectiva moderna colonial, é tornada uma relação hierárquica, para subordinação do considerado não moderno ao moderno. Diferenças que em sua exterioridade não são pré-modernas, mas relações de poder. Instituídas para controle, através da negação da existência, capturando a validez e coexistência de formas distintas de organização.

4. Considerações finais

Na complexa trama das relações sociais, redefinidas pelos processos de urbanização, a colonialidade manifesta-se, não somente na classificação dos grupos, mas ainda, através da divisão e hierarquização destes a partir de seus territórios, atomizando conceitos e orientando processos, nos quais opera a redução ativa dos grupos e seus territórios, para torna-los aptos ao asujeitamento. Estigmatizando corpos resilentes, a condição de seres colonizados, tornando possível a produção da subalternização, que opera através de complexos processos de exploração dos grupos e seus territórios. Que na cidade, uma vez estigmatizados, independente de aceitarem ou não a imposição da modernidade, tornam-se em objetos para operação da morte.

A construção desta escrita que se voltou ao reconhecimento da produção colonial de subjetividades. Intentando compreender a dinâmica do sistema moderno, para desagregar opressões, a partir da intersecção de seus conceitos estruturantes. Entendendo que estas uma vez separadas de suas fontes intersubjetivas de agenciamento possibilitaria o reconhecimento de seu *modus operandi*. De modo que se destaca que o problematizar de uma colonialidade urbana, enquanto uma estratégia da modernidade, expõem nas ausências práticas de resistência, que podem tornar-se um caminho para compreensão das

fragilidades das diversas formas de extorsão e segregação, impostas enquanto fenômenos atômicos engendrados, que acabam por se tornar em cada comunidade, pessoa e território colocados sob tal julgo, instrumentos de reinvenção.

Se o modelo de cidade-Estado materializado pelos gregos, metabolizado pela colonialidade, tornou-se um horizonte para os valores morais eurocentricos, apresentado enquanto única forma possível de desenvolvimento em sociedade, no qual se atribuiu ao processo de construção da cidade, a capacidade de exercício humano do conhecimento e seu lugar no universo, simbolizando o engrandecimento de sua alma. A resilencia dos obstinados, que preservam saberes, modos de vida, e formas de estabelecer inter-relações com e nos territórios, os ressignifica e potencializa.

A invasão, que subjulgou grupos, e rejeitou suas histórias e sentidos, desta forma, não foi, e não é plenamente exitosa. Tal lógica foi e continua a ser afrontada, bem como seus novos encadeamentos, mantidos em constante tensão. Seu modelo global, difundido através da imposição violenta da dominação sobre os povos vitimados pela máquina da modernidade, acaba sendo de múltiplas formas subvertida.

Se na *city* jaz o modelo básico e as principais características de reprodução da colonialidade, que operam o fraturamento a partir de inter-relações com e nos territórios, incorporando todas as demais populações e regiões do mundo colonizado. Estes que foram mantidas sob a mesma égide, de transferência do valor e benefícios à nova identidade, que determinou a distribuição geográfica de cada uma das novas formas integradas no capitalismo mundial, constituindo-se a geografia social do capitalismo, colonial, moderno e eurocentrado. Retornar e aprofundar o trabalho sobre esta estrutura racional, problematizando a colonialidade sobre a questão urbana, nos permite vislumbrar processos contraofensivos a partir da subjetivação da diferença, na produção de mundos e sentidos em oposição a modernidade colonial. Uma tarefa que tem início no reconhecimento da diferença e das formas de resistência, coletivas, territoriais e epistemológicas, processos ativos.

Entendendo que conforme a colonialidade adentra cada aspecto da vida cotidiana, pela circulação do poder através das estratégias de planejamento e desenvolvimento urbano, fissurando corpos, multiplicando opressões, negando formas de habitar a partir das legislações, alterando modos de vida a partir da subjetivação da propriedade, da expropriação da terra e dos recursos da natureza. Sua produção é enfrentada, também a partir dos territórios, de modo que a lógica da modernidade é subjetivada e sabotada em sua eficiência. Assim, diferentes grupos, em interação com o mundo espiritual, carregados

por outras cosmologias, enfrentam e subvertem a lógica economicista e distópica da modernidade.

Em movimento, grupos e corpos rompem com o cristalizado, respondendo ao poder, negando-o. Negando a colonialidade constitutiva da modernidade a fissuram. Criam fraturas no processo de desumanização do ser, da divisão maniqueísta e instrumental dos binômios, legal e ilegal, regular e irregular. Deste modo produzindo espaços outros onde passam a habitar. Criando respostas a partir da afronta direta a sua estrutura basilar, que impõem na articulação do ser, saber e poder a noção de propriedade.

Na condição de centro do capitalismo, a Europa impôs seu domínio, buscando incorporar a todos em seu sistema-mundo, seu padrão de poder. Sua re-identificação da história, política, cultural e intelectual produzida para o mundo. Esta feita, passou a receber constantemente ameaças pelos sentidos produzidos a partir de outros universos simbólicos. Subjetividades colonizadas, talvez, mas reinventadas em inter-relações com os territórios, culturas e conhecimentos originários e tradicionais.

A violência colonial é enfrentada, pela força ética e estética dos desprezados. Pela filosofia africana, nos corpos aprisionados e espíritos livres pelo ubuntu. Pela roda de samba, pelo jongo, a capoeira, pelas cirandas e no candomblé. Pela ressignificação do Cristianismo, no desvelar do Cristo negro, operário, oriental e favelado. Nas resistências dos movimentos sociais, na resiliência inventiva e comunal. No Bem Viver da filosofia indígena, que aponta para o caminhar em direção ao novo, com os pés e a mente no "passado", na ancestralidade, nos modos de vida dos povos originários, que buscam o reencontro dos seres humanos com a natureza, rompendo com a ideia de bem-estar ocidental.

5. Referências

ARENDT, Hanna. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2002.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Editora Sá da Costa: Lisboa, Portugal, 1978.

DUSSEL, Henrique, 1942 o encobrimento do outro: a origem do mito da Modernidade. Petrópolis, RJ. Vozes, 1993.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família da Propriedade e do Estado**. Lisboa: Presença, 4 ed. 1979.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial**. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014.

PLATÃO. **República**. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 2002.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. in. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (Org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. set 2005.

REALE. Giovane; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**. 1 Filosofia pagã antiga. São Paulo: Paulus, 2003.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: A Colonização da Terra e da Moradia na era das Finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Caderno Novos Estudos, set. 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/04.pdf>. Acesso em: Ago. 2019.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SPOSITO, Maria Encarnação. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

CIDADE E MORTE

Camila de Freitas Moraes[1]
Carla Graziela Rodegueiro Barcelos [2]
Cristine Jaques Ribeiro [3]
Thais Carolina Xavier Coitinho[4]

1. Introdução

Segundo Michaelis (2019) a noção de cidade é descrita enquanto uma aglomeração de pessoas em uma dada área geográfica, com edificações e que desenvolve atividades sociais, econômicas, industriais, dentre outras. Sendo assim, se faz de suma importância, pensar a noção de cidade para além do espaço político-administrativo urbanizado, mas, enquanto um corpus, sendo aqui entendido enquanto um conjunto onde as relações humanas se dão. Logo, pensar a cidade enquanto um corpus territorial é entendê-la a partir de seus relacionamentos com a natureza, com os estilos de vida dos citadinos, a cultura, a religião e estando ainda presentes, as tecnologias, sendo estes, frutos do processo de urbanização, mas, não se atrelando somente a isso, uma vez que, a noção de cidade perpassa pelo direito individual e coletivo de acessá-la, sem distinções de raça, gênero ou sexual por exemplo, porém, direitos estes que comumente são negligenciados, segregados e subalternizados frente a uma dada população.

E é nesse interim, que o 'corpus da cidade' e a população lgbt, começam a ser pensados aqui, enquanto um corpus inacessível para dados sujeitos, quer seja pela negligência ou pelo processo de invisibilização que se desvela pela via do exercício de poder que detém o controle da sexualidade e do corpo, sendo a cidade representada por um espaço de enfrentamento do medo da morte.

2. Poder ser quem se é, em qualquer lugar?

A sexualidade e o poder, aqui expressos, serão discutidos através do pensamento foucaultiano, justamente, por trata-se de produções sociais que na Modernidade se interpelam pelas estratégias disciplinares e os jogos de poder que fazem parte do sistema

[1] Mestranda eTaxista Prosuc /Capes em Política Social e Diretos Humanos. UCPel. E-mail: camilapsi.moraes@yahoo.com.br
[2] Doutoranda e Bolsista Prosuc/ Capes em Política Social e Diretos Humanos UCPel. E-mail: grazirba@gmail
[3] Professora e Pesquisadora no Programa Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos. E-mail: cristinejrib@gmail.com
[4] Graduanda em Serviço Social e Bolsista de Extensão PBIC. Ucpel. E-mail: thaiscxc@hotmail.com

sexista (masculino e feminino), e que são reatualizados obstinadamente na contemporaneidade, como expõe Swain (2009) "capturando os corpos e impondo uma heterossexualidade normatizadora" (SWAIN, 2009, p. 390). E nessa captura dos corpos que a população LGBT pela via da sexualidade se apresenta enquanto um corpo mortificado pelos saberes que se expõem no social, na religião, na cientificidade, assim como, pelos discursos e não-discursos, sendo este último, pensado a partir das práticas violentas que se configuram pela opressão; pela violência física, violência simbólica e psicológica; pelo bullyng e pelo assassinato. Ou seja, formas em que o poder tende a se manifestar com intuito de silenciar os corpos tido enquanto desviantes (SWAIN, 2009).

Nesse sentindo, faz-se necessário pensar que o poder está para além de buscar disciplinar, curar ou normatizar estes corpos. Tal poder, sobretudo, acaba por interferir na constituição das identidades e das subjetividades frente a sexualidade de cada sujeito, criando padrões de identidade que desrespeito a subjetividade de outrem. Dito de outro modo, as diversas manifestações sexuais contrárias a descrita enquanto normativa, no caso, a heterossexual. Têm seus corpos violados, assim como, sua subjetividade, haja vista que, este poder, como já fora mencionado, é um poder cíclico e atuante em toda estrutura social, logo, também está presente no corpus da cidade e interferindo inclusive no modus de acesso a esta, uma vez que, homossexuais, travestis, lésbicas e transexuais por exemplo, não podem transitar pelos espaços públicos e atuar na construção quotidiana deste sem serem ocultados, mortificados ou invisibilizados.

Com essa premissa, é que Foucault (1979) reitera que o poder, ao qual a posteriori, o chamará de Relação de Poder, se transversaliza e se faz potente em todos os âmbitos e instituições com o objetivo de esculpir comportamentos e corpos similares, a fim de, manter uma dada ordem social. Logo, para que isso ocorra, é preciso assim, negligenciar, subalternizar, vigiar, domesticar e negar quaisquer formas de existência que não se mantenham nessa perspectiva de 'ordem e/ou norma'. Nessa ótica que Foucault sinaliza:

> Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações [...] captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam [...]. Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício (FOUCAULT, 1979, p. 182).

Ora, segundo Foucault (1979), se o poder está em todas as relações e é algo circular, a cidade aqui compreendida enquanto corpus tende a se constituir também enquanto lócus de fomentadora de disparidades sociais. Já que, saindo do pressuposto da

injunção de forças díspares entre sujeitos heteronormativos e sujeitos LGBT's, está cidade enquanto um espaço urbanizado, não possibilita que todos tenham acesso a ela de modo equânime.

Logo, a cidade é um instrumento social tido enquanto um 'corpus adoecido', no sentindo de que, esta além de exercer um dado poder, encontra-se em contínuo adoecimento no momento em corrobora com os espaços que (re) produzem medo, violências, angústias e mortes à determinadas populações. O que se pode supor, é que a cidade em si, não se constrói enquanto um lugar seguro e acessível a todos sem distinções. Como Delumeau (1989), sustenta ao se referir a noção de medo e segurança em quaisquer manifestações das relações humanas e diz que "A insegurança é símbolo de morte e a segurança, símbolo da vida (p.19)".

No entanto, ao pensarmos a noção de cidade e a população LGBT, podemos inferir que esta se constituí enquanto um espaço de mortificação para a população LGBT, onde as pessoas não possuem os mesmos direitos nem ao que compete ao trânsito ou ao direito de transitar (acesso a mobilidade), limitando-se a lugares específicos, ***seus 'guetos' (grifos das autoras)*** onde possam ser acolhidos sem distinções em detrimento da sexualidade, comumente, em bares, festas com temáticas lgbts. Um outro ponto relevante, é o medo destes, em acessar os banheiros e vestiários públicos devido ao estupro corretivo para mulheres lésbicas e abusos sexuais para homens transexuais ou homossexuais, à exemplo (DAMASCENO e BRANDÃO, 2018).

Dito isso, nota-se que, o corpus da cidade frente a população LGBT, não possibilita que as manifestações da diversidade sexual se deem de modo livre e equânime, assim como, corroboram fundamentalmente com à questão da LGBTfobia e os crimes que acontecem na cidade motivados por ela. Ou seja, tais crimes, tendem a ser reiterados todas às vezes em que o direito ao acesso à cidade lhe são negados, uma vez que, estes sujeitos acabam por serem mais do que invisibilizados, alvos de mortificação, sendo assim, sujeitos aniquilados em suas formas de exercer suas vivências, subjetividades, cultura e sexualidade.

3. Corpo, Sexualidade e Cidade: um projeto sociocultural atravessado pela Necrobiopolítica.

Corpo e Sexualidade pensados enquanto um projeto sociocultural é entender que estes são sobretudo, construções biopolíticas e não organicistas, ou seja, "uma construção cultural e não algo natural" (GOLDENBERG, 2002, p. 10). Frente a isso, Moraes (2019)

em consonância com Goldenberg (2002) ratifica que os discursos e as práxis que surgem num dado contexto social mais do que responder aos preceitos morais, religiosos e sociais, busca sobretudo, disciplinar corpos e comportamentos.

E expõe:

> Sendo tais dispositivos disciplinares os responsáveis a ditarem práticas e comportamentos a serem seguidos, e aos quais, interferem de modo direto nas subjetividades e nas construções psíquicas e sociais dos indivíduos, referentes a sua sexualidade (MORAES, p.101).

E sobre a verdade ou saber sobre a sexualidade, Foucault (1982) ensina-nos:

> Não obstante, a idéia de que se deve ter um verdadeiro sexo está longe de ser dissipada. Seja qual for a opinião dos biólogos a esse respeito, encontramos, pelo menos em estado difuso, não apenas na psiquiatria, psicanálise e psicologia, mas também na opinião pública, a idéia de que entre sexo e verdade existem relações complexas, obscuras e essenciais (FOUCAULT, 1982, p. 3).

Na mesma lógica, Madlener e Dinis (2007) ensinam que 'o dispositivo da sexualidade tem o poder (e é sustentado por este mesmo poder) de tornar o sexo possuidor de uma verdade sobre o indivíduo (p.50). Isto é, o dispositivo da sexualidade construído e produzido historicamente toma a heterossexualidade como norma padrão e vigente, e o seu contrário, a homossexualidade, a transexualidade ou quaisquer outras manifestações sexuais tidas como fora dos padrões estabelecidos. Logo, estes últimos tidos como objeto de análise, de intervenções, modificações e disciplinarizações. Sendo o ponto de partida para tanto, o saber religioso que sobrepunha quaisquer práticas homossexuais enquanto bestiais, sendo estes vistos enquanto uma depravação social procedente de um desvio da natureza humana até se chegar, a cientificidade enquanto uma readequação de tais paradigmas, ou seja, o saber médico, toma novamente o corpo lgbt enquanto objeto de saber-poder. Mas agora, pela via da patologia, sendo este corpo passível de ser corrigido não mais pela ótica moral e espiritual outrora pensada pelas instituições religiosas, mas, pela ótica psiquiátrica, psicológica e medicamentosa, logo, sendo este corpo passível de cura através de terapias, de internações e medicações (MACHADO, 2010).

Prontamente, o corpo LGBT então passa a ser consolidado enquanto anormalidade e assim, a medicina e a psicologia ao status de instituições responsáveis pelo controle social da sexualidade. Então, frente ao binômio da normalidade versus anormalidade, as intuições consolidadas na relação saber-poder mais do que disciplinar e buscar curar as 'anormalidades' da sexualidade, dissecam desejos, mortificam modos de existência, de subjetividades e reiteram exclusões e processos de invisibilizações no âmbito social.

Contudo, quando se traz à baila a noção de Biopolítica é para se pôr em evidência que o poder é uma questão de exercício seja pela via do Estado moderno ou das instituições presentes no seio social, tais como: a religião, a política, as prisões, entre outras, que tem como objetivo o controle do indivíduo e da própria sociedade, o que inclui ao pensarmos a noção de cidade, o controle daqueles que terão acesso ou não ao 'corpus' dessa, assim como, aqueles passíveis a estarem em zonas de vida ou zonas de morte (GOLDENBERG, 2002).

Nesse sentindo que a teoria foucaultiana ao deslocar a tradição jurídica e política sobre o poder centralizador do Estado, afirma que o poder está no Estado, mas, não somente nele, uma vez que, o poder atravessa o âmbito social e tende a definir quais são os sujeitos passíveis a vida e a morte. Ainda nessa ótica, Achille Mbembe (2017) refaz a ótica foucaultiana ao pensar a sociedade pelo viés da necropolítica. Já que, na necropolítica é a morte que se desvela mais evidentemente do que a própria vida, assim sendo, o Estado e tudo que dele advém, exerce, produz e legitima a morte de uns em detrimento de outros.

Como bem ratifica Mbembe (2017) sobre tal questão:

> A noção de biopoder será suficiente para designar as práticas contemporâneas mediante as quais o político, sob a máscara da guerra, da resistência ou da luta contra o terror, opta pela aniquilação do inimigo como objetivo prioritário e absoluto? A guerra, não constitui apenas um meio para obter a soberania, mas também um modo de exercer o direito de matar. Se imaginarmos a política como uma forma, devemos interrogar-nos: qual é o lugar reservado à vida, à morte e ao corpo humano (em particular o corpo ferido ou assassinado)? Que lugar ocupa dentro da ordem do poder (MBEMBE, 2017, p. 108).

Nisso, Mbembe (2017) embora tenha sua teorização debruçada sobre a precarização do sujeito negro na sociedade e o genocídio de tal população. Aqui, há de se pensar por essa ótica, a população lgbt que pelo viés do corpo bem como todas as questões e vicissitudes transversalizadas pela sexualidade tem seus corpos violentados e subalternizados. Logo, o poder estatal tende a " [...] regular a distribuição da morte é tornar possíveis as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é "a condição para aceitabilidade do fazer morrer" (MBEMBE, 2018, p. 18).

Assim, concomitantemente, o poder sobreveio enquanto atuante de produção e de práticas, que se interpelam na relação saber-poder e que alcançam a realidade mais real/concreta dos sujeitos, a saber: o seu corpo. Corpo este que se sobrepõe ao corpo físico, mas, um corpo psíquico e sobretudo, um corpo situado também no âmbito social, adentrando nos discursos e na vida cotidiana dos sujeitos (FOUCAULT, 1979).

Já, ao transpormos a noção de cidade e pensa-las numa inter-relação com as questões acima supracitadas. É evidenciar as assimetrias de gênero, raça e sexualidade que se interpelam nesse 'corpus' e tendem a produzir e reproduzir relações sociais e espaços de lazeres de modo difuso. Especialmente, quando se põe em evidência a população lgbt, onde se pode inferir que os modos de produção capitalista e os modos de dominação se articulam nesse espaço cotidianamente. Para tanto, é a partir da influência de Henri Lefebvre sobre o "direito à cidade" e a "vida cotidiana" que essas questões podem ser pensadas (LEFEBVRE, 2008).

Nessa perspectiva, sobre a cidade e sua produção, Lefebvre (2008) expõe:

> Produção no sentido amplo: produção de relações sociais e reprodução de determinadas relações. É nesse sentido que o espaço torna-se o lugar dessa reprodução, aí incluídos o espaço urbano, os espaços de lazeres, os espaços ditos educativos, os da cotidianidade, etc (LEFEBVRE, 2008, p.48 - 49).

Ainda nessa lógica Araújo et al. (2018) sinaliza:

> Nos arranjos das cidades contemporâneas, engendram-se uma complexa trama de relacionamentos que ordenam e configuram as formas de organização social. Estas, por sua vez, impactam os territórios e alteram os modos de vida/habitar– modos de viver e relacionar-se com os territórios e nos territórios, dos citadinos – habitantes da cidade em sua totalidade com direitos e deveres para com a mesma (p.6).

Nesse interim, ao autor convoca-nos a pensar a cidade enquanto um espaço produzido e demarcado pelos aspectos políticos, econômicos, sociais. Nos levando ainda, a supor, que espaço construído também, pelo sexual. Sendo esse um "lugar e meio onde se desenvolvem estratégias, onde elas se enfrentam" (LEFEBVRE, 2008: 172).

Por isso, que a intersecção dos pensamentos de Michel Foucault, Achille Mbembe e Henri Lefebvre, são cruciais, justamente, porque fazem-nos compreender que o saber e o poder atrelam-se como modos de domínio dos sujeitos em sociedade, sendo assim, não há como desassociar essas questões do lugar que ocupa a população lgbt no corpus da cidade.

4. Considerações finais

Pensar a noção de sexualidade e de corpo numa perspectiva social, é compreender que estes sempre estiveram além do biológico, daquilo que é tocável e se pode mensurar. Haja vista, que corpo lgbt a que se pretendeu aqui discutir, advém sobretudo das relações entre os homens, sejam estas, pela via do trabalho ou do capital; das relações

intersubjetivas; históricas ou culturais. Sendo assim, reconstruir a noção de sexualidade e corpo, é entender que este origina-se na tessitura social, logo, são corpos habitáveis no território da cidade, são por assim dizer, um emaranhado de 'nós' onde todos estão entrelaçados em direito. Mas, será que todos esses corpos se enlaçam no acesso à cidade?

A analogia acima é para buscar se compreender, a priori, a noção de direito num aspecto mais amplo, pois saindo do pressuposto que na letra da Lei 'somos todos iguais' seriam iguais também, o acesso a todos os espaços que constituem a cidade, sem distinções de sexualidade, raça, credo, religião ou gênero. Em caso afirmativo, sairíamos do pressuposto que todas as formas de existência poderiam acessar todos os espaços sem discriminações, preconceitos, violências e/ ou retaliações. Porém, o contrário se faz, quando saímos da legalidade e descolonizamos a noção de cidade, especialmente, a noção de acesso a essa.

Percebemos então, que a luta por conquistas e direitos nesse interim, sobretudo, busca construir a história e ao acesso aos corpos munidos de diversidade sexual, dando voz aos sujeitos que comumente são tidos enquanto grotescos, bestializados, exclusos.

Sujeitos estes, que sempre estiveram à servidão da figura do colonizador, este último, corporificado pelo sistema de superioridade que se interpela para sustentar uma matriz de dominação a partir da qual as opressões se articulam e se reiteram nos espaços da cidade. Logo, não dá para se pensar as questões da diversidade sexual, sem levar em consideração que os corpos que tem acesso as cidades, já não são mais corpos livres.

São por assim dizer, corpos mutáveis e passíveis a regulamentação do Estado, da Instituições Religiosas, Familiares e dos espaços outros, que constituem a cidade. Assim sendo, é preciso ressignificar as supremacias que continuamente exercem poder sobre a sexualidade e o corpo de outrem, e assim desconstruí-las, para que todas as formas de existência, especialmente, da população LGBT, possam ser legitimadas.

5. Referências

ARAÚJO. Carla Graziela Rodegueiro Barcelos; RIBEIRO. Cristine Jaques e KRUGER. Nino Rafael Medeiros. **ENTRE O ESPAÇO RURAL E URBANO: DESLOCAMENTOS NA GARANTIA DO DIREITO À CIDADE**. Missões - Revista Ciências Humanas e Sociais. v.4, n 4. Agos/Dez, 2018. Disponível em: <http://seer.unipampa.edu.br/index.php/missoes/issue/current/showToc>. Acessado em 28 de setembro de 2019.

DAMASCENO. Ana Paula Pinto; BRANDÃO. Elaine Reis. "**ESTUPRO CORRETIVO" COMO DIDÁTICA DA VIOLÊNCIA SEXUAL LESBOFÓBICA**.

In: ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA, 2018, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos. Campinas, GALOÁ, 2019. Disponível em: < https://proceedings.science/saude-coletiva-2018/papers/---estupro-corretivo----como-didatica-da-violencia-sexual-lesbofobica>. Acessado em 23 de setembro de 2019.

DELUMEAU. Jean. **História do medo no ocidente**. São Paulo: Companhia das

Letras, 1989.

FOUCAULT. Michel. **Microfísica do Poder.** Organização e Tradução de Roberto Machado. 18ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

_____. **Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

GOLDENBERG. Mirian et al (Org.). **Nu & Vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte, Editoria UFMG, 2008.

MACHADO. Leonardo Diogo Cardoso Nogueira. **Patologização do desejo: o homossexualismo masculino nos manuais de medicina legal do Brasil das décadas de 1940 e 1950**. Monografia em História. UFPA, Curitiba. 2010.

MBEMBE, Achille. (2017). **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona.

MBEMBE. Achille. (2018). N**ecropolítica**. São Paulo, SP: n.1 edições.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Editora: Melhoramentos Ltda. São Paulo, 2019. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=cidade>. Acessado em 19 de setembro de 2019.

MORAES. Camila de Freitas. **Esse corpo que habito não é meu?** . In: Diálogos da Cidade: experimentações coletivas [recurso eletrônico]. RIBEIRO, Cristine Jaques (Org.). Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. p. 101.

SWAIN. Tania Navarro. **Todo homem é mortal. Ora, as mulheres não são homens; logo, são imortais**. In: RAGO. Luzia Margareth; VEIGA NETO, Alfredo. (Org.). Para uma vida não fascista. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DIREITO, DECOLONIALIDADE E LUTAS SOCIAIS

A INTERCULTURALIDADE A PARTIR DO MITO DA MODERNIDADE E DO ENCOBRIMENTO DO OUTRO

Pedro Coelho Marques[1]
Lucas Braunstein da Cunha[2]
Pablo Alan Jenison Silva[3]

1.Introdução

A interculturalidade, agindo no sentido de conjugar propostas de convivência entre diferentes culturas em um viés democrático e plurilateral, integrando e diversificando o modo de vida dos diferentes povos, projeta-se em consonância com a independização de culturas outrora sufocadas sob a premissa de um pretenso salvamento.

O "encobrimento do outro", como trazido por Enrique Dussel em sua obra "1492 o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade", transmite, em sua essência, um colonialismo agressivo originado no imperialismo. No sentido de buscar a integração de diferentes culturas, expõe-se aqui sua convivência democrática através do conceito da interculturalidade.

Neste sentido, resta evidente a necessidade da realização de movimentos descoloniais que promovam aos povos originários uma mínima garantia de conexão com suas culturas nativas. Caminhando nesta direção, dois países latino-americanos demonstram esforços para a desconstrução desta sobreposição cultural: O Equador e a Bolívia. Ambos trazem, em suas Constituições, elementos de interculturalidade e plurinacionalidade.

No presente trabalho, a interculturalidade promovida em favor dos nativos e dos povos originários é retratada em contraste com o fenômeno do "encobrimento" do outro, estratégico e proposital. Pretende-se, assim, explicitar a diversidade cultural necessária para a convivência harmônica e respeitosa entre os diferentes, em oposição ao que ocorreu por ocasião da modernidade após 1492, quando se intentou dominar e colonizar em nome do poder e de um falso viés civilizatório.

[1] Mestrando em Direito. Universidade Federal de Pelotas. E-mail: marquespdr@yahoo.com
[2] Mestrando em Direito. Universidade Federal de Pelotas. E-mail: bc_lucas@live.com
[3] Mestrando em Direito. Universidade Federal de Pelotas. E-mail: pabloalanjs@gmail.com

2. A interculturalidade e o encobrimento do outro

2.1 Interculturalidade

Em atenção à diversidade cultural, a interculturalidade perpassa séculos de exposição e desenvolvimento na sociedade. Pode-se considerar que desde o início da história da humanidade ocorreu o contato entre diferentes culturas. A isto se remete o fato de que desde a Grécia Clássica e o Império Romano, tendo em consideração as inúmeras interações no Mediterrâneo, ao que nisto pode-se incluir a expansão da Europa em direção aos continentes americano e africano (CANCLINI, 2006).

Após o movimento migratório que se originou de um processo de descolonização desde a África, América Latina e Ásia - territórios que, segundo Hegel (1955, p. 243), eram considerados periféricos, e, especialmente a Ásia, é considerada o "início da humanidade", enquanto que a Europa seria o centro e o fim -, habitantes das ex-colônias europeias migraram para o velho continente. A partir disto, deu-se um convívio forçado dos europeus com os ex-colonizados, os quais são, pelas distinções, considerados "outros" (VASCONCELOS, 2001).

A partir do contexto narrado surge a interculturalidade, no sentido de conjugar propostas de convivência entre diferentes culturas em um viés democrático e plurilateral, integrando e diversificando o modo de vida dos diferentes povos, e "fomentando o potencial criativo e vital resultante das relações entre diferentes agentes e seus respectivos contextos" (FLEURI, 2001, p. 46).

O termo interculturalidade, distinta mas não contrariamente à multiculturalidade, designa uma interconexão, interpenetração e entrelaçamento de culturas. Por outro lado, a multiculturalidade corresponde à coexistência de diversos grupos culturais na mesma sociedade sem apontar para uma política de convivência (FLEURI, 2001, p. 46).

Na mesma direção aponta Canclini (2004, p. 14):

> De un mundo multicultural -yuxtaposición de etnias o grupos en una ciudad o nación- pasamos a otro intercultural globalizado. Bajo concepciones multiculturales se admite la diversidad de culturas, subrayando su diferencia y proponiendo políticas relativistas de respeto, que a menudo refuerzan la segregación. En cambio, interculturalidad remite a la confrontación y el entrelazamiento, a lo que sucede cuando los grupos entran en relaciones e intercambios.

A interculturalidade remete a confrontação e o entrelaçamento, sendo isto o que sucede quando grupos diferentes adentram relações e intercâmbios. Além disso, implica que cada qual aja à sua própria maneira nas relações de negociação, conflito e empréstimos recíprocos (CANCLINI, 2004, p. 15).

Neste sentido, a partir do que complementa Nestor Canclini (2004, p. 25-26), adotar uma perspectiva intercultural proporciona vantagens epistemológicas e de equilíbrio descritivo e interpretativo, leva a conceber as políticas da diferença não só como necessidade de resistir.

2.2 O mito da modernidade e o encobrimento do outro

No ano de 1492, Cristóvão Colombo, genovês a serviço da Espanha, chega às Américas. Como popularmente se conhece, ocorre, então - naquela época de expansionismo europeu -, o “descobrimento" do continente americano. Não obstante, não se pode olvidar de que o “descobrimento" foi, ao menos para o que pensavam os “descobridores", um esforço na obtenção de um novo caminho para as então chamadas “Índias” (REIS, 2014, p. 11).

O fato é que "a palavra descobrimento, empregada com relação a continentes e países, é um equívoco e deve ser evitada. Só se descobre uma terra sem habitantes; se ela é ocupada por homens, não importa em que estágio cultural se encontrem, já existe e não é descoberta” (IGLESIAS, 1992, p. 23).

Com isso, pode-se considerar que os europeus, de maneira agressiva e impositiva, em atenção a seu surto expansionista, atribuíram ao território americano uma ideia imperialista, considerando terem encontrado algo não conhecido, quando na verdade no local haviam nativos que viviam em contato com aquela terra. Desta forma, os europeus proclamam sua existência e incorporam a terra a seus domínios e a consideram sua dependente (IGLESIAS, 1992, p. 23).

A partir desses acontecimentos, o europeu encontrou o “outro”. Foi após este marco temporal que Enrique Dussel (1994) atribui o surgimento da modernidade, a qual dá ao mundo uma visão eurocêntrica e justifica a missão civilizatória e colonizadora que a Europa possuiu. Dessa missão, vista com nobreza pelos olhos europeus, exsurge o encobrimento do outro, do diferente, conquistado pelos colonizadores e, de forma inadequada e imprópria, chamados de “índios”.

Neste sentido, afirma Dussel (1994, p. 33):

> Ao descobrir uma Quarta Parte (desde a "quarta península" asiática) ocorre uma auto-interpretação diferente da própria Europa. A Europa provinciana e renascentista, mediterrânea, se transforma na Europa "centro" do mundo: na Europa "moderna". Dar uma definição "europeia" da Modernidade – como faz Habermas, por exemplo – é não entender que a Modernidade da Europa torna todas as outras culturas "periferia" sua. Trata-se de chegar a uma definição "mundial" da Modernidade (na qual o Outro da Europa será negado e obrigado a seguir um processo de "modernização", que não é o mesmo que Modernidade). É por isso que aqui nasce estrita e histórico-existencialmente a "Modernidade" (como "conceito" e não como "mito") desde 1502, aproximadamente.

Através do processo de colonização a que foi submetido, o “outro" é obrigado, subsumido, alienado a fazer parte de uma totalidade dominante. Com isso, passa a ser reduzido pelo colonizador, a um “si mesmo”, tendo suas culturas e propriedades intrinsecamente sufocadas e encobertas de forma agressiva.

Ao chegar no continente americano, na verdade, Colombo imaginava ter chegado à Índia, isto é, na Ásia. Desta forma, houve, conforme exposto, uma redução dos nativos a “si-mesmos” asiáticos, pois assim pensavam os europeus. A partir deste marco, a América foi projetada como imagem da Europa, sendo, portanto, perfeitamente cabível a consideração deste processo, tendo em conta sua deturpação, não como um “descobrimento”, mas como uma “invenção” (DUSSEL, 1994, p. 30-31).

O processo narrado aqui, ressalte-se, não ocorreu sem violência física, e assim não poderia mesmo ocorrer, vez que "a violência física sempre foi uma constante no processo de conquista da América, sendo esta um dos principais fatores no processo de encobrimento dos povos originários” (REIS, 2014, p. 14).

Em se tratando das terras brasileiras, não foi diferente. Os povos originários do Brasil sofreram, sob o argumento da colonização, um verdadeiro extermínio. A respeito do tema, Darcy Ribeiro (1995, p. 144):

> Conforme se vê, a população original do Brasil foi drasticamente reduzida por um genocídio de projeções espantosas, que se deu através da guerra de extermínio, do desgaste no trabalho escravo e da virulência das novas enfermidades que os achacaram. A ele se seguiu um etnocídio igualmente dizimador, que atuou através da desmoralização pela catequese; da pressão dos fazendeiros que iam se apropriando de suas terras; do fracasso de suas próprias tentativas de encontrar um lugar e um papel no mundo dos „brancos“. Ao genocídio e ao etnocídio se somam guerras de extermínio autorizadas pela Coroa contra os índios considerados hostis, com os do vale do rio Doce e do Itajaí. Desalojaram e destruíram grande número deles. Apesar de tudo, espantosamente sobreviveram algumas tribos indígenas ilhadas na massa crescente da população rural brasileira. Esses são os indígenas que se integram à sociedade nacional, como parcela remanescente da população original.

Percebe-se, ante o exposto, ter havido, para além da simples e falaciosa alegação de desenvolvimentismo, um sufocamento de culturas já há muito estabelecidas e erguidas a muito custo. Não se pode deixar de considerar que a imposição dos mencionados ideais eurocêntricos impactou severamente nos povos latino-americanos. Há, no encadeamento de ações, não um reconhecimento do outro, mas sim um encobrimento. Justifica-se, inadvertidamente, um encobrimento do outro em sua alteridade através de uma pretensa civilização do Novo Mundo.

Para Hegel (1955), o pretexto utilizado para considerar os povos latino-americanos como menores ou menos importantes, era o de que seriam preguiçosos, covardes, como eram considerados, a bem da verdade, todos os que se demonstravam contrários a cultura europeia.

Desta forma, como já constou destacado sobremaneira, o eurocentrismo é latente quando percebemos, em Hegel (1955, p. 243) uma demonstração de que a Europa é o centro e o fim da história universal, enquanto que a Ásia (território em direção ao qual estavam se direcionando os “descobridores" da América quando aqui chegaram) é o início. Assim, a trama formulada por Hegel destaca que, sendo a Europa o centro do mundo, as demais regiões do mundo, nas quais se inclui as Américas, seriam desqualificadas pela "imaturidade histórica, a-historicidade e infantilidade histórica” (DUSSEL, 1993, p. 18).

O referido “encobrimento” deixa aos povos que até hoje resistem ao colonialismo e ao imperialismo a incumbência e a responsabilidade de construírem um panorama distinto do que se formou a partir dos reflexos do processo narrado, nos últimos quinhentos anos.

2.3 Reflexões sobre a interculturalidade na atualidade

A partir do exposto, tendo em mente todas as particularidades do processo de colonização no continente americano e as nuances da interculturalidade como entrelaçamento multicultural, é possível se pensar em esforços no sentido de promover a interculturalidade entre os povos nativos e, mais além, dos povos que resultaram da interpenetração cultural.

A República do Equador promulgou sua Constituição ora vigente no ano de 2008, e confirmou a proximidade com seus povos originários ao dar ao texto de sua Carta

Magna um forte viés ecocentrista. Logo em seu primeiro dispositivo, o caráter plurinacional e intercultural do país é explicitado:

> Art. 1.- El Ecuador es un Estado constitucional de derechos y justicia, social, democrático, soberano, independiente, unitario, intercultural, plurinacional y laico. Se organiza en forma de república y se gobierna de manera descentralizada.
> La soberanía radica en el pueblo, cuya voluntad es el fundamento de la autoridad, y se ejerce a través de los órganos del poder público y de las formas de participación directa previstas en la Constitución.
> Los recursos naturales no renovables del territorio del Estado pertenecen a su patrimonio inalienable, irrenunciable e imprescriptible (ECUADOR, 2008).

A forte conexão com a natureza dá, irrefutavelmente, mostras de que o país se conecta com suas ancestralidades, em uma tentativa clara de reforçar o respeito aos povos que primeiro estiveram no território. O preâmbulo da Constituição de 2008 ressalta:

> PREÁMBULO
> NOSOTRAS Y NOSOTROS, el pueblo soberano del Ecuador
> RECONOCIENDO nuestras raíces milenarias, forjadas por mujeres y hombres de distintos pueblos,
> CELEBRANDO a la naturaleza, la Pacha Mama, de la que somos parte y que es vital para nuestra existencia,
> INVOCANDO el nombre de Dios y reconociendo nuestras diversas formas de religiosidad y espiritualidad,
> APELANDO a la sabiduría de todas las culturas que nos enriquecen como sociedad,
> COMO HEREDEROS de las luchas sociales de liberación frente a todas las formas de dominación y colonialismo,
> Y con un profundo compromiso con el presente y el futuro,
> Decidimos construir
> Una nueva forma de convivencia ciudadana, en diversidad y armonía con la naturaleza, para alcanzar el buen vivir, el sumak kawsay;
> Una sociedad que respeta, en todas sus dimensiones, la dignidad de las personas y las colectividades;
> Un país democrático, comprometido con la integración latinoamericana –sueño de Bolívar y Alfaro-, la paz y la solidaridad con todos los pueblos de la tierra; y,
> En ejercicio de nuestra soberanía, en Ciudad Alfaro, Montecristi, provincia de Manabí, nos damos la presente (ECUADOR, 2008). (grifei)

Digno de nota, ainda, é a menção constitucional ao "bem-viver" (*buen vivir*, ou *sumak kawsay*, em *kichwa*) conceito explorado por países latino-americanos justamente em busca de uma maior conexão com os povos originários e indígenas, de forma que intende romper com a coisificação de tudo, denotando uma cosmovisão de numerosos povos ancestrais, um conjunto de valores que dão sentido a existência no plano individual e coletivo, o bem viver tende a aprimorar uma filosofia de vida libertadora e tolerante da

qual fazem parte povos reconhecidos por sua histórica resistência e luta contra um sistema de colonização europeia (MELO, 2006).

De maneira distinta, mas em perfeita consonância com os movimentos equatorianos a caminho do resgate da ancestralidade, a Bolívia também direciona esforços para a interculturalidade na medida em que, em sua Constituição, promulgada em 2009, estabelece um Estado plurinacional e reconhece a diversidade e autonomia indígena e o direito destes povos à terra.

A exemplo do Equador, a Bolívia, em sua *Constitución Política del Estado (CPE)* cita a interculturalidade logo em seu primeiro dispositivo:

> Artículo 1.
> Bolivia se constituye en un Estado Unitario Social de Derecho Plurinacional Comunitario, libre, independiente, soberano, democrático, intercultural, descentralizado y con autonomías. Bolivia se funda en la pluralidad y el pluralismo político, económico, jurídico, cultural y lingüístico, dentro del proceso integrador del país. (grifei)

Os dois países citados são territórios tanto inovadores no que diz respeito ao tratamento constitucional da interculturalidade quanto expoentes no número de povos originários, principalmente indígenas. A Bolívia, por exemplo, possui 62,2% de sua população formada por indígenas. O Equador, em percentual bem menor (7%), não deixa de ser considerado também um país com grande incidência indígena (CEPAL, 2015, p. 41).

Considera-se que a modernidade, como definida por Dussel e a partir do ano de 1492 e dos sucessivos atos que deslindaram após, com seu norte desenvolvimentista, põe em xeque a diversidade proposta pela interculturalidade, de abrangência e entrelaçamento dos povos que tinham, na América, seu território e sua casa, e foram surpreendidos com um sufocamento de seu modo de vida.

4.Considerações finais

A partir do exposto, pode-se considerar que por ocasião do colonialismo europeu em terras americanas, sucedeu-se uma inegável e agressiva sobreposição de culturas, de forma que em tempos atuais, alguns países - principalmente aqueles que contam com grande parcela de povos originários entre seus habitantes - procuram um resgate e uma promoção das ancestralidades.

As lições de Enrique Dussel demonstram o marco da modernidade como sendo o ano de 1492, tempo em que Cristóvão Colombo chegou à América. Tratada como mito, a modernidade é retratada como uma forma de desenvolvimento baseada na cristianização e na civilização forçada de povos que já possuíam suas culturas, cada um à sua maneira.

Após um movimento proposital de redução dos nativos a "si-mesmos", com a finalidade de colonizar e dominar, a Europa projeta, por cima da América, sua imagem e modo de viver. Com inevitável reflexo nas gerações posteriores, pode-se perceber ações no sentido de descolonialidade de alguns países americanos. É aí que a interculturalidade ocupa um papel destacado e age em direção a convivência democrática entre diferentes culturas.

O Equador e a Bolívia são modelos para se pensar a quebra do "encobrimento do outro", movimento que se passou durante séculos e que ainda ocorre contemporaneamente na medida em que as culturas de inúmeros povos são sufocadas a exemplo do que já aconteceu em tempos mais longínquos. Ambos os países adotam políticas ecocentristas, de conexão com a natureza (*pacha mama*) e o bem viver (*buen vivir* ou *sumak kawsay*), que se consolidam como maneiras de promoção da interculturalidade.

Tanto o Equador como a Bolívia demonstram características de plurinacionalidade, multiculturalidade e interculturalidade, de maneira a expressar a valorização da cultura dos povos originários que muito antes da chegada dos colonizadores já tinham na América seu território e sua casa.

5.Referências

BOLÍVIA. **Constitución Política del Estado (CPE)**. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/esp/Constitucion_Bolivia.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2019;

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Diferentes, desiguales y desconectados**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2004.

CEPAL. **Povos Indígenas na América Latina: Progressos da Última Década e Desafios para Garantir seus Direitos.** Santiago: Nações Unidas, 2015.

DUSSEL, Enrique. **1492 o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Tradução Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993;

ECUADOR. **Constitución de la República del Ecuador 2008, Registro Oficial No. 449 del 20 de octubre de 2008.** Disponível em <http://www.oas.org/juridico/pdfs/mesicic4_ecu_const.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2019;

FLEURI, Reinaldo Matias. **Desafios à educação intercultural no Brasil. Educação, Sociedade e Culturas**, nº 16, p. 45-62, 2001.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Lecciones sobre la historia de la filosofia**. México: Fondo de Cultura Económico, 1955.

IGLESIAS, Francisco. Encontro de duas culturas: América e Europa. **Estud. av.**, São Paulo, v. 6, n. 14, p. 23-37, Abr. 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141992000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 Dec. 2019.

MELO, Mario. **Últimos avanços na justiciabilidade dos direitos indígenas no Sistema Interamericano de Direitos Humanos**. Sur, Rev. int. direitos human**.**, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 30-47, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452006000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 2 jul. 2019;

REIS, Rômulo Resende. **A jurisdição no Estado moderno enquanto mecanismo de encobrimento da diversidade: a alternativa da jurisdição plurinacional na constituição boliviana.** Pouso Alegre: FDSM, 2014.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**. São Paulo: Círculo do Livro, 1995

VASCONCELOS, Luciana M. de. **Mais definições em trânsito. Interculturalidade.** Disponível em <http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/INTERCULTURALIDADE.pdf>. Acesso em 12 dez. 2019.

DO ENCOBRIMENTO DOS SABERES AO PENSAMENTO DECOLONIAL: perspectivas para um olhar desde a América Latina[1]

Daniela Cristien S. M. Coelho[2]
Carolina Frasson Sebalhos[3]

1.Introdução

Este trabalho tem como objetivo compreender o processo de encobrimento dos saberes dos povos colonizados e seu impacto na marginalização do sujeito colonizado, pois entende-se que os saberes ocultados pelo colonizador são potentes no entender e modificar positivamente a realidade latino-americana. Parte-se do pressuposto que as relações entre a dominação e a exploração foram responsáveis por moldar as cidades brasileiras, agravando os processos de criminalização da população.

Sendo assim, analisa-se num primeiro momento qual a origem do mito da modernidade, responsável pela hegemonia do pensamento europeu, a partir do processo de colonização dos povos do Sul e o apagamento das culturas e saberes preexistentes subalternizadas pelos colonizadores, resultando na troca gradativa de nossas próprias culturas e histórias de ancestralidade por uma cultura e epistemologia ocidental.

Dentre os prejuízos causados pela colonização, um dos impactos mais importantes foi o surgimento e crescimento das cidades com base na exploração de matéria-prima, terra e pessoas. Essa exploração levou à estratificação da sociedade e a marginalização dos povos colonizados, especialmente no que diz respeito a criação de uma classificação racial/étnica que embasa o poder capitalista.

Assim, entende-se que a crítica à modernidade sob o viés decolonial, nos ajuda a reconhecer as epistemologias do sul global e propagar esses saberes legítimos, situando a América Latina como produtora de soluções para seus problemas, sobrepondo a importação de soluções europeias não destinada aos países colonizados. No trabalho utilizou-se o método dedutivo, em investigação qualitativa e revisão bibliográfica.

---

[1] Este artigo é parte integrante do trabalho intitulado "Dos processos de colonização e subalternização do saber à marginalidade urbana: porquê necessitamos olhar a América Latina como produtora de um novo urbanismo" apresentado no XXIII CONGRESSO e XXXVIII ENCONTRO ARQUISUR, em Belo Horizonte – MG.

[2] Bolsista CAPES. Mestranda em Direito (PPGD). Universidade Federal de Pelotas. E-mail: danielacristien@gmail.com

[3] Mestranda em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU). Universidade Federal de Pelotas. E-mail: carolsebalhos@gmail.com

2. Do “descobrimento” ao “encobrimento”: 1492 e o mito da modernidade

A história do “descobrimento” da América, com a chegada dos colonizadores europeus em 1492, também é um processo de encobrimento dos saberes e culturas dos povos colonizados. Dussel (1994) denomina Cristóvão Colombo como o início da história do homem moderno que, embora tenha compreendido a terra avistada como uma parte desconhecida da Ásia, foi o primeiro a navegar oficialmente e traçar as rotas para o descobrimento do “Novo Mundo”. O fracasso das primeiras expedições de Colombo – que prometiam a descoberta de um paraíso, mas ocasionaram a morte de grande parte da tripulação – resultou na substituição do comando das navegações por Américo Vespúcio.

Seguindo as mesmas rotas descritas por Colombo, Vespúcio percebe diferenças na extensão territorial entre a Ásia e as terras “desconhecidas”, denominando-as como uma Quarta Parte da Terra, o homem moderno e descobridor produz, então, a transição entre a Idade Média renascentista e a Idade Moderna (DUSSEL, 1994). Ou seja, a colonização de terras da América é o marco inicial da Modernidade, transformando a Europa no Centro do Mundo. Nesse contexto:

> La Modernidad se originó en las ciudades europeas medievales, libres, centros de enorme creatividad. Pero "nació" cuando Europa pudo confrontarse con "el Otro" y controlarlo, vencerlo, violentarlo; cuando pudo definirse como un "ego" descubridor, conquistador, colonizador de la Alteridad constitutiva de la misma Modernidad. De todas maneras, ese Otro no fue "des-cubierto" como Otro, sino que fue "en -cubierto" como "lo Mismo" que Europa ya era desde siempre. De manera que 1492 será el momento del "nacimiento" de la Modernidad como concepto, el momento concreto del "origen" de un "mito" de violencia sacrificial muy particular y, al mismo tiempo, un proceso de "en-cubrimiento" de lo no-europeo. (DUSSEL, 1994, p. 08)

A visão eurocêntrica sobre o processo de colonização, naturalizou a exploração das terras e dos povos originários e o apagamento de seus saberes e sua cultura. Para melhor manipular e controlar as mentes e corpos indígenas[4], foi necessário alcançar o imaginário desses povos, impondo a existência de um mundo sobrenatural do desejado (céu) e do temido (inferno). Para isso, o colonizador destruiu as aldeias e templos,

[4] É importante, acrescentar, que não se desconhece o apagamento da população em situação de escravidão, que aqui chegando, também foi submetida e subvertida à imposição da religião europeia e forte repreensão ao uso de imagens e verbalização das crenças de matrizes africanas, de uma forma tão violenta quanto aos indígenas.

reprimindo as crenças e pinturas indígenas. Dessa forma, aniquilando a visão de mundo anterior, substitui pela visão de mundo europeia (VAINER, 2014).

Nesse contexto, Mignolo (2017), constata que a colonialidade é um elemento constitutivo da Modernidade e não derivada desta. A problematização daqui decorrente pode ser encontrada em Dussel (1977), para o qual existem dois lados da dominação dos europeus sobre suas colônias: a morte do outro e a servidão. Por esse motivo, falar em dominação também implica uma inversão, que faz parte do projeto decolonial: olhar desde o Sul e para o Sul.

No plano filosófico, Dussel (1977) explica que antes do *ego cogito* de Descartes, o "eu penso" da filosofia moderna europeia, está o *ego conquiro*. Ou seja, o *ego conquiro* é o fundamento prático do eu penso. Em outras palavras, o estudo da natureza do ser surge da dominação sobre os outros periféricos. Esses periféricos são aqueles que não se encontram espacialmente no centro, lugar este que pertence à Europa, o Centro do Mundo. É na opressão do Outro que emerge o questionamento da racionalidade do índio, inculto, um selvagem que não detém a cultura do centro (DUSSEL, 1977). Assim, o *Ego conquiro* - "conquisto, logo existo" - é a condição de existência do *Ego cogito* - "penso, logo existo" - que, pautada na expansão colonial, subalterniza o corpo, a existência e os conhecimentos dos colonizados. Nesse sentido, Castro-Gomez explica:

> Dussel identificó dos modernidades: la primera se habría consolidado durante los siglos XVI y XVII y correspondió al ethos cristiano, humanista y renacentista que floreció en Italia, Portugal, España y en sus colonias americanas. Esta modernidad fue administrada globalmente por la primera potencia hegemónica del sistema-mundo (España) y no sólo generó una primera teoría crítica de la modernidad sino, también, una primera forma de subjetividad moderno-colonial. Dussel conceptualiza esta subjetividad en términos filosóficos (tomados del pensamiento de Levinas) y la describe como un "yo conquistador", guerrero y aristocrático, que entabla frente al "otro" (el indio, el negro, el mestizo americano) una relación excluyente de dominio. El ego conquiro de la primera modernidad constituyó la protohistoria del ego cogito desplegado por la segunda modernidad (Dussel 1992:67); esta última, que se auto-representó ideológicamente como la única modernidad, comenzó apenas a finales del siglo XVII con el colapso geopolítico de España y el surgimiento de nuevas potencias hegemónicas (Holanda, Inglaterra, Francia). (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 48-49)

Em outras palavras, Dussel acredita que existem duas modernidades, a primeira é a do *ego conquiro*: a face oculta da conquista, exploração e do genocídio dos povos colonizados e; a segunda, a modernidade amparada no *ego cogito*, a face declarada da história, onde já dominados os povos do sul, implementa a ideia de que o Europeu é o centro do mundo, o desenvolvido, o perfeito, ideal. Ou seja, a história não contada pelos

europeus - da conquista violenta e opressora - é o cerne do levantamento das críticas feitas por Dussel e pelos pensadores decoloniais.

A Europa, portanto, não é o "contêiner" da modernidade, dos traços positivos de evolução ou se torna o Centro do mundo por suas próprias forças, saberes e capital. Essa perspectiva é um paradigma alternativo, de modo que os fenômenos intraeuropeus como a reforma protestante, o surgimento da ciência e a revolução francesa, não seriam capazes de produzir a modernidade. A conquista da América, portanto, é constitutiva da modernidade (CASTRO-GOMEZ, 2005; BERNADINO-COSTA E GROSFOGUEL, 2016).

Assim, afirma-se que o colonialismo é o contêiner da modernidade, controlando o Estado, o trabalho e a produção do conhecimento, bem como a raça e o racismo são os princípios que organizam a acumulação de capital e as relações de poder desse sistema-mundo (BERNARDINO-COSTA E GROSFOGUEL, 2016). A partir disso, o apagamento e a exploração dos povos originários, bem como a substituição de seus saberes pelos saberes europeus é a prática da modernidade.

2.1 As relações entre dominação e urbanização: o crescimento periférico das cidades

Para que se possa tratar dos impactos da colonização e da dominação dos povos, emerge a necessidade de estabelecer algumas conclusões acerca do tópico anterior. Do ponto de vista da decolonialidade, o colonialismo consiste em uma estrutura de exploração, estabelecida a partir do controle político, de modo que os recursos de produção e o trabalho são comandados por uma população de outra identidade, podendo a sede central estar localizada fora dos limites territoriais explorados. Este termo, "colonialismo", se difere do termo "colonialidade", uma vez que o segundo implica uma relação racista de poder[5] (QUIJANO, 2017, p. 84).

Essa relação racista é, indubitavelmente, fruto do colonialismo e, por essa razão, diz-se que colonialismo e colonialidade são termos distintos, porém interligados, um condiciona a existência do outro: tal qual a modernidade e a colonialidade (QUIJANO, 2017; MIGNOLO, 2017).

[5] Consiste em uma classificação racial/étnica como pedra angular do poder capitalista (QUIJANO, 2017, p. 84).

A invenção da Modernidade, causa do colonialismo, é repassada nas enciclopédias como uma dádiva dos Europeus. Para além desse mito da modernidade, os efeitos do colonialismo não terminaram após as explorações, nem mesmo com o genocídio operado pelos colonizadores. Por conseguinte, da destruição exercida pelos dominantes, alguns dos povos colonizados foram reduzidos e aqueles que resistiram foram relegados aos porões da história. Esses povos, aos olhos do Centro do Mundo, são subdesenvolvidos, atrasados, seres que não conseguiram acompanhar a "evolução" do mundo moderno, agora contemporâneo.

Nesse ponto, ainda que encerrado o processo de colonização - tornando o colonialismo um processo mais antigo - surge a colonialidade. Assim, estrutura-se a relação entre dominantes e dominados: existe um não-lugar ao Outro, nem no Centro do Mundo e nem fora deste. É a própria exterioridade.

Assim, ousa-se trazer o conceito de exterioridade pelas próprias palavras de Dussel, não por não compreendê-las ou não conseguir explicá-las, mas pela insuficiência que surge ao modificá-las, transpondo seu pensamento e significado:

> Entre os entes ou coisas que aparecem no mundo, que se manifestam no sistema juntamente com os instrumentos, há um absolutamente sui generis, diferente de todos os outros. Junto às montanhas, vales e rios; Junto às mesas, martelos e máquinas, irrompe diariamente em torno de nós o rosto de outros homens. Afastados da proximidade, na distância, sua presença torna a recordar-nos a proximidade postergada. Todavia, habitualmente, o rosto de outro homem se apresenta em torno de nós como uma simples coisa-sentido a mais. O chofer do táxi dá a impressão de ser um prolongamento mecânico do carro; a dona de casa como um momento a mais da limpeza e da arte culinária; o professor como um ornamento da escola; o soldado como membro do exército… Parece que é difícil isolar o outro homem de seu sistema de onde se encontra inserido. É então um ente; é parte de sistemas. Todavia, há momento em que se nos apresenta, se nos revela em toda sua exterioridade. Como quando de repente o chofer do táxi se apresenta como amigo e nos diz: - como vais? A pergunta inesperada surgida de um horizonte de entes, causa impacto em nós: Alguém parece no mundo! Muito mais quando se nos diz: -"Uma ajuda, por favor!" ou -"Estou com fome; Dê-me de comer!". O rosto do homem se revela como outro quando se apresenta em nosso sistema de instrumentos como exterior, como alguém, como uma liberdade que interpela, que provoca, que aparece como aquele que resiste à totalização instrumental. Não é algo; é alguém. Exterioridade [...] quer indicar o âmbito onde o outro homem, como livre e incondicionado por meu sistema e não como parte de meu mundo, se revela. (DUSSEL, 1977, p. 46-47).

Apesar da dominação de ser, saber e conhecer do colonizador, a decolonialidade surge no momento em que o primeiro sujeito colonial do sistema-mundo moderno/colonial reagiu contra os desígnios imperiais iniciados em 1492. Mostra-se como um modo de pensar a partir da perspectiva do colonizado, uma prática de oposição e intervenção.

Parte-se do pressuposto que, com a conquista da América, as imagens do Novo Mundo foram reconstruídas à semelhança do mundo ideal do Centro. À medida que os territórios (e corpos) passavam a ser conquistados, eram submetidos ao apagamento de suas origens e refeitos como uma réplica da Europa. Assim, nossas cidades e territórios foram concebidos e projetados conforme modelos importados. O poder colonial construía as cidades como imagem e semelhança das cidades européias, ou em novos assentamentos, ou com a promessa que seriam cidades melhores que as existentes. Ainda presente, essa colonialidade persiste nas noções e práticas contemporâneas de fazer cidade (VAINER, 2014).

Para melhor compreensão e demonstração desse domínio praticado pelos europeus no fazer cidade e devido a extensão do trabalho aqui proposto, delimitou-se a pesquisa aos processos de urbanização no Brasil[6].

Não se pode pensar na urbanização brasileira, sem mencionar a industrialização, sendo esta última, a responsável pelo crescimento exacerbado e descontrolado das cidades. Na década de 40, a população urbana brasileira era de 12,8 milhões. Apenas quarenta anos depois, a população que residia na cidade transpõe o marco de 80,5 milhões (RIBEIRO, 1995, p. 198). E derivado deste significativo aumento da população urbana, começam a surgir as falhas dos processos urbanos importados da Europa, afinal, nenhuma cidade (brasileira ou europeia) havia recebido tamanho contingente populacional.

Como consequência da carência de planejamento, a população urbana encontra soluções por si mesma: constrói suas casas em grandes morros íngremes, como no Rio de Janeiro e fora do regulamento urbanístico, como em áreas de propriedade contestadas em São Paulo. As denominadas favelas permitem que essa população mantenha-se integrada à estrutura social regular da cidade, embora excluídas do sistema básico de infraestrutura urbana provida pelo Estado (RIBEIRO, 1995).

Se no século XIX, as missões francesas tiveram o encargo de embelezar[7] o Rio de Janeiro. No final do século, o "Plano Diretor" das cidades surge para substituir essa

[6] País sede do encontro.

[7] O embelezamento das cidades brasileiras deram origem à construção de mansões, jardins, mas também residências domésticas para os ricos, donos de plantações de café e donos de escravos. Em seguida, os ideais de Haussmann, promovem a higienização da cidade e controle da população (pobre), com a abertura de grandes avenidas, construindo grandes jardins para os mais abastados e estratificando a população por determinações racial/étnicas e de classe ... Essas práticas foram importadas da Europa para a América como solução para as cidades industrializadas que mostravam seus primeiros problemas: a crescente classe de operários e sua periferização. Em seguida, as cidades da europa e da américa do norte se tornaram modelos universais, exportando os modelos de urbanização que planejavam e praticavam a produção e o consumo (VAINER, 2014).

função e remodelar as cidades para o mercado imobiliário, novamente escolhendo esquecer a população pobre neste planejamento (MARICATO, 2002). Neste sentido:

> A relação entre habitat e violência é dada pela segregação territorial. Regiões inteiras são ocupadas ilegalmente. Ilegalidade urbanística convive com a ilegalidade na resolução de conflitos: não há lei, não há julgamentos formais, não há Estado. Há dificuldade de acesso aos serviços de infra-estrutura urbana (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, difícil acesso aos serviços de saúde, educação, cultura e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desabamentos) somam-se menores oportunidades de emprego, maior exposição à violência (marginal ou policial), difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer, discriminação racial. A exclusão é um todo: social, econômica, ambiental, jurídica e cultural (MARICATO, 2003, p.79).

Dessa forma, a classe dominante da sociedade controla, além da produção, o consumo do espaço urbano, de forma que a cidade se desloca conforme interesse dessa classe. Ou seja, num primeiro movimento, os centros crescem em direção a classe alta, o que ocasiona a decadência do centro principal e surgem outros centros metropolitanos (VILLAÇA, 1999). A exclusão dos mais pobres e sua transferência para as periferias da cidade é resultado desse processo de segregação, produzindo 'cidades ilegais', excluídas e invisibilizadas, também, nos estudos urbanísticos históricos e atuais (MARICATO, 2002).

Para Maricato (2003, p.188): "A crise do planejamento urbano e a busca de uma nova matriz teórica constitui um momento importante para uma produção intelectual comprometida com a democracia no Brasil. A oportunidade é a de 'replantear' a questão em novas bases". Sempre atento às artimanhas do colonizador em ressignificar as práticas de permanência da dominação e exploração. "Trata-se também de ousar apontar caminhos, mesmo em meio à tormenta... e por isso mesmo." (MARICATO, 2003, p.188). Neste mesmo sentido, Darcy Ribeiro (1995, p.204) relembra:

> A história nos fez, pelo esforço de nossos antepassados, detentores de um território prodigiosamente rico e de uma massa humana metida no atraso mas sedenta de modernidade e de progresso, que não podemos entregar ao espontaneísmo do mercado mundial. A tarefa das novas gerações de brasileiros é tomar este país em suas mãos para fazer dele o que há de ser, uma das nações mais progressistas, justas e prósperas da terra.

Desse modo, a dominação que sempre estará presente em nossa história, como América e povo latino americano, não deve fazer parte da idealização para nosso futuro. Dessa forma, desprender-nos das amarras da colonialidade e perceber o verdadeiro processo de urbanização decorrente da exploração territorial e humana, para enfim, propor um novo urbanismo.

3.Considerações finais

Assim, entende-se que a crítica à modernidade sob o viés decolonial, auxilia no reconhecimento das *epistemologias desde o sul* e a propagar esses saberes legítimos, situando a América Latina como produtora de soluções para seus problemas, sobrepondo a importação de soluções europeias não destinada aos países ditos subdesenvolvidos.

Retomado o contexto histórico da subalternização dos saberes e exploração pelos colonizadores, desmitifica-se a modernidade como salvadora dos subdesenvolvidos indígenas e africanos. Nessa perspectiva, a análise da realidade exploratória revela-se causa da segregação social, e, em razão disso, a exclusão da população pobre desde a infraestrutura regulamentada da cidade, até aos processos de estudos urbanísticos e planejamento urbano. Por esse motivo, é necessário que o fazer cidade esteja livre das amarras do colonialismo, desde o sul e para o sul.

Em síntese, deve-se ter em mente que para reverter o domínio do pensamento europeu, é necessário assumir nossa história e perceber a presença da colonialidade para que possamos combatê-la. Para isso, é preciso evitar o apego às epistemologias dos países dominantes, muitas vezes importadas de forma acrítica pelos nossos teóricos, como suas cidades-modelo e teorias. Enfim, valorizar nosso território, nossa gente e nosso lugar como Outro, (re)construindo uma América: Latina, justa e fértil.

4. Referências

BERNARDINO-COSTA, J.; GROSFOGUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. Soc. estado., Brasília , v. 31, n. 1, p. 15-24, Abr. 2016 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 Ago. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922016000100002.

CASTRO-GOMEZ, S. La poscolonialidad explicada a los niños. Popayán: Universidad del Cauca, 2005.

DUSSEL, E. 1492 El encubrimento del Otro: hacia el origen del “mito de la Modernidad”. Plural editores: La Paz, 1994.

DUSSEL, E. Filosofia da libertação. Edicol: México. 1977.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARICATO, E. Conhecer para resolver a cidade ilegal. In: CASTRIOTA, L.B. (org.) Urbanização Brasileira: Redescobertas. Belo Horizonte: Arte, 2003. p. 78-96.

MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Revista brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 32, n. 94, e329402, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092017000200507&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 31 ago. 2019. http://dx.doi.org/10.17666/329402/2017.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B.; MENESES, M. (Orgs.) Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2017. pp. 84-130.

RIBEIRO, D. Processo Sociocultural. In: O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. pp. 193-208.

VAINER, C. Disseminating 'best practice'? The coloniality of urban knowledge and city models. In: PARNELL, S.; OLDFIELD, S. The Routledge handbook on cities of the Global South. Londres: Routledge, 2014.

VILLAÇA, F. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In: SOUZA, M. A. A.; LINS, S. C.; SANTOS, M. P. C.; SANTOS, M. C. Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo. São Paulo: Cedesp, 1999, p. 221-236.

COLONIALISMO, POPULISMO E QUESTÃO INDÍGENA NO BRASIL: anotações preliminares

Beatriz Matias[1]
Matheus Silva[2]

1. Introdução

Este trabalho abordará a colonialidade, na América Latina, como impulsionadora primordial da expansão do capitalismo primitivo, e as consequências deste processo na vida dos povos ameríndios e para o meio ambiente. Também como seus resquícios influenciaram na construção dos Estados-Nações latino-americanos, para legitimar a tomada dos territórios indígenas. Logo, discutiremos os populismos na América Latina e no Brasil, como ferramentas para a expansão capitalista, e como estes governos trataram a questão indígena. Por último, classificou-se o governo Bolsonaro como populista de extrema direita com viés neoliberal, para apontar os possíveis rumos que a questão indígena tomará.

2. Colonialismo no continente latino-americano

A colonização da América no final do século XIX, foi um processo racista, violento e genocida, que usurpou os territórios indígenas, saqueou os recursos naturais e impôs como válida, uma única forma de conhecimento, o "moderno", suprimindo os diversos saberes dos povos tradicionais. O racismo sistemático e estrutural, autorizou o colonizador assumir a posição de raça superior, para escravizar e dizimar outras raças e para distribuir a população mundial nos lugares e papeis na nova sociedade (QUIJANO, 2015). A colonização assumiu contornos diferenciados. Em algumas colônias espanholas predominou a escravidão dos corpos indígenas para o extrativismo, como aconteceu na Bolívia (GALEANO, 2003). A colonização inglesa, foi impulsionada pela violência, dizimou milhões de vidas indígenas, como sinaliza Quijano: "Os sobreviventes foram

[1]Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos/UCPEL, com pesquisa em andamento intitulada Políticas de protección social para pueblos indígenas: entre laintegración social y la libre determinación. Um estudio comparativo entre Brasil y Colombia, financiada pela Capes. Bacharela em Serviço Social (UCPEL). E-mail: biavasconcelosmatias@gmail.com.
[2]Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos/UCPEL, Bacharel em Serviço Social (UCPEL) E-mail: tcheo.dasilva@hotmail.com

encerrados na sociedade como raça colonizada" (2005, p. 132). Aos colonizadores ingleses, interessava somente divisão do território indígena para exploração dos recursos minerais. Nas colônias portuguesas utilizavam o trabalho escravo dos indígenas para o extrativismo e produção agrícola. Segundo Mendes, "[…] a população indígena. […] foi escravizada, expulsa das terras ou dizimada em guerras com os portugueses" (2012, p. 10). Darcy Ribeiro (2010) aponta que,no Brasil, genocídio dos povos indígenas reduziu a população de 100 milhões para 10 milhões, após trezentos anos de colonização. Mesmo após o fim do domínio europeu legal sob o continente latino-americano, a colonialidade do ser, do poder e do saber, permanece (QUIJANO, 2005).

Em nome da acumulação capitalista invadiu-se territórios indígenas, através do agronegócio, da construção das usinas hidroelétricas, das corporações mineradoras e etc (HERNÁNDEZ, 2018). Esses são impasses para criação dos Estados-Nações na América Latina, enfraquecedores da democracia, que possibilitam a predominância da política colonialista. Com isso, o processo "democrático" instalado em diversos países, inclusive no Brasil, atende exclusivamente os interesses de uma elite colonial/colonialista, que a serviço do capital financeiro internacional, controla os meios de produção e domina as relações econômicas da maioria dos países (NOVAES, 2010).

2.1. A impossibilidade da criação do Estado-Nação, à fraca democracia e a marginalização dos povos indígenas do Brasil

Santos (1979), Addor (2016) e Quijano (2005), apontam que há uma exploração da força produtiva pelos países centrais, coligada a uma democracia fraca e pouco representativa, sem equidade no reconhecimento da cidadania, entre brancos, negros,indígenas e mestiços, e que esses fatores preponderantes impedem a concepção de um Estado-Nação na América Latina e no Brasil.

A exclusão dos povos originários da esfera política por segmentos das classes dominantes que defendem exclusivamente os interesses do agronegócio e das corporações multinacionais capitalistas, é também um impedimento (NOVAES, 2018).

Bem como o processo colonial de mercantilização da terra no Brasil.Como sinaliza Quijano (2005), a colonialidade do poder exerce seu domínio, na maior parte da América Latina, contra a democracia, a cidadania e o Estado-Nação. Addor (2016) pontua que a discriminação racial dos povos indígenas, negros e mestiços reforça a colonialidade do poder no Brasil e impossibilita a formação de um Estado democrático, reduzindo

simplesmente à democracia brasileira ao voto, mantendo os privilégios da classe dominante e que a superação deste sistema somente ocorrerá pela da luta organizada dos povos segregados, para a descolonização. Sem a descolonização da América Latina, estaremos sob projetos neoliberais que não priorizam o desenvolvimento social nos países latinos. Segundo Gavia (2009, p. 23) o neoliberalismo, "[...] costituye a laexclusión social (em todas sus dimensiones) como laherramienta privilegiada de larecomposición de laacumulación y ladominación capitalista". A colonialidade favorece a ascensão dos governos populistas de direita, como apresentaremos a seguir.

3. O populismo no contexto latino-americano e brasileiro

Uma forma para consolidar o capitalismo é o populismo. Aggio (2003) sinaliza que a perspectiva Marxista na América Latina caracteriza o populismo como "um movimento que faz parte dos processos de imposição da sociedade industrial, mas nos quais a classe operária e os setores populares apresentam-se como integrantes passivos, não se constituindo como"verdadeiros" atores do processo" (p. 28). Na América Latina, no século XX, especialmente na década de 30, emergiu uma diversidade de atores sociais e políticos e um conjunto de projetos alternativos e contestadores à ordem social e política vigente (massas). As elites não as trataram como epicentro da luta de classes (contexto europeu). Possuíam viés político e não classista, facilmente são cooptadas par algum líder político que as guie, transferem o seu poder para quem as represente politicamente.No ápice da onda modernizadora, que mobilizou as classes populares em diversos países, nasce um movimento de caráter nacional-desenvolvimentista, qualificado politicamente como populismo (AGGIO, 2003).

Na América Latina o conceito de populismo expressa processos resultantes da superação dos regimes oligárquicos, visando a renovação e atualização das estruturas de dominação precedentes, com ideias de desenvolvimento econômico através de modernização, industrialização e de unificação da sociedade pela ideia de nação, aliadas a um governo redistributivo, para atenuar uma sociedade organizadaa partir da matriz dos interesses individuais. Se caracteriza pelo estímulo do relacionamento direto entre o líder e a massa, o Estado e o povo, mediado por instituições corporativas e/ou partidos políticos. O Estado interfere na vida econômica e social através de políticas econômicas protecionistas que atendem os interesses da industrialização e do mercado interno,

vinculando as dimensões econômicas e ideológicas, uma espécie de nacionalismo popular (AGGIO, 2003).

Aggio (2003) aponta dois fundamentos principais do populismo, ausência de autonomia da classe operária e setores populares e a reiteração da adoção do paradigma europeu como constitutivo da modernidade, que auxiliam na diluição dos interesses de classe através da demagogia e da manipulação, entravando o avanço da democracia, porém expressa suas insatisfações. Quanto ao populismo brasileiro, o autor dialoga com Ângela de Castro Gomes e José Murilo de Carvalho, para expor uma característica particular deste, a experiência democrática, cessada pelo golpe de 1964. Esta experiência teve caráter transformador e dinâmico, onde os líderes não tinham controle absoluto sobre as camadas populares sem que essas influenciassem em suas ações, os apelos eram mais paternalistas e carismáticos do que coercitivos, ao mesmo tempo, que, as camadas populares conquistavam algum direito, configurando um aprendizado democrático em vias de consolidação. O populismo como solução para a crise do liberalismo no pós Primeira Guerra, visando o controle popular e evitar a eclosão de revoluções, no caso latino-americano, se aproxima do fascismo e do nazismo, reciclando o domínio das elites tradicionais (AGGIO, 2003).

Para Gomes (2001) o populismo brasileiro é uma política de massas, vinculado à proletarização dos trabalhadores sem consciência e sentimento de classe, na sociedade complexa moderna. Só a superação da condição de massificação permitiria a libertação do populismo ou a aquisição da verdadeira consciência de classe. O populismo está igualmente associado a uma certa conformação da classe dirigente, que em crise e sem condições de dirigir com segurança o Estado, precisa conquistar o apoio político das massas emergentes e para completar o ciclo precisam do surgimento do líder populista, capaz de mobilizar as massas e empolgar o poder (p. 24-25).

Sell (2013), à cerca do populismo alerta que[...] não se define por uma orientação ideológica unilateral: do nacionalismo, passando pelo livre mercado, até chegar ao bolivarianismo, suas visões de mundo são múltiplas e até contraditórias, passando facilmente da “direita” para a “esquerda" (p. 14). De acordo com a perspectiva Weberiana, é um subtipo da dominação carismática, que pode se apresentar em diferentes níveis ou unidades de análise, cultural, social, político-institucional e psicossociológico. Alberto Guerreiro Ramos apud Ferreira (2001, p. 68-69), definiu o populismo brasileiro, sobretudo, a partir de 1945, com o fim do Estado Novo, o país conheceu no plano político, um mínimo de probidade nas eleições e no plano econômico uma industrialização mais

consistente. A ideologia pequeno-burguesa, procurou mobilizar politicamente “as massas” nos períodos iniciais da industrialização, mas estas não apresentavam a “consciência de classe”, pois ainda não tinham se configurado, tendo escasso “treino partidário” e “tímida consciência de direitos”, sendo “incapazes” de exercer influência sobre os políticos populistas.O populismo brasileiro, fundamentalmente, se assenta em três pilares principais: política de massas, classe dirigente que perdera a sua representatividade e o líder populista, embora a orientação do governo possa ser mais progressista ou mais conservadora. Para Fonseca e Monteiro (2003), o segundo governo de Vargas (1951-54) e o de João Goulart (1961-64) são exemplos típicos do populismo no Brasil. Grande parte da literatura considera suas políticas econômicas “hesitantes”, “irracionais” ou “ambíguas”, mas possuem certas regularidades, resultantes do equilíbrio em um modelo de credibilidade. A condução parte de uma mesma estratégia, convencer os agentes privados da prioridade no combate à inflação, que vai gradualmente sendo afrouxada, na segunda fase há aleatoriedade, oscilação que contribui para abalar a credibilidade dos governos e inaugura uma terceira fase, em que abandonam a opção pela estabilidade.Não há conceituação consensual, embora haja traços políticos comuns amplamente mencionados pelos analistas, "como a existência de liderança carismática, a relação direta entre esta e os governados, dispensando instâncias intermediárias, o discurso distributivista e a simbiose entre práticas políticas demagógicas e autoritárias, dentre outras" (FONSECA E MONTEIRO, 2003, p. 2).

Friggeri (2012) pontua que os governos latino-americanos que desenvolvem uma política indigenista com elementos positivos são identificados ou acusados de “populistas”. É um processo de contestação ao neoliberalismo e seu elemento constitutivo é “a centralidade do povo", possui elementos do populismo clássico, que se modificaram. A invocação central ao povo aparece naqueles lugares onde o Movimento Indígena assumiu um protagonismo político importante, ressignificando a conjunção de povo e identidade. Os mais autênticos líderes populistas não limitam sua interação com o povo às manifestações de massa ou aos programas de rádio ou televisivos. Na maioria dos casos o povo já se encontra bastante mobilizado e tem uma consciência coletiva latente, e só carece de uma liderança eficaz para se converter em uma força revolucionária.

3.1. A questão indígena nos governos populistas latino-americanos e brasileiros

Friggeri (2012) diz que a relação entre Evo Morales e os movimentos populares mostra como os líderes populistas não são governantes absolutos. Pois,1) condensam a

proposta das maiorias populares e se aproximam de lideranças com uma atitude paternalista e patrimonialista, 2) possuem certa personalização unificadora que, de certa forma, acelera o consenso necessário para implementar mudanças na configuração política dos estados, como o PT no Brasil. 3) o chamado "caráter plebeu" do líder. No conceito unificador e centralizador de "povo", opera o conceito unificador e centralizador de "pobre", que não significa construí-lo como ator coletivo, pois seria uma oposição frontal ao regime. 4) é o papel do opositor como centralizador dos fenômenos populistas. A eleição de tendências populistas latino-americanas tem sido bastante certeiras: a oligarquia como oposição ao povo na primeira metade do século; o imperialismo como oposição ao nacionalismo; e, nesta nova versão/corrente, o neoliberalismo. Decidir e ter a capacidade para enfrentar o neoliberalismo, indica importante potencialidade de visão e capacidade organizativa desta política. 5) o caráter capitalista do populismo, ainda que enfrentar sua versão neoliberal seja uma proposta, principalmente onde os povos indígenas ocupam um lugar especial. Impulsionar conjuntamente o capitalismo e a democracia liberal é um desafio do qual o Movimento Indígena está participando. Sobre a relação entre os indígenas e o Estado Novo, Garfield (2002) pontua que as narrativas celebratórias da política indigenista brasileira podiam saudar a assistência e a redenção proporcionada pelo Estado aos povos indígenas, tais como os Karajá e os Xerente. Os revisionistas, por outro lado, podem denunciar o projeto hegemônico do Estado em relação aos Xavante e seus efeitos sobre o comportamento e a identidade de índios como Valle. Para além destadicotomia, devemos não só reconhecer a ambiguidade do projeto estatal como também prestar mais atenção à variedade e às nuances da reação indígena ao poder do Estado. Assim como os Xavantes rejeitaram o governo Vargas, os Karajá, Xerente e Tembé ajudaram a reforçá-lo. E, mesmo enquanto representavam o papel que lhes foi designado, alguns grupos indígenas procuraram editar o script. A carta de Valle[3] revela como alguns indígenas promoveram o projeto estatal, ao mesmo tempo em que buscavam emendar o seu formato.

No contexto da mundialização do capital e do espraiamento das políticas neoliberais na América Latina (1980 e 1990), ganhou forma o neopopulismo, visando legitimar a ascensão de governos de ampla invocação popular, moldados ao

[3]Em setembro de 1945, Lírio Arlindo do Valle, um índio Tembé, em uma carta de dez páginas para Vargas, agradeceu o presidente pela "promessa feita aos índios do Brasil" e narrou o sofrimento dos índios nas mãos dos fazendeiros no Pará, seu estado natal. Na sua tentativa de mobilizar apoio do chefe da nação, a carta revela uma fascinante perspectiva sobre o papel do índio no processo da formação do Estado brasileiro (GARFIELD, 2000).

neoliberalismo, com liderança carismática e discurso voltado a transformação social. Carlos Menem, Alberto Fujimori e Collor são exemplos de governos neopopulistas que implementaram políticas neoliberais na Argentina, Peru e Brasil, respectivamente. Chávez também é considerado um neopopulista, porém com postura distinta das lideranças anteriormente citadas, por ser crítico à política neoliberal e assumidamente anti-imperialista, aproximando-se, assim, mais do populismo clássico (PATIÑO, 2007, p. 252, apud PARAIZO, 2017). O elemento comum do populismo – a personificação política – tem sua origem alicerçada nos fundamentos que embasam a sociedade moderna, é um fenômeno que, embora histórico, é inerente ao capitalismo, não de origem estritamente latino-americana. O discurso e a prática populista permaneceram, mas com novos objetivos políticos, não desenvolvimentistas, mas de desmantelar o Estado. Assim, a proposta neoliberal, pode ganhar uma feição aparentemente progressista, como uma forma de combate redistributivo. Tanto o populismo clássico, como o "novo" figuram como táticas de organização do bloco no poder e inclusão subordinada da classe trabalhadora ao processo político, de legitimação eleitoral. A conceituação exata de neopopulismo apresentada por Saes, 2001, apud Paraizo 2017, é o Programa Bolsa Família. O governo Lula se manteve inserido nos limites do capitalismo neoliberal periférico, entretanto, houveram algumas mudanças no modelo neoliberal em vigência, sobretudo devido ao deslocamento da fração hegemônica no interior do bloco no poder, alterações no modelo político-econômico e no papel desempenhado pelas classes sociais (PARAIZO, 2017).

Marques e Mendes (2006) pontuam que na época de Getúlio, o populismo se fundava nas massas organizadas e contra suas direções tradicionais, os sindicatos eram agentes sustentadores de seu projeto nacional. O "novo populismo" de Lula pode se apoiar no movimento organizado e estar ao mesmo tempo a serviço dos interesses do capital internacional, especialmente do financeiro. Não havia um vazio político na eleição de Lula, mas as oligarquias brasileiras encontravam-se num impasse, não conseguindo cumprir a agenda ditada pelo Banco Mundial e pelo FMI. Precisavam de um representante do "povo" que, em nome dele, completasse as reformas. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) aponta que no governo Lula as expectativas e anseios dos povos indígenas não foram atendidos. Apenas 88 terras indígenas foram demarcadas e se intensificou o processo de criminalização de lideranças indígenas que lutavam pela demarcação. A questão indígena recebeu menor atenção do que em todos os governos civis que o antecederam. De um lado manteve o discurso alinhado com os povos indígenas

e de outro, direcionou-se para estimular a ambição dos segmentos que historicamente se opõem a eles. Com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), apoiou e financiou empresas da agroindústria, do agronegócio, os banqueiros, as empreiteiras da construção civil, as mineradoras, madeireiras e os grandes latifundiários que se dedicam ao monocultivo ou a criação bovina e etc. Como os governos militares, considerou os povos indígenas obstáculos ou entraves ao desenvolvimento e seus direitos constitucionais, penduricalhos. Omitiu-se em relação ao genocídio dos Guarani Kaiowá em Mato Grosso do Sul, que a demarcação poderia ter evitado, e a proteção das comunidades e punição daqueles que praticam as violências poderia ter abrandado, em parte, o sofrimento.O orçamento indigenista mostrou o descaso com os 241 povos indígenas do país. Em 2010, apenas 61% do orçamento indigenista foi liquidado e programas e ações fundamentais para a sobrevivência física e cultural dos povos indígenas tiveram uma pífia execução de seus recursos (CIMI, 2010).

3.2 O viés populista à direita/neoliberal de Bolsonaro e os possíveis rumos da questão indígena

Brum (2018) alertou para o vaivém da fusão ou não do Ministério do Meio Ambiente com o da Agricultura, ser um jogo de cena. Bolsonaro pode fingir que é democrata e ouviu a população, especialistas e o suposto agronegócio moderno fingir que recuou porque escuta, mas tudo já estava decidido. Quando o populista de extrema direita diz que porá alguém "sem o caráter xiita" à frente da gestão ambiental, trata-se de abrir a Amazônia para exploração, pois deve bastante aos ruralistas e aos evangélicos. A conta dos ruralistas é a Amazônia e o que ainda resta do Cerrado. Todos pagarão muito caro pela operação na Amazônia, muitos com a vida, não apenas os que morrem à bala, mas os que morrerão pelos efeitos da mudança climática (EL PAÍS, 2018).

As terras dos indígenas são públicas, de domínio da União, segundo a CF/88. Os indígenas podem viver nelas e delas, sem destruí-las, mas não podem negociá-las. Os indígenas têm sido tratados como "entraves para o progresso" ou para "o desenvolvimento" há vários governos, porque são de fato entraves para a destruição da Amazônia. Recente mudança na estratégia de desqualificação dos indígenas, passa a ser o discurso de que "o índio é um ser humano como nós", o indígena quer "empreender", quer "evoluir". Significa dar o direito de vender e arrendar as TI's, algo que está em curso há bastante tempo. "Evoluir" e "empreender" para Bolsonaro, é dar à floresta o mesmo

status de mercadoria. Ele também diz: “Os índios não querem ser latifundiários”. Dilma já tinha intensificado a aproximação com os ruralistas iniciada no governo de Lula. Bolsonaro vai intensificar e acelerar o que já vinha acontecendo, através do “novo” Código Florestal ou daquela que foi chamada de “Lei da Grilagem”. São operações uma no plano da lei, outra no plano da linguagem. “Regularizar”, arranca pela linguagem o caráter criminoso da operação de grilagem. Para botar a mão nas terras ancestrais é mais complicado. Assim pelo “marco temporal”, só teriam direito às suas terras os povos indígenas que estavam sobre elas em 1988 (CF), impedindo assim a demarcação das terras ainda não demarcadas. Para abrir as terras já demarcadas para a exploração, Bolsonaro terá que mudar a Constituição. Por isso o general Mourão, já antecipou em setembro uma “nova Constituição”, feita por uma “comissão de notáveis”, sem povo (EL PAÍS, 2018).

Até o governo Temer o "agrobanditismo" estava no poder, agora, ele será o poder. Bolsonaro se tornou também, uma ameaça para o planeta. Dia 1º de janeiro de 2019, ele divulgou a Medida Provisória 870 (MP 870). Nela, reestrutura os órgãos do governo e suas funções. Destas, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) passou do Ministério da Justiça para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, perdendo a função de demarcação e proteção de terras indígenas, agora transferidas para o Ministério da Agricultura (MA), que acumulará também as funções do Instituto de Colonização e Reforma Agrária, que cuidariada política fundiária como um todo, o que, além das terras indígenas, inclui as áreas quilombolas e de reforma agrária (BRASIL, 2019). A MP/870 foi convertida na Lei nº 13.844, de 2019, mas pode-se observar que os ataques aos direitos dos indígenas continuam e que as garantias previstas nas Leis e Decretos, não são sempre cumpridas, pois possuem brechas e são passiveis de mudanças e interpretações, ferindo inclusive o direito da autoidentificação que vai além de parecer índio ou residir em TI´s.

4. Considerações finais

O colonialismo/imperialismo continua em curso no Brasil. Mesmo com a CF/88 e demais normativas, a fragilidade do Estado-Nação permite que os indígenas sejam tratados como entraves ao "desenvolvimento", dizimando os que resistem ou removendo-os de suas terras. A eleição de Bolsonaro, governo populista de extrema direita neoliberal, representa uma ameaça aos povos tradicionais e ao meio ambiente e alerta, para a necessidade de articulação para frear esse projeto.

5. Referências

ADDOR, Felipe.**Teoria Democrática e Poder Popular na América Latina**. Florianópolis, Editora Insular, 2016. (pgs. 115 a 151).

AGGIO, Alberto e Lahverta, Milton (orgs). **Pensar o Século XX: ProblemasPolíticos e História Nacional na América Latina.** São Paulo, Editora Unesp, 2003.

BRASIL, Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. **Promulga a Convenção no 169da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato 2004/2006/2004/Decreto/D5051.htm>. Acessado em: 01 de Nov 2017.

BRUM, Eliane. **Bolsonaro quer entregar a Amazônia. Bolsonaro, é uma ameaçaao planeta.** Disponívelem:https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/07/politica/1541597534_734796.html. Acesso em: 28 de fev. de 2019.

Conselho Indigenista Missionário. **Conjuntura da Política Indigenista: OPresidente Lula e os "entraves" de seus dois mandatos!** Disponível em:https://cimi.org.br/2010/12/31398/. Acesso em: 27/02/2019.

FRIGGERI, Félix Pablo. **Uma visão do atual "populismo" latino-americano, apartir das perspectivas do Movimento Indígena.** Lutas Sociais, São Paulo, n.29,p.31-44, jul./dez. 2012.

FERREIRA, Jorge. **O nome e a coisa: o populismo na política brasileira.** In: **Opopulismo e sua história:** debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2001, p. 60-124.

FONSECA, P. C. D e MONTEIRO, S. M. M. **Credibilidade e populismo: a políticaeconômica dos governos Vargas e Goulart.** Revista Brasileira de Economia,2005, 59 (2): 215-243.

GALEANO, Eduardo. **Bolivia de pie nunca de rodillas, el país que quiere existir.**Disponivel em: <https://www.voltairenet.org/article120555.html> Acesso em: 02 de mar. de 2019

GAVIA, Magarita Favela e Guillén, Diana (Cord.) **América Latina: Los Derechos YLas Práticas Cidadanas A Luz de Los Movimentos Populares**, Buenos Aires.Clacso, 2009.

HERNÁNDES, Francisco Del Moral. **Tecnologia, energia, hegemonia, ideologia:seleção de temas, porte de pesquisa e constrangimento de diversidade.** In:Tecnologias para o desenvolvimento social: diálogos Nides – UFRJ / Flávio Cheidid Henrique… [et AL.] (orgs). – Marília: Lutas Anticapital, 2018.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES Áquilas**. O Social no Governo Lula: aconstrução de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal.**Revista de Economia Política, vol. 26, nº 1, pp. 58-74 jan.-mar./2006.

MENDES, Claudinei Magno Magre. **A questão da colonização do Brasil: historiografia e documentos.**Doi:10.4025/imagensduc.v2i2.17292. Disponível

em:<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/viewFile/17292/9343> Acesso em: 02 de mar. de 2019.

NOVAES, Henrique Tahan. **O fetiche da tecnologia: a experiência das fábricas recuperadas.** Henrique T. Novaes–2. Ed.–São Paulo: Expressão Popular, 2010.
SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

NOVAES, Henrique Tahan. **Por uma teoria crítica da tecnociência e pelaurgência de uma sociedade além do capital.** In: Tecnologias para odesenvolvimento social: diálogos Nides – UFRJ / Flávio Cheidid Henrique… [et AL.] (orgs). – Marília: Lutas Anticapital, 2018.

PARAIZO, Maria Angélica Chagas. **Populismo e o projeto de desenvolvimento dogoverno Lula.** Marília, 2017. 117 f.

QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais.**Buenos Aires. CLASCO, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **A América Latina existe?** Darcy Ribeiro; (apresentação Eric Nepomuceno) – Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília: Ed. UnB, 2010.

SELL, Carlos Eduardo. **A Liderança Carismática: sobre o caráter político do populismo.** Revista Tomo, nº 23 (2013): jul./dez., pp. 13-44.

O MODO DE VIDA DAS COMUNIDADES INDÍGENAS LATINO-AMERICANAS PAUTADO NO BEM VIVER COMO PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO ÀS NOVAS LÓGICAS CAPITALISTAS DE EXPULSÃO

Fernanda Ollé Xavier[1]

1. Introdução

Este artigo visa à ponderação se a perspectiva do Bem Viver[2], originada das práticas de vida dos povos indígenas andinos, pode configurar como alternativa às novas lógicas de expulsão ocasionadas pelo neoliberalismo capitalista, as quais colapsam a governabilidade estatal, gerando assim uma crise democrática nos países subalternizados latino-americanos, *in caso*, o Brasil. Projeta-se o Bem Viver como uma racionalidade filosófica firmada no biocentrismo, concepção que eleva a Pacha Mama[3] e todas as suas formas de vida também como o centro da existência; e não apenas a humanidade, tal como rege o antropocentrismo.

Aborda-se a questão democrática sob a plataforma do conflito entre os vários atores sociais que criam e recriam os seus projetos de futuro, e o aumento da pobreza e das expulsões provocadas pelo capitalismo, enquanto sistema de opressão e de alijamento dos sujeitos subalternizados em prol da obtenção de lucro, da legitimidade da propriedade privada e da liberdade de mercado. Ou seja, a questão democrática figura neste trabalho como uma área problemática que implica o confronto dialético entre a democracia e a desigualdade social e econômica inserta em uma matriz neoliberal hegemônica.

Entende-se, pois, esta crise democrática como corolário das expulsões provocadas pelas elites liberais, pelos agentes políticos, pelas grandes cidades e principais conglomerados mercantis internacionais, ou seja, pelos principais agentes de poder que dominam o sistema, pelo que estão expulsando as comunidades rurais, ribeirinhas, e também as que vivem às margens dos grandes centros urbanos, por legitimarem-se

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas – PPG-PSDH/UCPEL. E-mail: feolle@yahoo.com.br.

[2] Ou *Buen Vivir*. Segundo Breda (2016), a tradução que mais respeita o termo utilizado por Acosta (2016), em sua obra *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos* é "Bom Viver" e também o termo *sumak kawsay*, na língua kíchwa (Equador), assim como *suma qamaña*, na língua aimará (Bolívia).

[3] Ou *Pachamama*, do kíchwa, **Pacha** "universo", "mundo", "tempo", "lugar", e **Mama**, "mãe". Portanto significa, "Mãe Terra".

proprietários do espaço público mediante vultosos contratos com o Estado para a exploração da biosfera.

A partir desta afirmação, o artigo pretende uma inquietação reflexiva da sociedade, assim como da academia, em suas variadas áreas do conhecimento, acerca de como o capital nacional e internacional, seus princípios e valores, bem como a inovação tecnológica, através de miríades negociais com o Estado e agentes particulares, têm atuado para a apropriação e exploração dos territórios e áreas subterrâneas e, com isso, impactado na vida de milhares de pessoas e empresas, que acabam por serem despejadas do seu ambiente residencial e laboral. Entende-se que tal reflexão contribui para se pensar uma nova racionalidade, despertando na humanidade o interesse na construção de novas subjetividades voltadas ao enaltecimento de suas raízes históricas e culturais que privilegiem as relações com a Pacha Mama, em detrimento dos padrões de consumo impostos pelo fenômeno da globalização econômica.

Nesta seara é que se insere no trabalho uma proposta sintética de apresentação da perspectiva contemplada pelo Bem Viver, o qual se assenta na plenitude do ser humano em uma relação de harmonia com a natureza, de não pensar o meio ambiente como um elemento hostil, conforme ideia imposta pela modernidade ocidental, e que, por isso, deve ser dominado e explorado pelo ser humano. Ao contrário, os valores preconizados pelas práticas de vida orientadas pelo Bem Viver estão alinhados ao sentido de pertencimento do ser humano à natureza. Mediante estas razões vislumbra-se nesta ideia uma possibilidade de se pensar uma alternativa ou resposta ao capitalismo vigente, ou melhor, "uma oportunidade para se imaginar outros mundos" (ACOSTA, 2016).

Assim, a conjugação destas abordagens contextualiza e delineia a problemática nuclear da pesquisa, a qual cinge-se em responder se os valores e práticas calcadas no Bem Viver poderão apresentar-se como plataforma de discussão e de alternativas de desenvolvimento aos avassaladores efeitos que os processos de exclusão de ordens neoliberais ocasionam aos povos e instituições marginalizadas da América Latina, tomando-se como exemplos alguns casos de expulsão realizados no Brasil. Levanta-se como hipótese uma resposta positiva, embora de concretização árdua, uma vez que visa ao rompimento de concepções, desejos, comportamentos e subjetividades, atualmente mais voltadas à ideia precípua de que a satisfação pessoal se realiza por meio do consumo excessivo de bens materiais, e respectivas imposições ditadas pela globalização econômica, tão arraigadas nos padrões de vida mundiais contemporâneos.

Como caminho metodológico, emprega-se uma abordagem qualitativa dos dados, mediante a realização de pesquisa exploratória e descritiva dos fenômenos e conceitos desenvolvidos no texto, e por meio da utilização da técnica da pesquisa bibliográfica.

2 A crise democrática e as novas lógicas capitalistas de expulsão na América Latina

Pensar a questão democrática conforme o problema forjado neste trabalho requer inseri-la em um enfrentamento dialético com a crise de governabilidade que se instaurou nesta região após a transição dos projetos de governo desenvolvimentistas à luz do bem-estar social, para a instauração e hegemonia das concepções neoliberais que passaram a orientar as políticas econômicas e sociais dos Estados a partir da década de noventa (IVO, 2001). Isso por que a ordem neoliberal determina o afastamento do Estado na administração da política econômica para deixá-la aos alvedrios do mercado, provocando, assim, um esvaziamento da democracia.

Ou seja, pretende-se investigar como sustenta-se o regime democrático em uma realidade em que os Estados latino-americanos não têm controle sobre a conflitividade social que extrapola os marcos do direito, da força corretiva das leis, da igualdade social e política, a convivência pacífica, e fragiliza as instituições comprometidas com as políticas sociais de Estado (não meramente compensatórias). ´Trata-se aqui de um processo de descontentamento com o funcionamento da democracia perante a fórmula da agudização da pobreza e da exclusão social *versus* os mecanismos extremos de acumulação de riqueza operados entre o Estado e os interesses do mercado nacional e internacional. Processo este que provoca o que se pretende denominar de *modos complexos de expulsão* (SASSEN, 2016).

Segundo Anete Ivo (2001, p. 16), ao abordar esta temática, traduz que:

> o equacionamento das relações entre democracia, governabilidade e pobreza apresenta nuanças singulares e particularmente problemáticas, já que as condições de integração regional ao regime de acumulação globalizado (como em todo o mundo) tem implicado uma ampliação do contingente de pobres e uma tendência à crescente exclusão (entendida como exclusão do trabalho e da proteção social).

A situação histórica e estrutural de dependência dos países da América Latina aos Estados hegemônicos do Norte e, contemporaneamente, ao mercado internacional, reafirma a herança das suas desigualdades sociais, políticas e econômicas, assim como

fragiliza a sua condição soberana e avilta a resistência democrática dos seus povos, sobretudo aqueles em situação de vulnerabilidade e exclusão. O que se perpetua na atualidade, demonstrando-se, entre outros, a crise de governabilidade a partir da incapacidade (e/ou do desinteresse) dos Estados regionais (inclusive o Brasil) de atender as demandas sociais em provimento dos interesses do capital financeiro internacional. Vale dizer que:

Principalmente a partir da década de noventa, - tomando-se como foco desta conjuntura latino-americana, o Brasil - o ritmo acelerado em que se operam os mecanismos dos acordos negociais entre os atores do mercado externo e o Estado, valida e aprofunda a conflitividade histórica entre mercado e sociedade; mas agora, em um contexto de globalização econômica como palco de acumulação internacional sem fronteiras. Tais acordos sobrepujam-se aos interesses do povo que padece à classe baixa e aos que enrobustecem os índices de miserabilidade nacional[4] – o que pode legitimar, inclusive, tratar-se de ataque à soberania estatal.

Ao dedicar-se sobre a temática das expulsões ocasionadas à população marginalizada e à biosfera, em razão da prevalência dos interesses do mercado, Sassen (2016) tensiona o aprofundamento das investigações sobre o que está por trás destas relações de brutalidade ao ser humano e à natureza, invisíveis e mais complexas às definições elaboradas pelo senso comum, e que causam uma concentração aguda de riquezas. No centro destas investigações está a ideia nuclear de que existem formações predatórias, as quais consistem "na combinação de elites e de capacidades sistêmicas na qual o mercado financeiro é um facilitador fundamental, que empurra na direção de uma concentração aguda" (SASSEN, 2016, p. 22). Isto é, a autora defende que pessoas ricas e empresas multinacionais, sozinhos, não conseguiriam chegar a concentrações tão extremas da riqueza mundial sem contar com uma ajuda sistêmica, isto é, uma interação complexa dos atores com sistemas reorientados a possibilitar a concentração extrema, e nesse sentido, explica que:

Ou seja, trata-se do que foi denominado de relações complexas de expulsões brutais aos indivíduos pobres e à biosfera, as quais agudizam os níveis de desigualdade

[4] Segundo dados da Síntese dos Indicadores Sociais 2018, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de pessoas na faixa de extrema pobreza no Brasil aumentou de 6,6% da população em 2016 para 7,4% em 2017, ao passar de 13,5 milhões para 15,2 milhões. De acordo com definição do Banco Mundial, são pessoas com renda inferior a US$ 1,90 por dia ou R$ 140 por mês. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-12/. Acesso em 26 de setembro de 2019.

social e econômica e a pobreza extrema. Vale dizer, de acordo com o entendimento da autora, são as:

> expulsões de projetos de vida e de meios de sobrevivência, de um pertencimento à sociedade, e do contrato social que está no centro da democracia liberal (...). Quando uma corporação ou um governo estrangeiro adquire uma grande extensão de terra para plantar palmeiras para a produção de biocombustível e expulsa de lá a flora e a fauna, os pequenos agricultores, as instalações de produção rural, e muito mais. Mas tudo isso se traduz em um aumento de lucros para as empresas e no crescimento do PIB do país (SASSEN, 2016, p. 39; 91).

Ao abordar este tema, intenta-se, pois, tornar sensível e invocar à reflexão as destruições causadas à natureza e os despejos realizados sobre aqueles que residem e/ou trabalham em zonas afetas à exploração de minério e à implantação de empresas que determinam relevante impacto ambiental na região onde irão se instalar. Assim como a restrição causada às práticas existenciais e ao exercício da cidadania de grupos identitários vulneráveis, a exemplo dos povos originários ameaçados em suas terras em nome do tão aplaudido "desenvolvimentismo" (SASSEN, 2016) de ordem neoliberal.

Dentre os exemplos brasileiros de casos de "expulsão" e/ou disputa, ou ainda, das ditas "perversidades" (ACSELRAD et al., 2009), destaca-se o emblemático evento da Terra Indígena (TI) Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, quando a União, através da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), iniciou em 1992 a realização do relatório de identificação da terra para fins de demarcação. Ressalta-se que esta área abriga 194 comunidades com uma população de cerca de 19 mil índios dos povos Macuxi, Taurepang, Patamona, Ingaricó e Wapichana, além de povos não-índios. Assim, em 2005, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um decreto que homologou a Portaria nº 534, do Ministério da Justiça, que demarcou a área. No entanto, este fato desencadeou uma disputa entre a população local e os orizicultores vindos do sul do país, os quais iniciaram o ajuizamento de inúmeras ações judiciais perante o Supremo Tribunal Federal (STF) visando ao impedimento da conclusão da reserva, sob a alegação de terem títulos que lhes garantem a posse das terras. Sob este embate, o Estado de Roraima posicionou-se a favor dos produtores rurais, sob a justificativa de que a retirada deles da área em questão afetaria seriamente a economia do Estado, pois a cultura representaria em torno de 25% de seu Produto Interno Bruto[5].

[5] Fonte: JUSBRASIL. Disponível em: https://stf.jusbrasil.com.br/noticias/100628/raposa-serra-do-sol-entenda-o-caso. Acesso em 30 de setembro de 2019.

São fatos e negócios gerados e impostos às populações vulneráveis dos locais em disputa sob os argumentos do progresso, do desenvolvimento econômico, da geração de empregos e da valorização da região, mas condicionados a aplicação de desregulações, geralmente pelos capitais dotados de maior mobilidade espacial. Situações estas que Acselrad; Bezerra e Mello consideram como uma chantagem locacional, pois se não aceitas, "o empreendedor acena com a perspectiva de ir para outra localidade do país ou para outro país" (IDEM, p. 136). Ou seja, explicam os autores que, *in verbis:*

> Assim, por meio da maior mobilidade potencial, o capital aprisiona parcelas importantes da população local no interior dessa "alternativa" de aceitar a promessa de emprego e renda a qualquer custo, mesmo à custa da submissão a riscos ambientais e sociais acrescidos, ou não ter nenhuma fonte de renda apropriada (IBIDEM).

Somado a estas "chantagens locacionais" (ACSELRAD et al, 2009) não há que se olvidar que no início do Séc. XXI houve um exponencial crescimento da demanda internacional por recursos naturais dos países latino-americanos, o que aumentou o rendimento das exportações e dos investimentos estrangeiros, contribuindo para a ampliação do extrativismo na América Latina. "Exemplo são as grandes usinas hidrelétricas, cuja energia está destinada, em sua maioria, a atender a demandas de projetos extrativistas, sobretudo minerais e petrolíferos, ou os projetos incluídos na Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)", o qual também pode ser agregado aos exemplos de casos que provocam as expulsões abordadas anteriormente (ACOSTA; BRAND, 2018, p. 39).

Resta clarividente que o sistema e valores neoliberais, ancorados em objetivos desenvolvimentistas, tratam cada vez mais a população como objetos a serviço do lucro e como faces ocultas do modelo hegemônico capitalista. Pacheco (2008) também destaca os casos de injustiça ambiental, ao que ela denomina "racismo ambiental", ao abordar outros diversos exemplos de expulsões dos povos originários, indígenas, quilombolas, caiçaras, ribeirinhos, pescadores artesanais etc, que vivem sob as chantagens das grandes elites internacionais, e acabam sendo expulsos de seus territórios e/ou zonas residenciais e laborais a qualquer custo. Com efeito, a autora cita, por exemplo, o turismo predatório que ocorre no litoral nordestino, neste caso, especificamente no Ceará, em que o povo Tremembé foi ameaçado pela empresa Nova Atlântida, "que pretende transformar as terras indígenas litorâneas numa 'Cancún brasileira', com dezenas de hotéis de luxo e

campos de golfe" (PACHECO, 2008, s.p.). Inúmeros outros são os exemplos de casos que determinam as expulsões de populações vulneráveis e grupos minoritários de seus habitats e, consequentemente, aumento das desigualdades sociais, econômicas e políticas, as quais impactam na crise democrática dos países latino-americanos, os quais estão longe de terminar.

3. As propostas do bem viver como alternativa às novas lógicas capitalistas de expulsão

Esta seção tem por objetivo potencializar a ideia da necessidade de construção de novos horizontes de transformação e de alternativas baseadas em outra racionalidade ambiental, capazes de possibilitar o enfrentamento das atrocidades ocasionadas pelo capitalismo selvagem, tais como as expulsões realizadas em territórios ocupados por populações em estado de vulnerabilidade social, política e econômica, e o extrativismo executado por grandes empresas, fruto de acordos vultosos entre o mercado e os Estados do Sul global, *in caso*, os latino-americanos, com foco especial no Brasil. Estes mega-empreendimentos, conforme abordado, além de afetarem o sistema democrático dos países, acentuam as desigualdades sociais, econômicas e políticas, aumentam o desemprego, a fome, assim como causam danos irreparáveis à biosfera.

Em vista disso, pretende-se lançar as bases das práticas de vida executadas pelos povos indígenas andinos, as quais se assentam nos valores do Bem Viver, concebendo-as como alternativas de racionalidades e subjetividades capazes de figurar no palco dialógico de enfrentamento das complexidades oriundas do sistema neoliberal hegemônico.

A ideia é combater as pretensões dos Estados que se alinham à lógica de acumulação acelerada do capital, tendo em vista que "o esforço não é no sentido de reduzir a destruição, mas de maximizar a vantagem de cada Estado em seu direito de destruir" (SASSEN, 2016, p. 244). E com isso, os seres humanos e os elementos da biosfera são expulsos de seu espaço vital, convertendo-se em indivíduos totalmente desprezíveis e invisibilizados, assim como em terra e água mortas, respectivamente.

Nessa esteira de matriz neoliberal e sob o contexto da globalização mundial econômica, enaltecem-se, pois, os modos de vida praticados pelos povos indígenas andinos, inclusive como exercício de suas cidadanias, ancorados nas perspectivas do Bem Viver. O Bem Viver sustenta a proposta de viver-se em harmonia com a natureza, abrindo portas para a contrução de visões alternativas de vida (ACOSTA, 2016). Suas construções

estão ao encontro do reconhecimento e da valorização de outros saberes e práticas, permitindo a reinterpretação social da natureza a partir de imaginários culturais. Trata-se, portanto, da construção de uma nova racionalidade social, política, econômica e cultural insdispensável para a transformação dos indivíduos e das comunidades (ACOSTA; BRAND, 2018).

Segundo Acosta e Brand (IBIDEM, p. 136-137), "o mundo necessita também de uma racionalidade ambiental que desconstrua a irracionalidade econômica por meio da reapropriação da Natureza e da retorritorialização das culturas". Ou seja, defendem uma transformação nas subjetividades humanas, procurando romper com o conceito de acumulação perpétua pregada pelo capitalismo, para então, "ceder espaço a outras aproximações, sustentadas nos Direitos da Natureza e, sempre, nos Direitos Humanos".

O Bem Viver, que ganhou mais adeptos nos países andinos, foi incorporado nas novas Constituições Federais da Bolívia e do Equador (promulgadas em 2009 e 2008, respectivamente), amparando a criação de Estados plurinacionais nestes países, a autonomia dos povos indígenas e direitos coletivos, entre outros avanços. A Constituição equatoriana particularmente, com base em seus valores, reconheceu os Direitos da Natureza, da *Pacha Mama.*

Vale dizer, que as suas propostas pretendem reconhecer ou respeitar os múltiplos conhecimentos, experiências e práticas de vida existentes na região (ACOSTA; BRAND, 2018). As práticas de Bem Viver devem desenvolver-se e instrumentalizar-se de maneira não autoritária, considerando cada contexto, sendo que sua maior potencialidade está em libertar-nos de "aventuras dogmáticas e autoritárias impostas a partir de cima ou de fora" (IBIDEM, p. 145).

Ou seja, Acosta (2016) realiza uma exegese sobre o Bem Viver como proposta alternativa às lógicas de expulsão, por concebê-lo como um caminho para uma transformação civilizatória. Suas bases assentam-se nas mobilizações e rebeliões populares, através dos movimentos dos povos originários, os quais se voltaram a propostas revolucionárias e que ganharam força política, moldando-se nas constituições boliviana e a equatoriana. Assim, propõe-se-lo neste trabalho, como uma oportunidade para construir coletivamente uma nova forma de vida, por projetar uma episteme filosófica e valores que se respaldam na ética, na cosmologia e no biocentrismo, indicando, portanto, que o ser humano não é o centro da existência, mas um elemento que deve ser validado se em relação harmônica com o meio ambiente e, portanto, demonstrar capacidade de enfrentar a modernidade ocidental.

As ideias ancoradas nestes valores e práticas propõem o bem conviver em comunidade e na Natureza, criticando a ideia de desenvolvimento construída pelos pilares do neoliberalismo ocidental, "transformada em uma enteléquia que rege a vida de grande parte da humanidade, e que jamais conseguirá alcançá-la" (ACOSTA, 2016, p. 24), pois sob sua perspectiva, esta categoria assume uma concepção mais diversificada e complexa. Por essa razão, invoca-se o Bem Viver para figurar como fonte de discussões enriquecedoras no cenário das novas lógicas capitalistas de expulsão, devendo ressaltar a importância do seu conhecimento, inclusive porque ele permite visibilizar os erros e limitações das correntes que teorizam o desenvolvimento.

Segundo o autor, "a superação das desigualdades é inescapável. (...). As questões territoriais requerem urgente atenção" (IBIDEM, p. 27). Desta forma é que se propõe o Bem Viver - ainda que como uma alternativa utópica, cuja incursão se dará a longo prazo -, mas como uma perspectiva contra-hegemônica capaz de favorecer o renascimento da esperança de se ter uma sociedade menos desigual e mais fraterna.

4. Considerações Finais

Este estudo apresentou um raciocínio na esteira de demonstrar a crise democrática que assola os países latino-americanos, fruto das brutalidades ocasionadas aos seus sujeitos e engendradas através de megaempreendimentos firmados entre as elites políticas e econômicas locais. E que, portanto, determinam que novas racionalidades, ainda que inicialmente utópicas, devem ser construídas como instrumentos contra hegemônicos ao sistema dominante.

Concluiu-se que o extrativismo e a instalação de empresas em áreas vocacionadas à moradia, ao trabalho e/ou a preservação ambiental provocam consequências nefastas à população pobre e à natureza, acentuando as desigualdades, a fome e a pobreza extrema. O que se mostrou a partir de alguns casos de expulsões ocasionadas por produtores rurais e por grandes empresas, a exemplo da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte na bacia do Rio Xingu[6], na região norte do Brasil, a qual provocou movimentos de

[6] A Usina Hidrelétrica de Belo Monte é a terceira maior do mundo, com área de 516 km² (1/10 000 da área da Amazônia Legal). Fonte: Wikipédia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Usina_Hidrel%C3%A9trica_de_Belo_Monte. Acesso em 1 de outubro de 2019.

oposição de ambientalistas, de comunidades indígenas, povos tradicionais e membros da Igreja Católica.

Em vista do que circunda o contexto em análise, portanto, surgiu a inquietação por pensar-se em alternativas capazes de determinar a construção de novas racionalidades ambientais, passíveis de impactar as subjetividades do ser humano neoliberal, para torná-lo mais sensível às causas ambientais e, consequentemente, à crise democrática pelo que passam as sociedades latino-americana. Pelo que se sugeriu à pauta, a reflexão sobre as práticas de vida dos povos indígenas andinos, orientadas no Bem Viver, um termo ainda em construção, que propõe um projeto libertador de construção de uma sociedade democrática, a partir de modos de vida que não sejam orientados pela acumulação incessante do capital.

Em conclusão, afirma-se que o Bem Viver, em que pese tratar-se de visão utópica e de concretude a longo prazo, pensarmos outros mundos (ACOSTA, 2016) melhores para se viver.

5 Referências

ACOSTA, Alberto; ULRICH Brand**. Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista.** São Paulo: Autonomia Literária & Elefante, 2018.

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016.

ACSELRAD, Henri; BEZERRA, Gustavo das Neves; MELLO, Cecília C. do Amaral. **O que é justiça ambiental.** Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2009.

AGÊNCIA BRASIL. **Extrema pobreza aumenta e chega a 152 milhões de pessoas em 2017.** Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-12/extrema-pobreza-aumenta-e-chega-152-milhoes-de-pessoas-em-2017. Acesso em 26 de setembro de 2019.

BREDA, Tadeu. **Nota do tradutor.** *In.* ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. p. 10.

IVO, Anete Brito Leal. **Metamorfoses da questão democrática**. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

JUSBRASIL. **Raposa Serra do Sol: entenda o caso**. Disponível em: https://stf.jusbrasil.com.br/noticias/100628/raposa-serra-do-sol-entenda-o-caso. Acesso em 30 de setembro de 2019.

PACHECO, Tânia. **Justiça pelas Águas: enfrentamento ao Racismo Ambiental.** Salvador: Superintendência de Recursos Hídricos (org.), 2008. p.11-23. Disponível em:

https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/racismo-ambiental-expropriacao-do-territorio-e-negacao-da-cidadania-2/. Acesso em 01 de outubro de 2019.

SASSEN, Sáskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global.** São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

WIKIPÉDIA. **Usina Hidrelétrica de Belo Monte.** Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Usina_Hidrel%C3%A9trica_de_Belo_Monte. Acesso em 1 de outubro de 2019.

A *HYBRIS DEL PUNTO CERO* E A PUREZA DO DIREITO DESDE OS GUARANI

Lucas Braunstein da Cunha[1]
Pedro Coelho Marques[2]
Pablo Alan Jenison Silva[3]

1. Santiago Castro-Gómez, a *Hybris* del punto cero e o Direito

Santiago Castro-Gómez, filósofo colombiano, em seu livro de 2005 intitulado de "La hybris del punto cero" trabalha com um conceito que compartilha o título de seu livro e apresenta-se como passível de promover uma grande reflexão no âmbito do direito.

A hybris del punto cero de Castro-Gómez possui duas perspectivas complementares:

> (...) una, epistemológica, en la que se muestra cómo las nacientes ciencias humanas se apropian del modelo de la física para crear su objeto desde un tipo de observación imparcial y aséptica, que he denominado la hybris del punto cero. La otra perspectiva muestra cómo, una vez instaladas en el punto cero, las ciencias del hombre construyen un discurso sobre la historia y la naturaleza humana en la que los pueblos colonizados por Europa aparecen en el nivel más bajo de la escala de desarrollo, mientras que la economía de mercado, la nueva ciencia y las instituciones políticas modernas son presentadas, respectivamente, como fin último (telos) de la evolución social, cognitiva y moral de la humanidad (CASTRO-GOMÉZ, p. 42, 2005).

Na seara jurídica, estas perspectivas têm seus reflexos percebidos/sentidos, no aspecto epistemológico, na ideia de um direito "puro", um direito que se cobre com o carimbo de "verdade" da cientificidade – manto este que, conforme será abordado posteriormente, teria surgido, diferentemente da concepção usual, no período colonial – supostamente capaz de prover aquilo que Castro-Gómez, conforme previamente citado, aponta como uma visão "imparcial e asséptica", ou seja, mais verdadeira que outras.

Um segundo reflexo, agora na forma de um discurso que constrói corpos, é percebido na deslegitimação de outras cosmologias jurídicas por conta de uma absorção dessa forma científica de ver o jurídico pela figura do estado, único responsável por ditar o que é ou não direito (monismo jurídico).

[1] Mestrando em Direito. Universidade Federal de Pelotas. E-mail bc_lucas@live.com
[2]Mestrando em Direito. Universidade Federal de Pelotas. E-mail: marquespdr@yahoo.com
[3] Mestrando em Direito. Universidade Federal de Pelotas. E-mail: pabloalanjs@gmail.com

As duas perspectivas são passíveis de serem explicitadas a partir da ideia trabalhada por Hans Kelsen em sua obra "A Teoria Pura do Direito", pureza, esta, que o próprio autor assim a caracteriza:

> Quando a si própria se designa como "pura" teoria do Direito, isto significa que ela se propõe garantir um conhecimento apenas dirigido ao Direito e excluir deste conhecimento tudo quanto não pertença ao seu objeto, tudo quanto não se possa, rigorosamente, determinar como Direito. Quer isto dizer que ela pretende libertar a ciência jurídica de todos os elementos que lhe são estranhos. Esse é o seu princípio metodológico fundamental (KELSEN, p.1, 1998).

Na obra de Kelsen, é possível percebermos a intenção do autor de cobrir o direito com um caráter científico no sentido de propor uma forma de interpretação do direito aplicável em toda e qualquer situação/localidade (caráter universal característico do conhecimento científico), bem como uma hierarquização de "Direitos", no plural, quando afirma ser capaz de ditar/reconhecer uma "pureza" no direito, excluindo outros elementos que o autor, de origem europeia, não considera dessa seara.

Sobre o surgimento de epistemologias e práticas como a explicitada, Castro-Gómez (p. 60, 2005) assim afirma:

> (…) la hybris del punto cero, con sus pretensiones de objetividad y cientificidad, no surge con la modernidad segunda sino que echa sus raíces en la geocultura de la modernidad primera. No es un efecto de la revolución copernicana o del individualismo burgués, sino de la necesidad que tenía el Estado español de ejercer control sobre el circuito del Atlántico – frente a las pretensiones de sus competidores europeos - y de erradicar en la periferia los antiguos sistemas de creencias, a los que consideraba "idolatrías". Ya no podían coexistir diferentes formas de ver el mundo, sino que había que taxonomizarlas conforme a una jerarquización del tiempo y el espacio.

No sentido de dialogar com as obras de Kelsen e Castro-Gómez, facilitando a percepção dos efeitos nefastos que a "pureza" do direito defendido por Kelsen - mas há muito tempo presente nas Américas, na África e em outros locais em que a Europa colonial se fez presente - têm para alguns povos, podemos pensar o direito Guarani, o qual é impossível de ser pensado separadamente da religiosidade específica daquele povo (MOREIRA, 2010).

É justamente isto que leva Santiago Castro-Gómez a afirmar que não há modernidade sem colonialismo, assim como não há colonialismo sem modernidade pois a "Europa sólo se hace 'centro' del sistema-mundo en el momento en que constituye a sus colonias de ultramar como 'periferias'" (CASTRO-GÓMEZ, p. 50, 2005), daí a

relação apontada por Castro-Gómez entre o pensamento científico/moderno e o colonialismo, daí, também, a relação entre a hybris del punto cero e o direito que se propõe, em maior ou menor escala, universal, uno.

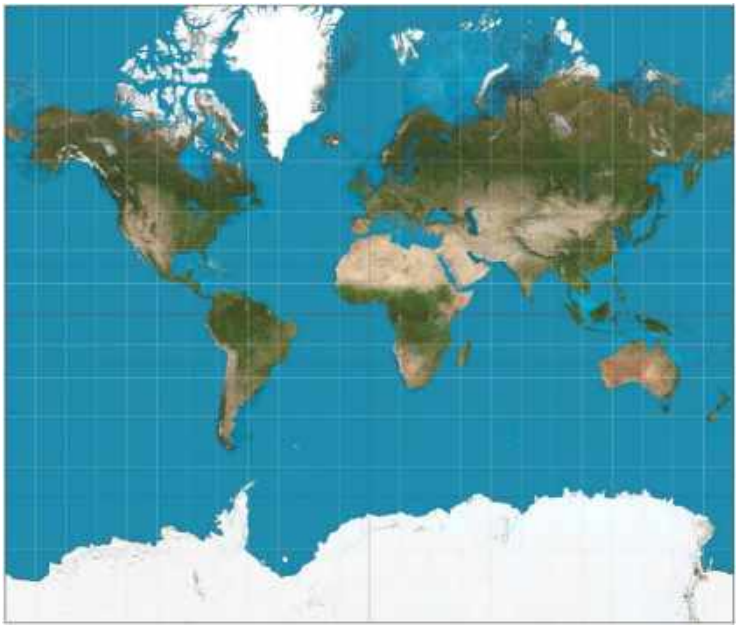
2. Conhecimentos científicos e não-científicos: Um jogo de forças

É de praxe se acabar com uma discussão afirmando que algo é "cientificamente comprovado", o que significa que não está apto a discussão. O conhecimento científico é aquele que passa por uma série de experimentações e observações capaz de "descobrir" a verdade que ali reside.

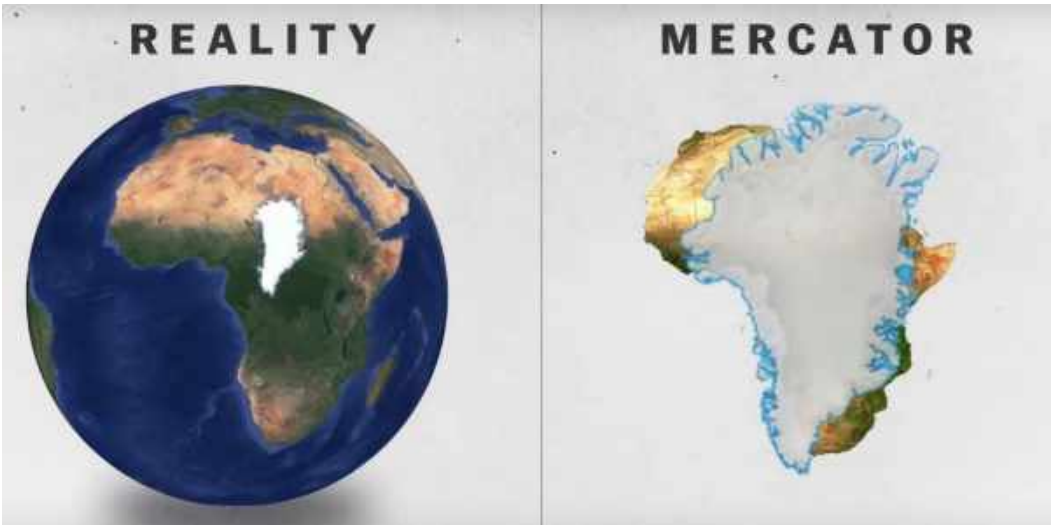
A seguinte proposta pedagógica não intenta, de forma alguma, retirar o mérito que reside no conhecimento científico e em seus métodos de validação, apenas demostrar que, por vezes, nele reside uma forma de discriminar e/ou hierarquizar outras formas de se conhecer o mundo, sendo, ainda, muitas vezes simplesmente discricionário na forma de agir, intentando-se, então, desvelar algumas dessas discricionariedades.

No que tange estas, uma amplamente difundida e capaz de gerar uma boa discussão entre estudantes das mais diversas idades é a com relação à nossa forma de ver o mundo.

A seguir, a projeção de Mercator, amplamente utilizada em livros didáticos e, inclusive, pelo aplicativo de locomoção e localização mais utilizado no mundo, o Google Maps.



A projeção acima, mantém razoavelmente a forma dos países. Era, na época em que foi desenvolvida, ótima para navegação em virtude de manter uma correspondência entre os ângulos. Peca, todavia, na representação do tamanho, sobretudo com relação ao continente africano:



1- Mercator Projection's Disfiguration.

Ainda assim, a projeção de Mercator cumpria seu papel nos séculos das grandes navegações, todavia, qual papel cumpre, hoje, em livros didáticos e aplicativos amplamente utilizados?

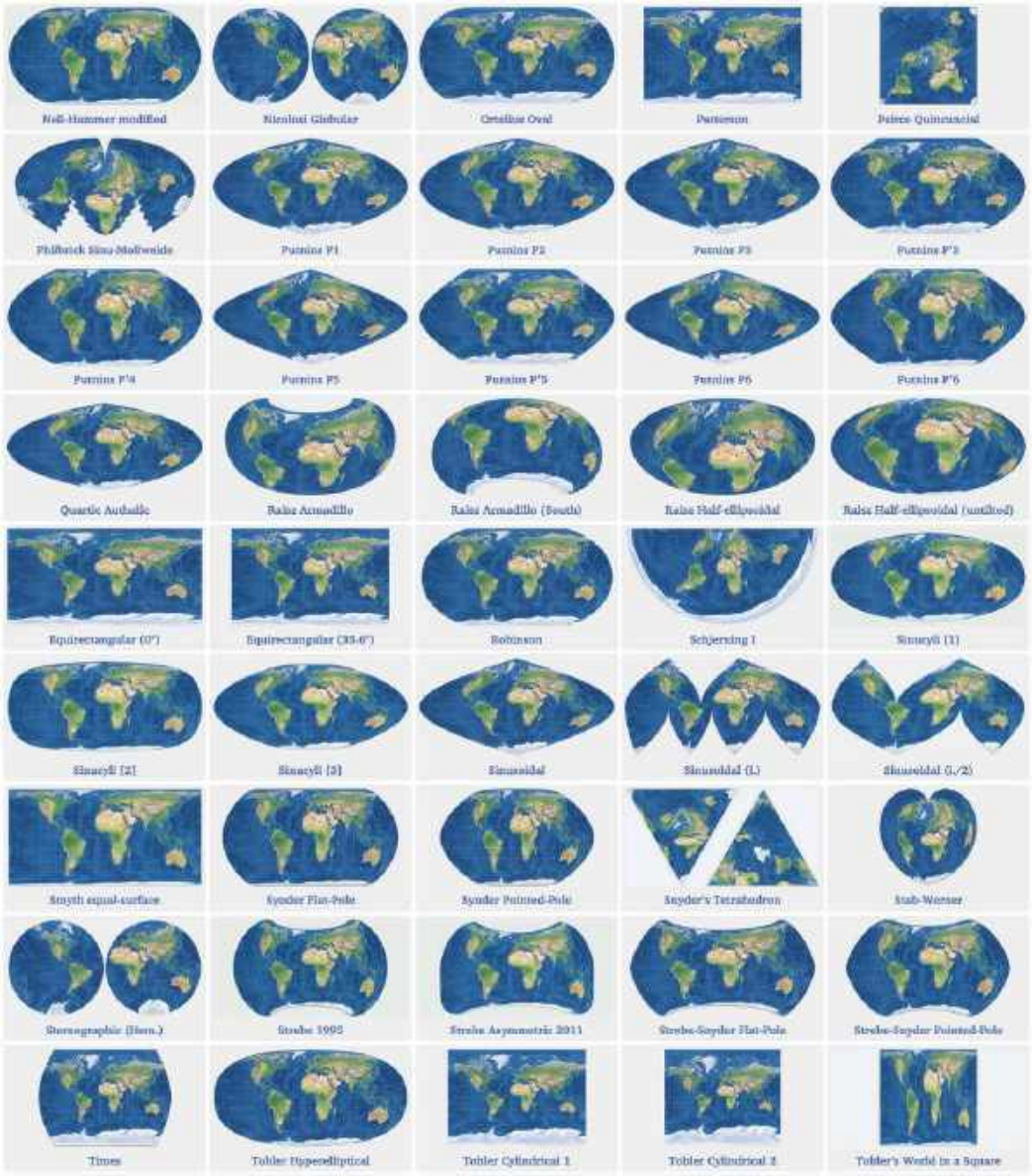
Existem, ainda, outras representações, tais como a de Winkel-Tripel, também muito utilizada até os dias de hoje.



2- Winkel Tripel.

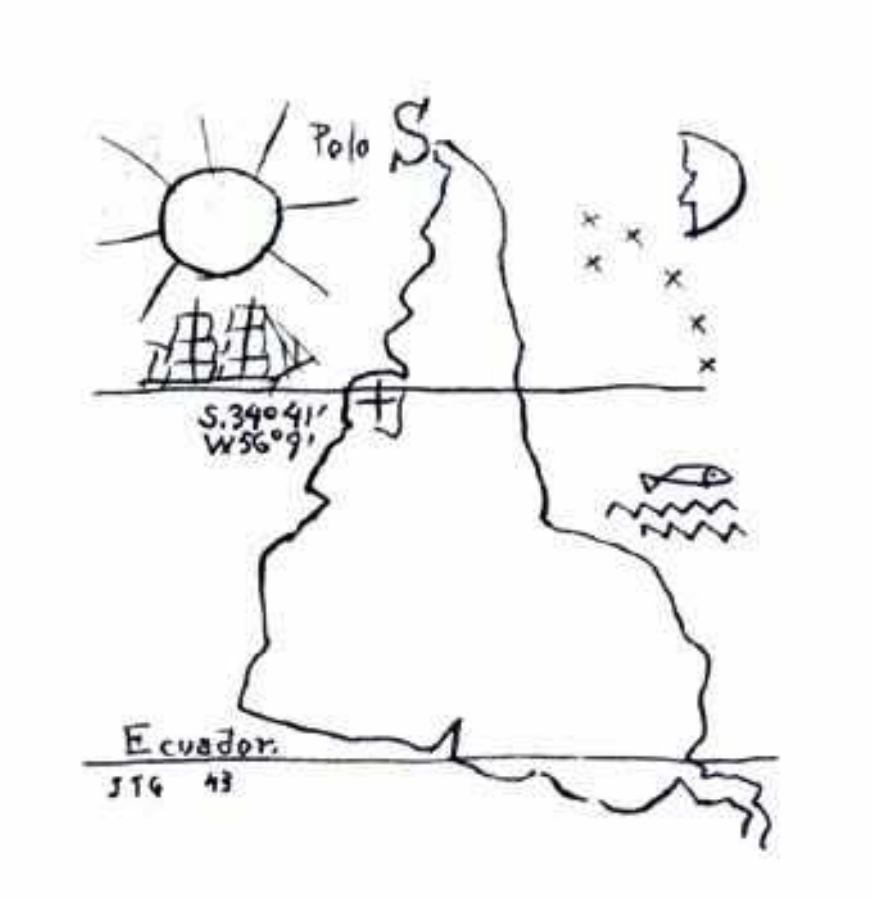
Ainda que esta seja bem mais fiel ao real formato do planeta Terra, há de se questionar um outro ponto que une as duas representações: em ambas encontramos a Europa no centro e o Norte como parte superior.

Qual o motivo de privilegiarmos estas representações? Certamente não é por falta de outras, existe um número extremamente extenso de representações distintas, cada uma possuindo uma particularidade que a torna mais pertinente dependendo do objetivo que se pretende alcançar. Seguem alguns exemplos:



3- Exemplos de representações.

Aponta-se que, apesar de diversas as representações aqui apresentadas, todas seguem colocando a Europa no centro e o Norte na parte superior, e é justamente em razão disto que imagens como a do artista uruguaio Joaquín Torres Garcia, que nos causam um estranhamento, são tão importantes.



4- Nuestro norte es el Sur. Joaquín Torres García.

Imagens como esta são capazes de refletirmos sobre a *hybris del punto cero* que naturaliza um pensamento que, conforme já fora exposto, desvaloriza outras formas de ver e agir no mundo que não sejam as ditadas pela Europa e/ou pelo Ocidente. Faz com que sejamos capazes de valorizar os conhecimentos indígenas, africanos e de outros tantos povos que, por vezes, não têm o conhecimento científico como o único válido. O que passamos a abordar agora.

3. Conhecimento Guarani e o Judiciário

Tendo observado o distanciamento entre o conhecimento científico e não-científico pensado a partir da *hybris del punto cero*, cabe o questionamento: como lida,

então, um Direito que se diz "puro", da ordem do científico, com a forma organizacional não-científica, impura, dos Guarani?

De pronto cabe aponta que a resposta mais simples é de que simplesmente não lida, não a reconhece. O mesmo pode ser entendido a partir da associação entre Direito e Estado, raciocínio que, em virtude da ausência da figura de Estado junto aos indígenas, nega a eles o reconhecimento de uma forma organizacional dita jurídica, "ficando assim explicitado o etnocentrismo jurídico, típico de Estados modernos de origem colonial" (MACHADO e ORTIZ, 2018, p. 62 e 63).

> Um dos efeitos da concepção do Estado monista, em relação aos povos indígenas, tem sido a sistemática imposição dos princípios e formas de organização em sua vida social que em tudo difere da organização social indígena. Visa o controle das suas formas de aplicação do direito ao caso concreto na solução de conflitos nos tekohas. Como o Estado não tem se feito presente nas áreas indígenas, internamente os povos indígenas mantiveram a aplicação do seu direito, modelo próprio de justiça, chamados de "usos e costumes". Esse direito é concebido como um conjunto de normas e práticas baseadas na cosmologia, de essência religiosa, estruturado ao longo milhares de anos e aplicado por povos indígenas em lugar do direito estatal ou em conjunto com este (MACHADO e ORTIZ, 2018, p. 63)

Dessa forma, ainda que partindo-se da negação por parte do Estado no que tange a existência de formas organizacionais ditas jurídicas entre os Guarani, elas persistem. Entre os Guarani, assim como entre outros povos indígenas, ela dá-se a por meio da oralidade, guiada por valores coletivos em detrimento de individuais, fazem uso da coerção como forma de assegurar sua observação e não pode ser dissociado da religião.

> A maior dificuldade em discorrer sobre o Direito Guarani reside exatamente em que a sua valoração não segue a lógica do não Guarani, a sua estruturação segue outro modo de pensar, razão pela qual o conhecimento indígena é acusado de não ter epistemologia. No entanto essa epistemologia reclamada é de quem e para quem? Pensada com que lógica? Construída com quais princípios e para qual finalidade? O que está exigindo reflexão e esforço dialético e hermenêutico é o embate do novo (moderno), com o velho (tradições) ou o que permanece e o que muda? (MACHADO e ORTIZ, 2018, p.78).

Nesse sentido que salutar algumas iniciativas do judiciário que vão justamente ao encontro daquilo que é defendido por Machado e Ortiz (2018, p. 64) quando fala-se de um Direito Guarani, que este "não nega a estrutura do Estado, mas pede o reconhecimento de outras formas de pensar o direito, afirmando que há outras fontes igualmente legítimas e atuantes".

Justamente é este o caso do julgamento da Ação Criminal nº 92.0001334-1, pela Justiça Federal de Roraima, a qual deixou de condenar o indígena Basílio Alves Salomão, acusado de ter matado outro indígena, por conta de já ter o mesmo recebido e cumprido uma punição imposta pela etnia indígena da qual faz parte, desta forma reconhecendo que o direito não é apenas aquele escrito (positivado) e ditado pelo Estado (oriundo do monismo jurídico), mas sim que coexiste com incontáveis cosmologias jurídicas (ARAÚJO, p. 65, 2006).

4. Referências

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La hybris del punto cero**: ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816). -- 1a ed. -- Bogotá : Editorial Pontifi cia Universidad Javeriana, 2005.

KELSEN, Hans, 1881-1973. **Teoria pura do direito** / Hans Kelsen ; [tradução João Baptista Machado]. 6ª ed. - São Paulo : Martins Fontes, 1998.

MACHADO, Almires Martins; ORTIZ, Rosalvo Ivarra. O sistema jurídico Guarani: História, memória e cosmologia. In: **Revista Jurídica UNIGRAN**, Dourados, MS, v. 20, n. 40, jul./dez. 2018.

MOREIRA, Manuel. **La cultura jurídica guarani** – 2ª ed. – Posadas. EDICIONES CEDEAD, 2010.

Povos Indígenas e a Lei dos "Brancos": o direito à diferença / Ana Valéria Araújo et alii - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

INTERSECCIONALIDADE NOS ESTUDOS DECOLONIAIS: a colonialidade de gênero e o sistema de gênero colonial/moderno

Daniela Cristien Silveira Mairesse Coelho[1]
Valmor Scott Jr.[2]

1. Introdução

Este trabalho aborda a colonialidade de gênero, denunciada por María Lugones ao confrontar a cegueira epistemológica da separação entre raça, gênero, classe e sexualidade nos estudos sobre a colonialidade do poder em Aníbal Quijano. O objetivo é investigar o impacto teórico do silenciamento da interseccionalidade nos estudos decoloniais, pois considera-se que mulheres não-brancas são excluídas no plano teórico-prático das lutas por libertação. A partir desse objetivo, destaca-se que a decolonialidade tem sido revisitada no Direito, especialmente nos estudos acerca de epistemologias dominantes, evidenciando o papel da colonização e o emprego da racionalidade científica no apagamento de conhecimentos e saberes.

Ainda que encerrado o processo de colonização, tornando o colonialismo um processo mais antigo, surge a colonialidade, que estrutura a relação entre dominantes e dominados, atribuindo um não-lugar ao Outro, nem no Centro do Mundo e nem fora deste. Assim, pode-se dizer que a colonização consolida também um sistema de gênero, tanto no que diz respeito ao conceito hegemônico de gênero, quanto as relações de gênero.

Desse modo, atribui significado para "homem" e "mulher" dentro do sistema moderno/colonial. Analisa-se, num primeiro momento, a colonialidade do poder e suas fragilidades no que diz respeito ao estudo interseccional de raça, gênero, classe e sexualidade; posteriormente, aborda a colonialidade de gênero e o sistema de gênero colonial/moderno, a partir dos estudos de María Lugones.

[1] Mestranda em Direito pelo Programa de Pós-graduação em Direito/UFPEL, Especialista em Ciências Penais/ PUC-RS, Graduada em Direito/FADISMA, Pesquisadora do NUPEDIV - Núcleo de Pesquisas em Direitos Sociais e Vulnerabilidade da UFPEL e do Laboratório Imagens da Justiça (FaE/UFPEL). Universidade Federal de Pelotas. E-mail: danielacristien@gmail.com

[2] Professor Adjunto de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFPEL, Doutor em Educação/UFSM, Mestre em Educação/UFSM. Especializado em Direito Civil/UFSM; Licenciatura – PEG/UFSM; Graduação em Direito/UNICRUZ; Coordenador do GEPAES - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Acessibilidade na Educação Superior; Membro pesquisador no NUPEDIV - Núcleo de Pesquisas em Direitos Sociais e Vulnerabilidade. Universidade Federal de Pelotas. E-mail: valmorscottjr@gmail.com

Por fim, entende-se que a colonialidade só pode ser compreendida a partir da análise da violência praticada, principalmente, contra mulheres não-brancas, exigindo a interseccionalidade como marco teórico de análise dessa realidade social. No trabalho utilizou-se o método dedutivo e revisão bibliográfica.

2. Anibal Quijano e Maria Lugones: a colonialidade do poder

Maria Lugones (2008) traz em seu texto Colonialidad y Género uma investigação sobre raça, classe, gênero e sexualidade. A autora tenta entender a indiferença dos homens para com as mulheres de cor[3] que sofrem da violência sistemática, do Estado, do patriarcado branco e dos homens da própria comunidade, que acatam o sistema patriarcal de exploração sem relutar. Apesar dos estudos das feministas de cor que revelam a violenta dominação e exploração causada pela colonização, não foram suficientes para despertar nesses homens que também são vítimas da dominação e exploração, um reconhecimento da colaboração que prestam na perpetuação da exploração de mulheres de cor.

Lugones (2008) investiga os marcos de análise que não foram suficientemente explorados no que tange as questões de gênero, raça e colonização. Unindo conceitos da interseccionalidade que demonstram a exclusão histórica, teórica e prática das mulheres não brancas nas lutas libertárias e a análise de Aníbal Quijano centrado no padrão de poder global capitalista. Com isso, a autora se refere ao conceito de colonialidade do saber, do ser e da descolonialidade entrelaçando com a colonialidade do poder, o que ela provisoriamente chamou de sistema moderno-colonial de gênero.

Esse sistema de gênero colonial/moderno possibilita enxergar com profundidade a imposição colonial e seu alcance histórico destrutivo. Fornecendo uma visão para entender, ler e perceber nossa lealdade à esse sistema de gênero, Lugones (2008, p. 77) apresenta e problematiza o modelo do Quijano que nos oferece uma base para compreensão dos processos da produção de raça e gênero. A autora comenta que "Necesitamos situarnos en una posición que nos permita convocarnos a rechazar este sistema de género mientras llevamos a cabo una transformación de las relaciones comunales" (tradução nossa).

[3] Mulheres não brancas, vítimas da colonialidade de poder e consequentemente, da colonialidade de gênero.

Anibal Quijano reúne raça e gênero em eixos estruturais relacionados à dominação, exploração e os conflitos entre os atores sociais que disputam o controle dos "âmbitos básicos da existência humana: sexo, trabalho, autoridade coletiva, subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e produtos" (tradução nossa) (LUGONES, 2008, p. 93). Já o poder capitalista, euro centrado e global está organizado nos eixos de colonialidade do poder e na modernidade, que estão relacionados a cada área de existência e configuram uma forma e um significado na dominação. Quijano conforma-se com o conceito capitalista, euro centrado e global de gênero e assim, perpetua o caráter heterossexual e patriarcal de subordinação das mulheres colonizadas e não-brancas (LUGONES, 2008).

Hegemonicamente, o significados de gênero está relacionado com o dimorfismo biológico homem/mulher, a heterossexualidade e o patriarcado. Dessa forma, Lugones trata de expandir a análise de colonialidade do poder, incluindo sua compreensão da organização diferencial de gênero em termos também raciais. Tratada como uma "invenção" para Lugones, o conceito de raça estão intrinsicamente relacionados a superioridade e inferioridade estabelecidos pela dominação, classificando a população mundial no que tange as disputas sobre o controle do trabalho, sexo, autoridade coletiva e a subjetividade. Esses elementos são analisados por Quijano, como processos de longa duração, não desassociados e anteriores à relação de poder, esse modelo de processos que não existiam antes dos padrões de poder se tornam capitalistas, eurocêntricos e globias (LUGONES, 2008).

2.1 Sistema colonial/moderno de gênero

Alegoricamente, a Europa criou o entendimento de espécie mais avançada com seu padrão capitalista e colonizador. Esse conceito de humanidade dividiu a população mundial na esfera superior e inferior – racional e irracional, primitiva e civilizada, tradicional e moderna – sendo os povos inferiores sendo classificados não por suas riquezas e poder político, mas como antecedente nas etapas de evolução da espécie, nesse sentido unidirecional criado pela Europa.

Nesse sentido, o conceito de "homem" e "mulher" neste sistema moderno/colonial, diz respeito somente aos homens, às mulheres brancas e burgueses, excluindo a demais população da organização e detenção dos meios de produção, de conhecimento e autoridade coletiva. O sistema de gênero então, possui dois lados: o lado

escuro/oculto – responsável pelo violento tratamento dos corpos femininos e masculinosa – e o lado visível/claro – responsável pela construção hegemônica das relações de gênero e sua conceituação -.

No sistema moderno/colonial de gênero de Lugones (2008), as mulheres brancas e burguesas são passivas e puras em relação a sua sexualidade, reprodutoras da classe, submissa aos homens brancos burgueses. Dessa forma, a debilidade de seus corpos e mentes cumpre o papel de reduzir essas mulheres a dominação em todos os sentidos da existência humana. O que acarreta uma falta de autonomia e exclusão social das mulheres não-brancas (LUGONES, 2008).

Se o sistema de gênero moderno/colonial traz consigo esse domínio sob a vida das mulheres, é fato que necessita fazê-lo de forma controlada. Para isso, o sistema utiliza-se da heterossexualidade que abarca o controle patriarcal e assim controla a produção de trabalho e de conhecimento. A heterossexualidade mostra-se perversa para as mulheres burguesas, pois provoca uma violação significativa dos poderes e seus direitos, já para as mulheres colonizadas restou a exploração sexual, a redução a animalidade e com isso, a exploração laboral tão intensa que trabalhavam até a morte[4].

Ao entrelaçar e os trabalhos de outras feministas brancas e o trabalho de Quijano, Lugones apresenta o lado escuro/oculto do sistema de gênero moderno/colonial, diferenciando a construção de gênero em termos raciais. Ampliando os conceitos sobre gênero articulando trabalho, sexo e colonialidade de poder. Lugones (2008) traz Oyewúmi e Paula Gunn Allen como exemplos de feministas que tratam do sistema de gênero colonial/moderno e relacionam aspectos entre capital e trabalho, auxiliando na construção desse conhecimento.

3. Colonialidade do gênero

Lugones (2008, 2014), faz a interseccionalidade entre raça, gênero e colonialidade para visibilizar as lutas das mulheres de cor e entrelaçar o lado oculto/escuro e o lado visível/claro da colonialidade. Com isso, visa trazer à superfície os indivíduos dominados e vitimizados que são invisibilizados com o sistema colonial/moderno. Para a

[4] Para Quijano, o genocídio gerado pela colonização foi causada não pelo excesso de violência na conquista e dominação das primeiras décadas, mas sim pela forma que os povos originários forma utilizados como força de trabalho, e submetidos ao trabalho até a morte (LUGONES, 2008).

colonialidade de gênero, Lugones concentra a discussão na definição dicotômica e biológica de gênero usada por Quijano a desconstrução da palavra "mulher" e "negra".

Lugones contrapõe as definições binárias de gênero e comprova com a tribo africana Yoruba a invenção do binarismo. Nessa tribo, não existiam relações de gênero hierárquica antes da colonização, os corpos femininos e masculinos não eram biológicos, podendo ser *okunrin* ou *obinrin*, os corpos feminismo que antes não eram inferiorizados, após a colonização a organização social submeteu as mulheres a ideia de que eram "submissas, frágeis e incapazes de exercer as atividades de liderança e de autonomia individual" (DIAS, 2018, p. 09). Com isso,

> o binarismo homem/mulher também gerou inúmeros problemas em outras sociedades colonizadas, pois essa concepção alterou a estrutura de tribos matriarcais, que tinham sistemas de gênero igualitário e que mantinham suas bases econômicas e culturais na figura feminina, além de dedicarem especial respeito pelo sagrado feminino (DIAS, 2018, p.09).

Neste sentido, houveram tribos que, em consequência às alterações para se tornarem patriarcais, foram completamente destruídas, suas tradições e saberes dizimados, para que pudesse dar lugar ao sistema de gênero de exploração e dominação das mulheres colonizadas. Assim, as mulheres que antes eram autoridades na tribo, são substituídas por homens o que destrói as estruturas sociais, espirituais e econômicas da tribo resultando na dominação e inferiorização das indígenas (DIAS, 2018, p.09).

Para Lugones, as feministas tem por modelo um conceito universal de "mulher", proporcionando uma falta ideia de paridade entre as mulheres brancas e não brancas. Dessa forma, as mulheres que não se encaixam nas mesmas condições não são representadas por esses feminismos, ou são falsamente representadas, por não ser considerado as relações de raça. Os feminismos do séc. XX consideravam a mulher como "fraca, frágil, sensível, sexualmente passiva, e inferior física e mentalmente", que representam apenas as mulheres brancas e burguesas (DIAS, 2018, p.12).

Propondo então, uma construção epistemológica resistente à dominação, feita por mulheres que vivem essas inúmeras relacionadas à raça, classe e gênero, contrapondo o feminismo debatido por mulheres brancas burguesas. Se o termo "mulher" denota apenas as mulheres brancas e "negro" apenas os homens, o cruzamento entre "mulher" e "negro" torna-se vazio, assim, as mulheres negras não são representadas de nenhuma forma, precisando assim, propor e exercer essa interseccionalidade de gênero e raça. Para Lugones,

> Somente percebendo o gênero e a raça como indissoluvelmente entrelaçados ou fundidos é que podemos realmente ver mulheres de cor. Isto implica que o próprio termo "mulher", sem especificação da fusão, não tem sentido ou é racista, uma vez que a lógica categórica tem historicamente selecionado apenas o grupo dominante, as mulheres heterossexuais brancas burguesas, e assim tem escondido a brutalização, abuso e desumanização que a colonialidade de género implica (tradução nossa) (LUGONES, 2008, p. 82).

As características biológicas de "homem" e "mulher" são primeiramente construídos no âmbito social, depois aplicados aos corpos, dessas forma não há separação entre raça/gênero nos padrões de Quijano e do feminismo branco. Para Quijano, gênero é reduzido a uma organização do sexo biológico, seus recursos e produtos, assumindo que a disputa pelo controle é feita então, somente pelos homens e com os recursos dos homens. As mulheres não possuem "recursos" para disputar qualquer controle sobre o trabalho ou sua sexualidade, suas diferenças são ditas nos mesmos termos em que a sociedade lê a biologia reprodutiva (LUGONES, 2008).

Dessa forma, Lugones faz emergir uma discussão sobre epistemologias fundadas em criações do sistema colonial/moderno de gênero e propõe o estudo da decolonialidade de gênero. Assim como mostra o lado escuro/oculto e visível/claro desse sistema. Desmascarando a colaboração dos homens colonizados para com a dominação das mulheres não-brancas colonizadas, e assim propondo uma libertação real das mulheres de cor enquanto "mulher". Essa discussão gerou o que a autora chamou de feminismo decolonial, que constitui-se na interseccionalidade entre gênero e raça, desmascarando a invenção do conceito de "gênero".

4. Considerações finais

Ao abordar a colonialidade de gênero e confrontar a cegueira epistemológica no que tange a separação entre gênero, raça e sexualidade, Maria Lugones investiga a invenção do gênero e seus usos na dominação dos povos colonizados. Ao constatar a invisibilidade de representação de mulheres não-brancas que são excluídas das discussões sobre a colonização, e por consequência, a decolonialidade, bem como das lutas por libertação.

Ao tratar do lado escuro/oculto e o lado visível/claro do sistema de colonial/moderno de gênero, Lugones traz a organização desses povos antes da colonização, quando não existia separação pelo sexo biológico, ou hierarquização entre eles. Nesse caso, a dominação pelos europeus e a implementação da visão capitalista,

eurocêntrica e patriarcal, trouxe um prejuízo não só às mulheres dessas tribos, mas também à organização originária, espiritual e matriarcal existente.

Dessa forma, a dominação dos homens brancos e também dos homens colonizados para com as mulheres colonizadas expõe essa cumplicidade que Lugones critica em Quijano em sua teoria da colonialidade do poder. Ao tratar o gênero como o socialmente construído, biológico, dicotômico, Quijano não abarca as questões fundamentais para uma libertação de gênero no que tange a colonialidade e suas heranças hegemônicas.

Nesse sentido, é imprescindível, em todos os discursos feministas, pôr em prática a interseccionalidade entre raça e gênero proposta pela autora, sabendo que o sentido universal da palavra "mulher" não contempla mulher que não sejam brancas, heterossexuais e de classe alta. Por fim, entende-se a necessidade de contemplar todas as mulheres nos estudos de gênero e compreender a complexidade das relações de poder, no que tange o gênero e a raça.

5. Referências

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. Revista Estudos Feministas, n.22. setembro/dezembro. Florianópolis, 2014.

LUGONES, Maria. Colonialidad y Género. Tabula Rasa, n.9, julho-dezembro. Bogotá, 2008.

DIAS, Letícia Otero. O feminismo decolonial de Maria Lugones. Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão ENEPEX UFGD, 2018.

A DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL SOB AS LENTES DECOLONIAIS: a invisibilização da infanto-juventude negra

Thais Bonato Gomes[1]
Liara Jamili Duarte Terra[2]

1. Introdução

A Doutrina da Proteção Integral, apesar de ser um marco paradigmático de tratamento e proteção da criança e do adolescente, não contempla efetivamente alguns grupos vulneráveis, como a infanto-juventude negra. A legislação, apesar da pretensão universalizante, não alcança peculiaridades locais e ignora traços históricos e culturais do tratamento da infância e da juventude negra brasileira. Para compreender esse cenário, a pesquisa lançou mão de método hipotético-dedutivo e revisão bibliográfica.

O trabalho é necessário para pensar como a Doutrina da Proteção Integral e o Estatuto da Criança e do Adolescente, apesar de vanguardistas e de terem significado importante rompimento em relação à Doutrina da Situação Irregular, nem sempre abarcam as especificidades das diferentes crianças e adolescentes ao adotar "padrão normal de juventude" a partir de uma realidade cega ao racismo e vulnerabilidade socioeconômica, fruto do próprio processo histórico colonialista de subjugação e invisibilidade das demandas que interseccionam raça e classe.

Assim, pergunta-se: Em que medida a doutrina da proteção integral deixa de observar a vulnerabilidade da criança e do adolescente negros? De que maneira os estudos Decoloniais podem servir de aporte epistemológico para fomentar a crítica ao Direito hegemônico? Compreende-se que apesar da Doutrina da Proteção Integral ter rompido com a Doutrina da Situação Irregular, ela faz parte de um sistema jurídico marcado pela colonialidade. Nesse sentido, o giro Decolonial serve de apoio epistemológico para romper com essa lógica eurocêntrica, procurando uma visão alternativa que contemple as vulnerabilidades pontuais da infanto-juventude negra situada no Sul-Global.

1Mestranda em Direito no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS (PPGD-UFPel). Especialista em Direito do Trabalho pela Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria/RS. Bacharela em Direito pelo Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), Santa Maria/RS. Advogada. E-mail: thaisbonatog@gmail.com
2Especialista em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Especialista em Direito Público pela Fundação Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul (FMP/RS). Graduada em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Analista Processual da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul. E-mail: liarajamili@gmail.com.

2. A evolução da legislação brasileira afeta à infância e juventude: a Doutrina da Proteção Integral como pretensa superação da Doutrina da Situação Irregular.

A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, representou importante marco legal para as ações de assistência e proteção de crianças e adolescentes, precipuamente por descortinar nova perspectiva protetiva infanto-juvenil. Trata-se da Doutrina da Proteção Integral, em conjecturada substituição à Doutrina da Situação Irregular então encampada pelo Código de Menores de 1927, Código Mello Mattos, e posteriormente pelo Código de Menores de 1979. Entretanto, a evolução histórica dos direitos da criança e do adolescente no Brasil remonta ao Brasil-Colônia, vez que as crianças africanas escravizadas entravam cedo no ciclo de exploração, e com a infância rompida eram forçadas a horas intensas de trabalho.

Ainda no período escravagista, a então denominada "Lei do Ventre Livre", de 1871, concedeu liberdade apenas formal às crianças filhas de pessoas escravizadas, que precedeu poucos anos à Abolição da Escravatura, isso porque adquiriram a condição de "livres" sem, contudo, terem acesso a condições materiais para exercício pleno da cidadania, vez que a referida lei previa obrigação dos proprietários de criar as crianças negras até os 08 anos, quando poderiam entregá-las ao governo e receber indenização, ou mantê-las trabalhando até os 21 anos, como forma de se ressarcirem dos gastos com seu sustento (BRASIL, 1871).

Por sua vez, o Código Penal de 1890 regulamentou a imputabilidade penal mínima em 09 anos de idade (BRASIL, 1890), posteriormente alterada pela Lei nº 4.242/1923 para 14 anos de idade, ao que se passou a tratar da assistência a "menores abandonados" e a "menores delinquentes" (BRASIL, 1923). Nesta toada, o Código Civil de 1916 tratava dos "filhos de família" (BRASIL, 1916), enquanto cabia ao Código Mello Mattos tratar dos "menores abandonados" ou "delinquentes", entre os quais os "expostos", "mendigos", "vadios", "libertinos" (BRASIL, 1927).

De qualquer sorte, o Código Mello Mattos proibiu a Roda dos Expostos, tornou os jovens inimputáveis até os 18 anos, dispôs que os "jovens delinquentes", dos 14 aos 17 anos, seriam encaminhados à Escola de reforma para o abandonado, ditos reformatórios, enquanto os menores de 14 anos teriam como destino a Escola de preservação para delinquentes (BRASIL, 1927). Em novembro de 1941, ainda à mingua de qualquer legislação minimamente protetiva, por meio do Decreto-Lei nº 3.799, instituiu-se o Serviço de Assistência a Menores (SAM), primeiro órgão federal a se

responsabilizar pelo controle da assistência social aos menores em escala nacional, para encaminhamento aos órgãos então existentes para tanto – reformatórios, instituindo políticas direcionadas aos "desvalidos e delinquentes" (BRASIL, 1941).

Em dezembro de 1964, após o golpe militar, por meio da Lei nº 4.513/1964, extinguiu-se o SAM e criou-se a Fundação Nacional do Bem-estar do Menor (FUNABEM), dando azo à criação pelos Estados de unidades de atenção ao denominados "menores" - Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), quando a infância e a adolescência passaram a ser tratadas de maneira ainda mais intensa e tão somente como questão de segurança pública (BRASIL, 1964). Ulteriormente, foi promulgado o 2º Código de Menores (Lei nº 6.697/1979), baseado no mesmo paradigma do "menor em situação irregular" (art. 2º) da legislação de 1927 (BRASIL, 1979).

Nove anos depois, durante dos trabalhos da Assembleia Constituinte, entidades da sociedade civil criaram o Fórum Nacional de Defesa das Crianças e Adolescentes, que teve papel preponderante na redação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), tendo como ideário a luta pela efetivação de direitos das crianças e adolescentes por meio da proposição e monitoramento de políticas públicas – fórum em vigor até hoje na figura do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CONANDA), regulamentado pela Lei nº 8.242/1991.

Com a promulgação da Constituição Federal em outubro de 1988, seu artigo 227 tornou-se base para a criação do ECA em 1990, na medida em que estabeleceu direitos fundamentais à criança e ao adolescente, conferindo a estes absoluta prioridade, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988). Dentro dessa nova perspectiva protetiva, em 13 de julho de 1990 foi aprovado no Congresso Nacional o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei nº 8.069/1990, que, além de espelhar o texto constitucional, reproduziu grande parte da Convenção Internacional dos Direitos das Crianças e da Declaração Universal dos Direitos das Crianças de 1979.

Em contraposição à doutrina preconizada pelo ECA (Brasil, 1990), a pretensamente superada Doutrina da Situação Irregular engendrada pelo Código de Menores de 1927 revelava-se como sistema que tomava como pressuposto a existência do "menor" em uma família "desestruturada" – por oposição ao modelo burguês de família tomado como norma, modelo a que a criança pobre sempre escapava. Aqueles que não tinham família eram denominados "órfãos", por não receber cuidados e proteção "carentes", por não ter disciplina "conduta antissocial", por colocarem-se em risco e

representar risco à sociedade "infratores", "de rua" ou "perambulante" (ARANTES, 2008, p.04).

Logo, à luz do Código de Menores de 1927, ao definir-se todo abandono de maneira abrangente, a rede de atendimento tinha por objetivo abarcar todos os efeitos da pobreza, com função de abrigo, casa, escola, hospital e prisão. Em suma, aquilo que se tornava visível pela pretensa atuação técnica como "desestruturação familiar" era, na maior parte das vezes, a própria condição de existência e sobrevivência das famílias pobres no Brasil (ARANTES, 2008, p. 05).

Tal lógica foi reiterada pelo Código de Menores de 1979, que também adotou a Doutrina da Situação Irregular, em meio à ditadura militar instalada no país. Sendo que apenas após o fim da ditadura e em meio ao processo de democratização do Brasil, questionou-se o modelo de assistência à infância e instituiu-se, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente à Doutrina da Proteção Integral.

Entretanto, ainda que o ECA tenha proporcionado avanços inegáveis no plano legal com seu viés protetivo, o que se vê no plano material é a manutenção do tratamento punitivo de crianças e adolescentes marginalizados, em uma política de gestão do risco a eles associados (GREGORUT, 2019, p. 50). Em suma, ainda que a codificação da Doutrina da Proteção Integral possa ser reputada avanço ao tratamento de crianças e adolescentes se comparada à legislação posta antes dela, patente a insuficiência de tal codificação de modo isolado, sem a decorrente implementação de políticas públicas, precipuamente no que se refere à infanto-juventude negra.

3. A violência estatal e a inefetividade da Doutrina da Proteção Integral em relação à infanto-juventude negra.

Jovens pobres e negros, precipuamente do sexo masculino, têm sido as maiores vítimas de violência no país, a tomar pelos dados do Levantamento Anual do Sinase (2018, p. 05), em 2016 havia 18.567 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, o que representava 70% das hipóteses de responsabilização por ato infracional ao lado das demais medidas socioeducativas aplicáveis pelo Juízo da Infância e da Juventude, nos termos do artigo 112 do ECA, sendo a internação a medida mais gravosa aplicável.

Para além do cenário de internações que em muito se aproxima do encarceramento em massa de indivíduos penalmente imputáveis, mas ainda em se tratando de violência

em relação à juventude, segundo o Atlas da Violência de 2019 (IPEA; FBSP, 2019, p. 49), 75,5% das vítimas de assassinato em 2017 eram indivíduos negros. A taxa de homicídios de negros (pretos e pardos) por grupo de 100 mil habitantes foi de 43,1, ao passo que a de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0. Ou seja, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos.

Já segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019 (IPEA; FBSP, 2019, p. 08), 6.220 pessoas morreram em decorrência de intervenções policiais no ano de 2018, em um crescimento de 19,6% em relação ao ano anterior, dentre as vítimas das intervenções 99,3% eram homens, 77,9% tinha entre 15 e 29 anos e, ainda, 75,4% eram negros.

A análise dos dados afetos à juventude negra desvela que a morte letal destes jovens não tem sua causa tão somente na vulnerabilidade econômica, mas é também atravessada pelo recorte racial: ser negro é um determinante para que a violência incida com mais força sobre essa parcela da população, em representação evidente da existência do racismo, mesmo que este tenha sido tipificado como crime inafiançável e imprescritível pela CF/88 (GOMES; LABORNE, 2018, p. 6).

Nítido, portanto, que as mudanças da legislação não espelham necessariamente mudanças na implementação de políticas públicas sociais básicas, pelo que inviabilizado o efetivo cumprimento de premissas básicas do ECA e da CF/88.

Há certa permanência menorista em relação à infanto-juventude negra, estimulada por escombros de um paradigma ultrapassado, que permanece em um modelo de responsabilização que quando de sua criação já está superado. Ademais, asseveram-se os possíveis retrocessos, figurando o advento do "neomenorismo" (MACHADO; SANTOS; SERRA, 2019, p. 102).

Nesse paradoxo entre a Doutrina da Proteção Integral e a criminalização da pobreza praticada pelo Estado e pela sociedade, exsurge a inefetividade da Doutrina preconizada pelo ECA em relação à juventude negra, vez que, diante da própria violência estatal, as medidas protetivas relevam-se ineficazes e meramente formais, enquanto as medidas socioeducativas regularmente aplicadas ao denominado "adolescente em conflito com a lei" aproximam-no do sistema prisional a que são submetidos os penalmente imputáveis, senão extrapolam a miserabilidade deste.

Não há como negar que as políticas de ações afirmativas voltadas para a população negra ainda não se enraizaram no interior das políticas públicas universais, enquanto, para

superar o racismo, as políticas sociais deverão necessariamente considerar os dados de raça/cor, ou seja, deverão ser formuladas com a intencionalidade de corrigir as desigualdades raciais que tornam ainda mais precárias a vulnerabilidade socioeconômica da população negra brasileira (GOMES; LABORNE, 2018, p. 06)

Inequívoco, portanto, que a violência estatal é mais uma faceta de uma transição democrática inacabada, vez que a exemplo dos massacres do Carandiru e da Candelária, ocorridos no período de superação dos arbítrios militares, a juventude negra ainda enfrenta episódios de extermínios diários, que têm em comum a constante presença de agentes do Estado, supostamente encarregados em fazer cumprir a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (MACHADO, SANTOS, SERRA. Fl. 98, 2019).

4. A epistemologia Decolonial: a propositura de um olhar diferenciado para a infanto-juventude negra.

O recorte racial é imprescindível para compreender criticamente a efetivação das normas. Isso porque o racismo é decorrência da própria estrutura social, constituindo-se nas relações políticas, econômicas, jurídicas e familiares, não sendo um desarranjo institucional (ALMEIDA, 2019, p. 50). Nesse sentido, é preciso debruçar um olhar latino-americano das questões de ordem social para então tentar entender e modificar as bases que sedimentam a aplicabilidade do direito de maneira desigual, por ser uma sociedade discriminatória.

O grupo Colonialidade/Modernidade consolidou-se a partir de seminários, diálogos e publicações. No ano de 1998, houve o primeiro encontro apoiado pela CLACSO. Em 1999, ocorreu na Pontificia Universidad Javeriana, Colômbia, um simpósio internacional. Já nos anos 2000, ocorreram sete reuniões/eventos oficiais do grupo, cujos pesquisadores expoentes são Dussel, Mignolo, Quijano, Grosfoguel, Walsh, Maldonado-Torres e A. Escobar, entre outros. Tais autores sedimentaram a ideia de que, atualmente, persiste a colonialidade no âmbito do ser, do saber e do poder (BALLESTRIN, 2013, p. 89-117).

O colonialismo remete à época colonial, escravocrata, superado legalmente do âmbito jurídico e social. A colonialidade, por sua vez, figura-se como um fenômeno muito mais complexo que o colonialismo, operando em um padrão de poder que atua na naturalização de hierarquias territoriais, raciais, culturais e de dominação (RESTREPO,

2010, p. 15). O giro Decolonial, por conseguinte, é a propositura de uma desobediência epistemológica (MIGNOLO, 2015), de ruptura com o pensamento e dominação de matriz eurocêntrica colonial. Logo, é uma configuração de conceituação por si mesma "outra", que procura reconceitualizar os espaços, mirando uma civilização alternativa (WALSH, 2007, p. 47).

Mesmo que exista um arcabouço legal de proteção à infanto-juventude, há a invisibilização das crianças e adolescentes negros que, de acordo com os dados apurados, ainda são os mais violentados, o maior número de mortos e a maior clientela do sistema penal. Enquanto a norma universalizante prevê um lado da linha abissal -visando a proteção da infanto-juventude e tratamento digno -, as crianças e adolescentes em vulnerabilidade pela intersecção raça, classe e, nesse caso também gênero, estão no outro lado da linha. Boaventura esclarece a necessidade de um pensamento alternativo de alternativas, um pensamento pós-abissal (SOUSA SANTOS, 2010, p. 46). Isso quer dizer, tentar aproximar essas linhas abissais, numa realidade alternativa, que pare de ocultar as lacunas deixadas pela forma com que se interpreta a lei. Ou seja, buscar um alinhamento entre o que é proposto formalmente e a realidade.

Os estudos Decoloniais são um movimento de busca por outras alternativas, que põem em xeque as estruturas rigidamente sedimentadas do Direito. Trata-se de uma quebra de paradigma, que destaca sujeitos e demandas historicamente silenciados, a fim de realizar uma ruptura social, promovendo o Bem Viver na busca de soluções alternativas às mazelas originadas pelo colonialismo. É, por conseguinte, um espaço de diálogo entre as teorizações e normas e a realidade discriminatória, estruturada no racismo e subjugação. Logo, a compreensão da infanto-juventude, a partir desse giro latino-americano é um meio estratégico de emancipação com os moldes da colonialidade e voz aos sujeitos silenciados jurídica e socialmente ao longo da história.

5. Considerações finais

Em uma sociedade discriminatória, em que o racismo decorre de sua própria estrutura e permeia todas as relações, inclusive as jurídicas e políticas, e ainda que superada legislativamente a Doutrina da Situação Irregular, subsiste a ideia de um "padrão normal de juventude" a partir de uma realidade burguesa e europeia, colonizada, que consequentemente apregoa a suficiência das denominadas medidas protetivas a partir de realidade distante a dos jovens pobres brasileiros. A colonialidade do ser, saber e do poder

silencia realidades em que vulnerabilidades se interseccionam, como é o caso de jovens negros e periféricos.

Assim, a crença na suposta suficiência do estabelecimento de uma Doutrina de Proteção Integral impede a construção de realidade alternativa adequada à infanto-juventude negra. A lógica de um pensamento que invisibiliza o jovem pobre e negro, de raiz racista, também mergulhada em outros preconceitos, arraigou-se na forma de ver o ordenamento jurídico e perpetuou-se mesmo com a transição formal de uma doutrina da situação irregular para a doutrina da proteção integral, e que só será materializada com a necessária ruptura com o pensamento colonial de matriz eurocêntrica.

Portanto, imprescindível a implementação de políticas públicas específicas em favor deste público, o que só se dará após o reconhecimento de que os jovens pobres e negros brasileiros possuem peculiaridades que não são contempladas pela universalidade da norma, ainda que protetiva em relação à anterior. O racismo está no âmago da construção da sociedade brasileira, logo o enfrentamento das mazelas originadas pelo colonialismo e continua subjugação através da colonialidade devem ser reconhecidas pelo ordenamento jurídico.

Um giro latino-americano e em leitura sob o viés decolonial, a fim de propiciar aportes alternativos de interpretação da plural, desigual e peculiar situação destas crianças e adolescentes no país, se faz necessário para resistir às desigualdades sociais. Somente na busca por alternativas mais sensíveis às diferentes realidades que poderá ser conferida a pretensa proteção da infanto-juventude formalmente posta, mas que materialmente está ainda muito longe de ser alcançada.

6. Referências

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. A reforma das prisões, a Lei do Ventre Livre e a emergência da categoria. In: **60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 10 dez. 2008. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/12/A_reforma_das_prisxes.pdf. Acesso em 08 fev. 2020.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, ago. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em out. 2019.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos (MDH). **Levantamento anual SINASE 2016.** Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em: https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/Levantamento_2016Final.pdf. Acesso em 08 fev. 2020.

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. **Pedagogia da crueldade:** racismo e extermínio da juventude negra. Educação em Revista, Belo Horizonte, v.34, e197406, 2018.

GREGORUT, Adriana Silva. **Vitimizando para proteger: uma análise das propostas de polítcas para adolescentes apresentadas na câmara dos deputados.** Dissertação de Mestrado na Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, aprovação em 08/04/2019, disponível em https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/27379/Adriana%20Gregorut_Dissertac%CC%A7a%CC%83o%20final.pdf, acesso em 08/02/2020.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA- FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019.** São Paulo, 2019. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf. Acesso em fev. 2020.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: IPEA; FBSP, 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019. Acesso em jan. 2020.

MACHADO, Erica Babini; SANTOS, Hugo Leonardo Rodrigues; SERRA, Marco Alexandre de Souza. Permanências históricas na criminalização da infância: observações sobre as consequências do neomenorismo no sistema de justiça juvenil brasileiro. **Revista de Direito Público**, v. 16, n. 89, out. 2019.

MIGNOLO, Walter. Pensamento decolonial, desprendimiento y apertura. In.: MIGNOLO, Walter (org.). **Habitar la frontera**: sentir y pensar la descolanialidad. Barcelona: CIDOB, 2015.

RESTREPO, Eduardo. ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial:** fuentes, conceptos y cuestionamientos. Popayán, Samava. 2010.

RIBEIRO, Bernard Constantino; FIGUEIREDO, Guilherme Augusto dos Santos; SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes. A insurgência decolonial frente a negação do diferente: A (re)constituição de um novo direito a partir da emersão das camadas sociais marginalizadas. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, ano 5, nº 2, p. 991-1014, 2019.

SOUSA SANTOS, Boaventura. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SOUSA SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula G. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento "otro" desde la diferencia colonial. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (orgs). **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. Disponível em: http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfoguelcastrogomez.pdf. Acesso em abr. 2019.

DECOLONIALIDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA: alternativas para o desenvolvimento socioeconômico do Quilombo Pelotense do Algodão

Ademar Fernandes de Ornel[1]
Aline Lourenço de Ornel[2]
Andreia Lourenço de Ornel[3]

1. Introdução

O presente estudo tem por objetivo analisar iniciativas quilombolas de desconstrução da colonialidade. O colonialismo escravizou o povo negro, tratando-o como mero objeto para enriquecer a Casa Grande e a metrópole europeia. Hoje, a colonialidade promove o silenciamento e a subalternização de corpos dos quilombolas, negando-lhes o direito à propriedade de suas terras, apagando sua história, sua cultura e suas manifestações religiosas; permitindo, ainda, que vivam em condições desumanas, com pouco acesso aos serviços básicos de saúde, alimentação e educação.

É importante que os quilombolas busquem em suas raízes o poder da resistência, passível de operacionalizar-se por meio de um levante decolonial O método utilizado no presente feito é o dedutivo. Assim, logo na primeira etapa é feita pesquisa bibliográfica sobre a escravidão, resistência dos escravos através dos quilombos e a realidade atual de alguns quilombos. Após, analisa-se iniciativas de organização em rede e relacionamentos, apontando-se a economia solidária como uma forma de reconstrução do ser, do poder e do saber, mas sem deixar de olvidar que não existe um único caminho.

Como se trata de uma pesquisa ainda em andamento, futuramente será praticada a terceira etapa do trabalho, a qual consiste em pesquisa empírica no Quilombo do Algodão, no Rincão dos Martimianos e no São Miguel. Será feita uma análise qualitativa que abranja observação, fotos e entrevistas com roteiro semi-estruturado dos moradores a fim de observar traços de colonialidade, peculiaridades que possam dificultar ou facilitar a economia solidária no Algodão e resultados desta prática no Rincão dos Martimianos e no São Miguel. No amplo universo de quilombos, delimitou-se o objeto de estudo no Quilombo do Algodão (já conhecido por força de atividade profissional do primeiro

1 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos. Universidade Católica de Pelotas. E-mail: ademarornel@ig.com.br
2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais. Universidade Federal de Pelotas. E-mail: alineornel@yahoo.com.br
3 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais. Universidade Federal de Pelotas.tuição de ensino. E-mail: andreiaor@yahoo.com.br

pesquisador) e os Quilombos Rincão dos Martimianos e São Miguel (por se ter notícias de que praticam economia solidária).

Conclui-se, com fulcro na "ecologia de saberes" de Boaventura dos Santos, que se faz necessária a recuperação dos saberes e práticas dos grupos quilombolas, os quais, devido ao capitalismo e aos processos coloniais, foram histórica e sociologicamente colocados na posição apenas de objetos ou matéria-prima dos saberes dominantes.

2. Colonização e colonialidade do povo quilombola

A história do Brasil é manchada pela escravidão do povo negro, arrancado à força de suas terras pelo colonizador europeu para ser submetido a todo tipo de agressões e humilhações em terras desconhecidas. Segundo Gomes (2008, p. 447-448), "calcula-se em dez milhões, ou mais, a quantidade de africanos transportados para as várias regiões das Américas entre os séculos XVI e XIX, tendo o Brasil recebido 40% destes".

Transportados como bichos em navios, à margem de qualquer tratamento digno, submetidos às intempéries, à sede, à fome e às doenças do longo trajeto, aqueles que sobreviviam eram muitas vezes separados de suas famílias e vendidos como objetos em feiras livres. Olhava-se até seus dentes, tal qual se faz ao comprar um cavalo. Uma vez comprados, eram submetidos a todo tipo de trabalho forçado, castigos, estupros e torturas. E toda essa barbárie era aceita com naturalidade pela sociedade da época e legitimada pela Lei. "O escravo era, juridicamente, um ser sem alma, apenas uma mercadoria adquirida a um preço estabelecido entre comprador e vendedor" (HENNING; LINHARES; GOMES; LEAL, 2018, p. 02).

A formação do Rio Grande do Sul _ em que pese isso também não seja retratado na maior parte dos livros de História _ também se deu pela escravidão do povo negro, explorado principalmente nas Charqueadas.

> Na verdade, a história do escravo do sul está, ainda, por escrever-se. Isso se deve à resistência dos historiadores gaúchos em escrever a história como ela é, pois tornará pouco simpático os heróis aparecerem como "senhores de escravos". Junta-se a esse problema a raridade das fontes históricas, pois muitas foram propositalmente destruídas (PEDROSO, 2011, p. 10)

De fato, o clima gaúcho revelava-se bastante agressivo aos escravos, não acostumados ao frio intenso e à chuva. Por sua vez, "não são necessárias grandes abstrações para imaginar o trabalho do negro nas charqueadas, em um solo coberto de sal

e com os pés descalços" (HENNING; LINHARES; GOMES; LEAL, 2018, p. 04). De acordo com León (1991, p. 45-46), "não era sem razão que se falava que, no norte, seriam feitas ameaças aos negros insubmissos de vendê-los para as temidas charqueadas de Pelotas, verdadeiras penitenciárias", nas quais, segundo a mesma fonte, o escravo não vivia mais do que oito anos.

Houve muita resistência por parte dos escravos. Alguns praticavam sabotagem à produção da fazenda e emboscadas para assassinar senhores de engenho e feitores; outros viam no suicídio um meio de se libertar do sofrimento. Proibidos de qualquer manifestação cultural ou religiosa, resistiam disfarçando de dança a luta da capoeira ou associando seus orixás a santos católicos, além de preservar atividades musicais, seus vínculos e costumes de origem africana. Todavia, sem dúvida, os quilombos foram a via de resistência que melhor representou a luta dos escravos pela liberdade, já que "asilados naqueles matos e naquelas serras, deixavam de ser uma coisa falante para recobrar a sua dignidade humana" (FREITAS, 1991, p. 36).

O colonialismo escravizou o povo negro, roubando-lhe a dignidade, negando-lhe a condição de ser humano e tratando-o como um mero objeto a ser usado para enriquecer a Casa Grande e a metrópole europeia, obrigando os negros escravizados a refugiar-se nos quilombos. Hoje, a colonialidade promove o silenciamento e subalternização de corpos das comunidades quilombolas, negando-lhes o direito à propriedade de suas terras, apagando sua história, sua cultura e suas manifestações religiosas; permitindo, ainda, que vivam em condições desumanas, com pouco acesso aos serviços básicos de saúde, alimentação e educação. "Esses moradores vivem excluídos da sociedade, em condições de extrema miséria, aonde não chegam, em grande parte, os recursos necessários para uma vida digna, em uma realidade muito diferente daquela garantida pela CF/88" (HENNING; LINHARES; GOMES; LEAL, 2018, p. 12).

A colonialidade é presente nos quilombos gaúchos, conforme demonstrou recente estudo feito por pesquisadores pelotenses em algumas comunidades quilombolas gaúchas. Além de não cultuar religiões de matriz africana, apurou-se também que a maior parte dos entrevistados não conhece sua história, uma vez que seus antepassados pouco falavam sobre a escravidão (HENNING; LINHARES; GOMES; LEAL, 2018, p. 10). Como se observa, há um silenciamento destes povos por meio da não preservação de sua cultura, sua religião e sua história.

A maior parte dos quilombos sobrevive da agricultura de subsistência. Muitos trabalham sem carteira assinada e são pagos com alimentação ou mediante valores

irrisórios. “Um único morador afirma que ainda existe a escravidão pelo fato de alguns colonos brancos pagarem pela mão de obra dos remanescentes de quilombos com pedaços de toicinho”. (HENNING; LINHARES; GOMES; LEAL, 2018, p. 11).

Também observou-se a precariedade do direito à saúde. A grande maioria dos postos de saúde se localiza longe e encontra-se mal estruturada para prestar socorro. Não há água encanada, saneamento básico e energia elétrica. Da mesma forma, o direito à educação não faz parte da vida dos cidadãos mais velhos das comunidades quilombolas. A totalidade dos entrevistados afirma que, ao concluir a quarta série do ensino fundamental, é chegado o momento de se dedicarem integralmente aos trabalhos rurais (HENNING; LINHARES; GOMES; LEAL, 2018, p. 12).

Por fim, os pesquisadores concluíram que “esses moradores vivem excluídos da sociedade, em condições de extrema miséria, aonde não chegam, em grande parte, os recursos necessários para uma vida digna, em uma realidade muito diferente daquela garantida pela CF/88” (HENNING; LINHARES; GOMES; LEAL, 2018, p. 12). Ainda, com relação à propriedade de suas terras, a conclusão é mais desanimadora ainda: “remanescentes de quilombos sobrevivendo em terras que, por direito estatal, seriam suas, como posseiros, sem lograr êxito no processo de escrituração dos imóveis.” (HENNING; LINHARES; GOMES; LEAL, 2018, p. 12).

Esse contexto também se assemelha à realidade da comunidade Quilombo do Algodão, localizada no 4º distrito do município de Pelotas, no alto de um vale, a cerca de 60 km da área urbana. As famílias que moram lá são descendentes de escravos fugidos das charqueadas e fazendas da cidade de Pelotas e região. As carências deste quilombo são tantas e de necessidades tão básicas que o Ministério Público e a Prefeitura já efetuaram ações conjuntas em prol da comunidade. Realizaram um mutirão para encaminhar documentação e fornecer orientação sobre saúde, higiene e cidadania (MPRS, 2012).

Apesar de louvável esta iniciativa, compreende-se que são medidas paliativas, incapazes de realizar melhoras significativas e estruturantes naquela comunidade. Medidas como aquelas do Poder Público e da Promotoria são importantes, mas tratam os quilombolas como agentes passivos e desprovidos de saberes próprios, quando, na realidade, devem ser tratados como senhores da própria vida e gestores da comunidade. Inclusive, esta é uma crítica que se faz a muitas das intervenções (governamentais e não-governamentais) nestas comunidades: a ausência de um cuidado em não silenciar ou apagar a história e cultura destes povos. Intencionalmente ou não, muitas destas práticas

acabam por reproduzir e impor aos quilombolas um padrão segundo o modelo de denominação eurocêntrico, desvalorizando-se suas raízes e peculiaridades.

3. Iniciativas de superação da colonialidade: construção de redes e relacionamentos

Se existe uma força opressora, há de haver resistência. E a resistência dos quilombos também passa por um levante decolonial e pela sua proposta de virada teórica na representação eurocêntrica-moderna de corpos, de vidas e de direitos latinos. O giro decolonial direciona olhares para "corpos e lugares étnico-raciais/sexuais subalterizados" (GROSFOGUEL, 2010, p. 457). Para isso, a interdisciplinaridade é essencial: a colaboração entre pesquisadoras e pesquisadores das mais variadas áreas torna-se, cada vez mais, lugar comum nas academias. São sociólogas, antropólogos, economistas, pedagogos e filósofas que produzem conhecimentos híbridos (MIGNOLO, 2010; WALSH, 2009; CASTRO-GÓMEZ, 2005).

A religião, cultura e os saberes dos povos quilombolas precisam ser respeitados e, mais do que isso, preservados. Um dos conceitos centrais da Epistemologia do Sul, como proposta por Boaventura de Sousa Santos, é a Ecologia de Saberes. O autor explica que:

> [...] como cada saber só existe dentro de uma pluralidade de saberes, nenhum deles pode compreender-se a si próprio sem se referir aos outros saberes [...] os limites e as possibilidades de cada saber residem, assim, em última instância, na existência de outros saberes e, por isso, só podem ser explorados e valorizados na comparação com outros saberes (SANTOS; MENESES, 2009, p. 55).

Santos e Meneses (2009) chamam de Epistemologia do Sul a recuperação dos saberes e práticas dos grupos sociais que, devido ao capitalismo e aos processos coloniais, foram histórica e sociologicamente colocados na posição apenas de objetos ou matéria-prima dos saberes dominantes.

A colonialidade apresenta-se sob três aspectos: do poder, do ser e do saber. Logo, a resposta a esta dominação passa por um levante decolonial que reafirme e respeite a identidade destes povos; em outras palavras, a decolonialidade dos povos quilombolas passa pela reconstrução do ser, do poder e do saber. Não existem caminhos seguros ou um único caminho para a desconstrução da colonialidade, pois, conforme Boaventura de Sousa Santos, "não há emancipação em si, mas antes relações emancipatórias" (SANTOS, 2004, p. 250).

Muitos dos quilombos vêm resistindo por meio do estabelecimento de redes e relacionamentos. Uma das formas adotadas consiste na economia solidária. Santos (2010, p. 84-85) explica que:

> As diferentes práticas de economia solidária refletem os diferentes contextos históricos em que elas aparecem. Trata-se de experiências com características comuns, porém distintas, oriundas de processos sociais diferentes, o que faz com que a discussão conceitual em torno do tema "economia solidária" não seja unânime, motivando leituras diversas, a exemplos dos conceitos de economia social na Europa e economia popular na América Latina.

A economia solidária é uma resposta ao individualismo e à exploração do homem pelo homem advindos do modelo capitalista. Economicamente, é a prática da atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseada na democracia e na cooperação (autogestão). Culturalmente, é também um jeito de estar no mundo e de consumir produtos locais, saudáveis, que não afetem o meio ambiente e nem beneficiem grandes empresas. Politicamente, é um movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma de desenvolvimento voltado para as pessoas com fundamento na solidariedade, na democracia, na cooperação, na preservação ambiental e nos direitos humanos (HICKENBICK; FELÁCIO, 2014, p. 37).

A economia solidária vem sendo praticada em diversas comunidades quilombolas distribuídas pelo Brasil. No Rio Grande do Sul, segundo informações da Rede Mobilizadores, até 2010, dezessete comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul estavam alcançando a auto-sustentabilidade por meio da economia solidária:

> Com o projeto "Quilombolas em Rede", uma iniciativa do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), desenvolvida pela ONG Palmares, essas comunidades reduzem custos de alimentação por meio de compras coletivas. A iniciativa se baseia em três eixos: fortalecimento da identidade cultural; economia solidária; e agricultura ecológica para preservar as múltiplas diversidades (social, cultural, ambiental etc.) das comunidades, a partir de políticas calcadas na autogestão e na auto-sustentabilidade. As primeiras comunidades a aderirem à rede foram as de Rincão dos Martimianos e São Miguel, localizadas em Restinga Seca, na região central do Rio Grande do Sul. Metade das 50 famílias passou a comprar coletivamente e reduziu em até 20% os gastos mensais com alimentação. Dessa iniciativa, as comunidades formaram sua própria cooperativa e, hoje, também se preocupam com produção e comercialização dos seus produtos. O projeto possibilitou, ainda, a inclusão digital dessas comunidades, através da aquisição de computadores. (REDE MOBILIZADORES, 2010).

Como se observa, a economia solidária vem surtindo efeitos positivos em diversas comunidades, pois valoriza o ser humano e estimula seu desenvolvimento cultural e

socioeconômico por meio da solidariedade, da democracia, da liberdade e da fraternidade. Mais do que isso, essa prática reforça a desconstrução da colonialidade por meio da afirmação do ser, do poder e do saber destas comunidades.

4. Considerações finais

O colonialismo escravizou o povo negro, roubando-lhe a dignidade, negando-lhe a condição de ser humano e tratando-o como um mero objeto a ser usado para enriquecer a Casa Grande e a metrópole europeia, obrigando os negros escravizados a refugiar-se nos quilombos. Hoje, a colonialidade promove o silenciamento e subalternização de corpos das comunidades quilombolas, negando-lhes o direito à propriedade de suas terras, apagando sua história, sua cultura e suas manifestações religiosas; permitindo, ainda, que vivam em condições desumanas, com pouco acesso aos serviços básicos de saúde, alimentação e educação. "Esses moradores vivem excluídos da sociedade, em condições de extrema miséria, aonde não chegam, em grande parte, os recursos necessários para uma vida digna, em uma realidade muito diferente daquela garantida pela CF/88" (HENNING; LINHARES; GOMES; LEAL, 2018, p. 12).

Muitas das comunidades quilombolas enfrentam o descaso e a negação da maior parte de seus direitos individuais e coletivos originada também em uma história imbricada na conquista e no espólio: "a negação do direito do colonizado começa com a afirmação do direito do colonizador, negação que é, em realidade, do próprio direito coletivo e concretização do direito individual" (ALMEIDA, 2011, p. 41).

A religião, cultura e os saberes dos povos quilombolas precisam ser respeitados e, mais do que isso, preservados. Um dos conceitos centrais da Epistemologia do Sul, como proposta por Boaventura de Sousa Santos, é a Ecologia de Saberes. Santos e Meneses (2009) chamam de Epistemologia do Sul a recuperação dos saberes e práticas dos grupos sociais que, devido ao capitalismo e aos processos coloniais, foram histórica e sociologicamente colocados na posição apenas de objetos ou matéria-prima dos saberes dominantes.

Muitos dos quilombos vêm resistindo por meio do estabelecimento de redes e relacionamentos. Uma das formas adotadas consiste na economia solidária, a qual vem surtindo efeitos positivos em diversas comunidades, pois valoriza o ser humano e estimula seu desenvolvimento cultural e socioeconômico por meio da solidariedade, da democracia, da liberdade e da fraternidade. Mais do que isso, essa prática reforça a

desconstrução da colonialidade por meio da afirmação do ser, do poder e do saber destas comunidades. Ainda assim, esta iniciativa é apenas um caminho, pois, conforme Boaventura de Sousa Santos, "não há emancipação em si, mas antes relações emancipatórias" (SANTOS, 2004, p. 250).

5. Referências

ALMEIDA, Marina Corrêa de. A cultura legal emergente latino-americana: o pluralismo jurídico rompendo os laços imperialistas no direito. **Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos,** v. 1, n. 1, p. 38-50, jun., 2011.

BOLSONARO, Jair Messias. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/bolsonaro-quilombola-nao-serve-nem-para-procriar/> Acesso em: 22 nov. 2018, às 21:45

BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRASIL; **Constituição Federal**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 07 jun. 2018.

BRASIL; **Decreto nº 4.887**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br > Acesso em 07 jun. 2018.

BRASIL; **Decreto nº 5.051**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br > Acesso em 07 jun. 2018.

BRASIL, MTE\SENAES. **Decreto nº 7.358.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ Acesso em: 20 nov. 2018, às 09:10

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La poscolonialidad explicada a los niños**. Bogotá: Editorial Universidad Javeriana, 2005.

DUSSEL, Enrique. **Europa, modernidade e eurocentrismo**. In: LANDER, Edgardo. (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. BuenosAires: Clacso, 2005.

____. **Meditações anti-cartesianas sobre a origem do anti-discurso filosófico da modernidade**. In:SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009

ESCOBAR, Arturo. **Mundos y conocimientos de otro modo**. Disponível em: <www.decoloniality.net/files/escobar-tabula-rasa.pdf>, 2003. Acesso em 17/06/2018

FBES. Relatório final da V Plenária Nacional de Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável. Disponível em: http://fbes.org.br/ . Acesso em: 20 nov. 2018, às 22:15

FREITAS, Décio. O escravismo brasileiro. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

GADOTTI, M. Economia Solidária como práxis pedagógica. São Paulo: Editora Instituto Paulo Freire, 2009.

GOMES, Flávio dos Santos. Sonhando com a Terra, Construindo Cidadania. In: PINSKI, Jaime; PINSKI, Carla Bassanezi (orgs). História da cidadania. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 447-467.

GROSFOGUEL, Ramón. Para Descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos Pós-Coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global.

HANKE, Daniel; BIESEK, Maurício Fabiano; SILVA, Rodrigo Weiss; WINCK, Bruna Raquel. A contribuição da economia solidária para o fortalecimento das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira paranaense. 2010. Disponível em: https://www.webartigos.com/artigos/a-contribuicao-da-economia-solidaria-para-o-fortalecimento-das-comunidades-quilombolas-do-vale-do-ribeira-paranaense/37095 Acesso em 18 nov. 2018, às 02:05

HENNING, A. C. C.; LINHARES, D. F.; GOMES, E. H. S.; LEAL, R. J. S. Remanescentes de quilombos pelotenses: paradigma emergente, dignidade humana e propriedade. Revista África e Africanidades, Rio de Janeiro, ano 3, n. 9, maio 2010. Coluna Sala de Aula. Disponível em: <http://www.africaeafricanidades.com.br/documentos/Remanescentes_quilombos_pelotenses.pdf> Acesso em: 18 Nov. 2018.

HICKENBICK, Claudia; FELÁCIO, Rafael Matos. Economia solidária e arranjos produtivos locais. Florianópolis : IFSC, 2014. Disponìvel em: < file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Esp%20Proeja%20-%20Economia%20Solidaria%20-%20MIOLO.pdf> Acesso em 20 nov. 2018, às 13:20.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEÓN, Zênia de. Memórias da escravidão. Pelotas: Editora do Autor, 1991

LISBOA, Armando de Melo. Economia Solidária e autogestão: imprecisões e limites. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rae/v45n3/v45n3a06.pdf>. Acesso em: 20 nov, 2018, às 22:30..

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de unconcepto**. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago. e GROSFOGUEL, Ramón. (Orgs.). **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar/Universidad Central-IESCO/Siglo del Hombre Editores, 2007.

MIGNOLO, Walter. Desobediencia epistémica (II), pensamiento independiente y libertad de-colonial. **Revista de Estudios Críticos Otros Logos**, ano 01, n. 01, p. 08-42, 2010.

MPRS. Pelotas: comunidade Quilombo do Algodão é atendida na Promotoria. Disponível em:<https://www.mprs.mp.br/noticias/dirhum/29676/> Acesso em: 15 nov. 2018, às 18:30.

OLIVEIRA. Luiz Fernando de. **O que é uma educação decolonial?** Disponível em http://www.academia.edu/23089659/O_QUE_%C3%89_UMA_EDUCA%C3%87%C3%83O_DECOLONIAL. Acesso em 27/06/2018.

PEDROSO, Leandro Claudir. O escravo no Rio grande do sul. Disponível em: <https://construindohistoriahoje.blogspot.com/2011/07/o-escravo-no-rio-grande-do-sul.html> Acesso em: 17 nov. 2018, às 10:15.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Clacso: Buenos Aires, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur- 3 sur/20100624103322/12_Quijano.pdf – acesso em 01/05/2018, às 20:00.

REDE MOBILIZADORES, 2010. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/noticias/comunidades-quilombolas-praticam-economia-solidaria-no-rs/> Acesso em: 14 nov. 2018, às 18:00

SANTOS, Aline Mendonça dos. O movimento da economia solidária no Brasil e os dilemas da organização popular. 2010. Disponível em: < http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-3200_pt.html> Acesso em 21 nov. 2018, às 21:00

SANTOS, Aline Mendonça dos. Vivendo e Pensando o diferente: Representações Sociais dos Trabalhadores nos Empreendimentos de Economia. 2004. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000139&pid=S0102-69922006000200009000025&lng=pt > Acesso em 21 nov. 2018, às 21:50

SANTOS, Aline Mendonça dos. A economia solidária como alternativa de inserção do dependente químico em recuperação no mundo do trabalho. 2000. Disponível em: < http://base.socioeco.org/docs/aline_tese_sem_apendices_e_anexos.pdf> Acesso em 21 nov. 2018, às 21:5

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e outro. Faculdade de Economia de Coimbra, Coimbra / Portugal, Conferência de abertura do VIII Congresso de Ciências Sociais, realizado em Coimbra, de 16 a 18 de setembro de 2004. Disponível em: . Acesso em: 13 abr. 2015. Revista Grifos 241 REVISTA GRIFOS - N. 38/39 - 2015

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, M. P. (Orgs.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009.

SARLET, Ingo Wolfgang**. Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed, 2006.

SILVA, José Afonso. **Curso de direito constitucional**. 22º ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

SINGER, Paul; SOUZA, André (Org). Economia solidária no Brasil: a autogestão contra o desemprego. São Paulo: Contexto, 2010

STEPHANOU, Luis; Muller, Lúcia Helena; Carvalho, Isabel Cristina de Moura. **Guia para a elaboração de projetos sociais**. Porto Alegre. Editora Sinodal e Fundação Luterana de Diaconia. 2003.

VOGT, Paulo Olegário. O liberalismo e escravidão na República Rio-grandense. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/5159/3566>. Acesso em 15 nov. 2018, às 14:00

WALSH, Catherine. Introducion - **(Re) pensamiento crítico y (de) colonialidad**. In: WALSH,Catherine. (Orgs.). **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial. Reflexiones latino-americanas**. Quito:Ediciones

NOVA ONDA? EDUCAÇÃO EM CIDADANIA COMO PREMISSA PARA O ACESSO À JUSTIÇA

Stephane Silva da Silva[1]
Cristina dos Anjos Lopes Urtiaga[2]

1. Introdução

A Constituição cidadã de 1988, que instaurou o Estado Democrático de Direito no país e implementou positivamente um amplo rol de direitos fundamentais, não foi suficiente para dar cabo às múltiplas crises que se apresentaram ao longo da história.

Entre fraturas cada vez mais expostas de convivência humana e conflitos sociais, que se acentuam frente à crescente desigualdade que se apresenta, vê-se um Estado incapaz de lidar com o cenário apresentado que, muitas vezes, é por ele incendiado quando deixa de implementar políticas públicas objetivando a efetivação dos direitos positivados pelo ordenamento jurídico.

É no seio da sociedade órfã que a imagem da Justiça ganha força, e é através da figura dos magistrados que, segundo Garapon (1996), os cidadãos vão encontrar a função de autoridade, abandonada pelos antigos titulares. É a paternalização da função da moralidade pública exercida através da decisão judicial (MAUS, 1989).

No Brasil, é possível encontrar um forte exemplo na superestimação da imagem do Juiz Sérgio Moro, durante as investigações da Operação Lava-Jato, em que fora muitas vezes associado a imagem quase que mitológica.

Ausente, portanto, esse centro de apoio paternal, fruto, essencialmente, da ruptura da representação política, o indivíduo vai em busca de uma figura para substituir essa autoridade, passando a centralizar a "(...) 'consciência' social na Justiça (...)". (MAUS, 2000, p. 186).

Essa crença desmedida na Justiça, somada a incapacidade de diálogo entre os cidadãos e no fracasso do Estado em efetivar os direitos estabelecidos pela ordem jurídica, acaba por resultar num cenário caótico, em que todas as demandas sociais – sejam interpessoais, sejam em face do próprio Estado – acabam por desaguar no Poder

[1] Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).
[2] Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

Judiciário, incapaz de atender a todas as demandas e dar aos sujeitos uma tutela satisfativa.

Freire (1959, p. 11 e 24) vai trazer como justificativa para esse cenário a nossa inexperiência democrática, representada pela antidialogação do nosso educando com a sua realidade, na antiparticipação do nosso educando com o processo de sua educação e na anti-responsabilidade a que se relega o nosso educando na realização de sua própria vida.

Essa postura, característica do nosso cidadão, é resultado da cultura demandista que se perpetua a cada geração, sendo natural, portanto, entregar a resolução dos conflitos pessoais a um terceiro. Não é à toa que hoje temos um Judiciário com uma alta litigiosidade, mas esses dados são apenas a ponta do *iceberg*.

Um Judiciário "congestionado", "sobrecarregado", aos olhos internacionais, demonstra a fraqueza das instituições públicos do país. Um Judiciário lento, ineficaz, não é interessante para o mercado econômico-financeiro internacional. Mas, na realidade, um Judiciário ineficaz não satisfaz as prerrogativas previstas na Constituição Federal e é incapaz de dar ao cidadão uma resposta satisfatória e em tempo hábil, conforme exigências dos princípios fundamentais.

Em vista disso, o Estado vem implementando reformas processuais no sentido de tornar o Poder Judiciário uma instituição célere, eficaz e forte. Todavia, a realidade nos mostra que as mudanças não foram capazes de alterar o cenário atual e, além disso, criou ainda mais desigualdade social, ao impor barreiras de acesso ao judiciário.

Então, a nova onda renovatória aqui proposta visa implementar no currículo escolar a disciplina de Educação em Cidadania, tendo-a como instrumento potencial de transformação de realidades, a partir do momento em que o cidadão se torna capaz de se perceber parte da sociedade, e nela atue proativamente. Só assim, será possível dar início a uma mudança cultural que se afaste do demandismo, e que foque na autonomia dos cidadãos, não só para resolver seus próprios conflitos, mas para evita-los, assim como para reivindicar do próprio Estado a concretização dos direitos fundamentais expressos na Constituição.

2. Acesso à Justiça. Reformas implementadas no Brasil

No Brasil as ondas renovatórias, descortinadas por Mauro Cappelletti e Braynt Garth a partir dos resultados do Projeto Florença, também tiveram exemplos no Brasil. E

foi nessa busca pela efetividade do Acesso à Justiça que os reformadores implementaram mudanças no nosso ordenamento jurídico.

O Acesso à Justiça tem previsão expressamente constitucional no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal de 1988, dispondo que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito". Trata-se da demonstração constitucional do princípio da inafastabilidade da jurisdição. Ou seja, um conceito interno do processo que significa acesso ao poder judiciário.

Todavia, além da garantia do acesso à jurisdição, a prestação desta deve se dar em um tempo razoável. É o que impôs a Emenda Constitucional 45/20004, que alavancou a celeridade processual a um princípio constitucional fundamental. Desde então, a celeridade do processo passou a medida de sua efetividade. E foi em busca da concretização desse novo princípio que os nossos reformadores lograram em implementar diversas reformas legislativas com a finalidade de tornar o Judiciário brasileiro um exemplo de instituição judiciária efetiva.

Destarte, somente instituições públicas efetivas são capazes de transformar o ambiente interno brasileiro propício ao comércio, financiamentos e investimentos. Não é à toa que o Documento Técnico 319 do Banco Mundial destacou essa necessidade.

> "(...) O Poder Judiciário é uma instituição pública e necessária que deve proporcionar resoluções de conflitos transparentes e igualitária aos cidadãos, aos agentes econômicos e ao estado. Não obstante, em muitos países da região, existe uma necessidade de reformas para aprimorar a qualidade e eficiência da Justiça, fomentando um ambiente propício ao comércio, financiamentos e investimentos. (...)". (Documento Técnico 319 do Banco Mundial)

Se em algum momento da história os interesses do cidadão eram prioridade, não se pode ter certeza, mas, indubitavelmente, o é para os interesses econômicos e financeiros, e o texto extraído do Documento Técnico 319 acima destacado, reflete tal assertiva.

Independentemente das razões que motivam as inúmeras reformas legislativas implementadas no país, a questão é que elas foram até então ineficazes, mas, além disso, criaram novas barreiras de acesso ao judiciário pelos sujeitos de direito.

Os dados apontados pelo "Justiça em Números do CNJ", publicação de 2019, referente ao ano de 2018, demonstram uma redução de mais de 816 mil processos novos no âmbito do Poder Judiciário, sendo que só a Justiça do Trabalho deixou de receber

19,9% referente a esses números. Insta salientar que a reforma da CLT entrou em vigor no ano de 2017, e os dados são referentes ao primeiro ano de sua vigência – 2018.

É que a última reforma trabalhista implementada ampliou para o reclamante também o custeio dos honorários de sucumbência, inclusive na eventualidade de procedência parcial dos pedidos formulados na reclamatória. A barreira foi estabelecida e os números atestam tal situação.

Nesse mesmo aspecto, apontam-se as reformas processuais implementadas com o novo Código de Processo Civil, que dentre tantas alterações, destaca-se a priorização à conciliação e mediação, cuja oferta antes mesmo da contestação se torna obrigatória.

No entanto, os números apontados até então demonstram que o cenário da alta litigiosidade se mantém, o que nos exige redirecionar a rota e ter um olhar anterior, ou seja, para as suas causas, e não para as consequências. A realidade é que os conflitos sociais persistem, e hão de se acentuarem frente às barreiras impostas nos últimos anos.

O acesso à justiça, desse modo, não pode continuar a ser visto apenas sob uma ótica interna conceitual – inafastabilidade da jurisdição e duração razoável do processo, ele deve ser visto em sua amplitude, ou seja, como um direito de acesso a uma ordem jurídica justa - aquela que permite a realização do ideal de justiça social, oportunidades equitativas às partes do processo, participação democrática e tutela jurisdicional efetiva. Só assim será possível caminhar no sentido de sua efetividade.

Mas para se buscar um novo caminho, um caminho condizente com a nossa própria realidade, é necessário arrancar as raízes da cultura colonialista para que se possa construir novas bases. Sem que isso ocorra veremos sempre mais do mesmo e não nos permitiremos olhar através do espelho.

Sérgio Buarque testemunhou esse comportamento do cidadão brasileiro ao afirmar que:

> "trouxemos de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições da vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições lhe imporiam" (BUARQUE DE HOLANDA, p. 160).

É preciso, portanto, retomar o caminho, e construir novas raízes a partir das perspectivas do próprio cidadão brasileiro. Isso só é possível através de um processo educativo de conscientização, daqueles que busque integrá-lo ao seu meio social a fim de perceber-se parte ativa e necessária para transformação da sociedade na qual estão inseridos.

O processo civilizatório no qual fomos submetidos é perceptivelmente ativo até os dias atuais, a exemplo de todos os instrumentos legais importados de outras culturas, muitas vezes totalmente distintas da nossa realidade social, que acabam por não se mostrarem efetivos para as celeumas para as quais foram implementados. É necessário, portanto, tratar na raiz do problema as questões que resultam em conflitos sociais, para se permitir um início de uma transformação social.

2. Educação em cidadania. Nova onda renovatória?

Considerando, portanto, o cenário acima desenhado, propõe-se, então, como uma nova proposta de onda renovatória do Acesso à Justiça, a Educação em Cidadania das crianças e dos adolescentes, como um instrumento de redirecionamento de rota a partir de um processo educativo de conscientização dos educandos quanto à sua realidade e as possibilidades disponíveis para transformação da sua realidade.

A Educação em Cidadania – processo educativo crítico e consciente – é o caminho adequado para afastar o cidadão da figura de mero espectador e inseri-lo em uma posição de participante ativo da vida pública, permitindo, assim, o aumento do "grau de consciência dos problemas de seu tempo e de seu espaço" (FREIRE, 1959).

A realidade da nossa justiça exige medidas distintas, vez que os dados confirmam que as reformas implementadas pelo Estado, no sentido de dar efetividade ao princípio do Acesso à Justiça, vem se mostrando ineficiente. Os processos continuam sendo distribuídos no sistema de justiça porque os conflitos sociais não deixaram de existir. E, como agravante, considerando a mitigação de direitos que o cidadão brasileiro vêm sentindo nos últimos anos, a tendência desses conflitos é de se acentuarem.

É cultural da nossa sociedade a procura do Judiciário para resolução dos conflitos pessoais, inclusive, Maus (2000), em sua obra "Superego do Poder Judiciário", traz elementos para se compreender esse processo paternalista do Estado, perpetuado até os dias hodiernos. Nossa matriz colonizatória ainda é perceptível nos dias atuais, e é esse ponto que precisa de ressignificação. E educação abre espaço para essa transformação.

O diálogo, que é matriz da democracia, é ausente no berço da sociedade brasileira. Urge que se estabeleça em nossa jovem democracia a formação de cidadãos conscientes de sua importância na participação dos atos da vida em sociedade, não apenas em seu dever cívico de escolher um representante político, mas dotados da capacidade de uma

atuação real e efetiva, capaz de permitir a concretização e efetivação de uma ordem jurídica justa.

Restabelecer a possibilidade de dialogação é essencial dentro desse contexto, de forma a oportunizar os sujeitos a resolução de seus próprios conflitos, sem a necessidade da intervenção de terceiros. Freire já dizia que "a dialogação implica na responsabilidade social e política do homem. Implica num mínimo de consciência transitiva, que não se desenvolve nas condições oferecidas pelo grande domínio". (1967, p. 70).

A proposta da implementação da Educação em Cidadania no currículo escolar das crianças e dos adolescentes surge como uma possibilidade de se reconstruir a trajetória, através da mudança de perspectiva: deixar de olhar as consequências que a litigiosidade excessiva se apresenta atualmente, e tentar ataca-la insatisfatoriamente, e passar a analisar a raiz dos conflitos sociais, e avançar contra, de maneira efetiva, paulatina e eficaz.

Freire já dizia que "A desesperança das sociedades alienadas passa a ser substituída por esperança, quando começam a se ver com os seus próprios olhos e se tornam capazes de projetar". (1967, p. 60).

O processo educativo surge, então, como instrumento no desenvolvimento de uma consciência capaz de compreender, de forma crítica, as características desta realidade e promover o seu poder criativo, de forma comprometida do homem com a realidade. E a educação surge como mecanismo fundamental nesse processo de conscientização.

A implementação, portanto, nas escolas de uma educação voltada à questões de cidadania é a oportunidade de se abrir espaço para interlocução entre os "futuros" atores sociais e a sociedade na qual estão inseridos, e a partir dessa percepção, construir caminhos possíveis para uma nova realidade de mundo, mais adequado as suas necessidades e anseios.

No nosso ordenamento jurídico, a Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional traduz essa necessidade em seu artigo 2º, que traz a seguinte redação:

> "A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, **tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania** e sua qualificação para o trabalho.".

A compreensão, no entanto, do conceito de cidadania vai muito além da mera concepção de direitos políticos – de votar e de ser votado – mas de tomar parte da vida

em sociedade, tendo uma participação ativa, consciente e livre no que diz respeito aos problemas da comunidade.

Então, não há como negar a relevância da educação como instrumento de efetivação do direito de acesso à justiça, sendo possível compreendê-la como uma possível nova onda renovatória dentro do contexto apresentado por Cappelletti e Garth. Eis porque a educação aparece como uma das alternativas – ou talvez, o melhor e mais adequado caminho – para cumprir com esse intento de formar sujeitos empoderados capazes de transformar mundos.

> E esta passagem, absolutamente indispensável à humanização do homem brasileiro, não poderia ser feita nem pelo engodo, nem pelo medo, nem pela força. Mas, por uma educação que, por ser educação, haveria de ser corajosa, propondo ao povo a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre suas responsabilidades, sobre seu papel no novo clima cultural da época de transição. Uma educação, que lhe propiciasse a reflexão sobre seu próprio poder de refletir e que tivesse sua instrumentalidade, por isso mesmo, no desenvolvimento desse poder, na explicitação de suas potencialidades, de que decorreria sua capacidade de opção. (Freire, p. 57)

O papel da educação em cidadania, portanto, como instrumento de efetivação do acesso à justiça – em seu sentido mais amplo – se mostra imprescindível para se iniciar um processo de mudança social, pois, nas palavras do ilustre Paulo Freire (2000, p. 67) *"*Se a educação sozinha não muda a sociedade, esta tampouco se transforma sem ela".

4.Considerações finais.

Não se pode negar e, muito menos desconsiderar, todo o movimento que se insurgiu ao longo da história, no sentido de dar efetividade ao acesso à justiça. O Projeto Florença, descortinado por Cappelletti e Garth, é um documento de suma relevância dentro desse contexto e aponta como decorreram todas as reformas que visavam dar a devida aplicabilidade ao Acesso à Justiça.

Todavia, os resultados demonstraram, e ainda demonstram, que as reformas colocadas em prática até então não foram suficientes para equilibrar o cenário, muito pelo contrário, dentro do contexto brasileiro, as reformas implementadas acabaram por impor barreiras ao poder judiciário às partes mais hipossuficientes, conforme apontado anteriormente, acentuando, assim, os problemas de acesso à justiça.

As medidas adotadas até o momento não foram exitosas, e ainda que o fossem, não estariam atuando diretamente nas causas da alta litigiosidade. Os conflitos sociais não

deixarão de existir e, portanto, a entrada de processos continuará a ocorrer, talvez até em maiores proporções.

Como apontado anteriormente, os conflitos sociais são frutos desse cenário de falta de diálogo, de ausência de participação do sujeito na vida política e na sua irresponsabilidade como sujeito parte de uma sociedade. É cultural. E cultura só de transforma através de um processo educativo inclusivo, esclarecedor e crítico, capaz de empoderar o cidadão como sujeito de direito que o é, a ponto de oferecer a segurança necessária para intervir na vida política, inclusive.

Um processo educativo de crianças e adolescentes que os tornem livres e autônomos, a partir do esclarecimento, que só é possível através do conhecimento.

Conhecimento do funcionamento do estado democrático de direito no qual estão inseridos; conhecimento dos limites de suas liberdades previstas no texto constitucional; conhecimento acerca do processo histórico-social do qual fazem parte. Em suma, permitir uma educação capaz de transformar o olhar dos jovens sobre eles mesmos e de seus pares, compreendendo-se como parte de um todo, como um ser incluído e necessário para transformação de sua realidade social.

Freire, ao tratar sobre esse processo educativo para a liberdade, disse "se na imersão era puramente espectador do processo, na emersão descruza os braços e renuncia à expectação e exige a ingerência. Já não se satisfaz em assistir. Quer participar." (1959, p. 54). E essa emersão só é possível a partir da consciência de que é parte da sociedade e sobre ela também tem o direito de intervir.

Desse modo, a ideia de apresentar a Educação em Cidadania como uma nova perspectiva para se analisar os problemas relacionados ao acesso à justiça, é buscar ajudar os sujeitos a se ajudarem. Ou seja, é fazer deles agente de sua própria recuperação ao colocá-los em uma postura conscientemente crítica diante de seus problemas, e empoderá-los na busca de novas alternativas mais coerentes a suas realidades.

5. Referências

ABRAMOVICH, Victor. **Linhas de trabalho em direitos econômicos, sociais e culturais: instrumentos e aliados**. Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos. Ano 2, Número 2, 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil 1988. Assembleia Constituinte 1988.

BRASIL. Lei 13.105, de 16 de março de 2015. Institui Código de Processo Civil. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 1, 17/03/2015.

BRASIL. Lei 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis Trabalhistas. **Diário Oficial da União,** Seção 1, p. 1, 14/07/2017.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça.** Porto Alegre: Fabris, 1988.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura. A crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CHASE, Oascar G. **Direito, Cultura e Ritual: sistemas de Resolução de conflitos no contexto da cultura comparada.** 1ª Edição. Tradução de Sérgio Arenhart, Gustavo Osna. São Paulo: Marcial Pons, 2014.

DACOLIAS, Maria. Banco Mundial. **Documento Técnico 319**. Elementos para a Reformas. Banco Mundial Washington, D.C. Tradução: Sandro Eduardo Sardá. 1ª Edição junho de 1996.

ECONOMIDES, Kim. **Lendo as Ondas do "movimento de acesso à justiça": Epistemologia versus metodologia?** In: Pandolfi, Dulce. Cidadania, justiça e violência. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 61-76.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática para a liberdade.** Editora Civilização Brasileira. 1967.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira. Tese de concurso para a cadeira de história e filosofia da educação na escola de belas artes em Pernambuco.** 1959.

GARAPON, Antoine**. O Guardador de Promessas. Justiça e Democracia.** Instituto Piaget. 1996.

HERRERA FLORES, Joaquín. **A (re) invenção dos direitos humanos.** Trad. Carlos Roberto Diogo Garcia; Antonio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009

KANT, Immanuel. **Sobre a Pedagogia.** Trad Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: Editora Unimep; 1996.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Acesso à Justiça. Condicionantes legítimas e ilegítimas.** Salvador: Juspodivm, 2019.

MAUS, Ingeborg. **O Judiciário como superego da sociedade: o papel da atividade jurisprudencial na "sociedade órfã".** Novos estudos CEGRAP, São Paulo, n. 58, p. 183-202, nov. 2000.

SANTOS, Karinne Emanoela Goettmns dos. **Processo Civil e Litigiosidade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

WATANABE, Kazuo. **Acesso à ordem jurídica justa.** Belo Horizonte: DelRey, 2019.

SOUZA, Wilson Alves de. **Acesso a Justiça.** Salvador: Dois de Julho, 2011.

POLÍTICAS PÚBLICAS NA ORDEM NEOLIBERAL

O RURAL EM DISPUTA: entre a soberania e a entrega

Letícia Chimini[1]
Paulo Roberto Martins[2]

1. Introdução

Esse artigo objetiva contribuir com constructo teórico para refletir acerca da questão agrária, a fim de contribuirmos com reflexões sobre resistência, principalmente em tempos de obscurantismo, atentando para os diversos períodos de rompimento da democracia brasileira.

Nesses períodos em que a democracia é um estado de exceção, acentuam-se as injustiças e cresce vertiginosamente a desigualdade social. Compreendemos a questão agrária como central para formação sócio-histórica no Brasil e para os demais países da América Latina. Neste sentido, aponta-se as contradições deste processo, permeado pela luta de classes, por isso, o debate em torno do desenvolvimento do capitalismo, com ênfase no campo, e as resistências dos (as) trabalhadores (as) rurais perpassa todo este artigo. As seções que compõem este trabalho estão organizadas da seguinte maneira: em um primeiro momento se tem o debate de como o território rural brasileiro foi sendo ocupado, gerando a questão agrária; já no segundo aspecto, está o povo que vive no campo, que sente no dia a dia o impacto do desenvolvimento do capitalismo dependente, onde constantemente resiste e buscar propor alternativas que a forma como esse processo vem sendo implementado. Na sequência, apresenta-se algumas notas conclusivas.

2. Heranças da história

Antes de iniciar o debate em torno da especificidade que assume o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, é necessário tecer algumas linhas sobre o contexto internacional no século XVI. Neste período consolida-se o processo de enfraquecimento do modo de produção feudal, em seus aspectos políticos e econômicos,

[1] Assistente Social, militante do Movimento dos Pequenos Agricultores, Mestre em Desenvolvimento Regional pela UNISC e Doutoranda em Serviço Social pela PUCRS. leticia.chimini@gmail.com
[2] Assistente Social, Mestre em Serviço Social pela PUCRS e Doutorando em Serviço Social pela PUCRS. paulomartins_rs@hotmail.com

onde, com as relações mercantis e o avanço do comércio, vão desmantelando os seus alicerces daquela sociedade. Do ponto de vista econômico, mediações de natureza mercantil penetraram as relações básicas da economia feudal entre os próprios senhores (a terra começou a ser objeto de transação mercantil) e entre senhores e servos (as prestações em trabalho e espécie começaram a ser substituídas por pagamentos em dinheiro) (NETTO; BRAZ, 2012, p. 83).

Nesse processo de transição, ao mesmo tempo que se tem o definhamento do antigo regime, se tem o avanço de uma nova organização social, política, econômica e cultural, que ficaria conhecida como capitalismo. Percebemos o emblemático o papel da terra neste processo, se antes era entendida como inalienável, o centro da representação do poder, torna-se objeto de troca nas relações mercantis, ao mesmo tempo que o Estado Feudal depende cada vez mais dos empréstimos da burguesia comercial para sustentar as guerras e a estrutura na qual se sustentava. A expansão comercial para além-mar, é representativo do poder dos comerciantes, pois, devido a esse processo, aliado ao avanço da capacidade de navegar, chega-se a territórios antes desconhecidos: América, África e Índia. Dito isso, é necessário salientar que essa transição do feudalismo para o capitalismo, não teria sido possível, sem este importante fato histórico, ou seja, o descobrimento de novas terras para explorar e subsidiar a Europa com matérias primas e alimentos. Esse papel, no Brasil, foi destinado aos portugueses. Ao tratar da formação sócio-histórica no período colonial, Caio Padro Junior em Formação do Brasil Contemporâneo, aponta que o sentido da colonização seria, justamente, exportar determinados bens para o mercado europeu, toda a organização econômica e política tinha esse objetivo como fim. Para isso, além de atacar os povos nativos, a colonização organizou-se em três pilares centrais: (1) a grande propriedade; (02) a monocultura e (03) uso do trabalho escravo (HOLANDA, 2014; PRADO JUNIOR, 2011).

Nestes elementos está o cerne da desigualdade social na sociedade, com ênfase no meio rural, onde a forma de ocupar o território determinou a estrutura agrária brasileira, e o ataque dos bens públicos e naturais em favor dos interesses privados das elites, elementos estes que conformam o debate da questão agrária Além do peso da escravidão para o desenvolvimento da democracia no Brasil. Mesmo com a Independência política em relação a Coroa Portuguesa, enquanto um "arranjo político" (PRADO JUNIOR, 1980), uma transição pacífica, que não alterou os pilares acima mencionados.

Sobre o período que marca a Independência, de 1822 até o fim do Império em 1889, apontamos dois fatos extremamente importantes no tocante a estrutura agrária,

primeiramente, em 1850 foi aprovada a Lei de Terras, sendo considerada o marco jurídico que regulamentou a propriedade privada no Brasil, tornando a terra alienável, através da compra e/ou da venda e, com isso, somente quem tivesse condições poderia acessar este bem, ou seja, uma minoria (OLIVEIRA, 2003); o outro fato é o fim da escravidão, pelo menos juridicamente, em 1888. Esses pontos podem ser sintetizados da seguinte maneira, principalmente no que concerne ao trabalho livre: "se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava. O cativeiro da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje" (MARTINS, 2013, p. 10). Mesmo com a abolição, as condições que as elites relegaram para a grande maioria da população era de ser excluída e subordinada aos seus interesses.

A partir de 1930, com Vargas, buscou-se realizar a transição da matriz anterior para uma nova, de base industrial. As elites rurais não foram deslocadas do poder, muito pelo contrário, mesmo perdendo sua hegemonia, elas eram centrais para essa mudança, pois, sem o peso das exportações de bens primários, principalmente do café, não havia possibilidade de consolidar um projeto de industrialização no Brasil. Além desse aspecto, cabe ressaltar que sem a força do Estado, planejando e regulando o mercado, sendo ele próprio, produtor e empresário, não seria possível avançar nesse processo (DRAIBE, 1985). A papel das elites rurais já estava definido, no que se refere aos (as) trabalhadores (as) e sua função nessa "nova fase", a preferência se deu para os trabalhadores urbanos, estes seriam o público alvo da extensão da legislação trabalhista, já os que viviam no campo, ficaram subordinados a lei da grande propriedade, com parca, ou quase nula interferência do Estado (KRAEMER, 2013). A CF/88 é fruto dos vários processos permeados por conciliação de interesses das elites dominantes, aristocracia agrária e elite industrial que se forma, principalmente, a partir dos anos de 1930 e que permanecem até os dias atuais. Como vimos acima, em 58 anos (1930-1988) o Brasil foi território fértil de duas ditaduras, de dois períodos de exceção democrática, que foram capazes de "ajeitar" os interesses das elites dominantes, que poderiam divergir em alguns pontos, conforme particularidades, mas que jamais entraram em conflito. (MARTINEZ, 2009)

O período denominado de Revolução Verde, adentra a década de 1960, aprofunda a monocultura com a larga utilização de agrotóxicos, venenos, transgenia e impactando diretamente nos modos de produção da agricultura familiar. Outrossim, para ocupar o território nacional é necessário que desterritorialize os povos tradicionais, posseiros, quilombolas e indígenas. Só no período da ditadura civil-militar (1964 – 1986) a Aracruz Celulose, empresa com capital suíço, se apossou de 18.000 hectares de terra dos povos

tupiniquim-Guarani no estado do Espírito Santo. Esse é um exemplo de tantos nesse país em que a ausência de democracia anda conjuntamente com o avanço do capital internacional.

Nos anos 2000, retoma-se a atuação do Estado como interventor da política agrícola, tornando o agronegócio o principal catalizador dos recursos públicos. Com isso, as exportações brasileiras e a geração de divisas estão intimamente ligadas à exportação de bens agrícolas e minérios, ou seja, a exploração dos recursos naturais torna-se o centro, ratificando a forte participação do capital internacional em território brasileiro. Na correlação de forças instaurada, as elites agrárias demonstram seu peso e sua influência nos rumos que o capitalismo assumiu no campo brasileiro, aliando-se ao capital internacional, para a entrega das riquezas nacionais, que foram acentuadas após o golpe de 2016. Os recursos naturais estão em um balcão para serem negociados, estatais estão sendo privatizadas, ocorre o sucateamento dos serviços públicos e a soberania nacional está cada vez mais distante do horizonte do povo brasileiro.

3. O capitalismo no meio rural e os ataques a soberania nacional

Ao rural foi atribuída a ideia de atrasado, a cidade em contraponto ao rural, foi aludida a ideia de um território do progresso e da modernidade. Esses paradigmas estruturam as ideias que transcendem o território e passam a rondar a imagem do (a) trabalhador (a), num processo de desvalorização do rural. A desvalorização do rural e das questões que estão implicadas nesse território, inclusive sua resistência, foram amplamente consideradas atrasadas, como parte da dinâmica de avanços do capital sobre o campo, enquanto processo de descaracterização da identidade camponesa e de sua produção que é resultado do seu trabalho.

A década de 1990 é marcada pelo avanço do ideário neoliberal na sociedade brasileira e com isso os direitos da seguridade social não puderam ser implantados em sua integralidade, na qual as demandas oriundas das classes trabalhadoras não teriam espaço, visto o Estado estar sob a égide das orientações dos Organismos Internacionais e do capital internacional que direcionaram a política econômica brasileira para a liberalização do mercado e desregulamentação dos direitos sociais, para que pudesse ser controlado o gasto público, afetando diretamente o avanço no sentido de concretizar as políticas sociais no cotidiano da população brasileira. O peso da crise econômica e do ajuste fiscal implantado pelos governos a partir dos anos 1990 caiu sobre os ombros dos (as)

trabalhadores (as), o monopólio do poder econômico, político e midiático foi central para concretizar os ataques a Constituição, chegando nos patamares, em dezembro de 2019, de 77,7% [3]do PIB brasileiro, sendo destinado para o pagamento de juros para os bancos e títulos da dívida pública.

Das diversas formas utilizadas para intensificar o modo de produção capitalista, na divisão social do trabalho, nos diferentes ciclos do capital, há, em comum, meios e formas para intensificar a exploração da força de trabalho, que no caso da América Latina, agudiza-se, constituindo o que Marini (2000) denominou de superexploração da força de trabalho, gerando mais-valia extraordinária. A superexploração impossibilita ao trabalhador/a repor a própria força de trabalho, recebendo abaixo do seu valor, que não recompõe o que foi gasto pelo mesmo para o exercício da atividade laborativa. Adentramos nas especifidades do capitalismo nos países da América Latina, de economias dependentes, visto que há particularidades, nesses, que desvelam uma história de exploração e expropriação, que estruturaram a forma como o capitalismo se desenvolve neste território e que são deveras importante para compreendermos a reprodução de injustiças, pobreza e desigualdade social nesse território.

Há intencionalidade nas coisas feitas e apropriadas pelo capital e para modernizar-se, para trazer novas tecnologias que vão operar no fetiche do consumo ou na produção de mais valia relativa, são necessários cada vez mais recursos naturais e, assim, adentra o território rural, ávidas de lucro, as empresas avançam sobre culturas e identidades milenares: terra, sementes, pessoas, hábitos, ciclos de produção e, até códigos genéticos de algumas espécies, como se tudo pudesse ser apropriado. Estas empresas atuam economicamente articuladas em três frentes no meio rural: o agronegócio e o comércio agrícola; o hidronegócio: privatização dos rios e reservatórios naturais para o comércio da água; o econegócio: privatização e concessão de uso para a iniciativa privada das florestas e recursos naturais. Aquilo que para a ética é risco, para as empresas e para o mercado são apenas possibilidades de elevar lucros e amenizar crises criadas pelo próprio sistema do capital. (BOGO, 2010, p. 17)

As formas de produção e a utilização dos recursos naturais criam tensões e apresentam projetos societários contrários e em disputa em torno dos recursos naturais, em que a terra e a água são essenciais para a sobrevivência humana e também o aumento dos lucros do capital. Terra, questão essencial porque coloca em disputa a forma como se

[3] https://exame.abril.com.br/economia/divida-publica-chega-a-777-do-pib-em-novembro-proximo-a-estabilidade/

produz o alimento, que se transforma em mercadoria para o agronegócio, mas também em disputa porque sendo território, é onde se constrói habitações para a classe trabalhadora ou para especulação imobiliária. Abaixo da terra, estão os recursos necessários que as transnacionais desejam apropriar-se para transformar em lucro e sobre a terra, está a possibilidade de a burguesia agrária utilizá-la como possibilidade de gerar valor, e como garantia de financiamentos com juros baixos e cujos recursos, públicos, serão utilizados também para aplicar no mercado financeiro. A terra não é mercadoria, onde sua apropriação ocorre principalmente através das grandes empresas, onde o controle social, enquanto instrumento de garantia da soberania nacional, tem demonstrado limitações no que concerne a colocar barreiras no avanço do capital nos recursos naturais do solo brasileiro. Desde 2016 acompanha-se vários crimes contra o território brasileiro, os incêndios na Amazônia e a demora do governo federal em controlar esse desastre, o crime da Vale em Brumadinho e Mariana-MG, as mortes de indígenas e camponeses em conflitos contra os proprietários de terras, além de outros episódios, demonstram que a nossa soberania vem sendo atacada paulatinamente. Porém, todo esse cenário não passa aos olhos dos trabalhadores rurais de forma passiva, mesmo com as dificuldades de enfrentar o ataque do capital, as resistências se fazem presentes e este, é ponto que vamos abordar a seguir.

4. Resistência que brota da construção popular

Passamos a atentar para o território rural não apenas como espaço de produção de bens primários e captação de recursos naturais, produção essas tão necessárias para manter o status quo de uma economia dependente. No entanto, atentamos para esse território, também, como um dínamo que gera resistência através dos movimentos sociais populares.

A condição de economia dependente tem relação direta com o papel que desempenham os países latino-americanos, desde o período colonial, cuja centralidade da economia é agroexportadora, por meio de produção primária e minérios. Para Marini (2013), diferentemente dos processos etapistas, a condição de subdesenvolvimento não antecede ao de desenvolvimento e, sim, trata-se da condição autorizada pelos países imperialistas, sendo esse o papel que cumprirá na engrenagem do capitalismo mundial.

A partir dos anos 1950, os (as) trabalhadores (as) rurais passam a ocupar o cenário social e político com maior força, através das ligas camponesas, demonstrando o

acirramento das contradições no campo brasileiro e a desigualdade no acesso à terra, além de pautarem a necessidade da reforma agrária (CASTEL, 2007). Todavia, esse processo é interrompido com a ditadura civil-militar de 1964, que além dos seus impactos nos aspectos do avanço da democracia no Brasil, instaura mudanças no meio rural, porém, mantendo a estrutura concentrada e desigual do acesso à terra. A ditadura levou máquinas e insumos para a agricultura brasileira, com o mote de levar modernização para o campo e expandir a fronteira agrícola e elevar o nível de produtividade aliando tecnologia e integração com a indústria. Todo esse aparato não rompeu com o latifúndio, ao contrário, o integrou através de um pacto conservador que ficou conhecido como modernização conservadora (DELGADO, 2012).

Salientamos o papel do Estado que através da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, financiou essas mudanças na agricultura brasileira, subordinando-se aos preceitos dos países desenvolvidos, sendo necessário a sua adesão aos pacotes tecnológicos e químicos da Revolução Verde. Após a década de 1980, a concentração da terra aumentou, e com isso, o debate da reforma agrária novamente torna-se pauta no contexto brasileiro, como produto, tem-se a inserção na Constituição Federal de 1988 do art.º 186 que fala da função social e da desapropriação da terra para fins de reforma agrária. Esse preceito constitucional sofreu forte resistência em sua aplicabilidade no aspecto formal, tanto das elites agrárias nacionais, bem como dos representantes do segmento internacional, cuja atuação se dá através dos organismos internacionais como o Banco Mundial e BIRD (MARTINS, 2017)

Os movimentos sociais do campo e da cidade denunciavam um país com uma grande concentração de renda e uma política com pouca capacidade de intervenção e gestão por parte da população brasileira na riqueza socialmente produzida. Esses movimentos "foram o combustível que fez germinar a construção de uma nova Constituição, que enunciou direitos resultantes agora da participação popular, tão rara nas outras constituições" (COUTO, 2010). Já a luta da mulher rural, igualmente gigante, deu fim à invisibilização do trabalho da agricultora, que até a CF/88 não tinha Cadastro de Pessoa Física – CPF e necessitava utilizar o CPF do marido. A luta das mulheres rurais gerou conquistas no acesso às políticas públicas e aos direitos sociais que extrapolaram o âmbito familiar e que fortaleceram, conjuntamente com os homens, a identidade coletiva de trabalhador/a rural.

Foi afirmando essa identidade coletiva que as mulheres conquistaram direitos, mesmo que isso não tenha refletido da mesma forma na igualdade das relações familiares

no contexto rural brasileiro (CARNEIRO, 1998) e no fim da desigualdade de gênero. Mas que representou grande avanço frente a negação secular das mulheres rurais que por gerações não puderam acessar os direitos sociais referentes ao seu ofício de trabalho: ser trabalhadora rural. Iasi (2011, p. 59), relaciona esses processos com a necessidade da emancipação humana, da necessidade de fazer e reconhecer a própria história, sem interferências do capital, ou de quaisquer amarras de dominação. A emancipação humana, fim da pré-história da humanidade, exige a superação das mediações que se interpõem entre o humano e seu mundo. Para que a humanidade, reconhecendo a história como sua própria obra, possa decidir para outro caminho, diferente do beco sem saída para o qual a sociedade capitalista mundial levou a espécie. Nos termos de Marx, assumir de forma consciente e planejada o controle do destino humano.

A Luta pela terra, a Luta pelo trabalho, a Luta por moradia e tantas outras dão sentido coletivo aos elos de identidade, enquanto classe trabalhadora, que se concretizam nos movimentos sociais através de atos, mobilização, articulação, trabalho, estratégias que, oras são pontuais e miram o acesso concreto a determinado direito, ora sinalizam para um projeto de sociedade, onde possam existir direitos humanos. É importante salientar que no Brasil, o debate em torno da "questão agrária" no pensamento econômico emerge, paralelamente às mobilizações camponesas por terra, na segunda metade dos anos 1950, e, mais fortemente, no início da década de 1960, quando emergem e se desenvolvem rapidamente as Ligas Camponesas e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Esse processo marca a constituição do campesinato como sujeito político coletivo no cenário nacional e evidencia a questão agrária como uma das mais amplas, singulares e graves expressões da questão social no campo no âmbito do capitalismo contemporâneo.

Na perspectiva dos movimentos sociais populares, as reflexões acerca dos direitos humanos, nos conduzem para o processo histórico dos fatos e para a realidade do ponto de vista dos povos subalternizados, colonizados, escravizados, expropriados, roubados, assassinados e percebemos que existem explorados e exploradores, a vítima e o algoz, em que a miséria está para muitos porque a riqueza se transferiu para poucos, com análise sobre os fatos concretos que interferem na vida de seres humanos que transformam a sua vida e o mundo onde vivem, através do seu trabalho.

As famílias agricultoras e camponesas vivem de sua produção, da comercialização do que é produzido pelas famílias. Produção que tem a agroecologia como forma sustentável para as vidas do planeta, e na comercialização via economia solidária, feiras e mercados criados como "alternativa" à economia hegemônica. A produção e

comercialização defendida pela agricultura familiar e camponesa, foi incentivada por políticas públicas promovidas pelos governos de Lula e Dilma, que atentaram para as condições concretas do campesinato brasileiro. Novamente, ratificamos que não foram ideias que brotaram das mentes brilhantes da esquerda, mas consequência das lutas por tornar visível essa pauta levantada pelos movimentos sociais que compõem a Via Campesina. (CHIMINI, 2015)

Segundo dados da FAO (2018) são 500 milhões de pequenas propriedades no mundo que produzem 80% dos alimentos das nações, ou seja, ela é responsável por alimentar o mundo e o que é sua essência é, por si, a própria resistência: produzir comida diversificada, saudável e sem venenos, que alimenta os corpos na luta de classes. Esse olhar sobre as ações concretas do campesinato é fundamental para a compreensão do contexto da expansão do capitalismo no campo, que é perpassado por compreender a resistência que extrapola a lógica do capital. No derradeiro sobre o campesinato, o que os clássicos não puderam antever – o fim do campesinato - ficou a cargo da resistência, da importância do campesinato, enquanto força coletiva de pressão e mobilização social. (CARVALHO, 2005).

Os problemas sociais, gerados como expressões da questão social [4]provocam as mobilizações e estas estruturam-se em movimentos de lutas que dão forma à classe social de uma história que aparece com um novo conteúdo. Os avanços na formação da consciência impedem de cair no corporativismo de que "cada um se basta a si próprio" e de que a organização política mais ampla não é necessária. (BOGO, 2010, p. 100). As forças contra hegemônicas estão intrinsicamente ligadas com a economia e política e desta forma chegamos a uma "visão que não ignora os aspectos materiais, sociais e econômicos da vida política", na qual a política é muito mais do que a luta pelo poder, é também "resistência, esforços para recuperar a dignidade, sentido de pertencimento, de reconhecimento, expostas a ofensas morais, etc.", que são dos processos da vida em comum. (BOGO, 2010. p. 100-101)

Esses processos, intrínsecos à cidadania, permitem estabelecer o mínimo de luta para atender as demandas de comer, morar, se aposentar, trabalhar e que balizam a

[4] "(...) Se há uma nova 'questão social', seria justo pensar na necessidade de uma nova forma de intervenção nela, supostamente mais adequada às questões atuais. Na verdade, a 'questão social' – que expressa a contradição capital-trabalho, as lutas de classes, a desigual participação na distribuição de riqueza social – continua inalterada; o que se verifica é o surgimento e alteração, na contemporaneidade, das refrações e expressões daquela. O que há são novas manifestações da velha questão social" (MONTAÑO, 2010, p. 187).

organização e a luta dos dominados que tem como símbolo a soberania nacional de um lado e de outro, a entrega dos recursos naturais, das riquezas do país, mas sobretudo, subjugando o destino do povo brasileiro à revelia de suas vontades e decisões, ficando à mercê das ordens para a produção e reprodução do próprio capital.

5. Algumas considerações

Apresentamos as particularidades e especificidades do Brasil, que contraditoriamente navega entre acordos e barganhas com as elites burguesas e entre concessões e conquistas frutos da mobilização coletiva e popular que causam tensionamentos que expõem *as veias* do Brasil, que são permeadas por processos de exploração e expropriação de suas terras, recursos naturais e gentes, mas também de resistências que vislumbram o poder popular, através da organização de sua classe trabalhadora.

Atentamos para a formação histórica, social e econômica desses países e desvelamos a questão agrária como a mola propulsora do capitalismo dependente que serviu para aumentar o exército de reserva de trabalhadores urbanos, centralizou a economia agroexportadora, definindo o papel do Brasil no capitalismo mundial e que coloca os recursos naturais, sobre e abaixo da terra, a serviço do capital internacional, assumindo suas faces particulares, cuja centralidade está para o desenvolvimento e reprodução do próprio capital.

O projeto que vivemos é voltado para a acumulação de capital e não para as questões humanitárias. Gera e reproduz injustiças, produzindo a negação de direitos que passam a ser comunais nos territórios urbanos ou rurais, interferindo nos modos de produção do campesinato e do proletariado, enfim da classe que vive do trabalho.

O povo não passa imune a todo esse processo, ao contrário, resiste. Sobreviver e resistir não são a mesma, mas sem dúvida estão relacionados. Os movimentos sociais populares do campo pautam a reforma agrária há, no mínimo, 80 anos e nesse tempo, a luta pela terra andou de mãos dadas com os direitos sociais e fundamentais. Aprendemos com os movimentos sociais populares a importância da mobilização social, da luta popular e a relação direta da defesa dos recursos naturais com a soberania nacional. Todavia, os recursos naturais são a chave para ampliar os lucros do capital e aí está o embate da questão agrária: entre a soberania e a entrega.

6. Referências

BOGO, Ademar. *Identidade e luta de classes.* 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, *2010*.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato o Brasil**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2005.

CASTEL, Vanderléia de Lurdes Dal. **O silêncio dos silenciados:** a desproteção social dos trabalhadores rurais. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em serviço social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, para a obtenção do grau de Doutora em Serviço Social. Porto Alegre: 2007.

CHIMINI, Letícia. **Gênero no meio rural: a mulher na diversificação produtiva, no contexto da monocultura do tabaco, no município de agudo-RS-Brasil.** Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional-UNISC, Santa Cruz do Sul, 2015.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira:** uma Equação Possível? 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio:** Mudanças Cíclicas em Meio Século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DRAIBE, Sônia. Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura). **América Latina e Caribe vão responder por mais de 25% das exportações agrícolas globais até 2028.** Disponível em: https://nacoesunidas.org/fao-america-latina-e-caribe-vao-responder-por-mais-de-25-das-exportacoes-agricolas-globais-ate-2028/ Acesso em 01 de novembro de 2019.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

IASI, M.L. *O problema da emancipação humana*. Ensaios sobre consciência e emancipação. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

KRAEMER, Luciane. **Territorialidade e proteção social:** um estudo acerca dos avanços e desafios na implantação do SUAS no meio rural. Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em Serviço Social ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

MARINI, Ruy Mauro. *A dialética da dependência*. Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Organização e apresentação de Emir Sader. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

_____. *Subdesenvolvimento e revolução*. 4 ed. Florianópolis: Insular, 2013.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade no meio rural brasileiro**: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Luciano (Comp.). (Org.). La pluriactividad en el campo latinoamericano. 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso - Serie FORO, 2009, v. 1, p. 132-161 Disponível em < http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/schneider-s-agricultura-familiar-e-emprego-no-meio-rural-brasileiro-analise-comparativa-das-regioes-sul-e-nordeste-parcerias-estrategicas-brasilia-df-v-1-p-217-244-2006 > Acesso em 22. Jun de 2017.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra.** 9. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MARTINS, Paulo Roberto. **A dinâmica sócio-histórica brasileira sob o galope contido da polícia de assistência social no meio rural.** Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

MONTAÑO. C. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo, 6 ed., Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política:** uma introdução crítica. 3. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **Diálogo na grande tradição.** In: NOVAES, Adauto. A crise do Estado-nação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil.** 12. ed. São Paulo: Livraria brasiliense, 1980.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR CHEGANDO ÀS UNIVERSIDADES: análise comparativa das compras institucionais no âmbito da UFPEL e UFAL

Danielle Farias da Silveira[1]
Wanda Griep Hirai[2]
Alan Cardoso Marques dos Santos[3]
Flávio Sacco dos Anjos[4]

1. Introdução

Por suas características organizacionais, a agricultura de base familiar tem potencialidades efetivas na produção de alimentos, na ocupação da mão de obra rural, na geração de riqueza e distribuição da renda no campo e na efetivação da segurança alimentar e nutricional da população. A produção agrícola familiar também se destaca pela possibilidade de promover o acesso a alimentos saudáveis nos diferentes espaços sociais, entre eles, as universidades.

Promulgado em 22 de junho de 2015, o decreto nº 8.473 estabelece, no domínio da Administração Pública Federal, o percentual mínimo (30%) destinado à aquisição de gêneros alimentícios junto a agricultores familiares e às suas organizações, com importantes desdobramentos no sentido da promoção da segurança alimentar, mas também da inclusão social e da qualificação produtiva de milhares de produtores familiares de todo o país implicados nesses processos.

A Política Nacional de Segurança Alimentar apresenta em seu escopo o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Nele figura a modalidade Compra Institucional, que possibilita a aquisição de itens alimentícios por instituições federais de ensino superior (IFES). Em observância a esse item, a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) vêm desenvolvendo, nos últimos cinco anos, experiências concretas para a aquisição de alimentos procedentes da agricultura familiar, visando à elaboração de refeições para as respectivas comunidades universitárias, com base em chamadas públicas e em conformidade com a Lei nº 11.947, de 2009.

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Universidade Federal de Pelotas – danisilveiraf@gmail.com
[2] Professora Doutora da Faculdade de Serviço Social. Universidade Federal de Alagoas – wanda.hirai@gmail.com
[3] Graduando em Serviço Social. Universidade Federal de Alagoas. alancardosomarques@gmail.com
[4] Professor Doutor da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Universidade Federal de Pelotas. saccodosanjos@gmail.com

O objetivo do presente trabalho consiste em analisar, comparativamente, tais iniciativas. Embora sejam IFES regidas pelo mesmo marco jurídico e institucional, estão elas inseridas em contextos socioculturais bastante distintos. No âmbito da UFPel, tem-se um processo que se iniciou em 2013; já no âmbito da UFAL, a mesma dinâmica é muito mais recente (2018). As diferenças envolvem também as formas de organização da agricultura familiar em ambos os contextos. A abordagem comparativa aqui proposta pressupõe confrontar as duas realidades, explorando convergências, mas também diferenças.

Outro ponto de análise remete à interlocução estabelecida entre as estruturas representativas das famílias rurais dentro das arenas de decisão sobre as compras operadas pelas IFESs. Em boa medida, estamos convencidos de que estudar experiências desse gênero pode lançar luzes sobre o esforço de construção da sustentabilidade em suas distintas dimensões (social, econômica, cultural, ética e política). Combater as fontes de privação do exercício da liberdade para setores historicamente alijados do acesso a políticas públicas é também um dos mais importantes desdobramentos que antevemos no tipo de iniciativa que se busca analisar neste trabalho.

2. Segurança Alimentar e Nutricional e suas conexões com a agricultura familiar e os mercados institucionais

A definição clássica de segurança alimentar estabelecida pela FAO "determina que haja uma situação na qual todas as pessoas, durante todo o tempo, possuam acesso físico, social e econômico a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva, que atenda a suas necessidades dietárias e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável" (BELIK, 2003, p. 47). Percebe-se que esse conceito é bastante amplo, pois comporta as noções não só do alimento, mas também da sua qualidade nutritiva. Enfatiza os aspectos do acesso, qualidade e disponibilidade, valoriza os hábitos alimentares adequados e coloca a segurança alimentar e nutricional como condição de cidadania.

A Política de Segurança Alimentar e Nutricional e da Soberania Alimentar, articulada a outros programas e políticas públicas, preconiza que o Estado deve respeitar, proteger, promover e prover o Direito Humano à Alimentação Adequada. Portanto, a Segurança Alimentar e Nutricional refere-se à forma como uma sociedade organizada, por meio de políticas públicas, pode e deve ter seu direito garantido.

Ao longo dos anos, a agricultura familiar destaca-se pela produção de alimentos que abastecem a mesa da população brasileira, mesmo ocupando 24,3% da área total

ocupada por estabelecimentos rurais. Segundo a Lei nº 11.326, de julho de 2006, considera-se agricultor familiar aquele que desenvolve atividades econômicas no meio rural e que atende a alguns requisitos básicos, tais como: não possuir propriedade rural maior que quatro módulos fiscais[5]; utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas de propriedade; e possuir a maior parte da renda familiar proveniente das atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural.

A comercialização dos produtos provenientes da agricultura familiar tem ocorrido de forma dinâmica e vem conquistando importante espaço nos mercados institucionais. Esses têm como objetivo a inserção socioprodutiva, a segurança, a educação alimentar, a geração de trabalho e renda e o incentivo à produção em base agroecológica (BECKER E SACCO DOS ANJOS, 2015). De acordo com Ploeg, os "mercados são locais em que, ou estruturas através das quais, bens e serviços são trocados. Os mercados conectam produtores e consumidores – seja direta ou indiretamente – e de maneiras simples ou altamente complexas" (PLOEG, 2015, p. 21).

O mesmo autor ainda traz a reflexão de que os mercados se caracterizam como locais nos quais ocorrem as transações e os fluxos de mercadorias, ao tempo que "envolvem relações sociais, que podem ser visíveis ou totalmente anônimas, que modelam bens e serviços através de tempo e do espaço" (PLOEG, 2015, p. 21). Grisa e Schneider (2015, p. 39) aludem que "[...] ações (PAA e PNAE) têm contribuído para a valorização da produção local/regional, ecológica/orgânica e têm ressignificado os produtos da agricultura familiar [...]".

Assim, os mercados institucionais podem favorecer o desenvolvimento sustentável e a ampliação das oportunidades de reprodução social das famílias implicadas. Deves e Rambo (2013) referem que a implantação desta política pública leva à diversificação, garantindo segurança alimentar ao agricultor e mais autonomia para a atuação nos mercados.

2.1 O programa de Aquisição de alimentos – PAA e o alimento da agricultura familiar chegando às universidades: UFPEL e UFAL

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado pela Lei nº 10.696/2003, no âmbito do Programa Fome Zero, e regulamentada pelo Decreto nº 7.775/2012. Tem

[5] Unidade tomada como referência para caracterizar e classificar os imóveis rurais de acordo com as dimensões da propriedade. Esta dimensão varia de acordo com as especificidades de cada região.

por finalidade promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar no país. Para o alcance desses dois objetivos, o Programa compra os alimentos com dispensa de licitação e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos, bem como pela rede filantrópica de ensino.

Esta modalidade do Programa se refere à compra realizada pelas Universidades Federais, que assumem um perfil decisivo ao dispor de alimentos da agricultura familiar para as suas comunidades acadêmicas. Essa possibilidade é definida pela Resolução do Ministério do Desenvolvimento Agrário nº 50/2012, permitindo aos órgãos públicos que tenham necessidade de fornecimento de alimentos adquirir a produção da agricultura familiar.

Em 2018 a Universidade Federal de Alagoas aderiu ao Programa. A proposta teve início por meio do Projeto Extensionista "Segurança Alimentar e Nutricional no Espaço Universitário: Garantindo o Direito Humano à Alimentação Adequada", de caráter interdisciplinar, coordenado pelo curso de Serviço Social e pelo grupo de Extensão e Pesquisa "Serviço Social e Segurança Alimentar e Nutricional (GEPSSAN)".

No estado de Alagoas (AL), a agricultura familiar detém em extensão territorial 682.405 ha, em sua maioria composta por assentamentos da Reforma Agrária. O total da produção advinda desse segmento corresponde a aproximadamente 48% da produção relativa agrícola do estado, sendo o Agreste e o Sertão as principais regiões produtoras (SEPLAG, 2016).

Neste mesmo sentido, insere-se a prática exercida pelo Restaurante Escola da UFPel (RE-UFPel), que realiza compras institucionais da agricultura familiar desde 2007, mesmo não tendo, à época, a obrigatoriedade legal estabelecida pelo Decreto 8.473/2015. O RE-UFPel adquiria alimentos para as suas três unidades de restaurantes, nos quais são servidas, em média, 3 mil refeições diárias, através de chamada pública, garantindo o pagamento de preços compatíveis e justos aos alimentos oriundos da agricultura familiar da região.

No Rio Grande do Sul (RS), 85,3% das propriedades rurais possuem até cinquenta hectares, refletindo o "peso social e econômico e a importância numérica da agricultura familiar no Estado do Rio Grande do Sul" (Schneider & Waquil, 2004, p. 137).

No sul do RS, onde a UFPel está inserida, a importância econômica e social da agricultura familiar é indiscutível. Os dados da Tabela 1 demonstram esse fato, sobretudo se se observa a realidade de municípios como Pelotas, Canguçu, Arroio do Padre, São

Lourenço do Sul e Morro Redondo, identificados como partícipes dos processos de entrega de produtos ao RE-UFPel.

Tabela 1: Número de estabelecimentos rurais

Município	Estabelecimentos da Agricultura Familiar (1.000)	Estabelecimentos da Agricultura Não Familiar (1.000)
Arroio do Padre	486	21
Canguçu	8.774	1.107
Morro Redondo	651	76
Pelotas	2.198	3.102
São Lourenço do Sul	3.814	513

Fonte: Censo Agropecuário, 2006.

As compras institucionais realizadas pela UFAL e pela UFPel geram incremento financeiro, através da garantia de compra dessas mercadorias, para a Agricultura Familiar, contribuindo com o desenvolvimento regional e a redução da pobreza no meio rural.

2.2 Descrição da Experiência

2.2.1 UFAL

O processo de adoção do PAA decorreu de forma intersetorial na Universidade Federal de Alagoas. Inicialmente foi realizado um encontro em julho de 2018 entre os setores interessados, com o objetivo de organizar uma comissão para a definição dos procedimentos e a aplicação de estratégias, visando realizar a Chamada Pública. Optou-se pela composição de uma Comissão Especial para a condução das etapas da adesão, integrada pelas gestões técnicas dos setores da Pró-Reitoria Estudantil (PROEST), responsável pela gestão de assistência estudantil; Pró-Reitoria de Gestão Institucional (PROGINST) – responsável pela gestão institucional, que planeja e coordena as políticas de desenvolvimento institucional e as atividades de gestão da informação, programação orçamentária, planejamento e avaliação; e pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) – que colabora com a estruturação, execução e garantia dos procedimentos, a partir da experiência realizada pelo município com Compra Institucional –; e do grupo GEPSSAN – no apoio na execução.

Definiu-se que os restaurantes atenderiam a um planejamento de compra por classificação em grupo, correspondendo às Unidades Acadêmicas: Unidades do *Campus* A. C. Simões e do Centro se de Ciências Agrárias – CECA (grupo I), Unidade do *Campus* Arapiraca (grupo II); Unidade de Ensino Viçosa (grupo III) e *Campus* Sertão (grupo IV). Após essa definição, foram realizadas reuniões em cada Unidade, com a participação dos agricultores que auxiliaram na realização do mapeamento de gêneros alimentícios produzidos localmente, sazonalidade e capacidade de produção.

A Comissão Especial realizou as pesquisas de mercado dos alimentos para definir valores vigentes equiparáveis aos comercializados nas regiões de cada Restaurante Universitário e para estabelecer os valores dos alimentos constantes no edital. Com essas definições, o edital da Chamada Pública 01/2018, da UFAL, para aquisição de alimentos pelo Programa foi publicado em outubro de 2018. No caso de empate de alguma oferta, foi proposta pelo edital a realização de um sorteio ou a divisão de demanda, com decisão a critério dos classificados.

A etapa posterior foi a realização de sessões da Chamada Pública, em que os agricultores, associações e cooperativas apresentaram documentos e as propostas de oferta correspondentes às especificações do edital. O resultado da chamada foi publicado no Diário Oficial da União e no *site* da UFAL. Após a análise dos documentos pela comissão, detectou-se empate na Unidade I e em outra sessão realizada em novembro de 2018. Os classificados decidiram pela divisão da demanda. Na Unidade IV, os classificados optaram pela divisão da demanda.

Após as últimas sessões e a análise geral de conformidade das propostas, foram publicadas as vencedoras, e a corporificação da implantação do Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade Compra Institucional, realizou-se na sessão oficial em 7 de dezembro de 2018, estando presentes a Comissão Especial atuante em todo o processo e a reitoria da Universidade.

2.2.1 UFPel

A UFPel operacionalizou seus restaurantes, até o ano de 2018, através da atuação da Fundação de Amparo Universitário (FAU), organização sem fins lucrativos que presta serviço à universidade em diversas áreas, ficando esta responsável pela aquisição dos alimentos e pela produção das refeições. A introdução de produtos de agricultura familiar iniciou-se mediante compras diretas ainda no ano de 2007, realizadas em pequenos volumes por limitação da necessidade de realização de licitação. Esta relação começou

quando as cooperativas procuraram a nutricionista do restaurante, disponibilizando os produtos dos agricultores familiares da região. Esta relação foi sendo fortalecida ao longo dos anos, no entanto, limitada a questões legais.

No ano de 2012, com o advento da legislação, permitiu-se a aquisição facilitada de produtos da agricultura familiar através do emprego da modalidade de chamada pública, o que tornou possível uma relação mais profunda entre as cooperativas da agricultura familiar da região e a universidade. Para a elaboração dos projetos da chamada pública, houve a participação da Unidade de Cooperativismo (UCP) da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); este grupo fez a ponte entre a instituição e as cooperativas e agricultores. A UCP auxiliou na construção dos cardápios, informando a disponibilidade sazonal dos produtos, ao tempo que instruiu as cooperativas e os agricultores na organização da produção, em projetos de aquisição de insumos e implementos agrícola para acesso a financiamentos, e ainda na construção de agroindústrias.

A primeira chamada pública somente foi possível no ano de 2014 – num primeiro momento, com um volume correspondente a seis meses, até que foi possível realizar as chamadas prevendo a aquisição para um ano, o que permitia às cooperativas melhor organização e escalonamento da produção. Ao longo dos anos em que o RU foi operacionalizado nesses moldes, participaram oito cooperativas da região, fornecendo uma diversidade de alimentos *in natura*, minimamente preparados e produzidos nas agroindústrias das cooperativas ou por agricultores. Cabe salientar que muitos desses alimentos eram produzidos em sistemas orgânicos, garantindo itens saudáveis e de qualidade.

A estreita relação construída permitiu que os produtos fossem substituídos de acordo com a produção local, introduzindo alimentos que não são comuns aos cardápios cotidianos. Também foi possível atender a demandas específicas das nutricionistas, que tinham possibilidade de solicitar a introdução de cultivos nem sempre tradicionais dos agricultores, mais uma vez promovendo a diversificação da produção.

Por condições estabelecidas pelo Tribunal Contas da União (TCU), a FAU foi impedida de continuar operacionalizando os restaurantes, sendo a universidade obrigada a realizar processo licitatório para a contratação de empresa terceirizada. Desta feita, o projeto, nos moldes como foi construído, se inviabilizou, uma vez que as empresas terceirizadas, embora prevista em contrato a obrigatoriedade de aquisição de produtos da

agricultura familiar, não estabeleceram a mesma relação próxima nem adquiriram os produtos em grande volume e pagamento de valores vantajosos aos agricultores.

3. Considerações finais

A UFPel ofereceu subsídios para a construção do processo de compras institucionais da UFAL, e embora não haja implementado um modelo idêntico, foi capaz de aplicar o que talvez seja o critério mais virtuoso do RE-UFPel, que vem a ser o envolvimento e a colaboração entre instituições, cooperativas, profissionais do restaurante e agricultores.

Outra grande conquista da aplicação do PAA-CI foi garantir o acesso a alimentos saudáveis, frescos e variados aos alunos das UFES, atendendo aos requisitos preconizados pelo PNSAN e promovendo o consumo de alimentos regionais e tradicionais da região. Ao mesmo tempo, foi dada aos agricultores a oportunidade de diversificar sua produção e de aumentar a disponibilidade de produtos para o público em geral.

É possível inferir que políticas públicas como o PAA-CI são capazes de promover desenvolvimento territorial, porquanto fortalecem as cooperativas ao disponibilizar o acesso a um mercado justo, empregando, na região do entorno das universidades, uma verba federal que de toda maneira seria despendida.

Após a análise das experiências é possível afirmar que ambas foram bem-sucedidas. A UFAL permanece com o modelo de compras institucionais e terceirização apenas do serviço de elaboração das refeições, e a UFPel vem agora se adaptando à realidade da terceirização e buscando uma reaproximação com as cooperativas, a fim de garantir que este mercado continue a existir.

4. Referências

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento, **Transparência Pública do PAA-Programa de Aquisição de Alimentos** (2018). Disponível em: http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=consultar. Acesso em: 11 jun. 2019.

MARQUES, F.C.; CONTERATO, M.A.; SCHNEIDER, S. **CONSTRUÇAO DE MERCADOS E AGRICULTURA FAMILIAR**: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, **Programa de Aquisição de Alimentos Lei nº 10.696, de julho de 2003**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.696.htm. Acesso em: 10 jun. 2019.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, **Resolução nº 50, de 26 de setembro 2012**. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Resolucao_no_50-_de_26_de_setembro_de_2012.pdf. Acesso em: 13 jun. 2019.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário e o GGPAA- Grupo Gestor do PAA, **Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm . Acesso em: 11 jun. 2019.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Índice de Desenvolvimento Humano** (2018) Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/09/14/brasil-tem-pequena-melhora-no-idh-mas-segue-estagnado-no-79lugar-em-ranking-global.ghtml. Acesso em: 11 jun. 2019.

SCHNEIDER, S., WAQUILl, P. (2004). Desenvolvimento agrário e desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: uma caracterização socioeconômica a partir dos municípios. *In:* **Rio Grande do Sul:** paisagens e territórios em transformação. Verdum et al. (Orgs.). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

SEPLAG – Secretaria do Estado de Planejamento Gestão e Patrimônio, **Estudo Sobre a Agricultura Familiar em Alagoas** (2016). Disponível em: http://dados.al.gov.br/dataset/39e70e25-4d9c-4680-b9e8-d709de9f0f94/resource/bc6e26ad-d1ad-410e-baf7-9da145bffa55/download/estudo03agriculturafamiliar.pdf. Acesso em: 13 jun. 2019.

A ATUALIDADE DO SENTIDO DA DESIGUALDADE NO PENSAMENTO DE ROUSSEAU

Robenson Azor[1]
Neiva Afonso Oliveira[2]

1. Introdução

Ao escrever este artigo, pensamos apresentar o sentido "nobre" da desigualdade na obra de Rousseau. Um sentido não apresentado somente pela leitura dos textos do Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens, mas já interpretado ou trazido para o debate na forma como aparece na obra rousseauniana.

É sabido que a desigualdade é um tema muito relevante na nossa sociedade. Muitos de nós, tentamos dar nosso ponto de vista a respeito desse problema social, mas não é tão claro determinar como surgiu esse problema sem que façamos uma genealogia da humanidade. Parece ser isso que o filósofo Jean-Jacques Rousseau procura fazer no Segundo Discurso. Embora, nas sociedades antigas, o problema da desigualdade era muito presente, poucos pensadores chegaram a trazer uma relevância a respeito do tema.

Temos que esperar até 1753-54, num concurso, em que a Academia de Dijon propõe o valioso tema "A desigualdade entre os homens", ainda debatido por muitos filósofos. Nesse contexto, a seguinte questão era formulada: "Quelle est l'origine de l'inégalité parmi les hommes, et si elle est autorisée par la loi naturelle?", "Qual a origem da desigualdade entre os homens e será que ela é permitida pela lei natural?"

A defesa do tema proposto em Dijon convidava Jean-Jacques Rousseau a abrir mais uma página da história da filosofia, avaliando os degraus da desigualdade entre os homens no estado original (estado de natureza), até a sociedade civil, quando a desigualdade tem seu começo. Esse é o tema da importantíssima obra do autor, sob o título Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens, ou Segundo Discurso.

[1]Cursando Mestrado em Educação na Universidade Federal de Pelotas/RS (UFPel), Cursando Especialização em Docência no Ensino Superior – Faculdade Famart/Itaúna MG. Graduado em Filosofia pela Universidade Católica de Pelotas/RS (UCPel). E-mail: robensonazor19@yahoo.fr
[2]Neiva Afonso Oliveira é doutora em Filosofia pela PUCRS. Atualmente, é professora associada da Universidade Federal de Pelotas; é professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, credenciada na linha de pesquisa Filosofia e História da Educação. Entre suas principais publicações, estão os livros Rousseau e Rawls: contrato em duas vias (Edipucrs, 2000), Fides et Ratio: Festschrift em homenagem a Cláudio Neutzling (EDUCAT, 2003) e Propriedade e Democracia Liberal (Edipucrs, 2004). Publicou ainda diversos capítulos de livros e artigos em periódicos científicos. Suas áreas prioritárias de pesquisa são a Filosofia Política e a Filosofia da Educação.

Segundo a percepção rousseauniana, existem, na espécie humana, duas formas de desigualdade. A primeira é chamada de "natural ou física", pelo fato de que ela é concebida pela lei da natureza. Esse tipo de desigualdade se manifesta sob diferentes formas, tais como saúde, idade, força física do corpo, qualidades de alma ou espírito. Já a segunda forma de manifestação da desigualdade corresponde à "desigualdade moral ou política", ou a que Rousseau denomina *convencional* a qual consiste em diferentes privilégios que favorecem alguns em detrimento de outros, como por exemplo, ser mais rico, ser mais honrado ou mais poderoso, e, por causa disto submetem os demais. Como se vê, uma parte do argumento é bem simples, todavia, a segunda parte extrapola o viés descritivo e passa ao analítico-crítico.

Rousseau acredita que teria existido um estado perfeito do homem, onde todos eram iguais e felizes. Esse é o estado de natureza. Embora, esse estado de felicidade durou pouco tempo, ocorre uma ruptura que irá conduzir a humanidade ao caos de desigualdade. A alegoria rousseauniana do amor-próprio (amour-propre) pareceria ser a chave de leitura para a compreensão de como a desigualdade natural transborda e se transforma em egoísmo, comparação entre os homens e infelicidade.

> [...] o primeiro que havia cercado um campo, pensado para dizer, este era meu e encontra pessoas simples para acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Que crimes, guerras, assassinatos, misérias e horrores não teriam poupado o gênero humano, que, arrancando as estacas ou enchendo a vala, teria gritado com seus semelhantes. Cuidado com a escuta desse impostor; você está perdido, se você esquecer que os frutos são para todos, e que a Terra é para ninguém[3] (ROUSSEAU Apud OLIVEIRA, 2000, p. 54). Trad. Nossa.

Depois de ter lido o *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da desigualdade entre os homens* de Rousseau, se pode ter uma ideia de onde a desigualdade tem sua origem e fundamentos. Ela nasce na sociedade civil e tem seu fundamento na propriedade privada. Na obra de Rousseau, tem-se que é da civilização que resultam todos os males e escravidões. Porém, Rousseau não determina que a sociedade é má ou oferece o *pecado* por natureza. O problema é o jeito como vai se formando a sociedade. Pois, o surgimento da sociedade é o resultado do progresso evolutivo do homem que o levará à infelicidade

[3] Le premier qui ayant enclos un terrain, s'avisa de dire, ceci est à moi, et trouva des gens assés simples pour le croire, fut le vrai fondateur de la société civile. Que de crimes, de guerres, de meurtres, que de misères et d'horreus, n'eût point épargnés au Genre-humain celui qui arrachant les pieux ou comblant le fossé, eût crié à ses semblables. Gardez-vous d'écouter cet imposteur; Vous êtes perdus, si vous oubliez que les fruits sont à tous, et que la Terre n'est à personne (Oeuvres, III, P.164)

e junto com a ajuda da perfectibilidade que provoca o homem a adquirir novas paixões e vícios.

Enquanto um pensador de sua época e de seu contexto, Rousseau teoriza sobre os problemas políticos e sociais que reverberam em seu sistema de pensamento. Sua grande contribuição para a filosofia é muito amplo, tanto na educação como na política. Foi perseguido pela Igreja, fugiu da França várias vezes. O inspirador da Revolução Francesa morre em 2 de julho 1778 com 66 anos.

Rousseau aborda a desigualdade como uma das preocupações maiores de sua vida. Segundo Pitano (2003), "Rousseau considera a desigualdade como o problema chave da estrutura social." (p.26). É preciso atentar para o fato de que a sociedade em que Rousseau vivia era bem diferente da que se vive atualmente. Quase todos os países do Ocidente têm a democracia como regime político, o que não era realidade na França do século XVIII. Porém, este fator não impede que a desigualdade social exista, sendo, então, um problema constante. Hoje, vive-se a realidade de um pequeno grupo que possui quase todos os bens da terra, enquanto a maioria vive na extrema pobreza.

2. Interpretação da desigualdade no pensamento rousseauniano

No século XVIII, os problemas socioeconômicos e políticos da França eram bastante graves. O resultado da escrita no *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os homens* foi apenas uma parte de todas as desgraças e maldades que incomodavam o filósofo naquela época. Rousseau pretende dar conta de que a corrupção, a desigualdade, as concepções maléficas como os males do homem não devem ser consideradas naturais. O homem pré-histórico vivia como animal, segundo o filósofo, era um bom selvagem, pois todos eram iguais. O filósofo concluiu a explicação do surgimento desses problemas apontando a necessidade de explorar a relação que deve existir entre o governo e o povo. Não é uma relação entre senhores e escravos, tampouco uma relação entre o rei e seus súditos, mas é uma que tem a ver com a igualdade. Porque o governo e o povo possuem o mesmo direito.

O poder político na França do século XVIII era concentrado nas mãos de um pequeno grupo (Nobres e Clero). A maioria da população vivia na pobreza e sem voz. Na obra *Do Contrato Social*, complementar ao *Discurso*, Rousseau defendia a soberania do povo, ou seja, este não é súdito (inferior ao rei), já que o rei deveria ser o representante da vontade geral, não um ser superior a todos, mas um ente coletivo. Marcondes afirma

que em Rousseau "a soberania política pertence ao conjunto dos membros da sociedade"[4]. Com essa obra, o genebrino representou o século XVIII de maneira significativa, uma vez que ele defendia o poder do povo – algo que não era tão comum na época.

Também em *Do Contrato Social*, Rousseau defendia a liberdade do homem como algo natural a ele. O homem condiciona sua liberdade natural para o bem da coletividade, através de um contrato social. Assim, Rousseau mencionava no *Contrato* que o homem nasce livre, porém em toda parte encontra elementos que o escravizam[5]. A perspectiva de liberdade total do homem foi fundamental no movimento iluminista como uma grande ideia que desenvolve na construção de uma nova ordem social oposto ao feudalismo dos grandes proprietários, a questão da ordem teocrática dos medievalistas e da monarquia absoluta dos reis.

De acordo com Marcondes "o homem livre é senhor de si também no sentido de que deve exercer controle sobre si e agir sempre de acordo com a sua vontade e decisão racional" (2007, p.209). Em realidade, foi essa uma das bases do Iluminismo: o desejo da construção de um homem autônomo.

A crítica de Rousseau à sociedade de seu tempo permitiu-lhe ainda investir na crítica ao sistema de ensino. Neste sentido, propôs em sua obra *Émile* ou *de l'Éducation* formação de sujeitos, a qual consiste na transformação dos cidadãos em membros da comunidade. Para Marcondes, em Rousseau "o papel da educação é a formação dessa vontade geral, transformando assim o indivíduo em cidadão, em membro de uma comunidade" (MARCONDES, 2007, p.206)

A respeito da formação, Rousseau propõe algo extemporâneo: transformar a educação arcaica em algo que se adequasse à época. Sua obra *Émile* ficou por muito tempo proibida na França e em Genebra, devido a essa proposta. Segundo Aranha: "assim como Copérnico inverteu o modelo astronômico, retirando a Terra do centro do universo, Rousseau centralizou os interesses pedagógicos nos alunos e não mais no professor" (ARANHA, 2006, p. 208).

Segundo Rousseau, o homem torna-se mau por causa da sociedade. Na obra *Emílio*, propunha uma nova forma de ensinamento e pensava na preparação de um sujeito

[4] Marcondes, Danilo, Iniciação à Filosofia da Filosofia: dos Pré-Socráticos a Wittgenstein, 2°ed. Ver. Ampl, Rio de Janeiro: Zahar, 2007. P. 206

[5]Cf. Rousseau, Jean-Jacques, Contrato Social, Trad. Leonardo M. Pereira B. Publicações Europa Americana, 1974

capaz de enfrentar os males de desigualdades sociais. Ele queria que o sujeito de fato fosse diferente daquele já corrompido pela sociedade, ou seja, o bom cidadão.

Não foi por acaso que as obras *Do Contrato Social* e *Emílio* foram publicados no mesmo ano. Na verdade, a segunda obra é complementar à primeira, assim como essa é complementar ao *Segundo Discurso*. A grande ideia do *Contrato* é que a vida do homem seja baseada num pacto entre os cidadãos por meio do desvelamento da vontade geral, cabendo a todos acolhê-la como algo legítimo. Desta forma, a escrita de *Emílio* pode, em um primeiro plano, ser considerada como solução inicial para transformar uma sociedade viciada e defeituosa. De acordo com esse ideal, não se pode transformar o homem em um bom cidadão sem pensar em outro sistema de educação. Falamos em *solução* porque a obra *Emílio*, por vezes, é considerada como receita pedagógica para superar as mazelas sociais.

Rousseau foi criado sem os pais e perdeu o sonho de ser pastor por falta de recursos. As circunstâncias permitiram-lhe fugir do país natal, procurando por uma vida melhor. Ao chegar na França, decepciona-se porque não havia como realizar seu projeto.

Não se pode negar que o pensamento de Rousseau foi fruto de seu tempo. As frustrações e os sofrimentos da época marcaram sua vida e carreira intelectual. Seu propósito era contribuir para a mudança da sociedade a fim de construir um mundo melhor. Nesse sentido, ele defendia a soberania do povo, propondo uma sociedade liberal em que todos possuíssem os mesmos direitos. Para Rousseau, o soberano é a coletividade que se pronuncia por meio das leis porque, ao obedecer às leis, obedece a si mesmo, é livre do ponto de vista do pacto social. Doravante, por meio do contrato, o povo transfere seus direitos naturais ao corpo coletivo que é o soberano. É necessário darmo-nos conta de que o soberano é o povo ativo considerado como cidadão, porém é inegável a existência do povo passivo que é o súdito. Como cidadão, o povo que faz as leis, ao mesmo tempo, é considerado súdito quando obedece às leis.

A crítica de Rousseau não era endereçada a todas as sociedades. A exemplo disso, considera que Roma era uma sociedade virtuosa. Segundo Marcondes (2007), "não é toda e qualquer sociedade que Rousseau condena, mas aquela que acorrenta e aprisiona o homem, chegando a adotar como modelo de sociedade justa e virtuosa a Roma republicana do período anterior aos césares" (p.205).

Para o filósofo de Genebra, os estudiosos da lei tiraram conclusões precárias e precipitadas do conhecimento sobre o homem natural. Levando em conta a existência de leis no estado natural, eles criaram um estado artificial, a partir do qual não é possível

pensar em um homem que faça parte da natureza. Dessa forma, segundo Rousseau, essa insistência jusnaturalista é pelo fato da existência de regras no estado de natureza humana que teria gerado a precariedade e o estado de miséria em que se encontra o ser humano.

Rousseau afirma que não é possível falar em leis no estado natural, pois caso existissem, seriam as leis da natureza. Discordava de seus companheiros enciclopedistas, principalmente do artigo que Denis Diderot (seu melhor amigo) escreveu a respeito do Direito Natural, o qual chamava de artificialista.

Conforme já mencionamos acima, o movimento que marcou o pensamento do filósofo foi o Iluminismo, também conhecido como *Idade da Razão*. Esse período trouxe muitas mudanças, novas interrogações e expectativas, sobretudo nas que têm a ver com os desafios sociais. Os iluministas (e Rousseau foi um deles), tentaram trazer soluções para todos os problemas sociais e políticos da época, por isso editaram a Enciclopédia[6], projetando uma mudança no campo da educação e da ciência.

Nessa pretensão de resolver os problemas do século anterior, os iluministas se propuseram a ser uma oposição às trevas. Eles se mostraram contra todo pensamento ocultista, revogaram toda ignorância e superstição para abraçar a realidade, que tem como objetivo libertar o homem das trevas. Rousseau foi um dos construtores desse tipo de pensamento, o que fica claro na obra *Émile*, citada anteriormente. Rousseau fez a defesa de uma formação educativa diferenciada da criança até chegar à fase adulta.

O movimento iluminista foi dominado pela ideia de progresso, o que nem sempre estava de acordo com a religião. O Iluminismo negava a participação da Igreja no campo da educação, principalmente a aplicação da pedagogia dos jesuítas durante séculos.

Segundo Marcondes:

> [...] devem ser igualmente identificados os elementos que impedem tal progresso, que se opõem a razão. Dentre esses elementos encontra-se a religião, na medida em que subordina o homem a crenças irracionais e a uma autoridade, a igreja, baseada na submissão e na superstição (2007, p.207).

Rousseau parte de um critério puramente antropológico para detectar os vícios, a desigualdade e as perversidades dos homens. Postula que o homem é visto como sujeito de sua própria desgraça e infelicidade. Kreimendahl, comentador de Rousseau, afirma:

[6]Esse termo que significa propriamente ciclo educativo, educação completa em suas fases, portanto nas disciplinas que lhe servem de fundamento, agora é usado para designar o sistema das ciências, o conjunto total das ciências em suas relações imutáveis de coordenação e subordinação (na hierarquia), tais como podem ser reconhecidas ou estabelecidas pela metafísica.(Definição cf. Dicionário de filosofia, Abbagnano Nicola, 2012, p.384)

"ao sair do estado natural, o ser humano ganha na aparência como *civilisé*. Somente agora consciência, liberdade e moralidade passam a ser condição de sua existência" (KREIMENDAHL, 2004, p.181).

Rousseau buscou a raiz do problema, tentando reencontrar o homem num momento pré-histórico, denominado por ele como estado de natureza. Nesse estado, o homem conheceu certas rupturas, um descumprimento que teve como consequências as doenças, a corrupção, a perversidade, as barbaridades, a malevolência, etc.

Pode-se dizer que o espírito de sociedade liberal e igualitária de Rousseau influenciou bastante a sociedade francesa. Essa mesma ideia, onze anos após a morte do filósofo, inspirou a Revolução Francesa com os lemas *Liberté, Égalité et Fraternité*, sendo o resumo de tudo o que Rousseau sonhou para a França: um país republicano, onde todos teriam os mesmos direitos. Na época, uma França dividida em classes. Os ricos são muito ricos e politicamente dominavam os pobres que, por seu turno, vivem quase sem nada, nem direitos políticos. A Revolução Francesa tomou uma nova posição, da qual;

> a Declaração dos Direitos do Homem expressa essa concepção, ao afirmar em seu preâmbulo: "Os representantes do povo francês constituídos em assemblei nacional, considerando que a ignorância, o esquecimento e o desprezo pelos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos e da corrupção dos governos, resolvem estabelecer em uma declaração solene os direitos naturais inalienáveis e sagrados do homem" (cf. MARCONDES 2015, P.208)

No *Segundo Discurso*, Rousseau aborda um grande problema, que é a desigualdade. Infeliz e obviamente, nem ele, tampouco os que vieram depois dele, lograram solucionar o problema da desigualdade injusta. Mostrava somente como se deu a passagem do estado de natureza para a sociedade civil e, em sua opinião, a sociedade é a responsável pela desigualdade entre os homens. Na obra "Do Contrato Social" e em "Emílio ou Da Educação", só ele tenta apontar alguns problemas dos quais padecia a sociedade de sua época.

Segundo Rousseau, o homem é condenado a viver em sociedade. Não há como retornarmos ao estado primitivo. Então, a educação é o único meio para a reconstituição do homem no interior da sociedade. Por isso, ele propõe Emílio para formar homens que serão bons cidadãos, orientandos pela vontade geral.

3. Rousseau e atualidade da questão da desigualdade

Como já foi dito desde o início deste texto, o problema da desigualdade no mundo de hoje não se relaciona com o foco dado por Rousseau. Todavia, podemos nos servir de

algumas pistas do pensamento do autor para utilizarmos como instrumento para abordar o problema da desigualdade na sociedade atual. Hoje, o problema da desigualdade continua sendo considerado um grande desafio nas diversas sociedades ao redor do planeta. Em pleno século XXI, o homem continua vivendo sem acesso às necessidades básicas como moradia, alimentação, água, etc.

Às vezes, o problema da desigualdade é usado para fazer política, ou seja, para conquistar o poder. Uma vez conquistado e monopolizado, os governantes preocupam-se apenas com o lucro e nada mais. Organizações sociais nacionais e internacionais são formadas para combater a desigualdade, mas infelizmente o homem continua enfrentando esse problema. Que formas de igualdade Rousseau considera desejáveis e por quê? Numa primeira formulação, o autor leva em conta que "deve haver uma igualdade básica de posição e prestígio moral e civil, de modo que ninguém esteja em servidão ou sujeição." (Dent, 1996, p. 143) E, em segundo lugar, Rousseau pensa ser relevante a garantia de uma igualdade básica assegurada em provisões materiais suficiente para escapar da necessidade de uns bajularem os demais.

Sem dúvida, a desigualdade gera guerras: paradoxalmente, de ricos contra ricos, de pobres contra ricos e de pobres contra o governo. Os ricos querem aumentar seus patrimônios cada vez mais, os pobres se tornam cada vez mais pobres. No meio desta discussão, o capitalismo surge como o motor da desigualdade usando um sistema de mercado a fim de explorar a mão de obra.

Pode-se dizer que essa forma de exploração não existe apenas nos dias de hoje, mas vem de séculos. Neste sentido, Rousseau afirmava que o homem é a razão de sua própria infelicidade, tornando os outros também infelizes. Esse homem preocupa-se somente com o próprio bem-estar e ignora o sofrimento do próximo. Por isso, se pode fazer o seguinte questionamento: quem usa o homem para aumentar o lucro? A resposta é: o próprio homem; então, ele é o responsável por suas más ações.

Através do egocentrismo insaciável, o homem é capaz de usar sua má intenção para prejudicar os demais, não sendo impossível cogitar que este se utilize de planos maquiavélicos para satisfazer suas insaciabilidades e autossuficiências.

Hoje, o capitalismo se insere em vários setores e não só influencia o campo econômico, mas também as dimensões religiosas, culturais e políticas. Nesses setores da sociedade, tem se visto um desejo mais acirrado de competir com os outros, enquanto a miséria se torna algo normal e até indispensável. A fórmula encontrada por Rousseau para teorizar sobre a disputa que acontece com os homens em torno da propriedade privada

dos bens é a dicotomia ou dualismo entre amor de si (amour-de-soi) e o amor-próprio (amour-propre) (ROUSSEAU, 2002, P.73). Em pesquisa realizada por Oxfam[7], em 2015, sobre desigualdade, publicada no jornal BBC News, "afirma-se que acerca de 62 pessoas mais ricas do mundo detêm a mesma riqueza que toda a metade mais pobre da população global" (REUBEN, 2016, s.n).

Dessa maneira, se pode ter uma ideia de como a desigualdade ainda é muito presente e forte na sociedade atual. Como resultado disso, os pobres, rejeitados e esquecidos, muitas vezes, usam a violência para arrancar a própria sobrevivência das mãos dos ricos. Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, todos os homens têm direito à vida e à saúde. O questionamento é: se os pobres são seres humanos, como se pode negar o direito à vida e à saúde deles?

Na mesma linha de Rousseau, alguns pensadores acreditam que a desigualdade social tem sua origem no ato de apropriação do homem sobre a natureza.

Segundo Figueiredo afirma:

> a desigualdade social gestou-se a partir do domínio do homem sobre a natureza – com a produção do excedente – possibilitando a exploração do homem pelo homem, ou seja, no período histórico de transição da comunidade primitiva à sociedade de classes, os homens passam a produzir além do necessário à sua própria sobrevivência tornando desnecessária a produção e o consumo coletivo[8]

Hoje, a desigualdade é considerada algo normal. É como se, por exemplo, alguém nascesse para ser desigual em relação ao outro. É comum que utilizemos palavras para qualificar socialmente alguns e palavras para depreciar socialmente outros e se percebe claramente o peso que cada palavra contém. E isso pode ser ainda pior ao se dividir a sociedade em classes: os "ricos", os "de classe média" e "os pobres".

Neste mesmo sentido, não se pode dizer que os que são pobres escolhem essa condição, ou seja, os mais fracos (socialmente falando) não fazem a opção de serem dominados. Ao contrário, sonham em ter uma vida digna e almejam condições melhores. Por esta razão, muitas vezes, essas pessoas são usadas de maneira abusiva pelos mais ricos. "Comovido de compaixão pelas fraquezas humanas, em virtude do profundo sentimento das próprias, ele via por toda parte os homens vítimas dos próprios vícios e

[7]A **Oxfam International:** é uma confederação composta de 19 organizações e acerca de mais de 3000 parceiros, hoje ela cobre mais de 90 países na busca de soluções para o problema da pobreza, desigualdade e da injustiça, por meio de campanhas, programas de desenvolvimento e ações emergenciais

[8]Desigualdade Social e Capitalismo, Joseane Gomes Figueiredo, VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, Cidade Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Brasil, 2013

dos de outrem; vias os pobres gemerem sob o jugo dos ricos e os ricos sob o jugo dos preconceitos" (ROUSSEAU, 1979, P.298)

De igual modo, certas religiões utilizam as fraquezas e vulnerabilidades das pessoas para lotarem os templos, fazendo-lhes crer que a miséria é natural, enquanto que os líderes religiosos usurpam a fé alheia. Portanto, segundo Rousseau, a questão da desigualdade é um processo que surgiu há muito tempo e é detectado pelos progressos e aperfeiçoamentos sociais. A desigualdade não pode ser vista como uma vantagem para o homem, mas contrariamente, tem que ser visto como um vício ou um defeito que prejudica a vida do homem. Sem olvidarmos, todavia, que Rousseau teoriza no Segundo Discurso sobre aquele tipo de desigualdade que é natural à condição humana, aquela que o torna mais próximo da natureza.

Outra questão que pode ser abordada no âmbito da desigualdade diz respeito à desigualdade de gênero, que faz aflorar discussões em torno da opressão da mulher na sociedade machista hodierna. Em pleno século XXI, século de grandes avanços tecnológicos, as mulheres permanecem marginalizadas, sendo consideradas inferiores aos homens. Assim como as mulheres, as pessoas que não se enquadram nos patamares do que é considerado "digno", relativamente à orientação sexual (heteronormatividade). Ainda vinculados ao viés da desigualdade, os negros continuam sendo considerados como selvagens, ou diferentes do "padrão" da "branquidade".

Com estas considerações, percebe-se que a sociedade atual é discriminadora e julga as pessoas pelo aspecto meramente superficial. Como ainda podemos aceitar que a cor da pele seja responsável pela qualidade de alguém? Será que se pode dizer que a cor da pele é consequência do pecado original? Se alguém nasce de uma forma, como pode ser culpado pelo que é? As respostas para estas questões não podem ainda ser obtidas, pois o próprio homem é quem inventa os padrões para tornar os outros infelizes.

Hoje, em muitos locais, a justiça é utilizada pelos mais poderosos como mercadoria reservada para quem pode comprá-la. O Estado tem o papel de estabilizar ou melhorar a condição de vida do povo, porém não o faz com eficiência por causados desvios em favor dos mais abastados.

Para finalizar, hoje, em muitos países considerados potências econômicas, a exploração do homem pelo homem continua de toda forma, seja na economia, no etnocentrismo, na política e até mesmo na religião. Para obter melhor posição no cenário mundial, chegam a criar crises políticas com a finalidade de desestabilizar a economia de outros países. Como resultado, há muita frustração, miséria e desigualdade.

Para Rousseau (1983), essas concepções maléficas não são naturais do homem, mas o tempo e a sociedade civil o tornam assim. O homem torna-se cruel e não há saída para ele, uma vez que a sociedade é desigual.

4. **Conclusão**

Rousseau entendia como um escândalo a desigualdade social entre os homens, a qual teria sua origem na sociedade civil. Ele não traz, no entanto, proposta alguma concreta dentro da obra para que esse problema seja resolvido. É o que ocorre com as obras estruturais de Rousseau, tal como o é o *Segundo Discurso*. Sete anos mais tarde, com a publicação d'*O Contrato Social* (1762), enfrenta algumas discussões levantadas no *Discurso*. Nessa nova obra, o filósofo acredita que o homem conseguiria estabelecer certa igualdade social aos cidadãos. O genebrino sonhava com uma sociedade republicana, livre e igual. Da mesma forma, em *Emílio ou da Educação*, Rousseau continua tentando encontrar a solução para a desigualdade já descrita no *Discurso*, já que o homem é condenado a viver em sociedade. Nesta obra, afirma que para viver neste ambiente era preciso elaborar um novo sistema educacional para o homem social. Faz essa postulação por não acreditar que a educação de sua época fosse capaz de contribuir para a nova sociedade com que tanto sonhava. O filósofo idealizava uma educação que teria o papel de ajudar o homem a discernir a malícia do vício da sociedade. As grandes ideias do genebrino influenciaram a Revolução Francesa e outras revoluções no novo mundo e consistiram na formação de um estado republicano governado pela vontade geral.

> O romance pedagógico *Emílio*, apesar de ser tratado e escrito em um contexto hipotético, traz muitas contradições, no entanto, trata-se de uma obra que pode ser considerada como marco na pedagogia política de Rousseau. Ainda assim, muitos acreditam que é um absurdo que o filósofo tenha proposto a formação de um sujeito que fosse capaz de enfrentar os males sociais.

Rousseau percebia que a maldade, a injustiça e a desigualdade existiam em todas as partes do mundo. A grande pergunta feita pelo filósofo de Genebra é a respeito das razões por que a humanidade chegou a este ponto. Para responder a esta pergunta, remonta aos tempos primitivos para determinar as raízes do problema de seu tempo.

Como uma das respostas, Rousseau acusava seu século como o responsável por tantas maldades. O homem teria passado por um processo de desnaturalização, ou seja, uma ruptura com a vida primitiva. Essa desnaturalização, segundo Rousseau, nos faz crer que seria a perda da verdadeira vida do homem, que deixava de ser um animal para ser

um ser social. O homem deixava de caminhar nu com os outros animais para andar vestido e dentro de uma habitação. A sociabilidade fez com que esse homem enxergasse o mundo de forma diferente.

O homem passa, então, a diferenciar o bem do mal, o bonito e o feio, criando padrões para estabelecer aquilo que é bom e aquilo que é ruim. Essa foi a chamada queda que Rousseau menciona em sua obra. E, segundo ele, foi uma das motivações para a desigualdade. O genebrino sonhava, no entanto, com uma sociedade republicana, livre e igual, mesmo que a formação dos membros da comunidade não pudesse contribuir com essa realidade. Em Rousseau, a desigualdade não é vista como algo benéfico, mas algo que é prejudicial, um vício para a sociedade, mesmo a desigualdade natural porque ela, fatal e inevitavelmente, tornar-se-ia desigualdade convencional. A nosso ver, a desigualdade natural de Rousseau não existe, desnaturada que foi pela convivência humana.

5. Referências

ABBAGNANO, Nicola, **Dicionário de Filosofia,** trad. Alfredo Bosi, 4ªed, São Paulo, Martins Fontes, 2000.

ARANHA**,** Maria Lúcia de Arruda, **Filosofia da Educação**, 3ed. São Paulo, Ver. e ampl. Moderna, 2006.

_____BBC. **1% da população global detém mesma riqueza dos 99% restante**, 18 de jan. 2016. Disponível:"https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160118_riqueza_estudo_oxfam_fn". Acesso em; 30 outubro 2018.

DENT, N. J. H, Dicionário de Rousseau, George Zahar, 1996.

_____ **Desigualdade Social e Capitalismo**, Joseane Gomes Figueiredo, VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, Cidade Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Brasil, 2013.

KREIMENDAHL, Lothar.(Org.). **Filósofos do século XVIII, Coleção: História da filosofia**, Trad. Dankwart Bernsmïller, São Leopoldo, RS Brasil, Editora Unisinos, 2004.

MARCONDES, Danilo, **Iniciação à Filosofia da Filosofia**: dos Pré-Socráticos a Wittgenstein, 2°ed. Ver. Ampl, Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

OLIVEIRA, Neiva Afonso, **Rousseau e Rawls: contrato em duas vias**, coleção filosofia - 109, Porto Alegre, EDI-PUCRS, 2000.

PITANO, Sandro de Castro, **Desigualdade Social e Educação: Uma abordagem em Jean-Jacques Rousseau e Paulo Freire,** Pelotas, Universidade Federal de Pelotas (ufpel), Faculdade de Educação (FAE), 2003

ROUSSEAU, Jean-Jacques (1754), **Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes,** éd : électronique pour Macintosh, Chicoutimi Québec,2002.Disponível : : https://eet.pixelonline.org/files/etranslation/original/Rousseau%20JJ%20Discours%20sur.pdf.

ROUSSEAU, Jean-Jacques, **Contrato Social,** Trad. Leonardo M. Pereira B. Publicações Europa Americana, Mem Martins, 1974.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens,** (texto integral)., São Paulo, Martin Claret, 2007.

A AGENDA NEOLIBERAL E A POLÍTICA GERENCIALISTA PARA O CAMPO EDUCACIONAL

Stephane Silva de Araujo[1]
Cristina dos Anjos Lopes Urtiaga[2]

1. Introdução

A pauta neoliberal em nosso país ganha destaque e relevância, sobretudo a partir da proposta de Reforma Estatal difundida e consolidada por Fernando Henrique Cardoso. Alterações normativas visando à reorganização da máquina estatal tornaram evidente o anseio de transformar o Estado em uma grande empresa, vilipendiando os direitos que a população adquirira com a promulgação da Constituição de 1988, em especial.

Nessa senda, optou-se por meio de estudos fundamentados em realidades externas ao Brasil, em aplicar aqui uma organização estatal orientada pela classificação dos serviços prestados à sociedade, fossem estes indispensáveis ou possíveis de serem terceirizados àqueles que se interessassem em lucrar com a oferta de serviços antes considerados de conotação pública.

Alguns destes foram classificados como de oferta estrita pelo Estado, como por exemplo, a segurança pública, outros, no entanto, sofreram e ainda sofrem com maior influência da perspectiva neoliberal de privatização, como a educação. Cumpre salientar que não se trata apenas da possibilidade de terceirizar determinados serviços, mas também as atividades que o circundam. No que tange a educação poderíamos exemplificar com a formação docente ofertada por empresas privadas, a maior utilização e concentração de conteúdos em materiais produzidos por determinadas editoras e assim por diante.

Neste trabalho, focalizamos outras formas de materialização do neoliberalismo na agenda educacional. Interessa-nos compreender que tipos de formulação a administração pública federal encontra para que possa adotar os preceitos mercantis. Trataremos deste modo, exemplos de como simples ações adotadas pelo Estado, estão circundadas de concepções oriundas da gestão empresarial, denotando forte conotação e apego a agenda neoliberal instituída ainda na década de 1990.

[1] Doutoranda e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pelotas. Pedagoga pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: stephaneslv@gmail.com.
[2] Advogada. Aluna Especial do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: kristinaalopes@gmail.com.

Ao tratarmos, por exemplo, de qualidade no campo educacional, rapidamente seremos contrapostos aos exames nacionais em larga escala que visam comparar os sistemas de ensino para, a partir de tal prática, instalar uma lógica de competitividade e meritocracia, pautada, sobretudo em processos de "*accountability*", eficiência e eficácia. Outra ilustração possível, diz respeito à agenda de desenvolvimento profissional dos servidores da administração pública. Nesta seara têm-se outro notório exemplo de que o princípio da eficiência está fortemente atrelado à perspectiva da economicidade. Pretende-se de algum modo que os servidores sejam bem qualificados a baixos custos, com investimentos ínfimos, transferindo a estes, de algum modo, a responsabilidade pela própria qualificação. Ainda, neste cenário encontramos grandes empresas com interesse praticamente filantrópico em determinados campos, como o educacional, mas escondendo interesses escusos e muitas vezes econômicos.

Deste modo, vislumbramos neste texto como esta reforma que se pretendia estatal, atinge e reverbera no campo educacional até nossos dias.

2. A política gerencialista: uma construção administrativa que atinge a educação

Na onda da reforma estatal proposta por FHC, em 1995, atinge-nos, em cheio, uma nova perspectiva: fortalecer o capital por meio do enfraquecimento do estado. (PERONI, 2003) Resta salientar que não se tratava de perspectiva tão clara, mas que, com o passar dos anos se mostrou exatamente nesta proporção.

De modo a materializar esta nova lógica estatal, áreas essenciais foram sofrendo um verdadeiro desmonte, a exemplo da educação. Nesse ínterim, a modernização e desburocratização do Estado, tão defendidas no bojo da reforma apresentam como resposta aos anseios elencados a adoção de uma perspectiva administrativa, um novo modelo de gestão, voltado ao gerencialismo, denominado: Nova Gestão Pública. (NEWMAN; CLARKE, 2012)

Por esta ótica, não estamos mais diante apenas da possibilidade de privatização do público via venda e transferência da propriedade pública ao setor privado, mas vivenciamos formas sutis de gestão do que é público a partir da perspectiva privada. Para Lima,

> [...] processos de privatização em sentido estrito, de concessão de escolas a privados, de introdução de lógicas e mecanismos de mercado ou de inspiração mercantil, têm sido acompanhados, em maior número de casos e com maior intensidade e alcance, por processos de criação de estatutos organizacionais

> fluidos e de regimes jurídicos híbridos, combinando direito público e direito privado, administração pública e gestão empresarial, adotando formas complexas de privatização. (LIMA, 2018, p. 30)

Sob a batuta da Nova Gestão Pública, tem se uma miscelânea de práticas que remontam a super valorização do capital e a desconsideração da oferta de políticas públicas de qualidade. A população passa a ser encorajada a procurar seus direitos da forma como bem entender, sem que prescindam do Estado para efetivá-los.

Nesse sentido, cabe ao Estado o papel de vigilante das políticas, não mais de responsável por sua execução. Em última análise, o Estado impõe determinados parâmetros de atuação e avaliação, que os sistemas de ensino lutam para alcançar, com os meios desiguais que possuem, haja vista que, sistemas públicos e privados concorrem entre si, nessa nova lógica administrativa meritocrática.

Frente ao exposto, compreendemos ser relevante observar a realidade educacional que nos cerca de modo a consideramos que políticas são adotadas pelos Sistemas de Ensino de modo a reverberar os parâmetros gerenciais privados (BALL; YOUDEELL, 2008; NEWMAN;CLARKE, 2012; LIMA, 2018) no contexto público, em especial a partir das orientações emanadas pelos poder executivo federal.

Nesse sentido, em especial nosso recorte vincula-se ao estudo de práticas educativas que hibridizam em sua materialização orientações da administração pública com a perspectiva da gestão empresarial, em busca de maior eficiência e eficácia com custos reduzidos, e se possível, sem investimentos. Para tanto, conforme referenciamos suscintamente acima abordaremos três exemplos que refletem esta realidade: a política de desenvolvimento de servidores da União, sistema de avaliação em larga escala da educação nacional e as parcerias público-privadas que em nome de maior qualidade na educação pública lucram com a aproximação do setor público.

2.1 Escolas de Governo da União

As escolas de governo são instituições voltadas à qualificação e ao aperfeiçoamento dos servidores públicos que compõem o quadro da administração pública federal. Concebidas em 1967, por meio do Decreto n.º 200, pretendiam-se centros de excelência em determinadas temáticas.

Atualmente, os setores da administração pública federal que possuem especificidades latentes, recebem a benesse de possuírem centros de formação próprios:

as escolas de governo. Poderíamos citar como exemplo: a Academia Nacional de Polícia, que forma a Polícia Federal e a Universidade da Polícia Rodoviária Federal.

O que nos mobiliza a tratar sobre tais instituições é a política constituída em torno delas. Estas escolas são regidas pelo Decreto 9.991/2019 que, abertamente expõe que se trata de instituições voltadas a maior economicidade da União. Ainda, para fortalecer tal indicativo, cumpre salientar após a promulgação do referido normativo, elas passaram a responder diretamente ao Ministério da Economia que, agora, centraliza as temáticas sobre capacitação, ofertando aquelas que considera transversais por meio da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, também sob sua direção.

Assim, resta claro que o governo não trata aqui de uma pauta educacional, mas sim, uma pauta econômica. A qualificação de seus servidores tem outro status na dinâmica empresarial que se estabeleceu nos últimos anos na administração pública. Observamos deste modo, que o público desenvolve-se a partir da lógica privada.

2.2 Avaliações externas em larga escala

A simples adoção, pelo governo federal, da prática de avaliar o sistema nacional de educação do mesmo modo e segundo uma perspectiva contábil, denota sua conotação empresarial. Todavia, esta realidade quando desnudada, demonstra a potencial força gerencial que os resultados destas avaliações quantitativas denotam.

A mão do Estado não precisa mais se aproximar oferecendo a melhoria, na perspectiva da privatização endógena (BALL; YOUDDELL, 2008) os sujeitos que acessam a este meio se tornam os responsáveis imediatos por seu fortalecimento. Nesse sentido, os resultados de Provinha Brasil, Enem, Ideb, Pisa, entre outros, pautam uma corrida desenfreada estabelecida entre pares que, assumem seus resultados como sinônimo de qualidade em detrimento da aprendizagem significativa. Para Ivo e Hypolito (2017, p. 806)

> [...] embora os formuladores das políticas de avaliação insistam que a educação baseada em evidências – dados numéricos, metas, índices e padronização – vai melhorar a qualidade da educação, o que observamos quando investigamos os efeitos de tais políticas de forma qualitativa é que essa tese não se confirma. Mesmo que os índices melhores (aumento do IDEB, por exemplo), p desempenho da educação em termos qualitativos (aprendizagem) não se confirma no contexto prático.

A política educacional também se torna um mote de financeirização que enriquece grandes empresários vinculados a grupos editoriais que orientam uma mais adequada formação para estes exames. Seus produtos evidenciam fórmulas mágicas de aprovação nas avaliações nacionais, potencializando a participação dos alunos nestas, sem, contudo garantir que tenham produzido um referencial educacional de qualidade. De modo similar, estes grupos também atuam em outras frentes como a formação docente voltada à manualização, ou seja, a qualificação dos professores para que adotem as práticas educativas norteadas pelos manuais que as redes mais conceituadas produzem.

Resta observar por fim que as unidades escolares acessam a mesma avaliação, mas que, historicamente, não possuem as mesmas condições que fundamentem o alcance de índices próximos. Compreendemos que políticas desta natureza, apenas reforçam e evidenciam as desigualdades que já existem na sociedade, servindo de algum modo a uns poucos que tendem a gerir as diferenças para com elas lucrarem.

2.3 Parcerias público-privadas

Com o advento das *Think Thanks*[3] vislumbramos a materialidade das parcerias público-privadas em prol de interesses aparentemente públicos, mas que, em síntese reverberam os interesses da economia, em especial dos empresários que investem na produção de conhecimento consolidado.

Neste sentido, a educação tornou-se um campo lucrativo e rentável para grupos que tem em vista não apenas os rumos da educação, sob o discurso de "Amigos da Educação", mas também, sobretudo, um plano de sociedade que atenda os seus interesses empresariais. Assim, figurar em um grupo que a priori tem interesse em elevar índices escolares, mas que se coloca frente a defesa de uma Base Nacional Comum Curricular que privilegia conhecimentos de linguagens e matemática, evidencia que para tais empresários, importa a formação de mão de obra, não de uma sociedade pensante.

Especialmente, neste quesito, nos deparamos com um projeto societário em disputa (PERONI, 2018) muito claro: a formação de jovens deve ser orientada de forma rala, sem maior preocupação com os processos de cognição e construção do conhecimento. Válido e acessível, por essa ótica, é o conhecimento que poucos assim o

[3] Grupos empresarias que produzem conhecimento, geralmente, voltado à hibridização do público com o privado. Utilizam-se de metodologias, técnicas e dados que fundamentem sua visão de modo a estabelecer perante a sociedade determinados regimes de verdade.

definem para muitos. Àqueles que provêm de meios desiguais e sem acesso a políticas públicas básicas, assim devem continuar a sê-lo.

Cumpre, com base no alegado, observar a reputação, ações e atividades propostas por tais grupos, que, em nome da evolução dos parâmetros educacionais impõem veladamente posturas e atitudes gerenciais no cotidiano escolar, como horários rígidos, com atividades pré-definidas, menor autonomia dos docentes, equipes com avaliação constante e impositiva, entre outras condutas.

Por essa lógica, há que observar a pauta da replicabilidade. Torna-se cada vez mais evidente a pretensão de replicar experiências e práticas consideras positivas, sem que se trace um bom diagnóstico dos espaços que receberão estas. A simples transferência de um projeto de uma escola para a outra não é garantia de sucesso algum. Conforme nos alertam Ball, Maguire e Braun (2016) as políticas são atuáveis, logo, dependem dos sujeitos que as recepcionam ou não, consideradas as características dos seus contextos particulares.

3. Considerações finais

Compreendemos, por fim, que estas práticas, revestidas com a camuflagem da política pública, enfraquecem preceitos constitucionais alcançados a partir de bastante discussão e embate. Exemplo disso é a perceptiva da gestão democrática, indiscutivelmente abalada pelas orientações da Nova Gestão Pública.

Não devemos desconsiderar que estamos diante de um complexo jogo de relações de poder que põem em disputa projetos societários distintos visando a construção do ideal de sociedade. Cumpre a nós, pesquisadores e formadores de opinião, questionar se este ideal de sociedade serve às minorias, se serve a nós mesmos, e se nessa nova lógica há lugar para a produção de conhecimento forte, válido e orientado de acordo com as variáveis que encontra, não as que escolhe.

Por essa ótica, nosso papel se torna ainda mais crucial, pois consideramos que a redução dos espaços de decisão e participação social a procedimentos pautados pela lógica privada mercantil passa a desestruturar e inviabilizar o exercício de construção da cidadania, e, por conseguinte da consolidação da democracia.

4. Referências

BALL, S.; YOUDELL, D. **Privatización encubierta en la educación publica**. Informe preliminar. Presenteado en el V Congreso Mundial de la Internacional de la Educación 2008. Bruselas, Internacional de la Educación, 2008.

BALL, S.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967. **Dispõe sobre a organização da Administração Federal**, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0200.htm. Acesso em: 06 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, 1995.

BRESSER PEREIRA, L. C. **A reforma do estado dos anos 90**: lógica e mecanismos de controle. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

BRESSER PEREIRA, L. C. Burocracia pública e reforma gerencial. **Revista do Serviço Público**. Brasília: Enap, 2007, p. 29-47. Disponível em: http://antigo.enap.gov.br/downloads/RSP_70Anos_2FINAL1.pdf. Acesso em: 28 ago 2019.

IVO, A. A.; HYPOLITO, Á. M. **Sistemas de avaliação em larga escala e repercussões em diferentes contextos escolares**: limites da padronização gerencialista. RBPAE - v. 33, n. 3, p. 791 - 809, set./dez. 2017. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/79308/46244. Acesso em 04 nov. 2019.

LIMA, L. **Privatização lato sensu e impregnação empresarial na gestão da educação pública**. Currículo Sem Fronteiras, v. 18, n.1, p. 129-144, jan./abr. 2018.

LIMA, P. V. de. Influências neoconservadoras na educação pública: sujeitos em relação. In: PERONI, V. M. V.; LIMA, P. V. de; KADER, C. R.(Orgs.). **Redefinições das fronteiras entre o publico e o privado**: Implicações para a democratização da educação. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 125-131.

NEWMAN, J.; CLARKE, J. Gerencialismo. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 37, n. 2, p.353-381, mai/ago. 2012. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/29472. Acesso em: 06 ago. 2019.

PERONI, V. M. V. **Política educacional e papel do Estado**: no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

PERONI, V. M. V. Implicações da relação público-privada para a democratização da educação. In: PERONI, V. M. V.; LIMA, P. V. de; KADER, C. R. (Orgs.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado**: implicações para a democratização da educação. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 93-104.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À INTERNET NO BRASIL: a questão neoliberal e a inclusão digital como uma solução de mercado

Julio Marinho Ferreira[1]

1. Introdução

Discutir o universo do on-line no contexto brasileiro, dos últimos 10 anos, evoca toda uma noção ambígua e polivalente da relação entre o digital e o virtual. Para os usuários das mídias digitais, como as redes sociais Facebook, Instagram, Youtube, Twitter, entre outras, essas relações podem ser algo comum, no entanto, uma questão neoliberal, que parece transformar os usuários on-line em consumidores precisa ser discutida. Além disso, surge uma questão: como o governo do Brasil, tardiamente, tentou a implementação de uma política pública voltada a promoção de uma acessibilidade digital, que longe de incluir, apenas serviu de suporte para o surgimento de monopólios e encarecimentos de serviços básicos de acesso, fazendo com que nosso país tivesse o serviço de acesso à Internet mais caro do mundo.

E em contrapartida, sendo também um dos países, nos quais seus habitantes mais passam o tempo no mundo on-line, principalmente em redes sociais virtuais. São apresentados dados e documentos desenvolvidos pelo governo brasileiro, tanto como relativos às empresas que se valem desse problema para se fazer presente, e lucrar exorbitantemente, no caso, as gigantes da telefonia e os bancos, e não apenas, apresentarei outros exemplos, como na questão da educação, e do trabalho, que deslocaram para o indivíduo responsabilidades, que antes estariam a cargo do Estado e de instituições. Fatos, como os mencionados, tendem corroborar a discussão acerca de duas problemáticas: a) Qual a possibilidade de uma Internet de qualidade, com preço acessível e com alcance para todos existir no Brasil, mesmo com os rumos do mercado atual? B) O Brasil, e o mercado brasileiro, estão preparados para uma política pública de acesso à Internet?

2. Internet no Brasil: os desafios e os problemas

Nesta pesquisa, optei por fazer uso das duas redes sociais mais usadas atualmente no Brasil, e pode-se dizer no mundo[2], o Facebook e o Instagram, que respectivamente contam com 120 milhões de usuários (Facebook), e cerca de 60 milhões (Instagram). É

[1] Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas. Email: juliomarferre@hotmail.com
[2] Segundo: https://wearesocial.com/special-reports/digital-in-2017-global-overview

importante perceber que o Brasil é o terceiro maior usuário da rede social Facebook, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da Índia[3]. Ademais, se pode mencionar que outras redes sociais digitais/virtuais como WhatsApp, YouTube, Twitter e Google +, também possuem números expressivos de usuários, no entanto, como pesquisamos o uso de imagens e de perfis falsos, preferimos dar ênfase a Facebook e Instagram. Outro aspecto importante a ser analisado é que apesar do Facebook ser disparada a rede social mais utilizada, é o Instagram que é tido como a rede social mais acionada no que se refere ao uso de imagens, uma vez que a interação se dá pela exposição de imagens.

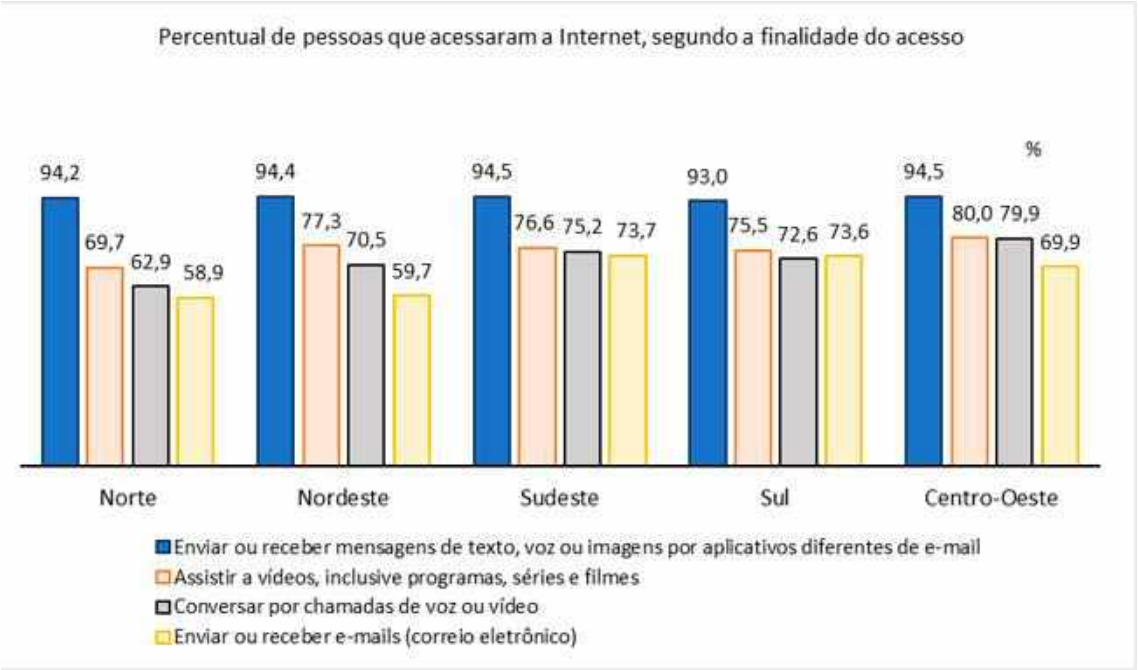
Segundo pesquisa da *Social Media Trends*, executada em 2018, o Instagram é a rede social favorita dos brasileiros, seguido por Facebook e por Youtube[4]. Além desses dados sobre o uso dessas redes sociais no Brasil, cumpre levarmos em conta questões relacionadas ao perfil de renda e de classe social dos usuários dos dispositivos de acessibilidade. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em uma amostragem executada no ano de 2016, temos os seguintes dados:

a) Os celulares (*smartphones*) está presente em 92,3% dos 69,3 % dos domicílios brasileiros que fizeram uso da Internet em 2016;
b) Em 48,1 milhões de residências havia a utilização da Internet, que representavam 69,3% dos domicílios pesquisados;
c) Em 97,2% dos domicílios em que havia acesso à Internet, o celular (*smartphone*) foi usado para esse fim;
d) Em 38,6% das residências, o *smartphone* foi o único aparelho usado para o acesso à Internet. Em segundo vinha o computador, que foi o único meio de acesso em 2,3% das residências, embora estivesse presente em 57,8% desses mesmos lares[5].

Considerando os dados coletados pelo IBGE sobre os usos da Internet móvel no Brasil, surgem algumas questões referentes à acessibilidade e aos custos deste acesso para os usuários, que pode ser medido na divisão entre o acesso móvel (3G e 4G) e a chamada banda larga, e questões acerca da localidade, que podem influenciar o acesso. Abaixo temos um gráfico que nos permite visualizar isto de maneira mais clara.

[3] Ver: https://marketingdeconteudo.com/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/
[4] Disponível em: https://marketingdeconteudo.com/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/ Acesso em abril de 2019.
[5]https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/20073-pnad-continua-tic-2016-94-2-das-pessoas-que-utilizaram-a-internet-o-fizeram-para-trocar-mensagens.html

Gráfico 1 (Fonte IBGE):



Além do Brasil, nos países do sul da Ásia, principalmente, o Facebook é visto como a Internet em si, não havendo uma distinção do que seria a grande rede (*web*) daquela rede social norte-americana. Nesse caso, podemos perceber um problema e uma benefício, primeiro para os usuários e depois para os desenvolvedores, os primeiros seriam restringidos e controlados e os segundos manteriam obteriam margens de lucro maiores.

A experiência do Facebook enquanto rede social virtual mais utilizada ao redor do globo, traz consigo a ideia do acesso universal à informação, manifesta fundamentalmente em um tipo de interação baseado em uma lógica de produção e consumo de imagens, que seriam aceitas por seus usuários e passariam despercebidas. Nesse sentido, temos o exemplo brasileiro do anteprojeto da Lei de Proteção aos Dados Pessoais[6], que visou a proteção da privacidade dos cidadãos brasileiros, no que dizia respeito ao uso dos meios informáticos, seja de sua inviolabilidade intima ou do uso de sua imagem, entre inúmeros outros pontos. A Lei do Marco Civil da Internet[7], ou Lei N° 12.965/14, teve como objetivo regulamentar o uso da Internet em território brasileiro, para evitar crimes e abusos on-line, como uso de imagens de forma indevida. O debate sobre a privacidade em contextos on-line e sobre a necessidade de uma regulação, nos faz pensar em uma

[6]http://www.justica.gov.br/news/mj-apresenta-nova-versao-do-anteprojeto-de-lei-de-protecao-de-dados-pessoais/apl.pdf
[7] Ver http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm

dicotomia entre mundo privado e uma sociedade de exposição, que é o grande *leitmotiv* desta pesquisa, principalmente sobre os problemas que podem ser gerados dessa situação.

O surgimento e a fixação interativa das redes sociais virtuais, tanto como as possibilidades de aproximar pessoas e regiões, fez com que o crescimento do acesso e o uso dessas ferramentas interativas, ao mesmo tempo que, apresentam-se como facilitadoras de comunicação e de acesso à informação, trazem consigo alguns perigos inerentes, como vimos na ideia por trás da Lei do Marco Civil. A exposição da vida privada e os usos da imagem de outrem como mecanismos de interação são exemplos desse problema. O acesso mais democrático à Internet, isto é, a sua maior acessibilidade aos mais diferentes públicos, ao mesmo tempo que permite a potencialização do exercício de liberdades individuais e uma maior integração social, também traz problemas que não podem ser simplesmente desconsiderados, como por exemplo, invasão de privacidade e criação de perfis falsos para os mais diversos fins moralmente reprováveis ou até mesmo criminosos. Ou seja, além das potencialidades e dos benefícios, não podemos simplesmente fazer vista grossa para a inexistência de usos questionáveis das plataformas interativas.

2.1 A sociedade da Informação e a Governança da Internet: os problemas e os debates para uma nova sociedade

Na segunda Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI/WSIS) da ONU, realizada em Túnis, na Tunísia, em 2005, tivemos a apresentação dos problemas enfrentados mundialmente em decorrência dessa nova reconfiguração social e econômica promovida pela Internet, que entre outras coisas discutiu a segurança dos indivíduos a partir da Web 2.0, e depois com o modelo 3.0[8]. Como percebido por Wolfgang Kleinwächter, Professor de Regulamentação e Políticas Internacionais do Departamento de Mídia e Ciências da Informação da Universidade de Arrhus, na Dinamarca, e membro do ICANN[9]:

> Em 2004, o ex-Secretário Geral da ONU Kofi Annan disse ao Grupo de Trabalho sobre a Governança da Internet (GTGI/WGIG) que é necessário inovar não só na tecnologia como também nas políticas. "Ao gerirmos, promovermos e protegermos a presença (da Internet) nas nossas vidas, precisamos ser talvez mais criativos do que aqueles que a inventaram", disse Kofi Annan, e acrescentou: "É claro que precisamos de governança, mas isso não quer dizer

[8] Atualmente já se fala em Web 4.0.

[9] Acrônimo em inglês para Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números, sendo que ICANN é uma entidade sem fins lucrativos, subordinada ao Governo dos Estados Unidos.

> que ela precise ser feita da maneira tradicional, para algo que é diferente" (Kleinwächter, 2014, p. 28).

Considerando as questões aqui abordadas, necessário se faz uma breve exposição de alguns dados sobre a evolução e os problemas enfrentados por aqueles que pretenderam tornar a Internet um local mais seguro. Assim temos que deixar claro que a quantidade de usuários da Internet triplicou mundialmente desde 2005, de 1,2 bilhões para quase 4 bilhões, e a maioria desses usuários vivem em países em desenvolvimento[10]. É importante frisar que em 2005, as questões de políticas ligadas às redes sociais ou aos mecanismos de busca não tiveram peso na elaboração da Agenda de Túnis[11]. Já hoje teriam uma importância central, que cresceu com o uso massivo de dispositivos móveis, como os smartphones, o uso das chamadas "Nuvens de Dados" e a Internet das Coisas (*Internet of Things*).

Além do mais, ainda em 2005, tivemos um renascimento das empresas baseadas na Internet que sofreram com a explosão das conexões ".com", isso desde o final da década de 1990, em decorrência da ampliação do uso da Internet ao redor do globo. Em 2015, esses atores do setor privado aumentaram os investimentos em seus negócios on-line em muitos bilhões de dólares, o que lhes proporcionaram o domínio dos mercados globais.

Também é importante frisar o crescimento da participação desses atores econômicos, na sua maioria empresas norte-americanas, entre os quais, Google, Facebook, Yahoo, Amazon, Apple, Microsoft, AT&T, Verizon, Cisco, entre outras, e chinesas, como, Baidu, Alibaba, Sina, Weibo, Lenovo, China Mobile, Huawei, entre outras[12]. Algumas regiões carentes do mundo, como o sudoeste asiático, a África subsaariana, o mundo árabe ou as ilhas do Pacífico tiveram um amplo aumento das conexões de Internet, principalmente relacionadas ao uso de novas tecnologias móveis, como *smartphones* e *laptops* de última geração, uma vez que nos últimos dez anos tiveram uma baixa significativa de seus preços de mercado, com isso, propiciando um maior acesso às populações de baixa renda. O crescimento da Internet, pode ser melhor explicado a partir dos dados abaixo:

- População global em 2017: 7.476 bilhões de pessoas, sendo que 3.773 bilhões são usuários ativos da Internet;

[10] Segundo: www.politics.org.br
[11] Ver: http://www.itu.int/net/wsis/docs2/tunis/off/6rev1.html
[12]Para um melhor entendimento ver revista poliTICs nº 18, agosto/2014. Disponível em: www.politics.org.br

- Usuários de redes sociais teriam o número aproximado de 2.789 bilhões, devemos ponderar que 4.917 usam dispositivos móveis como forma de eventual acesso à Internet e 2.549 bilhões usam *smartphones* como única forma de acesso às redes sociais[13].

Desde 2006, o número de usuários de Internet no mundo cresceu em média 10%[14] e o uso de redes sociais digitais ou virtuais, a partir de 2016 cresceu 21% por ano. Nota-se que uma amplitude das redes, e a massificação de uma cultura de estar conectado, puderam tornar possível esse crescimento vertiginoso. As redes sociais digitais/virtuais com seus mecanismos de interação, segundo os dados acima, vieram para ficar e tendem cada vez mais a crescer, quase se tornando a única forma de interação aceita.

Dessa forma, uma vida on-line parece ter gerado indivíduos, quase dependentes dos ambientes virtuais, onde um deslocamento do real para ter se encaminhado para o digital, o que foi *sentido* pelo mercado, com isso, uma guinada neoliberal para os ambientes da web pareceu emergir.

2.2 Psicopolítica e Neoliberalismo: as relações entre disciplina, controle e sociedade

Da presente exposição, e dessa perda de laços pode-se pensar na psicopolítica, que Byung-Chul Han (2018) teorizou como o novo jeito de ser do neoliberalismo, e que cada dia promoveria mais e mais um desespero em relação as esferas do social, no que seria como um capitalismo consumista ao extremo:

> O capitalismo de consumo, além disso, introduz emoções para criar necessidades e estimular a compra. O *emotional design* molda emoções e padrões para maximizar o consumo. Hoje, em última análise, não consumimos coisas, mas emoções. Coisas não podem ser consumidas infinitamente, mas emoções sim. Emoções se desdobram para além do seu valor de uso. Assim, inaugura-se um novo e infinito campo de consumo (HAN, 2018, p. 66).

Essa psicopolítica, seria o domínio neoliberal do intelecto humano, das emoções e dos sentimentos, e que seria a etapa seguinte ao que Foucault chamou de sociedade disciplinar e de modelo social panóptico (2006). Ademais, deve-se frisar, principalmente a questão que tange à chamada biopolítica (Foucault, 2010), que por sua vez, envolvia a gestão dos corpos, sua docilização em um contexto capitalista (que seria mais energético e menos psíquico), no entanto, ao retomar Foucault, Han esclarece:

[13] https://wearesocial.com/special-reports/digital-in-2017-global-overview
[14] https://hootsuite.com/pt/

> Na sociedade disciplinar, cujo funcionamento está acima de tudo, as emoções representam em primeiro lugar um estorvo, portanto, devem ser erradicadas. A "ortopedia concertada" da sociedade disciplinar tem que formar uma máquina sem sentimentos (*gefühllos*) a partir de uma massa informe. As máquinas funcionam melhor quando emoções e sentimentos estão completamente desligados (2018, p. 66).

Outro aspecto importante desse neoliberalismo psíquico, para Han é o *liso* (Han, 2019), que afetou a ideia de existir on-line, promovendo buscar e necessidades que afetam o modo de ser e os corpos. O corpo está em crise por se tornar dados (p. 25), registros e produto a ser consumido por outros. E com isso, o trabalho, aspecto no qual os corpos são vetores enérgicos, acabam ressignificados e deslocados cognitivamente, já que "a demanda atual não é apenas por competência cognitiva, mas também emocional " (HAN, 2018, p. 66). Foucault (2008; 2010; 2015) tinha em mente algumas das mudanças que as sociedades ocidentais nos anos de 1970 e 1980 estavam passando, entre estas, a disseminação do neoliberalismo e dos seus impactos sobre os sujeitos, o que poderia ser percebido dentro de um contexto de uma sociedade altamente informatizada e controlada. Como notado por Han (2018) a respeito do pensamento de Foucault, e de suas teorias sobre o poder e a disciplina dos corpos na modernidade:

> O poder soberano se exprime como direito de dispor e tomar. A sociedade disciplinar, ao contrário, aposta na produção. É uma era de ativa produção industrial de valor. Mas essa era na qual se realizava uma verdadeira criação de valor é passada. No capitalismo financeiro atual, os valores são radicalmente eliminados. O regime neoliberal introduz uma era de esgotamento. Hoje explora-se a psique (HAN, 2018, p. 46).

Uma ideologia neoliberal de otimização pessoal (dos corpos) foi sentida por Foucault (2015), já no final da década de 1970, e que Han (2018), pontua como tendo tido vazão nos ambientes digitais (dos anos 2010 em diante) que pregam a interação constante. A otimização é um imperativo que explora tudo, até mesmo a dor (p. 48). Já naquele contexto, os corpos disciplinados do trabalho fabril foram inflexionados com o advento dos usos dos computadores pessoais e da informatização social, fazendo emergir novos processos de subjetivação. Contudo, Foucault não teorizou, especificamente, sobre a sociedade informacional em si, ao contrário de seu conterrâneo e contemporâneo, Gilles Deleuze (1992), que viu naquele momento o nascimento de uma *sociedade de controle*.

O controle, aos moldes *deleuzianos*, expressa uma relação direta com o capitalismo, e suas transformações oriundas, principalmente, de um modelo social informatizado dos computadores. A esse respeito, vale preliminarmente enfatizar que o fator econômico é crucial, e um pouco mais adiante, veremos de que modo, em um país

como o Brasil, onde o acesso à Internet e a pose de um smartphone foram metamorfoseados como bens valiosos e têm se tornado uma fonte considerada primordial para o acesso dos indivíduos às noticiais e informações dos mais diferentes tipos.

O controle, em Deleuze (1992), remete à capacidade de tornar os indivíduos cada vez mais presos pelas suas dívidas, advém de uma superação do modelo de sociedade disciplinar (prisões, quarteis, escolas, etc.) analisada por Foucault[15], onde os confinamentos são moldes, para uma sociedade de controle onde os dispositivos de poder aparecem como modulações. A fábrica e os salários seriam exemplos de moldes disciplinares, uma vez que a primeira, como uma das formas de confinamento típicas das sociedades disciplinares teria como objetivo promover um equilíbrio, tendo na produção em larga escala sua parte alta e os salários sua parte baixa (Foucault, 2006), e com a sociedade informacional, os indivíduos interagindo nos ambientes das redes sociais, acabariam se tornando clientes em uma lógica neoliberal.

3. Considerações finais

Nas sociedades de controle, por sua vez, a fábrica é substituída pela empresa, e dessa forma, através de uma escala de prêmios e outros dispositivos de desempenho, o salário apresenta-se como uma modulação, uma vez que o desempenho do indivíduo é o que determina a variabilidade das remunerações. A psicopolítica (Han, 2018), que seria a gestão da psique pelo mercado neoliberal, pode-se dizer, reconfigurou os indivíduos e suas relações com o social, fazendo com que os mesmos aceitassem a vigilância e o controle em troca de uma aceitação virtual, com isso, surge a figura do *homo panopticus*[16]: "O sujeito contemporâneo é um empreendedor de si mesmo que se autoexplora. Ao mesmo tempo, é um fiscalizador de si próprio. O sujeito autoexplorador traz consigo um campo de trabalhos forçados, no qual é ao mesmo carrasco e vítima". (HAN, 2018, p. 85).

[15] Michel Foucault tratou desse tema, em várias de suas obras nos anos 1970, em especial, *Vigiar e Punir, o nascimento da prisão*, na qual teoriza a relação da sociedade moderna, capitalista, com os aparatos que visavam a normalização dos corpos, como por exemplo, o modelo de prisão panóptica imaginada pelo filósofo utilitarista inglês Jeremy Bentham, no final do século XVIII.

[16] *Homo panopticus*, neologismo que faz referência ao monstro mitológico *Argos Panoptes* que possuía mais de cem olhos em sua face, fato que o impossibilitaria de descansar, dessa forma estaria sempre olhando algo, sempre vigiando, sempre buscando. A analogia ao monstro mitológico pode ser encarada como ideal para uma sociedade que consome a vigilância e a exposição, desenvolvendo inúmeras ferramentas e dispositivos que tornem essas ações ainda mais refinadas, como as redes sociais *on-line* e os aplicativos de relacionamentos.

O simples ato de *poder ser seu próprio chefe*, podendo trabalhar em casa, por exemplo, e com isso, expor suas opiniões e gostos sem o controle disciplinar direto de uma chefia hierárquica, criou uma necessidade de interação on-line entre quem produz os conteúdos e aqueles que os consomem. " Como sujeito que expõe e supervisiona a si próprio, ele carrega um pan-óptico no qual é, de uma vez só, o guarda e o interno. O sujeito digitalizado e conectado é um *pan-óptico de si mesmo*". (ibidem). Essa relação, de vigilância, seria uma busca e trocas constantes para saber o que acontece no social, como os gostos e opiniões em voga, e aplicar esse conhecimento como forma de conquistar seguidores, do mesmo modo que uma empresa procura conquistar clientes ou consumidores.

4. Referencias

DELEUZE, Gilles. **Conversações.** São Paulo: Editora 34, 1992.
FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade, v.2 – O uso dos prazeres.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.
FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.
FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1977-1978).** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2016.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica – O neoliberalismo e as novas técnicas de poder.** Belo Horizonte/Veneza: Editora Âyiné, 2018.

HAN, Byung-Chul. **A salvação do belo.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados coletados em: https://www.ibge.gov.br/

KLEINWÄCHTER, Wolfgang. **NETmundial: divisor de águas na regulamentação da Internet.** Revista poliTICs nº18. Uma publicação do Instituto Nupef. Agosto/2014. www.politics.org.br

O DESMANTELAMENTO DO ESTADO SOCIAL BRASILEIRO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016

Alexandre Nogueira Pereira Neto[1]

1. Introdução

A positivação de direitos sociais na Carta de 1988 é um importante passo em uma longa e ímproba jornada de uma possível transformação social, já que o Brasil é marcado por uma profunda desigualdade entre classes sociais. No País, um número expressivo de pessoas é afetado pelas relações estruturais do capitalismo, que sempre privilegiou determinados grupos elitistas, em sua forma jurídica de operacionalizar o Direito.

Tocante a essa irresignação, na tentativa de promover a duradoura garantia e a efetividade dos direitos sociais, consolidou-se uma constelação de preceitos fundamentais previstos no caderno supremo, os quais deverão o Estado brasileiro prestar esses avanços, por intermédio de suas atribuições e ações, para que acarretem efeitos no mundo dos fatos sociais, para justificar, mormente, sua qualidade democrática.

Simultaneamente, em meio à era da globalização, promove-se, desenfreadamente, uma política econômica que, em vez de proporcionar estabilidade nas relações coletivas, postula graves entraves na qualidade e na satisfação dos direitos sociais. Tal medida é impulsionada pelo neoliberalismo. Esse modelo econômico retira do Estado as exigências constitucionais (*e.g.* saúde e educação) e transfere para setores empresariais privados o fomento e a oferta dos direitos sociais transformando-os em serviços, colocando os atores sociais na posição de consumidores.

Nesse sentido, trata-se de matéria premente, visto que o último governo federal e o atual acentuaram a política econômica neoliberal e, com isso, os direitos sociais foram e vêm sofrendo, paulatinamente, perdas, o que ocasiona em direta transgressão à dignidade da pessoa humana.

2. Neoliberalismo e seus desdobramentos

Duménil e Lévy (2014, p. 17) afirmam que "o neoliberalismo é um fenômeno multifacetado, resultado de todo um conjunto de determinantes históricos convergentes, e é difícil precisar o seu início". Não há, portanto, um marco que sinaliza o início da

[1] Mestre em Direito. Universidade Federal de Pelotas. E-mail: alexandrenpn@gmail.com

implementação do modelo neoliberal nos espaços sociais. Afirmar com precisão os fatos sociais seria, quiçá, uma ingenuidade científica, pois esse condicionante elimina os inúmeros movimentos que se correlacionam no mundo dos fatos. Há, na verdade, uma aproximação no sentido de ventilar um possível prelúdio da propensão neoliberal. O que se desenvolve, nesse sentido, é que "as primeiras expressões das novas tendências já eram evidentes no fim da Segunda Guerra Mundial, quando foram definidas as características básicas da sociedade e da economia do pós-guerra" (DUMÉNIL; LÉVY, 2014, p. 17).

Um importante fator, no que diz respeito à implementação do neoliberalismo em nível mundial, é o processo da globalização. As relações mundiais, diante da nova configuração do capitalismo, foram dinamizadas. Essa condição universalizou as relações de mercado e, em virtude disso, empresas internacionais passaram, de forma ainda mais presente, a interferir nas decisões político-econômicas de Estados.

Harvey (2014, p. 29) menciona que um pequeno grupo de defensores do neoliberalismo – entre eles historiadores, filósofos, economistas e acadêmicos – se uniram em torno do renomado filósofo político austríaco, Friedrich von Hayek, para criar a Mont Pèlerin Society, cujo nome faz referência ao *spa* suíço em que se reuniram pela primeira vez, em 1947. Fizeram parte desse grupo seletos notáveis, tais como os economistas Ludwig von Mises e Milton Friedman e, também, o renomado filósofo Karl Popper.

Nesse sentido, o neoliberalismo, contudo, precisava ser implementado em algum país para se criar um exemplo geopolítico que servisse de parâmetro para as demais localidades do globo. Seria necessário, então, um ambiente que promovesse as concepções teóricas e práticas dos economistas e pensadores, ora mencionados, para que as ideias neoliberais fossem difundidas e, eventualmente, bem-sucedidas. Pode-se afirmar, nesse prisma, que "o neoliberalismo foi instalado primeiro nos Estados Unidos e no Reino Unido […], poucos anos depois na Europa continental e depois em todo o mundo" (DUMÉNIL; LÉVY, 2014, p. 18).

A implementação das políticas neoliberais tinha como determinante a criação de uma hegemonia econômica de classe que reorganizasse as fragilidades do capitalismo – gerador de crises – para retomada de poder, pois "a dinâmica geral do capitalismo sob o neoliberalismo, tanto nacional quanto internacionalmente, foi determinada por novos objetivos de classe que operaram em benefício das camadas mais altas de renda, isto é, os proprietários capitalistas e as frações superiores da administração" (DUMÉNIL; LÉVY, 2014, p. 18). Denota-se que neoliberalismo "é mais que uma ideologia ou um conjunto claramente definido de políticas tais como privatização, liberalização financeira

e das importações ou ataque coordenado ao Estado de bem-estar social. Concebe-se o neoliberalismo, aqui, como o sistema de acumulação dominante" (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 96).

Observa-se que essa forma de política econômica não exalta a promoção de políticas sociais e de distribuição de renda, mas sim engendra interesses privados, transformando direitos de cunho social em mercadorias, pois quem decide os rumos da humanidade "é o chamado 'mercado', em nome de uma elite invisível e ilocalizável; é dizer, o soberano na contemporaneidade é o mercado" (VALIM, 2017, p. 33).

Em outras palavras, a política econômica neoliberal proporciona o aumento da concentração de riqueza, ocasionando alarmantes desigualdades sociais, promovendo a deterioração da dignidade da pessoa humana, reduzindo a possibilidade do acesso aos direitos sociais, na medida em que esses direitos são transformados em privilégios e em mercadorias, e não tratados como direitos essenciais à manutenção da vida.

O neoliberalismo, portanto, visa ao lucro, tendo em vista a influência das elites financeiras e de grandes grupos empresariais nas deliberações econômicas, políticas, sociais e jurídicas do Estado. Isto é, o que o neoliberalismo pretende, a partir dessas negociações, o lucro, e não o desenvolvimento humano e social de determinado ambiente coletivo. Podemos, portanto, interpretar a neoliberalização "como um projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas" (HARVEY, 2014, p. 27).

3. Emenda Constitucional 95/2016

O neoliberalismo objetiva a intervenção mínima do Estado, sobretudo, em demandas sociais, pois, na ótica neoliberal, os direitos sociais sobrecarregam o Estado criando déficit ao erário. O Estado, para o neoliberalismo, não deve se intrometer em causas que visam à redução das desigualdades sociais, pois o mercado, com sua capacidade autorregulatória, é o mais acertado mecanismo de satisfação das liberdades individuais. Nessa lógica, transfere-se a responsabilidade para o mercado no fornecimento de bens sociais, retirando do Estado o dever de prestar direitos constitucionalmente assegurados.

Em relação a cortes nos investimentos sociais e, por consequência, à diminuição do Estado nessas demandas, o Relatório da Oxfam (2018, p. 40-41) informa que:

> A partir de 2011, tem início uma trajetória de aumento da dívida que, em 2014, beirava os 60% do PIB e, em 2015 e 2016, saltou rapidamente para os 70% do

> PIB - resultado de duas fortes retrações anuais seguidas, fato sem precedentes no país. Tal escalada culminou em um déficit primário de 154 bilhões em 2016, abrindo espaço político para soluções radicais na contramão da redução da pobreza e das desigualdades, que vão no sentido de cortar, a curto prazo, programas sociais e reduzir o tamanho do Estado a médio prazo. Tais gastos já significavam, em 2016, a redução de 13 pontos percentuais em relação ao espaço fiscal ocupado pelos gastos sociais de anos anteriores, num retorno repentino para níveis de 2001. Trata-se de um retorno de 17 anos de priorização de investimentos sociais contra desigualdades.

Diante do déficit primário apresentado, o debate político agitou-se, sobretudo depois do afastamento definitivo de Dilma Rousseff (PT) do cargo da presidência da República. O governo federal, então, comandado por Michel Temer (PMDB), "passou diretamente a uma agenda neoliberal de choque, com ataques frontais aos direitos dos trabalhadores, à previdência social, aos sindicatos, à saúde, à educação, empreendendo privatizações e arrochos, com recessão e desemprego. Mais uma vez, tudo o que parecia sólido se desmancha" (MASCARO, 2018, p. 9).

O governo Temer, em uma estratégia neoliberal, realizou uma série de iniciativas. Entre elas destacam-se: a alteração nos contratos de exploração de petróleo, possibilitando a entrada do capital transnacional em detrimento da Petrobrás; a reforma dos direitos trabalhistas, que implementou a terceirização e liberalizou o mercado de trabalho; e a tentativa de realizar a reforma da previdência social (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 237-238).

Além dessas iniciativas neoliberalizantes, o governo Temer propôs um Novo Regime Fiscal, por meio da EC 95/2016 que, inevitavelmente, restringe os investimentos em demandas caras aos mais necessitados, com a justificativa de reequilíbrio das contas públicas. O governo retomou, para possibilitar a aprovação da emenda constitucional, o discurso neoliberal, alegando que o Estado estava demasiadamente intervencionista, e que os custos dos programas sociais estavam acima do orçamento.

Em realidade,

> A EC 95/2016 representa a reação dos setores políticos e econômicos conservadores da sociedade brasileira, que nunca aceitaram uma constituição que pretendeu ser dirigente e […] implantar um Estado Social no Brasil, determinando a função social da propriedade e a intervenção do Estado nos domínios econômico e social (MARIANO, 2017, p. 276).

Em um País tão desigual como o Brasil, a opção política por restringir investimentos em saúde e educação compromete o papel redistributivo que deve vigorar em um Estado Social. Se a CRFB/1988 fosse respeitada, o Brasil seria o País que mais reduziria a desigualdade da América Latina por meio de transferências e outros

investimentos sociais, compensando uma carga tributária equivocada, que contribui para agravar a desigualdade. Por isso, cortar investimentos sociais é contribuir para agravar a desigualdade social, impedindo o acesso da população a direitos sociais básicos. Trata-se de "um projeto de desconstrução do pacto social de 1988 naquilo que ele tem de melhor: a cidadania social" (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018, p. 7).

A EC 95/2016 é um projeto de Estado mínimo no Brasil, onde o orçamento público deve ser uma ferramenta fundamental para a redução da desigualdade social. Assim, essa medida de corte de investimentos do Estado em demandas sociais tão relevantes para a cidadania é um passo à frente ao abismo social. O corte em investimentos será responsável por retrocessos em diversas áreas e pela interrupção e reversão de conquistas recentes (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018, p. 8).

O investimento, sobretudo, em demandas relacionadas à saúde e à educação são elementares, porque a população só aumenta. Como cortar, então, investimentos sociais em setores que tendem à expansão, em virtude da condição da natureza humana?! A redução do Estado em demandas essenciais da subsistência humana e da construção de uma sociedade intelectualizada e saudável (educação e saúde) significa o esvaziamento da cidadania social e da força normativa da Constituição. O investimento na área da saúde é necessário, porque "o crescimento do país deixou de ser parâmetro para o piso da saúde, e a correção da inflação jamais contemplará o crescimento populacional, os índices de longevidade e sua epidemiologia, os custos dos insumos, matérias, medicamentos, nova (e velhas) tecnologias de saúde, dentre outras" (SANTOS; FUNCIA, 2019).

A saúde é um direito fundamental universal assegurado a todos e a todas. Apesar das dificuldades de sua plena efetividade, em função de já serem escassos os investimentos nessa área, é um dever do Estado e um direito do cidadão constitucionalmente assegurado. O Estado, adotando uma política econômica que congela o orçamento para esse serviço social, precariza ainda mais o seu funcionamento e a sua prestação. Além dessa dificuldade, "os percentuais mínimos da saúde foram alterados negativamente, tem-se, de modo insofismável, que haverá perdas financeiras para custear a saúde pública brasileira até 2036, com danos irreparáveis à saúde das pessoas [...]" (SANTOS; FUNCIA, 2019). Ainda, a EC 95/2016 corrobora e reforça o sistema de saúde privado, já que limita os investimentos públicos. Nas entrelinhas, essa medida coroa o princípio *freidmaniano* da liberdade de escolha, fundamento da Escola de Chicago (MARIANO, 2017, p. 274). Quer dizer, a falta de investimento do Estado transforma a saúde pública em mercadoria. A saúde, que está atrelada ao princípio da dignidade da

pessoa humana, torna-se, nesses moldes, um negócio (que ficará nas mãos de bancos privados), uma vez que, em sua forma mercadológica, gera lucro e tem no lucro o seu objetivo principal.

Da mesma maneira, a falta de investimento do Estado em educação resultará em um grave retrocesso social. A educação, que nos últimos anos passou por um importante processo de ampliação do acesso, retornará a ser garantida apenas para uma parcela da população, isto é, para a elite, conforme afirmou o ex-Ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez.

Sabe-se que o acesso à educação, direito fundamental de todos e de todas, foi amplamente difundido nos últimos anos (para exemplificar: PROUNI, FIES, Universidade para Todos, SISU). O congelamento de investimentos nessa área sensível do Estado Social gera consequências nefastas para o desenvolvimento intelectual da população. São consequências da falta de investimento em educação, para ilustrar: o analfabetismo, a evasão das escolas, a precarização e o sucateamento das instituições de ensino, a falta de qualificação adequada para o mercado de trabalho competitivo, a diminuição da oferta de empregos, o acesso ao ensino superior possibilitado a apenas uma pequena parcela da sociedade (a elite), a falta de investimento em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia e o corte do financiamento público para essas demandas. Isto porque uma educação com qualidade contribui para que hábitos, tais como: clientelismo, corrupção, descuido com o dinheiro popular etc., sejam obstaculizados por meio do controle social.

O modelo neoliberal econômico pretende não apenas reduzir o Estado nas demandas sociais, mas, também, retirar de espaços importantes da sociedade eventuais atores sociais que, por exemplo, por meio da educação podem angariar espaços, que, sem investimentos sociais nessa área, provavelmente, não teriam alcançado. Ou seja, quanto mais se exclui da participação da sociedade, mais se privilegia seletos grupos.

3. Reformas no âmbito tributário e alternativas

Além do necessário investimento público, há outras alternativas que ajudarão no crescimento econômico, tais como a necessária reforma tributária que altere o sistema de arrecadação e promova um ajuste fiscal. A reforma tributária deve ser no sentido de taxar grandes propriedades e rendas de capital para retirar a carga tributária dos mais pobres, dos rendimentos do trabalho e do consumo. Ainda a necessária reforma da tabela

progressiva do imposto de renda, a criação do imposto sobre grandes fortunas e de um imposto sobre o valor agregado (IVA) para substituir PIS, COFINS, IPI, ICMS, ISS e contribuição previdenciária sobre a receita das empresas (MARIANO, 2017, p. 274).

Outras medidas são possíveis, conforme alertam Dweck, Oliveira e Rossi (2018, p. 13):

> [...] o Brasil deve buscar ampliar o impacto distributivo da política fiscal tanto pelo lado tributário, com uma reforma tributária solidária, quanto pelo lado do gasto, especialmente com a ampliação da oferta de bens e serviços públicos pela transferência de renda. Deve ainda ter um regime fiscal flexível, capaz de exercer uma política de crescimento e contracíclica diante de recessões econômicas [..] a distribuição de renda é fundamental para a consolidação de um mercado interno dinâmico que, por sua vez, pode proporcionar escala e ganhos de produtividade para as empresas domésticas [...] o investimento social tem efeitos dinâmicos de curto prazo, por meio dos multiplicadores de gasto e da geração de empregos, e efeitos de longo prazo, por meio da melhora da qualidade de vida dos trabalhadores e aumento da produtividade da economia.

A revogação de tal medida, portanto, é premente, na medida em que o ordenamento jurídico brasileiro não admite que os avanços sociais retrocedam.

Por outro lado, a proposição de mecanismos alternativos ao modelo jurídico neoliberal vigente, que enfraquece a CRFB/1988, suas diretivas programáticas de Estado e desfragmenta os direitos sociais fundamentais, revela, é cediço, um teor de elevado grau de utopia. Entretanto, a vida sem utopia é silêncio diante da naturalização das mazelas sociais. É desconhecer as transformações históricas emancipadoras.

O debate, portanto, que deve ser posto em prática se dá no tocante à disputa de ideologias, na medida em que a ideologia neoliberal não se propõe a efetivar materialmente as propostas ideológicas compromissórias da CRFB/1988. É necessário adotar uma perspectiva crítica em face de uma ideologia que não é inclusiva, que exclui da participação da sociedade determinados atores sociais e privilegia seletos setores da sociedade. Também, é mister a intensificação de um contraponto à ideologia neoliberal. Ou seja, deve-se propor uma ideologia jurídica que dê arrimo aos preceitos do Estado Social, que promova, em todos os seus atos, a construção da justiça social. Combate-se uma ideologia por meio de outra, e a ideologia combativa, nesse caso, é, pura e simplesmente, a ideologia que está implícita em todos os desvãos da Constituição Cidadã de 1988: a promoção da justiça social.

A participação ativa dos atores sociais, também, é um mecanismo de controle do Estado Social brasileiro, pois atua na defesa da CRFB/1988, da dignidade da pessoa humana e dos direitos sociais fundamentais. Essa participação ativa da sociedade em

demandas sociais, que é impreterível, serve para barrar o avanço dos interesses políticos neoliberais e seus efeitos.

A atuação ativa dos indivíduos frente à sociedade serve de paradigma para criar horizontes de mudança do status quo em relação aos preocupantes efeitos da cultura neoliberal que vem sendo difundida cada vez com mais força nos programas de governos mundiais. Os projetos neoliberais hegemônicos, diante de sua atuação global, estão conquistando todas as arenas públicas e, com isso, decidindo de forma discricionária assuntos de interesse popular com a finalidade de, exclusivamente, promover os seus pares.

O fortalecimento de um Estado Social Democrático depende da participação de uma sociedade de cidadãos e de um sistema político aberto que permita as mobilizações de massa suficientemente fortes "para exigir mudanças dos governos, ou mesmo mudanças de governo, […] para integrar as organizações de massa no Estado e, ao mesmo tempo, preservar sua integridade política, suas raízes populares e sua responsabilidade perante a maioria da população" (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 257). Sem a participação da sociedade, "não há possibilidade de mudanças econômicas e sociais significativas se não houver mobilização popular, politização das massas e exposição dos conflitos a serem superados" (MASCARO, 2018, p. 166).

A democracia participativa é um meio de intensificação social no que diz respeito à criação de uma contra-hegemonia que busca a criação de mecanismos alternativos à sociedade viciada pelos ideais neoliberais. Esse é um caminho longo a ser trilhado. Todavia, uma dose diária de utopia amplia os horizontes para, em um tempo futuro, conquistar espaços que, preteritamente, avaliavam-se como impossíveis. Sigamos!

4. Considerações finais

A promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, foi um marco social e jurídico, porque significou um profundo avanço na garantia de direitos aos cidadãos brasileiros. O texto constitucional não só consolidou o Estado Democrático de Direito – importante conquista após 20 anos de exceção comandada pela ditadura militar –, como também registrou uma série de programas de Estado, que revelaram a alma do projeto de Nação.

Ocorre que medidas neoliberais implementadas recentemente acarretam o esvaziamento do Estado no campo da preservação da dignidade da pessoa humana e dos

direitos sociais. O trabalho utilizou o exemplo da EC 95/2016 que congela o investimento em setores sociais estratégicos, como a saúde e a educação. Essa medida, propulsionada pelo governo neoliberal à época, visando à diminuição do Estado, afeta o desenvolvimento de diversas políticas públicas de acesso a direitos sociais fundamentais. Urge, portanto, reformas tributárias e medidas alternativas de resistência.

O neoliberalismo, conforme visto, postula o sistemático descumprimento da CRFB/1988, porque promove implementações jurídico-econômicas que tendem a relativizar e a suprimir os comandos estruturantes da Constituição, pois tem uma razão de ser: a manutenção do privilégio das elites econômicas.

5. Referências

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de; ROSSI, Pedro (Coord.). **Austeridade e Retrocesso: impactos sociais da política fiscal no Brasil**. São Paulo: Brasil Debate e Fundação Friedrich Ebert, 2018.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2014.

MARIANO, Cynara Monteiro. Emenda Constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 259- 281, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rinc/article/view/50289>. Acesso em: 9 fev. 2020.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e Golpe**. São Paulo: Boitempo, 2018.

OXFAM BRASIL. **País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras**. 2018. Disponível em: <https://oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pais-estagnado/>. Acesso em: 12 abr. 2019.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brasil: neoliberalismo vs democracia**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SANTOS, Lenir; FUNCIA, Francisco. Emenda Constitucional 95 fere o núcleo do direito à saúde. **Conjur**. Disponível em: <https://conjur.com.br/2019-jan-21/opiniao-ec-95-fere-nucleo-essencial-direito-saude>. Acesso em: 10 abr. 2019.

VALIM, Rafael. **Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo**. São Paulo: Contra Corrente, 2017.

QUANDO O ESTADO RETIRA "AS COBERTAS" A POPULAÇÃO FICA DESPROTEGIDA

Alene Silva da Rosa[1]

1.Introdução

Na sexta – feira dia 05 de julho de 2019 (cinco de julho de dois mil e dezenove) o centenário time gaúcho de futebol, Sport Club Internacional estampou as mais diversas capas de jornais impressos, reportagens televisivas e mídias digitais no Estado do Rio Grande do Sul e do Brasil, o motivo não é a conquista de nenhum título de campeonato futebolístico, mas sim o ter aberto as portas do Ginásio Gigantinho para receber mais de 300 (trezentas) pessoas em situação de rua da cidade de Porto Alegre, com auxilio de voluntários como os Cozinheiros do Bem serviu jantar e café da manhã, e disponibilizou colchões, cobertas e agasalhos, a ação foi realizada em conjunto com o time rival Grêmio Foot – Ball Porto Alegrense, e parceiros municipais como os órgãos da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) e Secretaria de Saúde.

O feito louvável do Internacional, que se inspirou na iniciativa do time de futebol River Plate da Argentina, não pode ser visto descolado de um contexto econômico, social e político em um cenário contemporâneo que não se detém ao nível municipal, mas que anda alinhado a uma gestão estadual, nacional e também mundial no que tange a compreensão e condução das políticas sociais, estas, cada vez mais focalizadas, privatizadas e alvo de desmontes de um Estado mínimo e neoliberal, que delega a sociedade civil a responsabilidade no atendimento as necessidades básicas da população, eximindo-se quase por completo de seu papel no planejamento, gestão e execução de serviços, programas e projetos de proteção social. O presente trabalho não pretende desmerecer a solidariedade do povo gaúcho, mas sim problematizar sobre o papel e o desmonte das políticas sociais na atual gestão municipal da capital gaúcha.

[1]Assistente Social graduada pela Universidade Federal do Pampa – Unipampa (2012), Especialista em Política de Assistência Social pelo Centro Universitário Internacional – Uninter (2019) e Mestranda do Programa de Pós - Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Contato:alenesilva@gmail.com

2. Breves considerações sobre a gênese da política social

Segundo Pereira (2008), a política social é um processo complexo e multideterminado, ao tempo que também é contraditório e relacional, não pode ser reduzida a explicações simplistas, mas antes recomenda-se encará-la como um tema polêmico, bem como a adoção de um posicionamento teórico e político por parte de quem analisa, com vistas a manter a coerência de pensamentos e princípios fundantes.

A soma da revolução industrial e das mobilizações sociais na busca por direitos civis, políticos e sociais que aconteceram na segunda metade do século XVIII, foram fatores que impulsionaram no continente europeu gênese do Welfare State, que logo firmou-se enquanto instituição responsável pelo o atendimento as necessidades sociais da população da época, isso contribuiu para que a política social ganhasse uma dimensão cívica e uma densidade institucional nesse período conforme Pereira (2008).

A revolução industrial não modifica somente o modo de produção de mercadorias, modificam também as relações sociais entre patrão e empregado, modificam as condições de trabalho do proletariado da época, com atividades insalubres, extensas jornadas de trabalho e má remuneração, somada a uma população que começa a deixar os espaços rurais para habitar nos centros urbanos e trabalhar nas fábricas a qual não conseguia empregar todo esse contingente populacional, impulsionando assim um chamado exército de reserva. Esse movimento de modernização e industrialização que percorria a sociedade revela suas contradições e a perversidade do próprio sistema de acumulação de capitalista, que gerava ao mesmo tempo de forma privada a apropriação de lucros e riqueza versus a coletividade da pobreza e desigualdades cada vez mais latentes e abismais.

Segundo Iamamoto (2001) a apropriação privada da própria atividade humana que é o trabalho em contraponto com a produção de caráter coletivo, compõe a gênese da questão social, que diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades. A questão social, portanto, expressa desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediadas por diferenças nas relações de gênero, características étnicos raciais, regionais entre outros como aborda Iamamoto (2012). Para Pereira (2001) a questão social se torna explosiva, no momento em que atores sociais tomam consciência da sua condição de exploração geram um tensionamento que propiciam a passagem do problema da pobreza de um estado natural, para um entendimento mais amplo, não natural e permeado por complexos e contradições.

A compreensão de que a pobreza não era um castigo ou predestinação divina na qual algumas pessoas nasceriam e morreriam pobres pela vontade de Deus, mas que no sistema capitalista ela era um produto, uma consequência do próprio desenvolvimento predatório deste sistema, é implicitamente indicada na legislação de seguro social de Otto Von Bismark na Alemanha de 1880, na qual residia o entendimento de que para preservar o capitalismo era necessário que o Estado intervisse e protegesse os trabalhadores contra as mais diversas situações, tais como: perda do trabalho por motivos de doenças, acidentes, envelhecimento, morte, dentre outras como aborda Pereira (2008).

A política social geralmente é analisada a partir de um pêndulo que a caracteriza como muito boa ou muito má, excluindo seu processo de construção histórico, sua gênese e contradições durante esse movimento, o modelo capitalista de produção se mostra perverso e predatório, criando novas situações e agudizando outras pré-existentes, as mobilizações sociais na época, em face a outras mudanças que também aconteciam naquele contexto europeu, impulsionam os trabalhadores[2] e a população em geral a reivindicar por melhores condições de vida e atendimento as suas necessidades pelo prisma dos direitos, é nesse embate que que nasce a política social, na compreensão de que o sistema é destrutivo e que para o mesmo continuar é preciso atender também as demandas da classe trabalhadora, ao passo que em um mesmo tempo ela garante o acesso a direitos mas também garante a preservação do sistema do sistema.

Não se pode negar que a legislação alemã, apesar de estar voltada a uma parcela específica da população, que eram os trabalhadores, representou um avanço significativo na história e inaugurou a prática de tratar a política social como um direito requerido pela sociedade e encapado pelos poderes públicos como refere Pereira (2008), cabe salientar que as escassas formas de atenção por parte do Estado referente as necessidades sociais da população antes desse embrião de seguridade social, possuíam uma "motivação reacionária" Pereira (2008 p. 61) conforme citado por Baldwin (1992 p. 20), tendo por base a lei inglesa de 1834 a camada Poor Laws[3] (Lei dos Pobres), que enxergavam o

[2] "... a generalização dos direitos políticos é resultado da luta da classe trabalhadora e, se não conseguiu instituir uma nova ordem social, contribuiu significativamente para ampliar os direitos sociais, para tensionar, questionar e mudar o papel do Estado no âmbito do capitalismo a partir do final do século XIX e início do século XX" (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p 64).

[3] As Leis dos Pobres, datam do século XIV, constituíam um conjunto de regulações sociais assumidas pelo Estado, a partir da constatação de que a caridade cristã não dava **conter possíveis desordens** que poderiam advir da lenta substituição do sistema feudal pelo capitalista, seguida de generalizada miséria, desabrigos e epidemias (PEREIRA, 2008, p 62).

pobre enquanto um perigo para a sociedade e não titular de direitos e renegados a caridade cristã.

Infelizmente, tendo passado mais de 180 (cento e oitenta) anos da Lei dos Pobres, a visão de que o pobre é um perigo para sociedade e de que não é titular de direitos ainda permanece na contemporaneidade, não rara as vezes vemos nos dias atuais comentários a esse respeito, principalmente nas redes sociais que dão voz a uma significativa parcela da população e evidenciam esse discurso conservador e muitas vezes carregado de racismo e preconceito, tendo em vista que a população pobre e em situação de rua no caso brasileiro, que vivencia as desigualdades sociais e econômicas, tem cor e essa cor é preta. Mas esse discurso ganha força e destaque quando realizado pelos agentes públicos, como presidentes, ministros, secretários, prefeitos e outros, evidenciando também o viés teórico e o posicionamento ideológico que uma gestão governamental, seja municipal, estadual ou nacional irá assumir no entendimento de política social e atendimento as necessidades sociais da população.

3. O frio que deslinda um estado mínimo

O entendimento sobre política social, principalmente referente à Política de Assistência Social na atual gestão municipal de Porto Alegre (RS) fica explicita por meio do discurso e das tentativas de desmonte logo no primeiro ano de mandato do atual prefeito, quando em uma palestra este refere por duas vezes na **extinção** e **privatização**[4] de órgãos públicos municipais como Companhia *Carris* Porto-Alegrense (Carris), a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) e a Companhia de Processamento de Dados (Procempa), demonstrando um modelo de gestão que prevê o repasse das responsabilidades do Estado para empresas privadas e/ou organizações da sociedade civil, sustentada no argumento de que no último ano (2017) os órgãos municipais apresentaram um balanço negativo, ou seja, geraram despesas elevadas e não apresentaram resultados.

Sobre o argumento da eficiência, produtividade e qualidade estatal SILVA (2004) refere que,

> No Brasil no final do século XX ocorreu uma desestatização ou redução da ação estatal na esfera econômica. Em nome da eficiência, da produtividade e da qualidade, a produção estatal de determinados bens e serviços foi transferida para agentes do setor privado. Na área das políticas sociais observa-se a clara

[4] Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2018/02/politica/613665-marchezan-quer-fim-de-carris-e-fasc-e-vender-procempa.html

> tendência de restringir a aplicação de recursos públicos, seja pela redução de dotações orçamentárias, seja pela transferência de responsabilidade de instituições privadas, consideradas de interesse público, embora não sejam estatais, com o aporte de recursos públicos. (SILVA, 2004, p 166)

A política de privatizações de órgãos federais, estaduais e municipais, bem como o repasse para a sociedade civil acerca da gestão e execução das políticas sociais não é um processo novo e contemporâneo, mas que ganha corpo e adesão com o advento do neoliberalismo na década de 1980 (mil novecentos e oitenta) em um contexto mundial, e no Brasil a partir de 1990 (mil novecentos e noventa) seguindo as diretrizes do Consenso de Washington formuladas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Tesouro dos Estados Unidos da América (EUA), principalmente pelos governos dos presidentes Fernando Collor (1990 – 1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995 - 1998 e 1999 - 2002), nas quais empresas tais como: Eletropaulo, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Companhia Vale do Rio Doce, Embratel, entre outros.

Conforme explana SITCOVSKY (2009), o receituário neoliberal previa uma política de austeridade fiscal, que compunha um conjunto de medidas adotadas pelo governo de Fernando Henrique e que foram mantidas e seguidas também pelo governo Lula, a adoção de tais medidas visa consequentemente combater a crise fiscal do Estado, através do contingenciamento de recursos públicos para gerar superávit primário, um discurso antigo mas, tão propagado atualmente a nível federal para argumentar e embasar a defesa da reforma da previdência social, e os cortes e/ou contingenciamentos de recursos na educação pública, principalmente no que refere a educação superior brasileira. O que se percebe é que a política de cortes nos gastos sociais produz uma retração significativa das políticas sociais, por um processo de desresponsabilização estatal tendo em vista o seu gasto ser visto como uma despesa governamental.

No caso específico da política de assistência social Sposatti (2008) aborda que,

> Nas políticas sociais públicas a assistência é considerada pelo Estado como uma área específica de despesa governamental sob diferentes denominações como: assistência social, assistência geral, assistência comunitária, entre outros. Com isto, a assistência social tanto se qualifica como um subprograma de uma política de saúde, habitacional, educacional, como uma área específica da política social. (SPOSATTI, 2009, p 59).

Sob esse aspecto, pode-se compreender a visão e a condução da gestão municipal de Porto Alegre na gestão e execução da política de assistência social e no tratamento dado a população que acessa os serviços, com o fechamento de um restaurante popular

que servia mais de 500 (quinhentas) refeições dia, fechamento de um albergue municipal por falta de pagamento do aluguel do prédio que era o único que recebia famílias completas (adultos, crianças e idosos) sem a necessidade de separá-las, além dos pronunciamentos da secretária da pasta de Desenvolvimento Social e Esportes, de que "*morador de rua não tem o* ***direito*** *de ter cama, cadeira, mesa, banho, tudo na rua"*, ou de que *"A maioria das minhas equipes de rua não convence eles (moradores de rua) a sair, estimulam a ficar, porque são pessoas que tem uma ideologia de que tem o direito a ficar na rua. São concursados, que não tenho como dizer que não é para fazer".*

Tantos outros posicionamentos e ações da titular da pasta a qual está inserida a política de assistência social, demonstram a visão higienista, de que a população em situação de pobreza ou extrema pobreza e as pessoas em situação de rua não são detentoras de direitos, atrapalham o coletivo, a paisagem e o transito das famílias, reforçam a questão de culpabilização do sujeito pela situação em que o mesmo se encontra, analisando o fato presente partindo de uma visão particularizada e fragmentada da realidade desconsiderando um sistema excludente, predatório e exploratório e que gera pobreza e desigualdades sociais, que se expressam e manifestam no cotidiano de diversas formas. A desigualdade segundo Almeida (2019) pode ser expressa em dados estatísticos ou matemáticos, sendo possível revelá-la e visualiza-la por meio dos números, mas a sua explicação reside em compreender a sociedade e seus inúmeros conflitos.

Considerando que o presente reflete uma trajetória histórica que não está desconexa mas articulada a fatores sociais, econômicos, culturais, e que alguns discursos trazem raízes contextuais que estão imbricadas na sociedade e acompanham seu curso a séculos, podemos analisar e achar semelhanças na formulação das leis e na percepção que se tinha dos pobres ou dos considerados vagabundos ou que viviam na vagabundagem, na atual gestão municipal e nas diversas leis dos pobres que Pereira (2008) aborda, tais como: 1351 na Grã-Bretanha (visava controlar as relações de trabalho, regulamentar a perambulância das pessoas, além de evitar a mobilidade os trabalhadores), 1530 com Henrique VIII (paróquias poderiam receber recursos para assistir minimamente as pessoas, licença para mendigar, crianças e desocupados de 5 a 14 anos internadas em asilos, além da compreensão de vagabundos válidos), Poor Law de 1601 (pobres impotentes e os pobres capazes para o trabalho), entre outras.

O movimento de atendimento das pessoas pelas paróquias, o recebimento de recursos para realizar essa assistência além de incitar a solidariedade e o voluntarismo, não se encerrou com a conquista dos direitos sociais, tampouco com a efetivação da

assistência social na Carta Magna de 1988, enquanto parte do tripé da seguridade social, uma política social que será prestada a quem dela necessitar sem prévia contribuição, contudo a igreja somada a instituições a sociedade civil organizada, entre outros, se apresentam como alternativas para a execução de políticas sociais com vistas a dar conta de uma demanda que o Estado não consegue abarcar, ou que o mesmo não compreende como prioridade para investir e executar, assim o Estado terceiriza essa responsabilidade de atendimento as necessidades sociais da população.

Podemos evidenciar esse movimento de desresponsabilização estatal na ação de um time de futebol que toma para si a responsabilidade e abrir no seu ginásio, que não é um local pensado e adequado para dormitório e servir refeições, sendo utilizado para abrigar a população em situação de rua do município, que conforme PIMENTA (2019), de 2007 a 2011 foram cadastradas 2.115 (duas mil cento e quinze) pessoas em situação de rua em Poro Alegre, o prefeito enfatiza a parceria, a solidariedade do povo gaúcho no período de inverno que é tão cruel com as pessoas que vivenciam uma extensa e cotidiana negação de direitos, além de diariamente se tornam invisíveis diante dos olhos da maioria, inclusive do poder público, que fecha os locais que esses sujeitos recorrem para se proteger do frio e também para garantir uma alimentação digna, por vezes a única que fazem durante as 24 horas do dia.

4. Considerações finais

Como mencionado no início deste trabalho, em momento algum o que se busca com ele é negar ou desmerecer ação do Sport Club Internacional, de suas torcidas organizadas e de centenas de voluntários que se somaram através de doações, ou trabalhando efetivamente no ginásio, mas repensar sobre o papel desse Estado mínimo que coloca no colo da sociedade civil a responsabilidade que o mesmo deveria ter no atendimento as necessidades da população, ao analisar que no mesmo período em que se vale e se evidencia como louvável a atitude do time de abrir seu espaço privado para abrigar a população, realiza o desmonte da política pública que atende a população em situação de rua, de um lado enfatiza a solidariedade e do outro fecha órgãos que atenderiam a necessidade de alimento e moradia, negando o direito de acesso público e gratuito as mais diversas políticas sociais, deixando as pessoas a mercê da caridade alheia, reiterando práticas antigas, higienistas e conservadores que as reduz ao termo pobre e vagabundo, culpabilizando-os e colocando sobre os seus ombro a responsabilidade pela

situação em que se encontram. O Estado que nega as "cobertas" a população, é o mesmo que se vangloria quando a sociedade usa das "suas cobertas" para cobrir o frio alheio.

5. Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural.** São Paulo. Pólen, 2019

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** 9 ed. São Paulo, Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social em tempos de capital fetiche: Trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda. **A Questão Social no Capitalismo.** In: Revista Temporalis 3-Ano II, Nº 3, Jan./Jul. 2001. Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001, p.09-32

MASSARO, Henrique.**Secretaria Nádia Gerhard critica atuação da equipe de abordagem no trato com moradores de rua.** Correio do Povo, Porto Alegre, 2019.

NUNES, Rodrigo dos Santos. **Como a população em situação de rua está contemplada no processo de vigilância socioassistencial?.** Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre, 2019. Disponível em: http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8507 Acesso em: 09 de julho de 2019.

PEREIRA, POTYARA A. P. **Política social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2008

PEREIRA, Potyara A. P**. Questão Social, Serviço Social e Direitos da Cidadania**. In: **Revista Temporalis** 3-Ano II, Nº 3, Jan./Jul. 2001. Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001.

PIMENTA, Melissa de Mattos. **Pessoas em situação de rua em Porto Alegre.** Revista Civitas, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 82-104, jan.-abr. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/civitas/v19n1/1984-7289-civitas-19-01-0082.pdf. Acesso em: 09 de julho de 2019

SILVA, Ademir Alves da. **A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado.** São Paulo, Cortez, 2004.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. ***Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras***: uma questão em análise, 8.ed. São Paulo: Cortez, 2003

SITCOVSKY, Marcelo. **Particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil.** In O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade. Ana Elizabete Mota (org). 3 ed, cap. 5, p 147 – 179, São Paulo, Cortez, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e Exclusão Social: expressões da questão Social no Brasil. In: **Revista Temporalis** 3-Ano II, Nº 3, Jan./Jul. 2001. Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001

Inter abre gigantinho para receber pessoas m situação de rua nesta sexta-feira. G1 RS, 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2019/07/04/inter-abre-gigantinho-para-receber-pessoas-em-situacao-de-rua-nesta-sexta-feira.ghtmlAcesso em 08 de julho de 2019.

Restaurante Popular de Porto Alegre fecha as portas e deixa de atender 500 pessoas por dia. G1 RS, 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2019/05/09/restaurante-popular-de-porto-alegre-fecha-as-portas-e-deixa-de-atender-500-pessoas-por-dia.ghtml. Acesso em 08 de julho de 2019.

"Não vamos admitir uma praça que esteja cheia de morador de rua". Zero Hora, Porto Alegre, 2019. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/05/nao-vamos-admitir-uma-praca-que-esteja-cheia-de-morador-de-rua-diz-comandante-nadia-cjvk2cots03d201ma6gurgykc.html. Acesso em 08 de julho de 2019.

Precarizar a FASC para repassar à iniciativa privada. SIMPA, Porto Alegre, 2019. Disponível em: https://simpa.org.br/precarizar-fasc-para-repassar-iniciativa-privada/. Acesso em 08 de julho de 2019.

Lideranças comunitárias repudiam extinção da Fasc: 'prefeito não sabe o que é assistência social'. SUL 21, Porto Alegre, 2018. Disponível em: https://www.sul21.com.br/cidades/2018/03/liderancas-comunitarias-repudiam-extincao-da-fasc-prefeito-nao-sabe-o-que-e-assistencia-social/. Acesso em 08 de julho de 2019.

Com pagamento atrasado único abrigo que recebe famílias carentes em Porto Alegre é fechado. Zero Hora, Porto Alegre, 2019. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/06/com-pagamento-atrasado-unico-abrigo-que-recebe-familias-carentes-em-porto-alegre-e-fechado-cjxglz50m021v01pkoa8k0l48.html. Acesso em 08 de julho de 2019.